VI EIHC

Encontro Internacional de História Colonial

Mundos coloniais comparados: poder, fronteiras e identidades.

Universidade do Estado da Bahia
Universidade Católica do Salvador
Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local (UNEB)
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSAL)

12 a 15 de setembro de 2016
Cidade da Bahia, Cabeça da América Portuguesa

CADERNO DE RESUMOS

Salvador
EDUNEB
2016

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Reitor

José Bites de Carvalho

Vice-Reitora

Carla Liane N. dos Santos

Editora da Universidade do Estado da Bahia - EDUNEB

Diretora

Sandra Regina Soares

Comitê Editorial

Arthur Gomes Dias Lima

Isaura Santana Fontes

Maria da Glória da Paz

Marcius de Almeida Gomes

Sandra Regina Soares

Suplentes

Paulo César Garcia

Emanuel do Rosário Santos Nonato

Ana Paula Silva da Conceição

Ivan Luiz Novaes

Ricardo Baroud

VI ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL
MUNDOS COLONIAIS COMPARADOS: PODER, FRONTEIRAS E IDENTIDADES

COMISSÃO EXECUTIVA

Ana Paula Medicci (UFBA)
Eduardo José Santos Borges (UNEB)
Maria Helena Ochi Flexor (UCSal)
Suzana Maria de Sousa Santos Severs (UNEB)

COMISSÃO ORGANIZADORA

Denise de Carvalho Zotollo
Eduardo José Santos Borges (UNEB)
Maria Helena Ochi Flexor (UCSAL)
Moisés Amado Frutuoso
Suzana Maria de Sousa Santos Severs (UNEB)

COMISSÃO CIENTÍFICA

Adriana Dantas Reis (UEFS)
Ângela Domingues (IICT - Lisboa)
Avanete Pereira Souza (UESB)
Eduardo França Paiva (UFMG)
Eduardo José Santos Borges (UNEB)
Eliane Cristina Deckmann Fleck (UNISINOS)
Fabiano Vilaça dos Santos (UERJ)
George Felix Cabral de Souza (UFPE)
Gian Carlo de Melo e Silva (UFAL)
Marcia Eliane Alves de Souza e Mello (UFAM)
Marco Antonio Nunes da Silva (UFRB)
Maria Emília Monteiro Porto (UFRN)
Maria Helena Ochi Flexor (UCSAL)
Maria Hilda Baqueiro Paraíso (UFBA)
Maria José Rapassi Mascarenhas (UFBA)
Patrícia A. Fogelman (CONICET-UBA – UNLu, Argentina)
Suely Creusa Cordeiro de Almeida (UFRPE)
Suzana Maria de Sousa Santos Severs (UNEB)

© 2016 VI Encontro Internacional de História Colonial
Proibida a reprodução total ou parcial por qualquer meio de impressão, em forma idêntica, resumida ou modificada, em Língua Portuguesa ou qualquer outro idioma.
Depósito Legal na Biblioteca Nacional
Impresso no Brasil em 2016.

Organização e Revisão

Eduardo José Santos Borges
Maria Helena Ochi Flexor
Suzana Maria de Sousa Santos Severs

Projeto gráfico, editoração e marca do evento

Moisés Amado Frutuoso

Observação: a adequação técnico-liguística dos textos, bem como seus conteúdos, são de resposabilidade dos autores.

FICHA CATALOGRÁFICA - Sistema de Bibliotecas da UNEB

Encontro Internacional de História Colonial Cidade da Bahia: mundos coloniais comparados: poder, fronteiras e identidades (6: 2016: Salvador)
Caderno de resumos [do] 6. Encontro Internacional de História Colonial: mundos coloniais comparados: poder, fronteiras e identidades. – Salvador: EDUNEB, 2016.
352 p.

ISBN 978-85-85813-318-5

1. História – Colônias. 2. Imperialismo. 3. Colonização. I. Título.

CDD: 906.3

Editora da Universidade do Estado da Bahia - EDUNEB
Rua Silveira Martins, 2555 - Cabula
41150-000 - Salvador - BA
editora@listas.uneb.br
www.uneb.br

Esta Editora é filiada à
ABEU
Associação Brasileira das Editoras Universitárias

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

PROGRAMAÇÃO 9

SIMPÓSIO TEMÁTICO 1

A dinâmica imperial e a comunicação política no Antigo Regime do mundo português, séculos XVI-XIX 11

SIMPÓSIO TEMÁTICO 2

"As pessoas, os tempos e os lugares": A Companhia de Jesus e suas relações com as sociedades 36

SIMPÓSIO TEMÁTICO 3

Cultura e educação na América Colonial: iluminismos, instituições e culturas escritas 52

SIMPÓSIO TEMÁTICO 4

Cultura Escrita no mundo ibérico colonial: manuscritos e impressos 67

SIMPÓSIO TEMÁTICO 5

Dimensões da desordem em colônias: ilicitudes, descaminhos e heterodoxias religiosas 88

SIMPÓSIO TEMÁTICO 6

Dimensões do catolicismo no Império português: instituições, práticas e representações (séculos XVI-XVIII) 101

SIMPÓSIO TEMÁTICO 7

Dinâmicas processuais na justiça do Antigo Regime – ritos, práticas, querelas e jurisdições coloniais (1530-1822) 123

SIMPÓSIO TEMÁTICO 8

Do colonial ao pós-colonial: perspectivas para ler os domínios portugueses na África e no Oriente 123

SIMPÓSIO TEMÁTICO 9

Fronteiras e relações transfronteiriças na América colonial 132

SIMPÓSIO TEMÁTICO 10

Elites, práticas e instituições nas monarquias ibéricas e seus domínios ultramarinos 148

SIMPÓSIO TEMÁTICO 11

Relações de poder, redes sociais e circulação no tempo dos Felipes (1580-1640) 171

SIMPÓSIO TEMÁTICO 12

Impérios Ibéricos no Antigo Regime: política, sociedade e cultura 187

SIMPÓSIO TEMÁTICO 13

Inquisição, clero e conexões religiosas no mundo ibérico e colonial 212

SIMPÓSIO TEMÁTICO 14

Nas malhas da família: estratégias familiares entre normas e práticas 237

SIMPÓSIO TEMÁTICO 15

O governo da justiça: poderes, instituições e magistrados (séculos XVII-XIX) 256

SIMPÓSIO TEMÁTICO 16

Os espaços coloniais como problema de pesquisa: cartografia, sistemas geográficos e novas metodologias 276

SIMPÓSIO TEMÁTICO 17

Escravidão e mestiçagens: os mundos da escravidão e das mestiçagens em conexões (séculos XVI a XIX) 297

SIMPÓSIO TEMÁTICO 18

Títulos, ofícios e riqueza: estratégias de ascensão social no Atlântico Moderno 310

SIMPÓSIO TEMÁTICO 19

Império e Colonização: economia e sociedade na América portuguesa 330

APRESENTAÇÃO

O VI EIHC dá continuidade às bem-sucedidas experiências do II Encontro Internacional de História Colonial, realizado na UFRN em 2008, e do I Encontro Nordestino de História Colonial, UFPB (João Pessoa, 2006) eventos pioneiros, que reuniram departamentos e programas de pós-graduação em História de diversas universidades nordestinas, para promover o debate sobre pesquisa e produção de conhecimento em História Colonial.

O alto nível dos debates passados, instigou a Comissão Organizadora do V EIHC, e consolida-se nesta VI edição, a ampliar sua estrutura, envolvendo historiadores de outras regiões brasileiras, além de pesquisadores estrangeiros, sem, no entanto, perder de vista um dos principais objetivos do Encontro inicial (2006), qual seja, o fomento da pesquisa em História Colonial nas universidades nordestinas.

O I Encontro, ainda caracterizado como nordestino (IENHC) foi realizado na UFPB, entre 7 e 10 de setembro de 2006, tendo como temática central "Territorialidades, poder e identidades na América portuguesa (século XVI ao XVIII)". Dois anos depois, já como evento internacional, realizou-se o II Encontro Internacional de História Colonial (IIEIHC), na UFRN entre 16 e 19 de setembro de 2008, com foco no tema "A experiência colonial no Novo Mundo (século XVI ao XVIII)". A temática proposta no III EIHC, "Cultura, poderes e sociabilidades no mundo atlântico (séculos XV-XVIII)", congregou historiadores dos dois lados do Atlântico, que trataram de temas ligados à História Social, Cultural, mas também, à Econômica e Política. Em 2012, o IV EIHC teve como tema "Trabalho, economia e populações no mundo iberoamericano (séculos XVI ao XIX)" e passou a contar com apoio do CNPq. O V EIHC manteve a proposta inicial, de promover a pesquisa em História Colonial nas universidades nordestinas e o intercâmbio de ideias entre seus pesquisadores, ampliando essa discussão. Buscou também ir além, oferecendo um espaço para que os professores de História da educação básica, das redes públicas e particulares do Brasil, pudessem, dialogar com o que de recentemente se produz em termos de pesquisa histórica, referente ao período colonial, fomentando o intercâmbio entre os saberes acadêmicos e escolares, possibilitando o aperfeiçoamento de todos os envolvidos e a divulgação do conhecimento histórico.

O VI EIHC – ora realizado na cidade de Salvador - Bahia, primeira capital da América portuguesa – prossegue com o mesmo espírito universalista e investigativo, preservando a excelência de seus participantes e debates, incentivando e promovendo a troca de saberes e experiências entre pesquisadores, professores universitários e educadores do ensino fundamental e médio.

Com o tema "Mundos coloniais comparados: poderes, fronteiras e identidades", promovido pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Universidade Católica do Salvador (UCSal) – primeira instituição privada a dar acento ao EIHC –, o VI EIHC celebra seu décimo ano de existência. O mesmo padrão de qualidade das edições anteriores será mantido, ao reunir *experts* de vários campos da história colonial em conferências, mesas redondas e simpósios temáticos, além do lançamento de obras publicadas recentes. Desta vez conta com mais um espaço, o "Bate-papo com o (a) historiador(a)", cujo objetivo é aproximar o(a) autor(a)consagrado(a) a seus leitores.

Com duas conferências, 13 mesas redondas, 18 simpósios temáticos e nove minicursos, o VI Encontro Internacional de História Colonial se vislumbra como um dos maiores de sua história, evidenciando o quanto esse evento já está consolidado como o mais importante do gênero no território brasileiro na atualidade.

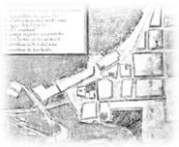
Todos(as) os(as) pesquisadores(as), professores(as), estudantes e amantes da História Colonial, e áreas afins, estão convidados(as) a tomar parte nesse evento, que ocorrerá entre os dias 12 e 15 de setembro de 2016, nas dependências do *campus* da Federação da UCSal.

Salvador, agosto de 2016

Eduardo José Santos Borges
Maria Helena Ochi Flexor
Suzana Maria de Sousa Santos Severs

PROGRAMAÇÃO

12 de setembro de 2016	
10:00 – 12:00	Credenciamento. Local: Campus da UCSAL na Federação
14:00 – 16:00	Credenciamento. Local: Campus da UCSAL na Federação
18:00 – 19:00	Cerimônia de Abertura. Local: Hotel Sheraton da Bahia
19:00 – 21:00	Conferência de Abertura: Profa. Dra. Maria Fernanda Bicalho.
13 de setembro de 2016	
08:00 – 10:00	Minicursos. Local: Salas Temáticas
10:00 – 12:00	Mesas Redondas. Local: Salas Temáticas
12:00 – 14:00	Almoço
14:00 – 17:30	Simpósios Temáticos. Local: Salas Temáticas
18:00 – 19:30	Bate Papo com o(a) historiador(a): Profa. Dra. Maria Beatriz Nizza da Silva
14 de setembro de 2016	
08:00 – 10:00	Minicursos. Local: Salas Temáticas
10:00 – 12:00	Mesas Redondas. Local: Salas Temáticas
12:00 – 14:00	Almoço
14:00 – 17:30	Simpósios Temáticos. Local: Salas Temáticas
18:00 – 19:00	Palestra: Digitalizando documentos ameaçados: Os Livros de Notas da Bahia: Prof. Esp. Urano Andrade
19:00 – 20:00	Lançamento de Livros. Local: Quadra de Esportes
15 de setembro de 2016	
08:00 – 10:00	Minicursos. Local: Salas Temáticas
10:00 – 12:00	Mesas Redondas. Local: Salas Temáticas
12:00 – 14:00	Almoço
14:00 – 17:30	Simpósios Temáticos / Reunião Administrativa
19:00 – 21:00	Conferência de Encerramento: Profa. Dra. Patrícia Fogelman . Local: Quadra de Esportes.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 1
A dinâmica imperial e a comunicação política no Antigo Regime do mundo português, séculos XVI-XIX

Coordenadores: Carla Maria Carvalho de Almeida (Universidade Federal de Juiz de Fora) e Márcio de Sousa Soares (Universidade Federal Fluminense)

13 de setembro de 2016

CONSTRUINDO BANCO DE DADOS E DESENHANDO RELAÇÕES: UMA PROPOSTA DE ABORDAGEM RELACIONAL PARA O ESTUDO DAS POPULAÇÕES COLONIAIS PAROQUIAIS

Ana Paula Cabral Tostes / Victor Luiz Alvares Oliveira

Desde o advento e a popularização dos computadores pessoais que os programas de informática, em especial os bancos de dados, têm feito sentir sua presença na construção do conhecimento histórico, destacando-se atualmente uma tendência entre os grupos de pesquisa em História de apresentar e difundir seus resultados de pesquisa em plataformas on-line. Buscando dialogar com as potencialidades destas tecnologias para o estudo a História Colonial, buscamos apresentar uma proposta de banco de dados com inspiração relacional que possa servir como uma ferramenta colaborativa para o estudo da sociedade colonial brasileira. Serão discutidos seus pressupostos teóricos, suas limitações e suas potencialidades de pesquisa com base em diferentes documentos de origem paroquial, estrutura administrativa geradora de memória escrita para boa parte do universo colonial de outrora.

REFLEXÕES SOBRE A DINÂMICA DE MUDANÇAS NUMA HIERARQUIA SOCIAL DE UMA CONQUISTA NO ANTIGO REGIME CATÓLICO: AMÉRICA LUSA SÉCULO XVIII

João Fragoso

O texto pretende identificar e refletir sobre a dinâmica de mudanças numa sociedade de conquista do Antigo Regime católico. Para tanto, se parte de fenômenos presenciados na América lusa ao longo do século XVIII. Nesse período, de início, temos o incremento do tráfico de escravos africanos nos portos americanos que aumenta 476 mil, entre 1701-1725, para 1.236,50 cativos nos anos 1801 a 1825. a isso, se junta a chegada , nos mesmos portos, de milhares de reinóis e ilhéus. Ou seja, estima-se que entre 1700 a 1808 a população daquela América tenha passado de 237 mil para mais de três milhões de pessoas. Tal movimento tivera como motor a descoberta de metais nas

Minas Gerais, conhecida na época, pela economia mundo europeia de então, como a *morada do ouro*. Assim, nesse ambiente, vemos a multiplicação de diversas áreas produtoras e mercados regionais disseminados pelo Centro-Sul e também no Norte do Estado do Brasil, no Maranhão e a intensificação de rotas comerciais que alcançariam o sertão Angolano, as terras de Moçambique e de outras partes do Estado da Índia. As consequências de tais movimentos demográficos e econômicos logo seriam vividas na sociedade de Antigo Regime nos trópicos instalada nos séculos anteriores na América. Entre eles verificamos o crescimento das alforrias, da miscigenação e consequente a complexificação das estruturas estamentais pré-existentes e dos conceitos de sociedade vindos do Antigo Regime europeu: os milhares de forros e mais de forros com escravos, ou melhor, a mudança social por eles representadas redesenharam na prática uma sociedade até então entendida como imutável. Ao lado disso, temos a metamorfose das elites sociais locais. Essas últimas, cada vez mais, convivendo com práticas mercantis sem abrir mão de estratégias rentistas e de matrimônios com pequena nobreza (fidalgos da casa real ou genros com hábitos militares). Da mesma forma, estreitam-se os laços de segmentos de tais elites no espaço da monarquia pluricontinental lusa e mais percebe-se a existência de redes de solidariedades (parentesco e de amizades) conectando diferentes geografias da mesma monarquia. Enfim, a comunicação pretende contribuir para a discussão dos temas acima.

ENOBRECIMENTO E HIERARQUIZAÇÕES GEOGRÁFICAS NO IMPÉRIO PORTUGUÊS: OS FOROS DE FIDALGO NO ATLÂNTICO SUL (1640-1680)

Marcone Zimmerle Lins Aroucha

Na presente comunicação, pretendemos amadurecer aspectos de nossa dissertação de mestrado, a saber, o redimensionamento geopolítico do Império Português à luz da política remuneratória da Monarquia dos Bragança entre 1640 e 1680 – período em que a mesma Monarquia dos Bragança se encontrava num processo de afirmação bélica e política. Em nosso trabalho, pretendemos delimitar o campo de análise a partir das interações entre a Coroa Bragantina, Angola e América Portuguesa. Tencionamos sondar os padrões de enobrecimento que se verificaram em indivíduos que prestaram serviços militares em suas passagens pela Capitania de Pernambuco, Angola e, por vezes, nas fronteiras do Reino português. Ou seja: buscaremos compreender os padrões de nobilitação desdobrados na contemporaneidade entre a expedição luso-brasileira para o socorro de Angola (1648), o desdobramento e o desfecho da restauração pernambucana (1645-1654) e o desenrolar da Restauração portuguesa (1640-1668). Nosso quadro reflexivo será formado pelas concessões de foros de fidalgo da Casa Real (mais exatamente, os foros de primeiro grau: fidalgo cavaleiro, fidalgo escudeiro e moço fidalgo). A construção desse quadro se encontra fundamentada na análise dos alvarás de foros de fidalgo da Casa Real, documentação que fornece – a-

lém dos padrões discursivos referentes a critérios de mérito e exclusão social – uma radiografia dos serviços de vassalos que atuaram, amiúde, nas campanhas de restauração de Portugal e nas que se verificaram no Atlântico Sul (na Capitania de Pernambuco e em Angola). De modo que consideramos que os padrões de concessão de uma mercê num âmbito imperial podem fornecer subsídios para compreender a política da Coroa para as suas possessões, ou seja: a emissão de alvarás de foro de fidalgo da Casa Real de primeiro grau nos primeiros quarenta anos da Monarquia Bragantina se apresenta como uma chave de leitura possível para o entendimento das prioridades geopolíticas que estavam tomando forma na segunda metade do século XVII.

MILITARES, BATISMOS E FORMAÇÃO DE CLIENTELA: ESTRATÉGIAS DE ASCENSÃO NA COMARCA DE SERRO FRIO, PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII

Ana Paula Pereira Costa

O trabalho intenciona apresentar reflexões preliminares de um projeto que objetiva analisar a presença de militares na região da Comarca de Serro Frio. Esta localidade ainda não foi bem estudada pela historiografia revisionista sobre o período colonial brasileiro. Este espaço se configurou como território de fronteira cuja definição e organização se fez por meio das "entradas" em busca, primeiramente, por ouro, e, depois de 1729, por diamante. A própria ideia de conquista desse território fornece um caráter bélico para sua efetivação e, neste sentido, resgata a noção de "guerra" iminente entre os diferentes indivíduos que para aí se dirigiram com intuito de alcançar poder e riqueza. Ou seja, sua dinâmica de formação envolveu um processo acelerado e desordenado, o risco, a migração intensa de pessoas – livres e escravas –, a necessidade de controle do espaço, do contrabando e a vigilância dos caminhos. Contudo, se diferenciava de outros locais da capitania mineira pela presença dos diamantes e por ter um sistema de administração e de extração peculiar que foi se delineando ao longo do Setecentos. Neste cenário de expectativas, mas também de grande instabilidade, os militares (brancos, pardos e pretos) foram vistos pela população mais ampla e pelas autoridades locais (governadores, intendentes, ouvidores, capitães-mores, contratadores) como fundamentais para adentrar e "domar" o sertão, local de refúgio de quilombolas e índios bravos; para matizar disputas por ouro e diamantes; e para controlar roubos, garimpo ilegal, contrabando e extravio – problemas característicos dessa localidade mineradora. Para esta comunicação, no intuito de entender as formas de ação dos militares para alcance e manutenção de *status* e poder no território em foco, utilizaremos dados extraídos de documentação paroquial, aqui representada por registros de batismos referentes a primeira metade do século XVIII, privilegiando-se duas localidades: a Vila do Príncipe e o Arraial do Tejuco. Através dessas fontes, buscaremos investigar uma prática estabelecida pelos militares da região que tem sido considerada crucial para a afirmação social e política de grupos de elite

em sociedades de Antigo Regime, a saber, o estabelecimento de clientela. Entende-se que, para tais homens, era necessário angariar apoio de diferentes estratos para que a legitimidade e a posição social em que se situavam fossem preservadas ou pudessem se elevar, considerando que seus lugares na hierarquia deviam ser sustentados por uma base social, de preferência, numerosa e diversificada. Para o caso dos militares, não podemos desconsiderar que pela gama de possibilidades de enriquecimento e aquisição de poder abertas pela migração para a região em destaque, a sociedade foi sendo moldada por disputas entre distintos setores sociais e seus interesses na insistente luta cotidiana pela sobrevivência e satisfação de demandas. Era uma relação sempre tensa. Por isso mesmo, a competição por recursos entre os indivíduos que compunham o quadro bélico das paragens em destaque era um necessidade para galgar patamares de ascensão social.

"PORQUE QUER HAVER O SEU PAGAMENTO": OS FINANCIADORES DA FESTA DE SÃO SEBASTIÃO E SUA OITAVÁRIA NO RIO DE JANEIRO (1790-1828)

Maria Beatriz Gomes Bellens Porto

No Rio de Janeiro colonial, o culto ao padroeiro da cidade era uma das mais importantes celebrações oficiais, ficando atrás apenas do Corpo de Deus, mobilizando toda a população e promovendo a interação e sociabilidade nos espaços públicos e privados, na preparação dos enfeites das casas, na limpeza das ruas e até na obrigatoriedade da participação na procissão. Ao contrário das festas de irmandades, os festejos à São Sebastião eram promovidos por indivíduos que financiavam a procissão e os oito dias de festa – as chamadas Oitavárias – e depois cobravam seus gastos ao Senado da Câmara, que administrava a celebração. Por meio dessa prática, era possível estabelecer redes de sociabilidade com os oficiais da Câmara, participar ativamente da economia fluminense e, principalmente, utilizar a festa para o estabelecimento de relações políticas, econômicas e como forma de hierarquização em relação aos demais participantes. Os financiadores forneciam artigos para as procissões, como fogos de artifício, armações para o Pálio, estruturas, decoração, arcos triunfais, pagamento dos músicos, cuidados com a imagem e andor de São Sebastião e principalmente a cera para as luminárias. Além disso, pagavam para o comparecimento dos *homens bons,* e principais políticos da cidade. Assim, por ocasião das festas os *homens bons,* membros do Senado da Câmara deveriam comparecer paramentados com as insígnias de administração local representando seu poder, e por extensão o poder régio. Para isso receberiam propinas, termo de época, pagas dentro da mesma lógica de cobrança depois que a festa ocorria. As propinas eram recebidas como recompensas por algum serviço prestado, mesmo fazendo parte dos deveres dos camarários, uma vez que os cargos do Senado não eram pagos. Em todos esses casos é necessário observar o caráter hierarquizador de receber para participar da festa do padroeiro, dando, assim, uma conotação burocrática para um ato também devocional. A virada do século XVIII para o XIX foi

um período de transformações na sociedade fluminense, que se destacava na América portuguesa como seu principal centro comercial e político. Após a chegada da Corte em 1808, observou-se uma ressignificação das festas públicas, como indício de um processo de refinamento, alargando as possibilidades de financiamento e, por conseguinte, também o conjunto de financiadores e suas apropriações. Tal dinâmica continuou até 1828, quando as festas religiosas oficiais passam a ser administrada pela Casa Imperial, em um processo de esvaziamento dos poderes administrativos da Câmara Municipal. Na presente comunicação apresentaremos quem eram os financiadores da Festa de São Sebastião, trazendo alguns resultados prévios da nossa pesquisa, a fim de traçar o perfil desses homens, mulheres e representantes de companhias, para entender os motivos sociais, políticos e econômicos de financiar a festa e depois cobrar do Senado da Câmara. Para além de um ato devocional, também estabeleciam redes de sociabilidade e participavam do funcionamento da sociedade de Antigo Regime.

"PARA TRATAR DE SUA VIDA TOMANDO ESTADO, E VIVENDO BEM": AS RELAÇÕES DOS COBRADORES DOS QUINTOS COM SEUS ESCRAVOS, FORROS, PARDOS, MULATOS E AFILHADOS NEGROS (MARIANA, SÉCULO XVIII)

Simone Cristina de Faria

A presente comunicação tem por objetivo apresentar os resultados do capítulo 4 de minha tese de doutorado, intitulada *A "matéria dos quintos" e "os homens do ouro": a dinâmica da arrecadação dos quintos reais na Capitania de Minas Gerais e as atribuições, atuação, perfil e relações dos cobradores dos quintos (c. 1700 – c. 1780).* Tal capítulo, *"Para tratar de sua vida tomando estado, e vivendo bem": as relações dos cobradores dos quintos com seus escravos, forros, pardos, mulatos e afilhados negros,* buscou reconstituir, na medida em que foi possível pelos documentos existentes, um cotidiano de relações que os poderosos cobradores dos reais quintos em Mariana Setencentista mantiveram com os variados grupos sociais de menor "qualidade" que a sua, a saber, seus escravos, forros, pardos, mulatos e afilhados negros. Critérios de hierarquização social, estratégias, acordos, trocas, escolhas e comportamentos de ambos os lados buscaram ser identificados de acordo com os recursos desiguais disponíveis na delimitação e negociação dos espaços de todos esses atores na sociedade mineradora setecentista. Partimos da hipótese que as relações com outros grupos sociais e a criação de alianças sólidas e diversificadas seriam fundamentais para que os cobradores dos quintos garantissem sua posição destacada de poder, prestígio, autoridade e distinção social. Mas consideramos ainda, diante da premissa que os grupos se definem na sua interação, que os demais indivíduos a eles ligados também definiam seus espaços e comportamentos tendo, em grande medida, por base essas relações, das quais tiravam o devido proveito como modo de sobrevivência em um mundo tão hostil quanto o da escravidão. Buscamos evidenciar tais pressupostos analisando a composição da escravaria dos cobradores dos quintos (com discussões detalhadas sobre

sexo, idade, origem dos cativos, doenças, profissões e família escrava), as alforrias e legados deixados a esses indivíduos ao fim da vida de seu senhor, alguns indícios sobre o complexo embate entre os conflitos e os cuidados com esses subalternos, e a prática que muitos cobradores desenvolveram de armar seus escravos para diversos fins. Com tais análises, portanto, acreditamos ter nos aproximado o máximo possível do cotidiano de parcela significativa da sociedade setecentista mineradora, sobretudo aquela que teve ligações com o precioso ouro de Sua Majestade.

PARDOS FORROS: MOBILIDADE, REDES RELACIONAIS E MUDANÇA GERACIONAL DE COR (RECÔNCAVO DA GUANABARA, RIO DE JANEIRO, SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII)

Júlia Ribeiro Aguiar

A descoberta do ouro nas Minas, em finais dos seiscentos, resultou na transformação da capitania do Rio de Janeiro em principal porto e praça mercantil do Atlântico Sul. O consequente recrudescimento do tráfico negreiro por conta deste processo propiciou um aumento exponencial de cativos africanos no porto carioca, impactando a cidade social e demograficamente. Em linhas gerais, estas transformações sociais e econômicas reconfiguraram também hierarquias e práticas de organização social da sociedade fluminense. Uma destas práticas foi o aumento do número de alforrias e, consequentemente, da população liberta, que praticamente alcançou a de livres no final do setecentos. O objetivo deste trabalho é, portanto, explorar a consolidação deste grupo de forros em São Gonçalo do Aramente, freguesia rural situada no Recôncavo da Guanabara, na capitania do Rio de Janeiro, através da reconstituição de trajetórias familiares e individuais que demonstram, de forma indiciária, que estes forros constituíram-se não somente como grupo demográfico, mas também como grupo social, na medida em que partilhavam de práticas e modos de organização social em comum. A grande maioria dos sujeitos que pertenciam a estas famílias forras eram designados nos registros paroquiais como pardos, e tendencialmente, apresentavam práticas matrimoniais endogâmicas, sobretudo os homens. As mulheres, por sua vez, casavam-se majoritariamente com açorianos e portugueses, indicando o papel social destas famílias e, especificamente destas pardas forras, na inserção destes estrangeiros nas hierarquias locais. Quanto ao compadrio, membros destas famílias de alforriados eram convidados pelos mais diversos segmentos sociais a participar das cerimônias batismais, novamente sugerindo a atuação do grupo como eixo de diversas redes relacionais. A recorrência do estabelecimento de relações parentais entre estes libertos e homens de negócio, que vinham se estabelecendo social e economicamente naquele período, aponta para a permanência e o enraizamento social deste grupo de forros diante do definhamento da nobreza da terra e da consolidação desta nova elite de comerciantes. Curiosamente, ao mesmo tempo em que estes forros demonstravam compartilhar de práticas sociais em comum, uma de suas carac-

terísticas principais foi a de suas gerações subsequentes "perderem" - tendencialmente e não como regra - a cor e a condição jurídica, não mais sendo designados como "pardos" ou "forros". Neste sentido, este trabalho também se propõe a discutir em que medida é possível pensar na categoria dos forros como um grupo social, na medida em que tendiam a se afastar das qualidades que os remetiam ao passado do escravo e os aproximavam do mundo dos livres.

UM DELICADO EQUILÍBRIO: BRANCOS, TAPUIOS, MAMELUCOS E GENTIOS NOS CONFINS DO IMPÉRIO PORTUGUÊS (RIO NEGRO E PARÁ, SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII)

André Augusto da Fonseca / Kezia Wandressa da Costa Lima

Ao fim do que o historiador Moreira Neto chamou de período missionário "empresarial" na Amazônia ou apogeu das ordens missionárias no Estado do Maranhão e Grão-Pará, entre 1686 (ano da publicação do Regimento das Missões) e a década de 1750 (com as "Leis de Liberdade" dos Índios de 1755, o chamado "Diretório dos Índios" de 1757, a criação da Capitania de São José do Rio Negro e a expulsão dos jesuítas), reformas políticas, eclesiásticas, econômicas e culturais alteraram significativamente as regras que ordenavam as relações entre os diferentes grupos sociais da região e entre esses grupos e a Coroa. A determinação de que as antigas missões – antes controladas espiritual, econômica e temporalmente por missionários – se transformassem da noite para o dia em vilas e lugares com autogoverno, bem como a "nobilitação" dos casamentos entre portugueses e índios, logrou até certo ponto a mudança de status de muitas famílias indígenas, em que pese a manutenção das requisições de trabalho compulsório a que estava sujeita a maioria da população nativa. A documentação da época que chegou até o presente permite reconstituir algumas trajetórias de oficiais índios (oficiais camarários, "Principais" e outras lideranças indígenas envolvidas no comércio de exportação, militares) e de brancos unidos a indígenas por alianças matrimoniais e de compadrio. Uns e outros, vindos de mundos culturais absolutamente diversos, movimentavam-se como súditos de uma monarquia pluricontinental, colecionando certidões de serviços prestados à Coroa, pedindo e recebendo mercê, estabelecendo redes de alianças, fazendo requerimentos para denunciar abusos contra seus direitos, para preservar suas margens de autonomia e assegurar um futuro mais seguro aos membros de suas casas. Evidentemente, os súditos nativos tinham uma série de pesadas desvantagens sociais em uma sociedade onde não constituíam a cultura dominante, mas possuíam também um leque de possibilidades que lhes eram peculiares: exímios conhecedores do meio e vinculados muitas vezes a redes de alianças, trocas e rivalidades plurisseculares, podendo às vezes negociar suas condições de aliança ou descimento entre diferentes potências coloniais confinantes (portugueses, espanhóis, holandeses e fran-

ceses), podiam, no limite, fazer largo uso da deserção individual e coletiva como um trunfo e como uma forma de resistência. A condição de esmagadora maioria demográfica, singular para grupos nativos na América Portuguesa, e mesmo rara em todo império (como uma maioria não-portuguesa teoricamente com plenos direitos civis) produziu uma forma *sui generis* de integração ao Império Português, com as previsíveis tensões provocadas pelas heterogeneidades linguísticas, étnico-culturais e econômicas em uma sociedade de Antigo Regime.

14 de setembro de 2016

A COMUNICAÇÃO POLÍTICA DA CÂMARA DE MARIANA (MINAS GERAIS – SÉCULO XVIII)

Pablo Menezes e Oliveira

Instituição de grande importância nos quadros da administração do Império português, as casas de câmara foram instaladas em várias paragens da América portuguesa, atuando em matérias fiscais, de administração da justiça, e da consolidação e manutenção do espaço urbano. Tais ações têm sido estudadas por um grande número de pesquisadores nos últimos anos, comprovando o lugar das câmaras na manutenção dos domínios além-mar, afinal ampliando as possibilidades de leitura das dinâmicas do poder e das instituições, tema bastante em voga nos últimos anos. Além disso, tem-se procurado observar que além de serem o "sustentáculo" do império, também se envolveram em discussões sobre os mais variados temas objetivando atender interesses dos moradores da municipalidade, sendo emblemáticas as discussões em torno de matérias tributárias. Longe de entendermos tal comportamento como atípico, ele se insere na prática política da época. Tal prática se faria perceber na Capitania de Minas Gerais. Encravado no coração da América, o território devassado pelos paulistas experimenta um processo de fixação populacional ligado à colonização portuguesa a partir de fins do século XVII, atraídos pelas atividades minerais. A partir de então, o Rei de Portugal arquitetou diversas maneiras de colocar sob a fé e a lei os povos que para ali migraram. O território passou a ser pontuado por edifícios religiosos e instituições que deveriam tributar, legislar e policiar os habitantes das Minas. Entre as muitas instituições ali estabelecidas, a coroa estabeleceu casas de câmara nas Minas Gerais, processo que no decurso do século XVIII fez com que fossem instituídas quatorze municipalidades na Capitania, instaladas em conjunturas variadas entre os anos de 1711 e 1798. A análise da documentação produzida pelas câmaras de Minas mostrou que elas atuaram em matérias variadas, sendo responsáveis, por exemplo, pela coleta de tributos, pela construção e manutenção de ruas, pontes, chafarizes, a regulação do abastecimento de gêneros alimentares. Mas também souberam preservar os interesses dos moradores das vilas, remetendo cartas às várias autoridades administrativas para dar ordem a suas demandas. No trabalho em foco, trataremos das cartas remetidas pelos camaristas da Cidade de Mariana entre

os anos de 1745 e 1808 (outrora Vila do Ribeirão do Carmo, instituída no ano de 1711, tornada cidade em 1745), procurando observar os temas recorrentes em suas demandas materializadas nas cartas, bem como a construção dos textos ali contidos.

JUÍZES ORDINÁRIOS E DE FORA NA JUSTIÇA DO ANTIGO REGIME: A PRIMEIRA INSTÂNCIA ATRAVÉS DA COMUNICAÇÃO POLÍTICA DE MARIANA, MINAS GERAIS (1711-1750)

Mariane Alves Simões

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a execução da justiça local na região de Mariana, Minas Gerais durante a primeira metade do XVIII, através da comunicação política suscitada por sua execução. A justiça no Antigo Regime significava antes de tudo manter a harmonia entre todos os membros que compunham o corpo social. Segundo Álvaro Antunes ainda que vinculada ao Estado ou à figura do rei, a Justiça continuaria a ser descrita como uma vontade ou uma virtude de atribuir a cada qual aquilo que lhe era de direito. A justiça em primeira instância ocorria nos quadros da Câmara através do desempenho do juiz ordinário ou de fora. Na região de Mariana esse cargo foi criado em 1711, passando a ocorrer eleição de dois juízes ordinários como previsto nas Ordenações Filipinas. Os juízes ordinários atuaram nessa região até 1731, quando foi criado o cargo de juiz de fora. Os juízes ordinários se diferenciavam dos juízes de fora principalmente pelo fato de serem designados para o cargo através do processo de eleição. Os primeiros eram eleitos pelos homens bons, através dos processos de pelouros em mandatos de um ano, enquanto os últimos eram nomeados pelo rei dentre bacharéis letrados, com o intuito de ser o suporte ao poder real nas colônias. Os juízes de fora eram eleitos para mandatos trienais e submetidos a Leituras de Bacharel, exigência irrevogável para se ingressar na carreira da magistratura oficial. Nesse sentido, buscaremos analisar a comunicação política existente no Conselho Ultramarino entre as autoridades centrais e locais a respeito da execução da justiça em primeira instância na região e sobre a atuação desses juízes, assim como o posicionamento a respeito da transição dos cargos na Câmara. Assim, ao debruçarmos sobre as correspondências referentes à temática buscamos nos apropriar da noção de monarquia pluricontinental, cuja dinâmica governativa apoiava-se fundamentalmente na negociação entre o centro e suas conquistas, tentando apreender como se equilibravam as determinações régias e os usos e costumes de uma justiça local. Os trabalhos de António Manuel Hespanha surgem como fundamentais para temática da administração e da justiça. O autor propõe a definição de sociedade corporativa, onde o direito oficial dava margem à justiça ligada aos costumes e ao Direito local, pregando a indispensabilidade dos corpos sociais. Segundo Hespanha o direito legislativo da Coroa era limitado e enquadrado pela doutrina jurídica e pelos usos e práticas locais, assim os deveres políticos cediam perante os deveres morais ou afetivos, decorrentes de

laços de amizade, institucionalizados em redes de amigos e clientes. Além da documentação do Conselho Ultramarino, nos apoiaremos em documentos da Câmara de Mariana e do Arquivo Público Mineiro referente à execução dessa justiça local e de seus agentes. Desse modo, propõe se através da comunicação política engendrar aspectos da justiça em primeira instância realizada na Câmara de Mariana nas primeiras décadas do setecentos, refletindo sobre os equilíbrios de poder da época moderna.

A LINGUAGEM MORAL ENTRE O JUSTO E O EXORBITANTE NAS MINAS GERAIS: O PREÇO JUSTO E CERTO NA VILA DE NOSSA SENHORA DO CARMO/MARIANA (1711-1750)

Fabiano Gomes da Silva

O governo econômico da *res pública* no Antigo Regime era sensivelmente marcado por noções de justiça e de moralidade. Usualmente as autoridades emitiram bandos e normas para condenar e remediar o ganho em excesso, a fraude com a adulteração dos produtos e o conluio dos mercadores e oficiais manuais na definição de preços movidos por particulares interesses dentro dos mercados locais. A linguagem política de combate ao excesso e a fraude também se fez presente no mundo colonial americano. Na Vila de Nossa Senhora do Carmo, a estabilidade da população dependia do regular concurso de mantimentos, mercancias e prestadores de serviços especializados. A Câmara da Vila do Carmo, criada em 1711, não tardou em editar um conjunto de normas e regulamentos abarcando almotaçaria (preço máximo definido), aferição de pesos e medidas (combater adulterados e falsos) e fixação de regimentos com valores de serviços cobrados pelos oficiais manuais. Tudo na defesa do interesse do bem comum da população e dos mineiros, pois, sem isso, a colheita do ouro e os arraiais sofreriam com desordens. A conformação dos preços no mercado por meio da almotaçaria e dos regimentos dos ofícios manuais foi uma das faces da política de conservação do bem comum. A definição emanada dessas normas se aproximou do chamado *preço justo*. Ele era o preço comum que servia tanto para quem comprava quanto pra quem vendia, sendo um valor acordado para atender as necessidades imediatas do "povo", mas igualmente acomodar os interesses dos intermediários (lojistas, vendeiros, comboieiros e etc.) e dos produtores de bens e serviços no mercado local (oficiais manuais, roceiros, criadores de gado, por exemplo). As preocupações morais com o *preço justo* e o combate ao ganho excessivo também estavam presentes nas trocas mercantis na Vila do Carmo. As chamadas ações cíveis revelaram a reprodução da mesma lógica do *preço justo* nas negociações comerciais da comunidade. Além disso, a partir dessa documentação foi possível inferir a presença de limites razoáveis entre o ganho justo e o "ganhar exorbitante" nas trocas do dia-a-dia. Esses limites estavam contidos na noção jurídica de *preço justo e certo*, que internalizava como costumeira uma variação nos valores de bens e serviços frente ao preço justo antes que fosse condenado como excessivo.

INFLUÊNCIA DOS PODERES LOCAIS NA DEFINIÇÃO DA FISCALIDADE RÉGIA

Carla Maria Carvalho de Almeida

O objetivo dessa comunicação é apresentar uma reflexão sobre a problemática da tributação e da fiscalidade no âmbito da monarquia corporativa da época moderna, através da análise das correspondências trocadas entre as instâncias centrais da monarquia portuguesa e as instituições que representavam os poderes locais na América Lusa. Este trabalho integra um projeto de pesquisa coletivo, ainda em andamento, que tem procurado estudar as formas de comunicação e a dinâmica das relações entre centro e periferias no império luso no Atlântico usando como principal fonte a documentação avulsa existente no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Para tanto, foram levantadas e registradas em um banco de dados as correspondências trocadas entre o Conselho Ultramarino e as diversas capitanias da América Portuguesa nos séculos XVII e XVIII. Interessa-nos saber, como, sobre que temas e com que capacidade de intervenção as instituições estabelecidas no ultramar – notadamente as câmaras – se comunicavam com as instâncias centrais da monarquia. Parte-se do pressuposto de que a monarquia lusa, em razão de sua natureza poli-sinodal, compreendia negociações entre segmentos sociais situados em diferentes partes do império, cada qual com seus recursos e dispostos numa estratificação cuja cabeça era o rei. Nesse contexto, entendemos que as questões da tributação e da fiscalidade estavam submetidas a uma série de constrangimentos morais e religiosos e a uma grande dispersão orçamentária coadunada com a dispersão política característica da monarquia coorporativa. Concentrando-me no contexto da descoberta do ouro nas Minas Gerais do século XVIII, a meta dessa comunicação é demonstrar como eram diversificados os agentes que se manifestaram sobre o tema, como em alguns períodos específicos foi grande a dependência das instâncias centrais da monarquia com os poderes e as elites locais para definição da melhor forma de estabelecer a tributação e para a eficaz cobrança dos tributos. Tudo isso reforçando a ideia de uma sociedade coorporativa. O exemplo da implantação do quinto do ouro em Minas Gerais servirá de eixo condutor da análise.

O MARQUÊS DE LAVRADIO E A "RAZÃO DE ESTADO": POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO NA SEGUNDA METADE DO SETECENTOS

Antônio Carlos Jucá de Sampaio

A segunda metade do século XVIII foi tradicionalmente definida pela historiografia como um período de grandes transformações na forma de governo e administração no império português. Transformações que se iniciam no período pombalino, mas que se estendem mais além, denotando uma atuação mais sistemática da coroa, voltada para uma melhor administração dos povos e, para isso, produzindo uma quantidade significativa de dados, mapas e análises sobre regiões, populações, etc. Hoje, embora esse marco tenha sido algo relativizado, mostrando-se que importantes mudanças ocorreram a

partir da década de 1720, parece-nos claro que ele ainda é significativo. É sem dúvida após 1750 que tais mudanças se consolidam, constituindo-se num novo paradigma de atuação da coroa. Uma das transformações mais importantes ocorridas foi o surgimento e difusão do conceito de "razão de Estado", entendida como uma racionalidade específica dos agentes públicos tendo em vista os interesses maiores do Estado ou, o que quer dizer o mesmo, da monarquia portuguesa. O vicereinado do Marquês de Lavradio apresenta-se como um momento especialmente rico para a análise de como a "razão de Estado" se expressava no cotidiano das autoridades régias na colônia. Seu governo foi marcado por fortes tensões com as autoridades espanholas, o que tornava a questão da defesa central em suas preocupações. Por outro lado, a necessidade de bem administrar multiplicava os esforços por melhor conhecer tanto a população quanto a região governada, assim como buscar implantar melhoramentos. Todos esses aspectos encontramos no governo do Marquês, tornando-o um exemplo importante da nova racionalidade em voga.

PERNAMBUCO E A COROA: COMUNICAÇÃO POLÍTICA EM FINAIS DE SETECENTOS

Érika Simone de Almeida Carlos Dias

O trabalho pretende analisar a comunicação política entre a junta que governou Pernambuco, após o afastamento do último governador enviado pela Coroa em Setecentos, D. Tomás José de Melo em 1799, e o Conselho Ultramarino. Conselho que se aproveitou do momento de instabilidade vivido no império português no final do século XVIII e procurou reconquistar algum protagonismo perdido para as secretarias de Estado que desde a década de 1760 vinham se tornando as instituições primordiais no que respeita à governação do ultramar português. Tomaremos como exemplo as consultas do Conselho Ultramarino oriundas de queixas e petições de Pernambuco, porque em ao menos uma delas a decisão do regente foi normativa, valia não apenas para a capitania de Pernambuco, mas para todo o império português.

AS DINÂMICAS DE DEFESA NO IMPÉRIO ULTRAMARINO: ENSINO DA ARQUITETURA MILITAR (1700-1750)

Luiza Nascimento de Oliveira da Silva

A proposta da presente comunicação é compreender os princípios e os parâmetros da construção da ciência da arquitetura militar em Portugal, bem como a sua resignificação na América portuguesa, mais especificamente na cidade do Rio de Janeiro. Através da análise dos documentos manuscritos "Tratado da Arquitetônica, ou Arquitetura Militar, ou Fortificação das Praças" (1740), atribuído ao engenheiro-mor do reino Manuel de Azevedo For-

tes, o "Exame Militar" (1703), do Padre Luiz Gonzaga, e da interpretação do desenho das "Plantas da cidade de Lisboa no tocante à sua fortificação e emendas nela propostas e assentadas pelos engenheiros Francisco Pimentel, Manuel Mexia da Silva, Manuel de Azevedo Fortes, António Velho de Azevedo, Manuel do Couto e Manuel Pinto de Vila Lobos que por ordem de Sua Majestade que Deus guarda se fez no ano de 1700", identificaremos como a linguagem da referida ciência possuía uma matriz política, pois, a sua aplicação era necessária para a manutenção do governo do Império ultramarino. A relação social de produção da representação de defesa (com o estudo da elaboração das plantas de fortificação e dos tratados) será explorada no desenvolvimento da ciência, através das estruturas de seu funcionamento, bem como de seu ensino. A circulação dos princípios da arquitetura militar demonstra os grupos, as hierarquias, as resistências e os conflitos que permearam a sua construção e prática. Exemplo disso foi a formação de redes de teóricos e seus temas, estes postos em discussão nos tratados estudados. Da mesma forma que o uso e a assimilação das plantas de fortificação. A análise da linguagem será realizada a partir da perspectiva do decoro e da noção de que se trata de uma ciência necessária, útil e conveniente, o que permite a identificação dos preceitos da arquitetura militar, tanto no aspecto físico das cidades, quanto no político. A linguagem dos textos (dos tratados e das plantas de fortificação) era permeada por atributos políticos, tais como, o brasão real e a dedicação da planta de fortificação ao monarca D. João V, presentes nos desenhos. Além do ensino da ciência ser legitimado, e ao mesmo tempo, legitimar a manutenção do Estado – como apreendemos do ensino dos tratados. Isso porque a defesa era parte da estratégia de governo, e o ambiente político estava articulado ao ensino da ciência da arquitetura militar. Para tanto, conceitos propagados por autores da Antiguidade clássica adquirem um espaço considerável nos documentos em estudo. Identificamos a sua resignificação na teoria política de defesa ensinada na tratadística da arquitetura militar. Como por exemplo, a dimensão das virtudes do monarca, além da própria função da dita ciência. A problematização de questões culturais, ou melhor, compreender as práticas culturais por meio da observação de perto e em companhia do observado – os autores dos manuscritos – nos auxilia no entendimento do quadro do sistema de ensino da ciência da arquitetura militar, do quadro da instituição da ciência e do quadro mais vasto da cultura. Pois, como personagem, o autor do documento, informa sobre o seu modo de interpretar o mundo, a sua visão de mundo pode ser entendida através dos temas debatidos por ele.

DOMINGOS JORGE VELHO E O QUILOMBO DOS PALMARES: DA GUERRA ARMADA À GUERRA ESCRITA (1687-1698)

Luiz Pedro Dario Filho

A segunda metade do século XVII foi período conturbado para a monarquia lusa. Após 1640, necessitando construir legitimidade institucional para fornecer estabilidade política a D. João IV, Portugal enfrentou resistências milita-

res não apenas da Espanha, mas em diversas partes do seu império ultramarino. O território da América portuguesa não seria exceção neste contexto, com a guerra de expulsão dos flamengos de Pernambuco e os levantes tapuias nas capitanias do Norte do Brasil produzindo constantes preocupações em Lisboa. Seria a cultura de serviços militares prestados pelos seus súditos do ultramar, prática tradicional dentro do mundo ibérico moderno, que viabilizaria a sustentação da soberania portuguesa nessas regiões ameaçadas. Vassalos desejosos de prestígio e de ascensão social formariam tropas e terços armados para guerrear em nome da Coroa portuguesa. Terminados os conflitos, no entanto, nova batalha era travada, desta vez não através das armas contra os inimigos de Portugal, mas pelas letras, em negociações envolvendo mercês régias pelos serviços prestados. O envio dos papéis narrando atuações militares envolvia imbróglio nada fácil para esses súditos. Fora todo o tempo, considerável, que envolvia o envio dos documentos e a sua chegada na Corte, não era raro que se levassem meses, ou até mesmo anos, para a obtenção das remunerações desejadas. Isso se elas fossem concedidas. Expulsos os flamengos, em 1654, as atenções das autoridades coloniais da capitania de Pernambuco se voltaram para outro inimigo, ainda mais antigo: os mocambos dos Palmares. Formados por diversas comunidades de escravos negros fugitivos da capitania de Pernambuco, eram núcleos de resistência ao poder colonial e se situavam ao longo da serra da Barriga. Estes agrupamentos, independentes e articulados, cresceram e se organizaram no decorrer do século XVII, conseguindo resistir às inúmeras expedições militares e punitivas enviadas pelo governador de Pernambuco e pelo Governo-Geral do Brasil. Apenas a partir de meados do Seiscentos, sobretudo a partir de 1670, que as ações da Coroa portuguesa conseguirão ter maior efetividade contra os rebeldes refugiados na região. É dentro dessa conjunção que, em 1687, Jorge Velho firma contrato de guerra com o governador de Pernambuco, João da Cunha Souto Maior, entrando na guerra palmarina. Partindo da conjuntura imperial vivida ao longo da segunda metade do século XVII, de maior cooperação entre paulistas e o Rei na formação de expedições militares que prestavam serviços nos sertões americanos, analisarei as negociações envolvendo o cumprimento do contrato de guerra firmado em 1687. Disputas envolvendo o chefe planaltino, o governo de Pernambuco, o Conselho Ultramarino e o monarca – após o sucesso da expedição – foram particularmente intensas, especialmente após 1694. Pretendo demonstrar, ao trabalhar com o caso, a importância da atuação de Domingos Jorge Velho não apenas nas armas, como também nas letras, dentro da negociação envolvendo o contrato de guerra. E de como é fundamental compreender o papel ativo que os colonos possuíam dentro de negociações envolvendo serviços militares relevantes para a Coroa lusa.

PORTUGUESA NA FRONTEIRA MERIDIONAL DA AMÉRICA, 1737-1809

Helen Osório

O trabalho analisa o processo de assentamento dos lusitanos no espaço que configurou a capitania do Rio Grande de São Pedro ao longo do século XVIII. Fatores que particularizaram essa expansão foi a presença da missões jesuíticas e as disputas territoriais com a coroa de Espanha. Desde a fundação do presídio de Rio Grande em 1737, até 1809, a organização espacial e administrativa do território deu-se através de pouco mais de uma dezena de freguesias e da instauração de apenas uma vila com sua Câmara de Vereadores. Até então, a divisão eclesiástica das freguesias (paróquias) moldou a vida administrativa da capitania e foi um referente espacial muito importante. Listas de população, mapas de produção de trigo, organização das tropas de ordenanças e de milícias, os ramos dos dízimos, tudo se referenciava pelas freguesias, inclusive a auto-declaração de naturalidade de seus habitantes. Indaga-se, na comunicação, sobre os processos fundacionais das povoações e suas motivações: atividade comercial junto aos rios ou no caminho das tropas de animais, funções militares (quartéis e armazéns reais), ou objetivos defensivos, como os núcleos fundados com os casais açorianos. A investigação acerca da origem dos povoados que adquiriram o estatuto de freguesias se deu através da correspondência administrativa entre autoridades civis e militares, os registros de concessão de datas de terras e cartas de sesmaria. Outra vertente do estudo é a análise dos âmbitos decisórios da única Câmara existente, verificando sua atuação política e territorial e as matérias sobre as quais efetivamente decidia, indagando-se de suas peculiaridades em função da situação de fronteira e das conjunturas bélicas vivenciadas. A fonte principal desta parte do estudo são a totalidade das atas das sessões da câmara, de 1766 a 1800, em número de 1955. Esta pesquisa faz parte do convênio CAPES-COFECUB e insere-se no âmbito do projeto "O bom governo das gentes: hierarquias sociais e representação segundo a política católica, do século XVI ao XVIII". Por fim, realiza-se uma comparação com os processos de assentamento no Rio da Prata e em outras capitanias da América portuguesa, como as Minas Gerais.

A FORMAÇÃO DA REDE DE NÚCLEOS URBANOS COLONIAIS NO ALTO SERTÃO DA BAHIA NO SÉCULO XVIII: AS ESTRATÉGIAS DE ORDENAMENTO URBANO PARA O ALÉM-MAR

José Antônio de Sousa

Os estudos sobre a formação da rede urbana dos núcleos coloniais na Bahia, no século XVIII, de comprovada importância, tem se concentrado na região litorânea, a exemplo das pesquisas de Maria H. Occi Flexor "*Núcleos Urbanos Planejados no século XVIII*" e *Robert Smith, "Arquitetura Colonial"*. É interessante analisar a irradiação do povoamento no sertão, a partir das capitanias da Bahia de Todos os Santos, São Jorge do Ilhéus e Porto Seguro no século

XVIII, a exemplo da tese de Roberta Marx Delson, em *"Novas Vilas para o Brasil-Colônia – Planejamento Espacial e Social no século XVIII"*, Manuel C. Teixeira *"Os modelos Urbanos Brasileiros das Cidades Portuguesas"* e Ronald Raminelli *"Ilustração e Império Colonial"*. Estas pesquisas de modo geral estão voltadas para o entendimento dos interesses econômicos, estratégias políticas, administrativas e justiça, adotadas pela coroa portuguesa em suas provisões régias, instrumento de controle político urbano-territorial no além-mar, materializados na configuração urbano-espacial e tipologia arquitetônica, objeto da tese de Nestor Goulart Reis em *"Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil"*. Os núcleos urbanos na era colonial são abordados pela historiografia como aglomerados, arraias, vilas e cidades possuindo um papel importante sobre a atuação e interesses lusitanos. O aperfeiçoamento das políticas de justiça, administração e ordenamento urbano lusitano na América portuguesa podem ser entendidos do ponto de vista do contexto do século XVIII, no campo da filosofia iluminista que ganhava força, as ameaças hispânicas nas fronteiras norte, sul e oeste no atlântico sul, os tratados internacionais, que obrigava a coroa a fortalecer sua atuação enviando agentes para a manutenção do seu controle político. O ordenamento urbano estabelecido no alto sertão da Bahia no século XVIII constitui uma extensa agenda de pesquisa ainda pouco explorada, sobre uma densa rede urbana que representa os interesses e domínios territoriais nos sertões, fundamentais para a compreensão da história da urbanização e identidade cultural naquela região. Esta pesquisa procura identificar alguns elementos determinantes da forma urbana e arquitetônica de Minas do Rio de Contas, N. Sr[a]. das Minas do Rio de Contas, Santo Antônio da Jacobina, Santo Antônio do Urubu de Cima e São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande, núcleos urbanos coloniais dos sertões da Bahia.

15 de setembro de 2016

ALIANÇAS FAMILIARES: ESTRATÉGIAS MATRIMONIAIS E REDES CLIENTELARES COMO MECANISMOS DE ARISTOCRATIZAÇÃO – GUARAPIRANGA SÉCULO XVIII

Débora Cristina Alves

Nossa proposta de trabalho tem como intuito analisar a lógica e as estratégias empregadas pelas famílias de elite da freguesia de Guarapiranga – região próxima ao clico minerador de Mariana (MG) – na constituição de redes clientelares, familiares e alianças matrimoniais entre os membros locais com o propósito claro de obter ascensão social, status, honras e privilégios. Inseridos em uma ótica de prerrogativas, distinções e hierarquização, características de uma sociedade de Antigo Regime, as famílias de elite procuravam se aristocratizar, através das concessões de mercês, casamentos, funções políticas e sociais que os conferissem destaque social e reconhecimento como nobres. A nobreza estabelecida nas possessões ultramarinas não se considerava diferente ou afastada das lógicas que perpassavam o ambiente euro-

peu, se qualificavam como uma aristocracia crescente e determinante para o Reino. Esses indivíduos reconheciam sua posição de colonos de Portugal, mas também como nobres e principais da terra, reivindicavam acesso a privilégios, cargos e ofícios com base em serviços que prestavam à Coroa, como conquistas, defesa do território, entre outros. Reconhecendo-se e sendo reconhecidos como nobres, as famílias preocupavam-se em manter sua hegemonia e para tal empregavam estratégias matrimoniais e instituíam redes clientelares com seus pares sociais no intuito de produzir alianças políticas e econômicas. Empregando esses conceitos e análises, nosso trabalho pretende compreender quais as estratégias, negociações e redes foram desenvolvidas pelos habitantes da freguesia de Guarapiranga no intuito de serem reconhecidos como nobres e para viver à lei da nobreza. Para tanto, utilizamos a princípio o método de reconstituição de paróquias através de indicações nominativas, desenvolvido pelo NEPS da Universidade do Minho, no qual se define como unidade de análise o indivíduo e seus encadeamentos genealógicos, permitindo iluminar os ciclos familiares e servindo, assim, não apenas a fins de análise demográfica, mas também de história social. Fundamentado esses conceitos, analisamos os inventários *post-mortem,* testamentos, dispensas matrimoniais e registros paroquiais de casamentos do período de 1715 a 1790, com o objetivo de assinalar os elementos desenvolvidos por essa elite para se constituírem como nobres locais. A concessão de dotes, o privilégio aos filhos primogênitos e aos filhos cônegos e os matrimônios entre parentes consanguíneos foram umas das muitas estratégias utilizadas para que os bens patrimoniais não se dissipassem ao longo das gerações. Acreditamos que procedimentos de manutenção patrimonial através da "venda" ou concessão territorial ao filho primeiro também foram frequentes na freguesia de Guarapiranga, para tanto analisamos todos os inventários *post-mortem* do período com o intuito de reconhecer essa prática. Desta forma, nosso trabalho consiste também em observar os diversos padrões de herança existentes no período colonial para a região, inseridos em uma cultura política e social de Antigo Regime.

A PARTICIPAÇÃO DE FAMÍLIAS SENHORIAIS NO MERCADO DE BENS RURAIS: CARACTERÍSTICAS E MECANISMOS DE FUNCIONAMENTO. RIO DE JANEIRO, SÉCULO XVIII

Ana Paula Souza Rodrigues

O objetivo deste trabalho é analisar as operações que envolveram a compra e venda de terras e engenhos, durante o século XVIII, por famílias senhoriais estabelecidas nas seguintes freguesias fluminenses: Piedade de Iguaçu, Santo Antônio de Jacutinga e Marapicú. Este recorte nos permitirá compreender os aspectos gerais do mercado de bens rurais da capitania do Rio de Janeiro, nos setecentos. Para tanto, faremos uso, sobretudo, das escrituras públicas de compra e venda. Ao final, tentaremos responder às seguintes perguntas: Se esse mercado não era autorregulado, que elementos comandavam as operações de compra e venda? Se não era uma sociedade capitalista, além do di-

nheiro, o que era preciso, por exemplo, para comprar um engenho. Em um trabalho preliminar, notamos que na maior parte das operações de compra e venda de engenhos e terras, havia uma relação de parentesco entre vendedor e comprador. O aporte teórico sobre os mecanismos de funcionamento do mercado em sociedades pré-capitalistas, desta pesquisa, está baseado nas obras de Karl Polany e Witold Kula. Os autores destacam que os sistemas econômicos de tais sociedades não estavam assentados no livre jogo dos fenômenos de mercado, assim, sua base de cálculo foi influenciada por outros fatores, tais como, parentesco, conduta moral, caridade, ou seja, a economia de sociedades arcaicas estava submersa nas relações sociais. Baseado neste modelo teórico, Giovanni Levi verificou tais elementos no mercado de terras do Piemonte, na Itália, durante os séculos XVII e XVIII. De acordo com o autor, o que regulava o preço da terra naquela localidade não era a oferta e procura, mas o tipo de relação estabelecido entre comprador e vendedor, portanto, o mercado era descontínuo, onde muitas das vezes uma venda de determinada terra podia ser a fase final ou intermediária de uma rede complexa de transações, além de sua simples transmissão a um membro da família. Sobre o Rio de Janeiro, de acordo com Antonio Carlos Jucá, apesar do crescimento do capital mercantil e do mercado de bens urbanos, os negócios rurais terão importância numérica durante o século XVIII, até porque a capital fluminense é essencialmente uma sociedade agrária. Assim, destaca-se a importância de nosso trabalho, em analisar um dos mais expressivos mercados da época, que era o de bens rurais. Além disso, para alcançarmos os objetivos propostos, utilizaremos as seguintes ferramentas metodológicas da micro história italiana: o método da circunscrição de análise e a técnica de cruzamento onomástico. Ao examinarmos o mercado de bens rurais do Rio de Janeiro setecentista, também observamos tais características. Dentre as hipóteses levantadas até o momento, destacamos a correlação entre o sistema de transmissão patrimonial do império português setecentista e a participação das famílias senhorias no mercado de terras e bens. De acordo com as Ordenações Filipinas, a partilha dos bens de uma família deveria ser realizada de forma igualitária, o que poderia acarretar a pulverização do patrimônio familiar. Portanto, muitas famílias recorreram ao mercado de bens rurais para manter o patrimônio familiar nas mãos de um único herdeiro, veremos como era comum que uma pessoa comprasse a legítima parte dos demais irmãos para assenhorear-se sozinho do patrimônio familiar. Esses e outros aspectos serão, assim analisados.

ENTRE FAMÍLIAS E NEGÓCIOS: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DOS HOMENS DE NEGÓCIO NA SOCIEDADE FLUMINENSE NO SÉCULO XVIII

Lucimeire da Silva Oliveira

A presente apresentação pretende mostrar os primeiros apontamentos de pesquisa que tem como objeto o estudo dos homens de negócio atuantes na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1750 e 1808. Assim, buscar-se-á empreender uma análise de um grupo que se tornou protagonista tanto na esfera

econômica quanto na esfera política na capitania fluminense durante a segunda metade do século XVIII. A constituição deste grupo social está ligada à virada do século XVII para o XVIII, período em que o Rio de Janeiro passava por uma série de transformações que refletiriam diretamente na economia da cidade. Sem dúvida, um dos fatores que mais contribuiu para a redefinição do papel da cidade do Rio de Janeiro no interior do Império português foi a descoberta de ouro no final do século XVII e crescimento da utilização da mão de obra escrava africana. Altamente lucrativo, o tráfico vai atrair o interesse de comerciantes que passam a se fixar na cidade do Rio de Janeiro, atuando cada vez mais como os principais protagonistas no comércio africano. O a ascensão econômica desse grupo fez com que ocorressem mudanças na dinâmica social, como o aparecimento do "homem de negócio" de uma nova elite que tinha como identidade principal seu vinculo com o comércio. Apesar do termo "homem de negócio" ser identificado ainda final do século XVII, é ao longo do setecentos que cada vez mais vamos encontra-lo nas fontes sendo utilizado para designar uma comunidade de indivíduos ligados ao nível mais elevado de comércio. O estabelecimento dos negociantes nessa sociedade fez com que se julgassem capazes de interferir não apenas na esfera econômica, mas também na vida política da cidade, o que ocasionou mudanças na composição da elite que detinha o poder político local. Assim, diferente dos séculos precedentes, que foram dominados pela consolidação de uma elite senhorial baseada no capital agrário e na ocupação de cargos da governança local, no setecentos cada vez mais os homens de negócio vão agir coletivamente em defesa de seus interesses. Após enfrentar uma grande resistência da elite senhorial, esses negociantes vão conseguir integrar o quadro de membros da Câmara, chegando a representar 50% do total de indivíduos que foram eleitos para vereadores no Senado na década de 1770. Situados no topo da hierarquia social, tal grupo tinha imensa importância no contexto do Império ultramarino português, pois controlava os principais elementos da economia colonial do Rio de Janeiro: a mão de obra e o crédito. Em uma sociedade de Antigo Regime, em que a economia é marcada pela escassez de moeda e pela concentração de renda nas mãos de poucos, a utilização do crédito através de empréstimos é fundamental. Tal crédito não era apenas utilizado como forma de liquidez, mas também na compra de bens, como morada de casa, na compra de escravos, etc, ou seja, das mais variadas maneiras que dinamizavam a economia colonial. Assim, os negociantes controlavam os meios de reiteração da estrutura social e econômica dessa sociedade. Atentando-nos para a importância desse grupo para a reprodução da sociedade colonial fluminense, pretendemos através do presente pesquisa, analisar os negociantes, buscando empreender as suas principais esferas de atuação verificando sua participação nas mutações surgidas em uma sociedade pré-industrial marcada por regras econômicas, políticas e simbólicas de Antigo Regime, nos atentando principalmente para as inter-relações construídas pelos homens de negócio como forma de criarem um espaço próprio no interior da hierarquia social colonial.

ESTUDOS DE CASO: FAMÍLIA E MATRIMÔNIO – JACAREPAGUÁ, SÉCULO XVIII

Mareana Barbosa Gonçalves Mathias da Silva

Neste trabalho, escolhemos algumas trajetórias desta periférica região pantanosa entre tantas outras que conseguimos reconstruir e que esperamos que possam aparecer em próximas pesquisas. Não foi nosso objetivo, entretanto, observar as trocas matrimoniais de todos os indivíduos que viveram em Jacarepaguá na segunda metade do século XVIII. Seria impossível. Em primeiro lugar, é necessário destacar que, neste momento, tratava-se da distante periferia de uma cidade que cada vez mais se converteu no principal porto do Atlântico Sul luso, em função do ouro das Minas Gerais e do tráfico atlântico de escravos. A freguesia tinha como base de seu sustento os já antigos e pouco numerosos engenhos de açúcar e atividades de subsistência. Como estes indivíduos efetivamente viveram nunca saberemos, talvez apenas que sob práticas do Antigo Regime. Entretanto, no campo da verossimilhança, apoiados em massiva documentação, pudemos extrair fragmentos de suas trajetórias, dos rastros por eles deixados. Portadores de mecanismos de ação, "estamos em meio a uma série de jogos ou interações, nos quais os agentes possuíam recursos desiguais e diferentes, mas eram sujeitos com suas devidas estratégias. E a vida seguia nas freguesias". Adotamos, em concordância com Bourdieu, que esta ação não era a simples execução da regra, tampouco obediência. Nos jogos mais complexos, como é o caso das trocas matrimoniais, estes indivíduos investem em princípios incorporados de um *habitus gerador*, um sistema de disposições. Em vez de regras de parentesco, utilizamos, portanto, o conceito de estratégias matrimoniais, permitindo uma infinidade de lances que se adaptam a outra infinidade de situações possíveis. (BOURDIEU: 2004; p.21). Pretendemos aprofundar o estudo do sistema de parentesco atrelado ao acesso à terra, no sentido em que este poderia ser garantia de uma vida menos penosa. No entanto, nosso estudo não se restringe às elites, mas inclui todos os agentes que mantinham relações com aqueles, com os escravos ou entre si, sejam eles recém-advindos da escravidão, como os pardos, ou estrangeiros, vindos, em sua maior parte, do norte de Portugal. Entre um caso e outro, do partidista de cor ao senhor de engenho, julgamos ser possível nos aproximar dos meandros das estratégias matrimoniais do Império Português. Para isso, identificaremos as famílias preponderantes do mercado matrimonial na região de Jacarepaguá, como Campos da Silveira e Pereira de Meireles. Nessa direção, realizará estudos de caso que demonstrarão como esses grupos manipulavam estratégias sociais com o objetivo de reproduzirem-se socialmente. Através da conjugação da história serial com a redução de escalas e a utilização de fontes paroquiais, simples nomes em tabelas do Excel se transformaram em pequenas histórias, que, mais tarde, se inseriam em um Império que se destrinchava, lentamente, entre apadrinhamentos, casamentos e outras relações sociais.

O CLERO SECULAR E O GOVERNO CRISTÃO DOS ESCRAVOS NA FREGUESIA DA SÉ DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (SÉCULO XVIII)

Marcio de Sousa Soares

É de longa data que a historiografia voltou sua atenção para o papel da Igreja Católica na legitimação da escravidão africana na era moderna, sobretudo ao examinar a postura institucional da Igreja com base na doutrina da guerra justa e as propostas de governo cristão dos escravos formuladas pelos jesuítas entre meados do século XVII e meados do século XVIII. Se, por um lado, alguma atenção tem sido dada para a questão da posse de escravos pelos beneditinos e inacianos radicados na América portuguesa, por outro, quase nada se conhece sobre a condição senhorial do clero secular. O presente texto analisa o governo cristão dos escravos exercido pelo clero secular na cidade do Rio de Janeiro no século XVIII, tanto por meio de suas atribuições sacerdotais – mormente no que dizia respeito à aplicação dos sacramentos do batismo e do matrimônio aos cativos – e no destino reservado aos mesmos pelas últimas vontades dos clérigos expressas em seus testamentos, cujos registros foram anotados nos livros de óbito da freguesia da Sé. A aplicação dos sacramentos aos escravos foi objeto de preocupação das autoridades eclesiásticas desde o Sínodo da Bahia e igualmente mereceu a atenção dos Bispos do Rio de Janeiro por meio de pastorais e sermões. Ao se levar em conta que os vigários e padres coadjutores que atuavam na Igreja da Sé encontravam-se sob a supervisão direta dos bispos, o exame dos livros paroquiais revelam como e até que ponto as recomendações episcopais eram cumpridas. Nesta pesquisa examinaremos apenas os registros de batismo para neles verificar a presença de sacerdotes na condição de senhores de escravos e padrinhos, os índices de legitimidade das crianças escravas (como forma de aferir indiretamente a disseminação do casamento) e a presença das protetoras espirituais que figuravam como madrinhas tanto de inocentes quanto de adultos. Visto o relevo alcançado pelas alforrias concedidas como disposição de última vontade, examina-se igualmente a participação dos clérigos na concessão das alforrias em vida com base nas escrituras lançadas nos Livros de Notas dos cartórios da cidade. De acordo com as estimativas coevas, a freguesia da Sé abrigou de 1/5 a 1/4 dos escravos computados no núcleo urbano da cidade nas duas últimas décadas do setencentos. Além disso, por se tratar da sede do Bispado do Rio de Janeiro, a amostra de testamentos analisados contempla sacerdotes que ocupavam diversas posições na carreira eclesiástica, de capelão ao bispo. Não é ocioso lembrar que a principal finalidade de um testamento era a preparação para uma boa morte e, para tanto, o concurso dos mortos e das entidades celestiais era decisivo para leigos e clérigos. No momento de dispor dos bens acumulados em favor da salvação, vale notar que os sacerdotes contavam com uma vantagem sobre boa parte dos leigos, uma vez que a maioria dos padres não possuía herdeiros forçados, em virtude da disciplina do celibato e da morte dos pais. Não é de admirar que, apesar da frequente menção à existência de parentes colaterais – quase sempre irmãos e sobrinhos – vários

clérigos tenham instituído as suas próprias almas como herdeiras, visto que a cultura jurídica de antigo regime ibérico herdou do medievo a convicção de que as mesmas eram sujeito de direitos. Por conseguinte, o patrimônio que possuíam, no qual figuravam os escravos, foram convertidos em bens da alma daqueles testadores que os transformavam em legados pios ou então ordenavam aos seus testamenteiros que os levassem à praça para que o produto de suas vendas pudesse saldar os gastos fúnebres. Em suma, o destino reservado aos escravos pertencentes ao clero secular após a morte de seus donos demonstra o papel desempenhado pelos padres na reprodução da ordem escravista de acordo com a vivência do catolicismo associada aos valores de antigo regime na cidade do Rio de Janeiro setecentista.

FORROS: PRÁTICAS ESCRAVISTAS, ALFORRIA, COR E CONDIÇÃO SENHORIAL (RIO DE JANEIRO, SÉCULO XVIII)

Roberto Guedes Ferreira

O trabalho de pesquisa analisa o papel que senhores egressos do cativeiro desempenharam na manutenção e na reprodução das desigualdades calcadas na escravidão de Antigo Regime de base católica no Rio de Janeiro setecentista. Perscrutar-se-á a posse de escravos entre senhores forros e/ou com ascendentes escravos, suas práticas escravistas e suas concessões de alforrias. Com base em testamentos e registros de óbito, a ênfase recairá nos modos pelos quais senhores forros nomeavam seus escravos e as condições pelas quais lhes concediam alforria. Nesse segundo aspecto, as práticas escravistas que moldavam as alforrias concedidas pelo grupo em questão revelam, até o momento da pesquisa, que em nada se diferenciavam de outros senhores (mormente os portugueses), salvo na tendência maior dos senhores forros em conceder alforrias com ônus financeiro a seus cativos, inclusive via coartações. Nesse sentido, diriam os economicistas, os forros explorariam mais seus escravos do que os demais senhores. Antes disso, porém, a interpretação aqui proposta é a de que os forros naturalizavam o pagamento das alforrias como forma de afirmar sua condição senhorial perante seus escravos. Paralelamente, em seus testamentos os modos de tratamento que os senhores forros dispensavam a seus escravos tendiam a reforçar as qualidades de cor de seus subordinados cativos (preto, mulato, pardo, etc.), ao passo que esses mesmos senhores não se intitulavam com tais qualidades. A auto-atribuição de identificação de senhores forros, sobretudo os oriundos da África, reforçavam a procedência, quase sempre da Costa da Mina, mas sem aludir a qualidades de cor. Podiam até afirmar que foram escravos de alguém, mas sem auto-atribuição de cor. Essa tendência, que não é uma regra, significa que a atribuição de qualidades de cor de senhores forros a seus escravos reforçava a condição senhorial do grupo e rebaixava a condição social de seus escravos. Assim, a qualidade de cor atribuída pelos forros a seus escravos reforçava a submissão política e social dos cativos. A diferenciação social gestada e reatualizada pelas relações escravistas não isentava

os que vivenciaram a escravidão de exercer, no plano político, suas prerrogativas senhoriais quando ditavam suas últimas vontades a fim de salvarem suas almas. Logo, os forros usaram um expediente de uma monarquia católica, a preparação de seu bem morrer via disposições testamentárias, para reforçar sua posição de mando. Tratava-se, mais do que tudo, de uma relação de poder. Ingressariam na corte celestial católica e/ou reencontrariam seus antepassados de origem africana, sem dúvida, mas na condição de senhores.

DONS E CONTRADONS NA LIBERDADE: RELAÇÕES DE TROCA ENTRE SENHORES E EX-CATIVOS NA CAPITANIA FLUMINENSE (1750-1800)

Philippe Manoel da Silva Moreira

Este trabalho tem como objetivo o estudo das possibilidades de liberdade por meio das manumissões, incluindo o escravo ou forro como agente no processo de mobilidade e obtenção da alforria por serviços prestados, relações de compadrio ou de parentesco. Para tanto, usaremos como viés teórico a economia social do dom de Marcel Mauss, que consiste na reciprocidade inserida no ato de dar (dom) (onde estaria subentendida a generosidade) e, por conta disso, a necessidade de retribuir (contradom). Temos como recorte geográfico e temporal o Rio de Janeiro na segunda metade do setecentos. Esta análise procura dialogar com diferentes formas de pensar o cativeiro e, consequentemente, sua via conservadora, a alforria, dentro da corrente historiográfica do "Antigo Regime nos Trópicos", levando em conta as dinâmicas internas e suas várias formas de manifestações econômicas e sociais. O Antigo Regime nos Trópicos não advêm somente da nobreza da terra e de mercadores e negociantes, mas também de grupos que se apoderavam de quaisquer possibilidades de distinção ou ascensão social. Isto inclui mestiços e forros, indígenas e suas variantes tribais e relações parentais, além dos próprios escravos muitos eram elos entre seus senhores e o grupo de cativos e, por conta disso, gozavam de algum privilégio. Portanto, as formas de alforrias configuram-se em meio a um jogo de poder entre as elites coloniais.. Para, além disso, é importante levar em consideração a expansão do comércio escravocrata e a variação no preço dos cativos, que causava impacto direto nos padrões de alforrias e nas constantes negociações para manutenção da liberdade. Daí deriva a importância da análise da economia do dom como elemento legitimador da hierarquia, reiterando a ordem escravocrata através de formas variadas de trabalho compulsório, como uma prática costumeira de poder no Setecentos. Mesmo dispondo da alforria, o liberto ficava exposto à dependência. Portanto, a mobilidade ou a liberdade era um dom, e a reciprocidade do escravo ou liberto para com o seu senhor/patrono um contradom. Na grande maioria dos casos, os serviços prestados ou relações de compadrio, eram dons; por conta disso, a intenção do presente trabalho também é discutir o conceito de liberdade para alforriados, já que os mesmos estavam presos a uma série de sanções que inviabilizava o pleno exer-

cício da mesma. Todavia, isso não exclui alguns casos onde o escravo além de negociador também era responsável pela manutenção do cativeiro.

OS RITOS FÚNEBRES COMO FORMA DE BENEFÍCIO: A ELITE SENHORIAL DIANTE DA MORTE ESCRAVA

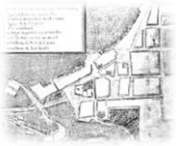
Michele Helena Peixoto da Silva

Geradas através de uma estratificação de poder, as relações entre senhores e escravos poderia suscitar em formas diferentes de tratamento, pois tal relação não era algo regulamentado por leis específicas, ou seja, o Estado não interferia na forma como os senhores deveriam tratar seus cativos. Sendo assim, a casa ou a família do senhor poderia ser entendida como uma sociedade constituída por diferentes integrantes (parentes, lavradores, forros e escravos), cujo mando estava nas mãos do senhor. Dentro deste ambiente o escravo era tido como um subordinado que devia ao seu proprietário obediência e lealdade, já o senhor, a obrigação de manter a sua mão de obra dando-lhe proteção, alimentação, vestimenta e moradia. No entanto, determinados escravos tinham a oportunidade de obter uma relação mais próxima com seu senhor, adquirida através da submissão as ordens e regras estabelecidas pelo senhor. Isso poderia gerar determinados benefícios que poderiam variar entre o direito a um quarto ou casa separado da senzala, um partido de terra ou até a liberdade, adquirida através das cartas de alforria. No entanto, alguns escravos devido a vários motivos, não conseguiam adquirir todos os benefícios que poderiam serlhes dado, devido ao próprio falecimento do mesmo. Assim, partindo da ideia de reciprocidade entre desiguais, de lealdade e obediência do escravo ao seu senhor é que proponho neste artigo analisar a morte como forma de benefício, isto é, analisar os serviços fúnebres dispensados pelos senhores no momento derradeiro dos escravos como um privilégio concedido pelo senhor em retribuição aos bons serviços prestados, pois assim como as alforrias gratuitas incondicionais, concedidas pelo "Amor de Deus", através dos testamentos de determinados senhores eram dadas como forma de recompensa e também representadas como forma de caridade, assim também oferecer um ritual fúnebre decente, ou seja, dentro dos trâmites definidos pela Igreja Católica, também poderia ter o mesmo sentido. Desta forma, defendo a ideia de que ao proporcionar tais serviços aos seus escravos no momento da morte, esses senhores estariam não só visando a contribuição para a salvação da alma de seu cativo, mas também o perdão dos próprios pecados, através do principio da reciprocidade, onde as obras pias realizadas pelo indivíduo poderiam se tornar recompensadas após a morte. Portanto, o objetivo deste artigo é analisar como a elite senhorial, na freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, localizada no interior do Recôncavo da Guanabara, encarava a morte e o morrer de seus escravos.

GUERRA E ESCRAVIZAÇÃO NOS SERTÕES DE ANGOLA (SÉCULO XVIII)

Ariane Carvalho da Cruz

Por meio da historiografia, crônicas e relatos de súditos portugueses, esta comunicação tem por objetivo a análise sobre a importância das guerras nas sociedades africanas, relacionando com formas de organizações sociais. Se guerras entre africanos influenciaram na escravização de pessoas, cabe analisar a dinâmica interna e histórica da África para a compreensão dos fatores que predispuseram as sociedades africanas a produzir, manter ou vender escravos. Com a presença de súditos portugueses, as guerras de conquista se tornaram práticas na região, e os conflitos entre as autoridades locais eram utilizados para conseguir maiores benefícios para os agentes mercantis. Guerras rendiam escravos, domínio territorial e maior influência administrativa. Talvez os objetivos das guerras entre africanos e portugueses, se encontrassem, já que em ambos os casos a escravização de pessoas ocorria. Neste caso, o domínio territorial se torna o meio para obter pessoas. Muitos autores que abordaram o tema da escravidão, e sobretudo o tráfico de escravos, analisaram amplamente o impacto desta atividade nas sociedades africanas (Candido, 2011; Ferreira, 2003; Lovejoy, 2002; Miller, 1988; Thornton, 2004) . Ao relacionar a guerra com a escavização e o tráfico, a demanda externa é priorizada como fator explicativo para a existencia destes conflitos. No entanto, as formas como se organizavam os povos da África Centro-Ocidental evidenciam que a existência de guerras fazia parte da dinâmica interna dos africanos. A existência de conflitos no interior de Angola, indicam que a fronteira da guerra ainda não estava fechada no século XVIII, fazendo-se necessário assim, mapear as guerras e campanhas que estavam ocorrendo nos sertões de Angola neste momento. Também a análise das guerras no sertão de Angola permitirá conhecer a participação dos africanos nas campanhas militares "portuguesas". Muitas vezes, as guerras eram empreendidas contra chefes africanos considerados rebeldes ao passo que com os chefes avassalados, supostamente prevalecia uma relação de negociação e troca. Mas tornar um chefe africano, vassalo da Coroa muitas vezes era feito com o recurso a guerra, pois a guerra podia desarticular alianças políticas, inconvenientes às forças portuguesas. Nos sertões de Angola, campanhas ocorriam contra os considerados rebeldes, a fim de estabelecer domínio político e/ou obter cativos. Destarte, com o exercício de elencar alguns conflitos ocorridos no interior de Angola, observa-se um período ainda de instabilidade política, com diversas guerras de conquistas ainda ocorrendo e que consequentemente beneficiavam o comércio de escravos. Olhar para as sociedades africanas, seus modos de organização e dinâmicas locais faz com que se escape da análise de impacto do tráfico e de não ação dos africanos diante da administração portuguesa em Angola, deixando perceptível as várias formas de adaptação e negociação existentes.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 2
"As pessoas, os tempos e os lugares": A Companhia de Jesus e suas relações com as sociedades

Coordenadores: Fabricio Lyrio Santos (Universidade Federal do Recôncavo Baiano) e Luis Alexandre Cerveira (Faculdade Instituição Evangélica de Novo Hamburgo)

13 de setembro de 2016

DAS RESPOSTAS PARA AS MUITAS QUESTÕES: SOBRE O COMO SE PROCEDER NAS MISSÕES JESUÍTAS DO BRASIL E DO JAPÃO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVI

Mariana Amabile Boscariol

Na segunda metade do século XVI, primeiras décadas de atividade da Companhia de Jesus, o território submetido ao Padroado Português alcançou sua maior amplitude, sendo seus extremos o Brasil e o Japão. A fundação de uma missão jesuíta em ambos os territórios inclusive data do mesmo ano, 1549, correspondendo igualmente ao início de uma administração mais efetiva do território pela Coroa portuguesa, com o estabelecimento do Governo-Geral, no caso do Brasil, e a diversificação e a intensificação das atividades comerciais do Extremo Oriente da Ásia, com a instauração de uma nova rota, no caso japonês. Nessa conjuntura, no que diz respeito especificamente ao trabalho religioso desenrolado nessas duas missões pela Companhia, intimamente ligada aos dois processos acima referidos, as realidades e as possibilidades que se apresentaram foram completamente distintas. Ao tempo em que houve certa liberdade de ação no Japão por ser uma região que fugia do controle do Estado da Índia e da fiscalização do Padroado, a maior proximidade com a metrópole e o investimento na administração do território fizeram com que no Brasil emergissem outras questões, como a fiscalização pelos colegas dos colégios em Portugal e a presença de outros europeus, que não religiosos. Nesse cenário, as notícias circulavam, mesmo que tomasse um tempo desproporcional ao compararmos os dois casos aqui definidos. Aquilo que chegava dessas outras partes acabou por influir diretamente nas decisões feitas e medidas tomadas no próprio território europeu, assim como o contrário, a partir da reação na Europa, aquilo que vinha sendo feito nos territórios não europeus sofreu uma "poda" ou incentivo. A partir das avaliações e previsões que foram sendo feitas nos diversos territórios, a Companhia e a Igreja Católica passaram a reformular as estratégias às quais dariam investimento, sendo dadas respostas às diversas dúvidas que surgiam e formuladas diretrizes mais sólidas a fim de guiar o trabalho de evangelização, principalmente no que tange às confusões de caráter moral e

religioso. Os documentos que contêm as respostas para essas perguntas são fonte riquíssima para se perceber esse cenário para além do universo isolado de determinada missão, já que entram em jogo outras instâncias dessa organização eclesiástica. Nessa perspectiva, a fim de pensar esse fluxo seguindo a proposta de dialogar e refletir sobre as relações da Companhia de Jesus frente às várias gentes e lugares com os quais passou a atuar, tendo em conta o seu papel determinante dentro do processo de expansão das atividades da Coroa portuguesa, do Padroado português e da própria Igreja Católica, parte-se da análise de documentos desse gênero correspondentes à missão japonesa e à brasileira, como: "**Resposta de alguns Cazos que os padres de Iaapão Mandaram perguntar**", escrito por Francisco Rodrigues (1515-1573) em 1570, e "**Carta resposta a uma do padre Manuel da Nóbrega recebida em 1561**", escrita pelo então Superior Geral da Companhia, Diego Laynez (1512-1565). Fazendo parte de uma investigação de doutoramento que tem como fio condutor uma análise comparativa entre a missão jesuítica no Brasil e no Japão na segunda metade do século XVI, buscam-se especificidades de cada caso que possam contribuir para um melhor entendimento dos vários percursos que a campanha jesuítica tomou, bem como de suas consequências, incluindo-se nessa perspectiva aquilo que foi empreendido no próprio contexto europeu.

O AVESSO DA COSTURA: TRAMAS DA VIDA E DA OBRA DO COLONIZADOR PORTUGUÊS GABRIEL SOARES DE SOUSA (C.1540 - 1591)

Gabriela Soares de Azevedo

O colonizador português Gabriel Soares de Sousa apresentou à corte de Felipe II da Espanha, por volta de 1587, um dos mais importantes registros sobre o Brasil quinhentista, o *Tratado descritivo do Brasil em 1587,* e o bem menos conhecido *Capítulos de Gabriel Soares de Sousa contra os padres da Companhia de Jesus no Brasil*. Os escritos acompanharam o conjunto de petições solicitadas pelo senhor de engenhos-explorador para realizar uma expedição pioneira em busca de pedras preciosas, especialmente o ouro, na região das cabeceiras do rio São Francisco. O português Gabriel Soares chegou a Salvador no dia 5 de agosto de 1569. Casou-se com a filha de um dos primeiros provedores da fazenda, tornou-se um dos grandes senhores de engenhos da Bahia, foi vereador da câmara, um dos *homens bons* da terra e viu crescer seu patrimônio e prestígio. No dia 10 de agosto de 1584, "são", "valente" em seu perfeito juízo e a caminho da Espanha, temendo as contas a pagar com Deus, declarou suas derradeiras vontades. Ainda na costa brasileira, foi salvo de um naufrágio pelo piloto e humanista espanhol Pedro Sarmiento de Gamboa. Algum tempo depois, o Cardeal Alberto, vice-rei de Portugal, enviou uma carta ao seu tio, o rei Felipe II, datada de 12 de julho de 1587, informando sobre a presença de Gabriel Soares em Lisboa e sua ida a Madri para falar pessoalmente sobre minas a serem descobertas. Pedro Sarmiento, também em busca de uma atenção especial do monarca de dois mundos, afirmou ter visto Gabriel Soares no

Palácio El Escorial, em 1587. A fortuna escrita deste senhor de engenhos é substancial e sofreu, assim como outros escritos coloniais, percalços inumeráveis. Revelados, autentificados ou descobertos em tempos distintos, fizeram do colono português e das peripécias das suas obras testemunhos não só do seu tempo, mas igualmente das transformações do olhar historiográfico. Gabriel Soares obteve um conjunto de alvarás expressivos na disputa de mercês na corte filipina. Esta parte do seu legado alimenta uma discussão relativamente recente e comparativa sobre a economia das mercês, as relações entre súditos e vassalos, a busca de prestígio e riqueza. A sua expedição malograda sempre esteve em pauta num tema clássico da historiografia brasileira: a história das expedições, o mito do Eldorado. O *Tratado descritivo* foi alicerce para a valorização da herança e empreendimento lusitano, para a constituição de um cânone literário e para os olhares etnológicos ao registrar costumes e culturas de diversos grupos indígenas. Os *Capítulos,* revelados por mãos de um dos maiores historiadores jesuítas, o Pe. Serafim Leite, em 1938, denegriram ou foram desconfortáveis, a principio, a uma imagem do colonizador forjada ao longo do século XIX. Mesmo sem uma edição a sua altura, passaram a ser mais conhecidos e abordados nas últimas décadas, especialmente nas releituras da história das religiosidades e do antijesuitismo, mais especificamente. Apresentamos neste artigo parte dos resultados de uma tese recentemente defendida sobre a trajetória dos escritos de Gabriel Soares de Sousa. A partir de uma pesquisa realizada em diversos arquivos ibéricos reconstruímos tramas que envolvem os seus originais, as suas cópias manuscritas e os diversos fatores que levaram a uma circulação surpreendente destas. Esta reflexão não pode ser descolada da biografia aventuresca do colono português e das suas imagens, muitas a serem desconstruídas, como a de um idôneo colonizador, a de um precursor da nacionalidade ou até a de um mexeriqueiro.

A COMPANHIA DE JESUS E OS NEGÓCIOS: A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO (1650-1759)

Luana Melo Ribeiro

O presente trabalho pretende discutir a relação tênue entre os negócios jesuíticos e a missionação , partindo do pressuposto de que o sucesso das missões dependia do sucesso de seus negócios e, portanto, do acúmulo de bens como meio para o sustento das obras catequéticas. Sendo assim, pretende-se investigar em quais atividades os jesuítas estavam envolvidos no Grão-Pará e compreender como se deu a relação entre os negócios e a missionação na capitania. Metodologicamente, o trabalho tentará seguir a proposta historiográfica thompsoniana, na qual alguns conceitos são fundamentais, como os de experiência e cultura. Nesse sentido, o trabalho buscará reconstruir as experiências vivenciadas pelos jesuítas relacionadas, principalmente, ao trabalho de catequese e ao fazer negócios, como forma de testar a hipótese central da qual se parte, ou seja, a de que missionação e negócios constituíam uma

unidade contraditória na atuação da Companhia de Jesus, não só no Grão-Pará, mas também em todas as áreas em que se estabeleceu. Sendo assim, e com base em tais conceitos que se pretende abordar a atuação da Companhia de Jesus no Grão-Pará, compreendendo que suas experiências permitiram à Ordem exercitar uma das práticas fundamentais de sua cultura, ou seja, a pragmática, que também pode ser denominada de casuísmo jesuítico. Nesse sentido, foi levantada considerável documentação acerca do tema proposto, que se encontra reunida nos CDs do Projeto Resgate "Barão do Rio Branco". Documentos Avulsos da capitania do Grão-Pará; além do acervo documental da Torre do Tombo (disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/>) e do *Archivum Romanum Societatis Iesu* (ARSI).

BENTO DA FONSECA: PROCURADOR GERAL DAS MISSÕES E MESTRE DE FILOSOFIA NO COLÉGIO MARAGNONENSIS

Luiz Fernando Medeiros Rodrigues

À diferença da recepção da escolástica barroca na América hispânica colonial, cujas universidades foram influenciadas por ou adoram os paradigmas acadêmicos ibéricos, no Brasil colonial, esta foi bem menos perceptível. Ainda assim, é no chamado "pensamento *escolástico*" que se deve buscar a *dinamis* (δύναμις) do pensamento ao qual estiveram ligados os missionários da Companhia de Jesus. António Vieira (1608-1697), numa das suas exortações, descrevia o Grão-Pará e todo o território do Rio das Amazonas como uma imensa "universidade de almas". De certa forma, com esta analogia retórica, o visitador já traçava o início do Curso das Artes no Estado do Maranhão e Pará, com os escolásticos da província do Brasil que tinham ido para o reforço da Vice-Província do norte em 1688, juntamente com alguns filhos da terra. No Maranhão, o curso iniciava quando as tentativas de fundação de uma universidade jesuíta no Brasil tinham sido encerradas. O curso das Artes do Grão-Pará e Maranhão ficou subalterno à legislação do estado nortenho, diferente daquela do Brasil, mas sujeitos ao mesmo regimento interno, da *Ratio Sudiorum*, e, no regimento externo, à legislação dos Estatutos da Universidade de Coimbra. Foi com este arranjo legal que o curso de filosofia no Grão-Pará se desenvolveu até alcançar certa maturidade, com as *Conclusões Filosóficas*, no período áureo de 1730, com o mestre P. Bento da Fonseca (1702-1781), depois, procurador das missões em Lisboa até a supressão. A presente comunicação tem como objeto apresentar o papel do ex-missionário da Vice-Província que, no momento da expulsão dos jesuítas do Brasil, atuava em Lisboa, junto às autoridades civis e eclesiásticas, como Procurador Geral das Missões do Maranhão e Pará, consultor real para as missões do Brasil e professor de filosofia. De consequência, procurar-se-á compreender a amplitude das redes de sociabilidades que formou com as autoridades político-eclesiásticas no exercício do cargo de procurador e como conselheiro real. Além disso, buscar-se-á explicitar a sua importância para a construção de um

"pensamento escolástico" no Brasil, o qual serviu de instrumento organizador e de referencial teórico para a realidade que os missionários da Companhia vivenciaram no Brasil, especialmente no Grão-Pará e Maranhão. O seu papel como mestre de filosofia ganha ainda mais relevo quando se tem presente que os problemas que tocavam a liberdade dos índios, por exemplo, tinham se tornado terreno de férreas disputas entre missionários e autoridades coloniais, e que os instrumentais fornecidos pela filosofia ibérica mostraram-se, por vezes, insuficientes face à complexidade dos dados do real vivido. O que fica claro, porém, é que os jesuítas, na sua práxis missionária, usaram o móvel filosófico da segunda escolástica para construir o seu "projeto jesuítico" na América lusitana. E, foi a partir da "acomodação" do pensamento filosófico-teológico aos determinantes da realidade dos missionários que o ensino da filosofia no Maranhão se converteu no plano de fundo para a ação missionária dos jesuítas no Brasil colonial. Defende-se, pois, a existência de um ensino filosófico superior no Maranhão colonial, expressão de um "pensamento escolástico" colonial já presente nas teses filosóficas presididas por Bento da Fonseca e defendidas por seus alunos tanto no Maranhão quanto em Lisboa.

CULTURA E MENTALIDADE BARROCA NO JESUITISMO DO PADRE GABRIEL MALAGRIDA

Thiago Gomes Medeiros

O trabalho pretende analisar a trajetória do padre Gabriel Malagrida (1689-1761) na Companhia de Jesus, constando nas regras do carisma inaciano e na cultura do barroco o ponto de partida para entender a sua vida religiosa. Para isto é necessário retornar as bases da sua formação instrucional, atrelada as Regras de Santo Inácio e aos Exercícios Espirituais, que oferecem o suporte inicial para entender o homem barroco e os principais desdobramentos dessa cultura no seu jesuitismo, ou seja, nas suas práticas cotidianas. A influência da cultura barroca na formação intelectual do padre Gabriel Malagrida é fundamental para a sistematização da sua atuação missionária no Brasil colonial, em pleno século XVIII. Neste sentido, a história cultural nos auxilia na compreensão e contextualização da formação de Malagrida como padre inaciano e homem barroco, marcado pela retórica, metáfora, estilo satírico, de onde emerge "um homem de pensamento refinado e sarcástico sob a inspiração de obras clássicas" (MADEIRA, 2013, p.02). A cultura do barroco traduz a sua atuação no Brasil setecentista, como missionário, professor e pregador, empenhado na construção de colégios de tradição jesuítica, destacando-se a construção do antigo Colégio de São Gonçalo, resultado da sua estada na Capitania da Paraíba, dentro dos moldes e aspirações do Concílio de Trento. Além disto, como missionário, criou casas de recolhimento para mulheres desamparadas, reformou igrejas e construiu capelas, sempre vivendo da providência divina e das esmolas conferidas pela corte portuguesa e pelos colonos abastados que habitavam o Norte da América

portuguesa, principalmente no período joanino (1706-1750). Com a morte do rei de Portugal, D. João V, em 1750, o infante D. José, jovem e inexperiente, aos trinta e seis anos de idade, assumiu o trono e nomeou como ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), futuro Marquês de Pombal. Partindo daí compreendem-se as relações de poder e os embates entre o Estado português e a Companhia de Jesus, gerando a expulsão dos jesuítas dos domínios lusitanos, a culpabilização de Malagrida pelo Tribunal da Inquisição e a posterior supressão da Ordem Inaciana. A perseguição ao religioso pautou-se nas suas representações mítico-religiosas, na influência sobre a alta nobreza como confessor, nos seus escritos acerca das causas do terremoto de Lisboa em 1755 e nos entraves com o 1º ministro de D. José I, que reinou Portugal entre 1750-1777, sendo este o seu maior perseguidor, conduzindo-o a culpabilização inquisitorial. No campo político, a visão geral do período barroco era marcada pelo conformismo que, por sua vez, o padre Malagrida combateu, sendo considerado rebelde político, consequentemente, rejeitado e temido. Como marca do seu jesuitismo não silenciou diante dos acusadores e seus escritos revelam oposição ao poder de Pombal, contrariando o espírito de resiliência de sua época, causando a ele próprio transtornos que culminaram em um pomposo auto de fé.

GOVERNAR AS CONSCIÊNCIAS - AS ESTRATÉGIAS DE ENRAIZAMENTO DA COMPANHIA DE JESUS NAS PROVÍNCIAS ESPANHOLAS E OS DEBATES SOBRE A CONFISSÃO FREQUENTE, NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVI.

Silvia Patuzzi

Na presente comunicação será examinada a experiência de (re)evangelização de *moriscos* e *conversos* na Andaluzia a partir das normativas diocesanas estabelecidas e instituídas pelo então arcebispo de Granada, Pedro Guerrero, em 1573, em colaboração com duas gerações de jesuítas, sob a liderança do provincial Miguel Torres. O caso granadino faz emergir a específica aliança político institucional estabelecida entre a autoridade episcopal, os tribunais da Inquisição e a Companhia de Jesus na Andaluzia na segunda metade do Quinhentos. Esta aliança foi forjada a partir da percepção comum do valor estratégico da confissão frequente e da confissão geral, percebidas pela Companhia como estratégias pastorais eficazes e também como meios para controlar os desvios internos (as dissensões dentro da própria ordem) e para (re)conquistar as populações mais heterodoxas, como os *conversos* de Extremadura e Andaluzia. Neste contexto, assume-se a hipótese que "o modo jesuítico de confessar" forjado na experiência granadina será posteriormente estendido para a conversão de heterodoxos, hereges e gentios, bem como para o governo das consciências dentro da própria ordem. Esta passagem é reconstituída mediante o exame de um tratado para confessores que, nas últimas duas décadas do século XVI é elevado a manual oficial da Companhia: o *Institutio confessariorum* (1581) do jesuíta Martino Fornari (1547-1612), apresentado pelo geral Acquaviva como obra de *nostrae theolo-*

go, o que lhe confere o selo de oficialidade, garantindo sua convergência com as orientações teológico-morais da Companhia e, portanto, atribuindo-lhe o status de instrumento apropriado para os confessores da ordem. A distribuição deste manual é seguida pela elevação da confissão geral a *perpetua praxi Societatis* pelo geral Claudio Acquaviva em 1600, com sua *Instructio ad reddendam rationem conscientiae iuxta morem Societatis Iesu*.

A CONSTRUÇÃO DO ANTIJESUITISMO NA AMAZÔNIA PORTUGUESA NA PRIMEIRA METADE DO SÉC. XVIII.

Roberta Lobão Carvalho

A Companhia de Jesus, como uma das principais instituições católicas do período colonial, destacou-se em várias frentes: missionária, educacional e comercial. Arrematando nesse período uma gama de aliados fiéis e inimigos ferrenhos. Neste trabalho, que faz parte da minha pesquisa de doutorado, será analisado o discurso antijesuítico elaborado na Amazônia portuguesa durante a primeira metade do século XVIII. Tal exame será conduzido por meio de uma série de documentos produzidos pelos mais ferrenhos inimigos da Companhia de Jesus no período, o Procurador dos Povos do Maranhão e Grão-Pará, Paulo da Silva Nunes, e seu amigo e aliado, o governador e capitão-geral do Estado entre 1728 e 1732, Alexandre de Souza Freire. Essa campanha antijesuítica teve duas frentes: uma gerida na colônia por Freire, e a outra iniciada, ainda no governo de João da Maia da Gama (1722-1728), pelo Procurador, primeiro na colônia e depois, por ocasião de sua fuga, na Corte, onde a produção documental de cunho antijesuítico avultou-se. É importante destacar que os elementos discursivos encontrados nos documentos não se configuram inéditos, ao contrário, se repetem e se assemelham até mesmo na sua estrutura, sofrendo, segundo José Eduardo Franco, um "processo mimético da repetição", porquanto muitas "ideias forças estruturantes do mito e a sua roupagem linguística argumentativa fundamental acabam por se tornar repetitivas" (2006, p.27). Entre a documentação produzida na campanha de Silva Nunes, destacamos um *Memorial* escrito em 1734, Requerimentos, Cartas e Petições, produzidos entre as décadas de 1720 e 1730 na Corte, encontrados no Arquivo Histórico Ultramarino, documentos avulsos do Maranhão e Pará. Assim, vamos perquirir os argumentos basilares do enunciado antijesuítico amazônico, para compreender como a situação daquela região era concebida na documentação. A pesquisa realizada até este momento, ajudou-me a perceber que os elementos formadores desse antijesuitismo amazônico, se alicerçam em pares de opostos indissolúveis e solidários, dentre os quais destaco: *sucesso da missão e ruína do estado, liberdade e escravidão indígena, temporal e espiritual*, *bem público e bem particular, bom missionário e mau missionário.* Outro ponto já estudado é a estrutura discursiva da documentação. Notamos que as repetições dos argumentos que se desdobravam em libelos, representações, cartas, dentre outros, têm uma estrutura semelhante. A maioria se inicia com o Procurador informando o tempo que já estava na corte empreendendo sua campanha, logo depois explica-se que o Maranhão e Grão-Pará

era uma terra rica em promessas e a seguir elucida-se o porquê das riquezas não se desenvolverem, apontado os "remédios" para aquela situação. Desta feita, observa-se que os motes principais da documentação estão diretamente ligados às seguintes questões: descimento, repartição, uso da mão de obra dos índios, pagamento de dízimos e alfândegas, visitações e a riqueza atribuída a Companhia de Jesus no Estado do Maranhão e Grão-Pará.

14 de setembro de 2016

DISCUTINDO RELAÇÕES E REPRESENTAÇÕES: MISSIONÁRIOS JESUÍTAS E ÍNDIOS PRINCIPAIS NOS ALDEAMENTOS DO NORTE (SÉC. XVII).

Fernando Roque Fernandes

Os anos compreendidos entre 1653 e 1661 tiveram suas especificidades. Foram entre esses anos que a administração do contingente nativo, passou a ser feita a partir dos aldeamentos da Ordem Jesuíta e das lideranças indígenas. No entanto, antes desse período, ocorreram diversas tentativas de se estabelecer um acordo entre colonos leigos e missionários para que a catequese estivesse em harmonia com a questão do trabalho indígena. Em 1653, quando o padre jesuíta, João de Solto Maior chegou a Belém para estabelecer o primeiro aldeamento jesuíta naquela região, fora pressionado pela Câmara de Belém a assinar um acordo que estabelecia que os missionários jesuítas não se envolveriam nas questões relacionadas ao cativeiro dos índios nem na administração dos índios considerados livres. Deveriam somente contentar-se com a administração espiritual dos moradores daquela capitania. Por conta das questões que envolviam colonos leigos e missionários, os jesuítas passaram a concentrar maiores esforços nos aldeamentos de missionação. No entanto, nos aldeamentos missionários, os índios Principais também tinha grande influência sobre os outros índios, estes, além de se basearem no prestígio, ainda passaria a ser legitimados pela lei de 9 de abril de 1655. Em muitos casos, os índios Principais eram tidos como a representação de uma vontade coletiva que recebia influências do grupo sobre o qual detinha a responsabilidade de administrar e encaminhar nas atividades cotidianas. Assim, o índio Principal passou a ter um lugar de autoridade paralelo ao do líder missionário, dividindo esse poder apenas por não deter a administração espiritual desse espaço. Isto pelos menos juridicamente. Por outro lado, nos aldeamentos missionários, era necessário identificar as atribuições dos índios Principais. E a própria representação desses líderes indígenas no processo de estabelecimentos dos aldeamentos missionários, passaria a ter nova representatividade. Sua presença passaria a ter existência concreta também para os missionários na regulamentação deste espaço e das práticas cotidianas nele desenvolvidas. Muitas vezes, esse indivíduo desempenharia um papel especial nas relações sociais que ocorriam dentro do espaço de missionação. Tal é o papel de destaque das lideranças indígenas nos aldeamentos de missionação que fora necessário criar uma espécie de legislação especí-

fica para nortear o trabalho de catequese dentro das missões. Isso ocorreu dadas as dificuldades enfrentadas pelos jesuítas para missionar a população ameríndia, resultando na divisão administrativa feita entre missionários e índios Principais. Ao que parece, também nos aldeamentos de missionação, os índios Principais desempenhavam funções administrativas e atuavam como intermediadores de descimentos. Podem, portanto, ser considerados como ligação entre o colono, o missionário e o indígena. Fruto da representação da coletividade do aldeamento, suas ações também refletiam, muitas vezes, as formas de resistência indígena ao novo modelo cultural que lhes era proposto. Como resultado da reconfiguração deste espaço e da criação da nova estrutura estabelecida, os índios Principais passaram a atuar como limitadores da implementação de políticas missionárias indigenistas nos aldeamentos jesuítas.

AS ARTES DE CURAR EM UM MANUSCRITO JESUÍTICO INÉDITO: O PARAGUAY NATURAL ILUSTRADO, DE JOSÉ SÁNCHEZ LABRADOR SJ (1771-1776).

Eliane Cristina Deckmann Fleck

Nesta comunicação, apresentamos uma análise preliminar do manuscrito *Paraguay Natural Ilustrado*, escrito pelo padre jesuíta José Sánchez Labrador, entre os anos de 1771-1776, durante seu exílio em Ravena, na Itália. Esta obra, que se encontra no *Archivo Romanum Societatis Iesu* (ARSI), se subdivide em seis tomos – *Terra, Água e Ar; Botânica; Mamíferos; Aves; Peixes; Anfíbios, Répteis e Insetos* – nos quais, além das percepções sobre a natureza americana, encontramos informações relativas aos saberes e as práticas curativas adotadas pelas populações indígenas das regiões da vasta Província Jesuítica do Paraguai. Para além das virtudes terapêuticas de pedras bezoares, insetos e plantas descritas na obra, interessa-nos, também, demonstrar que no *Paraguay Natural Ilustrado* o missionário Sánchez Labrador reuniu informações procedentes tanto de suas próprias observações e das informações que obteve com os indígenas, quanto das que se encontravam em obras redigidas por outros jesuítas ou por cientistas leigos, com os quais estabeleceu um interessante diálogo. As evidências de intertextualidade e de apropriação dos conhecimentos dos *inteligentes e sábios* indígenas, especialmente em relação às virtudes terapêuticas de bezoares, insetos e plantas, serão, por isso, também abordadas.

CONHECER PARA CATEQUIZAR: OS CONFLITOS TEOLÓGICO-POLÍTICOS NA AMÉRICA PORTUGUESA SEISCENTISTA

Ana Elisa Silva Arêdes

Perante a crise da cristandade do século XVI, a fundação da Companhia de Jesus idealizou a formação de um exército da cristandade católica, o qual defenderia a Igreja por meio da ação pedagógico-catequética. Simultaneamen-

te, fermentaram nos Estados europeus discussões teológicas, jurídicas e políticas acerca do Novo Mundo e de seus habitantes, no chamado "efeito americano". Nesse sentido, após a consolidação de sua Ordem, os jesuítas se espalharam pelo mundo com o compromisso de conquistar as almas e, nas Américas, participaram da elaboração de assertivas acerca dos indígenas e das formas que trabalho evangelizador deveria assumir para que a conversão dessas almas fosse garantida. No entanto, as questões sobre os nativos americanos e sobre sua inserção no mundo cristão continuaram sendo elaboradas e respondidas até o século XVII, sobretudo entre os missionários. Questões sobre a essência dos "negros da terra" e sua capacidade de conversão à fé cristã foram fomentadas tanto pelos sucessos e dificuldades enfrentadas pelos religiosos nas missões, quanto pelos conflitos que envolveram as interações entre os diversos agentes que circulavam no Novo Mundo. Contudo, além de envolver a aceitação de um sistema de crenças, a evangelização dos índios do Brasil estava associada a uma forma de sujeição a Deus e à Coroa. Isso significava que, por meio da conversão, os indígenas seriam conduzidos ao grêmio da Igreja e ao corpo místico do Império português. Os jesuítas apontaram diversas dificuldades enfrentadas nas missões, bem como os caminhos para a obtenção do sucesso no ensino da fé cristã e da obediência. Portanto, esses religiosos partiam pressuposto de que era necessário aos missionários acumular conhecimentos sobre os índios e reunir experiências resultantes do trabalho pedagógico-catequético. No entanto, as posturas teológico-políticas defendidas pelos inacianos nutriam conflitos entre eles e colonos defensores da escravização indígena, como também promoviam discussões entre jesuítas e outras ordens religiosas que se dedicavam ao trabalho evangelizador, a destacar: a dos Capuchinhos. Esse trabalho tem como objetivo analisar como os conflitos entre jesuítas, colonos e capuchinhos se desencadearam durante o século XVII nos Estados do Maranhão e do Brasil, tendo em vista como empecilhos teológicos relacionados à natureza e à convertibilidade indígena foram manipulados em discursos produzidos pelos diversos agentes envolvidos nesses conflitos. Nesse sentido, delimitaremos quais as diretrizes apontadas por esses indivíduos no que tange os temas que envolviam os indígenas em diversos textos que circulavam na América portuguesa na forma de manuscritos e impressos. Além disso, localizaremos historicamente as proposições desenvolvidas e os usos teológicos que elas estabelecem.

O ALDEAMENTO JESUÍTICO DE MBOY: IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Angélica Brito Silva

A presente comunicação discorrerá sobre o processo de implantação e desenvolvimento do aldeamento jesuítico de Mboy localizado na Capitania de São Paulo e abrangerá o período de 1624 a1680. Como ponto de partida traremos ao debate o contexto histórico sobre a relevância e papel dos aldea-

mentos no entorno de São Paulo para o desenvolvimento da região no século XVII, dando destaque à criação dos aldeamentos próprios da Companhia de Jesus que irão se consolidar ao longo daquele século, tendo em vista as particularidades e conflitos locais que existiram em torno da liberdade indígena. Deste processo, podemos destacar a expulsão dos jesuítas da capitania entre 1640-1653, fruto de um exílio forçado pela Câmara, e a perca da administração espiritual – e influência na temporal – dos aldeamentos do padroado real. A mão de obra indígena na Capitania era de suma importância para a manutenção tanto social quanto econômica daquela sociedade, e não seria diferente aos religiosos. Os aldeamentos próprios da Companhia de Jesus eram fundamentais para a manutenção do Colégio de São Paulo de Piratininga, núcleo da ação inaciana no planalto paulista, e ofereciam as bases para a missão. A partir destas "aldeias" próprias, os jesuítas conseguiam abrir novas "fronteiras" e espaços de atuação, tanto econômicos, quanto sociais e espirituais, necessários para concretizar o trabalho missionário. O período estudado é de extrema importância para se compreender justamente a transição da atuação jesuítica das aldeias do padroado para as aldeias próprias, em um período que teremos o auge dos descimentos de índios do sertão, ao passo que os inacianos são obrigados a reorganizarem sua missão, sobretudo após o retorno do exílio. Para compreender de que forma se deram as tensões em torno da expansão de fronteiras (temporal e espiritual) realizadas pelos inacianos, pretendemos partir, como estudo de caso, do aldeamento jesuítico de Mboy que fazia parte da missão e do patrimônio do Colégio de São Paulo de Piratininga. O aldeamento teve origem a partir da doação de índios e terras realizados por uma família paulista em 1624, o que deu as bases materiais que possibilitaram o surgimento e desenvolvimento tanto do novo núcleo populacional, quanto do fortalecimento da Companhia de Jesus na região. Apesar da doação ter ocorrido em 1624, há indícios que o processo de implantação e consolidação do aldeamento não foi pacífico e rápido, tendo levado cerca de 50 anos para terminar, demonstrando o empenho dos jesuítas em torno da construção das bases materiais através da implantação de um complexo de aldeias e fazendas próprias na região, como será o caso dos aldeamentos de Carapicuíba e Itapecerica, muito próximos de Mboy, tanto cronologicamente, quanto espacialmente. Para concretizar e consolidar seu projeto, os jesuítas tiveram que colocar em prática uma série de estratégias e acordos para conseguir avançar e ocupar, sempre negociando para ampliar seu espaço de atuação, temas que serão aprofundados nesta comunicação.

A VIAGEM INACIANA: SIGNIFICADOS E REPRESENTAÇÕES

Maria de Deus Beites Manso

A modernidade é um tempo de mudança de grande intranquilidade. Se, por um lado, o conhecimento científico e os horizontes culturais se alargavam, também é verdade que o medo resultante de guerras e de pestes colocava

os Homens perante uma grande apreensão, a Salvação. O século XVI europeu reporta-nos para um período de violência e de intolerância religiosa e a questão da Salvação dos Homens tornou-se um tema central. As escolhas individuais por um determinado tipo de vida podem ser o caminho que auxilie nessa procura. A viagem pode representar um momento de introspeção, observância e de comparação face ao que rodeia o Homem. Com base em relatos de jesuítas tentaremos abordar o significado e representações que a viagem representava na missão inaciana.

O PAPEL DOS PADRES JESUÍTAS NO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO NA MODERNIDADE.

Luciene Maria Pires Pereira

Este artigo tem por objetivo discutir o processo de desenvolvimento científico no período moderno analisando o papel dos padres jesuítas nesse processo. Durante muito tempo a historiografia enfatizou os conflitos resultantes do debate entre religião e ciência, contrapondo essas duas vertentes de entendimento das sociedades e, muitas vezes, delegando à primeira a alcunha de inimiga da ciência. Nossa análise pretende demonstrar que, ao contrário do que propôs parte dos estudos historiográficos, a Igreja, diante das transformações que marcaram as sociedades a partir do século XVI, atuou de forma relevante para a compreensão destas transformações, fornecendo os elementos pessoais e intelectuais para construção do saber científico no período moderno.

OS PADRES "TAPUITINGA": A ATUAÇÃO DE JESUÍTAS ALEMÃES NA AMAZÔNIA POMBALINA (1750-1757)

Karl Heinz Arenz / Gabriel de Cassio Pinheiro Prudente

No contexto da introdução das reformas concebidas pelo secretário régio Sebastião José de Carvalho e Mello, o futuro Marquês de Pombal, no Estado do Grão-Pará e Maranhão, um pequeno grupo de jesuítas de origem alemã estava atuando na região. Trata-se dos padres Antônio Meisterburg, Lourenço Kaulen e Anselmo Eckart, todos originários da Renânia no oeste da Alemanha. Tudo indica que sua vinda à Amazônia portuguesa, entre os anos de 1750 e 1753, deve-se à iniciativa do padre Roque Hundertpfund, então procurador da Missão do Maranhão em Lisboa, e da rainha-mãe Dona Maria Ana de origem austríaca e conhecida por sua simpatia pela Companhia de Jesus. Os três padres "tapuitinga" – designação indígena para os religiosos de proveniência alemã ou centro-europeia – desenvolveram a maior parte de suas atividades missionárias em aldeamentos no vale dos rios Madeira e Xingu. Nestes lugares, Eckart e Meisterburg, mas com muita probabilidade também Kaulen, dedicaram-se à redação de dicionários da Língua Geral. Esses trabalhos linguísticos, embora realizados por missionários ainda relativamente inexperi-

entes, não reproduzem meramente, como outros dicionários da época colonial no Brasil, a forma estandardizada do idioma estabelecida no século XVI, mas atentam claramente ao uso coloquial do mesmo no vale amazônico em meados do setecentos. Assim, os padres alemães contribuíram para dar continuidade aos esforços dos inacianos de promover sistematicamente a Língua Geral como meio de comunicação na sua vasta rede de aldeamentos no Grão-Pará e Maranhão, apesar dos receios da metrópole determinada a difundir a língua portuguesa. Enquanto o dicionário redigido por Eckart, o *Vocabulario da Lingua Brazil*, já foi objeto de muitas pesquisas, um manuscrito anônimo de 1756, descoberto em 2012 na biblioteca municipal da cidade de Trier na Alemanha, constitui ainda um desafio para linguistas e historiadores. Convencionalmente, a obra foi denominada de *Dicionário de Trier* ou *Dicionário de 1756*. Há indícios no texto de que o lugar da redação foi a pequena Missão de Piraguiri, conhecida por suas atividades pesqueira e artesanal (produção de canoas), sendo o padre Meisterburg e, eventualmente, o seu confrade Kaulen, o autor ou os autores mais prováveis. Não só as anotações feitas às margens e entre as linhas do vocabulário, mas também as informações contidas em uma carta-ânua, redigida, no mesmo ano, pelo padre Kaulen na referida missão, permitem entender melhor a situação cotidiana em um aldeamento na calha amazônica no período pombalino. De maneira mais ampla, os três missionários alemães merecem, para além de seu óbvio interesse pela(s) língua(s) indígenas usadas no interior das missões, a atenção dos historiadores pelo fato de estarem entre os primeiros jesuítas a serem presos e deportados. Como seu mentor, padre Roque Hundertpfund, e seus confrades portugueses José Antônio, Teodoro da Cruz, Manuel Ribeiro e Aleixo Antônio em 1755, os três padres renanos foram presos, pouco tempo depois, e deportados para o reino, isto é, ainda antes da expulsão geral e definitiva da Companhia por ordem do Marquês de Pombal. Assim, partindo da origem estrangeira e do intenso interesse pela Língua Geral, visa-se nesta comunicação entender as razões pelo exílio e o encarceramento prolongado dos três "tapuitinga" que, afinal, viveram somente entre seis a três anos na Amazônia. Para este fim, se levará em conta o conceito do protonacionalismo, trabalhado por Eric Hobsbawm, enquanto marcador do projeto reformador do Marquês de Pombal.

15 de setembro de 2016

AS MISSÕES DO INTERIOR NO BRASIL COLONIAL

Antonildo Santos de Magalhães

O objetivo deste trabalho é compreender a função das missões itinerantes entre os colonos, relacionando-as ao projeto maior no qual elas estavam inseridas que é a expansão do estado português pelo planeta e a proposta de universalização do cristianismo. Consideramos que as missões pelo interior devem ser pensadas no contexto do processo de doutrinação cristã empreendida em Portugal e nas colônias, onde a doutrina confessional cristã tinha papel fundamental para "civilizar" os homens e contribuir para o chamado

"bem comum". A historiografia, que há muito tempo vem se dedicando ao estudo da atuação inaciana, tem priorizado os estudos que se relacionam à história da atuação entre a população indígena, no campo da educação, ou mesmo, à história da instituição. Desta forma, pouco foi estudado sobre o papel das missões itinerantes junto aos colonos. Precisamos conhecer as suas funções e os seus aspectos socioeconômicos, políticos, culturais e religiosos, principalmente, no espaço ao qual nos propomos a estudar, que são os chamados "sertões" da província da Bahia no período colonial. À medida que a população ia adentrando os sertões, se espalhando pelo território, ocorria a ampliação das dificuldades da Igreja em assisti-los de maneira satisfatória. Era exigida a presença de religiosos, que, muitas vezes, a diocese não dispunha, e mesmo quando havia padres à disposição, para que ele assumisse suas funções era necessário dotá-los com a côngrua régia, algo nem sempre fácil, pois, El Rei quase sempre destacava as dificuldades financeiras da Fazenda Real; e nesse contexto a ação dos jesuítas foi fundamental. Ao direcionarmos nossos olhares para a atuação missionária jesuítica entre os colonos, ampliaremos nossos conhecimentos sobre a história da Companhia de Jesus e do catolicismo.

JESUÍTAS NA FRONTEIRA LESTE-OESTE: PLASTICIDADE E CONFLITO NAS CAPITANIAS DO NORTE, SÉCULOS XVII-XVIII.

Maria Emilia Monteiro Porto

Trata-se aqui de apresentar um estudo sobre a política missionária jesuítica de adaptabilidade às circunstâncias do mundo americano - pessoas, lugares e tempos", verificando os processos presentes na constituição de imagens recíprocas entre os setores atuantes quando da abertura da nova fronteira colonial correspondente à conquista da costa leste-oeste, entre Paraíba e Maranhão. A expressão formal destas tensões da época podem ser descritas como barrocas, apresentadas em um amplo leque iconográfico, discursivo e corporal e presente na plasticidade da ideia de adequação às circunstâncias. Não se tratou de uma opção por apresentar a realidade de uma forma ou de outra, mas que fronteiriças eram as circunstâncias do mundo moderno, pois foi justamente ao se encaminhar para as identidades nacionais que começam a se definir as diferenças, daí as guerras do início da Idade Moderna e o crescente estabelecimento de fronteiras de toda ordem – culturais, políticas, sociais, econômicas,- que toma uma dimensão especial no trânsito entre Europa e América. Partimos das considerações de que essa adaptação às circunstâncias foi resultado da época moderna e suas circunstâncias fronteiriças; da experiência com a fronteira americana e a nova e radical diferença que esta impõe; e de uma diferença construída pela Companhia de Jesus em relação aos setores atuantes no mundo colonial. Em conjunto, provocam por sua vez imagens recíprocas de diferenças. A expressão material e discursiva desta habilidade no interior da fronteira missionária será demonstrada em cartas selecionadas entre a conquista do Rio Grande e do Maranhão e nos documentos da Câmara de Natal.

TRAJETÓRIAS DE EX JESUÍTAS LUSOBRASILEIROS NO CONTEXTO DA PERSEGUIÇÃO POMBALINA (1759-1773)

Fabricio Lyrio dos Santos

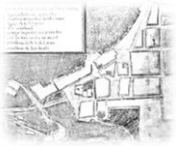
A expulsão dos jesuítas do reino e domínios portugueses foi um dos episódios mais marcantes e dramáticos da história luso-brasileira. Tomando os jesuítas como réus do atentado sofrido pelo monarca em 3 de setembro de 1758, a coroa relegou àqueles religiosos tratamento condizente com o crime que supostamente haviam cometido, estendendo sua perseguição aos que haviam deixado a ordem antes mesmo do fatídico acontecimento e sua posterior condenação. Com o decreto de 1759, inúmeros jesuítas tiveram que deixar suas residências em direção às prisões e ao exílio, mas um número considerável renunciou a seus votos, jurando fidelidade ao monarca. Pretende-se, neste trabalho, enfocar as trajetórias de alguns daqueles ex-jesuítas que permaneceram nos domínios portugueses após a expulsão, com ênfase para os que nasceram ou viveram na Bahia. Entre estes, sobressaem os que optaram por dar continuidade à sua vocação passando do clero regular para o secular. Estes e outros ex-jesuítas foram levados a renunciar seus votos e forçados a assinar termos de fidelidade ao monarca. Acompanhar e analisar as trajetórias destes e de outros ex-jesuítas luso-brasileiros no contexto da perseguição pombalina nos ajuda a melhor perceber e contextualizar o antijesuitismo vigente na corte de D. José e os desdobramentos do decreto de expulsão de 1759 não apenas no âmbito da Companhia de Jesus, enquanto instituição, mas dos próprios sujeitos que dela faziam parte.

OS JESUÍTAS E AS PAIXÕES TOLERADAS. O EXCESSO COMO EXPRESSÃO DE PIEDADE RELIGIOSA NA REGIÃO PLATINA. (PRIMEIRA METADE SÉCULO XVIII)

Luís Alexandre Cerveira

Durante a primeira metade do século XVIII, no campo e nas cidades do Prata, a Companhia de Jesus, através de chamadas "missões populares", empreendeu uma série de estratégias de combate das paixões do corpo e da alma. Ao analisarmos Cartas Ânuas do período, entretanto, identificamos que, ao contrário de ações que combatessem todas as paixões e suas manifestações, havia uma seletividade tanto do ponto de vista conceitual (oscilando entre uma fundamentação teológico-teórica Neoplatônica-agostiniana e Aristotélico-tomista) quanto de uma práxis que relativizava a moralidade dos frutos das paixões conforme sua "utilidade" para o projeto inaciano de evangelização. Se adultérios, roubos, assassinatos, jogos de azar e outras formas de "pecado" do corpo e da alma foram combatidos de forma dura pelos padres jesuítas nas homilias das missões populares na primeira metade do século XVIII, o mesmo não se pode dizer de outras formas de expressões "apaixonadas". Esposas que abandonam famílias e casas para se dedicar quase ex-

clusivamente aos ofícios religiosos, demonstrações violentas de fé e piedade que levavam a morte e mulheres entregues à rituais de autoflagelação coletiva até situações extremas, foram considerados casos exemplares nas Cartas Ânuas do período. Compreender as estratégias inacianas de "usos" destas paixões, e por outro, as táticas dos indivíduos que delas se utilizaram para fins que não aqueles imaginados pelos inacianos nos interessam nesse trabalho.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 3
Cultura e educação na América Colonial: iluminismos, instituições e culturas escritas

Coordenadores: Thaís Nívia de Lima e Fonseca (Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Ana Cristina Pereira Lage (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri)

13 de setembro de 2016

ILUSTRAÇÃO E PRÁTICA ADMINISTRATIVA NO REINADO DE D. JOSÉ I

Antônio César de Almeida Santos

Em primeiro de outubro de 1771, o secretário de estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, expediu uma longa Instrução de Governo para José de Almeida de Vasconcelos, que havia sido nomeado governador da capitania de Goiás, informando que ela continha "todas as noções dos males que padeceu aquela importante Capitania, para se precaverem, e os remédios específicos com que socorreu a cada um deles a iluminada e paternal providencia de Sua Majestade". A Instrução propriamente dita assinala que, "para o governo de toda a América portuguesa", havia sido estabelecido "um sistema político, civil e militar aplicado a cada uma das capitanias daquele vasto continente, segundo a situação e circunstâncias de cada uma delas". O referido sistema havia sido definido a partir de cartas e ordens régias anteriormente emitidas e que "sucessivamente se lhes tem dirigido conforme a exigência dos casos, e á proporção que as circunstâncias os pediam". O que se pretendia, então, era reunir em um mesmo documento todas as recomendações que se encontravam dispersas, ressaltando, todavia, a necessidade do governante possuir um "exato conhecimento" do território colocado sob sua autoridade, recomendando que o mesmo o percorresse e visitasse "pessoalmente tudo quanto se compreende de mais importante no distrito da sua jurisdição". Ao concluir a Instrução de Governo, Martinho de Melo e Castro aponta quais haviam sido os principais pontos abordados: a) "os males que afligiram a capitania de Goiás" e a razão de sua decadência; b) "os remédios aplicados" para sanar os ditos males e "prevenir outros de iguais ou ainda maiores consequências"; c) a imperiosa necessidade "da civilização dos índios", cuja população era considerada "uma das mais importantes riquezas"; d) os cuidados com as tropas e mais habitantes da capitania. O que se pretendia, enfim, era alcançar a prosperidade da capitania de Goiás e das demais, visto que as diversas cartas e ordens régias tratavam da elaboração de um sistema de administração que deveria ser apli-

cado "para o governo de toda a América portuguesa". A partir destas colocações, a proposta do presente trabalho é o de discutir a presença de um tipo de conhecimento elaborado a partir de elementos encontrados na Ilustração inglesa, e que se traduz, conforme expresso por Sebastião José de Carvalho e Melo, no abandono das "especulações dos livros antigos" e na valorização da observação e da experimentação e "dos argumentos da razão". Os negócios do governo, enfim, deviam ser "verificados por demonstrações de conta, peso e medida". A observação seria responsável pela preocupação dos administradores lusos em medir distâncias, identificar acidentes geográficos e caminhos, nomear territórios e, principalmente, contar os habitantes de dado território, organizando-os conforme idades e sexo. Assim, a partir de Instruções de Governo, como a expedida para José de Almeida de Vasconcelos, pretendo explorar as relações entre prática administrativa e um saber notadamente empiricista que foi elaborado nos gabinetes do reinado de D. José I.

A FACULDADE DE MEDICINA DE COIMBRA SOB O GOVERNO MARIANO: CONTROLE RÉGIO E APLICAÇÃO DOS ESTATUTOS DE 1772.

Ricardo Cabral de Freitas

A ideia de um retorno conservador no governo de D. Maria tem sido alvo de contestações diversas por parte da historiografia. As supostas rupturas do governo mariano em relação ao reinado de D. José têm sido analisadas antes sob a ótica de um rearranjo de forças políticas que ficaram à margem do poder durante o período pombalino, do que necessariamente uma reorientação completa do projeto reformista. Na Universidade de Coimbra, principal espaço de formação universitária da elite imperial, a transição de poder se expressou na substituição, em 1779, do Reitor Francisco de Lemos, aliado de Pombal e participante ativo da Reforma universitária de 1772, pelo Principal Mendonça, cujo reitorado seria marcado, sobretudo por uma maior vigilância dos hábitos religiosos dos alunos. Esse estado de coisas ficaria encarnado no poema anônimo *Reino da Estupidez*, que circulou entre os estudantes de Coimbra em meados da década de 1780 e debochava da orientação conservadora tomada pela instituição no governo mariano. Em acordo com a historiografia recente, entendemos que a insatisfação estudantil expressa no poema não pode ser tomada como uma expressão literal do estado de coisas na universidade no período mariano. Se de fato houve recrudescimento no controle das ideias que circulavam entre os estudantes e mudanças de sentido conservador em algumas faculdades - como a de Teologia - na Faculdade de Medicina o período seria marcado pelo combate a algumas das mazelas ainda pendentes desde a reforma, demonstrando o comprometimento de Maria I com as diretrizes dos novos Estatutos. Na *Memoria Historica e Comemorativa da Faculdade de Medicina (1872)* publicada em comemoração ao primeiro centenário da reforma do ensino médico na universidade, Bernardo Serra de Mirabeau destacava que em 1783, quase onze anos após a inauguração dos novos Estatutos, o quadro de professores de medicina continuava

incompleto, o que dificultava a plena aplicação das novas diretrizes pedagógicas, sem falar nos compêndios adotados, já considerados obsoletos. Diante da situação, a monarca se empenharia em adotar uma série de medidas voltadas para a consolidação do projeto reformista pombalino, como contratação de novos professores e produção de novos compêndios pelos Lentes da universidade. Sob essa perspectiva, a comunicação pretende analisar as interferências régias na faculdade de medicina durante a década de 1780, como forma de questionar não apenas o suposto retrocesso do reitorado de Mendonça, como também o próprio alcance da reforma, visto que algumas fontes indicam uma relativa defasagem entre o conteúdo dos estatutos e a prática pedagógica em sala de aula. Tais mudanças indicam que ideia de um retorno conservador também precisa ser tomada com ressalvas no que diz respeito ao contexto especifico da Universidade de Coimbra.

O ILUMINISMO E A SINGULARIDADE DAS LUZES LUSITANAS

Eduardo Teixeira de Carvalho Junior

Atualmente a historiografia tem apontado que o Iluminismo não foi um movimento de ideias homogêneo e que, em cada região da Europa, ele assumiu particularidades distintas, existindo, na verdade, vários Iluminismos. Conforme apontou Franco Venturi, a interpretação kantiana acabou se tornando um paradigma, impedindo uma maior compreensão sobre a diversidade das Luzes Europeias. Gertrude Himmelfarb aponta que até muito recentemente, não havia o reconhecimento de um Iluminismo britânico e que os ingleses foram deixados de fora. O primeiro verbete sobre o termo Iluminismo apareceria somente na 14ª edição da *Encyclopaedia Britannica* , em 1929, e segundo ela a "estranha exclusão dos britânicos do Iluminismo" só seria superada na década de 1980 por força de John Pocock e Roy Porter. Na sua abordagem sobre o iluminismo português, Ana Cristina Araújo prefere não utilizar o termo "Iluminismo", mas sim o termo "Luzes", conforme era utilizado pela maioria dos iluministas. No contexto de ideias do século XVIII a palavra "Luzes" era utilizada pelos filósofos para fazer referência a toda uma nova era na história da humanidade, a Época das Luzes, significava um grande otimismo em relação às capacidades do homem, que por meio do uso da razão, havia iniciado uma nova trajetória histórica marcada por uma revolução do conhecimento. Em Portugal, Luís António Verney, autor do polêmico **Verdadeiro Método de Estudar**, publicado em 1746, quando comparava os conhecimentos adquiridos em sua época com aqueles herdados dos antigos também se referia a um nova época histórica, a "tempos iluminados". Na **Dedução Cronológica**, publicada em 1767, documento que se insere no contexto das reformas pombalinas, Veney foi apontado como *o iluminado Zeloso, que despertou a mocidade portuguesa do letargo, em que estava, pelo próprio, e adequado meio do judicioso livro, que no ano de 1746 deu à luz, datado em Valença com o título de Verdadeiro Método de Estudar.* O iluminismo português representa um conjunto de ideias específicas que foram utilizadas visando aperfeiçoar o sistema administrativo e de controle do estado, cujas

diretrizes, usando uma expressão de Gertrude Himmelfarb, revelam como os portugueses "confrontaram o mundo moderno". Como uma singularidade do Iluminismo português, apontamos para a maneira peculiar com que a ideia de método foi debatida e discutida em Portugal, cujo ponto mais alto ocorreu nas polêmicas em torno do **Verdadeiro Método de Estudar**. Esta comunicação procura apresentar um breve balanço sobre a historiografia sobre o Iluminismo, apresentando algumas de suas principais abordagens e procurando problematizar o caso específico português.

CIÊNCIA E LUZES NOS DOIS LADOS DO ATLÂNTICO: NOTAS ACERCA DAS TRAJETÓRIAS DOS QUÍMICOS LUSO-AMERICANOS JOÃO MANSO PEREIRA E VICENTE COELHO DE SEABRA SILVA E TELLES

Gustavo Henrique Tuna

Durante a segunda metade do século XVIII em Portugal, o desenvolvimento de saberes científicos ganhou novos contornos, especialmente a partir dos novos estatutos relacionados à Reforma empreendida na Universidade de Coimbra em 1772. O conhecimento no campo da química seria um dos que receberia significativa atenção por parte da política educacional em Portugal, no bojo do fortalecimento de áreas de saber que poderiam constituir-se em instrumentos importantes para a Coroa portuguesa viabilizar a consecução de suas aspirações econômicas. A comunicação aqui apresentada visa, num primeiro momento, discutir os pontos de contato e os distanciamentos entre as trajetórias de dois homens de ciência nascidos na América portuguesa: o professor de gramática latina na cidade do Rio de Janeiro e químico diletante João Manso Pereira e o professor da Universidade de Coimbra Vicente Coelho de Seabra Silva e Telles. Ainda que tenham trilhado seus percursos em espaços distantes entre si – a América portuguesa e o Reino – ambos compartilharam a química como campo de atuação e estiveram vinculados à Sociedade Literária do Rio de Janeiro, agremiação científica de cariz ilustrado fundada na capital do vice-reino do Estado do Brasil em 1786.João Manso Pereira nasceu em localidade desconhecida da capitania de Minas Gerais por volta de 1750 e estabeleceu-se na cidade do Rio de Janeiro, onde foi professor de Gramática Latina. Além de ter tomado parte na Sociedade Literária do Rio de Janeiro, fundada sob a proteção do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, cultivou intensa atividade na prática da química. Tal aptidão ganhou certa notoriedade, haja vista, por exemplo, Manso Pereira ter sido nomeado por D. Maria I para realizar levantamentos mineralógicos na capitania de São Paulo. Outro aspecto a ser destacado é o fato de algumas de suas memórias terem sido impressas em Portugal, duas delas pela célebre Tipografia do Arco do Cego.Vicente Coelho de Seabra Silva Telles nasceu em 1764 em Congonhas do Campo, capitania de Minas Gerais, e mudou-se para Coimbra em 1783. Na universidade conimbricense, formou-se em Matemática em 1786, em Filosofia em 1787 e em Medicina em 1791. Posteriormente, em 1793, assumiria nela o cargo de lente da cadeira de química e metalurgia. Além

de ter publicado textos de considerável difusão no meio científico português como a *Nomenclatura Chimica, Portugueza, Franceza e Latina* (1801), cumpre destacar que Seabra foi autor de uma obra em dois volumes intitulada *Elementos de chimica offerecidos a Sociedade Litteraria do Rio de Janeiro para o uso do seu curso de chimica* (1788-1790). Construindo uma abordagem que procura simultaneamente lançar mão de um viés prosopográfico e travejá-lo com ferramentas da micro-história, a comunicação aqui apresentada objetiva perscrutar as trajetórias destes dois homens de ciência que se destacaram em suas atividades com vistas a complexificar as discussões sobre as efetivas importância e utilização dos saberes científicos no Império português de fins do século XVIII e sobre os graus de contato de cientistas luso-americanos com as Luzes científicas gestadas noutras partes do globo, nomeadamente na Europa além-Pirineus.

PALAVRAS ESCRITAS, LIDAS E AFIXADAS: DIMENSÕES DA CULTURA DO ESCRITO NO PROCESSO JUDICIAL PARA APURAR AUTORIA DO PASQUIM DE CALAMBAU, MINAS GERAIS, NO ANO DE 1798.

Álvaro de Araujo Antunes

É comum afirmar-se que eram reduzidos, sem não inexistentes, o conhecimento e/ou a relação dos povos da América portuguesa com a escrita. Considerada a composição social da localidade, o caráter excludente da educação e uma aduzida limitação dos meios de aquisição do conhecimento das primeiras letras, seria esperado um número limitado de sabedores da escrita. Essa constatação, entretanto, parece se sustentar muito mais sobre impressões do que sobre uma avaliação crítica e circunstanciada do amplo universo de registros documentais. Alguns trabalhos mais recentes, contudo, tem trazido substância ao debate, mensurando e mesmo contestando os níveis de conhecimento da escrita no mundo colonial. Porém, para além da destreza em manipular a pena e decodificar as letras conferindo-lhes sentido, a perspectiva analítica se amplia quando consideradas outras formas de interação social e cultural com o escrito. A escrita é uma forma de conferir à linguagem um caráter material, um conjunto de signos visíveis capazes de ampliar a transmissão de informações, espacial e temporalmente, o que tem implicações mais imediatas no campo administrativo e das comunicações, mas também atinge instâncias mais vastas da memória, da lógica e da cultura de uma sociedade. A título de exemplo do quer se evidenciar, vale considerar a própria natureza dos registros documentais que exprimem uma mediação entre a multiplicidade de eventos ocorridos e suas representações na forma da escrita administrativa. Contribuindo com a ampliação das perspectivas de análise, a presente comunicação propõe a análise de um processo judicial aberto no ano de 1798 para apurar a autoria de um pasquim que foi afixado em lugares públicos do distrito de Calambau, termo de Mariana, Minas Gerais. Para além de um raro exemplar setecentista de Pasquim, o processo em questão traz a declaração de trinta testemunhas inquiridas sobre a autoria do libelo difamatório, mas que, com seus depoimentos, evi-

denciam formas distintas de relação com a escrita. Nessa ação judicial, os depoentes não se limitavam a assinar ou não o próprio nome, mas também declaravam se leram ou não os pasquins, descreviam seu conteúdo e comparavam um exemplar desses a outros escritos do suposto autor, o caixeiro viajante Raimundo Penafort. Assim, por meio de um estudo de caso, busca-se discutir alguns aspectos da cultura escrita ou da cultura do escrito, considerando sua dimensão material e processual e sua relação com as formas de expressão oral e imagética.

VICENTE JORGE DIAS CABRAL: O NATURALISTA, SEUS REGISTROS E AS POSSIBILIDADES DE ASCENSÃO EM TEMPOS DE REFORMISMO ILUSTRADO

Marcelo Cheche Galves

Entre o final de 1799 e o início de 1803, Vicente Jorge Dias Cabral chefiou uma expedição científica que percorreu 16 freguesias e 956 léguas, pela capitania do Maranhão e Piauí. Natural do Tejuco, Comarca de Serro Frio, na capitania de Minas Gerais, Cabral estudou na Universidade de Coimbra: em 1789, bacharelou-se em Filosofia; cinco anos depois, formou-se pela Faculdade de Leis. Com a nomeação de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para a secretaria da Marinha e Ultramar (1795), transparece o interesse pela permanência e aprofundamento da prática de expedições científicas. Comuns desde os tempos do ministro Martinho de Mello e Castro (1770-1795), as expedições eram agora mais curtas, mais localizadas e com objetivos mais específicos e mais próximos da economia política. Dentre os novos/velhos interesses, podemos citar: a extração do salitre; a introdução de novos gêneros agrícolas, como a cochonilha, a quina e o anil; e um inventário dos recursos hídricos e de possíveis canais de ligação entre as capitanias. Aos "letrados nascidos no Brasil", sem dúvida, a ascensão de D. Rodrigo proporcionou um cenário dos mais favoráveis, diretamente relacionado à sua concepção de Império, e ao novo lugar que caberia à América portuguesa. Se esses letrados, em sentido mais amplo, ocuparam cargos importantes e participaram ativamente de experiências como a da Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801), o cenário também favorecia os "homens de ciência brasileiros", que assumiam papéis mais específicos, como a chefia de expedições científicas. A expedição de Vicente Cabral produziu uma diversidade de registros, aquilo que Ronald Raminelli (*Viagens Ultramarinas*, 2008) definiu como "testemunhos materiais da viagem – diários, correspondências, desenhos e remessas". Para os propósitos desse trabalho, destaco dois registros da expedição produzidos em 1801, ambos dedicados ao governador D. Diogo de Sousa: *Ensaio botânico de algumas plantas da parte inferior do Piauí* e o *Ensaio Econômico da Quina Quina do Piauhi*. Nos dois estudos, Vicente Cabral apresentou-se como "Bacharel em Filosofia e Direito Civil e Oppositor aos Lugares de Letras". O Dicionário do padre Rafael Bluteau, de 1720, ensina que *oppositor* era "aquele que pretende o mesmo oficio, dignidade, cadeira, que outro". Em meio aos primeiros resultados da expedição, incluindo a provável descoberta de um novo gênero da quina, Cabral tentava se inserir na burocracia portuguesa. Assim, esse texto trata das possibilidades abertas a Vicente

Cabral pelo contexto favorável de nomeações que viabilizou sua inserção na rede de letrados ocupantes de postos a partir daquele momento. A direção de uma expedição científica era uma atividade promissora, e apontava para dois caminhos convergentes, comuns à época: o projeto de publicação dos resultados da expedição e a obtenção de cargos públicos, benesses cujas solicitações se faziam acompanhar pelas narrativas dos esforços empreendidos naqueles pouco mais de três anos de aventura pelo interior da capitania.

14 de setembro de 2016

O VER E O OUVIR COMO PRÁTICAS EDUCATIVAS E INSTRUMENTOS PEDAGÓGICOS: PESQUISA E POSSIBILIDADES DE ABORDAGENS EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Thais Nívia de Lima e Fonseca

No contexto colonial a educação escolar estava em seus primórdios e não apresentava as mesmas características que teria a partir do século XIX e que marcam a concepção contemporânea de escola. O fato de que esta instituição fosse pouco visível e fracamente disseminada não implicava, contudo, na inexistência de educação, inclusive daquela que apresentava elementos de "natureza" escolar, ou seja, relações de ensino e aprendizagem marcadas pela transmissão de conteúdos específicos conforme metodologias específicas. A presença dessas modalidades de educação guardava características diferenciadas conforme as regiões da América portuguesa. Nas áreas onde foi destacada a atuação de ordens religiosas movidas pelo esforço da conversão do gentio a educação com características escolares foi mais evidente, inclusive por meio da existência dos colégios, além de seminários, que recebiam os filhos dos colonos, brancos ou mestiços. Mas houve regiões em que essa presença ou foi fraca ou mesmo impedida – como é o caso da Capitania de Minas Gerais – e onde, portanto, escolas num sentido convencional não existiam, ou não eram, necessariamente, instituições com estrutura física. Essa configuração induziu muitos pesquisadores – entre os quais Fernando de Azevedo em sua influente obra *A cultura brasileira* – a concluírem pela inexistência de educação onde não fosse detectada a presença de escolas definidas segundo o padrão estabelecido a partir do século XIX, o que resultou numa interpretação limitada da história da educação no Brasil colonial. Segundo ela, o início promissor da educação no Brasil, por meio da atuação das ordens religiosas, especialmente da Companhia de Jesus, foi interrompido pelas reformas realizadas durante o reinado de D. José I e comandadas por seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal. As reformas não teriam sido capazes de criar um sistema educacional que substituísse com êxito o "sistema" jesuítico e o Brasil teria que esperar pela República para vê-lo nascer e florescer. Um dos grandes problemas desta interpretação – mas não o único – é que ela, ao associar determinantemente *educação* a *escola*, reduz o significado do termo e exclui, automaticamente, ou-

tras formas possíveis de educação num contexto específico como foi o do período colonial no Brasil. O fato de não haver escolas, ou de as haver em pouco número e expressão, não significa que a população da colônia não se educasse, no sentido de inserir-se numa relação de ensino-aprendizagem com propósitos definidos. Aprendizagem de ofícios mecânicos, de técnicas produtivas, de elementos da doutrina católica e mesmo da leitura e da escrita podiam ocorrer em outros espaços e conforme princípios distantes de sua existência em contextos propriamente escolares. Compreender essas diferentes modalidades de educação implica no deslocamento da perspectiva analítica e amplia, inegavelmente, as possibilidades de estudo sobre a educação na sociedade colonial brasileira. É sobre essas possibilidades de que trata este texto. Entre outros possíveis, o foco aqui será o das formas de educação relacionadas às ações dirigidas ao *ver* e ao *ouvir* como práticas educativas e como instrumentos pedagógicos, conforme indica o título deste texto.

A IMAGEM DA VIRGEM DE MISERICÓRDIA: ESTUDOS SOBRE RELIGIOSIDADE E ICONOGRAFIA SACRA NO SUL DO BRASIL COLONIAL

Larissa Patron Chaves

O presente trabalho propõe abordar a representação da Virgem da Misericórdia nos séculos XVII e XVIII no âmbito da espiritualidade e educação em parte da região do Prata (sul do Brasil). Procura-se pensar como algumas práticas culturais europeias, tais como o culto das imagens, chegaram ao continente americano, como se misturaram, recriaram, adaptaram e contribuíram para a constituição das sociedades coloniais nessa região. Aborda-se o missionarismo realizado pelos jesuítas portugueses e brasileiros, e o papel que a catequização teve para o encontro de culturas, indígena e portuguesa, bem como o impacto que esse encontro teve na produção e veiculação das imagens sacras. A imagem da Virgem é um tema bastante trabalhado pela Igreja Católica, pelo menos desde o século XIII. Isto porque constitui parte da doutrina da encarnação, a partir da perspectiva dual de Cristo – metade humano / metade divino – assumindo, portanto, um papel importantíssimo no culto ao Cristianismo. No que refere a questão do "idolo", a divinização da Virgem está na maioria de suas representações ao longo da história, sobretudo Ibérica, e que é reforçada pelo caminho da mística como valorização e catequização dos indígenas na América, constituindo o poder católico no Ultramar. Portanto, a relação entre a imagem e a construção de identidades nos conduz a pensar nas representações sob diferentes visualidades, em que a imagem da Virgem é utilizada dentro de uma leitura que relaciona ao conceito de miscigenação. Serge Gruzisnki (2000) parece encontrar um ponto convergente ao abordar a questão do mestiço, no que chama de coexistência de culturas dentro de um processo de negociação, onde a mistura é um fato singular. Da convivência entre civilizações diferentes emergiram criações mestiças, contrariando a ideia progressiva do aperfeiçoamento das sociedades, para existências onde tudo se mescla, onde nada é linear. Este trabalho trata de uma proposta que objetiva realizar um estudo comparativo

no tempo e no espaço. O reduzido número de pesquisas sobre o tema, em especial a iconografia pela missão jesuíta no extremo sul do Brasil, reforça a necessidade deste trabalho e permite-nos alargar o foco de investigação sobre a religiosidade na América colonial.

O DIETÁRIO DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DA BAHIA (1582-1815): A ESCRITA MONÁSTICA COMO FONTE DE PESQUISA

Márcia Gabriela de Aguiar Barreto

O objetivo dessa comunicação é apresentar os resultados parciais da pesquisa em nível de Doutorado realizada acerca das práticas de leitura e escrita partilhadas pelos monges beneditinos na Bahia tendo como enfoque o livro de crônicas *Dietário das vidas e mortes dos monges, q' falecerão neste mosteiro de S. Sebastião da Bahia da Ordem do Príncipe dos Patriarchas S. Bento* custodiado no Arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia. O *Dietário* contém a narrativa das vidas dos monges beneditinos que viveram no cenóbio baiano no período de 1582 a 1815. O Mosteiro de São Sebastião da Bahia foi fundado em 1582 e elevado a abadia em 13 de outubro de 1584 por força do capítulo geral realizado no Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, em Portugal. Só em 1596, a província do Brasil ficou autônoma e teve na abadia baiana a sua sede. Sob a congregação portuguesa, os monges do Brasil permaneceram até 1827, quando se reconheceu a Congregação Brasileira. Parte da história da presença beneditina na Bahia encontra-se registrada no Dietário. Nesse sentido, sua leitura e interpretação nos colocaram algumas questões: em que medida a cultura escrita se disseminava no interior do mosteiro de São Bento e de lá para a sociedade baiana? Como funcionava a escola de formação situada no mosteiro da Graça? De que forma as práticas de leitura e escrita entravam no cotidiano dos monges beneditinos na Bahia? Como se constituiu a biblioteca? Estas e outras questões tem norteado o percurso da nossa investigação. O estudo desse exemplar da escrita conventual contribui para o campo da pesquisa em História Social da Cultura Escrita uma vez que esta prática de escrita pode ser reveladora das experiências cotidianas dos monges e também da sociedade baiana no período colonial. Através da leitura do Dietário, realizamos o levantamento das vidas dos monges que estiveram envolvidos em atividade de ensino ou ligadas ao universo da escrita. Um dos exemplos estudados foi a vida do monge Roberto de Jesus, natural e professo na Bahia que faleceu em 04 de outubro de 1746 com 60 anos de idade e 35 de hábito. Segundo o Dietário, o monge estudou Filosofia na Bahia e fez o Doutorado em Teologia em Coimbra. De volta à Bahia, lecionou Teologia no Mosteiro da Graça, onde se ensinava Gramática, Música, Órgão e Cantochão. A prática da escrita se constituía também como critério para ocupação dos cargos dentro do mosteiro uma vez que os mais instruídos ocupavam os altos cargos de Prior, Definidor e Abade. Dessa forma, analisar o Dietario como modelo de escrita conventual pode nos ajudar a perceber como estas práticas de escrita circulavam no mundo ibérico colonial.

EDUCAÇÃO FEMININA NA CASA DE ORAÇÃO DO VALE DE LÁGRIMAS, VILA DE MINAS NOVAS, 1754

Ana Cristina Pereira Lage

Esta proposta busca analisar as práticas educativas desenvolvidas na Casa de Oração do Vale de Lágrimas, uma instituição educativa feminina que existiu próxima à Vila de Minas Novas. Esta pesquisa insere-se no campo da História da Educação, em interface com a História das Mulheres e da História das Religiões. Nas especificidades da análise das instituições educativas, observa-se que estas são criadas para satisfazer determinadas necessidades humanas e tornam-se unidades que estão sempre em construção e transformação. Constituem-se como um sistema de práticas, com agentes e instrumentos que atinjam as finalidades esperadas. Ao pensar uma instituição educativa, observa-se que esta existe em determinado espaço e tempo para a construção e ordenamento da educação de um determinado grupo social. Propõe-se a análise de uma instituição educativa que, em seu principio, caracteriza-se enquanto casa educativa e, posteriormente, torna-se um recolhimento para mulheres. Neste trabalho será analisado o primeiro documento conhecido da referida instituição, um ofício do Arcebispo da Bahia, D. José Botelho de Matos para Diogo de Mendonça Corte Real, datado de 1754 (A-HU Bahia, caixa 8, docs. 1183-1187), no qual solicita a verificação da existência de um Recolhimento feminino no sertão da Capitania de Minas Gerais. No processo de verificação é possível encontrar informações acerca da primeira regente da instituição, D. Isabel Maria, acerca das demais mulheres e das práticas educativas desenvolvidas na instituição, bem como detalhes da habitação, da religiosidade e do apoio da população local à sua manutenção. Na análise das práticas educativas propostas na instituição naquele momento, observa-se que estas tinham um caráter devocional, mas também preparavam as mulheres para o trabalho doméstico em busca da autossuficiência da Casa e ainda p ocorria o aprendizado da escrita e da leitura. Questiona-se a intencionalidade destas práticas, uma vez que o grupo de mulheres vivia de forma reclusa e o contato com o mundo exterior acontecia apenas nos momentos de celebração religiosa no interior da instituição. Observa-se ainda que as práticas aproximavam-se daquelas desenvolvidas no interior de instituições confessionais femininas, especialmente nos recolhimentos da América Portuguesa, porém no documento consultado, a primeira regente e a população local informam que a instituição era apenas uma casa de educação feminina. Os Recolhimentos eram considerados instituições no estilo conventual, mas que precisavam apenas de uma autorização do bispo responsável para o seu funcionamento. Como a região da Vila de Minas Novas estava sob a jurisdição eclesiástica do Arcebispo baiano, este solicitou diversas informações acerca do funcionamento da dita instituição. Na análise das fontes, observa-se algumas manobras da Regente Isabel Maria, de padres e da população local para informar que a instituição não era um Recolhimento e, assim, não passar pela supervisão do arcebispado. Em outras fontes encontradas para compor a história institucional é possível verificar

que havia uma complexidade e diversidade dos tipos de recolhidas devido à ausência de estabelecimentos específicos para suprir às necessidades das mulheres da região norte das Minas setecentista, mulheres que se estabeleciam temporariamente para *guardar a honra* enquanto os maridos e pais estavam ausentes da Colônia ou embrenhados no sertão em busca de ouro e diamantes.

15 de setembro de 2016

TRADUZIR PARA INSTRUIR: AS TRADUÇÕES PARA A LÍNGUA PORTUGUESA NO SÉCULO XVIII E SEU PAPEL NA INSTITUIÇÃO DA CIÊNCIA – O CASO DOS LIVROS DE MEDICINA

Cláudio De Nipoti

Qual o papel das traduções em processos de sociabilidade científica na Ilustração Portuguesa? A partir desta pergunta, este estudo busca ver como as traduções para a língua portuguesa influenciaram o mercado editorial, como se deram os debates sobre avanço científico e iluminismo, além de tentar compreender o estabelecimento da norma culta da língua. Fazendo um recorte temático sobre os textos de medicina, no universo de obras traduzidas (publicadas ou não) para o português no período 1770-1810, este estudo recorreu aos paratextos dos tradutores (e, eventualmente, editores) dos livros médicos ou farmacêuticos cruzando-os com as censuras dessas obras, feitas por médicos especialmente designados pelos órgãos de censura, ou por médicos /censores, para buscar respostas, ainda que parciais, a estas questões.

A CULTURA ESCRITA EM GOIÁS: OS LETRADOS E O EXERCÍCIO DA CALIGRAFIA NOS SETECENTOS

Mariana de Sousa Bernardes

O presente parte de um projeto de pesquisa sobre os manuscritos adornados, cujo conteúdo textual se encontra entrelaçado às figuras decorativas e caligráficas, registros indiciários de uma sociedade em transição pelas tradições medievais e alterações postas pelo advento da Era Moderna nas práticas da Escrita. Destarte, o foco se coloca nas relações entre a instrução pública e a demanda profissional nos cargos da administração de Goiás no período setecentista até o segundo decênio do XIX, quanto à valorização da caligrafia como habilidade de prestígio nas cortes luso-ibéricas e sua tradução ao contexto cultural goiano. O panorama colonial do ensino em Goiás pode ser demonstrado em duas palavras: severo e precário. A severidade advinha da repressão aos "malcomportados" através dos castigos físicos via palmatória ou também por meio duma cadeira isolada dos demais acompanhada de cuia cheia de areia grossa ou grãos de milho, que espalhados ao chão o rebelde em questão iria ajoelhar-se sobre e assim servir de exemplo. Portanto, a violência exposta em castigos ou execuções públicas comuns

ao período tinha um caráter didático e fazia parte também das escolas régias. Estas funcionavam precariamente dentro das casas dos professores e como a quantidade de alunos era pequena, esses ficavam na sala em bancos de madeira improvisados. A irregularidade na coleta e distribuição do Subsídio Literário, imposto criado para fomentar a instrução pública, além dos provimentos baixos mediante o valor das mercadorias nas províncias mais afastadas, como Goiás, tornava pouco o número de dispostos a permanecer nos cargos de professor. Uma atividade que interessou a princípio pela novidade, pois antes tal função oficial recaía sobre os jesuítas no Brasil e, pela honra de passar pela Mesa Censória de Portugal, obtendo a permissão real de ocupar alguma cadeira fosse de Ler e Escrever, Latim, Filosofia ou Retórica. Na Carta Régia de 06 de novembro de 1772, que regulamentava as novas escolas, se colocou que o mestre de Ler e Escrever era obrigado a ensinar a "boa forma dos caracteres" e também as regras gerais de ortografia, valorizando mais o aspecto do "bem escrever" a língua do que o "bem falar". O historiador Bretas afirma que uma boa caligrafia era uma habilidade altamente prezada nos cargos de tesouraria e secretaria. Além de sinal de distinção entre os letrados, o que configurava prestigio social e portas abertas aos cargos administrativos tanto em Portugal quanto no Brasil. Almada cita o caso do caligrafo espanhol Dom Marcos de la Roelas y Paz que, provavelmente foi contratado em 1718 como professor de escrita dos irmãos menores de D. João V, D. Miguel e D. José pela amostra de seus trabalhos com bastante sofisticação e complexidade técnica. Distante dos recursos de Lisboa em materiais, livros e profissionais, a prática da escrita em Goiás enfrentava escassez. Os artigos de papelaria vinham no lombo de burros do litoral até os arraiais goianos, caros e raros pelas dificuldades de transporte. Dentre os documentos do acervo Ultramarino, consta a carta da Câmara de Vila Boa em 1739, na qual solicitava uma provisão extra ao Rei para pagar o escrivão, os papeis, tintas e penas. O que coloca a questão da Escrita como essencial ao governo, pois a sistematização do império demanda documentos. Desse modo, a compreensão da Cultura Escrita inserida na História Colonial configura importante campo, pois oferece novas perspectivas à historiografia e cujos contextos regionais desvelam particularidades culturais.

"FILHOS MAL CRIADOS PARA CASTIGAR AOS PAYS NEGLIGENTES": MODOS DE DISCIPLINAR CRIANÇAS E CULPABILIZAÇÃO DOS PAIS EM UMA OBRA ESCRITA NA AMÉRICA PORTUGUESA, SÉCULO XVII

Fernando Cezar Ripe da Cruz

Esta proposta de comunicação tem por objetivo examinar algumas prescrições realizadas pelo padre jesuíta Alexandre de Gusmão (1629-1724) sobre os possíveis modos de disciplinar meninos e de culpabilizar os pais "negligentes na boa creaçam dos filhos", na obra *Arte de crear bem os Filhos na idade da Puericia*. Escrita na América portuguesa, mas publicada inicialmente em Lisboa no ano de 1685, as prédicas de Gusmão podem ser percebidas como

evidência e expressão de determinado sentido de educação para a infância no contexto da Reforma Católica do século XVII no espaço luso brasileiro. Ao descrever como se deveria criar um "perfeito menino cristão", o jesuíta se utiliza de um discurso edificante e moralizador, alinhado aos pressupostos da Companhia de Jesus, que pretendia "disciplinar as almas" através da coerção sobre os corpos infantis, de modo a impor a elas uma mesma ordem de comportamento sociável. Os enunciados presentes na obra indicam que as práticas coercitivas impostas para o disciplinamento das crianças eram carregadas de castigos, punições e constantes vigilâncias. Alexandre de Gusmão exemplificava, fundamentalmente, na sua escrita, os pecados cometidos pelo homem, encarados como efeitos da má educação. Além disso, também enfatizava sanções e suplícios religiosos como importantes elementos para se educar um menino cristão. O sentido dado à educação em muito se assemelhava ao trabalho de transmissão pedagógica de um preceptor, tutor, religioso, ou neste caso, um possível missionário jesuíta, a fim de moldar a mocidade na constância do "real caminho dos mandamentos de Deos". Todavia, o maior responsável pela educação dos filhos, desde a tenra idade, eram os pais. E é nesse sentido que Gusmão faz inúmeras advertências e prescrições aos modos com que os pais deveriam os educar seus "bons filhos, se forem bem criados na puericia, & máos, se forem mal formados no principio". A criação dos filhos tanto poderia gerar o "gozo e a glória", como viver em permanente dano e castigo, neste caso, "vem a cair sobre as costas dos pays", em que "ham de dar conta a Deos das culpas proprias". Portanto, privilegiamos nesta proposta de comunicação a análise das prédicas do padre Alexandre de Gusmão, identificando um conjunto de recomendações sobre como disciplinar e castigar os meninos para se "bem crear". Este tipo de operação punitiva e moralizadora intentava orientar os pais sobre modos de evitar que o menino caísse em pecados e desobediências. Estas ações eram tidas como legítimas e adequadas na construção de discursos e práticas que desejavam produzir um sujeito infantil obediente, disciplinado, virtuosamente cristão e moralmente guiados pelos bons costumes.

A CIÊNCIA DAS CARTAS E DOS NEGÓCIOS: UMA ANÁLISE DA OBRA SECRETARIO PORTUGUEZ, OU METHODO DE ESCREVER CARTAS POR MEIO DE HUMA INSTRUCÇAÕ PRELIMINAR (1745)

Edna Maria Matos Antonio

Analisa-se, neste texto, a obra *Secretario portuguez, ou Methodo de escrever cartas por meio de huma instrucçaõ preliminar: regras de secretaria: formulario de tratamentos, e hum grande número de cartas em todas as especies, que tem mais uso, com varias cartas discursivas sobre as obrigações, virtudes, e vicios do novo secretario* de autoria de Francisco José Freire (1719-1773), frade oratoriano português. A primeira versão de 1745, reimpressa nos anos 1759, 1786 e 1801, tinha por objetivo instrumentalizar, de forma técnica, a produção de cartas administrativas pelos secretários em seus serviços burocráticos no Reino e no vasto Império português. Consoan-

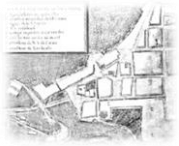
te o ideário filosófico/científico que valorizava o conhecimento pelo seu caráter realmente prático, a finalidade era oferecer um método eficaz de escrita e aplicação de fórmulas para os cálculos indispensáveis ao desenvolvimento das atividades comerciais portuguesas. No período pombalino (1750-1777), o primeiro ministro de D. José I – Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal - e uma parte da corte portuguesa, influenciados por ideário iluminista peculiar pois pautado pela harmonização seletiva de conteúdos de tradição e modernidade, planejaram intervenções na economia lusa apostando nas potencialidades do mercantilismo como solução para o atraso econômico luso. Assim, reavaliaram importantes aspectos da política mercantil e da organização produtiva imperial observando a validade das técnicas mercantilistas em que se acreditava houvessem promovido o poder e a riqueza surpreendentes e crescentes da França e da Grã-Bretanha. Os teóricos portugueses elaboraram planos intervencionistas que levassem a internacionalização do capital mercantil para obter o lucro independentemente dos limites nacionais ou imperiais, por meio de estímulos à produção e ao comércio. Para além da orientação sobre comportamento adequado a um secretário, estrutura e escrita de vários tipos de carta, algo valioso por si, a abordagem de análise histórica proposta quer explorar aspectos discursivos que, nessa obra, expressam princípios, práticas e noções consideradas modernas relativos à organização das finanças do Estado, do comércio e da figura do comerciante e o entendimento de progresso e de civilização. Mesmo considerando o caráter idealizado e prescritivo do discurso apresentado, a valorização das qualidades intelectuais do secretário, da carta como principal suporte comunicativo de estabelecimento e manutenção de negócios, da escrita como técnica que pode ser aprendida e, se bem aplicada, significar benefícios para o desenvolvimento do setor mercantil apresenta-se como condição relevante para o sucesso dos projetos em curso visando à salvação da economia portuguesa setecentista.

OS ESPAÇOS DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO EM PORTUGAL E NO BRASIL NA OBRA VIAGEM AO BRASIL NOS ANOS DE 1815 E 1817 DE MAMIXILIANO WIED-NEUWIED

Daniela Casoni Moscato

No século XVIII a ideia do homem aventureiro e inventivo, muito comum no Renascimento, reformulou-se para a do viajante como testemunha autorizada, com formação, preparo, treino e conhecimentos linguísticos e científicos. O viajante fantástico, tão aclamado anteriormente e ainda lido por muitos, perdeu sua importância no momento em que as viagens de descobertas e comerciais financiadas por reinos, como as realizadas nos séculos XV, XVI e XVII, são preteridas por viagens, geralmente oficiais, de observação e experimentação. Nos séculos seguintes, a viagem tinha interesses comerciais e científicos o que impulsionou áreas de conhecimento, como a das Ciências Naturais (a base da Ciência Moderna) que tinham

como princípio a observação e a experimentação. Se, por um lado, mantinha-se o ar aventuresco e enigmático, elementos próprios do deslocar-se, por outro, a viagem tornou-se um empreendimento planejado e que, entre outras coisas, verificou e analisou os antigos trajetos, contestou os mitos e lugares fantásticos. Essa nova característica científica, e as preciosas informações que ela fornecia sobre todos os cantos do mundo, amparava os acirrados debates científicos e a função utilitarista dos Impérios da Modernidade. Acreditava-se que o viajante-cientista ou naturalista era capaz de observar e relatar de forma "fidedigna" o que havia visto na jornada. A lenta e progressiva mudança na forma de viajar e a maneira de se ver a *persona* do viajante eram parte do chamado movimento Ilustrado, o qual desenvolveu-se, de maneira particular, em muitos territórios europeus e suas respectivas colônias. Na altura, estágio amadorístico das ciências estava encerrado e as áreas específicas delineadas e a viagem tornou-se, ainda mais, uma fonte de informação. Com a escrita dessas expedições não seria diferente: se era necessário viajar de acordo com os direcionamentos da chamada Ciência Moderna, era preciso escrever e tornar pública essa experiência de maneira científica e não mais de forma fantástica. Assim, estava posta uma outra forma de se viajar e de se contar sobre o Novo Mundo que se manteria também pelo século XIX. Duas características se sobressaem nas memórias de viagens do final do setecentos e do oitocentos: as referências bibliográficas (citação de autores e obras) e a menção à elementos de ordem científica (Gabinetes de História Natural, livros, bibliotecas e procedimentos de coleta e preparo de coleções). Esses dois traços estão presentes na obra *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 e 1817* do Príncipe Mamixiliano Wied-Neuwied (1782-1867). Nessa memória, o naturalista mesclou as narrativas que acumulou entre os anos de 1815 e 1817 com mapas do itinerário e gravuras que representavam paisagens, cenas do cotidiano do silvícola como as de caça, representações das moradias, dos artefatos e das famílias. As cenas narradas ou desenhadas pelo nobre somaram na construção que a Europa fazia de imagens sobre o Brasil desde o século XV. Nessas representações sobre o trópicos, também citou as classificações científicas em voga na época, dedicou alguns momentos aos debates entre autores, descreveu e julgou os espaços de conhecimento que encontrava pelo seu caminho como bibliotecas em Salvador e o Gabinete de História Natural do Complexo da Ajuda. Dito isso, pretende-se esmiuçar alguns desses retratos sobre a ciência portuguesa no Brasil e em Lisboa, feitos pelo naturalista.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 4
Cultura Escrita no mundo ibérico colonial: manuscritos e impressos

Coordenadores: Adriana Angelita da Conceição (UNICAMP/FAPESP) e Juliana Gesuelli Meirelles (PUC-Campinas)

13 de setembro de 2016

OS SENTIDOS DA ESCRITA NO IMPÉRIO E AS FIGURAÇÕES DO PRESTE JOÃO

Rubens Leonardo Panegassi

O objetivo desta comunicação é apresentar os primeiros resultados do projeto *A vocação imperial e o reino imaginário: a linguagem política portuguesa nos governos de D. Manuel I e D. João III (1495-1557)*, aprovado pelo edital MCTI/CNPq/Universal 14/2014. Efetivamente, nosso interesse é problematizar a natureza das circunstâncias em que as figurações da Etiópia e do Preste João assumem uma estrutura de significados precisa no âmbito de um léxico político inerente à circulação de ideias presente na produção escrita da cultura letrada renascentista portuguesa. Em vista disso, nosso projeto se deteve, primeiramente, na recuperação da diversidade de estudos que se debruçaram na figura do mítico rei e seu reino, o que nos conduziu à constatação de que uma parte significativa destes estudos foi produzida por medievalistas que, atentos às condicionantes estruturais de um mundo medieval marcado pela escassez, assinalam o caráter mirífico do Reino do Preste em resposta ao sonho de uma sociedade de abundância. Outro enfoque dado ao mito articula-se a sua compreensão enquanto eficaz instrumento na produção de um senso de coletividade, que se define no interior da relação de continuidade que se pretende estabelecer com o poderoso reino cristão, e seu reconfortante sentimento de segurança frente aos inimigos infiéis. Em face destas considerações, importa notar que foi na historiografia dedicada à península ibérica que nossa investigação se deparou com a questão do Preste João e da Etiópia no contexto da Época Moderna, notavelmente em articulação ao processo de formação do Estado Moderno, o que para o caso português, significa dizer também de seu Império ultramarino. Com efeito, a figuração da Etiópia e seu lendário soberano nas fontes portuguesas produzidas ao longo dos séculos XV e XVI como um remoto reino cristianizado, nos oferece uma ocasião singular para o confronto de sua dimensão mítica medievalizante com um novo contexto, cuja orientação passa a obedecer dois princípios: o primeiro deles, de caráter jurídico-estatalizante, tem como referência a Antiguidade, ao passo que o segundo, de caráter evangélico-universalista, refere-se ao cristianismo. Subjacente a este confronto são as relações existentes entre religião e império, que definem os diferentes usos políticos do mito do Preste João em Portugal, ou seja, se em um primeiro momento a figura do Preste e seu reino denotou o sucesso da expansão marítima em concomitância à

figuração da Etiópia como aliada para a reunificação da Igreja, em um segundo momento, são as implicações subversivas do cristianismo etíope que ganham notoriedade. Desse modo, as representações da Etiópia e do Preste João presentes na produção cultural dos letrados portugueses da primeira modernidade, tais como cartas, tratados, crônicas e outros suportes a partir dos quais circularam ideias a respeito da formação de um império em escala global, assinalam a importância das diversas modalidades de escrita na atribuição de sentidos ao passado, bem como na fundamentação da vida política coeva e suas ações.

AS CONQUISTAS ORIENTAIS E A POSSIBILIDADE DO CONSELHO: A PRODUÇÃO DE LIVROS IMPRESSOS SOBRE AS CONQUISTAS NO ORIENTE PARA A MELHOR GOVERNANÇA DO IMPÉRIO NO REINADO DE DOM JOÃO III.

José Vinicius da Costa Meneses

Este trabalho tem como objetivo realizar uma pequena analise de três obras impressas do século XVI português – durante o reinado de Dom João III (1521-1557) – sobre algumas das conquistas ultramarinas portuguesas no oriente, para observar se havia e quais eram os tipos de conselhos que poderiam ser dados ao monarca para melhor governar o Império. Mesmo tendo os "espelhos de príncipes" – manuais de origem medieval que eram dedicados aos príncipes e governantes das cidades (tendo sido, posteriormente, também utilizados pela aristocracia) e que continham um quadro geral de ensinamentos através dos exemplos de grandes heróis do passado para tornar ou resguardar um governante, sempre ressaltando a importância das virtudes – como a Justiça, Prudência, Sabedoria e Fortaleza – e também os vícios e perigos que deveriam ser evitados no exercício de governo do reino ou da cidade – como objeto principal da minha pesquisa de mestrado, fiz um levantamento dos livros impressos produzidos no reinado de Dom João III – com base no levantamento feito por António Anselmo –, procurando observar outros tipos obras que possam conter conselhos ao rei, analisando também, qual o tipo de conselho. Por se tratar de um breve trabalho, limitarei a análise das fontes às dedicatórias escritas pelos autores, sempre destinadas ao monarca. Por isso, para chegar ao conjunto das obras que serão aqui estudadas, procurei por aquelas que eram diretamente dedicadas ao rei e que tinham sido publicadas ainda no período de seu reinado. As obras escolhidas para este trabalho foram: *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses* (1551/1554), de Fernão Lopez Castanheda; *Primeira Década da Ásia* (1552-1553), de João de Barros e o *Livro primeiro do cerco de Diu* (1556), de Lopo de Sousa Coutinho. Além dessas obras que serão utilizadas, verificou-se também a existência de um livro impresso de Diogo de Teive, em 1548, também dedicado a Dom João III e que fala da ação dos portugueses na Índia, sendo que está em latim e não será utilizado neste trabalho. Além das dedicatórias, serão levados em conta outros fatores para complementar a análise das fontes escolhidas, como: proximidade temporal do lançamento das obras, pois estas foram impressas dentro de um curto período, já no final do reinado de Dom João III; quem eram os autores destas obras, observan-

do se mantinham alguma relação direta ou indireta com o governo do Império, ou mesmo, se eram próximos do monarca e do ambiente de Corte; número de edições lançadas das obras; a opção dos autores – e do próprio rei – pelo lado oriental do Império e posteriores alterações nestas edições, além de traduções produzidas. Com isso, pretendo com este trabalho, aprimorar a discussão em minha pesquisa sobre as possibilidades de conselhos em livros impressos no reinado de Dom João III que não fossem necessariamente espelhos de príncipes e contribuir com a discussão mais ampla sobre os usos e circulação de livros impressos em Portugal no século XVI.

SUMÁRIO DAS ARMADAS – ESTUDO CRÍTICO

Mariana de Oliveira Machado

Portugal no século XVI passou a olhar para as Índias a leste e oeste. Estas já conhecidas e exploradas, aquelas ainda por explorar e compreender. Sem deixar de observar e cuidar das rotas do Pacífico, D. João III se volta ao atlântico para estabelecer, de fato, uma política colonial na América de maneira a salvaguardar a nova terra de incursões corsárias e cumprir a incumbência religiosa de conversão do gentio. A conquista, de fato, e povoamento da capitania da Paraíba (1584-87) foram determinantes para o avanço ao norte da colônia e para fazer cumprir a política de expansão consolidada por D. João III. Em cerca de 20 anos a partir da conquista da Paraíba, Ceará e Maranhão já estavam subjugadas ao domínio português. Também é notório o rápido anúncio feito sobre a tomada da região paraibana: já em 1584 havia um poema espanhol publicado em Sevilha sobre a conquista. Ela foi digna de nota em produções importantes da época, como a do inglês Richard Hakluyt (1589) sobre as importantes navegações e descobertas inglesas e a do jesuíta francês Pierre du Jarric sobre as conquistas portuguesas e expansão da fé católica (1610), o que demonstra a importância que a região exercia num contexto América-Europa. É nesta conjuntura de colonização, expansão e guerra com os nativos que surge o "Sumário das Armadas", crônica apócrifa escrita por um jesuíta entre os dois últimos decênios do XVI que narra a empreitada colonizadora na região da capitania da Paraíba. O objetivo do artigo é apresentar os resultados parciais da pesquisa em curso sobre o Sumário das Armadas pensando sua origem no seio da circulação e transmissão de documentos jesuíticos, as questões e problemas da edição crítica do texto, sua inserção no contexto político, econômico e social em fins do XVI – como ressaltado acima, vide a importância do anúncio em terras externas ao mundo ibérico e na disputa do espaço político-religioso entre jesuítas, franciscanos e o poder temporal. O Sumário é um documento de fundamental importância na história brasileira, pois seu texto foi lido e conhecido de forma direta ou indireta, sendo possível pinçá-lo nos escritos de Fr. Vicente do Salvador e Fr. Jaboatão, por exemplo. Alguns séculos à frente, é para ele que retornam Varnhagen, Capistrano, Serafim Leite, José Honório quando discutem a expansão para o norte, o pau-brasil e as guerras de con-

quista e a ação jesuíta. Hoje são conhecidos três testemunhos manuscritos do Sumário, os três depositados em arquivos portugueses, a saber: Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca Pública de Évora e Academia das Ciências de Lisboa. O texto nunca passou por um processo de crítica nem de estudo profundo sobre sua relação com o contexto de sua escrita. Os testemunhos dividem-se em dois ramos – sendo o da BNP o texto base utilizado pelos pesquisadores e o da BPE muito próximo a ele. O testemunho da ACL é um texto compósito, que cruza o Tratado de Gabriel Soares de Sousa e o Sumário e tem um discurso muito forte sobre a importância da Paraíba É provável que o texto esteja ligado a um embate entre jesuítas e franciscanos quanto ao direito de catequização dos indígenas. Durante a narrativa da conquista o texto faz uma profunda detração de Frutuoso Barbosa, expedicionário e futuro capitão da Paraíba ligado aos franciscanos (relação esta ressaltada em vários pontos do documento); ao mesmo tempo, é um panegírico a Martim Leitão ouvidor-geral apoiador e incentivador dos jesuítas. Some-se este dado às datas: em 1591 os jesuítas foram expulsos da capitania por Frutuoso, para deixar aos da ordem de São Francisco a função da catequização.

OS PERIÓDICOS E A CIRCULAÇÃO DE NOTÍCIAS EM PORTUGAL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVII

Caroline Garcia Mendes

Esta comunicação visa apresentar algumas questões desenvolvidas em nosso atual projeto de pesquisa de doutorado. Nosso intuito será, assim, analisar as notícias apresentadas nos periódicos portugueses da segunda metade do século XVII. A partir de 1641 começou a circular em Portugal a chamada *Gazeta da Restauração*, primeira publicação voltada à circulação de notícias – impressa em Lisboa – a contar com periodicidade. Sua publicação perdurou até o ano de 1647, contando neste período com uma pequena interrupção que certamente contribuiu para que retornasse em novo formato. Apenas em 1663 teremos novamente um novo material periódico de notícias, chamado de *Mercúrio Portuguez*, que trazia exclusivamente novas sobre a guerra contra Castela, enaltecendo as tropas portuguesas e diminuindo, sempre que encontrava espaço, os exércitos castelhanos. Escrito por António de Souza de Macedo, então secretário de Estado de Dom Afonso VI, este periódico é publicado até o ano de 1667, contando todas as publicações com cerca de 800 páginas. É conhecida a crescente busca por novidades pela população europeia, tendo em vista não só os descobrimentos, como também o aumento da quantidade de pessoas alfabetizadas no continente e o interesse provocado pelas guerras ao redor do continente. A guerra, segundo Mario Infelise, alimentava o desejo por informação, havendo uma estreita relação entre acontecimentos militares e a origem do periodismo impresso. Segundo o autor, se em condições ordinárias a produção a mão bastava para satisfazer os interesses, no caso de grandes conflitos a curiosidade se multiplicava de maneira exponencial. São circuitos tanto impressos como manus-

critos que permaneciam juntos: "Avisos a mano, secretos y públicos, gacetas impresas y relaciones formaban una espiral de intercambio y alimentaban distintas opiniones y discusiones" (INFELISE, 2010, p. 160). As discussões acerca do periodismo europeu são recentes na historiografia. A historiadora Carmen Espejo entende que, mais do que iniciativas individuais de Estados Modernos, marcados por políticas absolutistas – como querem algumas interpretações – o fenômeno periodístico seria europeu, não nacional. Há o surgimento concomitante através da Europa do interesse pelas notícias, relacionado em grande parte à Guerra dos Trinta Anos que cobre todo o continente. As notícias, assim, perpassam as fronteiras, no que Espejo denomina de "explosão informativa" (ESPEJO, 2012). Para tratarmos da cultura periodística em Portugal, contudo, partilhamos da ideia de João Luis Lisboa, que afirma não ter como objetivo esclarecer os primórdios do jornalismo. Dessa forma, não iremos procurar sinais em periódicos de trezentos anos atrás, dos jornais que conhecemos hoje. Nosso intuito é, assim, entender como "se constrói, ao longo da segunda metade do século XVII, uma dupla ideia. A de que existe espaço e necessidade para a circulação de novidades de um certo tipo, e que essa circulação se pode concretizar numa base regular, periódica, em ritmos semanais ou mensais" (LISBOA, 2002). Dessa forma, pretendemos discorrer sobre a construção dessas notícias, analisando os periódicos enquanto fonte histórica, produtos do meio no qual foram construídos e inseridos em diferentes relações nobiliárquicas, familiares e de governo.

DO BEM COMUM AO TUMULTO DE MORADORES: AS TENTATIVAS DE IMPLANTAÇÃO DO CORREIO-MOR EM SALVADOR (1663-1712)

Romulo Valle Salvino

Os episódios relativos às primeiras tentativas de implantação do correio-mor no Brasil são quase desconhecidos. Quando abordados pela historiografia, o são de maneira fragmentária, como notas complementares a estudos com outros objetivos. Tendo em vista a importância da comunicação escrita na Idade Moderna, não só para as relações familiares e a governação, mas também para as práticas de comércio, inclusive o negreiro, essa comunicação busca trazer à cena tais episódios, discutindo-os à luz da cultura política da época.

AMÉRICA COMO DÁDIVA: ANÁLISE IMAGÉTICA DE FRONTISPÍCIOS DA ÉPOCA MODERNA

Jorge Victor de Araújo Souza

Frontispícios são partes fundamentais de publicações do período moderno. Com usos de gravuras, esses instrumentos pré-textuais sintetizam o conteúdo de uma obra, sendo, portanto, objetos significativos para também se pensar o ato da leitura. Trata-se de um espaço privilegiado de relação entre

escrita e imagem. Nesta comunicação analisarei um *corpus* constituído por uma temática pouco estudada na perspectiva que considera imagens como documentos. Os frontispícios que analiso são ilustrados com representações de alegorias das Américas ou de nativos entregando algo para as alegorias da Europa ou para os europeus. Esta pesquisa aponta que a historiografia dedicada às relações entre metrópoles e colônias se enriqueceria mais ao incluir fontes imagéticas de livros em suas análises, pois elas representam, sobretudo, expectativas de relações atlânticas.

A BOA-GOVERNANÇA E A JUSTIÇA NAS CORRESPONDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS DO BRASIL-COLÔNIA (SÉCULOS XVII-XIX)

Nayara VignolLuchetti

Com a impossibilidade de governar um império ultramarino por meio da oralidade, a prática epistolar ocupou um lugar fundamental na administração do império além-mar português. Sendo necessário informar à Coroa as notícias das terras do Brasil, a escrita de cartas pelos altos membros do Estado, pelos homens do Senado da Câmara e seus secretários foi uma prática corriqueira. As respostas e ordens, enviadas por meio dos Conselheiros do Conselho Ultramarino, da Secretaria de Estado ou pelo rei, tinham como objetivo fazer valer as leis e as vontades do reino no ultramar. Entre os assuntos enviados em papel pelas figuras residentes no Estado do Brasil, principalmente nas cidades do Rio e Janeiro e Salvador durante o período de aumento populacional e crescente urbanização, à Lisboa, a administração da justiça – peça-chave à boa-governança do império português – foi uma tópica de especial preocupação. Havendo muitos conflitos referentes a esse importante tópico no Estado do Brasil, indo desde à lentidão do aparelho de justiça até conflitos particulares que dificultavam a aplicação das leis reinóis na colônia, os que governavam estas terras buscaram, por meio das correspondências, informar ao rei e buscar soluções aos problemas da América portuguesa. Assim, por meio das letras, os responsáveis pela administração dessas terras, preocupados em fornecer a imagem de uma boa-governação ao Reino e resolver conflitos com outras autoridades locais, formaram o que chamaremos aqui de um círculo de governação por escrito. Narrar as notícias de maneira epistolar se tornou fundamental aos que não conseguiam chegar fisicamente a quem queriam comunicar os acontecimentos. No Brasil, mesmo com poucos que entendiam as letras, as correspondências se mostraram a principal maneira de avisar, na esfera dos membros do governo, sobre o que acontecia nestas terras. Como principal meio de comunicação entre os governantes, as correspondências representaram a voz de seus autores e formaram um círculo de governação por escrito, sendo uma ferramenta fundamental aos que governavam essas terras. Foram nas cartas, provisões, leis, prescrições, ofícios, representações, entre outras formas de manuscritos de cunho administrativo, que se deu o trâmite de informações necessários à manutenção da administração local e do governo além-mar.

Buscaremos, deste modo, pensar nas correspondências como um espaço de suma importância à administração da justiça, sendo, seja dentro do Estado do Brasil, seja entre as terras brasílicas e Portugal, a principal forma de comunicação entre os governantes interessados na imagem do bom-governo. Partindo do aspecto crucial destas correspondências para pensar as questões da governança na América portuguesa, procuraremos discorrer sobre a recorrência dos assuntos da justiça dentro do círculo de governo no Brasil durante os séculos XVII a XIX. Buscaremos, também, falar sobre a importância dos grandes fundos documentais, como o Conselho Ultramarino e a Secretaria de Estado do Brasil, à pesquisa sobre as impressões das autoridades da colônia acerca do bom-funcionamento da sociedade brasílica.

A GÊNESE DO OFÍCIO DE SECRETÁRIO DE GOVERNO NO MUNDO IBÉRICO

Thiago Rodrigues da Silva

A presente comunicação visa lançar luz sobre a emergência dos Secretários de Governo que atuaram no Ultramar Português no Antigo Regime. Para isto devemos fazer uma grande digressão, colocando devidamente este processo em sua longa duração. De partida podemos afirmar que o ofício de secretário, de príncipes e de outros poderosos, esteve presente nas mais diversas instituições da Europa Ocidental, desde o período medieval, tendo estes homens participado ativamente de episódios de vulto ocorridos, por exemplo, nas cidades italianas que viviam o Renascimento, com um secretário figurando inclusive como personagem do clássico de Dante Alighieri. No caso da Península Ibérica, que nos interessa diretamente, os Secretários foram fundamentais para o ordenamento das Monarquias, que buscavam se afirmar sobre forças centrífugas extremamente fortes e vivas. Neste ponto a comunicação analisa – através de importantes pesquisas históricas – as continuidades e descontinuidades da afirmação dos Secretários como homens que asseguram a construção documental e arquivística das Monarquias em Portugal e Espanha. Há inclusive na historiografia espanhola uma discussão sobre quando e como se separa o cargo de chanceler do de notário ou secretário, o que sinaliza a centralidade do tema. Com os Secretários de Estados devidamente sedimentados no escopo da governança, passam a surgir lentamente os Secretários que atuavam no Ultramar, ligados a estratégias de afirmação política de governadores e Vice-Reis. Assim, esses funcionários, que aparecem no Centro Sul da América Portuguesa na década de 1680, foram os principais agentes arquivísticos de suas áreas de jurisdição, tendo por missão criar e guardar os livros que continham o registro de toda a memória administrativa local, possuindo assim a posse e o controle cartorial. Por este fato os secretários podiam ser peças chaves para a construção e/ou perpetuação de possíveis redes de interesses, como as mercantis e as governativas, pois era através da sua pena que títulos, posses e cargos podiam ser confirmados e comunicados oficialmente. Para além, estes homens executaram missões diversas, muitas vezes arriscando suas vidas e seus cabedais para representarem os governadores nos "assuntos mais secretos".

14 de setembro de 2016

O "PAPEL SOBRE A ESPERANÇA EM EL REI D. SEBASTIÃO" E A AUTORIDADE DE VIEIRA: CIRCULAÇÃO, APROPRIAÇÃO, AUTORIA E APOCRIFIA NUM MANUSCRITO SEBASTIANISTA SOBRE O QUINTO IMPÉRIO BRIGANTINO

Luís Filipe Silvério Lima

Esta comunicação pretende discutir a circulação e recepção dos textos ibéricos sobre as Américas na Inglaterra e na América Inglesa em meados do século XVII, atentando para o debate sobre a origem das populações indígenas e a possibilidade de convertê-las. Interessam-nos sobretudo dois debates e grupos de impressos: aqueles em torno dos chamados "Eliot's Tracts", impressos entre 1643 e 1671, que traziam os relatos de ministros puritanos sobre o "progresso da difusão dos Evangelhos" entre os índios da Nova Inglaterra; e os panfletos que debatiam se os povos americanos eram ou não de origem judaica, em especial a partir da notícia da "descoberta"de uma das 10 tribos perdidas de Israel na Amazônia. Menos do que circuitos e discussões separadas, esses impressos foram muitas vezes produzidos pelos mesmos grupos de impressores e livreiros, muitos deles participantes de movimentos radicais milenaristas, com interesses nos desdobramentos da conversão dos índios americanos e suas implicações nas disputas políticas. Para além disso, foram todos mobilizados nas diferentes edições e partes de uma obra polêmica impressa em Londres, *Jewes in America*, de Thomas Thorowgood, que citava não só os textos dos "Eliot's Tracts", e mesmo cartas que trocou com os missionários puritanos a respeito dos seus escritos, mas também religiosos espanhóis, como José de Acosta e Bartolome de Las Casas, e rabinos da "nação portuguesa" de Amsterdã, como Menasseh Ben Israel, com quem também manteve contato. Fazia a citação dos textos ibéricos não a partir dos textos escritos em espanhol mas por meio de traduções inglesas impressas em finais do século XVI e ao longa da primeira metade do século XVII. Ao longo de suas diferentes edições (1650, 1652, 1661), Thorowgood alterou o texto, adicionou novos elementos, transcreveu cartas e relatos, para reafirmar sua defesa da origem judaica dos ameríndios, responder a seus (vários) críticos, e também importante, adequar o texto às mudanças dos momentos políticos vividos. Se apoiando a República ou a Monarquia restaurada, o autor mobilizou as suas leituras e referências, por vezes, alterando-as no sentido, para indicar que essa origem judaica dos povos americanos era uma mostra do sucesso certo da conversão indígena e do avanço global e final do Cristianismo. Tomando o texto do Thorowgood como fio condutor, interessa-nos perceber assim as mudanças do texto, localizando-o nos debates das décadas de 1640 e 1660, a a leitura e incorporação das referências ibéricas e seu uso, o diálogo com os "Eliot's Tracts" e com os escritos de Menasseh, o papel dos impressores e livreiros nas diferentes edições. Com isso, pretendemos discutir a circulação de impressos entre o mundo ibérico e britânico, as formas de recepção e apropriação dos escritos entre "tradições" religioso-políticas diferentes e, no limite, opostas, e, por fim, o papel

desempenhado pelas notícias sobre as Américas na conformação das expectativas europeias no século XVII.

A PRODUÇÃO ESCRITA INDÍGENA NO TEMPO DOS FLAMENGOS: UMA ANÁLISE DA PRÁTICA DISCURSIVA POTIGUAR

Regina de Carvalho Ribeiro da Costa

O objetivo do presente trabalho é realizar um estudo da produção escrita dos indígenas no conhecido tempo do Brasil Holandês. Para isso, serão analisados, sob a perspectiva da História Social da Cultura Escrita, o conjunto de "Cartas Tupi" trocadas entre Felipe Camarão e Pedro Poti entre 1645 e 1646 e as duas representações enviadas por Antônio Paraopaba entre 1654 e 1656 ao Conselho dos XIX Senhores, órgão dirigente da Companhia das Índias Ocidentais, solicitando auxílio aos índios protestantes que permaneceram no Brasil Colonial. Deve-se destacar a importância da existência de tais relatos produzidos pelos indígenas como forma de apropriação da linguagem escrita, como demonstrou Serge Gruzinski em conhecido trabalho. Assim, é lícito perceber a impressionante habilidade potiguar em adotar diferentes discursos, sobretudo no caso da correspondência trocada entre Poti, líder potiguar do partido holandês, e Camarão, principal liderança dos indígenas aliados dos portugueses. As "Cartas tupi" talvez sejam os primeiros documentos redigidos por lideranças indígenas do Brasil Colônia. A primeira carta, datada de 1628, foi escrita por Poti no tempo em que estava Holanda exortando a Camarão para não aderir aos portugueses. No entanto, o maior volume de cartas foi trocado no ano de 1645, com a finalidade de persuadir um ao outro para passarem para o lado em que lutavam, no caso Camarão tentou convencer Poti e este tentou dissuadir aquele. O fato de Paraopaba, enquanto importante liderança indígena, dirigir-se às autoridades neerlandesas para realizar suas petições de acordo com a retórica administrativa flamenga demonstra que os índios protestantes se apropriaram do código holandês para defender seus interesses, agindo no mundo neerlandês na medida em que este também configurava o seu próprio mundo. Assim, tendo em vista que os supracitados documentos foram produzidos pelos brasilianos, a análise estará centrada na fidelidade dos potiguares do partido pró-holandês aos flamengos. A colaboração de tais índios parece ter sido mesmo fundamental para a resistência holandesa durante o período da insurreição pernambucana. Tal adesão desenvolveu-se tanto no terreno militar, quanto no político, como no religioso, de tal forma que os próprios cronistas coloniais da época registraram tal fato. Portanto, tratam-se de um corpus documental produzido pelos indígenas em meio ao período da insurreição pernambucana, uma revolta de caráter prioritariamente colonial. Neste momento, tais indígenas desempenharam o papel de relevantes negociadores, o que nos leva a concordar com Mark Meuwese no que tange à análise de Poti e Paraopaba como lideranças pan-indígenas. Deste modo, pode-se perceber que os indígenas conheciam as regras do jogo político e sabiam jogá-las, sobretudo a partir das

representações escritas por Paraopaba aos Estados Gerais. É necessário entender que os indígenas não eram tolos, quanto menos vivam apáticos aos acontecimentos ao seu redor. Por isso, faz-se necessária a revisão de seus escritos enquanto vias de participação política de tais indígenas, problematizando suas produções como objeto de estudo da presente comunicação.

LÍNGUAS INDÍGENAS E CULTURA ESCRITA NA PRODUÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE CONVERSÃO JESUÍTICOS NA AMÉRICA PORTUGUESA (1680-1699)

Ane Luise Silva Mecenas Santos

Desde os primeiros anos do processo de conversão, os padres da Companhia de Jesus sistematizaram textos que possibilitaram a mediação cultural. A medida que a catequese foi realizada com povos que não falavam a língua geral, novos instrumentos que atendessem aos objetivos da catequese foram produzidos. Ao final século XVII, após a Lei de 1 de abril de 1680 e da Ordem Régia de 26 de agosto de 1680 que estabelecia a administração espiritual e temporal das aldeias pelos jesuítas ocorreram manifestações de descontentamento, partido de São Paulo, mas com reflexo em diversas partes da América portuguesa. Além das consequências diretas acerca da mão de obra indígena, é perceptível que ao longo de duas décadas após a publicação da referida lei, foram organizadas para reimpressão de duas gramáticas e um catecismo em língua brasílica, além da publicação de novas obras que atendesse a necessidade de comunicação com índios que não falam a referida língua. Esses documentos apresentam os indícios e os rastros do processo de tradução cultural ocorrido no sertão e no litoral da América portuguesa. Em meio à normatização da língua oral, pelo filtro da gramatização latina, é possível perceber também o mundo indígena, em especial os costumes que causavam estranheza aos padres durante seu período de observação. Com base na leitura dos prefácios desses instrumentos de conversão é possível identificar um ponto em comum na descrição do método adotado na elaboração dos escritos: o tempo de observação e registro. Foram necessários anos, para sistematizar o conhecimento linguístico europeu no intuito de alicerçar um sistema linguístico que correspondesse à oralidade indígena e, assim normatizar numa lógica pautada nas funções gramaticais do modelo latino. Os padres buscaram equivalências semelhanças nas estruturas de linguagem grega e latina para construção das gramáticas das línguas indígenas. E dessa forma, um milenar conhecimento linguístico se entrelaça à língua dos povos originários do Brasil. A experiência na aldeia, atrelado ao longo tempo em que os padres viveram em contato com os índios possibilitou a sistematização das línguas. As referidas obras foram publicadas pela mesma tipografia, a Officina de Miguel Deslandes, francês, naturalizado português e que, desde 1687, era impressor real. Essa tipografia ficou conhecida pelo amparo e luxo na formatação dos livros. Observa-se a utilização de páginas sem numeração em branco, seguida pelo elementos pré-textuais que também não recebem numeração: apresentação, quando o autor descreve

algumas observações ao texto, as licenças da Ordem, as licenças de impressão (do Paço, do Santo Oficio e do Ordinário). Tudo isso vem antes do texto que se apresenta em páginas numeradas. E ao final o Index ou o sumário da obra. No caso dos catecismos impressos na referida tipografia não apresentam a estrutura do texto. Esse conjunto documental apresenta elementos que permitem além das analises acerca do mundo do autor e das experiências da aldeia presente no texto, contribuem para a analise acerca da História social dos agentes do livro.

ÍNDIOS ANTROPÓFAGOS NOS CONFESSIONÁRIOS TUPI DOS JESUÍTAS. A ANTROPOFAGIA INDÍGENA ENTRE ESCRITA E ORALIDADE EM OBRAS CATEQUÉTICAS DO SÉCULO XVII

Jaqueline Ferreira da Mota

Para Andrea Daher, "Sem dúvida, a antropofagia ritual era um elemento ordenador da memória coletiva de vingança nas sociedades tupinambá"(DAHER, 2012: 53). A pergunta de número 31 referente ao quinto mandamento da seção dos Confessionários tupi dos jesuítas Antônio de Araújo (1618) e Bartolomeu de Leão (1686), é a única que aborda a questão da antropofagia. Quando o missionário jesuíta questiona o penitente índio com a pergunta "Ereporúpe?"(Comeste carne humana?*ou* És antropófago?), ele nos deixa uma pista de que os pecados arrolados no confessionário tupi foram construídos a partir de uma descontextualização e de uma demonização dos rituais indígenas, hipótese já apontada por Agnolin (2007). Agnolin expõe ainda como os jesuítas reduziram a língua indígena ao modelo da escrita, do alfabeto e das regras gramaticais latinas, sendo esse um primeiro tipo de normatividade utilizado pelos missionários jesuítas: o aprisionamento da matéria indígena no formato do catecismo escrito, do material catequético estruturado pelas regras do Cerimonial Romano, criando uma memória artificial para a oralidade tupi. Em ambos os confessionários, na seção do quinto mandamento, além dessa pergunta sobre a antropofagia ritual, há perguntas sobre a ação de matar e, ainda, é necessário ao confessor saber se o penitente cultivara ódios, se "lançara pragas" desejando a morte de outrem e se desejara, em pensamentos, matar. Há um grande investimento, por parte dos jesuítas, em elaborar perguntas sobre os pecados que teriam sido cometidos por pensamentos e por palavras: há 11 perguntas nas quais o índio é questionado se houvera desejado muito que alguém morresse ou adoecesse, ou se houvera expressado, com palavras, o desejo de ver alguém morto. Daher, usando a expressão cunhada por Frank Lestringant, a do "imperativo teológico da colonização", afirma que, dentro deste imperativo, a escrita exerce uma função colonizadora (DAHER, 2012: 40). Dessa forma, partindo das reflexões de Agnolin, Daher e Lestringant, a proposta de nossa comunicação é apresentar como os elementos da cultura oral dos índios brasileiros aparecem na escrita dos confessionários tupi do século XVII e mostrar que a diversidade cultural e linguística dos vários grupos indígenas espalhados pelo Bra-

sil teve de ser considerada pelos confessores jesuítas na escrita de seus materiais catequéticos.

AS FESTAS REAIS E SUAS NARRATIVAS NO ESPAÇO ATLÂNTICO PORTUGUÊS (SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII)

Roberta Martinelli e Barbosa

O trabalho pretende compartilhar parte da minha pesquisa de doutoramento sobre as festas reais e suas narrativas na cidade colonial do Rio de Janeiro no contexto da segunda metade do século XVIII. A análise tem como proposta pensar tais celebrações em suas conexões com outras manifestações festivas similares no espaço atlântico do Império português, em cidades como Lisboa e Luanda no mesmo período cronológico. Seguindo esta perspectiva teórico metodológica propõe-se comparar as práticas festivas em homenagem ao rei lusitano compreendendo-as como experiências não homogêneas mas com pontos em comum. Além disso, pretende-se examinar as narrativas produzidas sobre tais festejos públicos, denominadas *Relações de festas*, que com seus registros sobre tais práticas construíram uma memória acerca da monarquia e do Império. Os relatos de festas eram parte integrante dos cerimoniais e acontecimentos públicos da Coroa portuguesa. Ao tomarmos as *Relações* como fonte histórica é importante compreende-las não como um simples reflexo de uma realidade externa `a ela e sim como uma narrativa que conformava o real. As *Relações* devem ser pensadas no contexto de difusão da "cultura escrita" impulsionada, em larga medida, pela invenção da técnica tipográfica, sendo, em sua maioria, textos impressos na forma material de folhetos. A ausência de tipografias em regiões coloniais do espaço atlântico português não significou a ausência de circulação de livros ou de acesso daquela população ao circuito de produção e consumo de impressos. A partir do exame de algumas *Relações* de festas produzidas em Lisboa, Rio de Janeiro e Luanda procurar-se-á evidenciar a circulação de padrões retórico-poéticos, temáticas, imagens e símbolos nesses escritos, e refletir sobre o significado destes textos no âmbito do Império Português.

A EXPRESSIVIDADE NO DISCURSO DOS DIÁRIOS DAS EXPEDIÇÕES OFICIAIS SETECENTISTAS: ANÁLISE DO DIÁRIO DE NAVEGAÇÃO DE TEOTÔNIO JOSÉ JUZARTE

Renata Ferreira Munhoz

Esta proposta parte de um ofício enviado pelo Ajudante de Ordens do Governo, Afonso Botelho de Sampaio, a Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, solicitando que o ajudante do Regimento de Dragões e Auxiliares da Capitania de São Paulo, Teotônio José Juzarte, recebesse promoção. Datado de 10 de outubro de 1772, o ofício afirma que Juzarte solicitava que o Morgado de Mateus, Governador e Capitão-General da

Capitania de São Paulo, pudesse favorecê-lo com o cargo de Sargento-Mor. Para tanto, o solicitante afirmava que a honra e o prêmio por esse posto eram merecidos tanto pela disciplina militar com que Juzarte atuava em seu regimento quanto pelos demais favores prestados ao governo. De fato, muitos foram os favores prestados à colonização do estado de São Paulo em seu tempo de serviço. Como prova desse serviço, Juzarte deixou à posteridade o seu diário de navegação, recentemente publicado em forma de edição atualizada e imagens fac-similares do texto e dos mapas pela Editora Edusp (SOUZA; MAKINO, 2000). Redigido entre os anos de 1769 e 1771, o diário retrata as tantas ocorrências durante a navegação realizada nos rios Tietê e Paraná na monção de 36 embarcações com cerca de 800 tripulantes chefiada por ele. Árdua foi a tarefa, executada em mais de dois anos, de mapear e desbravar o longo percurso, desde Araritaguaba, a atual cidade de Porto Feliz, até a Praça de Iguatemi no Mato Grosso do Sul. O fato é que Juzarte foi promovido ao cargo de Sargento-Mor. Contudo, o Governador e Capitão-General sucessor, Martim Lopes Lobo de Saldanha, criticou a promoção, afirmando ter sido ação apoiada em mero favoritismo, já que Juzarte não tinha inteligência alguma. No mesmo sentido, os editores afirmam ser o diário composto por "notas de viagem, toscas e rudes, de soldado semianalfabeto, mas cheias de interessantíssimos informes" (SOUZA; MAKINO, 2000, p. 18). De maneira oposta, este trabalho comprovará que, sob todos os aspectos filológicos, o diário tem excelente qualidade. A clara noção diplomática acerca do gênero textual "diário" soma-se à estrutura codicológica do suporte e à destreza do uso dos instrumentos de escrita que possibilitaram sua preservação. Ademais, do ponto de vista paleográfico, a caligrafia regular nada deixa a desejar em relação à produção de Secretários. As afirmações contrárias seriam, portanto, baseadas nas diferenças ortográficas típicas da escrita do século XVIII. Esse diário livrou do esquecimento o alistamento militar forçado na capitania de São Paulo durante o governo do Morgado de Mateus. Dos 700 colonizadores enviados à Praça do Iguatemi, dos quais cerca de 300 eram homens, não havia de fato "voluntários". Todos foram alistados de maneira forçada, tendo seus familiares presos para evitar deserção. Entretanto, o diário relata fatos capazes de contradizer tal violência: "soube que hũ homem se achava esmorecido [...], oqual fiz conduzir, e consolando-o, e fortificando-o com vinho, esustento foi tornando aSy [...]". Os inúmeros perigos vividos são descritos com os tons subjetivos de quem os viveu: "se matou huã grande cobra coral, eduas jararacas [...] taõ venenózas que mordendo em q*ua*l q*ue*r pessoa estantaneam*en*te fica sem vida, e entra a exalar sangue pelos ólhos, boca, e nariz, e pelas unhas [...]". Pretende-se, por meio da análise desse discurso pelo viés funcionalista, demonstrar de que forma a materialidade do diário revela mais do que aspectos interessantes do dado momento histórico: revelavam-se pelo discurso as subjetividades e ideologias coevas.

A ESCRITURAÇÃO DOS PAPÉIS JUDICIAIS DE PERNAMBUCO NO SÉCULO XVIII. HISTORIOGRAFIA E LINHAS DE INVESTIGAÇÃO.

Jeannie da Silva Menezes

Os escrivães e tabeliães foram personagens singulares que expuseram o paradoxo de ter sido a escrita um instrumento central na materialização dos impérios coloniais ibéricos, apesar de estes constituírem mundos tipicamente não letrados. Eles atuaram como escrituradores dos assuntos menores ou, pelo menos, dos assuntos mais gerais e eram considerados auxiliares da *burocracia* cujo ofício de escrivão esteve conjugado aos chamados tabeliados gerais, sobretudo para os ofícios do judicial. Em linhas gerais, os campos do saber que se ocuparam da produção escrita de escrivães e tabeliães foram a Diplomática e a Paleografia que se detiveram nos aspectos mais formais do tema. Por outro lado, no campo da História, os cargos em sua composição e origens e, sobretudo, os aspectos sócio profissionais e as estratégias para a venalidade destes ofícios têm chamado atenção da historiografia. Os estudos de Roberta Stumpf sobre provimentos e transmissões dos ofícios e de outros autores portugueses e espanhóis têm norteado alguns aspectos da recorrência aos ocupantes destes cargos, requisitando o estudo das nossas experiências aos estudos de outras partes do Império Atlântico. É o que contatamos em um estudo inicial sobre a atuação de um grupo deles na Capitania de Pernambuco que contemplou um percurso historiográfico sobre as linhas de investigação recentes que permeiam o tema da atuação dos profissionais da escrita judicial no século XVIII e que será objeto de discussão nesta comunicação.

CORRESPONDÊNCIA PRIVADA, INCERTEZAS PÚBLICAS: CIRCUITOS LETRADOS E CARREIRA POLÍTICA DE UM ESTADISTA DO IMPÉRIO PORTUGUÊS (1778-1803)

Nívia Pombo

Como se constrói a carreira de um estadista? D. Rodrigo de Sousa Coutinho é considerado um dos maiores estadistas do setecentos português, pela condução da política reformista iniciada por seu padrinho, o marquês de Pombal, em meados do século XVIII. Sua passagem pela Universidade de Coimbra, sua participação ativa nos circuitos ilustrados da Europa e de Portugal, sua atuação enérgica nas instituições do poder central, especialmente na Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, legaram aos seus contemporâneos a imagem de um homem que esteve "a frente de seu tempo". A análise da sua correspondência privada, no entanto, permite a desconstrução desse mito. Marcada pelas incertezas quanto as possibilidades de novas nomeações e pelas instabilidades frente às intrigas palacianas, D. Rodrigo amargou dezessete anos no cargo de ministro plenipotenciário em Turim. Sem prestígio, insatisfeito com um ofício mal remunerado e sem ganhos para a

Casa, elaborou distintas estratégias, com o apoio de seus irmãos, para alcançar nomeações de mais destaque. Dentre elas, a escrita de planos e memórias que eram remetidas aos ministros mais influentes do reinado de D. Maria, como uma espécie de propaganda da imagem de um vassalo distante. Escritos políticos, econômicos e científicos inscrevem-se, portanto, em distintas dimensões, percorrem o público e o privado, submetidos tanto à "ambivalência de interesses" do Estado, quanto às vicissitudes da sociedade de Corte, como definiu Norbert Elias. Sob às luzes, a formação de um estadista e de sua imagem junto ao circuito letrado em que está inserido inclui a formação de sua biblioteca. A correspondência privada de D. Rodrigo revela a adoção de novas práticas de consumo que caracterizam a elite letrada: encomendas de livros e periódicos, interesse por catálogos e localização de livrarias europeias. Permite também refletir no potencial dessa documentação para o mapeamento de uma rede de correspondentes integrados ao mercado de livros europeus. A comunicação terá como propósito apresentar algumas características da correspondência privada de D. Rodrigo de Sousa Coutinho chamar a atenção para os aspectos que a tipificam como uma escrita afinada com o vocabulário das Luzes e demonstrar como ela foi utilizada como estratégia de prestígio tanto nos circuitos letrados quanto do poder político da Corte portuguesa. O período escolhido para a análise dessa correspondência compreende os anos em que viveu na Corte de Turim e sua saída do cargo de presidente do Real Erário, tempo em que alcançou notoriedade.

15 de setembro de 2016

CARACTERÍSTICAS MATERIAIS E PERSPECTIVAS DE ANÁLISE DE TRÊS E-XEMPLARES MANUSCRITOS DO "DISCURSO HISTÓRICO E POLÍTICO SOBRE A SUBLEVAÇÃO QUE NAS MINAS HOUVE NO ANO DE 1720"

Márcia Almada

O texto do "*Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*" já foi tema de estudo de diversos historiadores, tendo inclusive sido "reproduzido" em publicações impressas e editadas pela Revista do Arquivo Público Mineiro (1898) e pela Fundação João Pinheiro (1994) em edição coordenada por Laura de Mello e Souza. O "*Discurso ...*" não contém referências de autoria, mas é atribuído a D. Pedro Miguel de Almeida Portugal, então Governador da Capitania de São Paulo das Minas do Ouro (1717-1721) e possivelmente foi elaborado para justificar as medidas tomadas contra a rebelião que houve em Vila Rica em 1720, capitaneada por Felipe dos Santos. São conhecidas atualmente três versões manuscritas deste texto, estando uma no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, "cópia fiel" datada de 1825, uma na Coleção Lamego, do Instituto de Estudos Brasileiros, e uma no Arquivo Público Mineiro; estas duas últimas não têm data registrada, mas possivelmente são do século XVII-

I. Em colaboração a um projeto proposto e coordenado pelo Professor Rodrigo Bentes Monteiro, estão sendo realizadas análises visuais e materiais nos três exemplares do documento. Além do exame organoléptico, são utilizados técnicas e equipamentos que trazem informações não perceptíveis a olho nu. A partir destes exames estão sendo identificadas, descritas e analisadas as características materiais dos manuscritos com o intuito de revelar etapas do processo operativo e características de uso e de guarda. Os objetivos são refletir sobre as motivações intelectuais e relacionais para a produção e a circulação desses manuscritos e verificar uma possível datação dos dois exemplares do século XVIII para a corroboração da autoria do texto e também dos exemplares. Serão apresentados nesta comunicação as metodologias de exame e análise, os resultados e as conclusões obtidas até o momento.

A GUERRA DE SUCESSÃO DA ESPANHA E O MANUSCRITO DE 1720 ATRIBUÍDO A D. PEDRO MIGUEL DE ALMEIDA PORTUGAL

Rodrigo Bentes Monteiro

A comunicação visa elucidar aspectos da formação cultural de D. Pedro Miguel de Almeida Portugal (1688-1756) em sua estada na Catalunha entre 1705 e 1713, durante o conflito sucessório espanhol. Ali, o jovem nobre português distinguiu-se nas batalhas em prol da frente aliada; mas também acompanhou a atividade diplomática do pai, embaixador de Portugal junto ao arquiduque Carlos de Áustria. Desse modo participou de cerimônias realizadas em Barcelona, relatadas em impressos, imbuído de um sentimento de representação do poder do rei português naquele entreposto comercial e cultural. Ali, entre as armas e as letras, o futuro governador de São Paulo e Minas e 3º conde de Assumar entraria em contato com leituras que respaldariam depois as ideias políticas presentes no *Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*.

DO MANUSCRITO AO IMPRESSO: ANÁLISE CRÍTICO-TEXTUAL DAS MEMÓRIAS DO FREI GASPAR DA MADRE DE DEUS

Renata Ferreira Costa

As *Memórias para a História da Capitania de São Vicente, hoje chamada de São Paulo do Estado do Brasil*, do historiador Frei Gaspar da Madre de Deus, foram publicadas pela Academia de Ciências de Lisboa, doravante ACL, em 1797. Essa edição, denominada *princeps* por ser impressa pela primeira vez a partir do manuscrito original do autor, foi o modelo para as cinco edições posteriores da obra (1847, 1920, 1953, 1975 e 2010), de modo que todos os estados do texto constituem as *Memórias* tal como foram transmitidas a seus leitores desde o fim do século XVIII. A questão subjacente à transmissão dessa obra, contudo, está no fato de sua edição *princeps* não representar o texto que Frei Gaspar imaginou e desejou que viesse a público, mas uma refor-

mulação, como forma de conferir uniformidade global ao texto, adaptando-o ao cânone da Academia e à "norma" linguística portuguesa. O manuscrito original conservado dessa obra, sob a guarda da ACL, *Série Manuscrito Azul, número 1751*, revela diversas alterações – supressões, inserções e substituições, introduzidas por punho diferente, reconhecidamente de Diogo de Toledo Lara e Ordonhes, ouvidor em Cuiabá e sócio correspondente da ACL, responsável por levar o manuscrito do Brasil a Portugal e apresentá-lo ao exame da Academia. Embora essas modificações devessem ser comunicadas ao autor da obra, é muito provável que isso não tenha acontecido, o que reforça ainda mais a necessidade do estabelecimento do texto idealizado por Frei Gaspar da Madre de Deus. Depois de uma severa depuração do manuscrito, inclusive a mudança do seu título original – *Fundação da Capitania de São Vicente e acçoens de Martim Affonso de Souza no Brazil*, a obra foi publicada, configurando-se como referência para a história colonial brasileira. A explicitação das modificações inseridas nas *Memórias* de Frei Gaspar, que perpassam toda a sua tradição impressa, recuperando, segundo Castro (1995, p. 608), "o estado em que o autor deixou o seu texto, da última vez que o trabalhou", subvertida em todas as edições, insere-se no âmbito da Crítica Textual do original presente, o que permite verificar as alterações ou variantes inseridas em um texto durante seu processo de transmissão e recuperar a sua forma genuína. Desta forma, o propósito deste trabalho é apresentar as alterações introduzidas nas *Memórias para a História da Capitania de São Vicente* na passagem de uma tradição a outra, separando as modificações a pedido da Academia daquelas que podem ter sido da competência de Diogo Ordonhes. Para alcançar tal objetivo, é essencial que se proceda, primeiramente, ao reconhecimento das duas camadas textuais do manuscrito original: a redação de Frei Gaspar, que se mantém uniforme ao longo dos fólios, sem rasuras e emendas, o que configura um texto finalizado, pronto para ser lido e publicado, e as interferências provenientes de outra mão, das quais resultam as supressões de palavras, frases, notas e parágrafos, parcial ou integralmente, substituições, reelaboração de partes do texto e inserções de informações. Uma análise como a que se propõe aqui contribuirá, certamente, para se refletir sobre o processo de publicação impressa no período colonial, as normas de edição da casa editorial da Academia de Ciências de Lisboa, o papel do revisor à época, o conceito de coautoria e a importância da publicação de uma edição crítica da obra, além de fornecer ao público leitor a história da capitania de São Vicente o mais próxima possível da vontade autoral de Frei Gaspar da Madre de Deus.

PERSONAGENS E PAPÉIS: TRAJETÓRIAS DE UM MANUSCRITO COLONIAL (SÉCULOS XVIII-XIX)

Daniel Carvalho de Paula

Este trabalho consiste em demonstrar a recuperação das trajetórias de um manuscrito e das personagens envolvidas direta ou indiretamente com esse documento a partir da análise dos papéis utilizados na sua produção. O docu-

mento em questão é o *Diccionario das Antiguidades de Portugal*, cuja cópia manuscrita do século XIX está depositada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A obra foi composta no século XVIII, o manuscrito original pertence à Academia das Ciências de Lisboa, seu autor é Pedro José da Fonseca (1737-1816), professor do Colégio dos Nobres, membro fundador e diretor da tipografia da Academia, fundada em 1779. Manoel José Maria da Costa e Sá, Oficial Maior da Secretaria dos Negócios da Marinha e Ultramar, é quem entendemos ser o autor da cópia manuscrita do IHGB, sua biografia é muito desconhecida e procuramos lançar sobre ela alguma luz. Também tratamos da participação nessa história do Conselheiro Antônio Menezes Vasconcellos de Drummond, que trouxe para o IHGB a cópia feita pelo amigo Costa e Sá. Oferecemos aqui uma análise da materialidade do manuscrito, partindo dos suportes da cópia, lidando com questões ligadas à origem dos papéis utilizados, às marcas d'água e marcas de uso, como anotações não relacionadas ao conteúdo do documento, mas que nos serviram para nos acercarmos da datação do códice. A cópia foi realizada no verso de papéis timbrados do Consulado Português em Argel no mandato do cônsul "Henrique McDonell", cuja trajetória também procuramos aqui recuperar. O estudo desses papéis é chave importante para a interpretação da história do *Diccionario*. No Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa buscamos localizar exemplares dos papéis timbrados, principalmente no fundo pouco conhecido e descrito *Norte da África*, que oferece muitos subsídios para uma história das relações comerciais e diplomáticas de Portugal com as Potências Norte-Africanas e outros atores mediterrâneos. Vimos emergir a partir dessa miríade de referências e vestígios diplomáticos uma rede transatlântica envolvendo homens de letras em Portugal, África e no Brasil, mostrando que o *Diccionario das Antiguidades de Portugal* é uma obra muito representativa da história da Cultura Escrita nos séculos XVIII e XIX.

O BIBLIOTECÁRIO LUÍS JOAQUIM DOS SANTOS MARROCOS ENTRE OS MANUSCRITOS E OS IMPRESSOS DA COROA PORTUGUESA NO DESPONTAR DO SÉCULO XIX

Adriana Angelita da Conceição e Juliana Gesuelli Meirelles

Com a vinda da Família Real portuguesa à América em 1808 o núcleo do poder monárquico deslocava-se para o Brasil. As muitas embarcações que deixaram Lisboa nesta ocasião trouxeram pessoas de grande destaque da nobreza, assim como diversos apetrechos e simbolismos, sobretudo, os vinculados às atividades da Casa Real, que buscaria garantir uma apropriada instalação e convívio da realeza em terras antes coloniais. Dentre os súditos ilustrados da monarquia que deixaram Portugal e passaram a viver na outra margem do Atlântico, destacamos o bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos, personagem central da discussão que vamos apresentar. Luís Joaquim chegou em 1811 imbuído da responsabilidade de transportar a segunda remessa de livros da Biblioteca Real d´Ajuda – o último empacotamento chegou em fins desde mesmo ano, sendo que o primeiro tinha de-

sembarcado no ano anterior. O ajudante de bibliotecário chegou ao Rio de Janeiro sem muitas perspectivas: temia as condições da atual sede da monarquia, pois pressentia as tensões sociopolíticas que germinavam, assim como as que se mantinham na Europa. Perante a nova configuração pessoal, encontrou no papel e na pena grandes aliados para sanar as saudades, as dúvidas frente à vida no Rio de Janeiros, assim como, os questionamentos diante do trabalho que passava a desenvolver junto aos papeis reais. De abril de 1811 a março de 1821, escreveu dezenas de cartas ao pai, Francisco José dos Santos Marrocos, seu principal interlocutor em relação aos assuntos e problemas da vida pública e privada. Este conjunto documental vem sendo analisado pela historiografia sob diferentes perspectivas de análise, em especial, sobre os que se dedicam a analisar as intrigas, as adaptações e os desajustes da corte portuguesa após a travessia atlântica. Luís Joaquim, até sua morte em 1838, não deixou de cuidar dos livros e da biblioteca que se estruturava no Rio de Janeiro. Entretanto, não teve apenas responsabilidades junto aos impressos, mas se tornou responsável – por indicação do Príncipe Regente – pelos estratégicos manuscritos reais. Nesta função, conforme compartilhou com o pai em uma carta de julho de 1811, o monarca lhe conferia um cargo que demandava "*segredo, importância e responsabilidade*". Os papeis de punho da monarquia lusa recebiam um tratamento diferenciado e não foram incorporados ao acervo da Livraria – questão que destaca os valores simbólicos que os manuscritos passaram a adquirir após a invenção da imprensa, pois imputava-os um maior controle de produção e circulação. Neste sentido, essa apresentação tem como objetivo problematizar a natureza das relações interatlânticas entre os papeis impressos e manuscritos da Coroa na primeira metade do século XIX. Para isso, nossa apresentação tem como foco três principais temáticas de análise: a) a trajetória de Luís Joaquim dos Santos Marrocos entre bibliotecas e a prática de escrita de cartas, b) sua relação com os manuscritos e com os impressos da Coroa e c) a sistematização e catalogação que elaborou referente aos papeis de punho da coroa portuguesa.

UMA CULTURA ESCRITA "DAS RUAS" NO MOVIMENTO BAIANO DE 1798?

Rodrigo Oliveira Fonseca

Pretende-se nessa comunicação abordar problemas e oportunidades em torno de uma investigação sobre o movimento revolucionário baiano de 1798 com ancoragem nos estudos históricos e nos estudos discursivos de viés materialista. Nos estudos históricos, vendo nos textos *fontes*, busca-se apreender o universo das práticas e dos sujeitos históricos que tornam compreensíveis as demandas e horizontes sustentados pelos revolucionários de 1798. Nos estudos discursivos, tomando os textos como *objetos de análise*, busca-se o condicionamento verbal das posições ideológicas construídas, suas margens, furos e confrontos, com seu poder de interpelação e parafrasagem. Uma tal "duplicidade" tem como objetivo quebrar espelhamentos, homologias e isomorfismos entre o lugar social dos sujeitos históricos, seus dizeres e seus

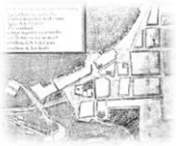
propósitos. Se a cultura escrita não é registro passivo e automático das realidades que a instituem, também os dizeres, em suas margens equívocas e polissêmicas, tanto figuram quanto transfiguram suas referências. Todo dizer historicamente tomado é significante de experiências recortadas e é ele próprio experienciado em meio a uma pulsação entre o ainda sem-sentido e o já-sentido (mas indesejado) para os seus interlocutores, funcionando socialmente neste batimento. Uma abordagem materialista é aquela que, mobilizando a materialidade sígnica e a materialidade histórica, compreende o fato de que não falamos palavras e nem tampouco falamos seus conteúdos, mas *falamos com palavras* (ORLANDI, 2007, p. 15). Mas quem pode falar com essas e com aquelas palavras, e através dessas e daquelas culturas da escrita? Ao mesmo tempo posição teórica e de trabalho, estas questões estarão ao fundo de um exercício comparativo entre duas culturas escribais pertinentes aos sujeitos da Conjuração Baiana. Por um lado, há de se concordar com Marcello Moreira quando classifica de *ineludível* "o caráter de subordinação que marca os procedimentos de vulgarização da informação de cunho político entre condições social muito desigual" (2009, p. 498). No entanto, por tal constatação, fica por ser compreendido o *desentendimento* (RANCIÈRE, 1996), as apropriações discursivas de um argumento ou as ilusões projetivas de uma prática que, de uma cultura escribal calcada em hierarquias e desigualdades, de uma partilha desigual de bens culturais e de conteúdos políticos, extraem e reinventam um programa pelo qual – mesmo sem qualquer futuro brilhante naquele horizonte – uma outra cultura escribal se inscreve em cartazes/pasquins de fundo republicano e igualitário. Os "prelos" e "avizos" espalhados pela cidade de Salvador a 12 de agosto de 1798 não são cópias e extrações textuais dos escritos franceses ilegalmente trazidos e traduzidos. Contêm informações, palavras e ideias destes, por certo, mas tanto desenham um horizonte peculiar – com destaque para a centralidade da pauta antirracista - quanto caracterizam outra cultura escrita, praticada de forma associada a gestos de enfrentamento político público e irreverente, como a destruição da forca em princípios do ano de 1798 e a simulação de edital ordenando o tabelamento da carne semanas antes dos cartazes/pasquins de 12 de agosto. Pretende-se, enfim, nesta comunicação, esboçar enquadramentos conceituais de uma cultura escrita "das ruas" que não é mero recalque e incompreensão da cultura escrita dos setores descontes das camadas dominantes.

AS CARTAS PUBLICADAS NOS PERIÓDICOS IDADE D'OURO DO BRAZIL E SEMANÁRIO CÍVICO: OS QUESTIONAMENTOS SOCIAIS AO GOVERNO CONSTITUCIONAL (BAHIA – 1821)

Marcelo Renato Siquara Silva

A instalação de um governo liberal e constitucional para o Reino do Brasil criou em Salvador uma série de expectativas. A Junta Provisória de Governo estava encarregada de eliminar os mandos e desmandos tão recorrentes

ao longo do Antigo Regime. Os habitantes da província da Bahia passaram a acreditar na possibilidade de superar os vícios persistentes desde as administrações anteriores. No entanto, para infelicidade e frustração de muitos, não foi bem isso o que de fato aconteceu. Uma das primeiras medidas adotadas pelo novo governo foi justamente a instalação de uma Comissão de Censura. A partir de então, quaisquer gazetas, periódicos, livros e demais papéis só seriam impressos se obtivessem a concessão de uma licença. A princípio, para um pesquisador desavisado, pode parecer que essa medida se tornou um entrave à participação social. Contudo, ao analisarmos com mais atenção as fontes primárias do período, percebemos que, a partir do recurso aos princípios constitucionais vigentes no Império Português, tornou-se possível superar essa barreira. Os habitantes da Bahia passaram a questionar todos os pressupostos que desvirtuavam as expectativas alimentadas pelo corpo social. Nesse sentido, é importante destacarmos o impacto exercido pelo Catecismo Político. Oriundos dessa realidade histórica, os debates ocorridos nas praças e demais espaços públicos — envolvendo temas como igualdade, direitos dos homens, liberdade, representatividade, etc. — favoreceram e potencializaram o envolvimento político dos cidadãos. Tomada por essa efervescência política, a imprensa local se constituiu em uma ativa arena de debates. O Idade d'Ouro do Brazil e o Semanário Cívico foram os periódicos mais procurados. Não foram poucos os soteropolitanos que recorreram ao expediente de publicações de cartas nos periódicos locais. Qual o objetivo? Questionar permanências e requerer mudanças. Um missivista anônimo, autointitulado "Amigo que professa a Constituição", questionou a limitação da liberdade de expressão, isso em decorrência da existência da Comissão de Censura. Outro missivista questionou a situação da instrução pública, destacando a necessidade de ampliação no número de Mestres Régios e a importância no aumento da remuneração paga anualmente a tais profissionais. Cabe ainda mencionarmos o problema persistente no âmbito do abastecimento público. O missivista "C", também autodenominado "Honrado pai de Família", realçou a necessidade de revisão quanto ao sistema de pesos e medidas, o preço final praticado junto ao consumidor local e a própria condição de salubridade dos alimentos comercializados. Para finalizarmos o campo dos exemplos, cito o missivista autointitulado "O Amante da Pátria". Este, por sua vez, em carta publicada no periódico Idade d'Ouro do Brazil, questionou o recrutamento compulsório de estudantes e a permanência de inúmeros presos políticos na Cadeia Pública de Salvador. Enfim, são essas as realidades históricas postas em análise. Os problemas se mostraram persistentes e não se resumiram a estes. Da mesma forma, plurais foram os debates e as tentativas de resolução envolvendo sugestões das instâncias de poder e da própria sociedade baiana. O aprofundamento na análise desse objeto de estudo tende a favorecer uma melhor percepção de suas nuanças, bem como permitir e facilitar novas formas de abordagem e estudo.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 5
Dimensões da desordem em colônias: ilicitudes, descaminhos e heterodoxias religiosas

Coordenadores: Paulo Cavalcante (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e Letícia Ferreira (Universidade Federal Fluminense)

13 de setembro de 2016

"NAS SUAS APERTADAS MÃOS": A CENTRALIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA NO IMPÉRIO PORTUGUÊS

Marcos Guimarães Sanches

A América portuguesa conheceu desde 1549 uma estrutura vertical de administração da Fazenda. Junto a instituição do Governo Geral, justiça e fazenda passaram a dispor de "ramos" administrativos específicos. A presente comunicação parte do pressuposto que a Fazenda, em Portugal, foi elemento central, ainda que não exclusivo, da consolidação da monarquia, seguindo o entendimento de Magalhães Godinho, projetando-se o mesmo sentido na organização da administração fazendária das colônias, onde a extração fiscal estava também concentrada nas "apertadas mãos" reais (Joaquim Romero de Magalhães). Compreender a instituição da administração fazendária e sua dinâmica de funcionamento pode ser reveladora da natureza da colonização na época moderna, ainda que seu ordenamento deva ser compreendido à luz do arranjo social no qual estava inserido com pleno envolvimento de sujeitos da sociedade colonial em sua operação, inclusive constituindo-se em elemento de reprodução de tais grupos. A criação da Provedoria-Mór e das Provedorias de Fazenda, hierarquizadas em um mesmo ordenamento, projetavam na colônia um arranjo administrativo já bastante amadurecido e institucionalizado nas Ordenações do século XV. Coincidam também com a relativa universalização da capacidade tributária da monarquia, sobretudo através das sisas. O foco da atuação monárquica, em um quadro de uma sociedade estamental, estava na esfera da circulação, na qual os "tratos" mercantis com as conquistas vão se tornar cada vez mais significativos ao longo do século XVI, como nos revela a importância da Alfândega de Lisboa. Na América, a tributação mais relevante incidia sobre a produção - os dízimos - e embora formalmente pertencentes a Ordem de Cristo constituíam extração direta da Fazenda Real, cabendo ainda aos titulares do ofício o exercício cumulativo do Juízo da Alfandega, que embora, no limite do conhecimento atual, não tenham tido maior peso arrecadatório, no primeiro século da colonização, representavam um ponto de interseção da colônia nos circuitos mercantis globais, efetivando de alguma forma e em diferentes graus o controle da metrópole, sobre a inserção das suas conquistas em um sistema mundial.

GOVERNANÇA E PRÁTICAS POLÍTICAS: A TRAJETÓRIA DO 1º CONDE DE ÓBIDOS NA AMÉRICA PORTUGUESA (1663-1667)

Michelle Samuel da Silva

O presente estudo visa tratar da administração do vice-rei D. Vasco de Mascarenhas, 1º conde de Óbidos, que governou o Estado do Brasil entre os anos de 1663 a 1667. A análise pautará especificamente nas capitanias do Rio de Janeiro e de Pernambuco no período posterior à Restauração. Pretende-se compreender suas práticas governativas e sua relação política com os governadores dessas capitanias em um momento de ascensão e consolidação da dinastia Bragantina. Através do regimento dos capitães-mores de 1663, a capitania do Rio de Janeiro e as demais do sul voltaram a ser subordinadas ao Governo-Geral da Bahia. No que se refere aos problemas de jurisdição em Pernambuco, sendo estes constantes no Brasil colonial, o regimento foi fundamental para definir os espaços de jurisdição das capitanias menores, uma vez que os governadores de Pernambuco tiveram a intenção de ampliar os seus espaços de jurisdição fazendo com que essas capitanias fossem subordinadas a Pernambuco. Coube, então, ao Vice-rei D. Vasco de Mascarenhas, a aplicabilidade daquele regimento, principalmente nas capitanias do Norte. A atuação do Vice-rei D. Vasco de Mascarenhas foi fundamental no sentido de aprofundar o controle do Governo-Geral, que se afrouxara no decurso da guerra holandesa. Os capitães-mores que administravam as capitanias menores passaram a ser diretamente sujeitos ao Governo-Geral na Bahia sem a intermediação dos governadores de Pernambuco ou do Rio de Janeiro, a quem o 1º conde de Óbidos teve a função de mostrar as suas obrigações e definir os limites de suas áreas de abrangência. Mostraremos nesse trabalho que o regimento encaminhado aos capitães-mores foi essencial para estabelecer a reorganização do Estado do Brasil, principalmente com relação ao governo local. A administração de Salvador Correia de Sá e Benevides nas capitanias do Sul e dos govenadores das capitanias do Norte contribuíram para o comprometimento da autoridade do Governo-Geral, situação que o Vice-rei teve que solucionar com o objetivo de manter a ordem na Colônia. Outro aspecto relevante contido no regimento que contribuiu para efetivar a política de reorganização do Estado do Brasil foi a proibição de todos os governadores das capitanias realizarem a concessão de sesmarias. Uma situação curiosa relacionada à capitania do Rio de Janeiro referiu-se no envolvimento do conflito entre a câmara e as ordens religiosas pela medição das terras. Ao contrário de sua atuação no governo da Índia, o Vice-rei D. Vasco de Mascarenhas concluiu sua administração no Estado do Brasil. A sua "arte de governar" consolidou as questões pendentes na América portuguesa em um momento de instabilidade na metrópole, sendo necessário aumentar o controle no Brasil. As críticas que foram levantadas contra ele pelos vassalos, causando inclusive queixas formais ao rei, como por exemplo, a do secretário de Estado Bernardo Vieira Ravasco, não o impediram de governar e colocar em prática o papel ao qual foi designado.

CAMINHOS E DESCAMINHOS: DIÁLOGOS DO PRESENTE E EVIDÊNCIAS DO PASSADO

Isnara Pereira Ivo

Para a lógica histórica, é impossível olhar o passado sem conhecer as interpretações e teorias elaboradas para compreensão das fontes: "o discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência; um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas de um lado, e pela pesquisa empírica, por outro". Indivíduos, grupos e instituições, tais quais historiadores, ao escreverem a história, coetaneamente, elaboraram ideias, conceitos e teorias acerca do seu universo cultural que, ao longo do tempo, são resignificadas. O desafio é retornar às evidências pretéritas, sem correr o risco de ressuscitar a premissa máxima do manual positivista de Langlois e Seignobos: a história se faz com documentos, não obstante se compreenda que o processo histórico seja indireto, indiciário e conjetural. Pretende-se nesta comunicação mostrar como os conceitos de "Caminho" e "Descaminho" são utilizados nas fontes coevas selecionadas e como são aplicados em relações com as atividades de contrabando, extravio e desvio dos direitos reais na Capitania de Minas Gerais, durante o século XVIII. O repertório dos dados é composto por ordens régias, portarias, alvarás, provisões, bandos e por um conjunto de correspondências emitido pelas autoridades coloniais, referente ao *sistema de contratos das rendas e direitos reais*, uma das principais formas de arrecadação das receitas do império português, o que resultara de acordos temporários estabelecidos entre comerciantes de grosso trato e o monarca. Os diários dos registros fiscais, instalados ao longo dos caminhos que interligavam os sertões da Bahia e Minas Gerais, mostram distintas maneiras de usos e aplicações acerca dos termos "Caminho" e "Descaminho". Foram encontradas denominações variadas ao que se referem ao que simplificamos, muitas vezes, de forma dicotômica, os conceitos de caminhos e descaminhos, caminhos e picadas, desvios e extravios, desencaminhadores e contrabandistas.

ASPECTOS FISCAIS NA DESORDEM NA AMÉRICA: AS MINAS NO INÍCIO DO SÉCULO XVIII (1710-1730)

Lincoln Marques dos Santos

O trabalho discutirá a cobrança do quinto régio a partir da problematização dos conflitos e ocorridos nas Minas Gerais na primeira metade do século XVIII e das estratégias de ação da coroa para afirmar sua autoridade. A proposta é descortinar os aspectos da desordem no mundo colonial, apresentando-os como critérios norteadores para as ações políticas e administrativas que levaram à consolidação da presença da coroa lusa e de seus interesses em território americano.

DONALD CAMPBELL E O RIO DE JANEIRO NO ALVORECER DO OITOCENTOS: REFLEXÕES SOBRE A DEFESA DA COLÔNIA

Marieta Pinheiro de Carvalho

A conjuntura das guerras peninsulares europeias de fins do setecentos e início do oitocentos influenciou o contexto interno do reino português, ao longo desse mesmo período. Tal questão deve ser observada não apenas num viés da sua política exterior, como também no que tange às relações com as suas conquistas, sobretudo, com os domínios da América, considerado, então, a mais importante das possessões ultramarinas. Foi justamente nesse período que o inglês Donald Campbell foi nomeado chefe da esquadra da Armada Real, sendo responsável por gerenciar as ações de defesa do litoral da América portuguesa, sobretudo do Rio de Janeiro, então capital do vice-reino. O objetivo desta comunicação é analisar um conjunto de escritos desse inglês – endereçados a autoridades coloniais e metropolitanas – cuja temática principal é a defesa da colônia contra as potências estrangeiras, num contexto essencialmente marcado pelo contrabando.

14 de setembro de 2016

NAS ROTAS SERTANEJAS: COMÉRCIO E ILEGALIDADE ENTRE BAHIA E PERNAMBUCO (1759-1780)

Jéssica Rocha de Sousa

O presente trabalho tem por objetivo investigar a atuação das redes de comércio interno que se desenvolveram durante os anos de 1759 a 1780 entre as capitanias de Bahia e Pernambuco. Nosso marco cronológico inicia-se em 1759, ano em que foi instalada a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba, detentora do "comércio exclusivo das duas capitanias de Pernambuco e Paraíba, com todos os seus distritos, e nos quais ninguém mais podia extrair, mercadorias, gêneros ou frutos" (CARREIRA,1989, P. 224). A empresa criada na segunda metade do XVIII vinha atender a uma nova ordem administrativa ligada às questões mais pragmáticas de governança que se buscou estabelecer em Portugal a partir da nomeação de Sebastião José de Carvalho e Mello – Conde de Oeiras, o futuro marquês de Pombal, para o cargo de primeiro ministro do reino. Esse conjunto de medidas modernizadoras tinham por objetivo uma maior centralização do poder real, bem como um maior domínio econômico sobre as conquistas e colônias na tentativa de revitalizar o comércio português e combater o atraso econômico da metrópole. O monopólio desenvolvido pela Companhia durante pouco mais de vinte anos, veio alterar toda uma lógica comercial, baseada no livre comércio, que já estava bem estabelecida em Pernambuco. Nosso ponto de análise, parte da identificação de que a partir da instalação da Companhia Geral, os locais irão buscar estratégias de evasão do controle régio, um desses meios de fuga será o contrabando de mercadorias realizado através dos ser-

tões que uniam as capitanias vizinhas de Pernambuco e Bahia e que tinham no Rio de São Francisco e seus afluentes a peça chave desse circuito de comércio ilícito. Antes da instalação da Companhia o comércio entre as duas praças já existia e estava bem consolidado, no entanto, a partir da criação da empresa esse comércio sertanejo acaba ganhando expressividade. A grande dilatação da costa pernambucana, o envolvimento de autoridades régias, oficiais e próprios deputados da Companhia no esquema ilícito somado a parca força repressiva empregada no seu combate e o desejo de senhores de engenhos, produtores e comerciantes de fugir das malhas do comércio monopolista farão com que a prática se torne uma constante na segunda metade do XVIII. No bojo dessas questões, o comércio ilegal com a capitania baiana, que contava apenas com uma Mesa de Inspeção, e não com uma companhia comercial monopolizadora, ganhará vulto. Utilizando as paragens sertanejas, através de seus rios, pequenos portos navegáveis e caminhos de terra os transgressores farão ir e vir entre Bahia e Pernambuco uma grande sorte de produtos como: caixas de açúcar, madeira, tabaco, escravos, mel, sola, couro e uma infinidade de miudezas, transformando dessa forma, o trânsito de mercadorias ilícitas entre as duas praças em rotina. Nossa hipótese é de que esse comércio clandestino possivelmente veio contribuir para o aumento da força econômica do sertão localizado entre as duas capitanias.

O CONTRABANDO DE ESCRAVOS PARA O RIO DA PRATA: OS COMERCIANTES DE SALVADOR E O TRÁFICO NA COLÔNIA DO SACRAMENTO, 1735 – 1777. NOTAS DE PESQUISA

Paulo Roberto Gonchoroscki Gonçalves

As relações entre as Coroas ibéricas no Rio da Prata vêm de longa data e são divididas por alguns autores em etapas. Corsino Medeiros as divide em três: a primeira, que foi a menor em tempo, foi caracterizada por remessas livres e transcorreu do descobrimento até 1513; a segunda foi o período das licenças, de 1513 a 1595; e a terceira foi o período dos *asientistas* que foi de 1595 a 1640. Esta última foi a que estabilizou o tráfico e orientou o abastecimento durante todo o período colonial, sendo responsável pela entrada de aproximadamente 44 mil escravos no porto de Buenos Aires. Estes escravos eram inseridos majoritariamente por Colônia do Sacramento, entreposto avançado da coroa portuguesa no sul da América. Segundo Fábio Kühn, estima-se que no decorrer dos anos de 1740 a 1777, passaram pela Praça da Colônia, em direção da América espanhola, entre 15 e 30 mil cativos. Com origem principalmente nos dois principais portos da colônia portuguesa na América, Bahia e Rio de Janeiro. Sabemos que a Bahia, principalmente Salvador, foi um dos principais portos de desembarque de cativos escravizados da América, recebendo em torno de um milhão e cem mil escravos até o século XVIII. Os comerciantes baianos que atuavam na África e suas relações com os africanos detinham a primazia do contrabando colonial desenvolvido até o século XVIII, abrangendo o controle do tráfico de escravos para as Mi-

nas Gerais. As Minas eram o principal foco dos traficantes baianos no período, tendo em vista que nestas localidades o preço pago pelos escravos era muito superior àquele pago pelos senhores de engenho e também por este pagamento ser feito em ouro. No entanto, outras pontas da América também estavam conectadas pelas redes de distribuição de cativos. Este é o caso do sul da América, que mesmo distante do porto negreiro baiano e tendo o Rio de Janeiro como abastecedor primário de mão de obra cativa, tinha a Bahia como abastecedor complementar de escravos. Segundo Alex Borucki, a Bahia era responsável pelo envio de 25% dos cativos que entravam no rio da Prata, participando, assim, das conexões comerciais entre a África e o sul da América. Em trabalho recente, analisei um desses traficantes e suas relações com o contrabando para o sul da América. Agora, a partir da pesquisa que desenvolvo no programa de pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, procuro ampliar a ótica e explorar alguns aspectos sobre a configuração e as relações do grupo mercantil soteropolitano com os agentes da Colônia do Sacramento. Por conseguinte, utilizo os registros de óbitos de escravos para identificar os agentes que ligavam as redes comerciais do sul da América. Opto por esta fonte, pois em alguns assentos o padre identificava os responsáveis pelo envio e recebimento dos cativos, anotando a quem pertencia o escravo – *da conta de* – e quem se responsabilizava por ele em Colônia. Através desta fonte foi possível identificar alguns dos responsáveis pelo tráfico transimperial que abordarei neste estudo.

PONTOS ESTRATÉGICOS DO (DES)CAMINHO: OS CRISTÃOS-NOVOS NOS LIMITES DO SERTÃO DA BAHIA E DAS MINAS 1720-1735

Paula Regina Albertini Túlio

A descoberta do ouro, no final século XVII, acarretou uma verdadeira corrida para as Minas, sendo que um número considerável era de cristãos-novos. A maioria das prisões de cristãos-novos, registrada na região, foi efetuada na primeira metade do século XVIII, motivadas por acusações de judaísmo. Tais prisões coincidem com o auge da expansão e produção aurífera, sendo que a maioria dos réus estava envolvida em atividades comerciais com as Minas. Eles eram, principalmente, homens de negócios, mercadores e mineradores. A participação de cristãos-novos no comércio colonial, no processo de formação das redes de contrabando e nos descaminhos é um assunto pouco abordado pela historiografia mineira assim como a presença dos cristãos-novos na região mineradora e as suas atividades econômicas, sociais e cotidianas. Conforme destacado o assunto é comentado, mas pouco estudado, pesquisado e aprofundado até o momento.

O SECRETÍSSIMO PLANO DE COMÉRCIO E DE SEGURANÇA (CONTRABANDO EM ESPAÇO DE FRONTEIRAS IMPERIAIS, 1770-1777)

Otávio Ribeiro Chaves

A presente comunicação tem como proposta investigar o contrabando num espaço compreendido pela capitania de Mato Grosso e as antigas missões jesuíticas de Mojos e Chiquitos no período de 1770- 1777 (Vice-Reinado do Peru). O Secretíssimo Plano de Comércio e de Segurança, aprovado pelo monarca D. José I em 1770, visava garantir a defesa político-territorial e estimular o comércio regular entre o Estado do Grão-Pará e Maranhão e a capitania de Mato Grosso. O contrabando realizado nesse espaço de fronteiras imperiais sul-americanas fazia parte desse ambicioso projeto. O objetivo principal da Monarquia portuguesa era drenar a prata espanhola de Potosí, via as capitanias-fronteiriças de Mato Grosso, Grão Pará e São José do Rio Negro com os domínios espanhóis na América do Sul.

OS DESCAMINHOS DOS CONTRATADORES DAS RENDAS REAIS NO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ. PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII

Raimundo Moreira das Neves Neto

O presente trabalho abordará a questão da arrematação das rendas reais nas capitanias do Pará, Maranhão e Piauí, matéria de considerável gravidade para a administração fazendária colonial, tendo em tela o recorte temporal da primeira metade do século XVIII. Descortinando os bastidores das arrematações dos contratos, buscarei lançar luz sobre os interesses dos seus contratadores e, de igual modo, os conluios nos quais se inseriam com o objetivo de maximizar os seus lucros. Nesse sentido, abordarei, ainda, os descaminhos da Fazenda Real na capitania. Um significativo aspecto que gostaria de ressaltar é a diferença entre os contratos do Pará, Maranhão e Piauí. Os da capitania do Pará são muito abrangentes, abarcando todas as "rendas reais". Em São Luís, pelos contratos que foram encontrados no Arquivo Público do Pará (APEP), percebemos que os mesmos são divididos em dois ramos: dízimos e subsídios. Já para os contratos do Piauí, igualmente encontrados no APEP, aparece apenas o termo dízimo, embora percebamos que seja dividido em dois ramos: os "dízimos da terra" e os "de fora". Com o passar do tempo vão se criando novos ramos para os contratos, mesmos ramos que são unificados em outras oportunidades. Para o Pará, até onde percebemos com relação à primeira metade do século XVIII, a tendência foi unificar todas as rendas reais, apesar de uma tentativa frustrada de separação. Não apenas o contratador, mas toda a rede de agentes envolvida nos contratos se beneficiava da atividade. Exemplar é o caso de Diogo Manem e Companhia, contratador do Pará. Ele, junto com sua rede, foi bem hábil para alcançar muitos lucros ilegítimos na coleta dos dízimos do cacau. Aliás, Governadores e Provedores ora se colocavam contra os conluios e descaminhos da Fazenda real provocados pelos contratadores, ora tinham até certa

participação neles. O cacau, nesse sentido, é significativo quando consideramos a luta entre governadores e contratadores. Os primeiros intentando alcançar o pagamento do contrato todo em cacau, para daí se proceder ao pagamento dos filhos da folha no mesmo gênero. Já os contratadores, buscavam ficar com o máximo de cacau em suas mãos para com ele fazer inúmeras negociações bastante vantajosas. A função de contratador também foi utilizada para alcançar outros postos na Conquista, funções que inclusive eram empregadas para se esquivar das investidas dos agentes da Fazenda Real contra os contratadores. Nesse sentido, figura constante nos contratos das rendas reais da Capitania de São Luís do Maranhão (Subsídios 1724-1726; Dízimos 1730-1732; Dízimos 1739-1741), Manuel Gaspar Neves apresenta uma considerável, porém turbulenta, participação na administração colonial da capitania. É que além dos três contratos arrematados em São Luís do Maranhão, ele buscou ocupar alguns cargos de prestígio naquela capitania. Assim, além de contratador dos dízimos e subsídios, foi capitão, Juiz de órfãos (por volta de 1735), escrivão da fazenda, almoxarifado e alfândega (posse em 16 de novembro de 1745) e Juiz Ordinário (posse em 15 de fevereiro de 1746). Em verdade, veremos que o dito cargo de escrivão já tinha sido comprado de modo ilegal um pouco antes por Manuel, sendo depois confirmado no seu ofício.

CONTRATOS-RÉGIOS E OS DESCAMINHOS: O CASO DAS DÍVIDAS DO NEGOCIANTE ANDRÉ MARQUES GOMES (1743-1751)

Gabriel Silva de Jesus

A presente estudo propõe fazer uma análise acerca das dívidas dos contratos-régios administrados pelo negociante André Marques junto a Fazenda Real. Partindo desse caso, procuramos analisar ao longo do texto alguns objetivos específicos, dentre os quais a averiguação realizada pela Fazenda Real das dívidas do dito negociante, um possível envolvimento de um tesoureiro da Fazenda Real com o negociante, as dívidas das propinas de munições de guerra e obra pia, os argumentos de defesas utilizados por esse negociante e a atitude do Conselho Ultramarino diante das dívidas de André Marques Gomes. O recorte temporal elaborado ao longo da pesquisa girou em torno do duradouro reinado do Rei dom João V (1706-50). Tal reinado ficaria conhecido como a idade do ouro, devido às famosas descobertas das minas de ouro e diamante dos sertões brasileiros. Ademais, as fontes manuscritas para a realização do estudo foram extraídas do conhecido Projeto Resgate do Conselho Ultramarino. Durante a pesquisa consultamos cartas, requerimentos e pareceres do Conselho Ultramarino, permitindo entrar no obscuro mundo dos descaminhos dos contratos-régios. Finalmente, pretendemos com a elaboração desse estudo, colaborar em relação às pesquisas que tomam como foco o atlântico, preenchendo, de certa forma, alguma lacuna dentro desse mais novo campo historiográfico. André Marques Gomes foi um importante negociante português que atuou na primeira metade setecentista

na Praça de Salvador, morrendo em Salvador no mês de dezembro de 1755. Casado com D. Izabel de Almeida, falecida em 1762, tiveram uma filha, Bernardina Marques de Almeida e um filho Bernardino Marques. Homem de grandes cabedais, chegaria até mesmo a conquistar a nobilitada patente de capitão professo da ordem de cristo. Esse negociante atou na câmara de Salvador, e exerceu o cargo de provedor na Santa Casa da Misericórdia de Salvador. Os negócios de André Marques estiveram fortemente ligados ao tráfico de escravos, era um dos homens de negócios que tiveram o privilégio de atuar no ano de 1743 no sistema de frotas das vinte e quatro embarcações que tinham o direito de resgatar cativos na Costa da Mina, detinha uma galera por nome de Nossa Senhora da Barroquinha e Santa Rita. Seu cabedal estava investido em inúmeras casas em Salvador, além de fazendas e escravos.

15 de setembro de 2016

DESCAMINHOS A FAZENDA REAL NO PERNAMBUCO FILIPINO

Rafaela Franklin da Silva Lira

A prática do descaminho esteve presente nas relações sociais, políticas e econômicas entre os diversos grupos que constituíam a sociedade colonial. Destacaram-se no exercício das ilicitudes comerciantes, traficantes, bem como agentes que ocupavam cargos na estrutura administrativa do Brasil. A expressão *descaminho* era utilizada na documentação do período para fazer referência aos contrabandos ou desvios dos direitos reais. Segundo o *Dicionário da Língua Portuguesa* de Rafael Bluteau, trata-se de "má conduta moral; má aplicação, ou nenhuma aplicação da renda pública, distraídas, e desviadas do fim para que estavao deputadas; extravio". Procuramos aqui compreender como as fraudes e sonegações foram tratadas pela Coroa dos Habsburgo durante a união dinástica, momento em que Portugal e suas possessões ultramarinas passaram para o domínio dos Áustria, de forma mais específica no reinado de Filipe III de Espanha (1598-1621). A preocupação com os desvios de recursos estava presentes nas cartas régias dirigidas as autoridades coloniais questionando a escassez de informações sobre os rendimentos da Coroa. Neste período foram então implantadas medidas para fiscalizar e reduzir os roubos contra a Fazenda Real, como o Tribunal da Relação da Bahia fundado em 1609, com um juiz destinado a tratar especificamente sobre a matéria, e Junta da Fazenda de 1612. Além disso, foram criados cargos que tinham por função fiscalizar e punir aqueles que praticassem as fraudes, como também publicados regimentos sobre os produtos coloniais. Analisar a forma como tais órgãos foram implantados auxilia na compreensão da dinâmica entre a recorrência dos descaminhos e a instalação de instrumentos jurídico-administrativos que representavam a Coroa no território ultramarino. Entendemos que essas mudanças ocorridas na malha administrativa colonial não foram necessariamente um reflexo da centralidade dos Habsburgo, mas uma forma de garantir a governabilidade ao promo-

ver adaptações de sua estrutura governativa à realidade local. As novas instituições intensificaram as investigações e a realização de devassas para possível identificação e punição dos envolvidos. Assim, buscamos apresentar as denúncias sobre os roubos e as ações por parte da Coroa para reduzir tais práticas, como o Alvará autorizando André Farto da Costa, secretário da Junta, a consultar os livros, cadernos e provisões da capitania de Pernambuco em busca de indícios sobre os desvios. Verificamos também a existência de várias sentenças decretadas pela Relação contra funcionários da Coroa como almoxarifes, escrivães da Alfândega, capitão-mor do mar, entre outros, que receberam ordenados de forma irregular, lesando assim o tesouro real. Procuramos também observar se as sentenças estavam em consonância com Ordenações Filipinas, pois as negociações com as elites locais permitiam, por vezes, o abrandamento das penas. As fontes utilizadas para análise formam o corpo documental do Arquivo Histórico Ultramarino.

UM OLHAR SOBRE AS ADVERSIDADES DO SÉCULO XVII: GREGÓRIO DE MATOS E SEBASTIÃO DA ROCHA PITA

Cintia Goncalves Gomes Oliveira

O presente trabalho tem como finalidade analisar os escritos de dois personagens contemporâneos de nossa História: Gregório de Matos, o Boca do Inferno, e Sebastião da Rocha Pita, o Acadêmico Vago, e seus diferentes pontos de vista a cerca da complexa situação enfrentada pela Bahia em finais do século XVII. Desse modo, além de englobar a análise da História da sociedade baiana na segunda metade do século XVII, que passava por uma grave crise econômica, buscar-se-á verificar também sua influência nos escritos contemporâneos, como na obra do poeta Gregório de Matos, que encontrou nos seus poemas uma forma de denunciar o que acontecia na Bahia e uma forma de solucionar os problemas, talvez seguindo o que afirma o antigo provérbio latino "*ridendo castigat mores*", ou seja, a rir se corrigem os costumes. Assim, o poeta não propunha uma solução prática para os problemas, mas, através dos apontamentos das falhas, buscava a correção como nos mostra Hansen "a sátira é guerra caritativa: fere para curar" (HANSEN, 1989, p. 28). Gregório de Matos, apesar de ser brasileiro, apresentava uma visão da aristocracia de Portugal, pois, além de ter vivido grande parte de sua vida em território Luso e prestado serviços para a Coroa, o poeta fazia parte de uma nobreza que estava perdendo seu espaço de poder com a redefinição da economia mercantilista, sendo então uma visão conservadora, moralista da sociedade colonial, apresentada pela abordagem do poeta da vida na colônia que estava em transformação e que sempre era comparada com seu passado e com a metrópole. Diante desse contexto, considerar seus poemas e poesias de forma isolada nos permite apenas uma análise superficial e de uma parte do que estava acontecendo. Logo, analisar os escritos de Sebastião da Rocha Pita em seu livro *História da América Portuguesa* se torna pertinente, pois possuía um ponto de vista e uma posição diferente de Gregório de Matos, mesmo sendo contemporâneo do poeta e tendo uma situação

muito próxima a ele no que se refere à proximidade com a Coroa, pois ocupou o cargo de coronel do regimento privilegiado de ordenanças – título atribuído, na época, a pessoas importantes pelo respeito social, pela fortuna e pela ascendência. Também foi fidalgo da casa real, cavaleiro da Ordem de Cristo, acadêmico supranumerário da Academia Real de História Portuguesa e membro da Academia Brasílica dos Esquecidos (BLAKE, 1970, v. 7, p. 214). Pita descreveu a situação complexa da Bahia de maneira mais cuidadosa, ao se referir aos problemas, descreve-os de modo a não emitir julgamento direto, sempre se referindo às fontes que utilizou para recolher tais informações, sejam estas fontes documentos oficiais ou relatos da cultura popular. Esse fato favoreceu a publicação de seu livro *História da América Portuguesa* "com todas as licenças necessárias", como aparece na contra capa da obra. Esta comparação é importante pelo fato de, no mesmo momento, existirem pessoas que tiveram reações distintas diante da crise, permitindo compreender melhor tal documentação. Nesses documentos, os autores apresentam a conjuntura do período, suas rupturas e as permanências, porém com pontos de vista e comportamentos diferentes, o que nos favorece uma compreensão mais aprofundada e completa do período estudado, com as iniciativas e atitudes tomadas por pessoas e instituições para tentarem sanar ou ao menos melhorar os problemas enfrentados, principalmente no que se refere ao período que envolve a crise e seus desdobramentos.

NORMAS E PRÁTICAS DA INSTITUIÇÃO ALFANDEGÁRIA: RIO DE JANEIRO E BAHIA, 1697-1733

Grazielle Cassimiro Cardoso

O presente trabalho tem por objetivo analisar algumas diretrizes que regiam a administração alfandegária na capitania do Rio de Janeiro e na capitania da Bahia entre os anos de 1697 e 1733. Abordaremos de forma sucinta aspectos da estrutura organizacional e procedimentos administrativos das alfândegas da Bahia e do Rio de Janeiro. Entendemos que entre a norma propalada e as soluções práticas encontradas há grande distância. É preciso investigar aquilo que realmente foi praticado, no caso, na Bahia e no Rio, praças comerciais importantes devido ao grande fluxo de mercadorias e ao substantivo aparato administrativo. As diferentes regiões coloniais na América portuguesa não devem ser tomadas como unidade monolítica na qual todas as referidas soluções práticas eram uniformemente encontradas em decorrência do simples fato de serem regiões coloniais. Trata-se de abordá-las como regiões que se diferenciavam em seu próprio fazer colonial. A instituição da cobrança da dízima na Alfândega do Rio de Janeiro e na da Bahia surgiu da necessidade de proporcionar recursos para as crescentes despesas militares de ambas as capitanias. A do Rio foi estabelecida em 18 de outubro de 1699, especificamente para o pagamento do soldo da Infantaria. Tendo em vista o reforço da defesa da cidade, a Câmara ofereceu a dízima das fazendas (cobrança de 10% sobre as mercadorias que davam entrada no porto da capitania do Rio de Janeiro) e, em concordância, o rei enviaria soldados necessá-

rios para a praça da cidade e suas fortalezas. Instituído o contrato da dízima, o rei ordenou ao governador e capitão-general Artur de Sá e Menezes que fizesse a arrecadação desta contribuição pela Fazenda Real. O crescimento acelerado da dízima fez com que rapidamente esse tributo fosse estabelecido também nas demais capitanias onde igualmente passou a figurar como o mais importante. A dízima da Alfândega teria sido estabelecida na Bahia junto com o Governo-Geral, existindo menção de sua arrecadação até 1640, tendo desaparecido posteriormente e reaparecido no início do século XVIII. Em 1711, houve uma primeira tentativa de restabelecer a dízima da Alfândega, mas a insatisfação popular contra os excessos da fiscalidade levou à chamada Revolta do Maneta e a subsequente suspensão da cobrança da dízima. A dízima seria de fato instituída na Bahia em 1714 como um dos primeiros atos do então vice-rei do Estado do Brasil, marquês de Angeja. O marquês consegue persuadir os homens de negócio que concordaram com o seu estabelecimento para as despesas que se fizessem necessárias com as naus de guerra encarregadas da defesa do litoral (nau guarda-costas). Inicialmente podemos entender a Alfândega como instituição fiscal responsável fiscalizar e registrar o movimento comercial e da cobrança dos direitos alfandegários, possuidora de uma estrutura de funcionamento e pautada por uma regulamentação. Sim, a Alfândega possui essas características. Mas entendo que é preciso ir mais longe, perceber a complexidade, analisar esta instituição para além do texto normativo, jurídico, captar como esta instituição vigorava na sociedade para além do texto legal.

CONFLITOS, ILICITUDES E DISPUTAS DE PODER NA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO NO PERÍODO FILIPINO. (1580-1640)

Maria Isabel de Siqueira e Helena Trindade

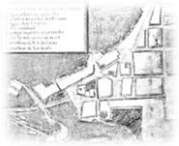
Durante o período da União Ibérica, a Alfândega do Rio de Janeiro foi cenário de vários conflitos envolvendo os seus oficiais e os demais oficiais de outras esferas da administração. Esses conflitos podem ser entendidos como parte integrante das relações entre os diversos agentes que participavam do tenso jogo da exploração colonial e que buscavam, como operadores da colonização angariar poder e riquezas. Dessa forma não só as desavenças como as ilicitudes envolvendo os personagens que deveriam *a priori* zelar pelo bom funcionamento e pela máxima extração de rendimentos para a fazenda Real podem ser reveladoras da própria dinâmica do sistema aduaneiro colonial.

SUBVERSÕES DO PECADO: PROSTITUIÇÃO E CONCUBINATO NAS MINAS SETECENTISTAS

Lisa Batista de Oliveira

No século XVIII, as Minas Gerais foram submetidas ao controle das devassas eclesiásticas, visitas diocesanas que puniam desvios morais em relação aos preceitos da Igreja Católica. As devassas integravam um processo de acultu-

ração cristã pautado na repressão violenta das uniões ilícitas, que transgrediam o sacramento do matrimônio. A difusão do sacramento matrimonial efetivada através da criminalização das sexualidades desviantes e das religiosidades heterodoxas visava à destruição das solidariedades comunitárias através da afirmação do concubinato como transgressão. As relações concubinárias envolveram, principalmente, portugueses ou seus descendentes brancos livres com africanas, crioulas e mestiças, em grande medida cativas e libertas. Ao definir as relações sexuais como lícitas ou ilícitas, as devassas buscavam o controle das condutas desviantes que aumentavam a população mestiça, fonte de "desordem social" para os poderes dominantes. Eram rotuladas de "mal-procedidas" tanto mulheres que se entregavam a relações conjugais não ortodoxas, auferindo benefícios ou rendimentos dos relacionamentos amorosos ilícitos, quanto aquelas que aderiam efetivamente ao comércio sexual, o que revela os tênues limites entre práticas desviantes e prostituição. Algumas mulheres possuíam mais de um concubino e meretrizes estabeleciam relações de mancebia com vários homens. Libertas consentiam que suas filhas "fizessem mal de si", criando laços de auxílio mútuo através do "mau-procedimento". Complexas relações culturais previam fortes associações entre mães alcoviteiras e suas filhas, e laços de comadrio e solidariedade resultantes do convívio comunitário de vizinhança. Em torno dos domicílios matrifocais surgia toda uma forma de organização familiar e de sobrevivência que transcendia os lares por meio de uma densa rede de relações pessoais. Herdeiras de tradições culturais específicas, escravas e forras tinham um modo peculiar de se relacionar com companheiros e parentes, vivenciando relações de gênero endogâmicas, poligâmicas ou monogâmicas e transformando-se no centro da estrutura familiar. Viver em concubinato representava uma valorização de tradições familiares matrifocais com origens africanas matrilineares. A reorganização da vida comunitária baseava-se em laços de parentesco e solidariedade que substituíam as extensas linhagens africanas. A monogamia sexual nem sempre era praticada e o significado cristão do casamento foi transformado por uma variedade de acordos que revelam concepções mais flexíveis sobre sexualidade, parentesco e família. Os fogos liderados por mulheres se transformavam em "casas de alcouce", que à noite tornavam-se pontos de encontro. Escravas e forras eram líderes da vida comunitária de cativos e libertos. Viviam à sombra da lei, devido à prática da prostituição ou do comércio clandestino de gêneros alimentícios e eram acusadas de contrabando de ouro e diamantes, de levar informações e alimentos aos quilombolas, de auxiliar a fuga de cativos, o que demonstra o medo diante de mulheres negras que vivenciavam uma intensa heterodoxia religiosa, pois as libertas transgrediam a moral cristã desde o tempo do cativeiro, atuando na preservação de tradições africanas. Brancas pobres, sem dotes, que não que não tinham função definida no que se refere à transmissão de poderes e privilégios, também criaram táticas de resistência através da sedução, subvertendo radicalmente a ordem social cristã através da transgressão e do "pecado".



SIMPÓSIO TEMÁTICO 6
Dimensões do catolicismo no Império português: instituições, práticas e representações (séculos XVI-XVIII)

Coordenadores: William de Souza Martins (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e Célia Maia Borges (Universidade Federal de Juiz de Fora)

13 de setembro de 2016

SOBRE A PRESENÇA E A EFICÁCIA DO GOVERNO ECLESIÁSTICO NA AMÉRICA PORTUGUESA (SÉCULOS XVI-XVIII)

Evergton Sales Souza

Os historiadores têm sobejas razões para apontar as dificuldades de enquadramento político e religioso das zonas mais distantes dos principais centros da América portuguesa. Contudo, constatar a existência dessas dificuldades não equivale a sustentar que há ausência absoluta de enquadramento. Os instrumentos de disciplinamento, inclusive os braços da justiça secular e eclesiástica, podiam chegar aos lugares mais afastados dos centros urbanos. A este respeito, continua sendo importante avançar em pesquisas que contribuam para um melhor conhecimento sobre quando, como e até onde esses mecanismos exerciam efetivo poder. Nesta comunicação, pretendo concentrar minha atenção sobre alguns aspectos do governo eclesiástico que podem auxiliar numa melhor percepção acerca da presença e alcance desses instrumentos do disciplinamento social. Sem a pretensão de oferecer respostas definitivas, desejo, por meio desta comunicação, contribuir para o conhecimento sobre o papel desempenhado pela Igreja diocesana no Brasil dos séculos XVI e XVII. Ao tentar perceber o alcance e os limites da ação do governo eclesiástico, seja em relação ao controle do clero ou ao enquadramento dos fiéis, procurarei mostrar que a presença e eficácia desse governo são perceptíveis desde a instituição da diocese da Bahia, seguindo de perto o ritmo ditado pelo avanço da colonização e constituindo-se em um de seus pilares.

REDES FACCIONAIS E REFORMA ESPIRITUAL DO CLERO: ASPECTOS POLÍTICOS DO MOVIMENTO DA JACOBEIA (SÉCULO XVIII)

Bruno Kawai Souto Maior de Melo

A presente comunicação busca contribuir com novos olhares acerca da historiografia preocupada com o movimento religioso conhecido como Jacobeia. Iniciado entre os Eremitas Calçados de Santo Agostinho do Colégio da

Graça em Coimbra, no início da década de vinte dos setecentos, a Jacobeia influenciou amplamente o cenário político-religioso do período joanino, uma vez que seus simpatizantes participaram ativamente em diversas esferas do aparelho jurídico-administrativo da Monarquia Portuguesa: das Secretarias de Estado as principais Mitras de Aquém e Além-mar. Entendida inicialmente como uma proposta de reforma moral do clero, com ampla difusão entre os conventos e monastérios portugueses da primeira metade do século XVIII, a Jacobeia foi marcada por uma cartilha, que em seu aspecto doutrinal, exigia dos seus adeptos um modelo de vida rigorista, pautado em exercícios espirituais e na frequência dos sacramentos, principalmente o da confissão. A valorização da face espiritual da Jacobeia foi o substrato de uma tradição historiográfica que costumou, em regra geral, apontar a ação pia e reformadora dos eclesiásticos relacionados com movimento, havendo pouco espaço para sua dimensão politica. Os jacobeus tiveram forte participação política nos órgãos concelhios durante o governo de D. João V, principalmente nas Secretarias de Estado - reformuladas em 1736. Dentre os que se destacaram, apontamos, especialmente, Fr. Gaspar da Encarnação, um dos nomes mais relevantes do movimento. A atuação de Encarnação teve notoriedade principalmente na indicação dos bispos, que a partir da década de 20 dos setecentos, foram providos para as dioceses sufragâneas a Igreja Portuguesa. Mais do que a influência na escolha dos prelados, os partidários da Jacobeia criaram uma verdadeira facção política no seio da Igreja Portuguesa, ao ponto de rivalizar com grupos sedimentados na corte joanina desde o início de século, a exemplo da facção encabeçada pelo cardeal e inquisidor-mor D. Nuno da Cunha e Ataíde e o patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida. Os embates entre esses grupos foram latentes até a segunda metade do século XVIII, quando aos Jacobeus foi imputado o crime de Sigilismo, sendo, inclusive, apontados como seita cismática pelo último regimento da Inquisição portuguesa, datado de 1771. Nesse sentido, pretendemos compreender o movimento da Jacobeia a partir de uma visão mais alargada, não restritiva ao seu cariz espiritual, mas preocupada com as relações políticas estabelecidas pelos partidários da Jacobeia na corte de D. João V, bem como seus reflexos no Além Mar. Para tal, além de realizar um revisionamento da literatura especializada sobre a temática, utilizaremos o caso do bispado de Pernambuco - que no decorrer da primeira metade do século XVIII foi governado por dois representantes do movimento, Fr. José Fialho (1725-1738) e Fr. Luiz de Santa Tereza (1739-1754) - como exemplo que nos permita pensar a Jacobeia em sua dimensão política e na perspectiva das redes de clientelismo.

SERVINDO À MITRA E À COROA: ARCEBISPOS NO GOVERNO CIVIL DA CAPITANIA DA BAHIA (1741-1802)

Naira Maria Mota Bezerra

Com a criação do governo geral do Brasil em 1549, a coroa transfere para o território americano uma série de instituições administrativas responsáveis pelo bom funcionamento daquele Estado. Dentre elas, um dos mais importantes é o cargo de Governador Geral do Estado do Brasil, considerado como a própria extensão do poder do monarca. Após ser escolhida pelo rei, a pessoa provida deveria passar em média três anos na Bahia. Ao fim desse tempo, a coroa deveria prover um sucessor e viabilizar recursos para os transportes tanto de quem estava deixando o cargo, quanto de quem iria assumi-lo. No entanto, em alguns casos, o período entre partidas e chegadas não correspondiam e por algum tempo o governo geral ficava vacante. Outra situação de vacância se dava quando o titular do cargo vinha a óbito, que demandando tempo para escolha de um novo sucessor. Por ser um cargo com tamanha importância para a administração colonial com demandas ininterruptas, ele não poderia ficar vago. Quando aconteciam as vacâncias, imediatamente se formava um governo provisório e quem deveria compô-lo seriam autoridades coloniais com igual importância e confiança do rei. Como se observou desde o primeiro caso, em 1587 quando o governador Manuel de Teles Barreto morreu, o bispo D. Antonio Barreiros compôs o governo provisório – também chamado de interino – em conjunto com o provedor mor da Fazenda, Cristovão Barros. Os bispos eram eclesiásticos que ocupavam lugar elevado na hierarquia da Igreja. Considerados sucessores dos apóstolos, tinham funções exclusivas como o sacramento da Ordem, a feitura de novos sacerdotes, ensinar e catequizar os fiéis. Considerados "feituras do Monarca", que através das bulas do Padroado os escolhiam para serem sagrados pela Santa Sé, o poder episcopal não se restringia à esfera religiosa. Antes, se estendia aos campos políticos e econômicos das sociedades do antigo regime, participando de estruturas jurídico-administrativas como, por exemplo, ocupando os cargos de vice-reinado da Índia e o Governo Geral do Estado do Brasil em caso de vacância destes. Em 1624, na invasão holandesa à Bahia, o bispo D. Marcos Teixeira assumiu as funções de governo enquanto Diogo Mendonça Furtado foi para guerra. D. Fr. Manoel da Ressurreição, em 1688, e D. Sebastião Monteiro da Vide, em 1719, também compuseram juntas interinas por ocasião de vacância no governo civil. Na Bahia, no total dos treze governos interinos ocorridos no período colonial, onze tiveram participação de prelados. Os dois momentos de exceção foram em 1675 e 1762, períodos de Sede Vacante. Isso significa que 11 dos 35 prelados da arquidiocese baiana do período colonial estiveram em governos civis em algum momento do seu governo episcopal. Essa comunicação, fruto do projeto de mestrado que venho desenvolvendo na Universidade Federal Fluminense, se propõe a fazer algumas considerações iniciais sobre o exercício de quatro arcebispos da Bahia, a saber, D. José Botelho de Matos, D. Fr. Manoel de Santa Inês, D. Joaquim Borges Figueirôa e D. Antônio Correia nos governos provisórios do Estado do

Brasil na segunda metade do século XVIII. Através das correspondências enviadas pelos arcebispos ao Conselho Ultramarino e as cartas régias dirigidas a eles, buscar-se-á analisar questões governativas que deram conta e de que modo o fizeram, observando se há quaisquer particularidades em um governo civil de homens de Igreja.

"BISPO PELA GRAÇA DE DEUS!": D. TOMÁS DA ENCARNAÇÃO COSTA E LIMA: PERFIL DE UM PRELADO POMBALINO, 1750-1784

Ellen Cristina Marques Luz

Esta comunicação pretende abordar alguns aspectos da trajetória intelectual e da ação episcopal de Dom Tomás da Encarnação, décimo bispo de Pernambuco. Nascido em uma rica família da cidade de São Salvador da Bahia e completando sua instrução em filosofia com os padres jesuítas desta mesma cidade, Frei Tomás realizou seus estudos superiores na Universidade de Coimbra e recebeu a murça de cônego regrante de Santo Agostinho no Mosteiro de Santa Cruz. Graças ao seu destaque intelectual e à sua reputação de exímio latinista, foi eleito como membro da Academia Litúrgica Pontifícia, na qual exerceu as funções de professor da cadeira de História Eclesiástica e de censor nato, sendo convocado pouco tempo depois para fazer parte dos quadros da Academia Brasílica dos Renascidos onde, por não residir na colônia, recebera o título de acadêmico supranumerário. Eleito à mitra pernambucana no reinado josefino e ministério de Sebastião José de Carvalho e Melo, Dom Tomás foi um agente das reformas pombalinas no continente e no ultramar, tendo sido, ele mesmo, fruto das mudanças ocorridas no âmbito das exigências sociais, de formação e das tendências teológicas e eclesiológicas que prevaleceram no reinado em questão e que foram relevantes para a escolha dos membros do episcopado. Num primeiro momento, esta apresentação se propõe a descrever e analisar o seu percurso intelectual, a fim de mostrar as relações existentes entre a jacobeia, o pensamento reformador e regalista em voga e o jansenismo português. Em seguida, buscar-se-á compreender como suas concepções teológicas e eclesiológicas se traduziram em sua ação episcopal na América Portuguesa num período de intensa transformação como este abarcado pelo final do reinado de D. José I e início do reinado de Dona Maria. Por fim, observaremos que apesar do nítido alinhamento de Dom Tomás aos princípios patrocinados pela coroa lusitana, alguns limites foram impostos à consecução do projeto reformador pela realidade e necessidades dos imensos territórios que compunham as dioceses ultramarinas. Nosso estudo assenta-se sobre um amplo conjunto de fontes que corresponde, primeiramente, à documentação referente à trajetória anterior à eleição de D. Tomás à mitra pernambucana, no ano de 1774, a saber: os Anais organizados por Pereira da Costa e a documentação produzida pelo próprio Dom Tomás no período da sua atuação enquanto lente de História Eclesiástica na Academia Litúrgica Pontifícia, através dos quais estudamos o conjunto de correntes e tendências religiosas ao qual o futuro bispo vinculava-se e que

são de singular importância para a compreensão do próprio programa de mudanças em curso. Seguem-se a estas, as fontes correspondentes ao período da ação episcopal de Dom Tomás na diocese de Pernambuco, conservadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no Arquivo Histórico Ultramarino, assim como na Biblioteca Pública de Évora, no Arquivo da Arquidiocese de Olinda e Recife e no Anexo do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (PE).

"INIMIGO DA COMPANHIA": D. FR. ANTÔNIO DO DESTERRO E A EXPULSÃO DOS JESUÍTAS DA DIOCESE DO RIO DE JANEIRO

Ediana Ferreira Mendes

Em 3 setembro de 1759, D. José I promulgava a lei de extermínio, proscrição e expulsão da Companhia de Jesus de todos os territórios pertencentes ao reino português. A notícia logo se espalhou por todo o império, sendo recebida de maneira distinta pelos diversos agentes e representantes da Coroa na América portuguesa. No Rio de Janeiro, D. Fr. Antônio do Desterro, bispo entre 1745 e 1773, teve papel proeminente no processo de expulsão da Companhia de Jesus do bispado. Nomeado, pelo Cardeal Saldanha, reformador geral dos jesuítas em Portugal, visitador apostólico e reformador da congregação no Rio de Janeiro em maio de 1758, o prelado atuou de forma incisiva, incorporando em suas ações e discurso o projeto político da Coroa portuguesa. A ingerência da Coroa em assuntos eclesiásticos e o ímpeto de reforma da Companhia de Jesus haviam iniciado, anos antes, com leis como a da liberdade dos índios, secularização das aldeias e sequestro de bens de raiz sem licença régia. Buscava-se, decerto, reduzir o poder social e econômico angariado pelos jesuítas nos anos de presença na colônia. A acusação de participação dos padres inacianos no conluio e atentado ao rei foi suficiente para consolidar o processo de expurgo da congregação. O argumento da conspiração para a expulsão dos jesuítas aparece em duas pastorais publicadas pelo prelado em 8 e 27 de novembro de 1759, afirmava ser os padres os "chefes" da "bárbara, sacrílega e horrorosa sedição" contra o rei. As pastorais serviam para comunicar aos fiéis do bispado a suspensão das licenças e faculdades concedidas aos padres e instava os súditos a apartarem qualquer tipo de comunicação com os religiosos. Em edital publicado no dia 29 do mesmo mês, o bispo solicitava que fossem denunciadas as notícias sobre a sonegação dos bens e alfaias das igrejas pertencentes anteriormente à companhia. Com estas e outras atitudes, Desterro cumpria rigorosamente as ordens régias. Em carta enviada a Tomé Joaquim da Costa Corte Real em 3 de março de 1760, o bispo dava conta da recepção das pastorais e ordens régias e comunicava as primeiras medidas e devassas impetradas no bispado. No ano seguinte, remete igualmente à Coroa um arrazoado intitulado "Relação do deplorável estado a que chegou a Companhia nesta Província do Brasil", texto em que relata o estado dos colégios e negócios da congregação. Sobressai-se nestes documentos, o tom depreciativo utilizado

pelo prelado para classificar os padres, há uma ênfase constante na "torpe laxidão", na "corrupção", no "desregrado" comportamento etc. O prelado tinha consciência do tom anti-jesuítico do seu discurso e ações, chegando a afirmar que "necessariamente hei de ser julgado por impostor falsário e inimigo da Companhia". O rigor adotado por este prelado não foi uníssono na América. Um outro prelado, o arcebispo da Bahia, D. José Botelho de Matos não deixou de cumprir o que lhe foi comandado pela coroa, no entanto, teve uma atitude bem menos anti-jesuítica. Esta comunicação pretende, a partir do exame de missivas, cartas pastorais e editais analisar a atuação de D. Fr. Antônio do Desterro na reforma e expulsão dos jesuítas do bispado do Rio de Janeiro e sua inserção no projeto político reformador da Coroa lusitana. No segundo momento, pretende-se cotejar, brevemente, a ação deste com a atuação de outros prelados coevos na América portuguesa.

COR E SACERDÓCIO: AMBIVALÊNCIAS CLASSIFICATÓRIAS NOS PROCESSOS DE ORDENAÇÃO DO BISPADO DO RIO DE JANEIRO (1701-1745)

Anderson José Machado de Oliveira

O propósito desta comunicação é apresentar uma reflexão em torno dos discursos sobre a cor presentes nos processos de habilitação ao clero secular de descendentes de africanos no Bispado do Rio de Janeiro. Analisando no conjunto desses processos as chamadas *dispensas do defeito da cor* ou a ausência das mesmas em alguns casos, procurar-se-á compreender como o catolicismo moderno ajudou a moldar um sistema de classificação social, que de forma hierárquica promoveu a inserção dos grupos em questão na cristandade colonial. Pretende-se, desta forma, observar como esta inserção estava associada a um processo de conversão. Objetiva-se igualmente compreender as tensões na formulação deste discurso classificatório situando-o em meio às discussões da origem negra concebida enquanto "defeito de sangue" ou "ausência de qualidade".

NORMATIVAS DA JUSTIÇA ECLESIÁSTICA NO IMPÉRIO PORTUGUÊS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS REGIMENTOS DOS AUDITÓRIOS ECLESIÁSTICOS DA BAHIA, COIMBRA, ÉVORA E FUNCHAL

Gustavo Augusto Mendonça dos Santos

Durante longa data os estudos sobre a organização e funcionamento da justiça eclesiástica em Portugal e seus domínios na Idade Moderna foram preteridos quando comparados com outras temáticas da história religiosa, enquanto investigações sobre a expansão das ordens religiosas no Império português e análises sobre os métodos de perseguição adotados pelo Tribunal do Santo Ofício permitiram avanços significativos nestes campos historiográficos, pouco se desenvolveram as pesquisas sobre os auditórios eclesiásticos e seus agentes. A grandiosa obra de Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, não se debruçou profundamente sobre os tribunais diocesanos,

o livro *História Religiosa de Portugal* contém uma síntese de autoria de José Pedro Paiva onde se traça de forma geral o funcionamento dos aparelhos da administração diocesana e o *Dicionário de História Religiosa de Portugal* diz no verbete dedicado a "tribunais eclesiásticos" que "a sua história em Portugal está por fazer". Contudo, este quadro tem sido alterado na última década por uma série de pesquisas realizadas em Portugal e no Brasil que tiveram por objetivo analisar o funcionamento dos auditórios eclesiásticos, os percursos de vida dos agentes que dele participavam, descobrir quem eram os réus e tipos de crimes processados e como as medidas reformadoras tomadas pela Igreja pós-tridentina afetaram este órgão. Assim sendo, obras de autores como Ana Cristina Trindade, Dulce Teixeira, João Rocha Nunes, Jaime Ricardo Teixeira Gouveia, Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz, Maria do Carmo Pires, Patrícia Santos e Aldair Carlos Rodrigues tem possibilitado um melhor entendimento do aparelho jurídico episcopal. O presente trabalho vai ao encontro destas pesquisas e busca colaborar para o debate fazendo uma análise comparativa entre os regimentos dos auditórios eclesiásticos de diferentes partes do Império, os regimentos regulavam as funções dos oficiais da justiça eclesiástica de cada bispado e como deveriam proteger a jurisdição diocesana. Para Paolo Prodi foi na segunda metade do século XII que nasceram de fato estes tribunais episcopais com a formação de um corpo de *officiales* apropriado, por sua vez José Pedro Paiva considera que a proliferação de regimentos de auditório eclesiásticos que ocorre na Idade Moderna é sintomática da importância cada vez maior atribuída à gestão das dioceses e do esforço de racionalização dos seus processos administrativos sendo o primeiro passo dado nesse sentido a compilação manuscrita de um *Regimento do Auditório* que ocorreu na arquidiocese de Evora ainda em 1535, antes mesmo do Concílio de Trento. Já depois do Concílio tridentino quase todas as dioceses começaram a ter seus regimentos impressos, acompanhando habitualmente as constituições sinodais. Destarte, neste presente trabalho iremos fazer uma análise comparativa do *Regimento dos oficiais do auditório eclesiástico do Bispado de Coimbra* de 1592, do *Regimento dos auditórios eclesiásticos do Bispado do Funchal* de 1589, dos *Regimentos do auditório eclesiástico do Arcebispado de Evora* de 1598 e do *Regimento do auditório eclesiástico do Arcebispado da Bahia* de 1704. Teremos por temática central as diferenças e semelhanças entre os agentes que em cada uma das dioceses e arquidioceses acima citadas eram responsáveis pela justiça eclesiástica, como era o caso dos vigários gerais, arciprestes, vigários forâneos e vigários da vara.

"PELO USO E COSTUME": OS EMBATES EM TORNO DA TAXAÇÃO DAS CONHECENÇAS NO BISPADO DE MARIANA (1778-1793)

Caroline Cristina Souza Silva

As conhecenças (espécie de dízimo pessoal recolhido pelos párocos no período da Quaresma) sempre foram motivo para o afloramento de contendas entre fregueses e o corpo eclesiástico no cenário da América Portuguesa. E, no caso especial da capitania de Minas Gerais, tal assunto perpassou por mais

de um século sem que fosse resolvido para nenhuma das duas partes. Os problemas referentes ao debate em torno da legalidade ou não das conhecenças, e também em torno da exorbitância na sua cobrança, podem nos levar a uma análise de cunho jurisdicional relacionado à política de padroado e às relações entre a igreja mineira e a Coroa portuguesa. Os debates e embates traçados pelos agentes sociais, pertencentes tanto à capitania quanto ao Reino, podem fornecer aparato para se discutir a questão da aplicabilidade das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707) nos outros bispados existentes na América Portuguesa, de modo interino ou parcial.

Tendo como objetivo central tentar compreender essa questão maior do grau de aplicabilidade das Constituições da Bahia, de D. Sebastião Monteiro da Vide, o presente trabalho tomará como respaldo algumas contendas ocorridas no Bispado de Mariana sob o governo do quarto bispo, Frei Domingos da Encarnação Pontevel (1778-1793), que tiveram a questão das conhecenças como principal ponto de desentendimento entre a população civil e o corpo eclesiástico da capitania mineira. Essas contendas, regidas pelo procurador dos povos, Francisco Antonio de Sales e Morais, visavam requerer, frente à Coroa Portuguesa, uma reformulação da taxação das conhecenças recolhidas pelos párocos de Minas, ou até mesmo fazer com que o pagamento desse tipo de dízimo pessoal não fosse mais necessário. Esses requerimentos, formulados pelo procurador dos povos de Minas, foram norteadores para que se iniciasse uma discussão perante a rainha D. Maria I e o quarto bispo de Mariana, referente à cobrança das conhecenças pelos párocos. A partir daí, foram produzidas cartas advindas de todas as freguesias da capitania mineira para tratar ao bispo das reclamações sobre as conhecenças, estimuladas e reforçadas por Francisco Antonio de Sales e Morais. A leitura e análise dessas cartas e requerimentos torna perceptível uma discussão inacabada referente às normatividades determinadas pela Coroa Portuguesa ao longo do século XVIII, a aplicabilidade ou não das Constituições do Arcebispado da Bahia como fator normativo da administração eclesiástica e o discurso do costume que pautara a maioria dos argumentos construídos pelos párocos da capitania mineira. Desse modo, tentar-se-á, a partir da análise dessas cartas e requerimentos, compreender os limites jurisdicionais que tocavam a administração da igreja colonial, mais especificamente a da capitania mineira, e o poder régio, através da política de Padroado, procurando compreender os interesses inerentes à resolução dessa problemática por parte do procurador dos povos de Minas conjuntamente com a cooperação da população mineira através das câmaras.

14 de setembro de 2016

A PROCISSÃO DE CINZAS NO IMPÉRIO PORTUGUÊS: DEVOÇÕES E DINÂMICAS SOCIAIS ENTRE OS SÉCULOS XVII E XVIII

Juliana de Mello Moraes

Difusoras da espiritualidade franciscana e em consonância com as disposições tridentinas, as Ordens Terceiras de São Francisco atuavam juntamente com outras entidades na promoção da ortodoxia religiosa. As associações de irmãos terceiros, vinculadas à Ordem Primeira franciscana, eram compostas por leigos e promoviam uma vivência religiosa ascética, baseada na penitência. Dentre as distintas cerimônias organizadas por essas agremiações destaca-se a procissão de cinzas. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, essa procissão marcou o início da Quaresma e, sobretudo, divulgou a instituição, suas devoções e trajetória nas vilas e cidades onde figurava. Desse modo, o evento contribuía para a obtenção de reconhecimento nos cenários religioso e institucional da época, bem como para a divulgação da Ordem Terceira franciscana nas comunidades, por meio da exposição e valorização do seu aparato devocional. Como essas associações se desenvolveram em diversos núcleos urbanos do império português, principalmente no reino e na América, congregaram número significativo de leigos, angariando visibilidade e prestígio no panorama associativo daquele período. Nesse sentido, a composição da procissão de cinzas expressava as devoções, através da exposição hagiográfica coordenando-a com a exibição de figuras - as quais representavam conceitos abstratos - e anjos, criando conjuntos com significados complexos. Além disso, um sermão realizado por religioso franciscano rematava a ocasião, reforçando o caráter instrutivo e dogmático do evento. No entanto, embora essas celebrações públicas apresentassem aspectos semelhantes, algumas distinções relativas à seleção/exclusão de santos e figuras, bem como sua ordenação, sugerem especificidades referentes aos contextos, ou seja, aos distintos tempos e espaços no império português. A circulação e adaptação do aparato devocional possibilitaram aos terceiros franciscanos organizar suas procissões de acordo com as hierarquias locais, correspondendo igualmente aos sentimentos, anseios e expectativas vigentes entre as populações nas distintas configurações sociais onde atuavam. Com o objetivo de analisar a procissão de cinzas a partir das suas semelhanças e, principalmente, peculiaridades, esse estudo avalia a organização e composição do evento, em especial dos andores e figuras, tendo em vista expressarem ainda a consciência histórica legitimadora da existência do sodalício. Desse modo, busca-se, por meio do exame da procissão, em perspectivas sincrônica e diacrônica, estabelecer os nexos entre práticas devocionais e dinâmicas sociais num império caracterizado pela diversidade.

O ERMITÃO MANOEL CORREA, A IGREJA DE NOSSA SENHORA DO DESTERRO E O CAMPO RELIGIOSO DO RIO DE JANEIRO NO PERÍODO COLONIAL

William de Souza Martins

A partir do acervo do Projeto Resgate da capitania do Rio de Janeiro e de documentação impressa de natureza variada, pretende-se discutir, a partir de um estudo de caso bastante representativo, o papel dos ermitães no campo religioso da cidade do Rio de Janeiro nos séculos XVII e XVIII. A primeira licença que foi dada para o funcionamento da capela de Nossa Senhora do Desterro data de 1605, contexto próximo ao da fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Diversas fontes impressas coevas testemunharam os poderes miraculosos da imagem da Virgem do Desterro, que atraiu a concorrência de numerosos romeiros e devotos. Falecido em 1716, com solene testamento, o ermitão Manoel Correa instituiu como única herdeira de seus bens a imagem de Nossa Senhora do Desterro, de cujo templo cuidava. O Juízo Eclesiástico e a Justiça da Coroa disputaram a execução do testamento e a arrecadação dos ricos bens do ermitão, que incluíam dezenas de escravos, numerosas propriedades urbanas e rurais e objetos de culto sagrado. A referida disputa teve o efeito de impedir a realização do plano inicial do ermitão, isto é, a instalação de um convento de frades carmelitas descalços na igreja do Desterro do Rio de Janeiro. Em diálogo com as obras de Antonio Rubial García, Célia Maia Borges, Sérgio da Mata, entre outros autores, a comunicação espera ampliar o conhecimento sobre uma das formas de vida religiosa menos conhecidas da sociedade colonial, e que teve importância fundamental na manutenção de sedes de culto religioso daquele período, ao lado das irmandades leigas. Tanto os ermitães como as confrarias supriam as deficiências da tênue rede paroquial da América Portuguesa, cujo provimento material cabia ao monarca, como padroeiro perpétuo da Ordem de Cristo. As atividades dos ermitães como zeladores de templos religiosos, para os quais arrecadavam esmolas, provocavam atritos com as autoridades do bispado, que tendiam a ver com suspeitas aquele tipo de ação.

CATOLICISMO INDULGENTE: A SALVAÇÃO DAS ALMAS E A VENDA DE INDULGÊNCIAS DA CRUZADA NO IMPÉRIO PORTUGUÊS

Cecília Maria Fontes Figueiredo

A comunicação versa sobre os meios legítimos de salvação no catolicismo ibérico e as possibilidades de remissão oferecidas pelas indulgências das bulas de cruzada. Associadas ao medo da condenação eterna, as indulgências infligiam ações cotidiano dos fiéis em sua busca da minimização das penas dos pecados. Graças espirituais e temporais sintetizam a doutrina da salvação e o poder de intervenção católicos na vida após a morte. As bulas de Cruzada concedidas aos reinos ibéricos são expressão e sustentáculo da crença no Purgatório e do poder da Igreja de intermediar os atenuantes das penas a serem pagas após a morte. Por sua vez, as indulgências da cruzada vincula-

vam a salvação à prática da caridade, posto que, mais que uma venda de indulgências, as rendas das bulas são uma "esmola" doada pelo fiel que, graciosamente, recebe a remissão das pena. A venda das indulgências da cruzada no império português até o século XIX, reiteram a relação indissociável entre religião e política no Antigo Regime, sendo concedidas às monarquias ibéricas, desde finais da Idade Média, parte das rendas das indulgências na defesa do catolicismo diante do expansionismo do Islã.

SANTAS PROTETORAS E MADRINHAS AUSENTES: APONTAMENTOS SOBRE O UNIVERSO DEVOCIONAL E A CONDIÇÃO FEMININA EM ALGUMAS PARÓQUIAS RURAIS DE VILA RICA DURANTE O PERÍODO COLONIAL

Paulo Cezar Miranda Nacif

A partir da análise de séries de registros batismais, oriundos de três paróquias rurais do Termo de Vila Rica entre 1725 e 1808, a presente comunicação procura discutir aspectos relacionados tanto ao cotidiano devocional dos moradores dessas localidades, quanto à condição feminina no referido contexto. Para tanto, no que se refere à indicação de padrinhos – ou pais espirituais –, centra-se em três categorias de assentos batismais: 1- aqueles em o neófito contou com a nomeação de uma madrinha incorpórea (santa protetora) no lugar de uma terrena em sua cerimônia batismal; 2- os que não contaram com a presença de algum padrinho e/ou madrinha; 3- e aqueles cujas madrinhas emitiram procurações para que terceiros as representassem nas cerimônias. No período analisado, conforme indicamos acima, era difundida a prática de se nomear santas protetoras no lugar de madrinhas terrenas. Apesar da baixa expressividade na localidade por nós estudada, contando com 51 casos em meio aos 7.462 batismos reunidos, fica claro que fatores religiosos também encontravam-se imbricados a outros mais evidentes, relacionados à montagem de redes de alianças pelo compadrio. Tais indicações incorpóreas são uma porta de entrada para o cotidiano devocional das populações coloniais. Além da recorrência ao culto mariano e à Santa Ana, extremamente difundidos no mundo português, também são perceptíveis devoções mais locais. Nas mesmas fontes, fora a questão do compadrio, os prenomes recebidos diante das pias batismais também nos fornecem uma amostragem do cotidiano devocional dos paroquianos. A popularidade de Santa Ana e de sua filha Maria, por exemplo, é evidente nas três freguesias enfocadas: das 3.383 crianças do sexo feminino e africanas adultas batizadas, 1.148 (34%) delas receberam os prenomes Ana, Maria e Mariana. Ademais, vale ressaltar que essa dimensão devocional mais explícita do compadrio, relacionada à prática de se indicar Santos no lugar de padrinhos terrenos, ocorreu exclusivamente em substituição à figura feminina, nunca à masculina. De certa forma relacionado a esse comportamento de "precedência" dos padrinhos na montagem de teias sociais, vale estabelecermos um comparativo entre as cerimônias que aconteceram sem a presença do padrinho e/ou da madrinha. Tais taxas perfazem, respectivamente, 235 (3,2%) e 798 (10,8%).

A maior recorrência de batizados que ocorreram sem madrinhas presentes sugere, quantitativamente, que a figura masculina parece ser a principal na definição das alianças de compadrio. Sabendo que as escolhas de padrinhos e madrinhas são tendencialmente assimétricas "para cima", os registros dos batismos em que mulheres emitiram procurações para serem representadas por terceiros no ato da cerimônia, descortinam alguns aspectos das relações de gênero no contexto abordado. De todos os batismos arrolados para as paróquias compulsadas, em 90 (1,2%) deles as madrinhas emitiram procurações. Desses registros, em 38 (42,2%) deles a madrinha foi designada como "dona". Essa designação corresponde a um importante indicativo de fidalguia feminina. As mulheres, no período colonial, eram valorizadas socialmente pelas práticas domésticas, ao passo que eram marginalizadas por qualquer atividade na esfera pública. O ideário da época valorizava o recato doméstico feminino, o que, por vezes, acabava estabelecendo uma real obediência a ele. Essas mulheres eram representadas nas cerimônias, geralmente, por eclesiásticos ou membros de suas famílias, como irmãos, filhos e tios. Ao que parece, as mulheres da elite pareciam evitar deixar o lar até mesmo para comparecerem a simples cerimônias como madrinhas de batismo. Como pressuposto desse ideal de recato, havia um código moral que articulava fidelidade conjugal à domesticidade. Evitar sair significava, entre outras coisas, limitar os possíveis contatos ou ligações exteriores à rede familiar. Além do mais, tal discrição feminina adequa-se totalmente à sociedade colonial, onde o casamento é, antes de tudo, um arranjo familiar com beneplácito da religião.

O TESTAMENTO DO CAPITÃO-MOR JOSÉ ALEXANDRE PEIXOTO MASCARENHAS: RIQUEZA E SALVAÇÃO DA ALMA EM CACHOEIRA NO SÉCULO XVIII

Tânia Maria Pinto de Santana

Esta comunicação remete a alguns aspectos que exploramos na tese de doutorado, em fase de finalização. Nela estudamos a influência da pedagogia cristã da caridade na escolha dos beneficiados por doações nos legados pios instituídos nos testamentos dos moradores da vila de Cachoeira e seus termos ao longo do século XVIII. O *corpus* principal de nossa análise consiste num conjunto de testamentos registrados em Cachoeira, entre 1701 e 1800. Fazendo uso de uma metodologia quantitativa pretende-se analisar o perfil social dos testadores e dos beneficiados pelas doações feitas nos testamentos. Na análise qualitativa a proposta é relacionar os discursos e práticas dos testadores com os produzidos pelo clero português sobre a doutrina cristã da caridade, visando à propagação e assimilação desta entre os leigos. Selecionamos para a análise nesta comunicação o testamento do Capitão mor José Alexandre Peixoto Mascarenhas, residente na Freguesia de São José das Itapororocas, pertencente à Vila de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira. Natural do Iguape, casado e pai de dois filhos legítimos e um natural, nascido antes deste matrimônio, José Alexandre era proprietário de inúmeros

bens entre terras, gado e escravos. A redação do seu testamento, em 1792, seguiu um modelo encontrado no manual escrito pelo padre jesuíta Estevão de Castro, *Breve aparelho e modo fácil para ensinar a bem morrer um cristão*, em 1621, assim como o seguiu a maioria dos testamentos lidos. Este testador revela preocupação com a salvação da sua alma, evidenciando o caráter escatológico associada a redação deste documento, a despeito do mesmo ter sido redigido no final do século XVIII. Um elemento importante desta busca pela salvação da alma está associada a prática da caridade nos testamentos. A distribuição dos bens através de esmolas e legados estava relacionada ao processo de transformação de bens materiais em benefícios espirituais para a alma do testador, os legados pios. Nesta comunicação pretendemos identificar e analisar os sujeitos beneficiados pelas esmolas e legados instituídos por José Alexandre, reconstituindo a redes de relações deste testador, e a forma como a religião favoreceu a sua inserção na comunidade local. A análise da distribuição dos bens destinados a sua terça – parte da herança que o testador poderia livremente dispor, em geral destinada a instituição de legados pios – revela que esta rede envolveu familiares, escravos – beneficiados com alforrias e esmolas -, a comunidade paroquial – aqui inseridos os afilhados, os pobres, as irmandades, o pároco –, os moradores em espaços das suas propriedades, dentre outros. Acreditamos que, não apenas para José Alexandre, mas também para muitos outros senhores de engenho e de fazendas de gado, estas experiências provavelmente contribuíram para a ampliação do seu prestígio social, pois os fartos legados e esmolas disponibilizados em vida ou através de doações testamentárias, por certo, ajudaram a reforçar o seu poder junto as comunidades paroquiais.

COMBATENDO "AS CARÇAS DE ESPINHOS EM QUE TODOS OS RELIGIOSOS ESTÃO METIDOS": INSTRUÇÕES À PERFEIÇÃO CLERICAL NO SÉCULO XVIII

Mauro Dillmann

Esta comunicação tem a intenção de analisar alguns discursos morais católicos do século XVIII destinados aos religiosos regulares para alcançarem o caminho da perfeição cristã e o exemplar comportamento devoto. Para tanto, vale-se das instruções do padre português dominicano João Franco, em seu manual de devoção intitulado *Mestre da Virtude, segunda parte do Mestre da Vida, que persuade a todas as criaturas de qualquer estado, que sejão, o que é necessário para se salvarem, e o que hão de fazer para serem santos* (publicado incialmente em Lisboa no ano de 1745), que, em boa parte das suas reflexões pretendia "persuadir" o clero quanto ao cumprimento ideal das suas obrigações religiosas, destacando as representações do bom religioso e as transgressões mais comuns.
Tais direcionamentos contidos no referido manual de devoção estavam de acordo com as orientações da moral da Reforma Católica e das considerações tridentinas do Antigo Regime que buscavam delinear os melhores meios para o clero alcançar um eficaz proveito espiritual. O dominicano João Franco estabeleceu alguns parâmetros considerados importantes, afim de "persua-

dir" os religiosos para que adquirissem comportamentos morais afinados à doutrina católica. Ao todo foram treze pontos de reflexão ao longo de pouco mais de oitenta páginas do manual dedicados a instruir os religiosos sobre as virtudes que deveriam possuir, sobre a necessidade de se buscar a perfeição e sobre o significado de ser um religioso perfeito. Entre tais "persuasões" estavam, nessa ordem, o conhecimento da finalidade para a qual Deus os chamou à religião, a ciência de que o caminho da perfeição era aquele em que se faz apenas o que lhe mandam, a sabedoria para admitir na religião apenas os noviços que fossem mais capazes para o serviço de Deus, as expressões da obediência, da pobreza, da castidade, da abstinência. Além destes que estavam vinculados a valores e formas de pensamento, havia outros argumentos persuasivos mais ligados a comportamentos e atitudes práticas do cotidiano, como a alimentação e a fofoca: saber fugir de banquetes, a honestidade com que haviam de comer fora do Convento, a ida constante ao refeitório para não comer escondido, o refreamento da língua, a fixação em um único convento e a satisfação dos ofícios divinos com perfeição. Tais instruções partiam do pressuposto de que os frades deviam estar atentos às virtudes necessárias para a vida religiosa que escolheram, muito diferente da liberdade do mundo que conheciam antes de realizarem a escolha pela vida conventual. Portanto, ao analisar essa obra religiosa de João Franco com suas várias divisões e orientações, busca-se identificar as representações construídas no século XVIII sobre os significados da conduta de "um bom religioso", as representações de um "mau religioso" e também as transgressões tidas como mais comuns entre o clero, identificando, nestes itens, os discursos mais recorrentes. Desse modo, esta proposta de comunicação visa a contribuir com a historiografia que discute os discursos católicos no período moderno alçados na produção escrita, as representações de vida religiosa do clero regular e os ideais cristãos-católicos de conduta, comportamento e moralidade para a perfeição e salvação.

A ENTRADA DE DUAS PRINCESAS DO REINO DE JAFANAPATÃO NO CONVENTO DAS MÔNICAS DE GOA (SÉCULO XVII)

Rozely Menezes Vigas Oliveira

A presente comunicação almeja analisar como ocorreu a entrada das duas filhas do último rei de Jafanapatão, Sor. Maria de Visitação e Sor. Izabel dos Anjos, que professaram no Convento de Santa Mônica de Goa, nos anos de 1637 e 1638, respectivamente. Após a morte do rei de Jafanapatão, chamado Arca Guerari Pandará, seu irmão, Chingali Cumara, tomou o poder. Este, por sua vez, acusado pelos portugueses de traição, por quebrar os acordos comerciais do seu falecido irmão, foi levado à Goa com o restante da família real e executado lá. Porém, antes de morrer se converteu ao catolicismo adotando o nome de D. Filipe. Sua mulher, por sua vez, foi batizada e adotou o nome de D. Catarina de Áustria. Ambos numa clara homenagem aos reis de Portugal e Espanha. Os membros da família real foram incen-

tivados a se tornarem religiosos, para que não gerassem herdeiros ao trono do reino. Exemplo disto foi a entrada da viúva do rei para o Recolhimento de Santa Maria Madalena, enquanto suas duas filhas, também convertidas, professaram no Convento de Santa Mônica de Goa. Nos conventos das colônias portuguesas, inclusive em claustros de Portugal, apesar da limpeza de sangue ser requisito principal para a aceitação de moças, era possível notar a presença de filhas ilegítimas ou mulheres convertidas e cristãs-novas tomando o hábito de véu preto – as chamadas madres ou sorores. O Convento de Santa Mônica de Goa fundado por Dom Frei Aleixo de Menezes (arcebispo de Goa, entre 1595 e 1610, e governador da Índia, no período de 1606 a 1609) tinha como intuito preservar e garantir a virtude da mulher de origem portuguesa, melhor dizendo, aquelas que haviam nascido em Portugal ou nascido de pai e mãe portugueses, e de ser lugar perfeito para se cultivar modelos de santidade e de vida contemplativa. Além de ser uma alternativa para a dificuldade dos fidalgos encontrarem um bom marido para suas filhas, já que os candidatos deveriam ser homens dignos e não soldados em busca de fortuna. Portanto, no claustro, a princípio, só eram admitidas mulheres portuguesas ou indo-portuguesas de origem nobre ou fidalga, o que não evitou uma maleabilidade na regra do convento. Sendo assim, há informações da existência de religiosas de origem brâmane, que professaram como irmãs leigas, ou seja, de véu branco; e de que o convento aceitou filhas ilegítimas, de oficiais mecânicos e de cristãos-novos. Dentre essas flexibilidades nas constituições, está a entrada das duas princesas de Jafanapatão, que tomaram hábito de véu preto. É sobre esse desvio nas constituições que este artigo pretende-se debruçar. Analisar como ocorreu a conversão das duas irmãs e se ambas demonstraram alguma predisposição à vida conventual, já que conforme as ordens tridentinas uma mulher só poderia fazer os votos solenes se fosse de sua vontade própria. Porém, tendo em vista que muitas profissões de fé foram feitas sem a vocação da mulher. E, por fim, sendo as irmãs provenientes de uma nobreza diferenciada da origem fidalga e nobre das freiras estabelecidas no convento, almeja-se também refletir sobre o convívio das antigas princesas com as suas novas irmãs de ordem.

15 de setembro de 2016

FR. MANUEL DA ILHA E FR. VICENTE DO SALVADOR: A HISTORIOGRAFIA FRANCISCANA E O BRASIL COLONIAL DO SÉCULO XVII

Moreno Laborda Pacheco

Se o início da presença institucional da Ordem de São Francisco no Brasil pode ser datado com relativa segurança, com a fundação da Custódia de Santo Antônio do Brasil em 1585, a historiografia franciscana repisará a ideia de que seus frades perambularam pela América desde a chegada da esquadra comandada por Pedro Álvares Cabral, na Bahia, em 1500. A ideia da precedência franciscana na evangelização das terras do Brasil, aliás, será um tó-

pico recorrente nesta produção historiográfica, e estará presente desde os primeiros esforços de recuperação dessa trajetória, com fr. Manuel da Ilha, autor da *Narrativa da Custódia de Santo Antônio do Brasil* (1621), e fr. Vicente do Salvador, responsável pela redação de uma obra sobre a mesma custódia, de paradeiro desconhecido mas que teria servido de suporte tanto a fr. Manuel da Ilha como ao próprio fr. Vicente na composição de sua célebre *História do Brazil* (1627). "Fr. Manuel da Ilha e fr. Vicente do Salvador: a historiografia franciscana e o Brasil Colonial do século XVII" lança um olhar renovado sobre estes dois textos, buscando compreendê-los diante de duas tradições historiográficas pujantes na primeira metade daquele século e frequentemente tratadas de forma independente: uma primeira, ligada a uma perspectiva confessional da história e conectada com a produção de um discurso histórico caro à Ordem de São Francisco, e outra, alinhada com práticas descritivo-narrativas preocupadas com a construção de conexões imperiais fundadas em interesses de conhecimento, domínio político e exploração comercial. Se fr. Manuel da Ilha escreve a sua *Narrativa da Custódia de Santo Antonio do Brasil* a partir de um impulso cronístico interno a sua própria ordem religiosa, visível no esforço dos Ministros Gerais e Provinciais do início do século XVII em fomentar a fabricação de uma memória seráfica, a *História do Brazil* de fr. Vicente do Salvador foi encomendada por Manuel Severim de Faria, chantre da Sé de Évora e articulador de uma intensa rede de comunicação epistolar e intercâmbio de manuscritos sobre o Império Português. A ativação de fr. Vicente por Severim de Faria, que se concretizava ao passo em que o irmão do chantre, o também franciscano Cristóvão de Lisboa, era por ele instado a escrever uma *História dos animaes e aves… do Maranhão*, ilustra a importância da produção historiográfica nas franjas do Império para o atendimento a necessidades de Estado: compreensão dos territórios, controle dos homens e afirmação e defesa desses domínios. Esta comunicação integra pesquisa de pós-doutorado mais ampla, que trata das formas como religiosos e religiosas de diferentes ordens e congregações enxergavam o processo de expansão marítima, compreendendo-o num plano de desdobramento da vontade divina que os lançava ao encontro de novas terras e novos povos – e, consequentemente, novos espaços para a divulgação evangélica. Por isso, também importa perceber, nos limites desse trabalho, como estes frades historiadores articularam, em seus escritos, argumentos que sustentassem as prerrogativas de sua Ordem no trabalho missionário desempenhado no Brasil.

LETRADOS FRANCISCANOS NA AMÉRICA PORTUGUESA. UMA INTERPRETAÇÃO SOBRE O BRASIL A PARTIR DE PERNAMBUCO E DA BAHIA (SÉCULO XVIII)

Marcos Antônio de Almeida

A modernidade Ibérica contribuiu para que a prática das conquistas das Américas se transformasse num processo de mundialização irreversível. O *Novo*

Mundo era a peça geográfica que faltava para completar o ideário da totalidade do mundo. As instituições eclesiásticas criaram seus discursos próprios: de crônicas a sermões, de cartas a atividades evangelizadoras. No Império português, os letrados de procedências múltiplas, circulavam, viam, escutavam, analisavam e escreviam seus pontos de vista acerca das relações entre o Império português e as suas possessões de ultramar. Pesquisar sobre os letrados nas sociedades coloniais implica reconhecer que estes integravam grupos de elite, pois a prática da escrita, edição e circulação de textos eram resultados onerosos e de muito trabalho, poucos conseguiram realizar tamanho empreendedorismo. Pernambuco tem uma história intelectual que se caracteriza pela defesa de um Brasil singular. Dois letrados se destacam na construção de um ideal local a ser investigado: Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão (1695-1779), com a sua crônica e seus sermões, desenvolve um pensamento pioneiro. Este anuncia em sua crônica que o *Orbe Seráfico, Novo Brasílico* (1761) modelou e continua a modelar o Brasil e o mundo. Domingos do Loreto Couto (1700-1757), em *Desagravos do Brasil, Glórias de Pernambuco* (1757) destrincha a sociedade pernambucana à luz das criatividades dos habitantes do Brasil. Frei Jaboatão vem despertando interesse dos historiadores, e os resultados de pesquisas sobre este franciscano abriram novas abordagens acerca do Brasil colonial. O pensamento deste letrado está indissoluvelmente associado a duas dimensões: a religião e a política. Já Domingos do Loreto Couto vem despertando interesse de alguns historiadores pelo fato de elencar os artífices de um Brasil a partir das experiências pernambucanas. Ambos, oriundos da "cultura franciscana", eles nos revelam olhares distintos sobre o mesmo objeto: o Império português e o Brasil. Dois pensadores precursores da construção identitária do Brasil.

DIFUSÃO DA ORDEM FRANCISCANA EM TERRAS LUSAS: DA CHEGADA DOS FRADES MENORES EM PORTUGAL AO TRABALHO MISSIONÁRIO NO BRASIL COLONIAL

Amanda Priscilla Pascoal da Silva Trindade

O processo de expansão do Franciscanismo em terras lusas se deu ainda no século XIII, com uma proposta de missionação voltada para a população localizada nos espaços urbanos, sendo ressaltado por um contexto de resistência e alianças. Pois, se por um lado, o clero secular já instaurado em Portugal, imputava resistência ao trabalho e instalação dos frades menores, por outro lado os monarcas portugueses lhes concederam apoio e alianças que contribuíram diretamente para a expansão dos conventos e trabalho dos frades. Nosso intuito é desenvolver uma análise pautada no primeiro momento na chegada dos frades menores em Portugal, ressaltando a conjuntura da época e as regiões de estabelecimento dos conventos franciscano. Nesse sentido essa análise nos permite classificar qual o segmento da Ordem Franciscana seguiu para a colônia brasileira, já no século XVI, com o intuito de estabelecer a Custódia de Santo Antônio do Brasil dando sequência ao trabalho

missionário em terras de colônia. Conforme Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, em seu Novo Orbe Seráfico, no ano de 1584 desembarcaram no litoral de Pernambuco, na então cidade de Olinda, o primeiro grupo de frades Franciscanos enviados pelo Convento de Santo Antônio da Província de Portugal com o intuído de fundar a Custódia de Santo Antônio do Brasil. Tal fato demonstra o papel fundamental das ordens religiosas, sobretudo da Ordem Franciscana, no contexto colonial brasileiro, uma vez que estes eram responsáveis pela missionação e conversão dos povos nativos. O segundo momento desta análise, visa desenvolver um esboço sobre a trajetória da Ordem Franciscana na região norte do Brasil Colonial, especificamente nas regiões referentes as Capitania de Pernambuco e anexas, no período correspondente ao final do século XVI e decorrer do século XVII, uma vez que essa trajetória estava relacionada diretamente a fundação Custódia de Santo Antônio do Brasil subordinada a Província Mãe de Santo Antônio de Portugal. Nesse sentido, achamos por bem fazer uma relação, mesmo que breve, das origens e conjuntura desse corpo religioso franciscano que se forma em Portugal na medida em que tais fatos impactaram diretamente no trabalho missionário desenvolvido pelos frades nas possessões ultramarinas. Com base na historiografia que permeia o tema, aliado a crônica do Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, emblemático intelectual e um dos principais porta-voz da Ordem no século XVIII, buscaremos destacar as atividades iniciais desenvolvidas pelos regulares no projeto missionário indígena na colônia ultramarina, como também o ressaltando da expansão e distribuição dos conventos, além dos principais dilemas encarrados pelos frades na transição da Custódia para Província. Com base nessa conjuntura, compreendemos que o movimento missionário nas possessões ultramarinas teve um ritmo diretamente associado ao desenvolvimento econômico e social da colonização, além de influenciar na formação cultural da sociedade colonial.

OS CAPUCHINHOS ITALIANOS NO SERTÃO BAIANO E O SURGIMENTO DO SANTUÁRIO DA SANTA CRUZ EM MONTE SANTO NO SÉCULO XVIII

Raimundo Pinheiro Venâncio Filho

Este trabalho analisa as atividades ligadas aos atos de catequizar, civilizar e evangelizar os povos, de forma diferente daquela dos tempos dos primeiros jesuítas. Essa era a missão dos frades italianos, baseada na civilidade europeia. Os capuchinhos se encarregaram de aprofundar o catecismo nas comunidades, utilizando a religião para evangelizar, visto que os leigos não tinham acesso a bíblia. As Missões dos capuchinhos substituíram esses antigos missionários nas ações junto às povoações que possuíssem igrejas ou capelas. Eles alcançavam, no máximo, a alma dos sertanejos. Os missionários tinham uma expressão dramática, geradora de fortes emoções, de decisões intempestivas e generosidades imprevisíveis. As populações humildes rurais eram, por eles escolhidas, para serem alimentadas por uma cultura oral que representava a boa nova no sertão. Os capuchinhos permaneciam nas comunidades,

buscando a aproximação dos cristãos católicos distantes da igreja. Essa ação pastoral, ia além do anúncio da palavra, acompanhando atividades de renovação religiosa e civil do povo. Manter o imaginário do lugar místico foi o que fez a população adquirir uma identidade própria, um envolvimento, no qual a vida cotidiana do local continuou ligada a religiosidade católica. No Sertão do Estado da Bahia, as práticas do catolicismo popular são encontradas em diversas cidades, vilarejos ou mesmo no campo, mas são mais ativas, principalmente nos lugares mais tradicionais, que guardam uma herança cultural bastante importante. Entre esses lugares tradicionais, encontra-se Monte Santo, para onde acorrem as romarias ao Santuário da Santa Cruz, - que representa a *Via Crucis* de Jesus Cristo - , desde 1785, na Serra do Piquaraçá.

O MONOPÓLIO DA CRISTANDADE EM DISPUTA: A DEFESA DO PADROADO RÉGIO PORTUGUÊS NO CONTEXTO DE FORTALECIMENTO DA IGREJA MISSIONÁRIA ROMANA (1640-1669)

Ágatha Francesconi Gatti

A presente comunicação pretende olhar para a configuração da política missionária de Portugal nos anos que se seguiram à Restauração, particularmente no período compreendido entre 1640 e 1669. Como sabemos, este momento foi marcado por uma série de conflitos que permearam as relações de Portugal com as demais nações europeias na cena política internacional mas, igualmente, por instabilidades e dificuldades presentes nas distintas dimensões que compunham a administração do Reino e de suas possessões ultramarinas, sejam elas de natureza política, econômica, ou religiosa. No que diz respeito particularmente a esta, o período acima considerado coloca Portugal diante de uma situação sem precedentes, que ganha contornos mais precisos com o passar dos anos e impõe alguns desafios à condução da dinâmica missionária portuguesa. A criação da Sagrada Congregação de Propagação da Fé em 1622 pelo Papa Gregório XV visava, em primeiro lugar, tomar conhecimento da situação religiosa e missionária nas diferentes partes do mundo. O domínio destas informações lhe permitiria avaliar até que ponto a situação de fato dos territórios missionários justificava a manutenção das prerrogativas espirituais que compunham os direitos garantidos pelos padroados ibéricos. A percepção por parte da Santa Sé de que a extensão dos padroados régios não correspondia às áreas de efetiva expansão da Cristandade, associada às nuances de seu posicionamento em meio às disputas políticas e diplomáticas do período e ao crescente anseio de recuperar o primado da expansão da fé culminaram, com o passar dos anos, em uma série de dificuldades para a política missionária portuguesa. Em pouco tempo, o que poderia ser visto como uma postura conciliatória da cúria romana deu lugar a um longo debate no qual Portugal buscou, com afinco, defender o exercício da jurisdição espiritual em seus territórios ultramarinos. Tendo como base para a discussão o contexto brevemente apresentado aci-

ma, esta proposta de comunicação pretende identificar as estratégias e os caminhos buscados pela Coroa com o intuito de preservar o controle da atividade missionária nos espaços por ela defendidos como pertencentes à sua jurisdição espiritual e política. Os passos trilhados pelo Pe. Nuno da Cunha, assistente da Companhia de Jesus e agente dos negócios de Portugal junto à Santa Sé entre 1645 e 1650 são extremamente significativos desse ponto de vista. A atuação do jesuíta frente aos cardeais da Sagrada Congregação de Propagação da Fé e ao Papa Inocêncio X, seus escritos, e a comunicação frequente que procurou manter com Lisboa, fornecem elementos elucidativos para compreender a formulação das justificativas que alimentaram os discursos sustentados por Portugal no tocante à legitimidade de suas prerrogativas espirituais. Entender as particularidades da dinâmica missionária no período proposto, as estratégias e justificativas às quais Portugal lançou mão para defender seu direito de padroado – como a criação de uma Junta de Missões em Lisboa, em 1655 – bem como a possível permanência e desdobramentos desse debate nos anos que se seguiram, constituem objetos desta comunicação.

SER ESTRANGEIRO NA BAHIA COLONIAL: O DIFERENCIAL BENCIANO

Natália de Almeida Oliveira

As práticas missionárias visavam o estabelecimento de um consenso entre as diversas ordens religiosas que atuavam no processo da colonização. Por meio deste consenso, almejava-se sustentar e legitimar o projeto missionário. Entretanto, as ações cotidianas demonstraram a impossibilidade de coesão entre os diversos religiosos e especificamente, no caso de nossa análise, entre os jesuítas. Desta forma, percebemos que o projeto colonizador teve de se alterar e conviver com as distintas vozes ressoantes. A Companhia de Jesus não era uma caixa homogênea, que carregava um único discurso, mas sim, um corpo com distintas e complexas vozes, que disputavam lugares e apontavam diferentes sentidos. Almejando trabalhar com a nova forma de refletir a missão, pautada nas contradições, nos conflitos, e nas múltiplas adaptações do projeto missionário, realizamos a reconstrução da trajetória do jesuíta italiano Jorge Benci, tendo como escopo realizar uma análise do seu projeto de intervenção social para a América Portuguesa. Benci, estava inserido em uma complexa querela instaurada no seio da Companhia de Jesus acerca do métodos e caminhos que a missão deveria tomar. E aqui nesse texto propomos realizar a reflexão do que chamamos de diferencial Benciano, que seria a noção de não pertencimento a sociedade colonial Baiana, sentindo-se, desta forma, um estrangeiro. Nosso personagem central é Jorge Benci de Arimino italiano nascido em Rimini, na Península Itálica, em 1650. No ano de 1681 embarca para Lisboa com o objetivo de trabalhar nas atividades missionárias. Em 2 de Maio de 1700, quando estava na Bahia, Jorge Benci solicitou sair do Brasil por motivos pessoais, pedindo para voltar à Veneza onde havia estado ou para ir para a Ilha de São Tomé, mas é envia-

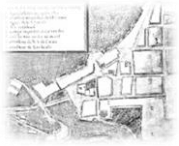
do para Lisboa onde trabalhou com os assuntos referentes à Província Jesuítica do Brasil. Se hoje entender o que seria estrangeiro é um exercício relativamente simples, para à época moderna, território, língua e sangue não eram termos naturalmente agregados e o que mais se adequava à ideia de nação consistia em um pertencimento de caráter local/municipal. Sendo assim, buscamos aqui realizar uma reflexão do motivo de Jorge Benci se considerar um estrangeiro, mesmo após estar mais de 15 anos em terras Brasileiras, e apresentando o que seria um diferencial de seu personagem perante seus pares, diferença que molda todo o seu projeto missionário de intervenção na sociedade colonial.

TRAVESSIAS ATLÂNTICAS DOS AUTOS PASTORIS NATALINOS NO SÉCULO XVI: AS DRAMATURGIAS DE GIL VICENTE E DE JOSÉ DE ANCHIETA

Mônica Maria de Souza Silveira (Pseudônimo: Wayra Silveira)

Durante quatro séculos os bailes pastoris natalinos – espetáculos religiosos que reeditam anualmente a narrativa cristã da Natividade – persistiram como uma das mais difundidas e permanentes formas de entretenimento popular no nordeste do Brasil. As festas natalinas brasileiras, manifestações dramático-coreográfico-musicais, verdadeiras óperas populares, sincréticas e miscigenadas, são oriundas do catolicismo europeu contra-reformista, dos costumes ibéricos do Ciclo do Natal. A sua chegada ao Brasil deve-se, possivelmente, ao trabalho dos missionários jesuítas influenciados pelo teatro quinhentista português. Gil Vicente é considerado o fundador do teatro português, autor de uma obra fecunda surgida na transição entre a Idade Média e o Renascimento. Das suas 49 peças conhecidas, todas criadas em Portugal entre 1502 e 1536, 16 são *Obras de Devoção*, e entre estas oito possuem a Natividade como tema. Inicialmente seguidor do espanhol Juan del Encina, Gil Vicente foi o expoente do gênero pastoril na Península Ibérica. O folclorista D. Martins de Oliveira assevera que os bailes pastoris natalinos brasileiros foram influenciados pelos autos pastoris vicentinos. O Padre José de Anchieta escreveu e encenou no primeiro século da América Portuguesa 12 peças de teatro, todas elas autos pastoris referentes à Natividade. Entre outras iniciativas que visavam a concretização do projeto político-pedagógico da Companhia de Jesus, José de Anchieta utilizou estes autos como instrumento catequético e de instrução para indígenas e colonos. Sua biografia e sua obra revelam que Anchieta conheceu e foi influenciado pelo teatro renascentista de Gil Vicente. A dramaturgia anchietana cumpriu o papel de diversão, amedrontamento, catequese, transmitindo os valores católicos dos quais a Companhia de Jesus era protetora, produtora e promotora. Gil Vicente e Anchieta compõem o quadro de oposição entre o pensamento medieval e o moderno. Foram homens que vivenciaram as transformações do século XVI, a afirmação do projeto colonizador português e da civilização espiritual católica nos quatro continentes. O teatro vicentino criticava a sociedade burgue-

sa-mercantil, mas ainda revelava o pensamento medieval religioso; o teatro anchietano visava a manutenção de uma ordem nascente. Ambos trabalhavam com a temática medieval da luta do bem contra o mal, e nos seus autos pastoris afirmavam a vitória do bem através da reedição do nascimento do Deus Menino, glória suprema do cristianismo. Nesta comunicação apontaremos características gerais presentes nestes autos de Natal, tanto vicentinos e anchietanos, quanto nos bailes pastoris natalinos brasileiros, levando em conta aspectos tanto religiosos quanto artísticos, e buscaremos demonstrar linhas de causalidade entre estas representações. Considerando aspectos de teorias pós-coloniais sobre a *mestiçagem*, propomos ainda algumas reflexões sobre as recriações e os cruzamentos pelos quais passaram estas representações na América Portuguesa.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 7
Dinâmicas processuais na justiça do Antigo Regime – ritos, práticas, querelas e jurisdições coloniais (1530-1822)

Este simpósio não alcançou o número suficiente de inscritos.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 8
Do colonial ao pós-colonial: perspectivas para ler os domínios portugueses na África e no Oriente

Coordenadores: Patricia Souza de Faria (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) e Roberta Guimarães Franco (Universidade Federal de Lavras)

13 de setembro de 2016

O TRATADO BREVE DE ANDRÉ ÁLVARES DE ALMADA: COMPARAÇÃO DE DOIS MANUSCRITOS QUINHENTISTAS

Francisco Aimara Carvalho Ribeiro

Em fins do século XVI, o Capitão e Cavaleiro de Cristo, apesar do seu defeito de cor, André Álvares de Almada, natural da Ilha de Santiago do Cabo Verde, redigiu um longo Tratado descrevendo as terras do continente africano entre o Rio Senegal e a Serra Leoa, que seriam, segundo ele, os limites de atuação dos vizinhos do Arquipélago do Cabo Verde. Esse documento chegou aos nossos dias sob três versões distintas de acordo com a seguinte cronologia de redação: o Tratado Breve dos Reinos da Guiné do Cabo Verde, título da versão conhecida como Manuscrito de Lisboa, de 1593; o *Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde*, segundo a versão do Manuscrito do Porto, de 1594; e há ainda uma terceira variante, sem título, que segue a organização do texto do Manuscrito de Lisboa, mas de forma resumida, de 1596. O *Tratado* de Almada é uma importante ferramenta política na defesa dos interesses da elite local de proprietários e comerciantes de Cabo Verde na Costa da Guiné num momento em que estes estavam perdendo seus mercados para concorrentes franceses e ingleses e buscavam apoio da Coroa portuguesa. Nesse sentido, o Tratado serve para informar a Coroa e a Companhia de Jesus sobre as condições para colonização e conversão na área onde se instalaria, em 1604, a *Capitania da Serra Leoa* e a *Missão do Cabo Verde*. Porém, principalmente, para o leitor contemporâneo, o texto de Almada é um fio condutor que permite apresentar e analisar as relações entre portugueses e africanos na Grande Senegâmbia, ou Guiné do Cabo Verde, entre meados do século XVI e o primeiro quartel do século XVII. A análise dos manuscritos conhecidos do *Tratado* e sua comparação com outros relatos da mesma épo-

ca permite perceber os contrastes e as especificidades do olhar e da produção escrita europeia, portuguesa, caboverdiana e luso-africana sobre a Guiné. Em minha tese de doutoramento defendida em Março deste ano junto à Universidade Federal Fluminense, realizei uma comparação sistemática dos dois manuscritos mais extensos do Tratado, os manuscritos de Lisboa e do Porto. O que pretendo apresentar nesse simpósio temático é o resultado dessa comparação, em que podemos constatar o que foi incluído na segunda redação do *Tratado* e, sobretudo, o que estava presente na primeira redação que foi excluído da segunda. Tal comparação também confirma a importância dessa fonte para o estudo tanto das sociedades da África Ocidental, como das demais sociedades atlânticas durante a expansão ultramarina, a construção e a operação dos impérios ibéricos com suas conquistas, presídios, fortalezas e feitorias em África e nas Américas.

O DISCURSO MISSIONÁRIO NO CONTEXTO ANGOLANO ENTRE 1671 E 1749

Edgleice Santos da Silva

Entre os séculos XVII e XVIII, o cotidiano de Angola envolveu diversos atores que compunham um complexo e conturbado ambiente em meio a estruturas políticas, econômicas e religiosas diversas. Esta comunicação procura dar destaque à atuação dos missionários da Igreja Católica, tanto por sua presença ativa no território, como também por terem sido responsáveis por grande parte dos registros que possibilitam o estudo mais profundo da sociedade angolana. Para além de utilizarem sua escrita como propaganda de sua vida apostólica, esses homens relataram de forma minuciosa muitos aspectos da cultura dos centro- africanos . Ao analisar a atuação missionária em Angola, encontramos diversos elementos que nos ajudam a entender as complexidades daquela sociedade. Os missionários estavam inseridos em todos os aspectos da sociedade africana. Notadamente, os que se mais se destacaram nesse cenário foram os missionários da ordem dos jesuítas e os capuchinhos. A disputa política entre os jesuítas e os capuchinhos foi claramente documentada. O fato de as ordens terem posturas diferentes sobre o modo de evangelizartransferiu muitas vezes essas disputas para a esfera administrativa. Portugal tentou por muitas vezes obter o domínio das missões na África Centro Ocidental, entretanto, os missionários capuchinhos obtiveram maior destaque adquirindo muita influência entre os angolanos e a administração portuguesa. David Birmighan afirma que a importância social dos capuchinhos em Angola foi infinitamente superior à dos jesuítas, posto que eles tinham mais disponibilidade para adentrar nos sertões e conhecer as dinâmicas sociais existentes naquela região: Isso não significa, porém, que os capuchinhos não resguardavam vários preconceitos em relação aos africanos. Utilizavam essa estratégia como meio de obter maiores informações sobre os futuros cristãos a fim de transformar seus ensinamentos e tornar a conversão mais efetiva. As adequações e releituras foram constantemente utilizadas a despeito de preceitos ortodoxos da Igreja Católica.

UMA PERSPECTIVA DA AÇÃO MISSIONÁRIA PORTUGUESA NO ORIENTE EM AGOSTINHO DE SANTA MARIA (1709)

Luciana Nogueira da Silva

A presente proposta de comunicação sugere um estudo acerca de interações religiosas, sociais, políticas e culturais entre europeus e japoneses pensadas a partir de uma das obras religiosas atribuídas a frei Agostinho de Santa Maria (1642-1728), religioso que professou seus votos em 1665, na então recém criada congregação da observância dos Agostinhos descalços. *Rosas do Japão [...],* de 1709 é a obra escolhida, a mesma traz uma narrativa enaltecedora dos feitos jesuíticos em território nipônico articulando relações de vida, hagiografia e tratado espiritual com a história da missionação cristã católica no Japão, entre os anos de 1549 e 1614. Importante destacar que, embora o Japão jamais tenha sido uma colônia portuguesa, a presença lusa influenciou diretamente nos eventos ocorridos na região. Esta se encontrava fragmentada politicamente e em plena guerra civil quando os portugueses desembarcaram em seus portos. De posse de autorização para comerciar no arquipélago, os portugueses introduziram aí técnicas e objetos que eram desconhecidos pelos japoneses, com destaque para a espingarda, a partir de então fundamental nas guerras de unificação do Japão.

DE GOA A LISBOA: ESCRAVOS E FORROS ASIÁTICOS EM LISBOA (SÉCULOS XVI E XVII)

Patricia Souza de Faria

Investigamos a presença de escravos e forros de origem asiática em Lisboa, nos séculos XVI e XVII. Goa, na Índia, capital do império asiático português, foi uma região dotada de posição estratégica no comércio marítimo entre o Atlântico e o Oceano Índico, graças à Carreira da Índia (rota que ligava os portos de Goa e de Lisboa) e às rotas do comércio interasiático, o que favoreceu que essa cidade se tornasse um importante mercado de escravos oriundos da África e da Ásia. Em Goa, tais populações escravizadas eram adquiridas por "proprietários" locais ou transportadas para outros destinos da Ásia, bem como para Lisboa (e de lá revendidas para outras regiões da Península Ibérica). A escravidão nos espaços coloniais do Atlântico tem sido amplamente investigada pela historiografia, no entanto, ainda há muitas lacunas a respeito do tráfico de escravos e da escravatura no Índico e no Pacífico, em particular nos territórios orientais que estiveram sob influência lusa. No tocante à escravatura no próprio território "metropolitano", alguns estudos têm analisado, nas últimas décadas, a presença de escravos africanos na Península Ibérica na Era Moderna, mas poucos concederam uma atenção mais pormenorizada aos contingentes de escravos de origem asiática que foram transportados para os reinos ibéricos. Nossa investigação almeja conhecer um pouco mais sobre essas populações asiáticas, escravas e forras, que viveram na Lisboa quinhentista e seiscentista. Ademais, espera-se traçar

uma topografia dessa presença praticamente esquecida, ou seja, reconhecer os principais espaços em que tais populações indianas, malaias, cingalesas, chinesas viveram em Lisboa, os locais em que tais asiáticos conviveram com outros escravos (africanos, mouriscos) e livres. Enfim, espera-se desvelar suas redes de sociabilidade e seu cotidiano em terras lisboetas. Com base em documentos da Inquisição e da Câmara Eclesiástica de Lisboa, analiso fragmentos da trajetória de vida de asiáticas e asiáticos escravizados que foram convertidos ao catolicismo e transportados para Lisboa. A reconstituição de tais trajetórias de vida caracteriza-se pelo caráter fragmentário, em decorrência da própria natureza dos arquivos, que, por sua vez, reverberam a distribuição desigual de poder que vigorou nas sociedades coloniais, como asseverou Clare Anderson, no livro *Subaltern Lives*. Mas tal reconstituição pode lançar luz sobre práticas e processos associados à expansão imperial portuguesa no Oriente, tais como a guerra, o cativeiro, o comércio, a escravidão. Por fim, utilizamos a expressão "escravo asiático" apenas para aludir à origem de tais populações escravizadas, pois reconhecemos os desafios de não adotarmos designações genéricas, bem como de não projetarmos, retrospectivamente, formas de identificação forjadas no contexto da criação dos estados nacionais ou que foram fabricadas pela literatura colonial e orientalista, sendo mais profícuo reconhecer que tais populações escravizadas –submetidas a diversos deslocamentos e à mudança de estatuto social – experimentaram diversas transformações culturais e religiosas/sectárias, tal como postulou Indrani Chaterjee.

OS CIGANOS ENTRE PORTUGAL E AS SUAS POSSESSÕES ULTRAMARINAS NA ÁFRICA (SÉCULO XVIII)

Natally Chris da Rocha Menini

Ao longo da época moderna os ciganos sofreram constantes penas de degredo e, através destas penas, as autoridades régias portuguesas buscaram expulsá-los de Portugal, mas também incorporá-los nos esforços colonizadores da metrópole em terras ultramarinas. Assim, foi justamente na condição de "degredados" que os ciganos foram desembarcados nas colônias portuguesas na África e na América, especialmente durante o século XVIII. Desse modo, no presente trabalho buscaremos abordar as especificidades do degredo aplicado aos grupos ciganos na África Ocidental Portuguesa.

14 de setembro de 2016

NOVA OEIRAS E IPANEMA: AS EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES NA FUNDIÇÃO DE FERRO NA CAPITANIA DE SÃO PAULO E NO REINO DE ANGOLA (SÉCULO XVIII)

Crislayne Gloss Marão Alfagali

Por meio do estudo da correspondência do governador de Angola, Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (1764-1772), com o Morgado de Mateus

(1765-1775), governador da capitania de São Paulo, é possível acompanhar o planejamento e as dificuldades de instalação de duas fundições de ferro: a Fábrica de Ferro de Nova Oeiras (Angola) e a Fábrica de Ferro do Morro de Ipanema (São Paulo). Essa apresentação ter por objetivo comparar os planos coloniais para a exploração de ferro no império português e a importância dos conhecimentos centro-africanos a respeito das técnicas metalúrgicas neste quadro mais geral. Em outras palavras, como as experiências dos trabalhadores centro-africanos e seus descendentes foram fator incontornável na implementação das fundições nestes domínios coloniais seja como fornecedores de saberes e técnicas, seja como sujeitos históricos determinantes do sucesso desses empreendimentos, uma vez que eram a principal mão-de-obra especializada nas fundições. Em dezembro de 1766, o governador Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho deu início à construção da Fábrica de Ferro de Nova Oeiras, nomeada assim em homenagem ao então Conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal. Para a instalação da fábrica, o governador criou a povoação de "Nova Oeiras", que foi estabelecida em janeiro de 1767, localizada no território das jazidas de ferro na confluência dos rios Lucala e Luinha (afluentes do rio Cuanza), na atual província de Cuanza Norte (cerca de 150 quilômetros a sudeste de Luanda). Por sua vez, os edifícios da Fábrica de Ferro de Ipanema foram estabelecidos apenas em 1811. Contudo, as informações e pesquisas nobre a mineração do ferro no morro da Araçoiaba (Iperó-SP) remontam ao século XVI e uma fábrica de ferro ali funcionava em meados do século XVIII. Em 1765, o Governador de São Paulo encaminhou para o Conde de Oeiras amostras da de ferro desta localidade. D. Luis Antonio de Sousa, o Morgado de Mateus, considerava a fundição de ferro uma das principais questões de seu governo e, em suas cartas para o Conde Oeiras, afirma que desde 1760 tinha notícias sobre a exploração das minas de ferro do morro de Ipanema. Mestres haviam sido chamados de Portugal e trabalhadores produziam ferro com fornos, ferramentas, malhos e engenhos. Em junho de 1767, o governador de Angola pede ao Morgado de Mateus que lhe envie uma descrição pormenorizada da fábrica de ferro que "se fazia em São Paulo": " se fica distante do mar, que Mestres tem, que número de gente trabalha, quanto ferro dá por dia, e porque preço sai" (Torre do Tombo, Projeto Reencontro Morgado Mateus mf. 12). Em contrapartida, governador da Capitania de São Paulo, pedia as plantas de Nova Oeiras, para que à luz delas pudesse estabelecer a fábrica no Morro da Araçoiaba (Biblioteca Nacional de Portugal, Cód. 8743, Microfilme F 6377). A esses exemplos, soma-se outras trocas de informações técnicas e até mesmo um intercâmbio de trabalhadores especializados, mestres fundidores, ferreiros, forjadores. Tendo como fio condutor essa correspondência, conseguimos apreender uma visão mais geral da exploração do ferro no império português. Entretanto, embora os planos coloniais sejam parte fulcral desta análise, a contribuição mais contundente para a historiografia que já se debruçou sobre o assunto é a comparação entre as condições de vida e as experiências de trabalho daqueles detinham as técnicas da fundição de ferro, sobretudo, os africanos e seus descendentes.

LEITURAS SOBRE A IMPORTÂNCIA DA POPULAÇÃO NA DOCUMENTAÇÃO COLONIAL: ANGOLA, MOÇAMBIQUE E CABO VERDE (SÉCULO XVIII)

Ana Paula Wagner

A documentação administrativa referente ao Império Português, reunida no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa/PT), é uma fonte inesgotável de leituras, de interpretações e de conhecimentos acerca de temas e de aspectos das diferentes realidades sociais e dos distintos espaços geográficos submetidos ao rei de Portugal durante a época moderna. A complexidade da documentação pode ser notada pela diversidade de formas de documentos. Apenas para citar alguns exemplos, dentro de uma tipologia identificada por Heloísa Liberalli Belotto e José Sintra Martinheira, entra a documentação Avulsa encontramos Alvarás, Avisos, Bando, Carta, Carta de Lei, Consulta, Decreto, Despacho, Instrução, Mapa, Ofício, Ordem, Parecer, Passaporte, Petição, Portaria, Provisão, Regimento, Relação, Representação, Requerimento, Termo, etc. As questões tratadas na documentação administrativa poderiam variar conforme a autoridade que escrevia o documento, quem receberia este, os assuntos pautados, se eram instrumentos legislativos ou administrativo, etc. Em termos de direção de circulação dos documentos no interior do Império Português, Heloisa Belloto informa que esta poderia ocorrer em sentido "ascendentes (de parte dos súditos em direção às autoridades supremas ou delegadas, ou destas às supremas); descendentes (se das autoridades supremas às delegadas ou aos súditos ou, se for o caso, das autoridades delegadas aos súditos); finalmente, os documentos poderão ser horizontais, quando o fluxo documental se dá na mesma instância, isto é, entre membros da mesma categoria hierárquica ou entre dois particulares". Assim, diante da observação de todos esses detalhes, conforme adverte Belloto, o historiador vai construindo o entendimento das "razões, dos contextos e das circunstâncias da criação dos documentos administrativos" referentes ao Império Português. Feitas estas considerações sobre a documentação administrativa, apresentamos nosso objetivo para esta comunicação. Ao privilegiar alguns documentos referentes à distintas partes do Império Português, particularmente situados no território africano, como as Capitanias de Angola, Moçambique e Cabo Verde, procuraremos fazer leituras sobre a importância que a população vai adquirindo no interior da política portuguesa da segunda metade do século XVIII e, a partir da análise das fontes, compreender os novos contornos que a ideia de população assumiu a partir de então. Após a análise da documentação administrativa das capitanias acima mencionadas, notamos que o desejo pelo levantamento de informações sobre a população poderia servir ao soberano luso para muitas finalidades: recrutar indivíduos para o serviço das armas e para trabalhos públicos, atender a preocupações fiscais, ou ainda sanar a falta de pessoas para a realização de atividades agrícolas ou para a ocupação do território. Conforme já discutido em outra pesquisa, no Império Português as questões que se colocaram em torno da produção de um saber sobre a população não se limitaram à simples inventariação de dados. A maior parte delas situaram-se numa perspectiva de

melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, em atenção ao gerenciamento adequado de homens, de bens e de riquezas. Entretanto, ainda que o reino e os domínios ultramarinos estivessem reunidos debaixo de normas administrativas bastante similares, destaca-se que existiam limites colocados pelos sujeitos históricos que viviam nos territórios da América Portuguesa, África e Oriente. Ou seja, essas disposições gerais esbarravam e confrontavam-se com especificidades e particularidades locais, algumas das quais procuraremos destacar ao longo da comunicação.

A CRUZAR RIOS E FRONTEIRAS DE GOA: O COLONIALISMO PORTUGUÊS E AS KALAVANT NOS SÉCULOS XVI E XVIII

Luiza Tonon da Silva

Em Goa, região na costa sudoeste do Sul da Ásia, canta-se e conta-se histórias de um tempo em que para participar de rituais, mulheres e homens hindus cruzavam para o outro lado do rio. Do outro lado do rio, saíam das terras dos portugueses, que detinham o poder colonial de Goa desde o início do século XVI – domínio este que durou até meados do século XX. A colonização portuguesa pressupôs não só a obtenção de lucros, mas também a consolidação de um poder político, e com ele, um poder religioso sobre os nativos e nativas. Durante esse período, missionários europeus cristãos chegavam com o intuito de conversão da população local, em maioria hindu; leis e aparatos do Estado colonial visavam, em conjunto com a Igreja, modificar hábitos locais e propiciar favorecimentos aos cristãos. Nesse processo, subalternizavam as goesas e goeses, principalmente os hindus, e também, ainda mais, algumas hindus: as *bailadeiras*, ou *kalavant* – que em concani, idioma nativo de Goa, significa *artista*. Por meio de documentação, em provisões, cartas, petições, relatos de governantes e clérigos destaca-se como se deu a perseguição a tais grupos, os conflitos gerados, e as ações e resistências desse grupo de mulheres. Elas, que eram estigmatizadas por seu ofício, casta, condição social, e, perante a sociedade colonial, ainda mais por sua religião e aspectos de moral e sexualidade, deixaram significativos registros nos papéis e também nas memórias portuguesas e goesas – como se verifica em diversas fontes e na historiografia. Seja por suas importâncias nos rituais de passagens e casamentos, como expressos nos pedidos goeses a governantes portugueses no século XVIII, ou por suas associações a certos homens, goeses ou portugueses, hindus ou cristãos, que em alguns casos deram-nas poder mesmo para financiar a construção templos hindus, as *kalavant* possuíram uma trajetória particular e ainda assim entrelaçada em meio às disputas e contradições dentre o Império Português, a atravessar séculos e a atravessar os rios das fronteiras, nas noites goesas, a desafiar leis e punições. Se a partir de meados do século XVI a postura colonial portuguesa resolveu pela proibição e alteração de diversos aspectos da vida dos nativos e nativas, e nelas inclusas as atuações das *kalavant*, no século XVIII, evidencia-se significantes

permanências. Essas continuidades denotam a diferença entre um projeto colonial, pensado pelos portugueses a partir de suas experiências e a realidade colonial, feita pelos conflitos, disputas e ações dos nativos e nativas de Goa. Para compreender essas ações, procura-se utilizar aportes metodológicos que destaquem as ações de goesas e goeses através dos indícios presentes em documentos oficiais europeus, aliados a uma análise crítica, em conjunto com uma teoria que visa enfatizar as existências e resistências desses sujeitos em meio ao contexto e à violência colonial. A ótica da decolonialidade, e em acréscimo à perspectiva de estudos subalternos, é neste artigo levantada com este fim, e também pretende contribuir para a proposta epistemológica de prioridade diálogo entre historiografias e histórias do Sul. Questiona-se a passividade dos sujeitos nativos dos territórios coloniais na América, África e Ásia, e em especial das mulheres nativas, subalternizadas no passado e nos registros e ainda pouco recordadas nos estudos do presente.

BAILADEIRAS DA ÍNDIA: ANÁLISE DE UMA CATEGORIA HISTÓRICA NA PERSPECTIVA DA CRÍTICA PÓS-COLONIAL

Jorge Lúzio Matos Silva

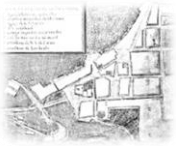
Descritas como mulheres públicas associadas à prostituição, as bailadeiras da Índia portuguesa, dançarinas dos templos hindus em suas práticas artísticas e litúrgicas, correspondiam à tradição *devadasi* presente em grande parte do subcontinente indiano. O discurso colonial em suas estratégias de subjugo e dominação, condensou e reduziu distintas funções, atributos e sujeitos que orbitavam em torno das artes e das religiosidades, na figura exclusiva da mulher "bailadeira", tornando invisíveis os demais atores sociais em seus diferentes papeis. A documentação ultramarina e a teoria da crítica pós-colonial permitiram o reconhecimento e a identificação dos diversos sujeitos históricos localizados neste mesmo contexto, aqui reinterpretados como uma categoria nos processos da colonização de Portugal nos territórios indianos.

OUTRAS FORMAS DE LER: A TEORIA PÓS-COLONIAL E AS LITERATURAS AFRICANAS, VISÕES PARA ALÉM DO CENTRO

Roberta Guimarães Franco

O conceito "pós-colonial" vem ocupando, ao longo de aproximadamente duas décadas, um grande espaço nos chamados estudos culturais. Proveniente de discussões das ciências sociais, tal conceito está sempre envolvido em discordâncias teóricas relativas ao seu lugar de origem (lugar de enunciação) e/ou ao "direito" de utilização do termo. Afinal, a que tipo de estudos pode-se aplicar esta conceituação, é uma das questões que envolvem o termo. O certo é que o "pós-colonial" nos remete a um jogo de rupturas e continuidades. As rupturas são facilmente identificadas nos processos de descolonização, na desocupação política dos antigos territórios coloniais pelos antigos colo-

nizadores, nos novos hinos, bandeiras e presidentes, ou seja, na criação de um novo Estado-nação. No entanto, as continuidades podem não ser percebidas tão claramente, através de práticas que denunciem a permanência da subjugação e da exploração, como as de matéria-prima e mão-de-obra de baixo custo, ou ainda os consequentes conflitos e desigualdades, heranças do período colonial, como também as marcas culturais oriundas de um complexo processo de hibridismo, que varia de território para território, mesmo que os agentes da colonização sejam os mesmos.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 9
Fronteiras e relações transfronteiriças na América colonial

Coordenadores: Sebastián Gómez González (Universidad de Antioquia) e Carlos Augusto Bastos (Universidade Federal do Pará)

13 de setembro de 2016

ASTRONOMIA E DEMARCAÇÃO DE FRONTEIRAS NA AMAZÔNIA COLONIAL

Wesley Oliveira Kettle.

Ao longo do século XVIII, espanhóis e portugueses negociavam as demarcações de limites entre as possessões das Coroas ibéricas na América. A partir de 1750, isso foi intensificado com a chegada ao Novo Mundo dos comissários demarcadores de limites. Nesse contexto, o Vale Amazônico recebeu engenheiros, desenhadores, astrônomos entre outros homens de ciências que seriam responsáveis pelo trabalho das demarcações, contando com o a atuação indispensável de negros e indígenas na tarefa de percorrer os sertões dessa região. Esta comunicação pretende analisar o papel dos astrônomos no processo de demarcação das fronteiras no Vale Amazônico, destacando como esses sujeitos foram indispensáveis para a elaboração do material cartográfico que foi utilizado nas negociações entre os administradores coloniais espanhóis e portugueses nos encontros que aconteceram no rio Negro e no rio Solimões. Será demonstrado como esses astrônomos interagiram não apenas com os agentes políticos mas também com as populações indígenas, negros escravos, membros do clero e tantos outros personagens que participaram do complexo processo de demarcação das fronteiras na Amazônia setecentista. É importante não perder de vista que a atuação desses astrônomos está relacionada com uma tradição com referências que em certa medida podemos chamar de científicas bastante demarcadas na Europa, todavia, demonstraremos que ao identificarmos a interação desses homens de ciência com o mundo natural próprio do Vale Amazônico suas percepções foram alteradas. Os comissários contratados para a atividade astronômica foram: padre Xaverio Haller, Ignácio Szentmartonyi e João Ângelo Brunelli, que não apenas se dedicaram aos cálculos dessa ciência mas também se envolveram intensamente na dimensão política do processo de demarcação de limites. Por meio do trabalho desses homens de ciência podemos conhecer relatos não apenas sobre os corpos celestes, os fenômenos da natureza e o desenvolvimento de instrumentos de medição alterados diante da realidade amazônica, mas também descrições sobre a sociedade do Estado do Grão-Pará e Maranhão, relatos sobre plantas e animais dessa região com o objetivo de construir um conhecimento que garantisse a posse do governo portu-

guês, além de se apresentar como súditos capazes de galgar postos mais elevados na administração colonial. Assim, esta comunicação demonstrará de que maneira as atividades realizadas pelos astrônomos estão relacionadas com as negociações para o estabelecimento dos limites entre as possessões espanhola e portuguesa na Amazônia, seja na dimensão do que poderíamos chamar de prática científica, no âmbito das relações político-estratégicas e também na dimensão da vida vivida, isto é, no cotidiano da sociedade colonial no Vale Amazônico, permitindo-nos perceber a complexidade do processo das demarcações de fronteira nessa região e das múltiplas relações sociais que envolvem a história da Amazônia.

AS REPRESENTAÇÕES DO ESPAÇO NOS MANUSCRITOS SETECENTISTAS E A "RELAÇÃO DE LUGARES E POVOAÇÕES DA CAPITANIA DE GOIÁS" (1758)

Deusdedith Alves Rocha Junior

Esta pesquisa tem por finalidade identificar e analisar as representações sociais do espaço nas narrativas de manuscritos setecentistas do território goiano, e em especial no documento "Relação dos lugares e povoações da capitania de Goiás" (A-HU_ACL_CU_008, CX.15, D.892), de 1758, levando em conta a construção do sentido de territorialidade que se desenvolveu a partir da elaboração da toponímia nessa capitania. Tomamos a representação social como a instituição de valores, ideias e práticas que possibilitam orientar, controlar e comunicar sentidos sobre a realidade. Considera-se que o processo de ocupação do território goiano, nesse período, como parte da expansão territorial portuguesa, estabeleceu várias formas de conflitos, resultando, entre outras, na construção discursiva de uma descrição do espaço como afirmação da territorialidade portuguesa. A territorialidade se define pelas ações relacionadas com a ocupação, uso, controle e identificação de uma parte do espaço, transformando-o em território. Tais conflitos envolvem a formação da governança do Império português sobre os espaços coloniais disputados entre estes e espanhóis, mas também as interações conflitivas entre portugueses, índios e africanos que se movimentam ao sabor das pressões de uns sobre outros. Nos manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino – AHU, da cota da capitania de Goiás, encontram-se diversos documentos descritivos de distâncias, localizações, hidrografia, limites de propriedades e outras referências que permitem analisar as formas de representação social do espaço e as construções de sentido de territorialidade que delas se elaboraram. A partir dessas percepções pode-se considerar também os efeitos que os sentidos de sertão, civilização, selvageria, bravio etc. engendraram, tanto na toponímia e na sua transposição para cartas geográficas e outras formas discursivas do espaço, como para as relações cotidianas e a consolidação ou alteração de formas de identidade com regiões e outros recortes espaciais.

AS FRONTEIRAS ESPANHOLAS NO MARAÑÓN: FRANCISCO REQUENA E A EXPEDIÇÃO DE LIMITES (1778 - 1793).

Roberta Fernandes dos Santos

Durante o período colonial, o Marañón constituía-se em um espaço imenso, habitado por uma enorme quantidade de grupos indígenas e sob o domínio colonial da Espanha, entretanto seus limites eram imprecisos. Sabia-se que o início da região denominada pelos espanhóis de Marañón coincidia com a nascente do rio Marañón (na base da Cordilheira dos Andes) e se estendia pela área da floresta até as fronteiras com os territórios pertencentes à coroa portuguesa. Essa fronteira não era determinada por uma linha fixa, mas constituía-se em um espaços impreciso, cujos limites entre os territórios espanhóis e portugueses eram fluidos e manipuláveis. Com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso em 1 de outubro de1777, se reconheceu a necessidade de determinar os limites dos impérios ibéricos no ultramar. Dessa forma, as coroas ordenaram a organização de expedições demarcadoras que, atuando conjuntamente – espanhóis e portugueses – demarcassem as linhas fronteiriças nos territórios coloniais. Formaram-se quatro comissões conjuntas de demarcação que percorreriam as principais áreas em litígio, estabelecendo as raias divisórias e edificando os marcos que determinariam a posse dos territórios para seus respectivos monarcas. A quarta partida da expedição de limites era a responsável pela demarcação das fronteiras no Marañón. Francisco Requena foi o primeiro comissário espanhol e desempenhou esta função entre os aos de 1778 e 1793, período em que também atuou como Governador da Província de Maynas no Marañón. Requena tinha ampla compreensão da importância geoestratégica das fronteiras do norte do América do Sul e defendia um projeto de povoamento para a efetiva ocupação dos espaços fronteiriços como maneira de garantir a posse espanhola desses territórios. Entretanto, a presença espanhola na região sempre foi deficiente, tendo no projeto missionário o único modelo de ocupação e defesa daqueles territórios. Partimos da análise da extensa documentação produzida por Francisco Requena entre os anos de 1778 e 1793, documentação composta por um diário, duas conferências, mapas, ilustrações e inúmeras cartas endereçadas tanto ao comissário português quanto às autoridades espanholas. Neste texto, nos concetraremos na análise de seu diário, pois dele emanam os problemas experimentados por Requena no cotidiano da expedição e a relação conflituosa que se estabeleceu entre os espanhóis e os portugueses envolvidos no processo de demarcação das fronteiras ao longo do período citado. Portanto, este texto privilegia a análise do espaço de fronteira entre os impérios ibéricos no Marañón destacando a atuação de Francisco Requena no processo de demarcação da expedição de limites a partir da leitura do diário produzido pelo comissário espanhol. Nosso objetivo é mostrar como se deu o processo de construção de um espaço fronteiriço a partir da compreensão do significado de fronteira no período e das relações conflituosas entre espanhóis e portugueses protagonizadas pelos seus respectivos comissários durante os trabalhos da expedição de limites.

FRONTEIRA DO ASSENTAMENTO, FRONTEIRA DA EXPANSÃO. AGRICULTURA E EXTRATIVISMO NA AMAZÔNIA COLONIAL (SÉCULOS XVII E XVIII)

Rafael Chambouleyron

Minha comunicação discute a conexão existente entre o processo de expansão das fronteiras internas e das fronteiras externas do Estado do Maranhão e Pará, de finais do século XVII a meados do século XVIII. Trata-se de mostrar como o deslocamento das fronteiras norte e oeste, que ensejou a intensificação das trocas e dos conflitos entre diversos grupos europeus e indígenas, é concomitante e conectado à expansão do assentamento agrícola nos rios próximos a Belém e à expansão da pecuária pelos sertões do Maranhão e do Piauí. A partir de finais do século XVII, inicia-se um processo de expansão econômica e territorial do Estado do Maranhão e Pará, inserido no contexto de consolidação da dinastia bragantina em Portugal, principalmente, a partir do reinado de Dom Pedro II. Esse quadro de finais do século XVII tem uma série de implicações territoriais: 1) no caso dos vastos sertões da capitania do Pará, uma economia voltada para a extração de produtos florestais; por outro lado, a "descoberta" de cacau nas terras do Pará, pelos portugueses, também a partir de meados do século XVII, ensejou uma tentativa de reproduzir em terras paraenses a exitosa experiência castelhana de cultivo e exploração de cacau; 2) a aceleração do assentamento agrícola nas regiões relativamente próximas à cidade de Belém, com o incentivo ao cultivo do cacau e do açúcar; 3) a organização de uma lógica de obtenção de trabalho indígena que pressupunha a expansão territorial, por meio de descimentos de índios livres (para as aldeias missionárias, ou para particulares), das guerras e das expedições de resgates de índios escravos, formas que se conectavam à exploração das drogas do sertão; 4) a condição de fronteira da capitania do Pará, que se tornou um problema cada vez mais presente para a Coroa, e principalmente, autoridades, mas também moradores e missionários; 5) a divisão do território do Pará em distritos missionários, repartidos entre as diversas ordens religiosas por determinação da Coroa, em finais do século XVII; 6) os vastos sertões das capitanias do Maranhão e do Piauí passam a ser ocupados a partir de dois vetores fundamentais: por um lado, uma ocupação mais antiga, da segunda metade do século XVII, vinda principalmente da Bahia; de outro, uma ocupação comandada de São Luís pelos governadores do Estado do Maranhão assentada no binômio guerras e sesmarias, que começa a se configurar já em princípios do século XVIII. Esse multifacetado processo de expansão se acelera ao longo da primeira metade do século XVIII, acirrando os conflitos e as negociações com os diversos grupos que compunham e construíam as fronteiras do território do Estado do Maranhão e Pará, fossem eles índios, mestiços ou outros europeus. O que se pretende evidenciar é como é não é possível entender como separadas essas diversas expansões em direção às múltiplas fronteiras – a interna do assentamento agrícola, a externa ocidental e norte, confinante com as terras das coroas de Castela e da França, e a oriental, confinante com o Estado do Brasil. Ao contrário, elas revelam a natureza centrífuga e conectada da ocupação do norte da América portuguesa.

CATEGORÍAS SOCIALES Y ALTERIDADES EN BUENOS AIRES VIRREINAL

Jacqueline Sarmiento

A lo largo del siglo XVIII la ciudad de Buenos Aires experimentó cambios y transformaciones profundas que la conducen a un reposicionamiento en el territorios y a su jerarquización. Considerar su ubicación fronteriza es clave para entender su desarrollo y los cambios que ocurren entre mediados del siglo XVIII y comienzos del siglo XIX. Su extraordinário desarrollo llevó a Buenos Aires a ser la capital del Virreinato del Río de la Plata en el año 1776. En este trabajo se abordará el estudio de las identidades y categorías sociales a través del análisis documental. ¿Cuáles son las categorías vigentes? ¿Qué fuentes se pueden utilizar para su estudio? ¿Sobre qué criterios se apoyó la construcción de las alteridades en esta ciudad colonial? ¿De qué manera se articularon las categorías de género, etnia, clase, y aún las modalidades de la esclavitud para la construcción de alteridades y categorías especificas? Se trabajará identificando las categorías vigentes y ubicándolas en la trama de relaciones donde estas cobran sentido. De esta manera, español, portugués, negro, esclavo, india, china, entre otras, no pueden definirse por sus características esenciales, sino en cuanto a sus relaciones. Estas relaciones no quedan circunscriptas al ámbito de la ciudad, sino que es fundamental considerar los vínculos de la ciudad con otros espacios. Estos actuaron definiendo otros, nuevas alteridades. Es necesario, por lo tanto, incluir las relaciones de frontera de la ciudad (frontera sur y frontera norte), como así también los vínculos estrechos con otras ciudades. En este sentido, una de las características más salientes de Buenos Aires es su condición portuaria. El intenso trabajo del puerto promovió el desarrollo de importantes vínculos. No sólo se movieron mercancías, sino también una cantidad importante de personas que transitaban y se instalaban en la ciudad, de forma más o menos estable. En este contexto es donde cobran sentido algunas categorías específicas, que difícilmente pueden ser comprendidas si nos restringimos exclusivamente al ámbito de la ciudad de Buenos Aires. Es necesario estudiar las migraciones y las categorias identitarias que se vuelven presentes a partir de ellas. La condición fronteriza de la ciudad otorga a las categorias sociales vigentes um carácter próprio que requiere el estúdio de los otros espacios con los cuales se vionculaba la ciudad para entender el funcionamento de las mismas. Este es el caso de la categoría pardo, particularmente ambigua en el contexto rioplatense, pero con funcionamiento que ha podido ser estudiado más cabalmente en el espacio portugués. De esta manera, en este trabajo se propone una aproximación al estúdio de los vínculos de la ciudad de Buenos Aires en el marco de una red portuaria amplia, que incluía ciudades clave, como Montevideo y Río de Janeiro. Esta presentación constituye uma propuesta de análisis, que podrá ser ampliada en el futuro a través del desarrollo de la perspectiva comparativa tomando los casos de las ciudades mencionadas.

OCUPAR LA FRONTERA. LA VILLA DE SAN ISIDRO DEL CURUGUATY COMO PUNTO FRONTERIZO Y CENTRO YERBATERO (1715-1811)

Herib Caballero Campos

Esta ponencia pretende analizar el rol que cumplió la Villa de San Isidro del Curuguaty en la Provincia del Paraguay, como centro fronterizo entre los Imperios Español y Portugués, y cuál su papel en la red de producción de la yerba mate. La fundación y establecimiento de la Villa de San Isidro Labrador del Curuguaty en el año 1715 y su posterior traslado de sitio en 1716, fue el inicio de un proceso de expansión desarrollado por las autoridades hispanas, con el propósito de ocupar territorios que fueron abandonados debido a las invasiones portuguesas a fines del siglo XVII. Por lo tanto esa ponencia pretende comprender en dicho contexto cuales fueron las motivaciones, las dificultades y las ventajas del establecimiento de dicho núcleo poblacional en los confines del Imperio Español en la zona del Alto Paraná. Además de la relevancia política de expansión Curuguaty se convertirá en un importante centro de extracción de la yerba mate que era el principal producto de exportación de la Provincia del Paraguay, en cuya jurisdicción también tenía una relevancia fundamental pues dicho producto vegetal también era utilizado como moneda provincial. Esa doble importancia económica y geopolítica de Curuguaty no se veía reflejada en las condiciones socioeconómicas de sus pobladores que constantemente debían solicitar auxilio a las autoridades de Asunción, y además aprovechaban sus posición fornteriza para realizar comercios ilícitos con portugueses que exploraban la zona y luego del establecimiento de la Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi, con los soldados que conformaban dicha Guanición. Dicho comercio generaba tensiones entre los habitantes de Curuguaty y las autoridades españolas que dispusieron una serie de medidas que serán analizadas y discutidas en la presente ponencia, con especial interés para poder colegir de las mismas cuál era la realidad que se pretendía reprimir desde el estado. Para la elaboración de esta ponencia serán utilizados documentos primarios extraídos del Archivo General de Indias, del Archivo Histórico Nacional, así como del Archivo Nacional de Asunción y de la Biblioteca Nacional de Rio de Janeiro, así como la revisión de bibliografía especializada sobre la temática de las relaciones inter y trans fronterizas entre los imperios ibéricos durante el período estudiado.

14 de setembro de 2016

A MILITARIZAÇÃO DA CAPITANIA DE SERGIPE DEL REY(1648-1743)

Luís Siqueira

Para garantir controle e exploração de suas colônias a Coroa portuguesa organizou um sistema de defesa que contava com um corpo de "soldados" aptos a lutar contra inimigos europeus e povos autóctones e instituição de um sistema de defesa territorial. Esta comunicação tem como objetivo apresen-

tar o modelo defensivo elaborado pela Coroa portuguesa para Sergipe del Rey no período que vai 1648 até a década de 1750, no contexto do Estado do Brasil. De propriedade real e situada entre dois centros importantes da época, Pernambuco e Bahia, a capitania sergipana passou por um processo de reorganização socioeconômica e militar que compreendeu o incentivo a atividades agropastoris, recrutamento de capitães mores, divisão do território em distritos militares e organização de tropas de ordenanças, estratégias colocadas em prática tão logo a dinastia de Bragança ascendeu ao trono português. O objetivo desse plano consistiu em impedir a presença de inimigos europeus na costa brasileira e no território sergipano, combater e destruir mocambos, viabilizar o transporte de mercadorias e pessoas por terra firme e assegurar o envio de impostos para Salvador. As fontes evidenciaram que devido as condições territoriais o modelo estabelecido para Sergipe consistiu num sistema de vigília que incluía as barras dos rios, de estradas e reestruturação da cidade São Cristóvão. Esse modelo defensivo passou a ser complementar aos territórios vizinhos de maior expressividade econômica e política que tinham como especificidades a presença de fortes e fortins.

AUTORIDADES EM CONSTRUÇÃO: CONFLITOS E ALIANÇAS NAS FRONTEIRAS BRAGANTINAS. SÉCULO XVII E XVIII.

Eliane Cristina Soares Charlet

O presente artigo tem como finalidade debater as tensões e estratégias da construção das autoridades coloniais em áreas de fronteira. A fronteira em questão está situada na antiga capitania do Caeté, no então Estado do Maranhão e Grão-Pará. Os conflitos, tensões, barganhas e estratégias dos donatários e seus "homens de confiança" com as autoridades coloniais, renderam vasta documentação e demonstram uma fissura no interior da chamada "classe dominante" em nome da afirmação de autoridade e poder. Entre as sedes administrativas do Estado do Maranhão e Grão-Pará, São Luís e Belém, havia vilas que saiam do controle mais efetivo desses "centros" de poder, cobertos por uma "zona sombreada" de indefinição de jurisdição politica. A capitania do Caeté caracterizava-se por essa indefinição, quando foi constituída como capitania pertencia ao Estado do Maranhão e Grão-Pará, com donatário particular, posteriormente, passou a pertencer ao Estado do Grão-Pará, porém, não mais como donataria particular, retornando para a Coroa, o que enseja outro tipo de administração e alija do poder a família de donatários que haviam tomado posse de tais terras. A família do primeiro donatário, Gaspar de Souza, foi doada ao ex-governador geral do Brasil, Gaspar de Souza, por Felipe III de Portugal em 09 de fevereiro de 1622, o qual não tomou posse efetiva de suas terras, a família conseguiu lentamente se estabelecer, a partir do seu filho Álvaro de Souza e seu neto, José de Souza e Melo, criando a vila de Souza do Caeté. Os donatários queixavam-se de diversos entraves pra o desenvolvimento da vila, dentre os quais a falta de recursos e trabalhadores, além dos problemas com os missionários, o que não era novidade

no cenário colonial, praticamente todos queixavam-se desses problemas ou entraves. O último donatário da Capitania, José de Souza e Melo, se dizia prejudicado na sua proposta de exploração da Capitania por muitos motivos. Existem relações de forças, o donatário solicita direitos sobre os rendimentos da Salina Real, alegando que a mesma encontrava-se na sua Capitania, razão porque solicitou e foi feita a demarcação da Capitania do Caeté, solicita o controle temporal sobre as aldeias existentes em sua capitania dentre outras demandas. Finalmente, à revelia de todos os pedidos e reinvindicações dos donatários, a capitania retorna para a Coroa, sendo transformada, em 1753 em vila de Bragança, já no contexto do Diretório Pombalino. Entretanto, para além dessas questões existiam outras, envolvendo os conflitos em torno da autoridade; os donatários nomeavam autoridades para suas capitanias e não raras vezes essas autoridades viam-se subjugadas ou desautorizadas pelas autoridades metropolitanas. Esse percurso define uma série de conflitos na constituição das autoridades, ora nomeadas por donatários, ora pela coroa portuguesa. A construção de autoridade em espaço interfronteiriço criava lógicas de convivência e adaptações entre os diversos sujeitos (colonos, autoridades metropolitanas, índios, religiosos, "estrangeiros invasores") apresentando características marcantes nesse espaço, onde se pleiteava não apenas o território, mas também as "gentes" e principalmente o poder, a autoridade.

DEFESA E FRONTEIRA: MOBILIZAÇÃO MILITAR NA CAPITANIA DO GRÃO-PARÁ (PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII)

Wania Alexandrino Viana

A primeira metade do século XVIII foi um período marcado por um processo de adequação da organização militar na capitania do Grão-Pará. A Coroa portuguesa articulava as possibilidades de defesa na capitania e contava com um aparato que apresentava bastantes dificuldades, seja pela precariedade das instalações permanentes (Fortalezas, Casas fortes, Casa da Pólvora, fortins), seja pela inoperância e insuficiência das tropas. As enormes dificuldades apontadas pelos governadores e militares na configuração de forças defensivas no Estado parecem ter sido um dos principais problemas enfrentados nesta parte da conquista. Por essa razão, este trabalho trata de compreender os mecanismos de mobilização militar para defesa da capitania. Destacando as complexas redes de recrutamento em diversas partes da conquista.

AS DISPUTAS DE FRONTEIRA E A ESTRUTURA MILITAR DO IMPÉRIO PORTUGUÊS

Christiane Figueiredo Pagano de Mello

Temos por objetivo investigar os aspectos referentes às experiências de defesa e militarização em duas áreas do Império Ultramarino Português: o Estado do Grão-Pará e o Centro-Sul da América, tentando detectar os aspectos convergentes que possam existir entre as duas áreas em estudo, durante a segunda metade do século XVIII. A partir da análise comparativa pretende-se observar a problemática situação militar do império ultramarino nas fronteiras com as colônias espanhola e francesa na América. Deteremos-nos na Colônia do Sacramento e no Macapá. Assim, temos que a região meridional e mais especificamente a Colônia do Sacramento foi um dos principais focos de atenção da Coroa portuguesa na América, o nervo militar do Império. Fundada, em 1680, nas margens do Rio da Prata, desde então se tornou uma zona de intenso conflito devido à indefinição dos limites territoriais entre os domínios das Coroas de Espanha e de Portugal. Ao Norte da América temos, o Macapá, uma região estrategicamente importante para a Coroa de Portugal, espaço visto como área em constante perigo de ser anexada pela França. O comandante militar da Praça do Macapá, Gama Lobo, em 1780, define de maneira precisa a sua importância estratégica: "é a barreira mais considerável que se pode opor a invasão do inimigo e em certo modo o baluarte desta Capitania. Uma Praça, que provavelmente será a primeira a ter o inimigo sobre os braços sempre que o Estado do Pará for atacado". Ao desenvolver tal proposta, a intenção será a de construir uma perspectiva mais ampla da política militar utilizada pela Coroa Lusitana nas suas possessões além-mar, procurando identificar o impacto desta nas duas diferentes áreas de sua espacialidade.

"HAMBRES, SEDES Y OTRAS MISÉRIAS": EL VIAJE DE FRAY NARCISO GIRBAL Y BARCELO POR LOS RÍOS MARAÑÓN Y UCAYALI EN 1791

Sebastián Gómez

En 1791, el padre fray Narciso Girbal y Barcelo, religioso de la orden de San francisco y oficiante como misionero apostólico en el colegio de Ocopa (virreinato del Perú), emprendió un viaje por los ríos Ucayale y Marañón hasta llegar, prácticamente a la desembocadura del río Negro. Este periplo, que puede considerarse como un testimonio valioso debido a su carácter inédito, es bastante revelador acerca de la situación que aquella zona de la Amazonia hispánica experimentaba en el período finisecular. Después de la expulsión de la Compañía de Jesús (1767), la administración del imperio español optó por designar a los religiosos franciscanos como encargados de todo el espacio misional que desde el siglo XVII había sido encargado a los jesuitas. Se trata, entonces, de un espacio que fue disputado por las monarquías ibéricas a lo largo de todo el siglo XVIII y que, para finales de ese siglo,

ya eran evidentes las consecuencias del "abandono" por parte de la corona, al menos en términos de la protección militar. No obstante, el viaje emprendido por Girbal y Barcelo, es una muestra muy interesante sobre aquellas consecuencias. Con esta comunicación pretendo analizar e interpretar los diferentes rasgos que, desde la perspectiva ambiental, misional, civil y militar, pueden inferirse de acuerdo a las observaciones sobre el espacio amazónico y las sociedades indígenas que lo habitaban, amén de establecer un balance comparativo conforme al momento finisecular en relación a las décadas anteriores donde los problemas por la ocupación territorial entre los vasallos de las monarquías española y portuguesa habían causado serios trastornos en términos de las cualidades jurisdiccionales de los dominios amazónicos. ¿Qué puede revelar este diario de viaje acerca de los espacios misionales abandonados? ¿De qué manera pueden interpretarse los informes sobre las fortificaciones portuguesas, las expediciones de límites, las fundaciones civiles y otros aspectos relevantes sobre la vida en la frontera amazónica? ¿Constituía esta parte de la región amazónica un espacio valioso y defendible o, por el contrario, era una región marginal y fronteriza para la administración española aun en 1791? Este tipo de interrogantes serán abordados en esta comunicación del Simpósio Temático.

AS FRONTEIRAS LUSO-ESPANHOLAS NA AMAZÔNIA NO FINAL DO SÉCULO XVIII: INDEFINIÇÃO DE LIMITES E PLANEJAMENTOS MILITARES E TERRITORIAIS

Carlos Augusto Bastos

A passagem do século XVIII para o XIX foi marcada pelo acirramento de tradicionais disputas imperiais europeias nos domínios ultramarinos, assim como pelo surgimento de novos desafios políticos advindos da conjuntura revolucionária que sacudiu o mundo atlântico. Diferentes áreas do continente americano foram envolvidas, sob diversos aspectos, por esse conjunto de transformações e tensões políticas. Dentre essas áreas, o vale amazônico de colonização hispano-portuguesa repercutiu as rivalidades monárquicas e os conflitos geopolíticos desse momento. Nas fronteiras amazônicas, a indefinição dos limites territoriais dos domínios luso-espanhóis, questão presente desde o século XVII, alimentou temores e disputas envolvendo as autoridades ibéricas atuantes na região. A possibilidade de novos conflitos locais, conectados aos que se desenrolavam em outras partes do mundo atlântico, levou a uma intensa preocupação com a defesa militar e a preparação para a guerra no cenário amazônico envolvendo portugueses e espanhóis, bem como outras potências aliadas às Coroas ibéricas. Para além dos planejamentos bélicos, essa conjuntura de passagem de séculos alimentou a formulação de propostas, por parte das autoridades luso-espanholas, de reorganização territorial do vale amazônico tendo em vista as disputas por territórios, as expectativas sobre o aproveitamento econômico e ocupação das fronteiras, assim como os novos problemas de ordem geopolítica surgidos

ao final do Setecentos e princípios do Oitocentos. Nessa apresentação, serão discutidas as interpretações e ações políticas que autoridades portuguesas e espanholas empreenderam nos domínios hispano-portugueses da Amazônia entre a década de 1790 e o início do século XIX, principalmente quanto à administração dos territórios de fronteira sob a influência dos desafios geopolíticos que marcaram os impérios atlânticos nesse período. A documentação utilizada consiste em ofícios produzidos por autoridades luso-espanholas estabelecidas nos territórios amazônicos, fontes essas que permitem analisar as interpretações e ações políticas sobre a gestão dos espaços de fronteira em um contexto de acirramento de rivalidades imperiais e crescente imprevisibilidade sobre a ordem política internacional.

15 de setembro de 2016

OS ÍNDIOS ITATINS E A CONJUNTURA MISSIONEIRA (1630-1650)

Bruno Oliveira Castelo Branco

Com o advento das missões jesuíticas na região do Itatim no século XVII (1632), os índios, conhecidos na documentação de época como itatins, passaram a conviver em espaços separados dos espanhóis conforme havia sido previsto pela legislação indigenista castelhana. A aplicação estrita das leis direcionadas para os índios esbarrava na resistência dos colonos em utilizar o trabalho nativo, no período anterior à chegada dos jesuítas. Ao decidirem habitar o espaço das missões com os membros da Companhia de Jesus, os indígenas procuravam evitar a prestação do serviço pessoal que eles deviam aos colonos, segundo a lógica da *encomienda*, forma que a sociedade colonial do período estabeleceu as relações de produção e trabalho no Paraguai. Neste processo histórico de adesão ao modelo missioneiro, os nativos atravessaram uma série de transformações sociais e identitárias que impactaram de forma significativa em seus modos de vida, onde eles criaram estratégias diversificadas para lidar com uma conjuntura bastante adversa: quantidades enormes de indígenas de parcialidades distintas eram constantemente levados na condição de escravos para incrementar a mão de obra das áreas fronteiriças situadas entre os territórios coloniais ibéricos, como por exemplo, a região de São Paulo na América portuguesa. Neste trabalho, através da leitura dos relatos jesuíticos presentes na coleção homônima de documentos compilada no século XIX pelo historiador Pedro de Angelis – as chamadas cartas ânuas – busca-se matizar as diferentes motivações destes índios missioneiros. Durante muito tempo a historiografia que tratou da temática das missões dedicou suas investigações ao conflito instaurado entre jesuítas e colonos pelo controle jurídico dos nativos, deixando de lado a perspectiva e a agência histórica dos índios, ou, por outro lado, preocupando-se muito mais em perceber as perdas culturais que os nativos teriam sofrido no interior do espaço das missões. Seguindo um caminho diferenciado e adotando uma metodologia de análise histórico-antropológica informada por novos questionamentos como as relações de mestiçagem e os contatos interétnicos,

pretende-se problematizar os processos de adaptação, negociação e reformulação pelos quais os povos indígenas do Paraguai passaram, dando destaque para os itatins. Considera-se o espaço das missões não como um local de imposição dos costumes europeus, mas sim como um lugar de fluxos e tensões socioculturais, situado nas margens do império espanhol da América do Sul. Para isto, se torna crucial incorporar a dinâmica de fronteira desta região, que aumentava as possibilidades de negociação dos índios com as diretrizes metropolitanas ibéricas. Devido à importância fundamental dos indígenas para a edificação da colonização foi permitido que os índios missioneiros estivessem isentos da prestação do serviço pessoal e pudessem portar legalmente armas de fogo, duas situações inéditas nas localidades coloniais diversificadas que pertenciam à monarquia espanhola.

EXPEDIÇÕES DE CONQUISTA IBÉRICA E TENTATIVAS DE SUBMETER OS POVOS INDÍGENAS DO PANTANAL AO DOMÍNIO EUROPEU NO SÉCULO XVI

João Filipe Domingues Brasil

O presente artigo analisa as expedições de conquista ibérica e tentativas de submeter os povos indígenas do Pantanal ao domínio europeu no século XVI. O objetivo do trabalho é contribuir para a compreensão da história dos povos indígenas da região em um contexto mais amplo, ligado à história da região platina frente às ações dos invasores europeus. Para este propósito, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema, contido, sobretudo, em fontes primárias e secundárias, como os relatos feitos por Ulrico Schmidl e Álvar Núñez Cabeza de Vaca, à luz da etno-história.

"SERVIDOR DE V. MAJ., FIEL E OBEDIENTE AOS MISSIONÁRIOS": A INSITUCIONALIZAÇÃO DAS LIDERANÇAS INDÍGENAS COLONIAIS NA AMAZÔNIA (SÉCULOS XVII E XVIII)

Rafael Ale Rocha

O objeto desta comunicação é as lideranças indígenas coloniais da Amazônia (séculos XVII e XVIII). Com base nas cartas patentes concedidas pelos governadores da região (porção integrante do império português chamada de Estado do Maranhão e Grão-Pará ou, posteriormente, Estado do Grão-Pará e Maranhão), pretendemos entender a constituição dessa elite eminentemente indígena. Nossa hipótese, ainda em construção, afirma que, sob o amparo do estado moderno luso (que institucionalizava e/ou legitimava essas lideranças indígenas no mundo colonial), pelo menos três princípios determinaram a consolidação da referida elite: 1) a lógica das elites portuguesas (definida pelo conceito de "nobreza"); 3) a lógica da chefia "tradicional" atribuída aos diversos grupos indígenas (caracterizada pelas relações familiares e pelo que os portugueses chamavam de "nação"); 3) as conjunturas e os contextos que marcaram a Amazônia Portuguesa. Quanto ao pri-

meiro princípio, sabe-se que, conforme a literatura contemporânea (juristas, tratadistas, canonistas, entre outros), a nobreza portuguesa era fracionada em diversos graus, das quais a "nobreza da terra", os "principais da terra" ou as "mais importantes" famílias das diversas regiões do reino caracterizavam uma elite eminentemente local, isto é, relacionada às instituições locais de prestigio, comando e administração (especialmente as câmaras municipais e as tropas de ordenanças) – diferente de alguns graus de nobreza supra locais, isto é, que graduavam um indivíduo ou grupo em nível de todo o reino, ou seja, aquela nobreza definida por títulos diversos concedidos pela monarquia (como, por exemplo, os cavaleiros de ordem militar). Quanto ao segundo princípio mencionado, apesar das poucas informações existentes sobre as características sócio-políticas "tradicionais" das diversas nações ou etnias que habitavam a região, sabe-se que boa parte das comunidades indígenas da Amazônia, pelo menos aquelas que vieram a ser aliadas dos lusos, era caracterizada pela fluidez das identidades étnicas e da autoridade das lideranças (normalmente os chefes de famílias). É a simbiose desses princípios que pretendemos descrever. A presença marcante dos dois elementos mencionados, visto que o vínculo com a nação e com o aldeamento missionário de residência (na condição de oficial do mesmo) era sempre destacado pelas cartas patentes dos líderes indígenas, deve-se ao terceiro princípio mencionado: o contexto constitutivo da Amazônia portuguesa, isto é, as relações transfronteiriças entre o estado português e as demais potências europeias (especialmente os holandeses, os franceses e os espanhóis). Em síntese, procuramos entender a institucionalização da liderança indígena, ou seja, a legitimação da condição de chefe garantida pelo estado monárquico português através da integração dessa liderança à estrutura burocrática do mesmo estado – estrutura definida por um diploma legal (a patente) e por normas de seleção específicas dos oficiais (as lideranças indígenas). Em outras palavras: a progressiva e gradual integração do chefe e das sociedades indígenas à burocracia do mundo português em diferentes conjunturas dos conflitos – entre portugueses, espanhóis, franceses e holandeses – que envolviam as diversas comunidades indígenas da região. Por ser progressivo e gradual, como observaremos, essa integração das lideranças indígenas estava intimamente relacionada às conjunturas citadas.

O LIMIAR DA FRONTEIRA: OS PRINCIPAIS E O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS NO GRÃO-PARÁ, SEGUNDA METADE DO SÉC. XVIII

Ângela Sánchez Leão

Durante o período do Diretório no Governo de Mendonça Furtado – meio irmão de Marquês de Pombal, os Principais nas vilas e lugares, que eu considerei como *Zonas de Contato,* acabaram se tornando homens que viviam entre dois mundos diferentes, portanto, eles eram o limiar da fronteira existente entre estes dois mundos. É necessário que se estabeleçam limites, e os Principais cumpriam este papel. Para que tudo não fosse perdido era neces-

sária a transformação, a renegociação, a recriação de seus mundos. Uma verdadeira guerra silenciosa na maior parte do tempo, mas, também ruidosa, entre dois mundos extremamente diferentes, entre duas culturas aparentemente incompatíveis se deslanchava entre poderes nitidamente assimétricos. Assim, cada Principal poderia representar um exército de índios escravos bem comandados, na visão limitada dos colonizadores. Porém, como demonstrou nossa pesquisa, os acordos se faziam e também se desfaziam na mesma proporção. Descimentos também eram frustrados e refeitos, as alianças eram de fato circunstanciais. Com relação aos Descimentos, aos Resgates e a outras formas de captura de índios para empregar em trabalhos pesados, para serem cristianizados e dominados não houve grandes mudanças com a implantação do Diretório a não ser no que se refere a presença de Diretores (não índios) nestes espaços e ao deslocamento compulsório de contingentes diversificados de etnias para frentes de trabalhos em locais estratégicos, para o processo de demarcação de limites das "terras do reino Português". Até a década de 1780, ainda encontramos documentos que se referem ao aprisionamento de índios, escravização ou mesmo ao domínio de povos inteiros.

RELAÇÕES SOCIAIS, CULTURA MATERIAL E FRONTEIRAS NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO PORTUGUESA DA BACIA DO RIO BRANCO (RORAIMA – SÉC. XVIII)

Francisco de Paula Brito

O presente trabalho tem o objetivo de apresentar a investigação sobre relações sociais, cultura material e fronteiras estabelecidas na região do Rio Branco, a partir do momento em que a Coroa portuguesa passou a executar uma política de controle das áreas localizadas na Amazônia setentrional. As fronteiras em questão são definidas pelos tratados de Madri e de S. Ildefonso, na segunda metade do século XVIII. As relações sociais em tela são aquelas entre agentes colonizadores europeus e os diversos povos indígenas que habitavam a região *circum*-Roraima. No tocante à cultura material, destaca-se a circulação (ou restrição de circulação) de ferramentas agrícolas, armas-de-fogo, "quinquilharias", de caça, pescados, do extrativismo das "drogas do sertão", artefatos indígenas, farináceos e outros elementos que fazem a mediação entre os diferentes agentes desse processo tardio de colonização. Visando aprofundar a compreensão sobre como as relações sociais foram se estabelecendo nas últimas décadas do século XVIII, apresentamos um panorama que tem a finalidade de demonstrar a instalação e os desdobramentos do processo de aldeamento das populações indígenas, culminando com os levantes indígenas ocorridos por volta de 1790. Trata-se de um breve painel de fundo histórico que privilegia tanto os tipos humanos quanto as formas das relações sociais estabelecidas entre os diferentes agentes que interagiram nesta, até então, remotíssima área da Amazônia Setentrional. Argumentamos que as mudanças forçadas nos modos de vida indígenas contribu-

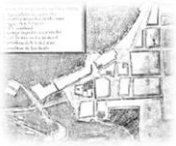
íram de forma direta para o fracasso dos aldeamentos mantidos pelos portugueses no referido espaço. Em razão disso, abordamos a forma como ocorreram metamorfoses responsáveis pela transformação de mundos tão distintos - como eram o modelo de mundo que sustentava a expansão do império português, de um lado, e o dos diversos povos nativos que habitavam ao longo do grande Vale do Rio Branco, de outro. Metodologicamente, focalizamos documentos que contemplam aspectos das redes de relações mantidas entre os agentes coloniais portugueses, holandeses e espanhóis no contato com as populações originárias do Rio Branco, bem como as relações entre estas. Partimos de uma perspectiva que valoriza os discursos de viajantes, de funcionários de governo, de religiosos e de pesquisadores, em diálogo com a historiografia geral produzida sobre a região. Apesar de pensadas na condição de "ações estratégicas de Estado", as relações estabelecidas entre as populações tradicionais da bacia do Rio Branco e os demais agentes que foram paulatinamente ocupando o território dessa região, se efetivaram mais pelas vicissitudes do contato direto do que pelo cumprimento de uma pauta definida pelo "Estado". Tratam, antes, de relações sociais, uma vez que construídas e sedimentadas mais pela dinâmica do convívio do que pelo aprioristicamente definido. A disputa pelos contornos das fronteiras coloniais e a pressão pelo controle dos recursos materiais da região conformam as posições-chave no jogo de relações sociais.

SER NEGRO NA AMAZÔNIA COLONIAL: ADAPTAÇÃO E RESISTÊNCIA NO ESTADO DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO (1755-1817)

Kézia Wandressa da C. Lima

Este trabalho trata sobre o negro na Amazônia no século XVIII, mostrando como ele esteve inserido dentro da lógica colonial na região do Grão-Pará e Maranhão, identificando as relações existentes entre índios, escravos africanos e colonizadores. Outro ponto importante abordado é com relação ao processo de adaptação do negro ao sistema hierárquico colonial na Amazônia e as formas de resistência que foram adotadas pelos negros para afirmarem-se dentro do sistema, considera-se aqui as fugas nas fronteiras com a Guiana Francesa e as brechas forjadas dentro dos regramentos coloniais. Para tanto, foram utilizados nessa pesquisa além das bibliografias existentes, fontes primárias transcritas no livro "Relatos de Fronteiras: fontes para a História da Amazônia séculos XVIII e XIX" e no "Livro da visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará", além do sistema *database voyage*. Foi um processo histórico de longa duração em que os negros passaram por uma experiência de exploração e pressão, mas que reagiram, encontraram brechas dentro do sistema colonial e se inseriram através da resistência e adaptação à sociedade da Amazônia setecentista. Quanto ao recorte espacial, limito-me ao estudo da Capitania do Pará, região hoje correspondente pelos atuais Estados do Pará e Amapá e que integrava o Estado do Grão-Pará e Maranhão, que em 1751 passa a ter a cidade do Pará como

sede administrativa do Estado (SANTOS, 2008). Anteriormente, a região era denominada como Estado do Maranhão e Grão-Pará com sede em São Luís, e havia sido criada em 1621, com um governo separado do então Estado do Brasil e administrativamente ligado a Lisboa, com sede administrativa no Maranhão até 1750 (FARAGE, 1990). Importante considerar também a região fronteiriça entre Grão-Pará e Guiana Francesa por serem pontos privilegiados de observação das relações entre africanos e outros grupos, a resistência, fugas, criação de mocambos na fronteira e que resultaram numa intensa produção de documentos pertinentes a essa temática. A pretensão nesse trabalho é colaborar ao trazer a tona a nossa própria história, um pequeno recorte temporal da formação histórica do norte do país, no qual é comum a ideia de que a Amazônia colonial tenha sido pouco ou quase nada construída pelas mãos de negros escravizados e que sua população predominante eram os colonos, nativos, índios e caboclos e que estes "formavam a base colonial de ocupação europeia na Amazônia", embasando para tal argumento a questão quantitativa (FONSECA, 2011). É preciso mostrar a força desses negros, a resistência, as estratégias de adaptação e a não passividade e indiferença ao sistema colonial, escravista e hierárquico a que foram submetidos. É importante dar voz a agentes históricos "subalternos" e que nós conheçamos os papéis fundamentais que eles tiveram na construção desse processo histórico.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 10
Elites, práticas e instituições nas monarquias ibéricas e seus domínios ultramarinos

Coordenadores: George F. Cabral de Souza (Universidade Federal de Pernambuco) e Maria Fernanda Bicalho (Universidade Federal Fluminense)

13 de setembro de 2016

SUPLICAS DE LOS SUBDELEGADOS DE LA INTENDENCIA DE YUCATÁN, NUEVA ESPANÃ

Laura Olivia Machuca Gallegos

En este trabajo que tiene como espacio temporal, la capitanía general de Yucatán, en el virreinato de la Nueva España de la Corona Española, me ocuparé de un nuevo funcionario que surgió a raíz de las reformas borbónicas (1786), para acabar con el poder de que gozaban los alcaldes mayores, los funcionarios instalados sobre todo en las jurisdicciones de indios. En el territorio de la Nueva España se crearon 12 intendencias, entre ellas Yucatán. Los intendentes estaban a la cabeza del territorio y los subdelegados, en calidad de oficiales asalariados y magistrados locales, eran sus subordinados. Estos subdelegados tenían jurisdicción de justicia, hacienda, gobierno y policía. En realidad se volvieron intermediarios entre la población rural de su jurisdicción y las ciudades, en este caso las três principales de la península: Mérida, Valladolid y Campeche. En esta ponencia quisiera explorar, el tema de las suplicas, más analizadas entre los franceses e ingleses y, en especial en las de los "pobres" pidiendo una gracia al rey. Me interesaré sobre todo en un tipo de suplicas muy puntuales, las que enviaban directamente al rey los candidatos a ocupar un puesto como subdelegados en Yucatán, entre 1790 y 1820. La muestra con la que se trabaja, apenas implica 27 personas y poco más de 40 suplicas, y más que ser representativa cuantitativamente, resulta de interés porque salen a relucir las motivaciones de estos aspirantes a ocupar un cargo mediano en la administración colonial, o que demandaban una prórroga para seguir en el puesto un periodo más. El análisis de estos documentos nos muestra que si nos limitáramos a estudiar a este grupo siguiendo la legislación y los formalismo, perderíamos de vista vericuetos y caminos indirectos, que vuelven el panorama más complejo. Sobre todo se analizarán sus ideas acerca del mérito, la pobreza, las autoridades y las familias locales, justificación para reelegirse en el cargo, y en general la opinión que vierten en general sobre el funcionamiento del aparato administrativo. La Ordenanza de Intendentes marcaba que los subdelegados debían ser nombrados exclusivamente por los intendentes y por el tiempo "de su voluntad". Después de varias medidas por real orden del 19 de enero de 1792 las facultades que se habían dado en un principio a los intendentes pasaron a

los virreyes, los primeros tenían facultad de proponer una terna, el tiempo de servicio sería de 5 años y los subdelegados sólo podrían ser removidos por causa justificada. Justamente el análisis de los argumentos esgrimidos por los subdelegados o aspirantes a través de sus suplicas, el trazo de las carreras vitales, de los méritos y otros "servicios hechos a la Corona" pueden aportar a la discusión sobre el perfil de la burocracia colonial. Entonces la vía tradicional era la terna hecha por el intendente según las aptitudes (o las relaciones) de los candidatos. En el caso de las suplicas que analizamos la demanda se realizaba directamente al Rey.

TRAJETÓRIAS FAMILIARES E ASCENSÃO SOCIAL NO GRÃO-PARÁ (SÉCULOS XVII-XVIII)

Marcia Eliane Alves de Souza e Mello

O trabalho que trazemos para apreciação e debate faz parte de uma pesquisa mais ampla, ainda em andamento, a qual pretende observar a formação das elites locais do Estado do Maranhão e Grão-Pará. Centramos essa comunicação na trajetória de alguns indivíduos pertencentes a três ramos familiares estabelecidos na capitania do Pará, a saber: os Ferreira Ribeiro, Siqueira Queirós e Miguel Aires. Distinguindo-se os membros desse grupo como cidadãos privilegiados com cargos na câmara, patentes militares, hábitos de cavaleiros de ordens militares e até mesmo portadores brasão de armas. Aplicamos na reconstituição das trajetórias fontes de natureza diversa, buscando cobrir o máximo de informações possíveis, partindo daquelas mais amplas e que envolviam várias gerações, como as justificações de nobreza, habilitações para ordens militares, passando também por aquelas mais particulares como: cartas e patentes de cargos militares, doações de terras e sesmarias e nomeações de serviços existentes nos Arquivos da Torre do Tombo. Contudo, não só os símbolos de distinção foram aqui analisados. É igualmente importante ressaltar os condicionantes locais que ajustavam a ascensão social, as conexões que se constituíam entre os seus diversos membros, pelos casamentos ou redes de sociabilidade, instituindo laços e conferindo privilégios para os seus membros. O Grão-Pará pela sua dinâmica socioeconômica diferenciada do restante da América portuguesa, requer na compreensão da formação da elite colonial ali presente, que se observe quais seriam as "qualidades" aceitáveis nessa conjuntura. Somente através do conhecimento comparativo dos elementos constitutivos dessa elite local será possível compreender as estratégias de nobilitação e afirmação social utilizados por estes indivíduos. Assim, com a ampliação dos estudos sobre essa sociedade colonial, revelando suas próprias experiências, ainda que, articuladas ao o que ocorria nos demais espaços ultramarinos é que poderemos avançar para um debate mais profícuo. Em meados do século XVIII, identificamos vários conflitos envolvendo indivíduos pertencentes a esses grupos familiares, nos quais se identificavam como "*filhos e netos de legítimos cidadãos*", enquanto rejeitavam os reinóis no acesso aos cargos do senado, ainda que eles tivessem a nobreza necessária para o exercício dos cargos. A partir dessa ocor-

rência, se levantou elementos para analisar as práticas empregadas por esses indivíduos na afirmação do seu poder, enquanto "pessoas mais nobres e principais daquela cidade".

E RECEBERÁ MERCÊ: A ENTRADA NAS FILEIRAS DAS ORDENS MILITARES PORTUGUESAS NO SÉCULO XVIII

Nelson Manuel Vaquinhas

No século XVIII, em Portugal, o capital informacional detido por instituições com créditos firmados em matéria de estatutos de limpeza de sangue era alvo de minuciosa gestão, desde a sua produção até à sua guarda permanente. As provas de habilitação para ingresso nas fileiras das Ordens Militares são exemplo disso e objecto desta comunicação. Pretende-se conhecer, em particular, o sistema de informação das Ordens Militares, no que respeita aos processos de concessão de hábitos das Ordens Militares. Eis algumas questões que sobressaem neste estudo: que mecanismos eram utilizados para responder às necessidades informacionais da Mesa da Consciência e Ordens no plano das provas e acções administrativas instituídas para o recrutamento de activos? De que forma a Mesa da consciência e Ordens, enquanto Mesa, e os Mestrados granjearam este recurso informacional? Como era partilhado este capital entre sistemas envolventes e de que forma seria determinante esta cooperação institucional em processos de inquirição e angariação de provas acerca dos candidatos? E como era controlada, organizada e recuperada essa informação tida como sigilosa? Por fim, que procedimentos, circuitos, e tipologias documentais eram desenvolvidos no âmbito dos processos de habilitação?

O IMPÉRIO ULTRAMARINO E O MODO DE SE FAZER UMA GUERRA: RELATOS DAS GUERRAS DO MARQUES DE CASTELO NOVO NO ORIENTE

Marcos Aurélio de Paula Pereira

Esta comunicação explora a temática da expansão ultramarina e conservação de domínios lusitanos no além-mar através da ação de personagens históricos conhecidos e relatos de guerras no Oriente em fins do reinado de D. João V, primeira metade do século XVIII. Pensa-se a carreira militar como forma de ascensão e a guerra como instrumento não apenas de violência, mas principalmente de conquista e reconquista política. Assim, aborda-se a carreira de nobres, fidalgos e soldados em serviços prestados a Coroa portuguesa, fosse galgando mercês e benesses nobiliárquicas, fosse na hierarquia das forças militares e em cargos administrativos. Partindo da premissa de que o estudo da atuação dos administradores do império ultramarino, enquanto representantes do monarca, passa pela análise de sua trajetória de vida, onde o público e o privado parecem imbricados, exemplificamos como servir no ultramar se tornou no setecentos a forma mais eficaz de alcançar prebendas - vultosas ou não. Ao mesmo tempo enfatiza-se como a guerra

ainda tinha significado importante e preenchia o imaginário dos agentes do vasto império ultramarino português como campo de afirmação de um poder simbólico. Salienta-se que o Oriente ainda era visto como um mundo privilegiado para conquistas e glórias marítimas, mesmo em detrimento da contínua e crescente valorização do Atlântico Sul em questões políticas e econômicas. Para tal recorremos a discussões régias e sobre nomeações dos Vice-reis da Índia, o 5º Conde de Ericeira e 1º Marquês de Louriçal e seu sucessor D. Pedro Miguel de Almeida Portugal, 3º Conde de Assumar, nomeado Marquês de Castelo Novo, cujo título foi alterado para Marques de Alorna em razão da repercussão da conquista dessa praça. Em seguida passaremos aos olhares distintos sobre a condição do Estado da Índia em relatos do Marquês de Alorna e complementa-se esses relatos com notícias do front de soldados e oficiais que participaram das conquistas desse nobre, revelando as estratégias dos combates e impressões desses soldados em várias ocasiões. Enriquece-se ainda mais as análises com a correspondência da família do vice-rei que trata sobre as questões da conservação do Estado da Índia e conflitos bélicos. As cartas e os relatos anunciados são inéditos e permitem, quando examinados comparativamente, estudar a perspectiva das conquistas e do ethos dos servidores del Rey nas franjas do império.

"OS HOMENS DA TERRA E OS LEAES VASSALOS DAS ARMADAS DO BRASIL: GOVERNO À DISTÂNCIA NA CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO (SEC. XVII)"

Luiz Cláudio M. Ribeiro

Na viragem do século XVII o Espírito Santo, donataria da Casa dos Coutinho voltada à produção de açúcar e gêneros mercantis, experimentava o absentísmo no governo local. Enquanto estiveram na capitania os fidalgos influíram nas Câmaras e nos ofícios de sua nomeação. Porém, a partir da provisão de Francisco de Aguiar Coutinho na sucessão da capitania, inicia-se um prolongado período de governos à distância, quando os donatário estarão envolvidos diretamente nas armadas que partem de Portugal para o Brasil e, posteriormente, no *front* interno da Guerra de Restauração. Bordejé y Morencos (Madrid: Mapfre, 1992) propõe que na trégua com os Países Baixos no princípio do século XVII a Espanha terá cometido o êrro estratégico de não incluir cláusulas proibitivas de navegarem para os domínios espanhois e portugueses nas Américas. Em suas palavras, "*…+ España jamás llegó a concertar una estrategia Americana y maritima, por estimar, equivocadamente, que el Atlántico sería siempre un mar tranquilo y sosegado, libre de amenazas…" (p. 202). As armadas ao Brasil e outros domínios ultramarinos com o recrutamento de homens a quem os reis, em reconhecimento dos serviços de guerra, distribuíram mercês, incluindo ofícios régios nas capitanias. Tal estratégia, ainda que em demanda das Câmaras locais, foram não raro objeto de tensão entre a Coroa e as elites locais. André Costa ("La milicia, el rey y la Guerra…", in: Ibañez, Madrid, Red Columnaria, 2009) explica que a ação da Coroa ibérica visava contornar as resistências locais de forma a atender as necessidades específicas de defesa, selecionar os oficiais de guerra,

e negociar as aspirações das oligarquias urbanas na América. Nesse contexto, os cargos e ofícios do Espírito Santo, apenas parcialmente ocupados, serão distribuídos entre aqueles *leaes vassalos* das armadas do Brasil que aos poucos comporão um novo grupo de elite e disputarão a indicação dos Capitães-mores e ocupantes da Câmara de Vitória, antes ocupados pela elite da terra. Muitos autores demonstraram que as Câmaras municipais eram o espaço politico de articulação dos interesses de tais grupos de elite. Os estudos são quase unânimes em demonstrar que, no Brasil, gastos de defesa e arrecadação de impostos para o custeio das despesas crescentes do Reino foram negociados como contrapartida para a ampliação dos poderes camarários com o Rei. Para Bicalho, "forjava-se assim um compromisso lógico – dito em outras palavras, um pacto politico – entre Rei e súditos, através de seus órgãos de representação, ou seja, as Câmaras. Alimentando tal pacto figurava o mecanismo gracioso de concessão régia de honras e privilégios. Desta forma, o indivíduo ou o grupo que requeria um bem ao Rei, reafirmava a obediência devida, alertando para a legitimidade da troca de favores e, portanto, da obrigatoriedade de sua retribuição." (M.F. Bicalho, "Centro e periferia: pacto e negociação política na administração do Brasil colonial." In: Leituras Revista da Biblioteca Nacional, nº 6, 2000. pp.17-39). A Câmara de Vitória, em complexa subordinação entre o governo-geral e a "Repartição do Sul" terá, diante da ausência dos donatários, processo diferenciado de formação de grupos de elite e negociação direta com a Coroa. Examinaremos o esforço à distância dos donatários por retomar seu controle politico frente à Coroa e grupos que disputavam localmente o poder. Num universo político conturbado por perdas de possessões ultramarinas e pela Restauração da Coroa, as urgências do Reino confrontam os interesses das elites capixabas.

A CASA DOS PIRES DE CARVALHO E ALBUQUERQUE: SUCESSÃO VINCULAR E REPRODUÇÃO SOCIAL DE UMA FAMÍLIA DE ELITE DA BAHIA COLONIAL

Eduardo José Santos Borges

Esta comunicação busca fazer uma descrição da dinâmica de reprodução social colocada em prática pelos Pires de Carvalho e Albuquerque, durante o século XVIII. Decorrente de especificidades jurídicas, a reprodução social de certas famílias em território do reino enquadrou-se ao estatuto da nobreza, com todas as prerrogativas e privilégios de um grupo social juridicamente definido. A impossibilidade de enquadramento ao estatuto legal da nobreza reinol, entretanto, não foi fator suficiente para impedir a vinculação dos bens entre as famílias mais abastadas da Bahia colonial nem do uso do morgadio como seu desdobramento imediato. O que se pretende é a realização de uma análise embrionária de uma prática do modelo reprodutivo vincular enquanto comportamento de referência de uma família de comprovado peso político, econômico e social na Bahia colonial. Ações como o casamento e o destino celibatário refletiram um comportamento estratégico na evolução do processo de ascensão e consolidação socioeconômica da família no interior da sociedade baiana colonial.

"ENTRE A CRUZ E A CALDERINHA: MATEUS NUNES, UM OUVIDOR A SERVIÇO DA MONARQUIA NAS TERRAS DOS ASSECA"

Claudia Cristina Azeredo Atallah

A comunicação proposta faz parte de uma pesquisa intitulada "Capitanias donatárias e a administração da justiça: o caso da Paraíba do Sul dos Campos dos Goytacazes (1674-1754)" e visa analisar a atuação do ouvidor da capitania do Espírito Santo, Mateus Nunes José de Macedo, na administração da justiça na capitania donatária da Paraíba do Sul, doada, através de carta de doação, ao Visconde de Asseca em 1674. Na Paraíba do Sul, a correição real instituída a partir de 1727 ficou sob a responsabilidade da comarca do Rio de Janeiro. No início da década de 1730 o ouvidor Manoel da Costa Mimoso, em correição ordenada pelo Conselho Ultramarino por aquelas terras, atentou para as "parcialidades" que insuflavam os conflitos locais. O oficial estendeu sua visita à Vila de Vitória, onde os conflitos locais também eram cotidianos, observando "ser a causa do geral desconserto a falta de quem administrasse inteira justiça" e a dificuldade que encontravam os ouvidores do Rio de Janeiro para fazer correição, estando a "160 léguas de jornada dificultosa". Em seus registros alertou ao reino sobre os apelos daqueles povos quanto à necessidade de se instalar uma ouvidoria na capitania do Espírito Santo, emitindo parecer favorável a tais clamores. Acompanhando a assertiva do ouvidor, o Conde de Sabugosa escreveu ao Conselho Ultramarino em 1732 informando sobre a necessidade de se instalar uma ouvidoria geral na capitania do Espírito Santo. O tribunal, por sua vez, acatou as recomendações dos oficiais e, em 15 de janeiro do mesmo ano, fez lavrar uma resolução real criando a ouvidoria geral do Espírito Santo. A coroa portuguesa concedeu à comarca do Espírito Santo, instaurada em 1741, o direito de correição nas terras dos Asseca e tal fato demarcou o início de uma série de conflitos entre o referido ouvidor, os oficiais da justiça concelhia, esta de primeira instância, e os homens bons da Paraíba do Sul. A justiça representava um dos princípios mais nobres da monarquia e possuía a função de zelar pela harmonia social e bem estar dos povos. Sua execução, associada desde cedo à figura real, representava a base da boa governança ao coadunar a esfera jurídica e a prática administrativa. Nossa intenção será analisar as estratégias utilizadas por Mateus Nunes para administrar a justiça em nome do rei no Espírito Santo e realizar as correições em seu termo (que incluía as terras dos Asseca) em prol do bem comum e da paz dos povos. O ouvidor em questão foi o segundo a ocupar o lugar na recém-criada comarca do Espírito Santo, de 1743 a 1748. Os registros nos mostram que, além dos conflitos típicos da política administrativa de Antigo Regime, na Paraíba do Sul estes foram redimensionados devido principalmente à condição donatária daquelas terras.

AUTOS DE CONTA, OUVIDORES E CONTROLE CAMARÁRIO EM VILA RICA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII

Luiz Alberto Ornellas Rezende

A historiografia recente tem se dedicado a analisar a autonomia dos poderes locais na colônia, ora enfatizando a capacidade das elites locais de exercerem poder e cooptar os agentes régios para suas causas, ora destacando momentos específicos em que estes mesmos agentes conseguiam limitar as prerrogativas dos poderes locais. É certo que essa correlação de forças oscilou ao longo do período colonial em função de uma série de fatores, entre os quais está a distância em relação ao centro do Império luso, a importância política e econômica da região e a capacidade de articulação dos grupos locais. Medir essa oscilação não é tarefa fácil, tampouco objetiva. A análise sistemática das fontes financeiras das câmaras municipais, pode contribuir, haja vista que a capacidade de arrecadação e gasto implicava em maior poder e relativa independência dos oficiais camarários em relação aos agentes régios. Tão importante quanto a oscilação das receitas e despesas são os chamados autos de conta, revisões anuais das contas camarárias feitas pelo ouvidor. Em Vila Rica, a partir da segunda metade da década de 1720, as revisões implicaram cortes profundos nos gastos e afetaram significativamente alguns membros das elites política e econômica local. O grau de ingerência dos ouvidores nas contas camarárias também oscilou. A partir da década de 1740, por exemplo, as intervenções se intensificaram, a ponto do ouvidor Caetano Furtado de Mendonça produzir um documento denunciando o descuido anualmente reiterado nos gastos municipais. O que estava em jogo, por detrás dessas intervenções, era a criação de uma situação favorável à implantação da terça régia. Em Vila Rica, até meados dos setecentos, esse tributo, que direcionava um terço da arrecadação camarária para o rei, nunca fora implantado, apesar do empenho reiterado dos ouvidores desde meados da década de 1730, com a conivência dos escrivães camarários, nomeados pelo rei. A capacidade de arrecadação anual média da Câmara Municipal de Vila Rica era de 10 contos de réis, estima-se que estivesse entre as maiores de toda a colônia, rivalizando com a do Rio de Janeiro. Os gastos eram limitados pela arrecadação, no entanto, verifica-se uma tendência a déficits anuais significativos, ao menos até meados da década de 1740, causados principalmente pelo valor elevado das chamadas propinas (valores pagos aos oficiais por participação em festividades locais), pelas esmolas (valores doados às instituições religiosas para reforma e manutenção) e pelas obras públicas. Frente a uma arrecadação elevada, os oficiais camarários mantinham um gasto ainda mais elevado, os saldos tendiam a déficit, o que, à primeira análise, inviabilizava a implantação das terças régias por falta de recursos. Nesse contexto, parece-nos que a intensificação dos autos de contas dos ouvidores, a partir das décadas de 1730 e 1740, teve como objetivo liberar receita para viabilizar a implantação da terça régia, através do corte de gastos considerados supérfluos aos olhos do ouvidor. Ao analisar apenas os autos de contas que resultaram em revisões significativas das contas municipais (retorno ao

cofre local de mais de 10% das receitas anuais), vê-se que, na maioria dos casos, os cortes incidiram sobre avultadas doações feitas a instituições religiosas, nem sempre locais, e ainda sobre as obras públicas. Poucas vezes os cortes atingiam as propinas pagas aos camaristas e ao próprio ouvidor, embora fossem esses os gastos que mais oneravam as contas municipais, comprometendo, em média, 30% da receita anual.

O SENHORIO DA PRINCESA: ESTRATÉGIAS DE AFIRMAÇÃO POLÍTICA SOB UM TERRITÓRIO COLONIAL NAS MINAS GERAIS

Edna Mara Ferreira da Silva

Campanha da Princesa foi o nome dado a uma das últimas vilas mineiras criadas no século XVIII, em alusão direta a monarquia portuguesa. A elevação à vila do antigo arraial de Campanha do Rio Verde deve ser entendida como parte de um movimento mais amplo que se inseria no contexto das transformações ocorridas em Minas Gerais na segunda metade do século XVIII, tanto em termos econômicos quanto políticos. O estabelecimento de limites tanto internos quanto externos e a expansão territorial em fins do século XVIII e inicio do século XIX na América portuguesa seguiu ritmos diferentes, e Minas Gerais como região estratégica do império português se inseria nesses movimentos territoriais. A ocupação do sul de Minas, assim como em outras regiões da capitania onde o ouro não foi encontrado, ou rapidamente se escasseou, se deu de forma mais lenta do que a percebida nas áreas de mineração. A fronteira sul da capitania era aberta ao trânsito dos paulistas e era área de litígio entre as capitanias de São Paulo e Minas Gerais. Dessa forma o estabelecimento da vila de Campanha configurou-se como recurso de organização administrativa, mas também serviu como elemento poderoso de reafirmação da soberania portuguesa, endossado pelo Senado da Câmara da vila que passa a destinar um terço de seus rendimentos a um donativo a herdeira do trono português. Uma das estratégias pouco estudadas e que merece uma investigação mais detida envolve a doação da terça parte da arrecadação da vila de Campanha para "os alfinetes da princesa". A essa doação segue um curioso ato, o da posse do senhorio da vila à princesa do Brasil. A posse do senhorio da vila de Campanha em 1806, fez com os oficiais da Câmara de São João del Rei se manifestassem preocupados com o significado do senhorio e do alcance de novas atribuições abertas para a vila de Campanha. Essa comunicação se propõe a investigar essas ações da Câmara de Campanha, o auto de posse do senhorio da vila e doação da terça parte do rendimento de seus bens para a Princesa do Brasil. Qual o significado político dessas ações no início do século XIX? O que buscavam ou almejavam os oficiais da Câmara de Campanha? Nesse período o papel fundamental na resolução dos conflitos em relação a posse do território e na consolidação do papel político da região é dos oficiais da Câmara de Campanha e de seu juiz de fora, Joaquim Carneiro de Miranda e Costa, usando suas atribuições para sobressair no cenário regional. A posse do senhorio da vila da Campa-

nha à Princesa do Brasil serviu de alguma forma aos interesses do Senado da Câmara? Política, administração e justiça aparecem amalgamadas nas diversas disputas entre a vila da Campanha e a cabeça de comarca, São João del Rei, mas ao mesmo tempo frente a capitania de São Paulo, representando dessa forma, os interesses próprios da vila mas que se configuram como interesses também mineiros numa perspectiva mais ampla. Em face as transformações geopolíticas e rearranjos econômicos que atingem o Brasil no inicio do século XIX, buscamos o sentido dessa reminiscência feudal e seu contexto para a vila da Campanha da Princesa.

14 de setembro de 2016

LOS CURAS DEL ARZOBISPADO DE MÉXICO FRENTE A LA GUERRA DE INDEPENDENCIA, 1810-1821

Rodolfo Aguirre Salvador

Esta ponencia tiene como objetivo plantear algunas ideas que ayuden a enriquecer el conocimiento del papel político y social que jugaron los curas durante la insurgencia. En especial interesan los párrocos considerados "neutrales" o "ambiguos" porque en ellos es posible advertir matices políticos de los que se ha escrito poco. Debajo de la etiqueta de "neutral" es posible hallar posturas político-religiosas que toman distancia de los principios políticos realistas o insurgentes predominantes por esa época y se acercan más a la teología moral en que tradicionalmente se formaban los clérigos en las aulas. Si bien el clero insurgente ha sido más estudiado, se conoce menos sobre los curas realistas o los neutrales. La idea aquí es discutir que, no obstante el ambiente de polarización política y social de la época de insurgencia, un sector importante del clero parroquial del arzobispado de México mostró intencionalmente una ambigüedad que le permitió hacer frente a las exigencias, tanto de rebeldes como de realistas, conservando hasta cierto punto la integridad de las parroquias, anteponiendo su figura de párrocos a la de militante "insurgente" o "realista".

POLÍTICA ECONÔMICA METROPOLITANA E INTERESSES LOCAIS: AS ARREMATAÇÕES DOS DÍZIMOS REAIS NAS CAPITANIAS DA BAHIA, DE PERNAMBUCO E DE SÃO PAULO NA DÉCADA DE 1790 – NOTAS DE PESQUISA

Ana Paula Medicci

Esta comunicação apresenta indicações iniciais de uma pesquisa em andamento, relativas à aplicação e aos desdobramentos da política econômica portuguesa para com os domínios ultramarinos americanos em período de crise do Antigo Regime português. Privilegia-se a implantação das estratégias de controle da Coroa sobre o sistema de arrecadação de tributos reais e o modo como estas estratégias foram recebidas por autoridades e

grupos de poder radicados na América Portuguesa. O foco desta análise são os processos de arrematação dos contratos dos Dízimos Reais, principal imposição a incidir sobre a produção local, bem como suas implicações frente aos grupos de interesse locais e metropolitanos envolvidos nesse ramo de negócio. Para isso, propomos o estudo comparativo de uma série de conflitos ocorridos durante a década de 1790 e o início dos oitocentos, relacionados à arrematação dos contratos dos Dízimos Reais em três localidades da América portuguesa, a saber: as capitanias da Bahia, de Pernambuco e de São Paulo. No início desse período, três governadores e capitães-generais foram nomeados e chegaram praticamente ao mesmo tempo à América Portuguesa para administrarem as capitanias citadas. Presidentes das Juntas de Fazenda locais, prerrogativa de sua posição, estes governadores acabaram por se envolver diretamente no sistema de arrematações das rendas reais; ora deslocando e/ou afastando, ora aproximando grupos de interesses envolvidos em um dos ramos de negócios que mais ligava súditos e Coroa portuguesa. A despeito de apresentarem composição demográfica, peso político e expressão econômica distintos no concerto do Império Português, as capitanias da Bahia, de Pernambuco e de São Paulo contavam com grupos de poder locais envolvidos diretamente na governança e nos múltiplos e diversos projetos imperiais em pauta. Grupos estes que responderam e se envolveram também diversamente nas políticas metropolitanas de controle da tributação de então, a fim de salvaguardar interesses próprios. Considera-se que, a depender dos interesses e das disputas por espaços de poder político e econômico em jogo, a mesma estratégia metropolitana poderia por vezes ser considerada intervenção excessiva em negócios locais e, portanto, contestada, e por vezes ser considerada oportunidade de participação em redes de negócio imperiais de maior monta e, assim, acolhida com ou sem questionamentos diretos. Busca-se, destarte, compreender tanto o modo como grupos de poder radicados em paragens americanas diversas responderam às pressões de negociantes e de agentes administrativos metropolitanos, acolhendo, rechaçando ou se rearticulando frente aos conflitos entre demandas político-econômicas locais e do Reino, quanto o movimento de injunção entre interesses públicos e privados envolvidos na gestão do Império português do período.

"HOMENS QUE CONCORREM AO SEU NEGÓCIO": A COMUNIDADE MERCANTIL DA COLÔNIA DO SACRAMENTO (1737-1777)

Fábio Kuhn

O trabalho examina alguns aspectos da formação do grupo mercantil da Colônia do Sacramento ao longo do século XVIII. Ele está dividido em quatro partes: na primeira parte analiso os padrões de recrutamento e o tamanho da comunidade mercantil. Os dados dos registros de casamentos e habilitações inquisitoriais permitiram reconstituir os locais de origem dos comerciantes da Colônia, mas não indicam um predomínio dos migrantes originários do

extremo norte de Portugal, como apontado para outras regiões brasileiras. As origens sociais dos negociantes sacramentinos são na sua maioria bastante modestas, sendo que metade dos pais eram lavradores nas freguesias de origem em Portugal, enquanto a outra metade era quase toda formada por artífices ou por indivíduos dedicados a pequenos serviços. Os dados encontrados indicam a existência de pelo menos 116 agentes mercantis atuantes na praça ao longo desses anos, dos quais praticamente dois terços (75) são denominados nas fontes como "homens de negócio". Na segunda parte, discuto o acesso de alguns membros do grupo aos mecanismos de acrescentamento social existentes no mundo português de Antigo Regime, levando em conta as peculiaridades e limitações da Colônia do Sacramento. Pelo menos 22 comerciantes atuantes na Colônia do Sacramento eram também familiares do Santo Ofício, habilitados tanto na praça mercantil do rio da Prata, como também no Rio de Janeiro e Lisboa. Um outro indicador importante de distinção social era o pertencimento às companhias de ordenança. As informações disponíveis para os comerciantes do Rio de Janeiro na primeira metade do século XVIII, indicam uma forte correlação entre o 'título' de homem de negócio e o posto de capitão. Esta correlação parece ser confirmada no caso da Colônia do Sacramento, pois 28 dos 43 homens ligados à atividade mercantil ostentavam patentes de oficiais de ordenanças tinham patente de capitão. Na terceira parte abordo o envolvimento dos comerciantes sacramentinos na estrutura administrativa local. Alguns dos homens de negócio ocupavam cargos importantes na Fazenda Real, órgão autônomo, mas que na Colônia do Sacramento estava subordinado ao poder discricionário do governador, diante da inexistência de uma Provedoria da Fazenda. Ficou evidente também que muitos agentes mercantis faziam parte de bandos ou parcialidades. Alguns dos comerciantes se destacariam no cenário local nas décadas finais da praça mercantil, aproveitando-se da proximidade do governador da praça e dos cargos ocupados para supostamente praticar descaminhos ou atos ilícitos. Na quarta e última parte, procurei recuperar alguns fragmentos das redes mercantis nas quais os comerciantes da Colônia estiveram envolvidos. As informações contidas nos registros de óbitos de escravos nos trouxeram dados mais detalhados sobre seu envolvimento no comércio negreiro, possibilitando conhecer quem eram os traficantes locais e proprietários das remessas de escravos vindas do Rio de Janeiro e Bahia. Essas redes mercantis eram particularmente importantes no tráfico de escravos, sendo que o envolvimento direto dos homens de negócio e mercadores da Colônia do Sacramento no tráfico negreiro era expressivo. Foi possível identificar a presença de pelo menos 34 traficantes nos livros de óbitos de escravos, ou seja, cerca de 30% da comunidade mercantil atuante na praça. Entre 1735 e 1752, pelo menos 250 cativos que faleceram na Colônia foram objeto de negociação entre interessados do Rio e da Bahia e moradores e traficantes da praça platina.

O COMÉRCIO DE ESCRAVOS INTERAMERICANO NO RIO DA PRATA: TRAFICANTES NA COLÔNIA DE SACRAMENTOS (1730-1750)

Stéfani Hollmann

O tráfico de escravos, no século XVIII, tornou-se um dos ramos mais lucrativos do comércio colonial. Possibilitando para aqueles que viviam dele, rápido enriquecimento e mobilidade social dentro da sociedade de Antigo Regime. As praças luso-brasileiras foram as que mais receberam cativos africanos ao longo dos séculos de escravidão, mas o câmbio que ocorria no Oceano Atlântico - entre África e América - era apenas uma das vias destas trocas mercantis. O comércio interamericano que abastecia as regiões periféricas, que não possuíam contato frequente e direto com o continente africano - como a Colônia do Sacramento – era a terceira perna do tráfico de escravos. Sacramento foi criada para reter parte da prata que era escoada das minas de Potosí, pelo Rio da Prata, e acabou se tornando importante entreposto comercial realizando trocas mercantis com diversas regiões da América Espanhola, além de importantes praças do Brasil. Tornou-se dependente do comércio interno que ocorria com homens de negócio da capitania do Rio de Janeiro e da Bahia. Desta forma surge um importante grupo mercantil no Rio da Prata, o qual tinha apoio de alguns membros do governo local. Este trabalho pretende compreender, através do estudo da rede social de Manuel Coelho Rosa, homem de negócio da Colônia do Sacramento, tal como através de uma pesquisa com viés prosopográfico, analisar o grupo mercantil que se formou na Colônia do Sacramento entre as décadas de 1730 a 1750 e os contatos estabelecidos com Rio de Janeiro e Bahia. Isso é possível através da análise dos registros de óbito de escravos, nos quais é informada a procedência do cativo que está sendo enterrado em Sacramento

.

DOS PORTOS AOS SERTÕES: TRÁFICO INTERNO NA AMÉRICA PORTUGUESA, c. 1770-1800

Cândido Eugênio Domingues de Souza

A sociedade da América portuguesa tem-se mostrado, a cada novo estudo, sempre mais complexa. A escravidão africana e a consequente hierarquização de *status* sociais e das "cores" fizeram desta sociedade um desafio para pesquisadores que buscam compreender os meios de sociabilidade e suas contradições. Um ponto nevrálgico de formação da América portuguesa foi o tráfico atlântico de escravos que alimentou e renovou o mercado de mão de obra nas cidades e nos mais distantes rincões da colônia. Através do comércio internacional de pessoas escravizadas a riqueza colonial foi potencializada, as elites compuseram seus jogos no tabuleiro político-social e, principalmente, podemos notar a multidão étnica que se tornou aquela sociedade. Se hoje conhecemos bastante sobre tais temas nas histórias das principais vilas e cidades como Salvador, Olinda, Recife, Rio de Janeiro ou Mariana, ainda

temos um desafio que é compreender melhor o comércio de escravos que, dos portos negreiros brasílicos, redistribuía a mão de obra, fomentando a hierarquia, o poder e a composição étnica dos distantes sertões do Brasil. Salvador e Rio de Janeiro, desde o alvorecer do século XVIII, protagonizaram o importante papel de redistribuidores de escravos para aqueles sertões. Se por um lado o ouro das Minas Gerais, Rio das Contas e Jacobina, na primeira metade Setecentista, impulsionou o mercado baiano de escravos para o interior da colônia, na segunda metade, já com a decadência das grandes lavras auríferas, este mercado continuou em vigor com a abertura de novas frentes de mineração a partir de Cuiabá e, especialmente, por conta do crescente plantio de algodão do Maranhão e Piauí. A Cidade da Bahia, no entanto, manteve-se também como importante entreposto comercial escravista para regiões do açúcar tais como Sergipe e Alagoas; os africanos nela desembarcados não eram revendidos apenas para zonas auríferas, o que reforça seu poder no tráfico negreiro e sua abrangência nas diversas Capitanias. A análise de "passaportes" emitidos pela Capitania da Bahia para traficantes revenderem escravos nos vastos sertões da América portuguesa, nas últimas décadas do século XVIII, contribuirá para melhor conhecermos este comércio cujas fontes teimam a escassear, aumentando o desafio historiográfico. Através destes registros, conheceremos os agentes comerciais, as principais rotas e destinos, a quantidade de escravos, bem como origem africana. Estudar a chamada "terceira perna do tráfico", por fim, não pode prescindir de uma atenção aos acontecimentos na África que mudaram a composição étnica daqueles desembarcados em Salvador e, especialmente, às demandas de regiões como Maranhão e Piauí, que, neste período, eram destinos com força para rivalizar com a demanda das regiões mineradoras e reforçar seus antigos laços comerciais com a praça de Salvador.

A CAPITANIA DO PIANCÓ, DAS PIRANHAS E CARIRI: ADMINISTRAÇÃO E ETHOSSOCIAL NOS SERTÕES DA PARAÍBA (SÉCULO XVIII)

Rodrigo Ceballos

As entradas dos sertões das capitanias do Norte do Brasil Colônia em fins do século XVII e ao longo do século XVIII integram-se a um novo período de expansão em áreas antes desbravadas apenas no tempo dos flamengos. Na capitania da Paraíba do Norte, oficiais militares lusitanos detentores do cargo de capitães-mores com suas ordenanças avançaram pelas ribeiras interioranas atacando "nativos rebeldes" e criando novas sesmarias. Pelos caminhos interioranos foi erigida na dita capitania a povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó (Pombal-PB). Sem uma Câmara Municipal até o ano de 1772, a boa ordem da região com uma fronteira em constante movimento era mantida pelo juiz ordinário que, não raras vezes, também era seu capitão-mor. Com seu escrivão e/ou tabelião, este corpo administrativo mantinha sob sua guarda um saber local significativo por envolver acordos de compra e venda de terras ou de gado, cartas de alforria, dotes, procurações,

denúncias. Estas fontes cartoriais indicam a tessitura de uma dinâmica social original nos confins do Império português. O presente trabalho busca elencar e analisar, por meio de Livros de Notas e de documentos do AHU (Projeto Resgate), algumas destas tramas locais legitimadoras de uma economia do bem comum, mantenedora de uma poupança social da elite sertaneja setecentista em formação na então conhecida Capitania do Piancó, das Piranhas e Cariris.

PECUÁRIA, REDES MERCANTIS E ESCRAVISMO: O NEGÓCIO DAS CARNES SECAS NA COSTA LESTE OESTE NO SÉCULO XVIII

Gabriel Parente Nogueira

Ao longo do século XVIII a região costeira que se estende do cabo de São Roque ao delta do Parnaíba teve sua economia marcada pela organização e desenvolvimento de um comércio de destaque. Baseados no beneficiamento de couros, produção de carnes seca e na comercialização dos ditos gêneros, os portos fluviais que deram origem às vilas de Aracati e Parnaíba (núcleos economicamente mais importantes desta costa) bem como outros núcleos situados às margens de outros rios da região (como Açu, Apodi, Acaraú e Coreaú) configuravam-se como empórios que, por meio do trato neles desenvolvido, conectaram os sertões de suas respectivas ribeiras às praças de Recife, Salvador e Rio de Janeiro, dentre outras localidades. Vistos em conjunto, tais núcleos, juntamente com os núcleos produtores de charque no Rio Grande de São Pedro, correspondem as duas grandes regiões produtoras de carnes secas na América portuguesa durante o século XVIII. Cabe destacar, contudo, que até a organização da produção de charque na capitania de Rio Grande de São Pedro, que tem seu inicio em princípios do último quartel do século XVIII, os núcleos produtores da costa leste oeste, em conjunto, constituíam-se como a única região que na América portuguesa se destacava pela produção do gênero, produção esta que se iniciou na região em princípios dos setecentos e que vivenciou um gradual processo de decadência no final do século XVIII e inicio do século XIX, decadência que se deu *"pari passu"* ao processo de afirmação das charqueadas no extremo sul da colônia que, então, fizeram do Rio Grande de São Pedro a grande região produtora do gênero na América portuguesa/Império do Brasil. A presente comunicação terá como objetivo discutir o negócio das carnes secas desenvolvido nos portos da costa leste oeste de forma associada a grandes transformações vivenciadas no âmbito da América portuguesa e da porção atlântica do Império português ao longo do século XVIII, dentre as quais ressaltaremos: a expansão das fronteiras da pecuária nos sertões do norte entre a segunda metade do século XVII e o primeiro quartel do XVIII, destacando o processo de conquista da costa leste oeste e das ribeiras que nela desaguam, processo este que seguiu a lógica definida por Capistrano de Abreu como de conquista dos "sertões de fora"; a ascensão e afirmação das elites mercantis das principais praças da América portuguesa ao longo do século XVIII como

grupo de destaque em um momento em que a América portuguesa vivenciava um forte processo de crescimento, conferindo especial destaque para o caso da praça do Recife, de onde muitos dos sujeitos que atuavam diretamente no negócio da produção e comercialização das carnes secas provinham e com a qual mantinham estreita relação, seja como prepostos ou como sócios de grandes negociantes da praça de Pernambuco, membros portanto das redes mercantis que a partir do Recife atuavam no trato com os portos da costa leste oeste; e as dinâmicas da expansão (no tempo e no espaço) do escravismo na América portuguesa ao longo dos setecentos, aspecto de grande impacto na dimensão de consumo do gênero tendo em vista que, se não de forma exclusiva, as carnes secas ou o charque tinham nas classe baixas, com especial destaque nas populações cativas, o seu principal mercado consumidor.

OS ENGENHOS, AGUARDENTE E FARINHA E O ABASTECIMENTO NA FRONTEIRA OESTE DA AMÉRICA PORTUGUESA

Vanda da Silva

Os engenhos instalados no termo do Cuiabá não se restringiam ao cultivo e à produção de produtos derivados da cana-de-açúcar, seus proprietários também eram produtores de alimentos, como farinha de milho e de mandioca, e criadores de porcos e outros pequenos animais destinados não apenas ao consumo familiar, mas sobretudo, para comercialização no mercado local. Esta constatação é importante na medida em que esses engenhos estavam situados em diferentes pontos do termo, o que pressupõe uma organização produtiva que garantia o abastecimento da vila, arraiais mineradores, das expedições para descoberta de ouro e de sal, dos registros de entradas, destacamentos militares e estabelecimentos situados fronteira oeste (fortes militares (Real Forte Príncipe da Beira ,Presídio de Coimbra e Presídio de Miranda). A presente comunicação tem como foco destacar a formação e atuação de um grupo de homens que dominaram o setor produtivo no termo do Cuiabá, uma vez que, os engenhos foi o ponto de partida para investimentos em uma agricultura comercial que pudesse abastecer o mercado local de gêneros alimentícios.

15 de setembro de 2016

VÍNCULOS NO ESTEIO DE MANOBRAS ELEITORAIS NA COMPANHIA GERAL DE PERNAMBUCO E PARAÍBA (1759-1780)

Angélica de Vasconcelos Silva

O estudo explora premissa estatutária de rotatividade dos membros do corpo diretivo da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. Sustenta-se que os gestores da Companhia utilizaram seus vínculos para se eximirem à referida premissa estatutária e permanecerem nos cargos de governação. Docu-

mentos corporativos e estudos prosopográficos substanciam a análise da rotatividade em duas unidades organizacionais. Estratégias díspares foram utilizadas pelos gestores em função da característica do universo eleitoral de cada unidade.

MESA DA INSPEÇÃO DE PERNAMBUCO: EXEMPLO DA ADAPTABILIDADE ADMINISTRATIVA PORTUGUESA

Paulo Fillipy de Souza Conti

Recentemente, muito se tem comentado sobre a adaptabilidade dos órgãos da administração portuguesa instalados na colônia. Alguns deles se repetiram por praticamente todas as zonas ocupadas, como Câmaras Municipais, Governo de Capitania, cargos voltados para o exercício da justiça, e nas regiões litorâneas, os portos. Acreditamos que os modelos mais repetidos indicam aqueles mecanismos pensados como fundamentais para a organização dos espaços e das pessoas. Mas, ainda diante de um modelo cheio de normas a serem seguidas, isso não significou um "transplante" pleno das atribuições postas como lei ainda no Reino. Havia em alguns momentos, inclusive, o reconhecimento metropolitano dessa necessidade de adequar as agências aos espaços onde foram instaladas. Conforme aconteceu para as Mesas da Inspeção do Tabaco e Açúcar, por exemplo. Criadas em 1751, já traziam no seu regimento a recomendação de cuidar dos produtos mais importantes nos portos para os quais foram designadas. Receberam Mesas da Inspeção o Rio de Janeiro, a Bahia, o Maranhão e Pernambuco. E em 1755 a Paraíba. Quando vistos, mesmo que rapidamente, os documentos produzidos por essas casas, é possível notar como agiram de maneira singular no que se refere aos gêneros mais cuidados e ao posicionamento político. Logo, ainda que estivessem sob o mesmo regimento, foram de maneira geral, diferentes entre si. Nesta comunicação, buscamos analisar os procedimentos da Mesa da Inspeção de Pernambuco durante o consulado pombalino. Posicionamentos que em determinados momentos pareceram até mesmo contraditório, estando ela ora favorável aos clamores mais sonoros na capitania e ora mais alinhada ao que dela era esperado no Reino, força representada, sobremaneira, pela Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba e pela Junta da Administração do Tabaco. Além das pressões oficiais, é preciso que sejam observados também aqueles que de fato tiveram condições de direcionar as decisões da Mesa da Inspeção de Pernambuco, ou seja, os homens que nela serviram como inspetores. Desconsiderar a ação desses sujeitos, com suas qualidades, defeitos, vaidades e interesses distintos, acabaria por não levar em conta os verdadeiros motores da mencionada adaptabilidade. Mesmo que as leis portuguesas abrissem espaço para essas práticas, conforme dizem alguns historiadores, sem as pessoas não haveria leis ou órgãos de administração funcionando. Nas Mesas de Inspeção estiveram envolvidos setores sociais importantes dentro das capitanias, os juízes letrados, ouvidores ou intendentes, e os produtores de açúcar ou tabaco e os comerciantes.

Desta forma, reuniram-se na mesma agência as maiores autoridades jurídicas das regiões, os "nobres da terra" e aqueles que começaram a ganhar maior vulto social na mesma medida em que cresciam as suas fortunas. Somou-se então a tradição ao dinheiro e a justiça. E, não havendo em nível local outras instituições com poder de veto sobre as decisões da Mesa da Inspeção, os seus ministros puderam moldar o campo de ação da agência de acordo com os seus interesses. Com isso, tanto houveram composições mais alinhadas ao Reino, como houveram composições mais alinhadas aos desejos locais. Esse agir político variável foi característica da Mesa da Inspeção de Pernambuco e mais um exemplo da capacidade portuguesa de gerar mecanismos administrativos que em tese tinham um plano de atividades extremamente rígido, mas que na prática foram adaptados pelos interesses e desejos dos escolhidos para executar os trabalhos.

A ATUAÇÃO DOS HOMENS DE NEGÓCIO NAS ARREMATAÇÕES DOS CONTRATOS RÉGIOS DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO (1727-1780)

Poliana Priscila da Silva

O sistema de contratos das rendas e direitos reais era uma prática vigente nas monarquias de Antigo Regime, como um importante método de arrecadação de receitas. Estabelecido por meio de contratos temporários, o Estado arrendava aos particulares a prerrogativa exclusiva de cobrar os direitos de algum produto numa determinada região, ou seja, a negociação tratava-se da concessão de monopólios e cobrança de impostos, mediante uma soma entregue ao fisco. Deste modo, mundo dos contratos era uma área bastante frutífera para as pretensões de enriquecimento e distinção para os homens de negócios deste ou do outro lado do Atlântico. Partindo da análise dos negociantes-arrematadores radicados na praça mercantil de Pernambuco, conjecturamos que as arrematações de contratos régios realizadas por esta elite constituía um poderoso instrumento de acumulação mercantil e influência política na capitania, durante o século XVIII. Para além das lojas, torna-se um negociante-arrematador, foi uma trilha usualmente seguida pelos agentes que ocupavam o topo da hierarquia, uma vez que o ingresso em tal atividade não era aberto a qualquer indivíduo, fornecendo mais um elemento de discriminação no interior do grupo mercantil, e uma alternativa de inversão capital. Para respondermos as questões levantadas, foi utilizada a documentação manuscrita de cunho administrativo, econômico e biográfico, ligada aos contratos régios consagrados entre a coroa portuguesa e os homens de negócio residentes em Pernambuco, originária dos códices e da documentação avulsa do Arquivo Histórico; situada principalmente no século XVIII, período pelo qual houve a passagem de grande parte dos contratos régios da esfera local para a central nas mais importantes capitanias do ultramar: Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Momento histórico que expressa a rigidez com que a monarquia passará a gerir sua fiscalidade, redirecionando para a autoridade régia, o poder de centralização da arrecadação que até então estava alocado nas câmaras municipais.

PARA HONRA DOS HOMENS E O SERVIÇO DE DEUS: A AÇÃO DOS FAMILIARES DO SANTO OFÍCIO NA BAHIA COLONIAL

Ludmila Maria Conceição dos Santos de Araújo

O objetivo central desta pesquisa é analisar as atividades cotidianas dos Familiares do Santo Ofício, buscando compreender como se engendraram suas inserções na sociedade baiana dos fins do século XVII até finais do XVIII, bem como identificar como eram tecidas as relações de poder entre estes agentes inquisitoriais na sociedade e com o próprio Tribunal de Lisboa, ou seja, qual era o real papel destes na colônia portuguesa, que não abrigou um Tribunal próprio. Para melhor êxito nosso trabalho, será necessário também incluirmos em nosso objeto de estudo a elite baiana, visto que muitos dos Familiares se enquadravam nesse grupo social do Brasil Colonial. Existiam basicamente três motivações para a ambição ao cargo: fazer parte de uma instituição tida como importante e honrada que era o Santo Ofício; desfrutar de todos os privilégios e isenções que o cargo oferecia; além de poder comprovar a sua limpeza de sangue perante toda a sociedade, visto que para ser um funcionário do Tribunal, o candidato submetia-se a uma rigorosa diligência. Fontes tais como o Registro Geral de Mercês, Listas de integrantes das Ordenanças, entre outras, mostram claramente que muitos Familiares do Santo Ofício que exerciam o cargo na cidade da Bahia dos séculos XVII e XVIII, faziam parte da elite daquele lugar. Pois além de abastados, e Familiares, eles em sua maioria ocupavam cargos dentro da administração colonial, das Ordenanças, das Ordens militares e/ou religiosas, além de ocuparem espaço dentro da Santa Casa de Misericórdia. Cruzando as fontes inquisitoriais com as civis, sempre embasando nossa análise com os Regimentos dos Familiares do Santo Ofício e com as discussões sobre História Social, com a finalidade de poder observar o relacionamento destes agentes com a sociedade, que geralmente sentia medo destes. Acreditamos que essa pesquisa contribuirá ao mostrar os impactos sociais acarretados pela maciça presença dos Familiares na colônia, mostrando que a importância destes foi muito maior do que parte dos historiadores presume.

DINÂMICA SOCIAL E DE PODER NOS SERTÕES DA PARAÍBA: OS EMBATES ENTRE O CAPITÃO MOR FRANCISCO DE ARRUDA CÂMARA E JERÔNIMO JOSÉ DE MELO E CASTRO (SEGUNDA METADE DO SÉC. XVIII)

Janice Correa da Silva

As denominadas sociedades de Antigo Regime têm sido um assunto bastante recorrente nos estudos historiográficos atuais. Nessa perspectiva, categorias como as de "centralização" ou "poder absoluto" deixam de ser basilares na elucidação das questões relativas ao poder. A partir desses estudos pode se entender que o poder não era tão centralizado da forma como até então se acreditava, uma vez que havia espaço para a negociação e para fortes laços de solidariedade. Nesse sentido, fica nítida a existência de uma autonomia nos

domínios ultramarinos. Se nas áreas litorâneas, onde o poder se instituiu primeiramente predominava tal realidade, o que dizer então das áreas interioranas? Qual realidade era vivenciada nos recônditos sertões? Na segunda metade do século XVIII, a conquista do sertão paraibano já tinha se consolidado. Sendo assim, algumas famílias que participaram do serviço régio se apresentavam como integrantes da elite local. Por intermédio de cartas, ofícios e requerimentos do Arquivo Histórico Ultramarino pode-se perceber nesse período a atuação de grupos empenhados no controle do poder político. Umas das figuras mais notáveis desse período foi Francisco de Arruda Câmara, capitão mor da vila de Pombal, que se notabilizou por se envolver em querelas com o então governador da Paraíba, Jerônimo José de Melo e Castro. Arruda Câmara exercia grande influência nos sertões e isso resultou em diversos conflitos no espaço em questão. Este artigo busca empreender uma investigação histórica em torno da dinâmica social e de poder nos sertões da Paraíba, na segunda metade do século XVIII, se debruçando de modo mais exaustivo sobre os embates ocorridos entre o capitão mor da vila de Pombal, Francisco de Arruda Câmara e Jerônimo José de Melo e Castro. Destarte, se procurará destacar os laços de amizade e reciprocidade entre os componentes da elite local sertaneja, como também as disputas e conflitos travados entre esta mesma elite e o poder central. Considerando-se os estudos preliminares até aqui realizados, a principal ideia elencada neste artigo é a de que no sertão paraibano, na segunda metade do século XVIII, as relações sociais eram permeadas pela amizade e cumplicidade em que se compunham grupos cujos interesses se assemelhavam. O não cumprimento das obrigações de uns para com os outros resultava em conflitos e, consequentemente, em alterações no modo como se compunha os grupos sociais. Pode-se conjeturar também que o capitão mor Francisco de Arruda Câmara desfrutava de certa autonomia no que diz respeito às suas ações, decisões e práticas. Se perceberá que os arranjos sociais eram constantes entre tais grupos, uma vez que ter a legitimação concedida por alguns indivíduos era fundamental para se manter no topo da hierarquia social. Acredita-se que esses comportamentos derivavam do predomínio de uma Cultura Política de Antigo Regime alicerçada em valores como serviço, honra, fidelidade, solidariedade etc. No que se refere aos aspectos teóricos, o trabalho será apoiado pela Nova História Política e, dentro desse campo, pela discussão do conceito de Cultura Política.

A CONTURBADA TRAJETÓRIA DO CONTRATADOR DOS DIAMANTES FELISBERTO CALDEIRA BRANT: DORES E GLÓRIAS DE UM CAMINHO MARGEADO PELAS RELAÇÕES COM AGENTES DA COROA

Camila Pelinsari Silva

A presente proposta tem por tema geral o arrematante do terceiro contrato de diamantes do Serro Frio (1749-1753), Felisberto Caldeira Brant. A atuação dos contratadores tem sido alvo de atenção cada vez mais constante de

uma historiografia recente, que aponta a importância destes homens na economia e sociedade coloniais. Estes estudos têm sido bem-sucedidos em demonstrar como, muitas vezes, a arrematação dos contratos significava uma oportunidade de diversificação dos negócios e a epítome de trajetórias de alguns negociantes de grosso trato, que articulavam suas redes de influência ibero-americanas em torno da arrematação dos contratos régios.

A conturbada trajetória de Caldeira Brant, por outro lado, sugere um perfil razoavelmente diferente dos perfis delineados na maioria dos estudos que se voltaram para estes personagens. Mineiro de nascimento, foi na mineração que Caldeira Brant sempre concentrou suas atividades. As primeiras notícias de Caldeira Brant nos arquivos portugueses demonstram seus problemas com autoridades, tendo sido preso e quase condenado à morte em 1730, por um ataque a um Ouvidor, enquanto ainda era minerador em São João del-Rei. Sua fama pública, por esta época, sugere a delinquência: cercado por seus escravos, vivia afastado dos centros urbanos e teria cometido outros crimes.

Paulatinamente, Caldeira Brant tenta se afastar deste estereótipo. Foi provavelmente na época de suas atividades nas minas de Paracatu, na década seguinte, que se inicia sua amizade com o Governador Gomes Freire de Andrade, peça chave para sua inserção no estreito universo dos exclusivos coloniais. Em finais na década de 40, é o próprio governador quem oferece, com condições especiais, a oportunidade de arrematação do terceiro contrato de diamantes no Serro Frio ao então minerador, que possivelmente reconheceu aí uma oportunidade de enriquecimento e ascensão social. Esta amizade e sua própria ambição conduziram Caldeira Brant à gestão de um negócio que se apresentou desafiador até ao famoso João Fernandes de Oliveira, indivíduo de origens e características bastante diferentes. Fernandes era português, negociante e participante de uma rede de negócios já razoavelmente descortinada pela historiografia que contava com indivíduos como Jorge Pinto de Azeredo, poderoso negociante e contratador de entradas. Após uma querela que envolveu escandalosas denúncias por parte do Intendente dos Diamantes Sancho de Andrade Castro Lanções e do Ouvidor do Serro Frio José Pinto de Morais Bacelar, que apontavam o uso excessivo de escravos nos serviços de mineração e o descaminho das pedras maiores e de maior valor, Caldeira Brant voltou a ter problemas com os representantes do poder público. Mas, neste momento, isso significou sua última ruína. Felisberto acabou sendo levado preso a Lisboa e tendo seus bens sequestrados.

A presente proposta pretende, então, estabelecer duas considerações: a primeira, tecer uma proposta de entendimento para o fim de Caldeira Brant. Denúncias contra contratadores não eram novidade. Será objetivo procurar demonstrar como outros elementos parecem participar da costura do extraordinário fim deste contratador, além de suas atividades ilícitas. A segunda, de caráter mais geral, é justamente sugerir a diversidade dos lugares sociais de onde surgiam estas figuras, cuja importância é cada vez mais demonstrada pela historiografia recente.

REDES DE PODER NA VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DE CUIABÁ: NOTAS DE PESQUISA

Débora Cristina dos Santos Ferreira

A fundação da Capitania de Mato Grosso, em 1748 e a chegada do governador D. Antônio Rolim de Moura Tavares trouxeram mudanças à Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, as elites locais estabelecidas em cargos régios e nas cadeiras do Senado da Câmara passaram a coexistir com outro poder, o governador, que trouxera instruções para fundar uma vila-capital às margens do Guaporé, deslocava-se, então, o polo de poder da Vila de Cuiabá para outra localidade, Vila Bela da Santíssima Trindade, deixando de lado a elite que financiara as expedições que encontraram as novas minas e seus oficiais régios, além disso estas redes se viram afetadas pelas novas rotas comerciais que ligavam Mato Grosso ao Pará, assim acreditamos que tal acontecimento marca o rearranjo dos "principais da terra". As redes de poder envolviam aqueles que detinham cargos no governo da Vila, seja nas funções régias, como os cargos de ouvidor, intendente ou provedor, distribuídos pelo poder real, a cada três anos, seja através da ocupação de cargos na Câmara, estes espaços dotavam seus possuidores de distinção social e a possibilidade da concessão de mercês. No caso da Câmara, homens de negócio, gentes das lavras e proprietários de sesmarias poderiam ocupar suas cadeiras, estes faziam parte de redes de poder, que possibilitavam o acesso ao jogo político, algumas destas redes foram formadas desde a primeira hora das conquistas das minas do Cuiabá, determinadas alianças perduraram até a década de 1750, outras passaram por arranjos ou deixaram os lugares de poder, evidenciando assim, a dinâmica das redes clientelares e as inúmeras estratégias para a manutenção do poder político de um grupo. Formadas por alianças, estas redes locais buscavam manter seus poderes ora se aliando aos oficiais régios, ora se opondo, desta forma, as alianças e redes poderiam ser efêmeras, circunstanciais, dependiam dos interesses econômicos e familiares envolvidos, por vezes, vemos homens de uma mesma parcialidade em uma questão de lados opostos em outras, demonstrando a fluidez de suas relações. Nosso objetivo é compreender a atuação destes poderosos nos espaços políticos da Vila Real, seja em cargos régios ou camarários, tendo como pano de fundo o governo de D. Antônio Rolim de Moura na Capitania de Mato Grosso. Acreditamos, pois, que no período de 1748 a 1764, em que o governador estivera residindo na capitania, houveram mudanças nas estratégias e alianças políticas da elite de Vila Real, a formação de novas redes e a confrontação com outras. Assim, pretendemos compreender as minucias destas redes clientelares e suas disputas de poder e jurisdição com outros agentes, principalmente, os oficiais do poder régio instalados, é através destes confrontos que poderemos enxergar as ações dos poderosos locais. Através do método prosopográfico almejamos traçar um panorama das redes de poder do período, assim analisar as dinâmicas sociais e políticas da sociedade da Vila Real setecentista.

ANTÔNIO JOSÉ MEIRELLES: NEGÓCIOS E CONFLITOS NO MARANHÃO OITOCENTISTA

Luisa Moraes Silva Cutrim

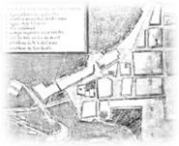
Os negociantes tornam-se figuras fundamentais a partir da segunda metade do século XVIII para a compreensão da economia e da política do império português no período em que ocorre em Portugal um "surto burguês", como destaca Jorge Pedreira (1992, p.408). Os homens de negócios daquele período iniciaram a formação de uma elite mercantil ganhando distinção e prestígio social, imagem que que se fortalece ao longo do século XIX. Neste contexto, atuou no Maranhão na primeira metade do século XIX o negociante Antonio José Meirelles, acumulando negócios, fortuna e dissensos. O objetivo do artigo é analisar os conflitos existentes na casa comercial Antonio Joze Meirelles Ferreira & C.a entre o negociante Meirelles, seu sócio José Gonçalves Teixeira e os seus credores entre 1819 e 1828. Observando, deste modo, o reflexo dos embates no caráter de negociante dos sócios, em que sempre havia a preocupação em se manter ilesa, e na dinâmica dos negócios daquela casa.

SOBRE A "MONARQUIA PLURICONTINENTAL" E O "AUTOGOVERNO": UMA ANÁLISE SOBRE O PODER LOCAL NA AMÉRICA PORTUGUESA

Breno Almeida Vaz Lisboa

Mais recentemente a ênfase no papel do poder local, nomeadamente na atuação das câmaras municipais e sua importância na administração dos espaços do ultramar português, tem sido feita a partir do uso de uma expressão amplamente utilizada: "Monarquia Pluricontinental". Formulado originalmente por Nuno Gonçalo Monteiro assumiu pouco mais tarde um sentido explicativo que foge à formulação original do autor. Referimo-nos à maneira como a "Monarquia Pluricontinental" passou a ser tratada por João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa – sobretudo pelo primeiro – que passaram a emprestar um conteúdo completamente novo ao termo, dando-lhe, voluntariamente ou não, um caráter de "modelo explicativo" do Brasil colonial. Para Fragoso e Gouvêa o que caracteriza essencialmente a Monarquia Pluricontinental é o papel desempenhado pelos poderes locais na governança do império. Fragoso acredita que a cultura política da época levava as câmaras a exercer um elevadíssimo grau de autonomia e praticar algo como um "autogoverno". Autonomia e autogoverno reconhecidos e legitimados pela Coroa, que governava em um mundo no qual o poder do rei era partilhado e onde a segunda escolástica informava a visão de mundo nesse contexto, dando a vários "corpos" políticos a prerrogativa do autogoverno. É com essa forma de entender a "Monarquia Pluricontinental" que não concordamos. Pretende-se aqui então discutir o sentido que o termo assumiu e demonstrar a partir da pesquisa empírica por que motivo rejeitamos a ideia de autogoverno para tratar a atuação do poder local na América portuguesa. Assim, pretende-se

aqui chamar a atenção para o uso corrente e frequente do termo e propor uma discussão sobre a pertinência do uso do conceito. Além disso, tal discussão propõe-se a colocar em debate diferentes visões acerca da importância das câmaras municipais para se melhor entender as relações de poder na América portuguesa.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 11
Relações de poder, redes sociais e circulação no tempo dos Felipes (1580-1640)

Coordenadores: Rodrigo Bonciani (Universidade Federal da Integração Latino-Americana) e Ana Hutz (Universidade de São Paulo)

13 de setembro de 2016

O BANCO DE DADOS BRASILHIS. UMA NOVA METODOLOGIA PARA O ESTUDO DO BRASIL NA MONARQUIA HISPÂNICA

José Manuel Santos

Esta comunicação está vinculada a um projeto em desenvolvimento, financiado pelo Ministerio de Economia e Innovación da España, com o titulo "Redes políticas, comerciantes y militares en Brasil durante la Monarquía Hispánica y sus postrimerías (1580-1680). A base de dados BRASILHIS conta com **três seções** principais: **personagens**, **referências documentais** e **referências bibliográficas**; seções conectadas entre si. A equipe de pesquisadores introduz no sistema personagens que tem relação com a América portuguesa durante a União de Coroas, 1580-1640, objetivando compilar o máximo de dados sobre os mesmos e estabelecer suas conexões, sejam essas políticas, sociais, econômicas ou militares. Além disso a base apresenta informações sobre a circulação desses personagens entre as duas margens do Atlântico, proporcionando assim uma valiosa informação sobre a comunicação existente entre o mundo colonial e o metropolitano entre fins do século XVI e início do XVII. Procuramos, com isso, dar aos pesquisadores atuais e futuros uma **ferramenta** diferente para o **estudo desse período da história colonial do Brasil**, um período que já conta com importantes estudos, mas que continua com muitas lacunas, algumas das quais esperamos superar através do presente trabalho.

GOVERNO-GERAL, MISSIONAÇÃO E INQUISIÇÃO NO ATLÂNTICO: O SÚDITO, O FIEL E O ESCRAVO (1570-1615)

Rodrigo Faustinoni Bonciani

A comunicação trata da primeira visitação do reino de Angola, ocorrida entre 1596 e 1597, e de processos inquisitoriais decorrentes. Analisaremos sua importância no processo de intervenção régia em Angola, iniciada com a nomeação de D. Francisco de Almeida como governador-geral, em 1592, e na relação entre as forças sociais no Atlântico. A passagem do século XVI para o XVII foi um momento chave de intervenção da monarquia hispânica nas relações de complementaridade entre a África subsaariana e as Américas. Em

Angola, as disputas entre os agentes coloniais giravam em torno das relações de vassalagem sobre os chefes africanos, denominados sobas, que pagavam seus tributos em escravos que alimentavam o tráfico atlântico. Logo após a criação dos *asientos* de escravos naquela conquista e da morte do capitão-donatário Paulo Dias de Novais, a Coroa determinou a instituição do governo-geral. A principal, e mais polêmica, medida era o fim dos senhorios, ou amos, dos conquistadores e jesuítas sobre os sobas, que passariam à vassalagem direta a Felipe II. Na mesma época, Claudio Aquaviva, geral da Companhia de Jesus, instruía que os jesuítas não tivessem, comprassem ou vendessem escravos em Angola ou Brasil. No Brasil, a chegada dos jesuítas esteve associada a instituição do governo-geral, portanto, a constituição de um aparato político-administrativo, que procurava subordinar os poderes coloniais à Coroa, era fortalecida pela presença dos inacianos, que denunciavam os abusos cometidos pelos moradores em relação aos indígenas. O domínio sobre os indígenas estava na base da definição dos poderes políticos no ultramar. Em Angola, no entanto, os jesuítas, liderados por Baltasar Barreira, foram aliados dos conquistadores, sob o comando de Paulo Dias. Apropriando-se das relações de vassalagem pré-existentes no Ndongo, Congo etc., os conquistadores e jesuítas se tornaram amos, ou senhores, dos chefes africanos, os sobas. Essa relação de vassalagem se assentava no apoio militar, no comércio preferencial e na cristianização, e o principal produto pago pelos sobas aos portugueses era o escravo, que alimentava o tráfico no Atlântico. Os jesuítas de Angola, articulados com os do Brasil, resistiram às determinações do governador D. Francisco de Almeida, que foi preso, enviado de volta à Lisboa, e substituído por seu irmão, D. Jerônimo de Almeida, que acatou a posição dos conquistadores e jesuítas, defendidas em um memorial pelo padre Baltasar Barreira. Nesse fim de século, os debates sobre o direito de domínio e a guerra justa dos europeus sobre os espaços e povos ultramarinos deslocavam-se da América para África, o principal autor a tratar esta problemática foi o jesuíta Luis de Molina. Poucos anos depois, na sequência da visitação do Brasil, a Inquisição chegou à África Centro-Ocidental, estabelecida em Luanda e conduzida pelo padre jesuíta Jorge Pereira. Por meio da análise desse documento, e em diálogo com a historiografia, procuraremos esclarecer as seguintes perguntas: de que forma a Inquisição interferiu nas relações de vassalagem sobre os sobas e no comércio de escravos? E como se relacionou com a política régia, as orientações do geral da Companhia e as forças sociais constituídas no Atlântico? Dos processos decorrentes dessa visitação, destacaremos o do primeiro ouvidor geral de Angola, Duarte Nunes Nogueira, acusado de heresia, que também foi processado pela visitação da Bahia. E o do pombeiro Aires Fernandes, de alcunha o Dinga Dinga, amigo de régulos e "feiticeiros" do Ndongo e do Congo.

TRÁFICO DE ESCRAVOS E AS "SAÍDAS PARA O SERTÃO" NA BENGUELA PORTUGUESA: VIDA ECONÔMICA E BELICISMO ENTRE 1617 E 1630

Alec Ichiro Ito

A presente comunicação científica analisará as relações mantidas entre o comércio transatlântico de escravos e a execução de algumas campanhas de guerra a partir do domínio ultramarino de Benguela, levadas a cabo entre 1627 e 1629. Para tal, nossa investigação sustentará três esferas de análise: espaços pertinentes, grupos sociopolíticos e agentes institucionais. Assim posto, este texto foi dividido em duas partes. Na primeira, será apresentado o estado econômico e material no qual o povoamento e o presídio de São Filipe de Benguela se encontravam desde 1617. Na segunda parte, descreveremos e analisaremos algumas das chamadas "saídas para o sertão", ou campanhas de guerra, armadas contra algumas autoridades africanas localizadas no interior do continente, ou simplesmente "sertão". Por fim, faremos algumas considerações a respeito das motivações e dos interesses que propulsaram a convocação e a condução da chamada "gente de guerra".

SOBRE A CONDIÇÃO DE MISERÁVEL DO ÍNDIO: DAS CIRCUNSTÂNCIAS DA CONQUISTA À QUALIDADE DO CORPO

Alexandre Camera Varella

A partir de meados do século XVI se acentua o uso do termo "miserável" e logo é estabelecida, no "*derecho indiano*", a condição jurídica do índio equivalente a do menor de idade, da viúva, do desamparado ou do paupérrimo. Se essa definição pode ser estudada no debate sobre as justificativas ou políticas clericais e civis de proteção dos naturais dos vice-reinos da Nova Espanha e do Peru, a proposta aqui é observar bases ou argumentos de um discurso que, entre os séculos XVI e XVII, parece tender para a naturalização de inferioridade do ser. A condição de miserável não será apenas o resultado dos "acidentes" da conquista que vulnerabilizaram os naturais do Novo Mundo, como também uma "qualidade" que infere uma debilidade (digamos) cultural, e ainda, do próprio corpo da mais importante "casta" dos vassalos do rei.

OS FUNDAMENTOS DAS PRÁTICAS DE GOVERNO NO VICE-REINO DA NOVA ESPANHA (1535-1595)

Anderson Roberti dos Reis

Os vice-reis nomeados para os reinos da monarquia espanhola distantes da península ibérica, especialmente os das "Índias", receberam quase sempre com alegria a notícia de que seu mandato havia chegado ao fim – muitos deles eram nobres que esperavam colher, em suas terras natais, os frutos dos serviços prestados a Sua Majestade. Quase sempre, pois havia a possibilidade

concreta de nova nomeação para outro reino americano ou porque seu período à frente daquele ofício tinha sido abreviado por motivos não muito ilustres, como um distúrbio político ou a acusação de mau governo. Num caso e noutro, os vice-reis estavam obrigados a escrever "relações de governo" com o objetivo de apontar o que havia sucedido durante seu mandato, o que serviria simultaneamente de informe à coroa e de advertência a seu sucessor na corte vice-real. Esses documentos poderiam também ser úteis à defesa do governante durante o juízo de residência, processo judicial no qual se apuravam a qualidade de suas ações e as acusações (*cargos*) contra sua conduta. Dessa forma, as relações de governo oferecem, de modo geral, um quadro bastante completo das ações vice-reais e das circunstâncias em que elas ocorriam. Com base nesses documentos, o objetivo da presente comunicação é examinar os fundamentos das práticas vice-reais na Nova Espanha, desde sua criação em 1535 até o mandato do último vice-rei nomeado por Felipe II. A pergunta que norteia a investigação que ora se expõe é: quais razões fundamentam as ações relatadas pelos representantes de Sua Majestade na Nova Espanha? O recorte temporal pretende circunscrever o período de 1535 e 1595, considerado por alguns historiadores como as décadas de consolidação da autoridade vice-real.

DEFENDER, CATEQUIZAR E POVOAR: A CONQUISTA DA CAPITANIA DO RIO GRANDE NO REINADO DE FILIPE III.

Elenize Trindade Pereira

O processo de conquista da capitania do Rio Grande no final do século XVI estava inserido em um contexto de expansão territorial impulsionado pela constante ameaça estrangeira, principalmente francesa, na costa litorânea da América portuguesa. O expressivo avanço territorial neste período evidencia a política de dominação dos territórios empregada no Período Filipino (1580-1640) e que marcou definitivamente uma nova estrutura burocrática, administrativa e de defesa nas colônias do império português. Neste processo de expansão das fronteiras coloniais, principalmente para o norte, outros eventos históricos ocorreram como a conquista da capitania da Paraíba em 1585 e a alocação das primeiras praças de guerra nas margens do rio Ceará a partir de 1590. Após a conquista do território dos índios Potiguara, a capitania do Rio Grande colonizadores a construção da Fortaleza dos Reis Magos iniciada em 1597 e finalizada no dia 6 de janeiro de 1598, representa o marco inicial da ocupação. Em torno desta primeira construção havia uma sociedade incipiente instalando-se na região litorânea da capitania e transformando aos poucos o espaço recém conquistado. O objetivo deste trabalho é apresentar os primeiros resultados da pesquisa de mestrado sobre a colonização da capitania do Rio Grande dentro da conjuntura do estado imperial da monarquia católica Filipina, mais especificamente no reinado de Filipe III. Uma provisão real de 1612 demonstra a preocupação deste rei com relação ao não aproveitamento das sesmarias doadas no Rio Grande e as implicações

disto para sua Fazenda Real. O rei mencionou a denúncia que recebeu sobre o caso dos padres da Companhia de Jesus que se estabeleceram na capitania desde os primeiros anos da conquista e acumularam 10 léguas de terra para manter, supostamente, dois currais de gado. A segunda parte da denúncia diz respeito ás terras dos filhos do capitão mor Jerônimo de Albuquerque que também possuíam grandes extensões de terra, mas de acordo com a denúncia, não cultivavam a terra. Assim, ordenou a divisão de todas as terras daqueles que não cumpriam com a obrigação do cultivo entre aqueles que tinham cabedal para cultivá-las. Essa ordem resultou na elaboração do documento com o maior número de informações sobre os primeiros anos da capitania e um dos primeiros sobre fiscalização de terras no Estado do Brasil: o Auto de Repartição das Terras do Rio Grande de 1614. Nele consta a relação de todas as sesmarias doadas na capitania desde 1600 com informações como o nome dos sesmeiros, autoridades que doaram as sesmarias, localização das terras, existência de escravos e os principais produtos cultivados pelo sesmeiro. Este estudo permite apontar as características do processo de colonização como o modo de ocupação das terras, o estabelecimento de uma sociedade colonial em formação em um espaço que precisava ser ocupado para garantir o domínio da Coroa e contribui para uma análise da conjuntura do Período Filipino inserindo a capitania do Rio Grande nas discussões sobre o tema.

O PROJETO DOS 500 CONTOS: GUERRA E RAZÃO DE ESTADO NA MONARQUIA CATÓLICA DE FELIPE II

Marcella Fabiola Gouveia Moreira de Miranda

Esta comunicação tem o objetivo de analisar o projeto dos *500 contos* elaborado pelas Cortes castelhanas, inserindo-o numa lógica contratual entre aquela e monarquia e à luz do debate político em vigor na Europa, especialmente o discurso da razão de Estado. No final do século XVI, as Cortes castelhanas estiveram reunidas por seis longos anos. Entre 1592 e 1598, os procuradores das Cortes lidaram com um problema principal: a grave crise financeira que assolava a Monarquia Hispânica. Além da rebelião de Flandres, Felipe II iniciou a intervenção militar nas guerras de religião na França. O suporte financeiro que sustentava os empreendimentos bélicos do Rei Prudente era garantido por Castela, com os auxílios e serviços concedidos pelas Cortes. Para garantir estes recursos, o rei se comprometia cada vez mais com os procuradores e as cidades representadas, concedendo amplas prerrogativas em troca dos serviços. Tal situação atingiu o ápice no contexto da derrota da armada espanhola pelos ingleses. Em 1590, após dois anos de negociações, o monarca conseguiu a aprovação dos *millones*, um serviço de 8 milhões de ducados que seriam concedidos ao rei em um prazo de seis anos. Cada uma das dezoito cidades castelhanas com voto em Cortes iria estabelecer seus próprios meios para a cobrança e o repasse do dinheiro. Dada a sua natureza extraordinária, este serviço foi selado por um contrato entre o

rei e o *Reyno junto en Cortes*, que estabelecia extensas prerrogativas fiscais e administrativas para as cidades. Além disso, incluía a liberação de cédulas reais que reforçavam o direito das cidades, caso a cobrança infringisse a liberdade e privilégios de outros grupos, como a nobreza e o clero. Esta dinâmica contratual inaugurada pelos *millones* caracterizou as relações entre a monarquia e as Cortes castelhanas até o século XVII. Um dos momentos mais significativos deste processo é aprovação, pelas Cortes, do projeto dos *500 contos*. Em 1596, os ingleses atacaram e saquearam Cádiz e, no mesmo ano, Felipe II decretou a bancarrota. Alarmados por esta situação, os procuradores iniciaram a discussão de um projeto para ajudar a Coroa, denominado de *500 contos*. Diferentemente dos *millones,* aquele significaria uma intervenção direta das Cortes nos negócios da monarquia, ao estipular quais usos deveriam ser dados ao dinheiro. As cidades ficariam encarregadas de efetuar um empréstimo geral, totalizando o valor de 500 contos, dos quais 75 seriam concedidos ao rei para desempenhar os juros vendidos sobre o patrimônio real, com intuito de gerar saldo positivo na *hacienda* real. O restante, 425 contos, deveria ser utilizado para aumentar e fortalecer o sistema de defesa do reino, definindo os valores destinados à artilharia, infantaria e compra de cavalos. Desse modo, os procuradores das Cortes, especialmente da cidade de Burgos, identificaram os males da monarquia no emprego do sistema de *asientos* e contratos para arrecadar dinheiro. À maneira dos *arbitristas*, procuravam identificar os males da Monarquia Hispânica e apontar as soluções para a crise financeira. Por outro lado, ao insistirem em investir no sistema de defesa do reino castelhano, os procuradores reforçavam a postura assumida em 1592, quando se recusaram a financiar a guerra no exterior. O argumento que utilizaram foi que a guerra deveria ser defensiva e não ofensiva. Desse modo, invocavam o argumento da razão de Estado, uma vez que a conservação e segurança de Castela deveriam vir em primeiro lugar. Afinal, uma razão de Estado castelhana deveria prevalecer.

O SANTO OFÍCIO PORTUGUÊS E OS HABSBURGOS

Denise de Carvalho Zotollo

A presente comunicação se constitui numa parte do segundo capítulo da minha dissertação de mestrado cujo tema foi "A movimentação financeira do Tribunal da Inquisição de Lisboa durante a União Ibérica", na qual através dos Livros dos Tesoureiros do Fisco e do Tribunal de Lisboa pode-se perceber a forma e qual a prioridade dos gastos dos recursos provenientes dos bens confiscados. Aqui neste trabalho só serão apresentadas as disputas entre o Rei e o Santo Ofício na administração e gerenciamento destes recursos. A ideia de que a Inquisição portuguesa tenha passado incólume pela União Ibérica, deve ser relativizada. Antonio Manuel Hespanha (1993, p. 11) considera que em função dos privilégios juridicionais singulares que gozava, mesmo numa posição periférica em relação a União Ibérica a Igreja portuguesa, sob o comando de um monarca espanhol, se manteve "como

principal fonte de hetero-normação", "fundamentalmente alheia às mudanças dinásticas". Porém, as historiadoras Cátia Antunes e Filipa Silva desconstroem esta visão afirmando que havia uma correlação entre as ações inquisitoriais, principalmente representadas pelo confisco de bens, e a necessidade da administração central em tirar proveito de grande parte desta atividade (2012, p. 404). Ainda que, do ponto de vista financeiro, dentro da perspectiva de propriedade dos bens sequestrados, não deveria haver problemas, posto que por direito, todos os bens pertenciam ao Rei, o que se viu durante a União Ibérica, principalmente nos reinados de Felipe III e IV, foi uma disputa acirrada com o Santo Ofício sobre os recursos financeiros da Inquisição. Pela importância do confisco dentro da estrutura inquisitorial os bens confiscados estavam sempre rodeados de desconfianças, cobiça e disputas. As denúncias de negligência na administração dos bens confiscados eram constantes. A partir de 1605 por ordem de D. Castilho todas as contas dos tesoureiros dos fiscos foram tomadas e aí ficaram descobertos todos os erros ocorridos em anos anteriores. Vieram à tona várias situações de má administração, entre elas, descuido na elaboração dos inventários na fase de sequestro, demora no envio de bens para leilão e venda por valores abaixo do que o descrito nos inventários (CODES, 2011, p. 227). A indicação dos tesoureiros do Fisco cabia ao Inquisidor Geral, mas a palavra final sobre a nomeação ainda era uma prerrogativa da Coroa e através de algumas correspondências é possível averiguar que o Rei não abria mão deste direito, participando ativamente da escolha. Através da análise dos Livros dos Tesoureiros do Fisco atestou-se que o Santo Ofício não foi o único beneficiário dos recursos confiscados, o Rei também se favoreceu direta e indiretamente destes recursos, além do fato de que as sucessivas ordens de suspensão dos confiscos, sempre colocadas como moeda de troca entre o Rei e os cristãos-novos, beneficiaram somente o poder real ficando a Inquisição alijada dos resultados destas trocas.

14 de setembro de 2016

REFLEXÕES SOBRE A TOMADA DA BAHIA DE 1624. (POLÍTICA, ECONOMIA E IDENTIDADES)

Ana Hutz

Nesse trabalho revistamos o tema da tomada da Bahia pelos holandeses em 1624 à luz do discurso arbitrista. O objeto de nosso estudo é fundamental por estar inserido num contexto muito amplo em que questões políticas, econômicas e identitárias se inter-relacionam. No plano político, o contexto maior é sem sombra de dúvidas as Guerras entre a Monarquia Hispânica e os Países Baixos. Esse conflito teria se deslocado do centro europeu para o Atlântico e, em particular para o Nordeste brasileiro. No plano econômico, devemos levar em consideração o monopólio holandês sobre o refino e distribuição do açúcar, bem como a crescente demanda pelo açúcar refinado na

Europa. Por fim, no plano das identidades, vemos a complicada questão da União das Coroas, já bastante esgotada em 1624, que culminaria no fim da União com a Guerra de Restauração portuguesa em 1640.

A GUERRA LUSONEERLANDESA NO BRASIL NAS NARRATIVAS DAS RELAÇÕES DE SUCESSO (1625-1654)

Kleber Clementino da Silva

O tema clássico da presença neerlandesa no Brasil (1624-1654) tem sido abordado pela historiografia predominantemente a partir de "memórias" e "histórias" escritas no século XVII, como as *Memorias diarias de la guerra del Brasil*, de Duarte de Albuquerque Coelho (Madri, 1654), *O Valeroso Lucideno*, de frei Manuel Calado (Lisboa, 1648) e a *Nova Lusitânia*, de Francisco de Brito Freyre (Lisboa, 1675). A partir dessas e outras obras, legou-se para a historiografia dos séculos seguintes, até a atualidade, um panteão de heróis e uma sequência de episódios marcantes daquela guerra, que tradicionalmente a caracterizam e dão forma à narrativa que hoje conhecemos: as figuras simbólicas de Fernandes Vieira, Negreiros, Camarão e Henrique Dias, depois feitos símbolos da união nacional; as vitórias nas Tabocas, em Casa Forte, nos Guararapes, recontadas como glórias, ou portuguesas, ou de uma "consciência brasileira" nascente. Conquanto, desde o século XIX, tenha se valido de relatórios militares, cartas, listas e outras tipologias documentais, a historiografia segue se valendo daquelas obras seiscentistas como fontes para o "tempo dos flamengos", muitas vezes, aliás, sem a devida problematização quanto aos interesses que atravessam nessas Histórias e orientam suas redações. No entanto, no próprio curso do conflito lusoneerlandês, a guerra foi tema de um conjunto de papéis não apenas pouco explorados pela historiografia, mas que, em seu conjunto, erigem uma representação do conflito em alguns pontos peculiar: as *relações de sucesso*. Presentes na cultura escrita ibérica desde meados do século XVI e considerados precursoras do periodismo a se consolidar no século XVIII, tais panfletos circulavam largamente nas cidades ibéricas e mesmo no ultramar, manuscritos ou impressos, abordando uma gama enorme de temas ou "sucessos": festas, bodas, catástrofes, naufrágios, batalhas, visitas de autoridades, etc. Estampadas com simplicidade e vendidas a baixo custo, as relações de sucesso atingiam largo público na Europa de Seiscentos, inclusive entre os não alfabetizados, por meio da "leitura em voz alta". No caso do conflito em análise, desde a recuperação de Salvador, em 1625, até a rendição do Recife, em 1654, as lutas contra os flamengos no norte do Brasil são assunto intermitente de relações de sucesso escritas na América ou na Península Ibérica, muitas das quais, com a ajuda de patrocinadores poderosos, alcançam as casas tipográficas. Sua produção responde às ambições políticas dos partidos envolvidos na guerra e interessados na veiculação de versões favoráveis dos eventos e na visibilização ampla e imediata propiciada pelo gênero das relações. Tais folhetos, criando soluções originais para o problema de transposição da guerra em narrativa, informariam mais tarde as Histórias da "Guerra de Pernambuco", integrados a suas

composições. Sua emergência, todavia, é condicionada pelas tensões entre as facções políticas e pelo contexto histórico: ora frutificam sob a égide do poder central, desejoso de controlar os discursos pertinentes à guerra, ora são promovidas por forças políticas excêntricas às cortes madrilena e lisboeta, interessadas na "fama" alcançável pela difusão da imprensa e, com ela, na obtenção de recompensas materiais e simbólicas.

"SALVADOR CORREIA DE SÁ E BENEVIDES E AS CONEXÕES LUSO-CASTELHANAS NA AMÉRICA MERIDIONAL DURANTE A MONARQUIA HISPÂNICA"

José Carlos Vilardaga

Nesta apresentação pretende-se discutir a atuação da família Sá na articulação de espaços coloniais luso-castelhanos durante a Monarquia Hispânica. Ressalta-se, sobretudo, a trajetória de Salvador Correia de Sá e Benevides (1602-1688), herdeiro, ele próprio, de redes e conexões construídas por seu pai e avô. Filho de castelhana, casado com *criolla,* capitão de entrada no Paraguai, *encomendero* em Tucumã, nomeado almirante em Buenos Aires, governador do Rio de Janeiro, e administrador das minas de São Paulo, Benevides espelha em sua biografia muitos dos caminhos, intercâmbios e conexões possíveis no amplo território compreendido pelas capitanias do sul do Brasil e das Províncias do Rio da Prata, Tucumã e Paraguai. Ele deve ser visto como um personagem do império dos Felipes que soube explorar, em terras americanas, as possibilidades abertas pelas confusas jurisdições resultantes da união das coroas ibéricas (1580-1640).

OS IMPÉRIOS AMERICANOS IBÉRICOS COMO ESPAÇOS DE TROCAS COMERCIAIS TRANSNACIONAIS NO PERÍODO DA UNIÃO IBÉRICA (1580-1640)

Ana Sofia Vieira Ribeiro

A aclamação de Filipe II como rei de Portugal nas Cortes de Tomar em 1581 trouxe às relações comerciais ibéricas um novo entorno institucional. Apesar de, em teoria, a gestão dos impérios ultramarinos portugueses continuar autónoma, a Coroa ibérica e os indivíduos per se ganharam consciência da complementaridade de espaços a vários níveis, como a documentação e a historiografia mais recente evidenciam. A emergência de uma nova historiografia nas duas últimas décadas, conhecida como «global history», menos eurocêntrica na sua perspectiva, fez compreender que estes homens que competiam por vantagens económicas num espectro geográfico alargado não poderiam ser indiferentes a todos os outros indivíduos de proveniências diversas que foram encontrando nos novos pontos de contacto. John and William McNeill defendem que foram os "encontros", "contactos" e acima de tudo "relações" com (o que designam de) «outsiders» a origem e o motor de muitas transformações económicas,

sociais, políticas, militares, culturais, religiosas e tecnológicas. O trabalho seminal de Andre Gunder Frank "ReOrient: Global Economy in the Asian age" (1998) mostrou como numa época de intensa interdependência económica do mundo, como foi a Época moderna, nos mares do Oriente, a competição e rivalidade entre Impérios Europeus e também entidades políticas asiáticas não excluiu a colaboração transimperial entre mercadores, formalmente rivais, contornando restrições legais. Nos últimos anos, o discurso historiográfico tem sublinhado o perfil trans-cultural e multinacional das redes comerciais no período moderno. As comunidades mercantis aumentariam a eficiência da sua rede de contactos se comerciassem com pessoas oriundas de backgrounds sociais distintos, em cenários transnacionais, integradas em diverseas realidades imperiais ultramarinas. Autores como X. Lamikiz, F. Trivellato ou F. R. da Silva provaram que redes mercantis multinacionais, multiculturais e, por vezes, trans-imperiais eram a chave para resolver problemas de representação e agenciamento comercial, assim como constituíam um veículo para novas oportunidades de negócio e novos canais de informação que de outras forma não existiriam.Esta comunicação pretende perceber os efeitos mais imediatos da União Ibérica na cooperação entre mercadores ibéricos e na sua relação com o comércio global e os seus agentes nos espaços americanos do seu Império onde a noção de fronteira era tantas vezes difusa , através da análise de contratos notariais portugueses e espanhóis. Numa conjuntura de adaptação das redes de negócio a uma nova realidade, como lidaram os mercadores ibéricos com aqueles que eram seus rivais formais como os holandeses, ingleses ou franceses. Qual o papel destas relação transimperiais num palco de acção global?

DUARTE DE ALBUQUERQUE COELHO: ENTRE A CRISE, A GUERRA E A MONARQUIA DE FELIPE IV. CONEXÕES DA ELITE IBÉRICA COM A GUERRA DE PERNAMBUCO ENTRE 1630 A 1670

Hugo Coelho Vieira

Esta comunicação apresentará parte do Projeto de Pesquisa denominado Entre o lucro, a espada e a coroa: as relações e trajetórias da elite ibérica na circulação dos militares no Atlântico Sul, de 1630 a 1670, aprovado no fim do ano de 2014, no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A pesquisa busca investigar as relações e influências da "elite ibérica" na circulação de pessoas, especialmente da gente de guerra (dos "militares") durante a História da Guerra de Pernambuco, período denominado pela historiografia de Brasil Holandês, bem como pesquisar as trajetórias dessa elite no *Post Bellum* e após a restauração portuguesa de 1640, buscando compreender suas relações de interesse da elite ibérica com o comércio no Atlântico Sul. Portanto, nosso intento pretende estudar as relações da elite portuguesa e espanhola com a mobilidade social dos homens de guerra, os escravos e o comércio em uma perspectiva

multifacetada, diante da complexidade que se exige para entender as interações que ocorreram no Mundo Atlântico, suas relações de força e de interesses político. O presente artigo buscará demonstrar um resultado parcial do estudo sobre as relações e influências da Junta de Socorro para a Guerra de Pernambuco com o denominado Brasil Holandês.

A RESTAURAÇÃO DE 1640 NA CIRCULAÇÃO DAS ELITES POLÍTICAS ENTRE SÃO PAULO E ASSUNÇÃO: UMA PROPOSTA DE HISTÓRIA CONECTADA

Fernando Victor Aguiar Ribeiro

O objetivo dessa comunicação é discutir os impactos da Restauração de 1640, momento no qual Portugal se emancipa da monarquia hispânica, nas interações entre as elites políticas de São Paulo e Assunção. Durante décadas a circulação de pessoas, produtos e ideias foi corrente entre as duas cidades, determinando a dinâmica da região. Tal situação influenciou a estruturação da economia, política e cultura das duas partes. Com a separação política, a capitania de São Vicente e a governação do Paraguai voltam a ser, respectivamente, domínios de Portugal e de Espanha. As relações entre as duas regiões seriam inicialmente abaladas pelo evento, mas o caráter fluido das fronteiras, bem como a ausência de sua demarcação física, iria suavizar a separação das duas partes. As famílias Camargo, em São Vicente, e as famílias Torales, Ponce de León e Zuñiga, no Paraguai, em meados de 1600, se uniram através de casamentos. A ideia foi consagrar, com o matrimônio, as relações políticas e econômicas entre as duas regiões. Um ano após a Restauração, em 1641, ocorre a Aclamação de Amador Bueno. Podemos compreender esse evento como uma reação da elite política de São Paulo que, receosa da separação de Portugal, temia que as conexões entre a América portuguesa e espanhola fossem encerradas. No Paraguai, em 1649, o governador bispo Bernardino de Cárdenas entra em conflito com os jesuítas e os expulsa da governação. A tensão seria um esforço da elite política de Assunção de manter sua preeminência econômica e política frente à crescente influência dos padres inacianos. Esse evento também pode ser compreendido como uma tentativa de manter as conexões entre Assunção e São Paulo, consideradas pelas elites paraguaias como fundamentais para a sobrevivência econômica da região. Buscamos, portanto, a compreensão das relações de formação dos grupos políticos através da circulação e da interação entre as elites políticas das duas regiões. As interações entre São Vicente e Paraguai não se encerraram em 1640, mas foram gradualmente sendo reduzidas ao longo do século XVII no contexto das disputas das Coroas ibéricas pelas possessões americanas.

FAZER-SE MERCADOR NA COLÔNIA: A PARTICIPAÇÃO RIO-PLATENSE NA FORMAÇÃO SOCIAL, MERCANTIL E ESPACIAL DO ESTADO DO BRASIL (1580-1680)

Queila Guedes Feliciano Barros

O Brasil consolidou-se enquanto principal Colônia do Império Português no Atlântico através dos esforços e ações dos mercadores, suas alianças e os frutos das mesmas compuseram a sociedade colonial e propuseram a manutenção dos engenhos numa Colônia que embora portuguesa fora construída sob moldes espanhóis. O principal objetivo deste trabalho consiste em analisar o processo de distinção social através do qual mercadores formaram um sólido, porém dilatado grupo de elite que atuava nas Capitanias de São Salvador Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco, Siará Grande e Rio da Prata conquistando mercados Atlânticos e criando redes mercantis de abastecimento através de alianças parentais e religiosas que inseriram o Brasil no circuito: Lisboa – Guiné – Capitanias do Brasil e Rio da Prata, compondo uma rota de comércio que permitiu a interação entre o abastecimento interno e externo através de círculos de sociabilidade com indígenas das vilas de Boupeba e Cairu ao longo do século XVII. Os indícios destes intercâmbios se fazem presentes nos Registros de Navios do Archivo General de Lá Nación Argentina e nos Alvarás de comércio do Arquivo Público estadual da Bahia revelando o cerne da formação da Companhia Geral de Comércio do Brasil, mantida especialmente por investimento dos mercadores que garantiram o transporte do açúcar para a Europa, o fornecimento de escravos e utensílios para os engenhos e o abastecimento interno integrando o litoral à vilas interioranas indígenas, além da escolta e defesa dos navios que circulavam nas Capitanias rumo ao Atlântico Sul.

15 de setembro de 2016

DEPOIS DA BATALHA: TEXTOS E VISÕES SOBRE D. SEBASTIÃO NO SÉCULO XVII.

Filipe Duret Athaide

Considerado um dos mais controversos reis portugueses, D. Sebastião (1554-1578) nomeou uma das mais significativas crenças messiânicas régias da Europa Moderna, o Sebastianismo. Configurado em momento de crise política, o Sebastianismo incorporou expressões de fundo judaico a outros elementos presentes no horizonte cultural lusitano, principalmente entre os séculos XVI-XVII. O Sebastianismo foi considerado por boa parte da historiografia portuguesa como um tema de menor importância, muitas vezes sendo classificado como folclore e associado a atraso cultural. Tal perspectiva foi questionada principalmente por historiadores não portugueses principalmente nas últimas décadas. A análise de manifestações sociais, de elaboração e circulação de textos apologéticos ao Sebastianismo e de trajetórias de

indivíduos envolvidos na disseminação da crença sebástica trouxeram novas interpretações e questionamentos ao tema. Neste cenário bastante fértil, o trabalho que será apresentado busca examinar as relações entre o conjunto de textos considerados "fundadores" da crença sebástica e as formas de manifestação dela nos estratos populares. Segundo J. L. Azevedo, em "A Evolução do Sebastianismo" – obra incontornável para os estudiosos do tema – foi fundamental a ação de D. João de Castro, e a publicação de sua "Paráfrase e Concordância" em 1603. Nela, deu luz às já conhecidas na época, "Trovas do Bandarra", consideradas como o texto primordial da crença sebástica. A própria produção de Castro engloba outras obras, e existem tantas outras, contemporâneas a ele, compostas por outros autores. É deste conjunto que destaco para análise a "*Adventure admirables par dessus toutes le outres dessiecles passez*", atribuída a Frei José Teixeira e publicado em Paris, 1601. Fonte ainda pouco conhecida e explorada, compõe, em conjunto com outros textos, um panorama bastante amplo sobre o debate, ocorrido no início do século XVII, e que tinha como questão fulcral a possibilidade de sobrevivência ou não de D. Sebastião após a Batalha de Alcácer Quibir. A seleção do escrito de Teixeira, se deu não só pela questão cronológica – foi publicado antes da "Paráfrase" de Castro – mas também pelo fato de ser possível nele observar um esforço em defender a sobrevivência do monarca português. Nesse sentido, a produção textual de Teixeira se aproxima daquela inglesa, explorada por Ernst Kantorowickz, e que embasou a sua teoria sobre a "doutrina dos dois corpos do rei" – corpo político/corpo natural – e principalmente, a suposta imortalidade do corpo político. Da mesma forma, Teixeira pode ser considerado um exemplo da defesa, em Portugal, da existência do caráter de "rei sacrificial" de D. Sebastião, tese defendida por Yves Marie Bercé no seu livro "O Rei Oculto", e que consequentemente impediria a morte de seu corpo natural e político. Em contraponto à produção letrada, destaco os casos das visionárias portuguesas que, ao longo do século XVII afirmavam manter contato com D. Sebastião, em especial o de Maria de Macedo. Cristã-velha, em 1665 foi denunciada à Inquisição de Lisboa por divulgar suas idas e vindas à Ilha Encoberta. Nela, se encontrava com monarca desaparecido na batalha africana. Desta forma, buscarei examinar as possíveis formas de circulação dos elementos basilares da crença sebástica e como eles foram apropriados pelos diversos estratos sociais da época.

DOIS LETRADOS PORTUGUESES NA CORTE DOS FILIPES: O HISTORIADOR JERÔNIMO MASCARENHAS E A ESCRITA DA HISTORIA DE LACIUDAD DE CEUTA (1648)

Ana Paula Torres Megiani

Esta comunicação está vinculada a um projeto em desenvolvimento, dedicado ao estudo das obras e trajetórias de dois letrados portugueses – o cosmógrafo e cronista João Batista Lavanha (ca. 1555-1624) e o historiador e cronis-

ta Jerônimo Mascarenhas (1611-1672). A pesquisa, de caráter coletivo, pretende mapear e inventariar a produção impressa e manuscrita desses autores, tendo como principal objetivo entender os princípios que presidem a sua composição: acumulação, justaposição e classificação de informações. Além disso, o estudo pretende aprofundar o conhecimento das estratégias de indivíduos letrados em suas relações com o núcleo da Monarquia Hispânica, e dos mecanismos de circulação de informações nos impérios ibéricos no tempo dos Filipes. Sobre Jerônimo Mascarenhas, abordaremos aqui mais especificamente, da composição e edição de sua obra *Historia de la ciudad de Ceuta*, finalizada em 1648, e que permaneceu manuscrita até inícios do século XX. Trata-se de uma obra de caráter encomiástico à cidade do norte da África, objeto de grande disputa entre as coroas de Portugal e Espanha durante a Gerra de Restauração portuguesa (1640-1668).

REPRESENTAÇÕES SOBRE A HONRA E A SEXUALIDADE DA MULHER NO LIVRO V DAS ORDENAÇÕES FILIPINAS: HISTÓRIA, DIREITO E GÊNERO, NA AMÉRICA PORTUGUESA DOS TEMPOS DE UNIÃO IBÉRICA (1580-1640)

Vanessa Caroline da Cruz

O período da União das Coroas Ibéricas corresponde a um momento histórico de grandes transformações para Portugal, Espanha e suas respectivas colônias. Nele, houve a compilação das **Ordenações Filipinas**, importante conjunto de leis que versavam sobre uma ampla gama de assuntos, buscando regular a convivência social e ainda definir regras para as mais variadas matérias jurídicas, tendo vigorado no Brasil até o século XIX, perdendo sua validade apenas quando da elaboração do Código Civil Brasileiro. O presente trabalho tem como recorte espacial e cronológico o Brasil do século XVII e utilizará como fonte o **Livro V** das referidas Ordenações, pois nele está presente uma série de títulos que versavam sobre os comportamentos esperados de mulheres e homens, elaborados a partir do olhar daqueles que as compilaram, prevendo também a criminalização dos atos que não se adequassem às condutas aí referenciadas como corretas e desejáveis, permitindo-nos conhecer as principais imagens ideais femininas que constituíam o estatuto jurídico da mulher no Direito Português e, por conseguinte, nas normas impostas à Colônia brasileira, num esforço conjunto entre o Estado Metropolitano e a Igreja Católica. Esta última teve especial destaque na campanha de disseminação dos valores que aqui se pretendiam implantar, exercendo forte pressão sobre a América Portuguesa a fim de promover a desejada identificação entre a figura da "mulher honrada", prevista na lei supracitada, e as múltiplas identidades femininas constituídas no solo colonial, tendo em vista o recrudescimento do controle social exercido sobre as práticas e discursos a respeito da sexualidade, no contexto da Contrarreforma e da implantação das normas do Concílio Tridentino. Tendo como objetivo geral investigar as representações sobre a honra e a sexualidade feminina nele constituídas, e como objetivo específico compreender como estas representações se

refletiram sobre a vida das mulheres no Brasil Colonial, dando forma a uma série de relações sociais, sobretudo as familiares, conforme sua aceitação, negação e (re) apropriação, a pesquisa utilizará como metodologia uma leitura da fonte feita a contrapelo em uma análise interdisciplinar entre história, gênero e direitos, compreendendo as leis não como um corpo coerente de regras, mas como um campo onde se instauram batalhas entre diversos atores sociais por suas concepções de legitimidades e justiças, e as contribuições de Thompson para pensar os relatos de experiência histórica dos ditos excluídos da história "oficial". O recorte de gênero para a abordagem da fonte justifica-se por tratar-se de um documento que se refere ao comportamento social ideal buscado em homens e mulheres, que, por sua vez, vincula a concessão de direitos e proteção jurídica às mulheres mediante submissão a estas regras, visto que as chamadas prostitutas, concubinas e amásias não são contempladas por ele, somente nos artigos que tratam das penas a elas impostas. Dessa forma, será utilizada uma análise que evidencie aspectos relacionais entre homens e mulheres, compreendendo que nenhum deles pode ser entendido em separado.

JOSEPH DE NAXARA: UM FRANCISCANO E SEUS ESCRITOS ENTRE TRÊS MUNDOS

Marcos Antonio Lopes Veiga

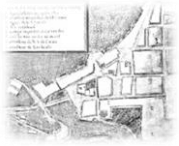
Joseph de Naxara, franciscano castelhano, através de sua obra *Espejo Mystico en que el hombre interior se mira practicamente ilustrado para los conocimientos de Dios y ejercicio de las virtudes (1672)* relata sua experiência missionária em forma de diálogo partindo de suas memórias e de suas vivências na África e na América. Como elo de conexão entre três mundos, Frei Naxara elucida pontos relativos ao projeto político espanhol em fins do século XVII, a produção e circulação de textos como ferramenta deste projeto, bem como o papel das ordens religiosas a veiculação de uma mentalidade católica setecentista entre as fronteiras e espaços em que viveu.

DOIS LETRADOS PORTUGUESES NA CORTE DOS FILIPES: JOÃO BAPTISTA LAVANHA, RAZÃO COSMOGRÁFICA E ESTRATÉGIAS DE CARREIRA NA COMPOSIÇÃO DO ITINERARIO DO REYNO DE ARAGÃO (1610-1611)

Thomás A. S. Haddad

Esta comunicação está vinculada a um projeto em desenvolvimento, dedicado ao estudo das obras e trajetórias de dois letrados portugueses – o cosmógrafo e cronista João Baptista Lavanha (ca. 1555-1624) e o historiador e cronista Jerônimo Mascarenhas (1611-1672). A pesquisa, de caráter coletivo, pretende mapear e inventariar a produção impressa e manuscrita desses autores, tendo como principal objetivo entender os princípios que presidem a sua composição: acumulação, justaposição e classificação de informações. Além

disso, o estudo pretende aprofundar o conhecimento das estratégias de indivíduos letrados em suas relações com o núcleo da Monarquia Hispânica, e dos mecanismos de circulação de informações nos impérios ibéricos no tempo dos Filipes. Neste trabalho, examinamos alguns aspectos da composição do *Itinerario do reyno de Aragão*, um caderno manuscrito (publicado em fins do século XIX) contendo as detalhadas anotações da viagem de reconhecimento que Lavanha, então cosmógrafo-mor de Portugal, fez às terras aragonesas entre 1610 e 1611. Comissionado pela deputação de Aragão para produzir um mapa do reino, Lavanha revela, nas anotações, a "razão cosmográfica" com que organiza o trabalho: além dos dados sobre o terreno, que levanta por métodos de triangulação, seu caderno acumula e justapõe informações sobre história e antiguidades, exemplificando muito bem como deve ser entendida a prática intelectual da cosmografia alto moderna. Além disso, exploramos a correspondência entre altos funcionários aragoneses que tentam cobrar do cosmógrafo a entrega do mapa, que ele atrasa por mais de cinco anos. Contrastada com a trajetória de Lavanha após o término da viagem (ele se tornará tutor do futuro Filipe IV em 1612, e cronista-mór de Portugal em 1618), essa documentação dá testemunho de suas estratégias – e apostas – de carreira e inserção em redes clientelares organizadas em torno dos mais poderosos patronos.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 12
Impérios Ibéricos no Antigo Regime: política, sociedade e cultura

Coordenadores: Francisco Carlos Cosentino (Universidade Federal de Viçosa) e Carmen Margarida Oliveira Alveal (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

13 de setembro de 2016

AUTONOMIA OU SUJEIÇÃO: A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE PARAIBANA ATRAVÉS DA NARRATIVA CAMARÁRIA NOS SÉCULOS XVII E XVIII

Mozart Vergetti de Menezes

Fruto de uma pesquisa mais ampla sobre as correspondências da Câmara da Paraíba, a nossa comunicação descreve e analisa quatro momentos históricos sobre o binômio sujeição/autonomia do governo da Capitania da Paraíba ao de Pernambuco. Produzidos respectivamente nos anos de 1661, 1744, 1755-6 e 1799 essas correspondências, compostas por cartas e representações dos camaristas para o rei, firmam uma narrativa histórica que revela, a partir dos conflitos de jurisdições entre as capitanias, determinados conectivos econômicos e políticos através dos quais é elaborado um "sentido de passado" que espelham e influenciam decisivamente o entendimento e a escritura da História da Paraíba nos séculos XIX e XX.

PERFIS CAMARÁRIOS DE UMA CAPITANIA PERIFÉRICA: OS NA CÂMARA DA CIDADE DO NATAL (1720-1759)

Kleyson Bruno Chaves Barbosa

Este artigo analisa a governança local da capitania do Rio Grande, por meio da câmara da cidade do Natal, entre os anos 1720-1759, ao se traçar perfis camarários dos *homens bons* que compuseram essa instituição no período explicitado. O recorte temporal explica-se pelo contexto da capitania do Rio Grande. O ano de 1720 caracteriza-se por ser um marco, pois a partir desta data a chamada *Guerra dos Bárbaros* já era entendida como finalizada, e o processo de territorialização nos sertões a oeste da capitania teriam sido efetivados de forma mínima. Para isto, foram percebidos os *homens bons* desta capitania periférica, traçando um perfil desta *nobreza camarária*, assim como as redes clientelares estabelecidas por estes. Foram percebidas as patentes de ordenanças e as mercês sesmariais recebidas, as estratégias de ascensão na própria estrutura administrativa camarária e na hierarquia das ordenanças, e também a naturalidade desses *homens bons*. Por meio disto, foi possível compor redes clientelares traçadas por esses oficiais camarários, nas quais a fa-

mília tinha peso preponderante. Estes indivíduos elaboraram estratégias de fixação e manutenção do seu poder, assim como aqueles que vinham de fora da capitania, aliando-se às principais famílias da terra, e, assim, tornando-se também essa *nobreza local*, o que os qualificava a receberem mais benesses, na lógica da economia de mercês e de uma sociedade de distinções e privilégios que marcava a sociedade colonial de *Antigo Regime*. Entretanto, verificou-se uma situação híbrida para o contexto da capitania do Rio Grande, destoando de estudos que analisaram centros como Rio de Janeiro, Recife e Salvador, nos quais foram percebidos uma elite senhorial em sua maioria. Verificou-se também um número relevante de não-locais ingressando na câmara, entretanto, aliando-se a essas famílias locais; assim como um terceiro grupo daqueles que estavam de passagem. Para a composição camarária, enfatiza-se a capitania do Rio Grande como uma localidade periférica, tendo por centros, a capitania da Paraíba, cabeça da comarca desde 1688; a capitania de Pernambuco, centro político-administrativo das Capitanias do Norte, a qual a capitania do Rio Grande foi anexada em 1701; e o próprio reino, no qual o rei exercia a centralidade sobre esse espaço periférico do seu império ultramarino português. Assim, em um diálogo constante com as categorias de centro-periferia, procurou-se comparar os perfis camarários encontrados na cidade do Natal com outras localidades da colônia portuguesa na América, fossem áreas que se destacavam como centro, ou mesmo periferias. Com isto, perceberam-se as diferenças e similaridades que a governança local de Natal poderia ter em relação aos centros como Salvador, Rio de Janeiro e Recife, assim como espaços periféricos como Alagoas do Sul, Porto Alegre, Vila do Carmo, Vila do Aracati, entre outros. Tais comparações foram realizadas constantemente ao longo do trabalho, colaborando, para compreender a câmara da cidade do Natal, que por sua vez, inseria-se no império português como uma instituição que contribuía para replicar o modelo institucional imposto pela coroa portuguesa, moldando a sua colônia na América.

A CONSTRUÇÃO DOS IMPÉRIOS ULTRAMARINOS SEGUNDO AS LÓGICAS DO ANTIGO REGIME: O ESPAÇO CABO-VERDIANO-GUINEENSE SÉC. XVI-XVII

Beatriz Carvalho dos Santos

É comum observarmos entre os trabalhos sobre a era moderna, o enfoque dado ao início das navegações pelo Atlântico, especialmente quando considerado como o marco que encerra a época medieval e inicia a passagem para um novo período. Embora seja claro aos historiadores hoje que tais mudanças não foram jamais possíveis por meio de rompimentos abruptos, mas sim graduais e mantendo uma série de continuidades. Ainda assim, é necessário o cuidado para não compreender esse marco das navegações iniciadas no Atlântico como a abertura de um período onde tudo o que dele decorreu foi novidade. Especialmente no âmbito econômico, no qual o estabelecimento de relações com povos africanos e asiáticos se deveu a já existente experiência nas transações mediterrânicas. A própria questão de represen-

tar um marco inicial de um período excepcionalmente grandioso na história de Portugal, talvez justifique a forma como muitos trabalhos sobre o começo da saga expansionista portuguesa insinuem ineditismos nunca antes imaginados. O que se observa na historiografia recente é que muito do que se imagina novo já possuía correspondentes no comércio transaariano ligado ao mediterrâneo. Em especial os trabalhos que se dedicam as redes comerciais em África, que tinham judeus e cristãos-novos como protagonistas. Nesse sentido, as próprias discussões sobre como as lógicas do Antigo Regime tiveram respaldo no Ultramar, apresentam traços dessa continuidade, embora marcada por um período que remodelou suas aplicações, visto a comunicação com novos agentes e poderes além dos limites do Velho Mundo. Tendo em vista as iniciativas mais recentes dos estudos sobre as dinâmicas imperiais e a materialização do poder régio nos diferentes pontos do Ultramar, mostra-se cada vez mais claro o papel primordial dos agentes locais e das relações interpessoais, no sentido da concessão de governabilidade ao Império. Nesse ensejo, a presente proposta visa demonstrar com base na análise de três memoriais de comerciantes da região da Grande Senegâmbia, como era possível perceber os diferentes modos como esses autores retratam suas relações com os comerciantes lançados, que de acordo com sua posição e relação comercial recebiam atenção e relatos diferenciados. A análise tem como recorte cronológico finais do século XVI e início do XVII, nas obras de André Alvares de Almada, André Donelha e Francisco de Lemos Coelho. Como se davam essas relações, seus meandros e complexidade, revela muito sobre as formas de se relacionar orientadas pelas lógicas de Antigo Regime, mas dentro de dinâmicas de terras africanas. Em decorrência disso e com base no uso de fontes e de uma metodologia que dialoga com a história social e cultural, a proposta visa demonstrar aspectos dos discursos dos autores que possibilitam a compreensão de como eram fluidas as categorias de enquadramento dos diferentes agentes inseridos no espaço cabo-verdiano-guineense. Evidenciando como eram múltiplos os laços que conectavam os espaços ultramarinos.

HIERARQUIAS E MOBILIDADES EM FONTES ECLESIÁSTICAS. O ENGENHO MARAPICU: DAS FAMÍLIAS ESCRAVAS ÀS CASAS DO REINO RIO DE JANEIRO, SÉCULO XVII.

Denise Vieira Demétrio

A presente comunicação enfoca a trajetória do *Engenho Marapicu*, construído no século XVII na então freguesia de Santo Antônio de Jacutinga, que pertencia à capitania do Rio de Janeiro. A partir desta trajetória, busca compreender as hierarquias e mobilidades dos grupos sociais vinculados à esta propriedade através da documentação produzida pela Igreja Católica, tais como registros de batismo, matrimônios, óbitos e testamentos das freguesias de Santo Antônio de Jacutinga e Nossa Senhora da Conceição de Marapicu, entre os séculos XVII e XIX. O engenho surge na documentação ecle-

siástica primeiramente como propriedade da família *Correia Vasques*, naturais do Rio de Janeiro (século XVII); passa para a família *Sá e Meneses*, reinóis que possuíam propriedades no Brasil (século XVIII); e chega à Família Azeredo Coutinho (século XVIII-XIX) quando passa a constituir-se em morgado. Daí a importância de se pensar a trajetória da propriedade em primeiro plano, para se compreender suas transformações no tempo, agregadas, é claro, às trajetórias de seus diversos proprietários e, principalmente, compreender as dinâmicas sociais e interações de seus agentes. As fontes da pesquisa estão inseridas no âmbito do projeto EAAE (*Escravidão Africana nos Arquivos Eclesiásticos*), **c**riado em 2003, desenvolvido no LABHOI-UFF e no projeto de pós-doutorado em curso. Para esta comunicação será analisado a escritura de venda do engenho, de 1720.

PENSAMENTO POLÍTICO E O TEMA DA PUNIÇÃO AOS REBELDES NA CONJUNTURA DAS REBELIÕES DA AMÉRICA PORTUGUESA NO SÉCULO XVII E PRIMEIRA METADE DO XVIII

João Henrique Ferreira de Castro

A trajetória do debate político acerca da punição aos rebeldes em Portugal e suas conquistas é marcada por continuidades e rupturas. Configurando-se, assim, como um processo difuso e longe de ser linear. As ideias e reflexões neste cenário eram formuladas e apresentadas em articulação com as transformações na monarquia, não só no Reino como na gestão ultramarina. Notadamente, e aqui é o que mais nos interessa, a América Portuguesa. Na conjuntura da Restauração portuguesa, por sua vez, o tema da punição aos rebeldes assume papel central. Especialmente na necessidade de formular o distanciamento e a diferenciação entre a Casa de Bragança e a Casa de Habsburgo. Neste sentido, a nova dinastia portuguesa buscava afirmar sua legitimidade produzindo uma crítica aos valores que, aos olhos dos defensores da Restauração, orientavam a monarquia espanhola e a gestão dos seus territórios durante a União Ibérica. E que eram acionados no esforço de justificar a qualificação do governo dos Filipes como tirânico e contra o qual a resistência era dispositivo legítimo. Destaca-se que este discurso, por seu turno, mais do que evidenciar que em Portugal do Antigo Regime a reflexão política frequentemente questionava os excessos dos governantes, também produziria os elementos que, ao longo das décadas seguintes, reforçariam a percepção de que era direito dos povos resistir. O que justificava e era operacionalizado, em larga medida, nas revoltas que se sucederam, por exemplo, na América Portuguesa na segunda metade do século XVII e início do século XVIII. E cuja recorrência causaria incômodo aos oficiais a serviço na região e aos conselheiros régios. De legitimador da resistência aos Habsburgo a desafio para a manutenção das suas conquistas, o pensamento político português da Restauração passaria a conviver, com o passar do tempo, com a decisão de acomodar alguns dos valores que antes rejeitara por contrastarem com os argumentos tradicionais que haviam justificado a luta contra a

monarquia espanhola. Cunhados no debate político moderno europeu à luz do Renascimento e inserindo uma defesa de que os objetivos utilitários poderiam se antepor ao respeito às virtudes cristãs, estes valores não geravam uma nova cultura política em Portugal completamente distante da que havia antes. Mas sim interagia com as bases tradicionais formando um pensamento político híbrido, e um debate político acalorado, em que as influências do pragmatismo renascentista e da tradição escolástica se mesclavam e formulavam uma espécie de "política cristã". Com especial atenção ao tema das revoltas. As divergências próprias de um cenário de discussão, contudo, não impediram que, com o passar do tempo, estabelecem-se processos como a construção de uma lógica de centralidade régia na administração não só do Reino como do ultramar, em especial na América Portuguesa. Situação que evidencia a relação entre pensamento e prática política. E que, nesta comunicação, objetivo demonstrar.

"O LABIRINTO MAIS INTRINCADO DAS CONSCIÊNCIAS": POLÍTICA E CONSELHOS SUPERIORES NA MONARQUIA PORTUGUESA DO PÓS-RESTAURAÇÃO (1640-1656)

Marcello José Gomes Loureiro

Os Conselhos Superiores (ou tribunais) eram instâncias fundamentais para os processos de deliberação da monarquia pluricontinental portuguesa pós-Restaurada. O duque de Bragança, aclamado rei D. João IV em 1640, em função do golpe que pôs fim à União Ibérica, enfrentava uma série de desafios para se conservar no trono. Numa conjuntura de notória complexidade, precisava inclusive de legitimação política. Basta lembrar que em 1650, portanto rei há dez anos, era chamado ainda pejorativamente de mero "rei de copas", na Bahia. Se em Madri muitos o consideravam um "tirano por usurpação", não podia ser considerado nos domínios portugueses um "tirano por administração". Uma das formas de alegar sua legitimidade era exatamente apoiando-se em modos de decisão baseados em Conselhos, afastando-se daquilo que se denominava de "governar à castelhana", ou seja, governar a partir de validos. Para além, segundo diversos tratados político-jurídicos da época, tributários de São Tomás de Aquino, a melhor forma de exercitar a virtude cardinal da prudência, considerada a mais relevante para a prática da governação, era por meio do aconselhamento. Efetivamente, os tribunais tinham outras funções, como por exemplo, debruçar-se sobre matérias especializadas, como finanças e justiça; alocar no governo a nobreza, frequentemente considerada como o "primeiro tribunal do reino"; vincular a nobreza às decisões de governo; resguardar ou proteger a imagem do rei; servir para o "descarrego da consciência" do rei, etc. Assim, a comunicação tem como temática central os Conselhos e os circuitos de deliberação da monarquia pluricontinental portuguesa, ao longo do reinado de D. João IV. Para tanto, procura não apenas apresentar a estrutura polissinodal da monarquia (principalmente Conselho de Estado, Conselho de Guerra, Conselho da Fazenda e

Conselho Ultramarino), mas também recuperar argumentos que defendiam a atuação desses tribunais ou críticas que pretendiam reduzir sua expressão política. Além disso, pretende ainda percorrer algumas relações que esses tribunais estabeleceram entre si: havia conflitos de jurisdição, sem dúvida, mas também articulação e cooperação em diversos níveis. Outro ponto que merece algum destaque e reflexão se refere à posição do Conselho de Estado no conjunto da arquitetura de poder. Ainda que sem paradoxo gozasse de mais prestígio, foi criticado por dominar a cena política por volta de 1642, esmaecendo a presença dos demais tribunais. Por outro lado, há casos em que se verifica claramente o próprio Conselho de Estado defendendo o funcionamento efetivo do conjunto polissinodal. Nesse sentido, embora haja diversos pontos para retenção e ainda por melhor investigar, o certo é que os tribunais, considerados como "a pedra fundamental" do edifício monárquico, aportavam mais legitimidade e longevidade às decisões régias, configurando-se como instância de suma importância para a compreensão da dinâmica da monarquia portuguesa.

ENTRE PAQUETES DE CORREIO E EMBARCAÇÕES DE COMÉRCIO: O FUNCIONAMENTO DA ESTRUTURA DE ENVIO DE CARTAS ENTRE PORTUGAL E AMÉRICA PORTUGUESA NO PERÍODO DAS REFORMAS POSTAIS (1797-1809)

Mayra Calandrini Guapindaia

Há alguns anos a historiografia vem preocupando-se em abordar o tema da comunicação, sendo inegáveis as contribuições da História da leitura e da escrita e, também, a História da comunicação política. Contudo, os trabalhos dessas áreas se focaram essencialmente ou no conteúdo ou nos agentes da comunicação. Pouco foram abordadas as iniciativas políticas e administrativas da Coroa para manter a comunicação à distância entre metrópole e os vários pontos do Império Ultramarino. Mais especificamente, há uma lacuna acerca dos meios de transporte que levavam e traziam correspondência, especialmente no que diz respeito às cartas particulares. Tendo isso em vista, o objetivo deste trabalho é compreender a troca de correspondência entre Portugal e América portuguesa, enfatizando a principal forma de envio e recebimento de cartas: a via marítima e as embarcações, levando em consideração rotas, tempos de viagem e condições de transporte. Algumas das principais questões que guiarão esta análise são: quais os meios preferenciais utilizados para a comunicação entre Império e Ultramar? Quais os tempos dessa comunicação? Quais as principais rotas utilizadas? Questões externas, tais como: as condições geográficas, temporais e segurança das vias/rotas marítimas influenciavam na eficácia comunicativa? A organização de serviços oficiais de correio facilitava a comunicação e até onde essa estrutura convivia ou rivalizava com outros meios paralelos de envio de correspondência? Esta investigação enquadra-se temporalmente entre fins do século XVIII até a primeira metade do XIX, período em que ocorreram as reformas de correio, uma tentativa da Coroa em centralizar e criar novas estruturas

administrativas para controlar o envio de correspondência, tanto oficial quanto particular. Em 1798, o Alvará do Correio Marítimo ordenou que todas as cartas de particulares deveriam ser enviadas por correios, pagar a taxa de porteamento e serem transportadas por navios em mala lacrada dentro da administração postal. A Coroa também mandou construir embarcações específicas para o transporte de cartas, denominadas paquetes. Houve, portanto, investimento na marinha oficial para fins comunicativos. Entretanto, os relatos documentais da época demonstram o funcionamento incipiente dessa estrutura marítima, sendo que os navios de particulares destinados ao comércio desempenhavam importante papel no transporte de cartas particulares. Propomos analisar duas frentes: primeiramente, serão discutidos as reformas de correio e o Correio Marítimo. Será feito um breve panorama dos barcos de correio do período, focando em suas rotas, número de viagens e dificuldades de navegação. Para isso, utilizar-se-ão dados recolhidos do Arquivo Histórico Ultramarino sobre cada navio, bem como duas outras fontes que permitiram extrair informações acerca do movimento marítimo entre Portugal e América portuguesa. Em um segundo momento, o foco será a utilização de navios de comércio para a troca de correspondência. Nesse caso, será apresentada uma breve relação de navios comerciantes transportadores de carta, levantada a partir das cartas de José Antonio Alves de Souza, comerciante residente no Recife, escrita para diversos sócios de comércio entre 1803 e 1809. Essas cartas têm a particularidade de trazerem, em sua maioria, o nome dos navios pelas quais foram enviadas. Isso permite conhecer as embarcações que levavam correspondência de comércio de Pernambuco para Portugal e África, e, ocasionalmente, para outros países europeus. Parece sintomático que, dentre os navios utilizados por José Antonio Alves de Souza, poucos eram paquetes, sendo massiva a presença de navios comerciantes particulares.

"MARÍTIMO DE PROFISSÃO": FONTES E POTENCIALIDADES DE ESTUDOS DE HISTÓRIA MARÍTIMA (PORTUGAL E BRASIL, SÉCULO XVIII)

Jaime Rodrigues

Apresento aqui as potencialidades de estudos representadas pelos *Registros de Matrículas de Equipagens* de navios mercantes em circulação entre Lisboa e os portos lusos da América, África e Ásia na segunda metade do século XVIII. A partir da sistematização das informações contidas nessa fonte, trago indagações que nortearão pesquisas futuras, cujas respostas dependerão da investigação e do cruzamento com documentação de tipologias variadas, tais como a correspondência com administradores coloniais e processos judiciais. Inicialmente, destaco o potencial dos *Registros de Matrículas* para estudos sobre a circulação dos indivíduos. Concebidos para controlar a entrada e saída das gentes do mar em quatro continentes, os *Registros* também evidenciam as estratégias de superação do controle – tais como fugas, deserções e, eventualmente, ascensão profissional no âmbito das ocupações marítimas.

Além disso, essa fonte possibilita ao historiador, entre inúmeras outras temáticas: apresentar as transformações na qualidade informativa das fontes, que começam com registros mais completos e vão se modificando no decorrer do tempo e conforme o lugar de preenchimento; inventariar os cargos e as funções a bordo, bem como identificar transformações de nomenclatura nos mesmos; precisar o tempo de experiência e a idade dos indivíduos ao se engajarem nos ofícios do mar; estabelecer relações entre os tipos e a capacidade de carga das embarcações, as rotas, o tamanho das tripulações e o tempo das viagens; estabelecer as diferenças de idade, formação e experiência entre os ofícios marítimos por excelência e aqueles que também podiam ser exercidos em terra (capelão, cirurgião, carpinteiro, calafate, tanoeiro, barbeiro etc.); investigar o grau de letramento a partir das assinaturas inscritas pelos indivíduos; identificar a naturalidade, com forte predomínio dos nascidos em regiões do norte de Portugal, e procurar as razões desse fenômeno; identificar a circulação terrestre dos trabalhadores do mar, comparando os lugares de nascimento aos lugares de moradia no ato da matrícula e, no caso de Lisboa, identificar possíveis locais de concentração de marinheiros e suas famílias; quantificar a relação entre livres, escravos e forros na composição das equipagens e suas variações de acordo com as funções, as rotas e as cargas transportadas; lidar com as descrições físicas e refletir sobre as razões da inclusão desses dados para o entendimento do mundo do trabalho marítimo; apresentar um inventário das cores e outros indicadores de distinção social mencionados nos *Registros*; refletir sobre a presença de familiares (pais, filhos e irmãos) a bordo e a transmissão do conhecimento no âmbito das famílias; discutir sinais da devoção católica e seus significados a partir dos nomes dos navios; sistematizar os dados sobre estado civil e outros referentes à vida familiar, tais como os sobrenomes e sua transmissão nos meios populares representados pela imensa massa de marinheiros.

14 de setembro de 2016

O REGIMENTO, AS LEIS E O ESTILO: A JURISDIÇÃO DOS CAPITÃES-MORES DO RIO GRANDE ENTRE A BAHIA E PERNAMBUCO (1690-1715)

Marcos Arthur Viana da Fonseca

A regência e reinado de D. Pedro II (1668-1707) foram um período marcante na reestruturação jurisdicional do Estado do Brasil. Durante este período, diversos regimentos foram elaborados pela Coroa com o intuito de reorganizar a jurisdição dos governadores-gerais e dos dois principais governadores da América portuguesa: Pernambuco e Rio de Janeiro. A jurisdição do capitão-mor da capitania do Rio Grande foi delimitada pelo regimento criado pelo vice-rei D. Vasco Mascarenhas, conde de Óbidos (1663-1667), que foi incumbido pela Coroa de estabelecer à jurisdição dos capitães-mores do Estado do Brasil. Este regimento foi implementado na capitania durante o governo de Valentim Tavares Cabral (1663-1670), que trouxe diretamente

das mãos do vice-rei quando prestou preito e menagem. Durante as décadas seguintes, contudo, os capitães-mores do Rio Grande sucessores de Tavares Cabral recusavam-se a obedecer por completo as diretrizes do regimento, como a proibição da concessão de sesmarias, e o reconhecimento da jurisdição que lhes havia sido delimitada pelo vice-rei sobre o provimentos de ofícios de justiça e fazenda e a concessão de cartas patentes de postos militares. Esta situação ocasionou em constantes reclamações por parte dos governadores-gerais, culminando na criação de um novo regimento específico para as Capitania do Norte. Criado pelo governador-geral Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho (1690-1694) para as capitanias de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, em 1690, o novo regimento tinha como intenção resolver os problemas relacionados à jurisdição dos capitães-mores no governo da capitania e a desobediência com o antigo regimento do conde de Óbidos. Uma década após a elaboração do novo regimento, a capitania do Rio Grande sofreu uma grande mudança administrativa com o desligamento da capitania da Bahia e a anexação a Pernambuco, em 1701. A partir deste momento, os capitães-mores do Rio Grande passaram a estarem subordinados jurisdicionalmente aos governadores de Pernambuco. Os problemas relacionados à jurisdição dos capitães-mores e o desrespeito aos regimentos do conde de Óbidos e de Câmara Coutinho persistiram. Os governadores D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre (1699-1703) e Félix José Machado de Mendonça Eça de Castro e Vasconcelos, senhor de Entre Homem e Cávado (1711-1715) reclamaram a Coroa da insistência dos capitães-mores em desobedecerem os seus regimentos e continuarem a concederem cartas de sesmarias e proverem oficiais de justiça e fazenda, além de passarem cartas patentes e proverem postos militares. As reclamações intermitentes culminaram com a intervenção da Coroa entre os anos de 1712 e 1715, com o intuito de resolver a questão. Portanto, este trabalho tem como objetivo compreender os limites espaço-jurisdicionais dos capitães-mores do Rio Grande entre a elaboração do regimento de Câmara Coutinho, em 1690, e a intervenção régia no conflito de 1712-1715, buscando compreender as relações entre os capitães-mores, os governadores-gerais e os governadores de Pernambuco.

"PELA QUALIDADE DE SUA PESSOA E MERECIMENTO, NÃO DESMERECE O GOVERNO DE QUALQUER CAPITANIA-MOR": O PROCESSO DE SELEÇÃO DE CAPITÃES-MORES PARA O GOVERNO DO RIO GRANDE E CEARÁ (1666-1759).

Leonardo Paiva de Oliveira

O Império ultramarino português teve como um grande desafio o gerenciamento de suas várias conquistas do além-mar. Para esses lugares eram enviados diversos representantes régios que tinham como responsabilidades manter a ordem do funcionamento militar, econômico, religioso etc. Dentre esses diversos representantes, destaca-se os governadores que eram enviados para as conquistas ultramarinas com a incumbência de governá-las. Cada conquista possuía um contexto e um valor, dentro de uma hierarquia

espacial, distintos. Desta forma, as pessoas que seriam escolhidas para governar deviam seguir um critério que correspondesse às demandas dos lugares os quais estavam sendo designadas. Uma espacialidade de maior importância, exigiria, naturalmente, pessoas de maior qualidade social, assim como uma conquista que estivesse envolvida por muitos conflitos, demandaria uma experiência militar significativa e vasta. No entanto, não se pode afirmar que existiam critérios universais que sempre eram utilizados e aceitos no processo de escolha de um governador. As nomeações precisam ser contextualizadas espacialmente e temporalmente, assim como também é necessário problematizar os sujeitos envolvidos nesse processo, desde os que pretendiam assumir um posto de governo, até os que decidiam ou aconselhavam a nomeação. Pensando o caso da América portuguesa, pela discussão historiográfica é sabido que o seu território era dividido entre capitanias principais e capitanias subordinadas. Essa distinção espacial implica em hierarquias que terminavam refletindo no perfil daqueles que governavam essas capitanias. Governadores de Pernambuco ou do Rio de Janeiro seriam pessoas de qualidade social e com experiências de comando militar superiores aos governadores do Rio Grande ou do Ceará, por exemplo. Essa hierarquia se evidenciava também pela própria designação dos postos de governo, enquanto naquelas os governadores eram capitães-generais e eram denominados de fato governadores, nestas eles são designados simplesmente como capitães-mores. Mas, e com relação às capitanias consideradas subordinadas, existia alguma diferença significativa entre elas? Nesse sentido, o estudo das nomeações de governadores para as conquistas ultramarinas, principalmente por meio das consultas do Conselho Ultramarino sobre isso, é uma maneira de procurar entender não apenas o sistema de escolha e de distribuição de pessoas pelo Império, mas também uma forma de entender como a Coroa e suas instituições concelhias, enxergavam suas conquistas em termos de importância e suas demandas em termos de necessidade governativa. Dessa forma, esse trabalho pretende analisar as consultas sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor do Rio Grande e do Ceará entre os anos de 1666 até 1759, objetivando identificar o perfil desses opositores e analisar os critérios de escolha adotados pelo conselho. Além disso, pretende-se problematizar se a condição de anexa à Pernambuco, reflete em alguma mudança nessa estrutura, tendo em vista que o Ceará foi anexado em 1656 enquanto o Rio Grande apenas em 1701. Desta forma será possível comparar essas duas capitanias enquanto uma era anexa à Pernambuco e outra não.

AS POSSES DA CASA DE CASTANHEIRA NA BAHIA COLONIAL (1552-1627)

Alexandre Gonçalves do Bonfim

O primeiro Conde de Castanheira, Dom António de Ataíde, era o principal ministro do Rei Dom João III e ocupava o ofício de Vedor da Fazenda Real, o que lhe dava a responsabilidade de cuidar das finanças da Casa Real. Ataíde ocupou esta posição de 1530 a 1557, sendo apontado como figura im-

portante para a melhoria das condições econômicas da Coroa nos tempos de Dom João III. Uma de suas medidas para promover o saneamento do erário régio era o incentivo a colonização das possessões lusas na América, daí o mesmo ser o principal idealizador das capitanias hereditárias brasileiras e do regimento que estabelecia o governo geral em 1549. Todavia, o primeiro Conde vislumbrou para si recursos provindos da colônia, solicitando terras na Baía de Todos os Santos, principal núcleo da colonização do Brasil. As posses em questão eram as terras em que se estabeleceram Garcia D'Ávila (criado de seu primo Tomé de Souza) em Tatuapara (região ao norte de Salvador), as ilhas de Itaparica e Tamarandiva (que foram convertidas de sesmaria à capitania em 1556) e uma sesmaria aonde hoje se localiza o bairro do Rio Vermelho na capital baiana. Porém, nem o primeiro Conde, nem seus sucessores foram à Bahia para aproveitar pessoalmente as terras recebidas. Todas estas seriam usadas por outros mediante o aforamento, ou seja, um contrato enfitêutico em que o proprietário do domínio formal da terra concede o domínio útil a outro por meio do pagamento de um foro anual. Esta comunicação, portanto, pretende discutir o uso das terras da Casa de Castanheira no Brasil, privilegiando, nesse debate, entender como se deu o aproveitamento das terras em tela; quais eram os interesses de alguns setores sociais por estas (jesuítas, Câmara de Salvador e colonos de diversas posições sociais na Baía de Todos os Santos) e as querelas movidas pelos mesmos; até que medida as terras de Ataíde beneficiariam indivíduos estabelecidos no Brasil, pertencentes a sua rede de clientela; e como o proveito desses espaços respondiam as demandas da colonização no período. As fontes consultadas provêm de diversos tipos documentais distintos: desde documentos da Casa de Castanheira, passando por provisões reais, cartas de sesmaria, de doação e foral da capitania de Itaparica até o relato de cronistas da época e dos jesuítas. A análise dessas fontes será aliada à leitura de textos da historiografia recente que cuida da discussão sobre a política e sociedade em Portugal e em suas colônias no além-mar. O recorte temporal da pesquisa será de 1552, ano da primeira doação recebida, qual seja as ilhas de Itaparica e Tamarandiva e as terras do Rio Vermelho, até o ano de 1627, ano em que se confeccionou uma lista com o nome dos foreiros das terras dos Ataídes no Brasil. Esse período abarcará o período do primeiro Conde e dos seus três primeiros sucessores que administraram o morgado instituído pela mãe de António de Ataíde, Dona Violante de Távora. Dessa forma, esta comunicação pretende chamar a atenção para a necessidade de um aprofundamento maior de estudos sobre o interesse da alta nobreza portuguesa em posses no Brasil durante os séculos XVI e XVII e sobre os mecanismos que esta utilizava para a manutenção, à distância, de suas terras na colônia.

GOVERNAÇÃO E A REDE DE PODER NO CONTEXTO DA CONQUISTA DOS BÁRBAROS

Ana Paula Moreira Magalhães

Este trabalho tem como enfoque a governação de Afonso Furtado às Entradas de conquista dos "bárbaros" no Recôncavo baiano no período de 1671-1675. Procuramos identificar suas ações e estratégias bem como os recursos materiais e pessoas que auxiliaram na condução do empreendimento. As conexões estabelecidas com os moradores, os poderes locais e os oficiais nos permitem pensar que a economia de mercês tinha um papel preponderante nessas relações. As recompensas distribuídas pelo governador aos participantes das Entradas figuravam como uma espécie de legitimação social, reconhecimento real e ascensão simbólica de homens locais. Tal observação, entretanto, é um mediato do que propusemos discutir neste capítulo. A interlocução estabelecida no decorrer das Entradas entre o Governador geral e os participantes delas, nos permitiu adotar uma metodologia analítica capaz de ultrapassar a produção de um conhecimento mais estático do modo de ser dos diversos grupos sociais que auxiliaram o governador. Ao reconstituir, mesmo que parcialmente, as trajetórias administrativas dos envolvidos nas expedições, identificamos uma intensa circulação entre distintos espaços e funções na colônia. Tal constatação permite-nos pensar numa rede responsável por aproximar indivíduos oriundos de diferentes regiões até mesmo do Império português e de distinta origem social. Uma rede caracterizada por um conjunto de relações interpessoais entre governador e as autoridades locais como também a gente comum, que podiam ajudá-lo com o fornecimento de recursos materiais (barcas, mantimentos, ferramentas, munições, etc.) e humanos (mão-de-obra, soldados), bem como pessoas de diferentes condições socioeconômicas que estivessem aptas a cooperar seja com suas experiências e conhecimento nas Entradas, todas elas formando/fortalecendo relações clientelares ao governador mediante a política de mercês. Desse modo, a comunicação arrolada no período da conquista dos "bárbaros", não se tratava de meros relacionamentos de amizade, mas da organização sistemática de recursos diferenciados por meio da ação e de estratégias político-econômicas acionadas em diferentes escalas sociais e espaciais. Trata-se, portanto, da estruturação de uma rede clientelar fundada na possibilidade de recebimento de mercês, ao cooperar com a organização e realização das Entradas. Contudo, mais importante é a constatação da importância da rede em termos do fato de que se constituiu enquanto rede de comunicação, isso porque comunicação gerava informação, mecanismo poderoso como fonte de poder em qualquer espaço social de qualquer época. Utilizamos os Documentos Históricos da Biblioteca Nacional que contêm uma sequência de cartas emitidas no governo de Afonso Furtado relacionadas às expedições organizadas por ele contra os gentios "bárbaros". Tais correspondências nos permitiram perceber as decisões e estratégias adotadas bem como os indivíduos acionados para o episódio da conquista. Também utilizamos algumas correspondências publicadas no Projeto Resgate – Barão do Rio Branco,

fundo Luiza da Fonseca e o Códice, que nos deram suporte para pesquisa nos mostrando o quanto o episódio da conquista dos "bárbaros" ganhara uma dimensão imperial perceptível, sobretudo, no circuito de comunicação política com a Coroa.

DINÂMICAS GOVERNATIVAS NO ESTADO DO BRASIL: COMUNICAÇÃO POLÍTICA E PROVIMENTO DE OFÍCIOS (1648-1657)

Hugo André Flores Fernandes Araújo

Nos últimos anos os estudos sobre a *monarquia pluricontinental portuguesa* apresentaram uma importante inovação: a análise da comunicação política entre a coroa e as conquistas dispersas pela América, África e Ásia. O estabelecimento e o reforço de vínculos políticos, bem como a circulação de informações, pessoas e idéias foram pontos de partida para análises que apontam para um horizonte de relações políticas complexas. Esse esforço de pesquisa buscou problematizar e questionar interpretações clássicas, que minimizavam a participação e a importância dos súditos na definição das políticas da coroa portuguesa. Estes problemas de pesquisa também motivam a presente analise. Porém, direcionamos esses questionamentos para uma escala espacial menor: o Estado do Brasil. Deste modo poderemos compreender o funcionamento das dinâmicas internas da governação, observando sobretudo, as relações existentes entre o governo-geral e as capitanias na América-lusa. É preciso lembrar que o governo-geral do Estado do Brasil era responsável pela gestão de um imenso território, que em meados do século XVII compreendia as regiões que estavam entre as capitanias no Norte (Pernambuco, Paraíba, Rio Grande e Siará Grande) e as capitanias do Sul (Espírito Santo, São Vicente e Rio de Janeiro). Para governar essa vasta extensão era necessário manter uma comunicação relativamente frequente, a fim de viabilizar o intercâmbio de informações, a consulta de posições políticas e a nomeação oficiais para as mais diversas localidades. Neste sentido, analisaremos os circuitos e os fluxos de comunicação no interior do Estado do Brasil, bem como os interlocutores do governo-geral e os temas abordados nas correspondências. Isso nos permite identificar e entender o funcionamento de uma parte fundamental do sistema político em vigor na América portuguesa. Desta maneira, nossa análise busca compreender e problematizar como a governação do Estado do Brasil englobava a participação política dos súditos das mais diversas localidades, assim como indicar como a mediação e o processo consultivo possibilitavam a construção e efetivação de meios de governar. Buscamos ressaltar as dificuldades que a conjuntura política impôs a organização dessa atividade, sobretudo pelas alterações introduzidas a partir da ruptura de relações com a monarquia espanhola e pela guerra contra os holandeses nas capitanias do Norte. Nossa análise também abordará de modo quantitativo a questão dos provimentos de ofícios realizados pelos governadores-gerais, uma vez que este era outro importante pilar da governação. Deste modo poderemos identificar e compreender a complexidade dos limi-

tes jurisdicionais do governo-geral e dos ofícios a ele subordinados. Deste modo é importante relacionar essa discussão com o contexto político da segunda metade do século XVII, quando as jurisdições do Estado do Brasil sofreram sucessivas alterações, sobretudo quanto a forma do provimento de ofícios. Organizamos nossas informações em um banco de dados elaborado a partir da documentação publicado na coleção "Documentos Históricos da Biblioteca Nacional", que contém um grande volume de correspondências e provisões emitidas pelos governadores-gerais. Portanto, buscamos cotejar uma análise quantitativa com uma qualitativa, atentando também para as nuances da governação no contexto da segunda metade do século XVII. No presente trabalho nos concentramos nos governos de Antonio Teles de Menezes (1647-1650), do 2° Conde de Castelo Melhor (1650-1654) e do Conde de Atouguia (1654-1657). Esta pesquisa conta com o financiamento da CAPES.

ENTRE A GOVERNANÇA E A DEPOSIÇÃO NO VICE-REINADO DO ESTADO DA ÍNDIA: O CASO DO CONDE DE ÓBIDOS (1652-53)

Érica Lôpo de Araújo

O governo do Estado da Índia se caracterizava por uma grande complexidade: guerra, paz, reinos vizinhos, alianças, rivalidades, invasões europeias, longas distâncias, falta de instruções, excesso de autonomia, conselho de estado, etc. Naquele lugar tão longínquo do reino, fazia-se necessária uma governação mais independente por não se poder esperar a chegada de ordens. Desse modo, a governança precisava dar-se ali mesmo no Índico. Para homens inexperientes naquelas paragens, como era o caso de D. Vasco de Mascarenhas - Conde de Óbidos (1605-1678), nomeado vice-rei do Estado da Índia em 19 de janeiro de 1652, sem nunca ter pisado em qualquer parte daquele território, governar aquelas terras era um desafio. Dentre as especificidades daquele espaço constavam o relacionamento com os reinos vizinhos, com quem a diplomacia se fazia necessária. Enviar embaixadas, presentes, escolher com quem se aliar em casos de crise de sucessão dinástica e resistir aos inúmeros ataques realizados tanto por europeus, quanto por locais, eram algumas das questões. A tudo isso se somava o momento de carestia econômica proporcionado pela queda das receitas e aumento das despesas que eram o resultado das invasões, saques e diminuição das transações comerciais. Governar se transformara em uma verdadeira odisseia. A ação por meio da construção de uma rede de aliados era uma estratégia utilizada em todo o império e bem conhecida por esse personagem que já possuía uma boa carreira a serviço da coroa portuguesa. Contudo, nem sempre era possível fazer uso desse recurso localmente, e nesse caso, o inimigo interno era mais um elemento que o vice-rei precisaria enfrentar. Essa comunicação tem como objetivo tratar dos desafios encontrados pelos governadores do Estado da Índia para conservar as suas fronteiras em meados do século XVII, a partir de uma análise do caso do Conde de Óbidos. As ações de governo, adaptação ao jogo local, utilização das prerrogativas concedidas pelo posto,

serão alguns dos temas a serem analisados a partir da documentação dos Livros das Monções, entre outras fontes, que tratavam não apenas da correspondência trocada entre o monarca e o vice-rei, mas também entre esse e outros oficiais no Estado da Índia. Para além desses assuntos mais específicos daquele espaço, surgem perguntas que relacionam a própria noção da governação no império, como, por exemplo, se o contexto condiciona a atuação governativa? Ou seja, seriam necessários especialistas para cada um dos territórios do império, ou apenas a autoridade individual seria suficiente para determinar um modo de governar típico? É fundamental não se perder de vista também as redes que esses personagens possuíam no reino e avaliar a sua capacidade de acioná-las naquelas partes, atentando-se também para a sua efetividade. Essas são algumas das questões a serem discutidas nesse estudo, que ao partir de um caso inicialmente visto como fracassado, já que o Conde de Óbidos seria deposto depois de treze meses governo, pode trazer bons esclarecimentos não apenas sobre as práticas governativas no Estado da Índia, mas em todo o império português.

HIERARQUIAS E PODERES: AS CAPITANIAS E O GOVERNO GERAL NO ESTADO DO BRASIL

Francisco Carlos Cosentino

Com essa comunicação pretendemos contribuir para o entendimento da situação das capitanias no Estado do Brasil ao longo dos Seiscentos e suas relações com o governo geral. Pretendemos refinar a compreensão da submissão das capitanias hereditárias ao poder régio após 1548, mesmo continuando a ser hereditárias e o aprofundamento dessa subordinação no pós-Restauração. Analisaremos o surgimento das capitanias anexas no Estado do Brasil ao longo dos Seiscentos e a sua ordenação política através dos diversos regimentos elaborados na segunda metade do século XVII. Em síntese, nosso objetivo com essa comunicação é analisar as hierarquias de poder que ordenaram os poderes de governo desses espaços de poder no Estado do Brasil no Antigo Regime.

ENTRE O BRASIL E A ÍNDIA: A CIRCULAÇÃO NO IMPÉRIO PORTUGUÊS NA VIRADA DE SEISCENTOS

Luís Frederico Dias Antunes

Retomamos temas já anteriormente abordados relacionados com o recrutamento e o perfil social de governadores coloniais situados em diferentes graus da hierarquia nobiliárquica portuguesa setecentista, a circulação entre diversos espaços do império, sobretudo entre o Brasil e a Índia portuguesa, e, ainda, a persistência de alguns aspectos do comportamento e da cultura mais arcaicas, no início do século XVIII. Naquela altura (2011), interrogava-me sobre as razões pelas quais ma virada do século XVIII, Veiga Cabral (1º

visconde de Mirandela), Bernardo de Lorena (5º conde de Sarzedas) e Diogo de Sousa (1º Conde de Rio Pardo), iriam terminar as suas extensas carreiras ultramarinas em Goa, na superintendência do Estado da Índia. Agora, recuando um século na pesquisa, mantenho as mesmas questões. Seriam ainda os modelos de comportamento e de cultura medievos, os elementos esclarecedores da forma como até aí se moldavam e desenvolviam as carreiras políticas de indivíduos que procuravam registar a identidade da linhagem da família e ascender na escala social através do exercício mais ou menos prolongado em governações ultramarinas? Poder-se-á falar em uma tendência na hierarquia social e política dos espaços coloniais? Isto é, poder-se-á dizer que, em finais de seiscentos, o destino dos percursos políticos de indivíduos da pequena fidalguia das províncias e de outros estratos da nobreza portuguesa desempenhando cargos no topo da administração ultramarina, continuava a ser essencialmente a Índia portuguesa? Para o efeito, considerámos as origens familiares e sociais, bem como os principais aspectos das trajectórias individuais de Pedro António de Meneses Noronha de Albuquerque (2º conde de Vila Verde e 1º marquês de Angeja), de António Luís da Câmara Coutinho, de Caetano de Melo e Castro e de Rodrigo da Costa. Trata-se, portanto, de uma investigação circunscrita a apenas quatro personagens cujas características divergentes resultavam da circunstância de provirem de diferentes categorias sociais, estarem situados em distintos graus na hierarquia da nobreza portuguesa e terem construído as suas carreiras individuais em vários domínios ultramarinos na virada do século XVII, mas que mantiveram em comum o facto de terem passado e, na maioria dos casos, concluído as suas trajectórias coloniais no governo da Índia. É tudo isto que a presente comunicação propõe discutir.

15 de setembro de 2016

UMA OLINDA POR RESTAURAR: ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICA NA RECONSTRUÇÃO DA VILA (1654-1664)

Aledson Manoel Silva Dantas

Nas últimas páginas do livro "Olinda Restaurada", o historiador e diplomata Evaldo Cabral de Mello afirma que para o governador-geral Francisco Barreto parecia "incompreensível" que os gastos das principais autoridades locais fossem direcionados para a "especulação imobiliária". O sentido dessa expressão está relacionado com a preocupação dos senhores de engenho em reestabelecer suas casas na vila de Olinda e no Recife. Para o governador, o dinheiro seria melhor empregado na "reconstrução de fábricas, aquisição de escravos e fundação de partidos de cana, *tanto mais que não haveria senhor de engenho em posição tão confortável que se pudesse dar ao luxo de ir viver em meio urbano*" (MELLO, 2007, p. 372). O assunto tratado por esta citação está ligado ao desenvolvimento das ideias centrais deste artigo. A parte destacada em itálico é um retrato da conjuntura econômica enfrentada pelos senhores de engenho da capitania de Pernambu-

co, e que possuía, por sua vez, relação com a situação demográfica da vila de Olinda. Com recursos escassos, os antigos habitantes desta localidade tiveram que se mudar para suas propriedades na zona de produção de açúcar, afastadas do seu centro urbano e político (MELLO, 2007, p. 373). Apesar destas circunstâncias, a vila de Olinda não deixou de ter importância para estes senhores, como será visto na análise que se segue. A expressão "Olinda restaurada" possui um significado político preciso, o do retorno do domínio português sobre a capitania de Pernambuco. Não obstante o poder reestabelecido, pode-se afirmar em uma localidade "restaurada" de fato? Durante a segunda metade do século XVII, a vila e, posteriormente, cidade de Olinda enfrentou momentos em que a sua posição como sede da capitania foi contestada por diferentes razões. Entre as questões discutidas, o espaço físico da localidade possuía valor no momento em que o tema da centralidade emergia. O que se pretende construir nesse artigo não é uma contestação da validade desse termo "restaurada", mas de sua reutilização sob uma perspectiva da problematização do espaço. Mais especificamente, pretende-se analisar os esforços da chamada "nobreza da terra" de Olinda em reconstruir essa localidade, tendo em vista a manutenção desta como o centro da capitania. O período o analisado compreenderá os anos entre 1654 e 1664, localizados entre a restauração do domínio português sobre a capitania de Pernambuco e o fim da do governo de Francisco de Brito Freire sobre esta localidade. A sua administração marca um momento de alterações decisivas para centralização política da vila de Olinda, no qual se percebe a discussão sobre as qualidades necessárias para a manutenção da *capitalidade* da vila, ou a sua mudança. As fontes utilizadas são de natureza administrativa, em sua maioria consultas do Conselho Ultramarino e correspondências entre diferentes autoridades. Por meio desta documentação é possível perceber o sentido das ações dos agentes envolvidos e os mecanismos de diferenciação utilizados para a determinação da centralidade de uma capitania.

CORPORATIVISMO E MOBILIDADE SOCIAL: AS TRAJETÓRIAS DOS OFICIAIS MECÂNICOS DO RECIFE, SÉCULO XVIII

Henrique Nelson da Silva

O presente trabalho tem por objetivo analisar as trajetórias de vida dos oficiais mecânicos que viveram no Recife ao longo do século XVIII, observando a relação dos artesãos com a estruturação e manutenção do sistema corporativo artesanal e também como esses trabalhadores dialogavam diretamente com a estrutura social, suas hierarquias e meios de mobilidade. No que se refere a estrutura corporativa, nos voltamos para os regulamentos profissionais instituídos nos centros urbanos e que remontam à Idade Média. No Brasil, durante o período Colonial, as corporações de ofício não foram instituídas, contudo os artífices passaram a se organizar através de diversas irmandades leigas que assumiram, além dos ofícios espirituais, também papeis semelhantes às corporações europeias, adaptadas aos diversos cenários do

Brasil colonial. Ao mesmo tempo os artífices reproduziram aspetos corporativos como o processo de aprendizagem e adaptaram uma hierarquia profissional. Assim, é possível observar em nossa história a presença dos mestres e juízes de ofício, seus oficiais e aprendizes, e também associações leigas como a Irmandade de São José do Ribamar do Recife, a de São José em Salvador e São Jorge no Rio de janeiro, só para citar alguns exemplos. Tal sistema corporativo apresentou suas peculiaridades, conflitos e diálogos entre os próprios trabalhadores, com os poderes locais e com a Coroa portuguesa. Assim, analisar as trajetórias dos artífices nos ajudam a compreender um pouco mais as diversas dinâmicas das relações de trabalhos e dos ajustes políticos aos quais se inseriam esses artesãos. O outro aspecto que propomos pensar no presente trabalho, é a relação ente o corporativismo e os projetos de mobilidade social dos artífices na estrutura corporativa do Antigo Regime. Os artífices compunham uma camada intermediária e heterogênea da sociedade colonial, uma vez que ao mesmo tempo se distinguiam dos outros sujeitos através da realização de uma atividade especializada e restrita a poucos, também conviviam com a presença de uma hierarquia profissional que diferenciava os próprios oficiais mecânicos, assim também com a marcante presença da escravidão. Destacamos ainda o fato de recair sobre os trabalhadores especializados a pecha de defeito mecânico, que teoricamente os impediam de ocupar determinados espaços de poder, como a Câmara Municipal. E diante deste quadro os artífices se inseriram nessa estrutura social e realizaram seus projetos de ascensão social. Para a elaboração do trabalho lançamos mão principalmente da análise da documentação do Arquivo Histórico Ultramarino e também da Irmandade de São José do Ribamar do Recife, arquivada na 5º Superintendência do IPHAN.

A ADMINISTRAÇÃO DO CONSELHO POLÍTICO NO BRASIL HOLANDÊS ENTRE OS ANOS DE 1630 A 1644

Filomena Cristina da Silva Marques

Em 1630, os holandeses, através da Companhia das Índias Ocidentais, com o objetivo, sobretudo, de obter o controle da produção de açúcar. Para viabilizar a administração, o Conselho dos XIX, órgão diretor da Companhia organizou, no que foi aprovado pelos Estados Gerias, a criação do Regimento de 1629, no qual foi criado o Conselho Político e também civil. A administração do Conselho Político pode ser dividida em três momentos: 1) de 1630 a 1633, fase em que o Conselho estava sediado em Olinda e sua preocupação estava centrada nas questões militares. Tal conselho foi extinto em janeiro de 1633 e voltou a atuar em 1634 com sede no Recife. Neste período, a administração superior foi exercida por um governo provisório. 2) de 1634 a 1637, onde os conselheiros desempenharam uma administração ineficaz, pois não tinham nenhum conhecimento acerca de justiça e comércio e deixavam as suas funções para se dedicarem ao cultivo da terra na produção de açúcar. A partir de 1635 vão ser acusados de corrupção. 3) de 1637 a 1644, fase em que

o Conselho Político entrega a administração da colônia a Maurício de Nassau, governador da colônia de 1637 a 1644. E foi justamente neste período que o Conselho exerceu as suas funções de maneira satisfatória aos olhos da administração superior. Um dos motivos para a sua atuação positiva teria sido a participação de conselheiros que falavam português e eram versados nas questões judiciais e comerciais. Os conselheiros deveriam ser pessoas honradas que profetizassem a religião reformada e deveriam vir das Províncias Unidas. As suas funções consistiam em cuidar da remessa de açúcar e de pau-brasil para a Holanda e também do aprovisionamento de soldados. Deveriam também manter a ordem no território conquistado, fazer a fiscalização das ordens da Companhia assim como punir as transgressões destas mesmas ordens. Eram eles responsáveis pela compra de víveres e açúcar, contratavam e despediam empregados, confiscavam bens e planejavam a organização administrativa entre os civis. Também tinham funções judicantes funcionado como uma espécie de "tribunal de primeira instância" até 1637. A partir daí, foi substituído pela Câmara dos Escabinos nesta função, passando a atuar como "tribunal de segunda instância" ao qual se poderia recorrer da sentença proferida pela Câmara dos Escabinos. As finanças deveriam ser administradas por dois conselheiros nomeados como tesoureiros. Quando não estavam atuando na administração superior da Nova Holanda, os conselheiros estavam administrando a prestação de serviços no Recife, como a administração dos armazéns. Os conselheiros podiam exercer o cargo de governador nas outras capitanias, Itamaracá, Rio Grande e Paraíba. O historiador Hermann Waetjen afirmou que a administração do Conselho Político iniciou o seu declínio após a saída de Nassau, em 1644, e que, nos primeiros anos de 1650, o Alto e Secreto Conselho (órgão que antes assessorava Nassau) fechou em suas mãos a administração, e o Conselho Político, agora intitulado de Conselho de Justiça, foi colocado a margem da administração. Contar um pouco estes diferentes momentos por que passou a administração do Brasil holandês através do Conselho Político será o objetivo desta comunicação. Colheremos, através de fontes coêvas, informações que apontam para as práticas cotidianas do dito conselho de forma que tenhamos um retrato não monolítico de sua atuação.

PARA A BOA CONSERVAÇÃO DA CONQUISTA: ADMINISTRAÇÃO E FISCALIDADE NA CAPITANIA DO RIO GRANDE (DÉCADA DE 1610)

Lívia Brenda da Silva Barbosa

Este trabalho pretende analisar o estabelecimento da administração fazendária na capitania do Rio Grande no início do século XVII. A organização do aparelho fazendário no Estado do Brasil tem como marco o ano de 1548, quando juntamente com a criação do governo-geral foi fundada a provedoria-mor, na Bahia. Nos séculos seguintes foram aos poucos sendo criadas as Provedorias da Fazenda Real nas capitanias do Estado do Brasil. A criação da Provedoria da Fazenda Real da capitania do Rio Grande data da década

de 1610. O regimento de seis de outubro de 1612, enviado ao governador-geral do Estado do Brasil, Gaspar de Sousa (1612-1617), fazia alusão a uma série de medidas que deveriam ser tomadas na administração do Rio Grande. Dentre elas, a ordem para que fossem nomeados um juiz, um vereador, um procurador do Conselho e escrivão da câmara, um tabelião e um provedor da fazenda para a capitania. Nesse mesmo período foi elaborado *O livro que dá Razão ao Estado do Brasil*, um relatório organizado por Diogo Campos Moreno, que contém informações sobre algumas capitanias do Estado do Brasil, a saber, Rio Grande, Paraíba, Itamaracá, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Ilhéus e Porto Seguro.Observa-se a partir dos dados dessa fonte que este período foi possivelmente um momento de formação das bases administrativas fazendárias de algumas capitanias do Estado do Brasil, inclusive da capitania do Rio Grande. Data-se, portanto, da década de 1610 a organização, mesmo que ainda rudimentar, de uma administração fazendária no Rio Grande A partir de informações das folhas militar, eclesiástica e civil, contidas em uma descrição detalhada em *O livro que dá Razão ao Estado do Brasil*, têm-se conhecimento da condição administrativa dessas capitanias. Os dados serão analisados de forma comparativa com o intuito de entender a condição administrativa da capitania do Rio Grande no período de estabelecimento de um ordem fiscal na capitania, e por sua vez as suas características nestes primeiros anos de colonização.

A CARIDADE NO MUNDO COLONIAL. NOTAS SOBRE OS PROVEDORES DA MISERICÓRDIA NO RIO DE JANEIRO

Karoline Marques Machado

Com a chegada da frota de Diogo Florez Baldéz, a qual carecia de cuidados, se dá a fundação da Santa Casa da Misericódia do Rio de Janeiro em 1582. Nesta cidade já se encontravam algum indivíduos que se intitulavam como irmãos da Misericódia, contudo o ato fundador foi a construção de um hospital de pau-a-pique à beira da praia para atender os tripulantes que careciam de cuidados. Entretanto, a irmandade da Misericódia não era um fenômeno local, estava presente nos prolongamentos ultramarinos portugueses. Desta forma, a História desta irmandade não começa no Rio de Janeiro, mas em Lisboa. A Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia de Lisboa foi fundada em 15 de janeiro de 1498 pela então regente D. Leonor, irmã do Rei D. Manuel I. A Misericódia não era a única irmandade que prestava ações caritativas no reino, mas recebeu inúmeras concessões régias dentro e fora dele. Como a historiografia tem demonstrado, principalmente, os estudos portugueses a Misericórdia foi beneficiada através das mercês e decretos concedidos pelas Coroa portuguesa. Além disso, a irmandade surgiu no mesmo período da expansão ultramarina, sendo assim as políticas da monarquia corroborou para expansão da Misericórdia nos domínios ultramarinos. Desta maneira, os privilégios régios não se limitaram ao reino, mas foram proporcionados as Miseri-

córdias em outras áreas do Império, como na presente no Rio de Janeiro. Apesar de fundada e inserida num projeto político da monarquia portuguesa, as Misericórdias "de Lisboa até Macau" foram espaços dominados pelas elites locais, sendo esses indivíduos importantes agentes para manutenção da instituição dentro do Império português. Dessa maneira, apesar de compreender a importância da monarquia na fundação e estruturação da Misericórdia acredito que a participação das elites locais é fundamental para compreendermos a participação da Misericórdia dentro das malhas que sustentavam o Império português. Com o intuito de compreender a participação das elites locais na administração da Misericórdia, a apresentação basear-se-á na trajetória dos provedores da irmandade situada no Rio de Janeiro, no período de 1640 até 1720. Cabe ressaltar, que apesar da irmandade da misericórdia e os homens que compunham suas engrenagens serem temas de valorosos trabalhos da historiografia portuguesa, no Brasil não tem ganhado atenção nos últimos anos pelos historiadores que cá se encontram. Portanto, reconstrução da trajetória individual e administrativa dos provedores, torna-se uma janela para (re) descobrirmos a irmandade e da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro durante o período colonial.

ESTRANHAMENTOS ENTRE A COROA E A MITRA COM RELAÇÃO AOS BUNDES NA CARTAGENA DE INDIAS DO SÉCULO XVIII

Milton Araújo Moura

Em diversos momentos no século XVIII, observa-se uma polêmica envolvendo bispos e governadores de Cartagena de Indias e o próprio Rei no que diz respeito à tolerância ou proibição dos bundes. Esta forma musical-coreográfica de origem nitidamente africana, muito do agrado dos escravos e livres pobres – negros, brancos e mestiços –, era considerada pelos bispos como ofensiva à moral religiosa e familiar. O epistolário relativo a esta questão permite ver modos distintos de representar e compreender os festejos da população pobre da região que hoje corresponde ao Departamento de Bolívar, no Caribe colombiano. O governo local, bem como a Coroa, prefere ser relativamente condescendente com a prática dos bundes, chegando a alegar, num dos momentos mais agudos da contenda, que semelhantes folgues se praticavam na própria Espanha. Em 1781, o bispo Don José, após visita prolongada por dezenas de vilas e aldeias de sua Diocese, escreve uma carta dirigida ao Rei e seus súditos, contando do estado de pobreza em que se encontrava esta região e da precariedade das instituições eclesiásticas nesse espaço. A missiva costuma ser considerada um dos documentos mais fecundos remetidos a esta temática pela historiografia colombiana sobre o século XVIII. Esta polêmica proporciona ricas possibilidades de um estudo comparativo entre as práticas lúdicas na América Portuguesa, chamadas de batuques na maioria das fontes, e os bundes naquela parte da América Espanhola. A antinomia entre as posições do Conde da Ponte e do Conde dos Arcos, governadores da Bahia no início do século XIX, é frequentemente to-

mada como um paradigma para a compreensão da posição do Estado com relação aos batuques. No caso da presente contribuição, não se trata somente de refletir sobre as políticas governamentais e eclesiásticas com relação a estes folguedos no período colonial, mas do poder que tinham os setores populares para realizar suas festas, seja de modo mais comedido nas cercanias de Cartagena de Indias, seja de modo mais escancarado no interior da província. Outra possibilidade que se abre à compreensão da polêmica entre a Mitra e a Coroa e à própria dinâmica cultural desta parte do Caribe Meridional é verificar como os bundes e outras diversões dos setores mais pobres de Cartagena de Indias são tratados em fontes das primeiras décadas do século XIX; por exemplo, no famoso capítulo 34 das Memórias Histórico-Políticas do General Posada Gutiérrez.

SOCIABILIDADE ILUSTRADA, PENSAMENTO POLÍTICO E IMPRENSA NA CRISE DO ANTIGO REGIME LUSITANO (1808-1824)

Lucas de Faria Junqueira

A presente pesquisa busca realizar um balanço da presença do pensamento ilustrado liberal na imprensa e sua contribuição para a crítica do absolutismo no mundo português, com especial atenção à porção americana do império luso e suas conexões com a Inglaterra, Portugal e mesmo com a distante Macau, na conjuntura crítica de 1808 a 1824. O foco de análise recai sobre a influência das sociedades iniciáticas, especialmente a maçonaria, na implantação e propagação de tipografias e periódicos pelas partes do império português e alhures, bem como na circulação de livros – censurados ou não – visando a uma campanha pedagógica pelo constitucionalismo, em que pesem as distintas posições acerca da independência e formação do futuro Estado nacional no Brasil. A renovação historiográfica no estudo da sociabilidade ilustrada, da imprensa, do livro e da leitura nas últimas décadas, bem como o acesso aos acervos digitais espalhados pelo mundo contendo coleções de periódicos e livros em língua portuguesa do primeiro quartel Oitocentista incrementaram as possibilidades de pesquisa dos discursos e práticas dos agentes envolvidos na conformação da esfera pública de debate político, antes muito limitada pelas amarras do Antigo Regime. Os avanços da historiografia já constataram a difusão dos modos de sociabilidade e do ideário liberal no império português desde a segunda metade do século XVIII, difusão esta acentuada pelos ecos das revoluções Americana e Francesa, como mostraram as conjuras/devassas ocorridas na América lusa (Minas Gerais, 1789; Rio de Janeiro, 1794; Bahia, 1798) e as perseguições aos liberais em Portugal, pela polícia e a inquisição. Nesta conjuntura, "*clubs*" e sociedades iniciáticas funcionavam como abrigo aos liberais ante as perseguições, e em seu interior circulavam livros, periódicos, traduções manuscritas e obras censuradas. Por um lado, pela sociabilidade nos salões e academias literárias e científicas, pelas boticas e bodegas, nas reuniões privadas ou mesmo eventos públicos, gradualmente espraiava-se por círculos cada vez maiores a Ilus-

tração pelo império lusitano. Como complemento à campanha pedagógica liberal, a instalação de tipografias e a publicação de periódicos alargavam o contato do público, com os princípios constitucionalistas, especialmente após a chegada da imprensa na América portuguesa (1808) e o estabelecimento da liberdade de expressão (1821). Até então, com a censura, o *Correio Braziliense* (Londres, 1808-1821), de Hipólito da Costa, foi o principal veículo de defesa de uma monarquia constitucional lusitana. A partir de 1821, a atividade periódica, tanto a liberal como a áulica, experimentou grande desenvolvimento, intensificando o debate constitucionalista pós-Revolução do Porto (1820), tendo como novo elemento de acirramento das posições a situação do Brasil perante as Cortes lisboetas, e as divergências levaram à adesão dos liberais luso-brasileiros à independência, reorientando suas atenções para a instauração de uma assembleia constituinte no Rio de Janeiro. Da pesquisa sobre a atuação de tipógrafos, redatores de periódicos e autores publicados, e do discurso político contido em seus escritos, busca-se reconstituir nexos que tornem inteligíveis, enquanto conjunto, iniciativas editoriais dispersas empreendidas pelos críticos do regime absolutista bragantino.

HISTORIA DE SANTA MARTA Y NUEVO REINO DE GRANADA E OS PAPÉIS DE RELIGIOSOS DA AUDIÊNCIA DE SANTA FÉ: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE OS CAMPO HISTORIOGRÁFICO INDIANO

Thiago Bastos

A produção de informações escritas sobre as Índias Ocidentais Espanholas no século XVI constituiu-se como algo inerente à paulatina formação e organização das sociedades inicialmente vice-reinais e, posteriormente, coloniais. A confecção de registros foi imprescindível para a apreensão/incorporação e entendimento de novas sociedades/culturas, pois os novos espaços politicamente erigidos, a principio como cópias/duplicatas ou extensões do velho, necessitavam comunicar-se ou estar vinculados a este. A confecção de textos/informações, no que toca às crônicas de Índias ou à grande profusão de distintos papéis oriundos das Índias, a partir do momento em que era dirigida a uma centralidade política, a Coroa e o Conselho de Índias, em função de seu volume, esteve mais próxima da disfunção e do desuso da informação do que de seu pleno domínio e informatização, segundo Brendecke. Mesmo diante de uma possível inoperância, a solicitação de escritos, ou sua publicação – principalmente no caso das crônicas –, esteve, no século XVI, entre os reinados dos reis católicos e Felipe II, sujeita a mecanismos de controle e avaliação, que, segundo Kagan, indicam políticas historiográficas distintas em transformação, tendendo a uma progressiva institucionalização, a culminar com a criação do cargo de *Cronista y Cosmógrafo Mayor de Indias* em 1571. Por mais que, em alguns momentos, entre os desdobramentos do século XVI, a captação e os usos da informação possam ter parecido disfuncionais, não podemos perder de vista que as sociedades vice-reinais se configuraram tendo em seu horizonte político de observação a

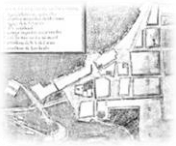
figura do Monarca e de todos os instrumentos capazes de representá-lo. Algo perceptível documentalmente, por meio da constante evocação do Rei e do Conselho de Índias para a resolução das mais diversas questões. Observa-se, portanto, uma relação ambivalente: da mesma maneira que o Rei e suas formas de representação – balizadores políticos de um contexto – podem ser evocados a fim de legitimar diferentes ações e coisas, os agentes espalhados pelo Novo Mundo são, potencialmente, escritores, a partir do momento em que geram algum tipo escrito e o enviam a Espanha, permitindo, como sugere Latour, àqueles que não imaginam a oportunidade de fazê-lo, isto é, como a própria Coroa. Assim as diferentes produções escritas, especificamente a crônica de Índias e a "documentação dispersa", contida no *Archivo General de Indias*, podem ser problematizadas teoricamente por meio do conceito de *Historiografia Indiana* apresentado por Esteve-Barba. Nesse sentido, por mais que os agentes históricos estejam sujeitos a dinâmicas peculiares dos espaços geográficos das Índias, eles compartilham de muitas maneiras uma grade de referências políticas e culturais, bem como uma conjuntura, elementos que serão fundamentais na conformação dos relatos sobre o Novo Mundo. Indicaremos em breve exercício, como a crônica de um provincial franciscano para a Nova Granada no século XVI, Pedro de Aguado: *Recopilación Historial*, por meio de uma perspectiva historiográfica, está em consonância com diferentes tipos de papéis que compõem o fundo de *Cartas y Expedientes de Personas Eclesiásticas* para a Audiência de Santa Fé, pertencente ao *AGI*, evidenciando como ambos os tipos de escritos encontram-se homologicamente, no que se refere ao conteúdo temático e à conformação política do contexto, visto que a crônica de Aguado foi submetida à censura do Conselho de Índias e grande parte dos papéis da Audiência é direcionada ao mesmo órgão.

GUERRA, TERRAS E DIREITOS: PALMARES, SÉCULOS XVII E XVIII

Felipe Aguiar Damasceno

O presente trabalho, fruto de capítulo de tese ora desenvolvida, tem por objetivo principal contribuir para o entendimento do sistema sesmarial da virada dos séculos XVII e XVIII, na América portuguesa, a partir do caso das sesmarias nos Palmares de Pernambuco. Meu objeto aqui são as concessões de sesmarias nas terras onde existiam as comunidades de escravos fugitivos nos momentos imediatamente posteriores às principais derrotas infligidas aos mocambos e quilombos: por volta de 1678, com a capitulação do líder quilombola Ganga Zumba, e, posteriormente, com a derrota de Zumbi e de outras lideranças entre 1695 e 1716. Apesar de algumas pequenas expedições punitivas anteriores, foi somente após o fim do domínio holandês nas possessões ultramarinas portuguesas (1654) que as autoridades coloniais começaram a investir fortemente contra as comunidades de mocambos dos sertões de Pernambuco. A repressão cresceu e conseguiu uma primeira grande vitória em 1678, quando uma das lideranças palmarinas acordou os

termos para um tratado de paz. Ganga Zumba, tido então pelos portugueses como "Rei dos negros" dos Palmares, aceitou a capitulação de sua gente em troca do fim das hostilidades e um local pré-definido para assentarem suas aldeias, sendo, a partir de então, considerado vassalo do rei português e *principal* de sua gente – solução muito próxima a dos aldeamentos indígenas coloniais. A partir desse tratado de paz foram doados os primeiros lotes de terra aos combatentes locais participantes nas incursões, expressamente justificados pela derrota infligida aos palmarinos em 1678. No entanto, as hostilidades recomeçam ainda na década de 1680, e a guerra continuou nos matos e serras de Pernambuco, tendo agora Zumbi como principal liderança quilombola. Em 1687, bandeirantes de origem paulista foram chamados pelo governo de Pernambuco para combater os mocambos de Palmares. Em troca de terras, títulos e tenças em dinheiro, entraram em acordo para fazer a guerra, chegando aos Palmares por volta de 1693. A partir da morte de Zumbi, em 1695, os combatentes paulistas começaram a pedir o cumprimento do acordo de 1687, especialmente no que tocava à doação de sesmarias aos combatentes nas terras conquistadas aos negros fugitivos. O líder paulista, Domingos Jorge Velho, e seus soldados tentaram por anos garantir seus direitos sobre as terras palmarinas, frente à forte oposição local, personificada por autoridades coloniais e sesmeiros que haviam recebido terras na região após 1678. Daí as disputas fundiárias que pretendo discutir no capítulo. Do quadro apresentado neste trabalho, pretendo extrair algumas observações sobre a construção do ordenamento jurídico-territorial do século XVIII, na América portuguesa, a partir do caso das sesmarias nos Palmares de Pernambuco. As fontes para tal serão, neste texto, limitadas às doações de sesmarias nas terras dominadas pelos quilombolas e a documentação do Conselho Ultramarino, maior instância responsável pelo governo da colônia.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 13
Inquisição, clero e conexões religiosas no mundo ibérico e colonial

Coordenadores: Angelo Adriano Faria de Assis (Universidade Federal da Viçosa) e Yllan de Mattos (UNESP-Franca)

13 de setembro de 2016

A JURISDIÇÃO DOS BISPOS SOBRE OS LEIGOS: TRIBUNAL ECLESIÁSTICO E ORDENAMENTO DE COSTUMES NO MARANHÃO SETECENTISTA

Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz

A amplitude que tiveram as decisões conciliares de Trento (1545-1563) e sua total aceitação no reino português moldou (ou pretendeu moldar) o comportamento das gentes aquém e além mar. Facultou-se à Igreja o poder de conhecer os delitos cometidos por leigos quando se tratavam de pecados públicos. Os leigos, assim como os eclesiásticos, foram alvo desse programa de homogeneização de comportamentos encetado pela Igreja católica. Todos os segmentos sociais estavam sob a sua vigilância. Os que desrespeitavam a norma estabelecida pela legislação eclesiástica eram processados em Tribunais Eclesiásticos que funcionavam sob a jurisdição dos bispos. O objetivo desta comunicação é analisar quais os delitos foram mais praticados pelos leigos e como as autoridades eclesiásticas lidavam com esses transgressores no Maranhão colonial.

ESTRUTURA DO PROCESSO DE DEVASSA OCORRIDO NO ARRAIAL DO TIJUCO, CAPITANIA DE MINAS GERAIS, DURANTE O SÉCULO XVIII

Andréa Lopes Viana

O objetivo foi analisar as Visitações Episcopais ocorridas no Arraial do Tijuco (atual cidade de Diamantina), localizada na capitania das Minas Gerais. O estudo delimita-se ao ano de 1750, já que os livros de termos de Devassas disponíveis no Arquivo Eclesiástico da Mitra Arquidiocesana do município de Diamantina apenas contêm documentos deste ano. Pela análise dos termos de Devassa, é possível entender como as Visitas se processavam, especificamente julgando os moradores do Arraial do Tijuco. Como exemplo, pode ser citada a Devassa de condenação de Damiana Correa, disponível no Livro dos Termos da comarca do Serro do Frio. Esta mulher, uma "preta forra", foi condenada pelo crime de concubinato. A condenação consistia em manter-se totalmente afastada do convívio com João Ferreira, alfaiate, também morador do Arraial do Tijuco, além do pagamento de duas oitavas (pecúnia

da época). O documento ainda informa que a autora do crime não poderia manter encontros em sua casa, entre negros e negras, com a finalidade de ofender a Deus (heresia). Por fim, a condenada promete não cometer mais estes delitos e, por não saber ler nem escrever, assinou com uma cruz. Nesta Devassa, é possível verificar a ação "educacional" do processo, pois a condenada mostrou-se arrependida. Desse modo, pode-se notar que a ação da Igreja, ao condenar a "preta forra" Damiana Correa, tem um mérito disciplinador. A Igreja demonstrava assim que se outras pessoas cometessem o mesmo crime de concubinato estariam sujeitas às penalidades descritas nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Com o estudo dessas fontes primárias é apresentada no trabalho toda a análise deste processo criminal, ancorado no Direito Canônico, da delação à pena, bem como toda a dinâmica do processo. Nos processos de Visitações Episcopais e nas Devassas, todo o processo de apuração de um determinado delito cometido por algum membro da sociedade colonial (na maioria de pessoas menos abastadas) era conduzido por uma autoridade da Igreja. No caso do exemplo acima citado, percebe-se que neste processo de apuração determinava-se qual pena a ser aplicada para aquele que cometeu o delito (no caso, duas oitavas). Essa autoridade era exercida por um prelado ou por um sacerdote incumbido por ele de visitar as comarcas. Este sacerdote tinha como objetivo conhecer, *in loco*, o comportamento da população de uma determinada localidade (paroquianos). No presente trabalho, são apresentadas algumas questões, inclusive anteriores ao próprio objeto proposto, como por exemplo a estruturação da Visita Episcopal e sua relação com as leis escritas em tempos coloniais, além de uma breve explanação sobre o Direito Canônico, a Inquisição do Santo Ofício de Portugal, as Devassas e as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Por fim, observa-se que, pela análise das fontes, as dinâmicas processuais na justiça do Antigo Regime, além da forma de como foram realizados os ritos, práticas e querelas, seguiam uma linha similar, o que é notado entre os vários termos de Devassa estudados, no caso específico, àquelas do Arraial do Tijuco, pertencente à comarca do Serro Frio, na província das Minas Gerais.

"MISERÁVEL ESCRAVA": AS CONDIÇÕES MORAIS E SOCIAIS DO CATIVEIRO NA JUSTIÇA ECLESIÁSTICA DO MARANHÃO DO FINAL DO SÉCULO XVIII – O CASO DE CATARINA DOS SANTOS

Marinelma Costa Meireles

Desde pelo menos meados dos anos de 1980, a historiografia da escravidão de origem africana escrita no Brasil passou a valorizar as fontes judiciais como possibilidades de acesso ao cotidiano de homens e mulheres marcados pela escravidão, mas, até então, silenciados na documentação comumente utilizada para estudar esse tema. Para além das explicações homogeneizantes sobre esse processo, enveredou-se pelas análises das condições materiais, de luta e de resistência desses sujeitos. Nesse vasto campo, as histórias de vi-

da de escravos constituíram-se excelentes mecanismos para se estudar o cenário mais amplo da escravidão. Os processos criminais e cíveis tornam-se vias de acesso importantes ao interior das fazendas e ao cotidiano das relações entre senhores e escravos. Tal importância fica mais evidente, sobretudo, nos estudos dedicados aos anos finais da escravidão, principalmente após a Lei do Ventre Livre (1871). Essa brecha legal levou muitos cativos às malhas da justiça civil e mesmo à da criminal nos anos finais do Império. Contudo, poucos são os estudos que analisam a ação desses escravos na esfera da justiça eclesiástica e menor ainda é número de pesquisas dedicadas a esse tema fora do eixo centro sul em períodos mais remotos e coloniais. O presente estudo analisa um caso ocorrido no ano de 1798. Nele a escrava Catarina dos Santos, de nação cachéu, denunciou ao Tribunal Eclesiástico do Maranhão o padre Manoel Álvares, seu senhor. As motivações de Catarina eram variadas. No processo falava-se em violência e ciúmes numa relação de união conjugal conhecida então como concubinato. O processo eclesiástico nascia em razão do crime de concubinato de um padre. Importante notar, contudo, que para abrir esse processo, Catarina fugiu da fazenda, em Itapecuru, onde morava com seu senhor padre concubina e buscou abrigo a 20 léguas de distância, em São Luís. Depondo longe de seu local de moradia e na sede eclesiástica, Catarina detalhou a vida a dois do "casal", informou que o padre praticamente abandonara suas funções sacerdotais para estar com ela; disse saber que a relação concubinária era ilegítima, mas cedia aos apelos do padre "por ser uma miserável escrava". Para se distanciar desse pecado, desejava ser vendida para outro senhor, mas não queria que o padre fosse castigado, apenas que o tribunal intermediasse a sua venda. Queria um cativeiro "mais justo". Esse estudo de caso, relacionado ao contexto mais amplo da escravidão e das normatizações morais eclesiásticas da época, abre a oportunidade de análise dos campos de ação dos escravos, bem como de suas táticas de sobrevivência e trânsito na seara moral eclesiástica. Assim, as fontes eclesiásticas têm grandes méritos quanto ao alcance de parte da chamada "intimidade" de senhores e de escravos imersos na vida colonial, embora de caráter institucional, permitem recuperar aspectos interessantes das vivências dos sujeitos implicados nas ações, visto que descortinam aspectos de suas vidas portas a dentro.

"VIVEM DE SUAS LAVOURAS E EM BENEFICIAR SUAS FAZENDAS": CLÉRIGOS PROPRIETÁRIOS DE TERRAS NOS BISPADOS DO MARANHÃO E PARÁ SETECENTISTA

João Antônio Fonseca Lacerda Lima

O clero católico, tem duas grandes ramificações. O clero regular, vinculado às ordens religiosas e o clero secular, submetido diretamente a autoridade do bispo diocesano. Do ponto de vista da disciplina eclesiástica, este último não profere votos, assumindo no ato da ordenação o compromisso de viverem seu estado na castidade e em obediência ao seu bispo. Na prática, estes

clérigos, ao contrário dos regulares, poderiam aquinhoar bens para si, de modo que muitos destes eram conhecidos por viverem "rica e abastadamente". O presente trabalho versa exatamente sobre este aspecto, isto é, um grupo de clérigos que atuaram no âmbito dos bispados do Maranhão e do Pará do século XVIII, que concomitante a sua atuação no exercício do sacramento da Ordem, receberam e beneficiaram terras de onde obtinham proventos que superavam seus rendimentos como sacerdotes. Neste sentido, queremos destacar que a faceta de "proprietário de terra", em muitos casos, era um dos modos que estes clérigos ganhavam a vida; e suas ações em nada diferiam das dos proprietários leigos. Para tanto, analisaremos o perfil das sesmarias concedidas e das culturas empregadas, bem como as relações de sociabilidade e conflito advindas desta posse.

A LUTA PELO PODER EPISCOPAL DE ABSOLVIÇÃO DAS HERESIAS NO FORO DA CONSCIÊNCIA DURANTE A TERCEIRA FASE DO CONCÍLIO DE TRENTO (1562-1563)

Juliana Torres Rodrigues Pereira

O Concílio de Trento, reunido de 1545 a 1563 em três fases, é normalmente apontado como mantenedor dos dogmas católicos, e pouco se fala sobre as disputas internas e conflitos entre os defensores dos privilégios da Cúria Romana e os partidários de uma reforma mais profunda da Igreja. De acordo com os últimos, a mudança deveria ser liderada por prelados residentes e cientes de suas responsabilidades para com suas ovelhas. Composto por bispos ibéricos e alguns italianos, o partido que apoiava tal reforma atuou em prol da afirmação e ampliação do poder episcopal frente às demais autoridades com qualquer tipo de jurisdição sobre as unidades diocesanas, como o clero local, o Papado e os Tribunais do Santo Ofício. Um dos episódios que mais causou preocupação aos agentes do Santo Ofício em Trento foi o debate sobre o poder episcopal de absolvição de heresias no foro da consciência. A aprovação da proposta traria enorme prejuízo ao Santo Ofício, uma vez que delitos de heresia poderiam ser absolvidos pelos prelados em segredo, sem deixar registros, inibindo alguns dos principais mecanismos de funcionamento do Tribunal - a autodenúncia e o encaminhamento dos suspeitos de heresia ao Santo Ofício pelos prelados - e causando uma grande confusão a respeito das instâncias de absolvição. Assim, esta comunicação pretende tratar do conflito entre os bispos ibéricos, liderados pelos Arcebispos de Braga e Granada, e os agentes filo-inquisitoriais a respeito do fortalecimento do poder episcopal frente à Inquisição.

O TRIBUNAL EPISCOPAL DE SÃO PAULO: JUSTIÇA ECLESIÁSTICA, AUTORIDADE JURISDICIONAL DOS BISPOS E DELITOS (1747-1764)

Michelle Carolina de Britto

O tribunal episcopal do bispado de São Paulo atuou como um dispositivo de justiça da Igreja Católica que procurou controlar o comportamento social de clérigos e leigos segundo as determinações do Concílio de Trento**.** Regulando-se pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, o Regimento do Auditório Eclesiástico, o Direito Canônico e as Leis do Reino; o juízo eclesiástico paulista por meio do julgamento dos transgressores reprimiu os comportamentos contrários ao ideal apostólico tridentino e possibilitou aos bispos reforçarem sua autoridade jurisdicional na diocese. A consolidação da malha da justiça episcopal paulista e a criação de vigararias da vara – tribunais de primeira instância - nas comarcas distantes da sede episcopal possibilitaram ao episcopado paulista a ampliação e salvaguarda de sua jurisdição por meio dos delitos julgados no foro eclesiástico e as práticas jurídicas adotadas pelos oficiais da justiça episcopal em nível local, ou seja, nas diferentes comarcas eclesiásticas que compunham o bispado de São Paulo. Esta comunicação discorrerá sobre a atuação do tribunal episcopal de São Paulo no julgamento de transgressores, sobretudo clérigos, por meio da análise dos processos-crimes julgados no período de 1747-1764. Faremos a apresentação da tipologia dos delitos julgados por meio do exemplo especifico das vigararias da vara de Curitiba e Paranaguá, assim como, uma análise das práticas jurídicas e o uso político do tribunal episcopal no reforço da autoridade jurisdicional dos bispos paulistas.

EVANGELIZAÇÃO, INQUISIÇÃO E JURISDIÇÃO ECLESIÁSTICA NOS PRIMEIROS ANOS DA CONQUISTA ESPANHOLA NO VALE DO MÉXICO (1521-1536)

Saulo Goulart

O objetivo do trabalho é mapear o estabelecimento das disciplinas publicas punitivas junto aos empreendimentos evangelizadores, durante os primeiros quinze anos de presença espanhola no Vale do México. Tomamos como ponto de partida a análise dos poderes extraordinários portados pelos primeiros eclesiásticos, fruto das amplas concessões papais para a atuação das ordens religiosas na América. Em seguida, cotejamos os vestígios documentais das práticas punitivas ministradas pelos primeiros evangelizadores da Nova Espanha.

CONSTRUÇÃO DA SANTIDADE FEMININA NO PORTUGAL SEISCENTISTA: A EXPERIÊNCIA DE MADRE MARIANA DA PURIFICAÇÃO

Leonardo Coutinho de Carvalho Rangel

A presente comunicação, fruto de investigação ainda em curso, se debruça sobre a trajetória de Madre Mariana da Purificação (1623-1695), religiosa do

Convento da Esperança de Beja que foi processada pelo Tribunal do Santo Ofício por suspeita de fingimento de santidade, declarações "malsoantes" e milagres considerados demasiado grandes para uma simples freira. Esta carmelita calçada passou à posteridade como "a santa de Beja", tendo, inclusive, sua vida relatada em uma biografia intitulada *Fragmentos da Prodigiosa Vida da […] Madre Mariana da Purificação* publicada alguns anos após a sua morte, de autoria de Fr. Caetano do Vencimento. O fato de não ter sido punida permitiu o sucesso do discurso construído pelo autor, de que a religiosa foi examinada e aprovada pelo Santo Ofício, o qual não se sustenta quando se lê as fontes processuais. Nestas, a própria religiosa admite que tais visões poderiam ser fruto de ilusão demoníaca. Além disso, no parecer dos qualificadores do Tribunal, as "maravilhas" da carmelita foram condenadas por unanimidade. Fr. Caetano, no entanto, narra uma outra versão nos seus *Fragmentos*: "ficou tão conhecida a virtude e estabelicido o bom nome da nossa Veneravel, que publicamente disse o Senhor Inquisidor, quando se despedio das Religiosas do Convento: *que o espirito da M. Marianna fora purificado, como o ouro na fragoa, e que só Deos era o Autor de tantas maravilhas*". Isto, todavia, parece pouco plausível quando lemos a sentença deste inquisidor, João da Costa Pimenta, o qual afirmou que "se achão muitas deficuldades para se terem por procedidos de Deos, e de bom spiritu, e fundamentos para serẽ tidos por illusão do demonio". Em suma, objetiva-se com este estudo compreender de que maneira se procurou construir a "imagem" de santidade de Mariana da Purificação naquela obra impressa através da comparação dos eventos narrados nesta com os relatos processuais, bem como de seus "cadernos", escritos de próprio punho, nos quais narra os favores recebidos do Divino Esposo. Esta comparação mostra que eventos potencialmente embaraçosos, como o fato de ter tido algumas de suas visões condenadas pelo Santo Ofício, foram re-escritos ou removidos na obra impressa. As evidências apontam que tais modificações atenderam aos interesses do mecenas, o inquisidor João Duarte Ribeiro, sobrinho e afilhado da religiosa, o qual procurou divulgar a fama de santidade da religiosa ao mesmo tempo em que reafirmava o seu parentesco com a *santa de Beja.* Numa sociedade em que o sangue maculado de judeus e hereges era hostilizado, não é de se espantar que o sangue bento fosse exibido com orgulho, adicionando ainda mais um grau de distinção numa sociedade estribada no prestígio social.

"CONTRA A ABOMINÁVEL IDOLATRIA": ANÁLISE DE UM SERMÃO DE AUTO-DE-FÉ EM GOA, 1672

Afrânio Carneiro Jácome

Procuramos uma análise parenética do sermão de auto-de-fé pronunciado na cidade de Goa, na Índia Oriental, em 1642. Nosso estudo procura desvendar os elementos morais e teológicos que estruturavam a mentalidade inquisitorial no território goense, espaço visto como estratégico para as pretensões do Império português e da Igreja Católica. O Tribunal do Santo Ofício em Goa era

o único tribunal inquisitorial no além-mar. O foco dos inquisidores portugueses do século XVII estava na comunidade cristã-nova, entretanto, o tribunal goense não encontrava uma comunidade criptojudaica em que se focar. Sabendo disto, nos perguntamos: então, quem eram os alvos da Inquisição em território indiano? Temos consciência também que os sermões de autos-de-fé realizados no Reino ao longo do século XVII, em sua grande maioria, destinavam-se a alertar contra crença judaica. Então, a quem se destinava o sermão goense? Qual o seu público alvo? Quais eram seus objetivos? Ao longo do nosso estudo, procuramos aprofundar nossos questionamentos e encontrar subsídios para possíveis evidências que nos auxiliem a entender a dinâmica inquisitorial num local tão distante geograficamente - e também em termos socioculturais – do Portugal católico do século XVII. Procuramos também demonstrar a visão do Santo Ofício em relação a outras cosmogonias incomuns ao universo europeu. Como um tribunal que visava uma defesa inclemente da ortodoxia católica enxergava e dialogava com crenças tão distantes do seu universo cultural como o Hinduísmo? Esperamos, no nosso estudo, ensejar a curiosidade dos demais pesquisadores e historiadores das Inquisições para essas questões e desenvolver novas propostas e caminhos para a investigação dos possíveis contatos entre a Inquisição portuguesa e outras realidades religiosas encontradas ao longo do espaçado, heterogêneo e plural território ultramarino português.

14 de setembro de 2016

HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA E A INQUISIÇÃO: TRAJETÓRIA E NARRATIVAS DE UMA PERSEGUIÇÃO

Alexandre Mansur Barata

Em 1802, Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça (1774-1823) foi preso em Lisboa pelo crime de pertencimento à maçonaria. Natural da Colônia do Sacramento, então sob domínio da Coroa Portuguesa, Hipólito José da Costa era bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra e Diretor da Junta da Impressão Régia. Sua amizade e proximidade com o ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho não impediu que ele fosse remetido inicialmente para a Intendência Geral da Polícia e por lá permanecesse em segredo por aproximadamente seis meses. Posteriormente, em janeiro de 1803, acabou por ser transferido para os cárceres da Inquisição de Lisboa conforme determinação do príncipe regente D. João. A inclusão do pertencimento maçônico no rol dos crimes sob a alçada inquisitorial remonta a 1738, quando a primeira condenação formal da maçonaria pelo Papa Clemente XII foi oficialmente divulgada em Portugal por meio de um Edital de Fé assinado pelo Inquisidor Geral, cardeal D. Nuno da Cunha. Em 1751, durante o papado de Benedito XIV, nova condenação à maçonaria foi publicada. Dentre as razões explicitadas estavam o fato de que a maçonaria reunia homens de todas as religiões; o caráter secreto da maçonaria percebido como mecanismo para encobrir práticas criminosas; o juramento prestado de nada revelar sobre os assuntos tra-

tados no interior da sociedade maçônica; o fato de que as reuniões maçônicas contrariavam as leis civis e eclesiásticas, pois aconteciam sem a permissão das autoridades constituídas. Essas condenações, embora não tenham impedido o funcionamento de lojas maçônicas em Portugal, acabou por desacelerar o ritmo de sua expansão, sobretudo se compararmos com o que aconteceu em outras regiões da Europa. A despeito do recrudescimento da perseguição inquisitorial aos maçons ocorrida na virada do século XVIII para o século XIX, Hipólito José da Costa conseguiu fugir dos cárceres da Inquisição de Lisboa em 1805 e se estabelecer em Londres sob a proteção do Duque de Sussex. Nesse mesmo ano publicou "Cartas sobre a Framaçonaria", no qual procurou por meio de um conjunto de cartas supostamente remetidas de Londres, entre os meses de abril a maio de 1802, esclarecer a um amigo, cujo nome não é revelado, que viveria em Lisboa, as questões mais importantes sobre a maçonaria: sua origem, sua organização interna, as razões da perseguição movida sobretudo pelo Tribunal do Santo Ofício. Em 1811, Hipólito voltou a criticar a Inquisição ao publicar, em dois volumes, "Narrativa da perseguição de Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, natural da Colônia do Sacramento, no Rio da Prata, preso e processado em Lisboa pelo pretenso crime de Fra-Maçon ou Pedreiro Livre". Desse modo, o objetivo geral da comunicação é discutir a atuação do Tribunal do Santo Ofício em relação aos maçons e à maçonaria. De modo específico, é analisar a trajetória de Hipólito José da Costa a partir do cruzamento das narrativas por ele editadas e a documentação inquisitorial, particularmente, o processo 17981, por muito tempo dado como perdido, reintegrado em 2009 ao fundo arquivístico do Tribunal do Santo Ofício.

A INQUISIÇÃO CONTRA D. JOÃO IV: A PRISÃO DE DUARTE DA SILVA

Thiago Groh de Mello Cesar

Com a aclamação de D. João IV rei de Portugal em 1 de dezembro de 1640, a União Dinástica entre os reinos ibéricos se finda depois de 60 anos de governos duais, ou seja, de duas coroas e um só rei, mas com a independência entre as duas**.** A Restauração da monarquia foi executada por parte da média nobreza que vivia em Portugal e julgava-se distante das beneficies reais e com poucos privilégios. Na leitura dessa nobreza, apenas as famílias que estavam em Espanha é que eram beneficiadas pelo rei. Aclamado rei, D. João restauraria também a ordem e os privilégios em Portugal, que segundo Eval-do Cabral, também herdava três difíceis tarefas: obter a legitimação da coroa e o reconhecimento internacional da independência, proteger as fronteiras do reino na península Ibérica e recuperar as colônias perdidas ao longo do globo durante a união dinástica. A saída para enfrentar os problemas herdados, acentuados pelas invasões holandesas nas mais diversas partes do Império, passava pelo uso do capital dos cristãos-novos. Aliar-se a esses homens para formar uma burguesia local era fundamental para o sucesso da empreitada. O Padre Jesuíta Antônio Vieira logo percebeu isso. E emi-

nencia parda do rei, tratou de convence-lo da importância dos cristãos-novos para o reino. Por sua vez, a Inquisição, que havia elaborado um novo estatuto em medos de 1640, antes da Restauração, e ao longo da União Dinástica manteve sua independência, como analisa Ana Isabel Lópes-Salazar Codes, faz jogo uma espécie de jogo duplo com D. João, hora apoiando hora agindo contra, mas sempre tendo em vista a manutenção de sua independência e autonomia. Desse modo nosso olhar se volta para a instituição religiosa e sua política, focando na prisão de Duarte da Silva. Principal financiador da coroa portuguesa, o cristão-novo Duarte da Silva, mantinha uma ampla rede comercial, que estendia-se pelo reino, pelas diferentes partes do Império e da Europa. Sua prisão e de outros familiares em 1647 foi um golpe contra o rei e Vieira, pois o crédito, tão difícil para Portugal, se encerrara com as notícias da prisão. O jesuíta, da notícias da situação em duas cartas enviadas ao Marques de Niza, embaixador em Paris. Acusado de judaizar,Duarte da Silva, seus genros, e dois filhos foram preso no momento em que Portugal mais precisava de crédito as vésperas do grande Congresso de Vestfália , onde as nações europeias se reuniriam para selar a paz e reorganizar as forças no continente. Duarte da Silva ficou preso entre 1647 e 1652, quando saiu em auto-de-fé, depois de ter sua pena original, deveria ser relaxado ao braço secular, modificada. Logo, nessa comunicação pretendemos analisar a relação de D. João IV com a Inquisição, através da prisão de seu mais importante financiador em um dos momentos mais delicados da nova dinastia.

RELIGIOSIDADE E RESISTÊNCIA NAS ÓPERAS DE ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA: UMA EXPERIÊNCIA CRIPTOJUDAICA DO INÍCIO DO SÉCULO XVIII

Josevânia Souza de Jesus Fonseca

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma experiência religiosa dentre as tantas possibilidades de crenças vivenciadas após a Diáspora e conversão dos judeus sefarditas na península Ibérica, no século XV. A pesquisa foi elaborada a partir dos fios deixados por Antônio José da Silva, em quatro de suas óperas, *Vida de D. Quixote de La Mancha*, *Esopaida, ou Vida de Esopo*, *Os Encantos de Medéia* e *Anfitrião, ou Júpiter, e Alcmena*, apresentadas entre os anos de 1733 e 1736 no Teatro do Bairro Alto em Lisboa. Enquanto produtos culturais, os impressos que chegaram até nós nos permite conjeturar que a Cabala, dimensão do judaísmo amplamente difundida após a proibição da prática da "Lei Judaica" na península Ibérica, esteve presente na cosmovisão dos cristãos-novos, especificamente daqueles que não assimilaram de fato os preceitos da fé cristã. Para tal, recorreu-se às categorias de análise da História Cultural, fazendo uso da variação de escalas de observação, do método indiciário e da comparação dos elementos presentes nos textos com os aspectos mais gerais da mística judaica. Desvenda-se com a pesquisa que, para além da intenção primordial das comédias do "Judeu", de fazer rir à sociedade lisboeta através da sátira dos costumes e das instituições, existe uma mensagem de resistência direcionada aos cristãos-novos judaizantes.

"MOHAMED": UM "MOURO" ACUSADO PELO TRIBUNAL DA INQUISIÇÃO NO MARANHÃO SEISCENTISTA

Leila Alves de Carvalho

Este artigo é um estudo de caso que pretende mostrar as aventuras e desventuras de um cristão velho, preso na cidade de São Luís do Maranhão, no ano de 1646, por ordem do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa. A proposta é perceber as relações de força, as intrigas, a subordinação e o compadrio sempre tão pertinentes aos casos que envolvem a justiça inquisitorial e o cotidiano da colônia na Amazônia seiscentista.

PATRIMÔNIO RELIGIOSO COMO FORMA DE RESISTÊNCIA: AS FACETAS DO CRIPTOJUDAÍSMO NA COLÔNIA

Ângelo Adriano Faria de Assis

A Península Ibérica viveria o fim de do longo período de convivência entre judeus, cristãos e muçulmanos no alvorecer da Modernidade, primeiro na Espanha, em 1492, depois em Portugal, entre 1496-97. Com a expulsão dos judeus e implementação do monopólio religiosos católico em Portugal e seus domínios a partir da última década do século XV, os cristãos-novos acabaram vistos com grande ameação à pureza católica, e tornaram- se suspeitos de judaizar em segredo. Com o surgimento do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, em 1536 (o funcionamento da Inquisição portuguesa duraria até 1821, quando é encerrada no contesto da Revolução Liberal do Porto), os neoconversos estarão entre as principais vítimas da ação inquisitorial, como bem mostram os milhares de processos movidos pelo Santo Ofício envolvendo culpas de criptojudaísmo. O Brasil, onde não havia tribunal inquisitorial estabelecido (os tribunais existentes encontravam-se em Évora, Coimbra e Lisboa – este, que ficava responsável pelo espaço luso-americano), rapidamente tornou-se dos destinos preferidos destes cristãos-novos, que tentavam fugir das perseguições religiosas e buscar novas oportunidades de enriquecimento na economia brasílica, e em pouco tempo estavam embrenhados nas mais diversas atividades econômicas, conquistando espaços na sociedade. A chegada das visitações inquisitoriais, ap artid de fins do Quinhentos e, posteriormente, a organização de uma rede de representantes do Santo Ofício no trópico brasílico, acabariam por mudar este quadro, trazendo temor de perseguições e levando indivíduos aos cárceres inquisitoriais. Esta comunicação tem como foco perceber as práticas judaicas denunciadas e confessadas perante a mesa da visitação e perceber as metamorfoses da religiosidade judaica ao longo de gerações durante o tempo em que esta foi perseguida. Para tanto, focaremos nossa análise em estudos de caso, buscando perceber continuidades e transformações no comportamento religioso destes cristãos-novos ao longo das gerações. Em complemento, pretende, ainda, no contexto da

comemoração dos cinquenta anos dos estudos acerca do Santo Ofício no no Brasil, traçar um painel dos estudos contemporâneos existentes no país acerca da Inquisição e seu mundo (estrutura, funcionários, regimentos, atuação, lógica persecutória e processual, bem como de suas vítimas) em instituições espalhadas de norte a sul do país, mostrando a diversidade de análises e recortes temáticos nos trabalhos hoje realizados. Estes trabalhos são fruto de pesquisas que já venho desenvolvendo desde o mestrado, e que tomaram novos caminhos a partir do desenvolvimento de investigações e projetos acerca do panorama da historiografia sobre o Tribunal do Santo Ofício hoje no país. Pretende-se, para além, que esta comunicação seja oportunidade de interação com outros pesquisadores do assunto, permitindo o avanço das pesquisas com o conhecimento de novas abordagens.

AS CRIPTOJUDIAS PERNAMBUCANAS E SUAS PRÁTICAS CULTURAIS NO FINAL DO SÉCULO XVI: TÁTICAS DO COTIDIANO COM MICHEL DE CERTEAU

Priscila Gusmão Andrade

O presente artigo pretende trabalhar os conceitos de tática e cotidiano, apresentados por Michel de Certeau em seu livro "A invenção do Cotidiano 1: Artes de fazer", mostrando como os mesmos podem ser utilizados para problematizar as cripotojudias pernambucanas que foram denunciadas a Inquisição, em sua primeira visitação as terras brasílicas, no final do século XVI. Problematizando a importância feminina para a manutenção do criptojudaísmo na América Portuguesa, e evidenciando, especialmente, as práticas utilizadas pelas mesmas para essa perpetuação e passagem do judaísmo no Brasil colonial, mostraremos como suas táticas cotidianas foram importantes para essa transmissão cultural. A visitação de Heitor Furtado de Mendonça resultou em um notável número de denuncias contra essas mulheres, que ficaram registradas nos Cadernos de Confissões e Denunciações, das capitanias visitadas. Inclusive o caderno "PRIMEIRA, Visitação do Santo Ofício as Partes do Brasil: Denunciações e confissões de Pernambuco 1593-1595." Que será utilizado como fonte para a produção deste trabalho, além de processos inquisitoriais que resultaram dessa visitação.

ACUSADOS DE JUDAIZANTES EM SERGIPE DEL REY: PROCESSO DE ANTÔNIO DA FONSECA

Priscilla da Silva Góes

A partir dos processos inquisitoriais é possível resgatar traços de experiências religiosas que foram alvos de perseguições. Porém, questionar tal documentação torna-se vital para o pesquisador, tendo em vista que não podemos analisar tais processos como contendo a verdade no que se refere à confissão ou não-confissão do acusado, pois, os documentos podem ser verda-

deiros, porém, não quer dizer que tenham a verdade. Isso se deve ao fato de que o réu poderia negar as práticas de que fora acusado somente como um subterfúgio para não ter a condenação mais severa. Assim como procurar ser um bom católico, poderia ser uma tentativa de não se expor, de tentar se camuflar entre os outros. Observando tais questões é que analisaremos o processo do cristão-novo Antonio da Fonseca, morador de Sergipe Del Rey, que foi preso em 1726 e saiu no auto de fé em 1732, acusado de judaísmo.

IMAGINÁRIOS DA FÉ: A INQUISIÇÃO PORTUGUESA E O NOVO MUNDO PARA ALÉM DAS HERESIAS

Daniana Oliveira Bispo

Propõe-se um estudo que tem como ponto de partida a história do Tribunal do Santo Ofício: sua fundação, organização, funcionamento, aparatos repressivos, vítimas, atuação, semelhança e disparidade entre as Inquisições, em especial a espanhola, tal como do poder eclesiástico, para assim, tentar entender a relação da Inquisição com a Colônia portuguesa – Brasil - que ainda que sem uma sede local, viveu sob a lente da Igreja Católica e os "tentáculos" do Tribunal da Santa Sé. Assim, trata-se de um trabalho que objetiva refletir sobre a força, a influência da religião – Igreja Católica – e as ferramentas de controle utilizadas para "convencer" a sociedade colonial a seguir o caminho correto - da fé, da moral -, e para isso, nos embasamos nas reflexões de pesquisadores que se debruçaram nas documentações inquisitoriais, posto que pretendemos entender através dos discursos de disciplinamento católicos, como a Inquisição se fez tão presente e decisiva na história política, social e econômica da Colônia e consequentemente no cotidiano dos luso-brasileiros. Procuramos entender também, porquê mesmo passados tantos séculos após o fim da Inquisição, ainda hoje discutimos sobre as suas práticas de repressão e quais são os resquícios/legado deixado por esse tribunal, que atravessam os séculos.

GENTILISMOS NO BRASIL E NA ÍNDIA

Célia Cristina da Silva Tavares

Ao entrar em contato com a documentação produzida pela Inquisição e pela Companhia de Jesus, no tempo de meus estudos relacionados com o mestrado e o doutorado e na trajetória de projetos de pesquisa que tenho orientando na minha vida acadêmica vinculada ao Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Formação de Professores, tanto em nível de iniciação científica quanto no PROCIÊNCIA, no período de 2005 até hoje, tive a oportunidade de encontrar muitas referências interessantes sobre as práticas religiosas que misturavam elementos culturais de sociedades não europeias que haviam sido convertidas com as práticas do catolicismo difundidas pela presença portuguesa. Tanto indígenas, no litoral do Brasil, quanto po-

pulações indianas na cidade de Goa e arredores, por exemplo, depois de batizados e, em geral, levemente doutrinados, na maior parte das vezes por padres jesuítas, tendiam a praticar a nova religião dentro dos parâmetros daquelas crenças em que haviam nascido, mas misturado à ritualística católica. Diante desta realidade, inquisidores e jesuítas produziram inúmeros textos onde registraram muitas vezes perplexidade e, outras vezes, tentaram interpretações para estabelecer uma aproximação e obter alguma explicação sobre essas atitudes. Em geral, chamavam estas práticas de "gentilismo", expressão derivada da palavra "gentio". A presente conferência pretende explorar alguns aspectos da consolidação do termo tanto para jesuítas quanto para inquisidores.

AÇÃO INQUISITORIAL NO NORDESTE AÇUCAREIRO: OS DEGREDADOS NA VISITAÇÃO QUINHENTISTA AO BRASIL ÀS GALÉS DEL REI

Emãnuel Luiz Souza e Silva

Este trabalho tem como objetivo analisar a ação inquisitorial no Brasil colonial quinhentista, priorizando os sentenciados a cumprirem o degredo nas Galés del Rei. Esta pena era considerada uma das mais severas entre as punições aplicadas pelo Tribunal do Santo Ofício Português. Mediante a análise dos processos inquisitoriais movidos contra moradores do Nordeste açucareiro durante o século XVI, propomos observar quais foram os crimes que tiveram como punição este tipo de degredo e demais informações provenientes desta documentação.

INQUISIÇÃO EM ANGOLA: A HISTÓRIA DE FRANCISCO RODRIGUES (SÉCULO XVIII)

Fabiana Schleumer

Segundo Francisco Bethencourt e Philip Havik, a ação inquisitorial se desenvolveu em quatro continentes: Europa, América, Ásia e África. Nos dois primeiros são fartos os estudos referentes aos mecanismos e formas de ação da Inquisição. Neste contexto, merecem destaque os trabalhos desenvolvidos por Antônio Baião, Anita Novinsky e Jose Goncalves Salvador. Na década de 1980, Jose da Silva Horta analisou as visitas pastorais a região de Congo e Angola concedendo visibilidade a temática na África Central por meio do uso de fontes inquisitoriais. O artigo "A Inquisição em Angola e Congo: o inquérito de 1596-98 e o papel mediador das justiças" constitui o ponto de partida para esta discussão. Nele, o autor apresenta a necessidade de entender o especifico, os fatores geográficos e culturais que nortearam a ação do Santo Oficio, principalmente, em espaços onde o tribunal não funcionou. O estudo realizado por Horta assenta-se na análise das testemunhas. No que diz respeito a Inquisição, o autor afirma que: a) É necessário traçar um perfil de quem denuncia e de quem e denunciado, bem como enten-

der como se estabelece a relação com a comunidade local; b) Situar o inquérito em termos cronológicos, geográficos, bem como situá-lo nas esferas das justiças locais pré-existentes; c) entender a importância e diferença existente entre os vários tipos de delitos. Na década seguinte, os estudos desenvolvidos por Francisco Bethencourt, Jose Pedro Paiva e Didier Lahon adensaram a discussão, fomentando a realização de eventos em Portugal e Franca, cujo objetivo principal foi analisar a presença dos africanos na documentação inquisitorial, com ênfase, ao estudo das práticas de "feitiçaria" e a organização em "irmandades de homens pretos". Em 2002, Filipa Ribeiro da Silva, defendeu a dissertação de mestrado "A Inquisição em Cabo Verde, Guiné e São Tome e Príncipe (1536-1821,) cuja temática voltou-se para o estudo da ação inquisitorial em territórios africanos: Cabo Verde, Guine, São Tome e Príncipe no período de 1536 a 1821. Fez uso de um conjunto diversificado de fontes: livro de Denúncias, do Promotor, dos Reconciliados, do "pecado nefando"; além dos livros de Correspondência e dos Autos de fé, dos Processos de habilitação completos e incompletos e dos ministros do Santo Oficio. Um dos objetivos da dissertação foi "obter elementos acerca do relacionamento entre os diferentes órgãos inquisitoriais e entre os "deportados" do Santo Oficio na metrópole e os seus agentes nos espaços ultramarinos. Além disso, buscou compreender a articulação entre a autoridade régia e inquisitorial e a articulação entre as esferas do poder inquisitorial, missionário e episcopal. Esta comunicação tem por objetivo apresentar uma contribuição a essa discussão, adotando como ponto de partida a história de Francisco Rodrigues (1783), Arquivo da Torre do Tombo (Portugal). A partir deste documento, discutirei a importância da utilização das fontes inquisitórias para a feitura da História de Angola e seus habitantes. Delimita-se como objetivo principal a apresentação da perseguição do Tribunal da Inquisição sobre os habitantes de Angola, bem como as estratégias cotidianas de sobrevivência desenvolvidas pela população local.

UM TRIBUNAL DE MEDO NA AMÉRICA PORTUGUESA: INQUISIÇÃO, MEDOS E RESISTÊNCIAS NO BRASIL COLONIAL – SÉC. XVII-XVIII

Halyson Rodrygo Silva de Oliveira

Nas últimas décadas a historiografia dos estudos inquisitoriais vem alargando seus campos temáticos e suas abordagens. Nesse sentido, temas já consagrados estão sendo exercitados sob outros novos prismas de análise. A presente comunicação faz parte de uma pesquisa em desenvolvimento cuja problemática central busca investigar, de um lado, de que modo, e até que ponto, a atuação da Inquisição no Brasil, no contexto de suas visitações dos séculos XVII e XVIII – Bahia (1618-20), Capitanias do Sul (1627-28), Grão-Pará (1763-69) – utilizou-se de estratégias de controle religioso e social instrumentalizando discursos e práticas difusoras de acessos de culpas e culpabilizações por meio daquilo que Jean Delumeau (1978 e 1983) e Bartolomé Benassar (1984) chamaram de "pastoral do medo" e "pedagogia do medo", res-

pectivamente; de outro, pretende-se evidenciar as maneiras pelas quais foram operadas, por homens e mulheres comuns àquela experiência histórica de perseguições e intolerâncias, táticas de resistências frente a atuação do Santo Ofício português – livre-pensamento realizado por meio de críticas à Inquisição, descolamentos espaciais através de fugas, táticas discursivas nos interrogatórios e nas denunciações, bem como o criptojudaismo colonial, por exemplo. Partimos da hipótese de que se a Inquisição portuguesa foi um *tribunal de medo,* esta pedagogia, em alguns momentos das visitas de inspeção realizadas no Brasil colonial, não se efetivou devido as variadas resistências subterrâneas e cotidianas e seus enfrentamentos. Ao lado de uma história de medos, pode haver também histórias de resistências, de desejos de liberdades (e por que não?) de coragens diante das esferas do (bio)poder. Para tanto, o corpo documental desta pesquisa é formado pelo conjunto de fontes do âmbito inquisitorial: regimentos, denunciações, confissões, ratificações e processos-crime; bem como por outros tipos de fontes produzidas pela Justiça e Direito Comuns e pelo Poder Eclesiástico, como, por exemplo, o Livro V das Ordenações Filipinas (1603) e as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707), respectivamente.

15 de setembro de 2016

TRAJETÓRIAS DISSONANTES DA ORTODOXIA INQUISITORIAL: PRÁTICAS MÁGICO-RELIGIOSAS E RELAÇÕES DE GÊNERO NO MUNDO PORTUGUÊS (SÉC. XVI)

Marcus Vinicius Reis

As iniciativas de Portugal em ampliar seus domínios acompanharam tanto um olhar político quanto religioso, seja na parcela oriental em que consolidou sua presença ou mesmo no Novo Mundo a partir do século XVI. Em consequência, o maior peso português em escala global possibilitou também o avanço de um discurso moralista em que a manutenção da ordem social era garantida a partir da presença masculina como personagem principal. Seja no âmbito jurídico ou religioso, uma série de práticas e discursos fomentaram o contexto patriarcalista que marcaria não somente o Reino, mas suas possessões no além-mar. Quanto à esfera jurídica, as *Ordenações Manuelinas* se tornam o principal exemplo, para o contexto Quinhentista, quando nos debruçamos no interesse de compreender como se delimitaram os papeis relacionados a homens e mulheres no período. Já entre a literatura religiosa, uma série de tratados morais, catecismos, discursos religiosos, circularam no mundo português como forma de manter a "honra" das mulheres, embora subentendido o interesse na ordem social constituída pela figura masculina. Ainda assim, mesmo diante de uma suposta "dominação universal masculina", uma série de trajetórias de mulheres emergiram por todo o século XVI e revelaram como essa dominação em diversos momentos foi problematizada. Pretendemos, assim, transitar entre os diversos espaços em que Por-

tugal buscou estabelecer domínio político e religioso, integrando o que denominamos de "mundo português" a fim de investigarmos como as crenças e práticas *mágico-religiosas* se articularam diretamente à delimitação dos papéis sociais voltados a homens e mulheres. No campo da teoria das relações de gênero, trata-se de entender como ambas as categorias, em especial, "mulheres", é produzida e reprimida pelas estruturas de poder, o que justifica nosso intuito de percorrer as literaturas jurídicas e religiosas do período. Ao mesmo tempo, a teoria em questão assume a assertiva de que as personagens relacionadas à categoria, buscam espaços de emancipação. Em especial, partindo do âmbito do Tribunal do Santo Ofício lusitano, investigaremos trajetórias de mulheres que, por todo século XVI, foram processadas por essa instituição no âmbito das práticas citadas, distanciando-se da ortodoxia católica vigente. Partindo de uma perspectiva conectada juntamente ao uso do "gênero" como categoria analítica, objetivamos analisar os discursos religiosos e jurídicos voltados a homens e mulheres, decodificar os sistemas de crenças e práticas emergentes na documentação, perceber como o sobrenatural foi apropriado pelas mulheres para, então, testarmos a hipótese de que o acesso a esse universo por parte da figura feminina se deu diante do interesse em se construir espaços de autonomia que, por vezes, se ampliaram em uma fama pública, compondo, por sua vez, novas versões a respeito do discurso *misógino* vigente.

O PROVENÇAL DA SODOMIA: PROBLEMAS DE GÊNERO NO PROCESSO INQUISITORIAL DO PADRE ANTONIO LOURENÇO VELOSO POR SODOMIA (1645-1647)

Cássio Bruno de Araújo Rocha

Esta comunicação objetiva analisar o processo inquisitorial movido contra o padre português Antônio Lourenço Veloso pelo Tribunal da Inquisição de Lisboa entre os anos de 1645 e 1647. O réu foi acusado e condenado pelo crime de sodomia. Para o âmbito desta comunicação, dividirei a análise do processo em dois focos. O primeiro deles diz respeito às práticas eróticas desviantes do réu com outros homens, as quais configuram narrativas em que os modos como os gêneros eram significados e performatizados pelo padre e seus vários parceiros-cúmplices abundam. O padre foi preso pela Inquisição lisboeta em 1645 após ter sido denunciado como praticante do pecado nefando por vários de seus parceiros, tendo ele já se apresentado ao Santo Ofício duas vezes antes pelo mesmo crime. Assim, os parceiros sodomíticos do réu, seus companheiros de cárcere, bem como ele próprio, desenrolam, ao serem interpelados pelo poder inquisitorial, tramas intensas que permitem, ao historiador, desdobrar uma história do cotidiano destas relações eróticas marginais, uma vez que abundam detalhes sobre os encontros sexuais entre o padre e diversos rapazes na Lisboa do século XVII. Mais profundamente, o caráter narrativo do documento permite levantar questões sobre a performatividade de gênero desenvolvida pelos sujeitos envolvidos no processo, com

destaque para o padre Antonio Lourenço de Veloso, que parecia ter uma forma de orgulho de suas atividades sodomíticas, jactando-se, nos próprios cárceres inquisitoriais, de ter sido sempre agente nestas relações (e estigmatizando os parceiros pacientes), adotando mesmo o título de *Provençal da Sodomia*. Há que se questionar os problemas de gênero presentes no modo como o padre vivenciava o erotismo, em uma tensão entre o masculino e o feminino e as noções de agente e paciente no ato sexual. Também será importante destacar, em meio a essa problemática, o lugar da violência e da exploração da miséria nas relações sodomíticas no contexto da sociedade estamental e de Antigo Regime como era a portuguesa no período, visto que várias das cópulas sodomíticas narradas pelos parceiros-cúmplices do réu apontam como ele teria usado de expedientes violentos, ou pago com alguns vinténs, para concretizar seus desejos homoeróticos. Pode-se, enfim, repensar os significados das categorias sodomia e sodomita no período. O segundo foco de análise da comunicação será sobre o desenvolvimento do processo. Debruçar-me-ei sobre as partes do processo montado pelos inquisidores para averiguar como se articularam o ardor persecutório do Santo Ofício contra o pecado nefando (que, no século XVII, segundo Luiz Mott, atingiu seu ápice) e o cotidiano desenrolar processual, atentando para aproximações e afastamentos entre as normas regimentais e o casuísmo do específico processo em questão. Objetivo, com esta análise, pensar como o dispositivo de poder que era a Inquisição portuguesa dava certos significados aos amantes homoeróticos. Eram eles, para o Santo Ofício, representantes de um grupo social dissidente da moral ortodoxa católica, devendo então ser perseguidos como disseminadores de uma ameaçadora contracultura – como quer Luiz Mott -, ou foram os sodomitas perseguidos pela Inquisição porque suas práticas eróticas pecaminosas eram assimiláveis à heresia (cujo combate era a razão de ser do Tribunal) – como quer Ronaldo Vainfas? Sem pretender finalizar este debate, lançar mão dos pontos de vista dos dois autores contribui para ler o processo do padre Antonio Lourenço de Veloso sob diferentes luzes.

REPRESENTAÇÕES FEMININAS NAS FONTES INQUISITORIAIS DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO 1593-1676

Janaina Guimarães da Fonseca e Silva

Os problemas pertinentes à desigualdade de gênero, bem como o próprio conceito de gênero, além das atitudes políticas decorrentes de tal problematização (o feminismo como movimento organizado, por exemplo), são um construto relativamente recente. De fato, a hierarquia entre os gêneros não fora posta em questão de forma sistemática senão a partir do advento das primeiras ideias do que se convencionou denominar de liberalismo político. Contudo as imposições comportamentais limitadoras sofridas pelas mulheres se fazem sentir na colonização da América Portuguesa em diversas esfe-

ras, optamos aqui por analisar as faltas pelas quais as mulheres foram denunciadas à Inquisição, tentando assim compreender um pouco das vivências e representações da época. Propomonos analisar a documentação inquisitorial buscando denúncias e processos sofridos por mulheres na capitania de Pernambuco entre os anos de 1593, data da primeira Visitação do Santo Ofício à América Portuguesa e 1676, data de fundação da diocese na Capitania duartina. Pretendemos assim mapear as denúncias e processos contra mulheres, separar os registros da documentação por crimes e possíveis punições e logo analisar algumas das descrições, tentando compreender as representações femininas no período em questão. Optamos por privilegiar os documentos inquisitoriais, pois muitos discorrem sobre as mulheres e nos permitem reconstituir o que era tido como papel da mulher, os pecados ou faltas, e também observar suas relações, atentando para as tensões entre os níveis macro e micro que possibilitem compreender a construção das representações femininas na sociedade colonial. Como resultado, pretendemos construir um banco de dados e desenvolver uma análise que nos permita compreender as representações femininas nos anos iniciais da América Portuguesa na capitania de Pernambuco.

O ERÓTICO NO MEIO CRISTÃO-NOVO

Nilton Bruno Feitosa Santana

A pesquisa conduz os olhares para a sexualidade de um povo que se esforçava para esconder seus costumes. A investigação que foi desenvolvida se debruça sobre o erotismo de um grupo perseguido pela sanha do Santo Ofício da Inquisição espanhola. Procurando por diversos meios resistir com seus costumes considerados heterodoxos aos olhares dos cristãos-velhos, tal povo surge de forma violenta como consequência da conversão forçada ao catolicismo decretada pelos Reis Católicos Fernando de Aragão e Isabel de Castela, e passam a carregar muitos títulos dentre eles o de cristãos-novos. A resistência dos costumes judaicos no meio dos cristãos-novos podia acontecer por via da preservação e se dar de forma consciente, sendo estes judaizantes hereges convictos. E em alguns casos de maneira inconsciente, já que haviam acusados que seguiam os rituais judaicos apenas por questão de herança cultural vinda de seus pais, continuando com práticas hereditárias. Somente o primeiro caso será aludido na pesquisa. Isto é, a resistência consciente e organizada é a que será exposta nos estudos porque é a única que aparece em todo o caso. Consciente porque seu praticante era convicto de seus costumes e organizada porque a prática ocorria em torno de toda uma malha familiar. Ao decorrer das investigações trataremos de um grupo que foi condenado pelo Tribunal da Cidade do México, na Nova Espanha, na primeira metade do século XVII. A heresia poderia se enquadrar em mais um dos casos de crime de judaísmo tão comuns no mundo ibero-americano, visto o grande número de cristãos-novos que continuavam a seguir a Lei de Moisés de maneira escondida. Entretanto, revelou-se mais tarde ser um

caso singular ao associar prática religiosa do jejum ao erotismo do grupo familiar liderado pela matriarca Leonor Nuñez. O que faz dessa prática de jejum religioso tão incomum é o fato de ser eivado de relações sexuais entre os seus participantes. Descrito no processo inquisitorial com riqueza de detalhes, o ritual do *Cro,* como era chamado pelos seus religiosos praticantes, será analisado a luz de conceitos utilizados nas Ciências Sociais como o recente termo de Capital Erótico, e de obras historiográficas que retratam o misticismo judaico. O conceito de Capital Erótico nos ajuda a compreender como os cristãos-novos construíram o seu erotismo. Elaborado pela inglesa Catherine Hakim o Capital Erótico vem a ser o quarto atributo pessoal depois da esfera econômica, social e cultural. Os elementos que o compõem esse tipo de capital são a *beleza, a atratividade pessoal, a interação social, o dinamismo, a apresentação social, a competência sexual* e dependendo da cultura do povo e do tempo podem se modificar e apresentar uma variação. Serão observados quais elementos denotavam maior importância dentro do grupo social que foi processado pela inquisição e encerrado nos cárceres na Cidade do México. O estudo sobre a moral sexual cristã-nova muito pode nos revelar sobre o que era considerado crime sexual pelas instituições do mundo ibérico e suas possessões. Quanto à aplicação da mística judaica teria a intenção de contribuir para mostrar como a sexualidade se mescla com práticas e crenças religiosas do grupo familiar que foi tão brutalmente castigado. Percorrendo esse caminho, podemos ter a assertiva de que o desafio é descobrir o motivo pelo qual o ritual sexualizado do *Cro* desempenharam um papel tão importante.

CAMINHOS E DESCAMINHOS DA CORRESPONDÊNCIA INQUISITORIAL NO IMPÉRIO PORTUGUÊS

Daniela Buono Calainho

Esta comunicação pretende apresentar algumas reflexões gerais sobre o sistema de correspondência e informação do Tribunal do Santo Ofício português. Ao longo das pesquisas que venho fazendo , deparei-me com um grupo de réus que foram processados pela Inquisição por estarem envolvidos com a correspondência do Tribunal, e que não foi possível ainda analisar: casos de roubo de emissários que transportavam-na, e que depois violaram cartas e documentos, atentando contra o segredo inquisitorial, ou outros que não conseguiram entregar documentos no prazo. O arrolamento destes casos inspirou-me, assim, a apresentar uma proposta de pesquisa voltada para os seguintes objetivos: 1. Estudar os casos relacionados a delitos envolvendo a violação e roubo da correspondência inquisitorial, enquadrados nos chamados "crimes contra o Santo Ofício", percebendo com isso as possíveis fragilidades da estrutura organizacional da Inquisição portuguesa; 2. Analisar os circuitos de comunicação e informação estabelecidos entre o Brasil e o Tribunal de Lisboa nos séculos XVII e XVIII através da correspondência recebida e expedida por este tribunal para o Conselho Geral do Santo Ofício, órgão má-

ximo da Inquisição portuguesa, e ainda através da correspondência entre os agentes inquisitoriais - Comissários e Familiares - que atuavam na colônia neste período. Para compensar a ausência de um tribunal regional sediado no Brasil, o volume de correspondência entre estes funcionários era expressiva, dando conta não apenas de inúmeros assuntos relativos aos hereges coloniais, mas ainda referentes a processos de habilitação aos cargos inquisitoriais; 3. Elaborar um quadro temático a partir dos assuntos relativos ao Brasil tratados nas correspondências trocadas entre o Tribunal de Lisboa e o Conselho Geral do Santo Ofício; 4.Perceber a Inquisição portuguesa como um tribunal atlântico no mundo moderno, uma vez que através de seu sistema de comunicação, criou redes de poder no conjunto do Império português.

O CONSELHO GERAL DA INQUISIÇÃO DE LISBOA NO ULTRAMAR

Luís Antônio de Castro Morais

O presente trabalho apresenta um panorama sobre a documentação, pertinente à colônia portuguesa na América, presente nos Cadernos das Ordens do Conselho durante o século XVIII. Este acervo é composto por nove códices que apresentam grande diversidade temática, um dos aspectos principais da documentação. Por ser um órgão de caráter administrativo do Tribunal do Santo Ofício, o Conselho Geral emitia seu despacho para tudo aquilo que lhe era enviado, era uma instância superior de decisão. A documentação é composta por petições diversas (réus que desejavam a comutação, suspensão ou o perdão de suas penas, oficiais que desejavam que seus pagamentos fossem aumentados, pessoas que desejavam integrar os quadros da Inquisição e tinha seus pareceres analisados pelo Conselho, etc.) e também por assuntos referentes ao Brasil colonial, expondo algumas das dificuldades que o Tribunal do Santo Ofício enfrentava ao julgar os réus do além-mar e dúvidas regimentais entre os seus oficiais que enviavam os casos "omissos" do Regimento para a análise da Mesa do Conselho. Todos os documentos são pertinentes à Inquisição de Lisboa, mas que se julgou conveniente submeter ao Conselho Geral e de cuja instância emanou os despachos decisivos para solucionar os assuntos. O foco principal serão os documentos referentes ao Brasil. Nos últimos anos houve um aumento de pesquisas sobre a Inquisição portuguesa, mas poucos são os autores que se debruçaram sobre a parte institucional do Tribunal do Santo Ofício, com o intuito de contribuir e fomentar novos trabalhos na área apresentamos essa pesquisa de caráter seminal. O recorte temporal se justifica pela atuação expressiva, e única, do Tribunal nas terras brasílicas, onde houve uma visitação extemporânea na segunda metade do século. Essas fontes permitem trazer à tona a vivência nas diferentes vozes e significados da trama urdida no contexto dos setecentos, principalmente na colônia americana. Proporcionam ainda a percepção da intrincada relação entre os oficiais do Santo Ofício, as autoridades coloniais e os colonos. Como sabemos não foi instalado um tribunal em terras brasíli-

cas, mas o Santo Ofício, através de seus tentáculos, alcançou a colônia, deixando naquela sociedade suas fortes marcas. Torna-se necessário ampliar e complementar os estudos sobre a temática, tendo por eixo a parte institucional para o entendimento do funcionamento do Tribunal. A análise dessa documentação permite compreender a forma de atuação do Santo Ofício, ao percorrermos os dilemas abordados e discussões entre os agentes das instâncias inquisitoriais, na metrópole e na colônia, bem como a relação entre o Tribunal da Inquisição e o tribunal eclesiástico de maneira a realizar uma análise dos procedimentos do Tribunal e seus diversos agentes, em consonância (ou não) com os Regimentos. Assim, poderemos compreender ainda, através das relações entre essas instâncias, as diferentes apropriações que grupos ou indivíduos faziam em relação as normas do Santo Ofício, sempre em acordo com suas realidades imediatas.

A COMUNICAÇÃO E COOPERAÇÃO ENTRE OS TRIBUNAIS INQUISITORIAIS IBÉRICOS

Lucas Maximiliano Monteiro

O objetivo desta comunicação é apresentar os primeiros apontamentos da pesquisa que está sendo desenvolvida acerca da comunicação entre os Tribunais do Santo Ofício de Portugal e Espanha (incluindo os tribunais castelhanos na América) e suas colaborações para homogeneização da fé no território europeu e americano entre finais do século XVI e metade do século XVIII. No âmbito geral, esta pesquisa tem como hipótese central que as inquisições tinham a necessidade de trocar informações e colaborarem entre si mesmo em tempos de tensão política entre os reinos. Isso devido à circulação de portugueses e espanhóis entre os territórios, criando a necessidade de troca de informações sobre aqueles que fugiam dos cárceres, eram presos por um tribunal "estrangeiro", ou sobre a confirmação de genealogia de um candidato a agente inquisitorial (comissário e familiar, na sua quase totalidade). A historiografia a respeito dos reinos ibéricos tratou da constante migração de portugueses e espanhóis entre suas fronteiras, tanto no espaço ibérico quanto nos territórios americanos. Ao mesmo tempo, a historiografia inquisitorial afirma que muitos portugueses – principalmente cristãos-novos – buscavam o território vizinho para fugir da perseguição inquisitorial. Porém, estes "fugitivos" não ficaram impunes, sendo presos e processados pelos tribunais dos locais em que se estabeleciam. Ao mesmo tempo, as migrações permitem pensar que alguns candidatos aos cargos inquisitoriais – comissários e familiares – necessitassem de confirmação de sua genealogia enviada pelo tribunal de sua região de origem. Estes fatores criam assim a necessidade de troca de informações entre os tribunais ibéricos. Apoiando-se sobretudo nas correspondências trocadas entre os tribunais, além dos processos crimes, esta pesquisa busca esclarecer como era que essa colaboração ocorria, qual o papel dos agentes inquisitoriais na recolha da informação sobre um herege, como era que os tribunais agiam em conjunto na perseguição de um

fugitivo e como as monarquias interferiam neste processo. Esta comunicação centrar-se-á na análise de dois livros de correspondências dos tribunais castelhanos recebidas pelos tribunais de Lisboa e Évora entre o final do século XVII e metade do século XVIII. A partir destes dois livros, é possível fazer alguns apontamentos como: número de comunicações trocadas pelos tribunais (levando em consideração as cartas recebidas e as respostas a estas); quais os principais tribunais castelhanos que se comunicam com os portugueses; como os tribunais agiam em conjunto quando membros de uma mesma família estavam presos por tribunais de reinos diferentes, periodicidade destas cartas; estimativa do tempo de chegada destas cartas; além do tempo em que levavam para serem respondidas.

"SE NO JUIZ HÁ ÓDIO [...] NUNCA A SENTENÇA HÁ DE SER JUSTA": OS ESCRITOS CONTRA A INQUISIÇÃO NA DÉCADA DE 1670

Yllan de Mattos

Esta comunicação tem como objetivo compreender o processo que culminou na suspensão do Santo Ofício português, entre os anos de 1674 e 1681. Os cristãos-novos produziram diversos documentos em Roma que invalidavam a ação do Santo Ofício lusitano, qualificando-o como arbitrário, interesseiro nos bens materiais e injusto. Os inquisidores, por sua vez, responderam cada queixa afirmando sua autonomia face ao papado e explicando os pormenores de sua prática jurídica. O local dessa disputa fora a própria Congregação do Santo Ofício romano, na qual mediaram seus cardeais e o próprio papa. Nesse sentido, serão analisadas as diversas correspondências, os opúsculos produzidos e os textos oficiais fomentados nessa lide que vicejou como um pedido de misericórdia (perdão) e terminou com a exigência de justiça pelos réus do famigerado Tribunal da Inquisição.

AGENTES DA INQUISIÇÃO NO RIO DE JANEIRO NO AUGE DAS PERSEGUIÇÕES DO SÉCULO XVIII

Ronaldo Vainfas

Esta comunicação pretende analisar o papel de alguns agentes inquisitoriais no Rio de Janeiro no século XVIII, com destaque para o bispo D. Francisco de São Jerônimo de Andrade, atuante como agente inquisitorial do Santo Ofício português no Rio de Janeiro no século XVIII. Cônego secular da Congregação de São João Evangelista (*cônegos azuis*), foi sagrado em 1701 e empossado no ano seguinte. Natural de Lisboa (1638), doutorou-se em teologia na Universidade de Coimbra e inciou a carreira como qualificador do tribunal inquisitorial de Évora. Referindo-se, obviamente, aos católicos devotos, o antigo historiador Monsenhor Pizarro e Araújo informa que d. Francisco era muito querido pelos fiéis do seu tempo, a ponto de ser chamado de "santo". Lina Gorenstein o retratou como um implacável perseguidor de judeus, tendo

dizimado a comunidade cristã-nova do Rio de Janeiro no início dos setecentos, o que não chega a ser exato, sem com isso diminuir a tragédia que se abateu sobre centenas de cristãos-novos nessa época. Em todo caso, houve quem chamasse o bispo de *Torquemada Fluminense*– o que ao menos sugere o seu empenho em agir em nome do Santo Ofício. Do conjunto de 27 cristãos-novos moradores do Rio de Janeiro condenados à fogueira no século XVIII, a grande maioria começou a sina trágica pelas mãos do bispo d. Francisco de São Jerônimo. A atuação do bispo do Rio de Janeiro nos anos 1700-1720 foi exemplo de como o episcopado foi instituição essencial para o funcionamento do Santo Ofício no mundo português de aquém e além-mar.

INDIGNOS DE SERVIR: MOBILIDADE SOCIAL E OS CANDIDATOS REJEITADOS PELO SANTO OFÍCIO

Luiz Fernando Rodrigues Lopes

As habilitações aos cargos do tribunal do Santo Ofício representaram um valioso elemento nos estratagemas de distinção e reconhecimento público na sociedade portuguesa ao longo do Antigo Regime, seja no reino ou em suas possessões ultramarinas. Para um pleiteante, se candidatar a um posto do corpo de funcionários da Inquisição significava ter seu passado devassado por um apurado e exigente processo de investigação sobre ascendência, procedimento e capacidade. Afinal de contas, aqueles que serviam ao Tribunal da Fé deveriam, via de regra, serem sempre tidos como "cristãos-velhos sem nódoa de sangue impuro", desprovidos de mácula alguma de sangue "infecto" de cristão-novo, mouro ou mulato, dentre outras tipologias rejeitadas socialmente. Portanto, a aprovação e a conquista de um cargo na Inquisição prestavam-se como uma comprovação pública que muitos almejavam para se distinguirem, e foi ambicionada por muitos homens de negócios – que pleiteavam o cargo de familiar, função desempenhada por homem leigos – e por padres desejosos de serem comissários, agentes de formação eclesiástica. De tal maneira, ao cumprir o papel de "comprovação de bom nascimento", adentrar ao corpo de funcionários inquisitoriais poderia ser um passo importante na escalada social, uma vez que a busca de insígnias de comprovação de qualidade sanguínea fazia mover a engrenagem de uma sociedade assentada na tradição e definida por privilégios. Mas se a nomeação como agente inquisitorial era conquista valiosa para a construção do poder de mando e para a inserção nos patamares distintos da sociedade, o fracasso daqueles que pretendiam alcançar tal graça poderia representar a condenação da imagem pública dos considerados inaptos. Esta comunicação busca versar a respeito das dinâmicas de mobilidade social a partir da trajetória dos pleiteantes rejeitados pelo Santo Ofício, priorizando as trajetórias dos candidatos residentes na capitania de Minas Gerais, ao longo do século XVIII. A partir da análise de um heterogêneo corpus documental – como habilitações incompletas, cartas de sesmarias, registros matrimoniais, testamentos, inventários *post-mortem*, registros de patente – buscaremos obser-

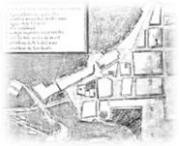
var o processo de enraizamento dos candidatos rejeitados pelo Santo Ofício na sociedade mineira colonial, por meio de casamentos, conquistas de cargos e titulações, e as escolhas que fizeram na tentativa de se postarem como homens prestigiosos na sociedade em que estavam arraigados. Nos atentaremos, ainda, a matizar as influências das transformações políticas ocorridas na sociedade portuguesa a partir de meados do século XVIII, quando se realizaram diversas reformas de Estado promovidas pelo ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, destacando as implicações destas mudanças nas dinâmicas de distinção social e no processo da construção da honra pública. Nosso interesse é, sobretudo, compreender como reverberaram nas práticas sociais as alterações regimentais e normativas acerca da limpeza de sangue, elemento tão caro para as sociedades do Antigo Regime que foi combatido pelas ideias ilustradas que ganhavam força na Europa.

INQUISIÇÃO E SOCIEDADE: HABILITAÇÃO DE FAMILIARES DO SANTO OFÍCIO QUE NÃO SE ENQUADRAVAM ÀS NORMAS (RIO DE JANEIRO, SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII)

Roberta Cristina da Silva Cruz

A presente comunicação tem como objetivo examinar a obtenção da carta de Familiar do Santo Ofício por indivíduos que não se enquadravam às normas. Os casos selecionados são de pessoas habilitadas no Rio de Janeiro na segunda metade do século XVIII. O cargo era geralmente ocupado por leigos do quadro de funcionários da Inquisição, que tinham a função de denunciar os desviantes da fé e, além deles, os que simulavam fazer parte da Inquisição ou do clero. Também executavam prisões quando solicitados pelo inquisidor ou pelos comissários. Durante o funcionamento do Santo Ofício, no Reino e nas possessões ultramarinas, o cargo foi almejado por diversas pessoas. A norma para tornar-se Familiar, de acordo com o Regimento de 1640, seria a atestada "limpeza de sangue" e viver dentro dos costumes, ou seja, ter uma conduta moral incontestável. Além disso, deveriam possuir um alto cabedal, evitando, desta forma, que o funcionário se corrompesse. No Regimento de 1774, a diferenciação entre cristãos-novos e velhos foi abolida. A partir desta data, ter bons costumes, ser abastado e branco foram os principais aspectos examinados para se obter a familiatura. Entretanto, alguns casos apresentam uma discrepância em relação à legislação inquisitorial vigente para a seleção ao cargo, nos possibilitando analisar algumas tendências do período quanto à habilitação de pessoas que estavam fora do padrão exigido. Temos como enfoque casos em que os habilitandos já tinham laços de parentesco com outros Familiares e conseguiram a patente apesar de apresentarem impedimentos, como o de Francisco Roiz da Cunha (habilitado em 1760), que tinha sido escrivão do Subprovedor dos ausentes em Paracatu, Minas Gerais, e Caixeiro de Loja de Fazenda, solteiro, havia se declarado excomungado em Minas e andava em concubinato com uma negra. Em particular, este processo de habilitação contou com poucas testemunhas em suas in-

quirições. Outra particularidade é que o marido de sua irmã, residente em Portugal, buscou atuar mais assiduamente em seu benefício junto a Inquisição de Lisboa. Examinaremos também o processo de Diogo Luís Moreira (habilitado em 1771), negociante, solteiro, com suspeição de cristão-novo descartada, mas fundamentada a de mulato; e de Francisco José Estrela (1773), caixeiro, dizia ser homem de negócios, mas não era verdade, não tinha cabedal e "... não vive limpa e abastadamente..." segundo uma das testemunhas inquiridas em seu processo. Neste caso, a Instituição concedeu a patente apesar de o candidato mentir em relação à profissão e a renda. Apesar de não estarem dentro das normas, os três habilitandos conseguiram a patente principalmente por já terem parentesco com Familiares, fato que teria amenizado seus impedimentos. Nossa análise, por ser pautada no aspecto não normativo, ou seja, nas exceções, não buscará apresentar uma amostra exaustiva que poderia nos levar a afirmações quantitativas. Entretanto, seu caráter qualitativo, nos possibilitará visualizar algumas tendências do período quanto à habilitação de pessoas que estavam fora das normas.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 14
Nas malhas da família: estratégias familiares entre normas e práticas

Coordenadores: Ana Silvia Volpi Scott (Universidade Estadual de Campinas) e Carlos de Almeida Prado Bacellar (Universidade São Paulo)

13 de setembro de 2016

FAMÍLIAS DE CONQUISTA: PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DO RIO GRANDE (1676-1726)

Patrícia de Oliveira Dias

O processo de territorialização portuguesa da capitania do Rio Grande foi iniciado em 1598, com a conquista da barra do Rio Potengi por Mascarenhas Homem. Tal processo perdurou até 1633, quando foi interrompido pela chegada dos holandeses, sendo retomado somente em 1654. A partir deste ano, incentivou-se a ocupação de terras desconhecidas da capitania, subsidiando o avanço de conquistadores rumo às terras mais ao interior, rompendo o limite divisório com a capitania do Siará Grande até então conhecido: a ribeira do Assú. Este avanço resultou em enfretamentos com os habitantes dessas terras, os conhecidos tapuias, levando à eclosão de diversos conflitos que compuseram a Guerra dos Bárbaros – conhecida na capitania do Rio Grande como Guerra do Assú, entre os anos de 1687 e 1720. Tais fatores contribuíram para o processo de territorialização portuguesa na capitania, que resultou no surgimento de uma nova fronteira entre o Rio Grande e o Siará Grande: o rio Apodi-Mossoró. Sabendo disso, este trabalho tem por objetivo analisar a atuação dos homens e mulheres de conquistas do Rio Grande que, juntamente com suas famílias, construíram uma rede de reciprocidade articulando a constituição de um patrimônio material, constituído, sobretudo, por terras, gado e escravos, assim como imaterial, galgando cargos na municipalidade, conferindo-se um *status* dentro desta sociedade colonial em formação. Para tanto, realizou-se o cruzamento de fontes produzidas entre os anos de 1659 e 1725, como as cartas de sesmarias doadas na capitania do Rio Grande e Siará Grande, contidas na Plataforma SILB (Sesmarias do Império Luso Brasileiro), cartas régias, correspondência entre a Câmara de Natal, os capitães-mores do Rio Grande e o governo de Pernambuco e Governo Geral, bem como os documentos referentes aos terços de paulistas que atuaram na capitania.

OS HOMENS DA FRONTEIRA: AS EXPERIÊNCIAS DE POVOAMENTO OFICIAL NA CAPITANIA DE SÃO PAULO, SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

Carlos Bacellar

Ao longo das décadas de 1760 e 1770 as listas nominativas de habitantes para a capitania de São Paulo registraram diversos focos de expansão do povoamento, com a ocupação de novos espaços agrícolas. Este alargamento da área povoada ocorria em momento de progressivo crescimento econômico da região, graças à economia açucareira que dava seus primeiros passos nas terras paulistas. Nossa intenção, nesta comunicação, é analisar o processo de expansão do povoamento em três áreas distintas do território da capitania: o Caminho de Goiás, que, saindo da cidade de São Paulo, se dirigia no rumo das minas de ouro de Vila Boa de Goiás, no planalto central brasileiro, e que contava com um rarefeito povoamento ao longo de suas margens; a povoação de Piracicaba, no oeste da capitania; e a povoação de São Luis do Paraitinga, ao norte, única das três que fora instituída por ordem do Governo da capitania. Através das listas nominativas de habitantes, pretendemos caracterizar o perfil demográfico das populações envolvidas nestas frentes pioneiras, bem como buscar identificar as formas de organização dos domicílios no contexto de contínuo acolhimento de novos migrantes. Atenção especial será reservada para a prática da agregação, que muito provavelmente tenha sido essencial para o acolhimento dos recém-chegados a essas áreas.

GERMANUS: AS TRAJETÓRIAS, OPORTUNIDADES ECONÔMICAS E DESTINOS SOCIAIS DOS IRMÃOS SANTOS NO BRASIL (1800-1830)

André Luiz Moscaleski Cavazzani

Nesta comunicação é desenvolvida uma investigação, em perspectiva comparada, acerca das trajetórias dos irmãos João Vieira dos Santos e José Batista dos Santos Moura no Brasil, em um período que abrange os anos de 1800 a 1830. Os dois eram provenientes da cidade do Porto. Se quer abordar as estratégias empregadas, os percursos buscados e, por fim, as oportunidades e/ou revezes sociais, destes irmãos que, não descendendo de linhagens abastadas, buscaram na emigração oportunidades de ascensão social entre as três primeiras décadas do século XIX. A investigação é desenvolvida em duas etapas. Na primeira se avalia o processo de inserção e, posterior, afastamento de João Vieira dos Santos (1786-?) da vila de Paranaguá, ao sul da Capitania de São Paulo. Na segunda etapa é elaborada a reconstituição do percurso de José dos Santos (1796-?). Esse indivíduo, ao contrário do irmão que tentou o estabelecimento comércio, estudou cirurgia. No exercício desse ofício, realizou seis viagens ao Brasil.

"FILHOS DE PAIS INFIÉIS": FAMÍLIAS, POLÍTICA, IGREJA E ETNICIDADE NA VILA DE NOGUEIRA DO RIO SOLIMÕES (1798-1810)

Alcemir Arlijean Bezerra Teixeira

Entre 1750 e 1850 o Grão – Pará foi o grande laboratório de experiências políticas instituídas pelo império português e posteriormente brasileiro. Essas políticas tinham como principal objetivo tornar sua população nativa, os indígenas, primeiramente súditos da coroa portuguesa e num momento posterior cidadãos do império do Brasil. Para compreender esse processo precisamos fazer referências às modificações estruturais ocorridas no período, seja no âmbito das definições de fronteiras geográficas, políticas ou sociais. No campo das mudanças estruturais geográficas é necessário informar que com a ascensão de D. José I e de seu ministro dos negócios ultramarinos, Sebastião José de Carvalho - o Marquês de Pombal- a coroa portuguesa seguindo uma leitura muito peculiar dos ideais iluministas, levará a cabo a execução do recém-assinado Tratado de Madri. A execução do tratado impôs a constituição de uma comissão de limites demarcatórios por parte das duas coroas e consequentemente um aumento significativo da presença imperial nas terras do Grão-Pará, por meio de seu aparato religioso e jurídico institucional. Temos como exemplo a nomeação para função de Capitão General do Estado do Grão-Pará de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, a criação de uma nova capitania no estado e a nomeação de seu primeiro governador Joaquim de Mello e Póvoas, os dois respectivamente meio irmão e sobrinho do Marquês de Pombal. Para além destes cargos principais da república foram nomeados e enviados à colônia: procuradores da fazenda real, ouvidores de justiça, capitães de tropas regulares, geógrafos, matemáticos, engenheiros, naturalistas entre outros funcionários do poder régio. Coube a este grupo por meio de ações políticas, implementar uma série de mudanças institucionais no cotidiano da colônia, todas elas mediadas pelas experiências de um século de colonização baseada na exploração do trabalho indígena auxiliado pela prática da missionação. Essas mudanças iniciadas no período pombalino avançam pelo século XVIII e consolidam-se no século XIX, entretanto até o presente pouco sabemos sobre os sujeitos históricos diretamente afetados por estas transformações. Este artigo pretende refletir, a partir do livro de registro de batismo da Vila de Nogueira, sobre os processos de formação das famílias na Capitania de São José do Rio Negro, especialmente sobre a formação das famílias com origens indígenas. Essa fonte paroquial nos possibilitará pensar as ações políticas do império português no Grão-Pará e em última instância na constituição de súditos e cidadãos indígenas.

ENTRE CONSTRANGIMENTOS E VONTADE: CASAMENTO E FAMÍLIA ESCRAVA NO BRASIL MERIDIONAL NO FINAL DO PERÍODO COLONIAL

Ana Silvia Volpi Scott

Em que pese o fato de que as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707) asseverassem no seu Livro I, Título LXXI que "conforme o direito

divino e humano, os escravos e escravas podem casar com outras pessoas cativas ou livres e seus senhores lhe não podem impedir", os estudos que vieram a público ao longo das últimas décadas vêm demonstrando que, na prática, o acesso ao casamento entre os cativos estava longe de constituir a regra. Muito pelo contrário, poucos eram aqueles que tinham possibilidade de aceder ao matrimônio sacramentado pela Igreja, como deixam explícitos os elevados índices de ilegitimidade entre os batizados de crianças cativas. Aliás, essa constatação está inserida no contexto das práticas de casamento vigentes na colônia e império, já que as pesquisas realizadas no âmbito da Demografia Histórica e História da Família têm apontado que o acesso ao sacramento do matrimônio não era universal, *nem mesmo para a população livre*, e que boa parte dos homens e das mulheres jamais teria sua união abençoada pelos ritos da Igreja Católica. A proposta dessa comunicação é explorar o universo dos matrimônios entre escravos realizados na freguesia da Nossa Senhora da Madre de Deus (que dá origem à cidade de Porto Alegre), entre 1772 e 1822, assim como as famílias formadas através da união consagrada na Igreja. Espera-se poder analisar o perfil dos nubentes, e também acompanhar as trajetórias de alguns desses casais, ao longo do período selecionado, através do cruzamento com os assentos de batismo de escravos.

OS LAÇOS QUE NOS UNEM: A QUESTÃO DO PARENTESCO EM UMA REDE COMERCIAL CRISTÃ-NOVA DO SÉCULO XVIII

Natália Ribeiro Martins

Esta comunicação pretende apresentar os resultados de um estudo de caso realizado entre três famílias cristãs-novas que possuíam membros de ocupação mercantil na América Portuguesa, no início do século XVIII. Fazendo uso das sessões de genealogia dos processos inquisitoriais de vários indivíduos destas famílias, o objetivo inicial da pesquisa foi indicar, com precisão, o parentesco que comumente se atribui a três proeminentes comerciantes cristãos-novos de cada uma das famílias: Diogo Nunes Henriques, Gaspar Henriques e Manuel Nunes Bernal, todos, homens de negócio que atuaram nas praças mercantis da Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro, entre 1710 e 1730. Os três, conectados a uma extensa rede comercial que se alargava até a África e a Europa, movimentaram um rendoso negócio que envolvia, principalmente, escravos, tabaco e pedras preciosas. Analisar a constituição familiar por meio do cruzamento nominativo das sessões de genealogia dos processos inquisitoriais tem como objetivo claro a reconstituição parental dos indivíduos estudados. Tal procedimento desejou responder a duas demandas. A primeira é a de mapear as relações de parentesco existentes dentro deste grupo e analisar a questão da endogamia dos conversos no momento proposto. A segunda demanda é discutir a questão da endogamia e dos casos de associação de parentesco que leva a cabo apenas a onomástica, sem a devida análise dos pilares familiares dos indivíduos. Seriam, no momento proposto, os Nunes e os Henriques, parentes entre si tal como são comumente associados

nos estudos para a época? Ou estamos lidando com a corrente falta de regras para transmissão de sobrenomes e apelidos no Império Português? O cruzamento dos resultados obtidos a partir da reconstituição das famílias em algumas gerações, indicou que não haviam vínculos de consanguinidade que ligassem os três indivíduos e as suas famílias. Logo, estes cristãos-novos, e suas redes comerciais, se conectavam por meio de alianças que iam além dos laços familiares, também conhecidos como laços de solidariedade. Comumente vinculados às práticas endogâmicas, os cristãos-novos geralmente são descritos na historiografia como mantenedores desta lógica familiar, não só por serem privados por lei à contraírem matrimônio com cristãos-velhos – algo que conseguiu ser contornado –, mas também pela questão estratégica da manutenção das redes mercantis em que estão comumente conectados, já que, membros de uma mesma família poderiam se imbricar em diferentes espaços comerciais. Além disso, é usual conjeturar que as redes comercias conversas só poderiam se sustentar dentro do âmbito familiar. Dito isso, o propósito desta comunicação, além da apresentação dos caminhos metodológicos, problemáticas e dos resultados obtidos desta análise, é discutir com mais profundidade e empirismo os laços de parentesco neste grupo e, principalmente, as questões acerca do estudo das famílias cristãs-novas do período, suas estratégias sociais e familiares, a constituição das redes de parentesco e solidariedade e suas diversificações.

14 de setembro de 2016

ADULTÉRIO E DIVÓRCIO FEMININO: MULHERES DE NATUREZA "ARDILOSA E TEMERÁRIA" NA BAHIA SETECENTISTA

Carmen Lucia Santos de Jesus

Esta pesquisa analisa as estratégias adotadas por mulheres brancas católicas, moradoras da Bahia no final do século XVIII, cujo comportamento era considerado inadequado para o período. Comportamentos como o adultério, os pedidos de divórcio, as fugas, levando-as inevitavelmente a serem internadas em Recolhimentos, apesar de algumas vezes serem acobertadas por parentes ou amigos. Tais comportamentos poderiam afetar tanto as suas honras quanto as dos homens seus tutores, por desafiarem a moral e os bons costumes difundidos pelas famílias, pela Igreja. Corroboramos com a ideia de que o estudo sobre a mulher do final do período colonial ultrapassava a administração da casa, e da educação de seus filhos e suas filhas. Mulheres que precisam sair do anonimato, pois aparecem em traços e marcas indeléveis refletidas em sua vida cotidiana; mulheres que viveram sob a proteção de seus tutores, cerceadas até mesmo pela arquitetura de suas casas, cujas gelosias tentavam isolá-las do mundo. São esses traços e marcas, são essas mulheres em suas experiências históricas cotidianas, o principal objeto de análise deste estudo.

ENTRE AS BENÇÃOS DA IGREJA, CONCUBINATOS E MÃES E FILHOS: POSSIBILIDADES DE FAMÍLIAS QUE ENVOLVIAM HOMENS E MULHERES AFRICANOS NA CAPITANIA DE SERGIPE (1720-1800)

Joceneide Cunha dos Santos

A Capitania de Sergipe assistiu no decorrer século XVIII a entrada de levas maiores de homens e mulheres africanos, pois nesse período ocorreu o auge da indústria açucareira. Em virtude disso, o número de africanos cresceu e em sequencia os diversos tipos de arranjos familiares também aumentaram. Nesta pesquisa, tenho como objetivo tratar das relações familiares que envolviam homens e mulheres africanos na Capitania de Sergipe, a partir das Vilas de Lagarto, Santo Amaro e da Cidade de São Cristóvão. Identificar os tipos de relacionamentos, número de crianças essas famílias dentre outros aspectos. Ressalto que essas Vilas tinham características econômicas distintas o que conferia diferentes perfis de posse escrava. Esse aspecto era de grande relevância para a feitura dos arranjos familiares. Ressalto que um dos campos da historiografia que têm crescido é o estudo sobre famílias, dentre esses estudo um dos temas tratados são as relações familiares que envolvem homens e mulheres escravos. Alguns dos trabalhos que tratam ou abordam as citadas relações nos Setecentos são o de Alida Metcalf (1987), Stuart Schwartz (1988) Katia Almeida (2012) dentre outros. Para isso, utilizarei inventários *post-mortem*, testamentos, registros de casamento e batismo. Os dados foram quantificados e cruzados. Enfatizo que este trabalho dialoga com a demografia histórica, campo de grande importância para o estudo das famílias, dentre os autores que contribuem nessa discussão temos Ana Scott(2014) dentre outros. Ressalto que também utilizei o método indiciário proposto por Ginsburg que menciona que é necessário buscar pequenos indícios e sinais. As nações africanas majoritárias durante todo o período foram os angolas. Na segunda metade dos Setecentos os angolas passaram a ser seguidos pelos jejes e minas; todavia também identificamos no período, os chamados nagôs e os classificados genericamente como da Costa ou ainda da Guiné. Alguns homens e mulheres africanos conseguiram oficializar as suas uniões. Alguns dessas uniões legítimas foram endogâmicas, sobretudo para homens e mulheres angolas, por serem majoritários foi mais fácil casar entre os seus. Essas uniões também foram mais comuns na Vila de Santo Amaro e na Cidade de São Cristóvão porque dentre as três localidades citadas eram as tinham posses maiores. Outra possibilidade de uniões legítimas para os africanos foram as relações tidas como exogâmicas. Pois, para alguns escravizados que viviam em posses pequenas e/ou medias era difícil encontrar um parceiro da mesma nação na mesma posse. E, os casamentos entre posses distintas foram raros. Outra forma de arranjo familiar eram as tidas como ilegítimas. A maior parte dos homens e mulheres africanos não oficializaram suas relações familiares; entre esses temos homens e mulheres que conviviam, mas que não tinham oficializado as suas relações e ainda mulheres que formavam famílias somente com seus filhos, as chamadas matrifocais. Algumas mulheres angolas tinham arranjos familiares compos-

tos por elas e seus filhos. Em suma, grande número de homens e mulheres africanos possuíam relações familiares oficializadas ou não nas localidades estudadas.

TRAJETÓRIAS DE VIDA, FAMÍLIAS E BIGAMIA: ASPECTOS DE CASAR SEGUNDA VEZ NOS SERTÕES NA CAPITANIA DO CEARÁ GRANDE (1760-1765)

Adson Rodrigo Silva Pinheiro

Este trabalho tem o objetivo de analisar casos de bigamia na capitania do Ceará durante a segunda metade do século XVIII, a fim de entender as motivações para se contrair um segundo casamento em "face de Igreja" e de que "estratégias" os sujeitos históricos se valiam para realizar um novo matrimônio, sendo a primeira mulher ainda viva. Ademais, essa análise auxilia na compreensão da dinâmica em torno da atuação da Igreja Católica em seus múltiplos organismos de vigilância e de controle da população e uma aproximação com o cotidiano católico vivido pela população do Sertão. Desses mecanismos abrange-se o sacramento da confissão e os tribunais eclesiástico e inquisitorial, especialmente o último por ter o direito de atuar nos casos de bigamia. A base documental é composta de 29 processos inquisitoriais presentes no Arquivo da Torre do Tombo (1749-1813), os Regimentos Inquisitoriais, as Constituições do Arcebispado da Bahia, os livros de tombo das paróquias de Sobral, Russas e Arneiroz correspondendo as visitas pastorais e as Ordenações do Reino. Essas fontes de pesquisa possibilitam explorar a relação dos sujeitos com o casamento, bem como aprofundar aspectos da sociedade colonial em torno da normatização da Igreja em torno do matrimônio. Desses assuntos tem-se a possibilidade de perceber a mobilidade da população; observar a natureza dos indivíduos que saiam e chegavam às freguesias; analisar a duração de um processo inquisitorial e perceber os diversos sujeitos presentes para a elaboração daquele; entender a dinâmica social dos presos desse delito antes e depois de chegarem aos sertões, bem antes e logo após cometerem o crime que os fizeram bígamos. O recurso metodológico compreende o estudo de indivíduos. O contexto é pensado na pesquisa não para diminuir a ação dos sujeitos a apenas condutas a comportamentos típicos, muito pelo contrário, consideram-se os desvios e singularidades. Reunir informações sobre indivíduos, sem relacioná-los a seus grupos familiares, às suas redes relacionais, é tentar compreender uma vida como uma série única, sem outros vínculos que não o sujeito, tornando a abordagem simplista e equivocada. Dessa maneira, por meio do estudo da bigamia, é possível uma análise mais penetrada do cotidiano do Ceará Grande, marcado por relações em torno da transitoriedade propícia aos Sertões e de aspectos circunscritos à honra, à sexualidade e à família. Portanto, o estudo da vida cotidiana desses bígamos envolve não só a vida deles em si, mas a análise de fenômenos como os de produção, apropriação, reprodução e manipulação para abordar especificamente questões relacionadas ao modelo do casamento Católico, bem como a dinâmica cotidiana dos sertões da capitania do Norte presentes nas trajetórias de vida dos sujeitos.

PELA MUITA CAPACIDADE QUE ELA TEM... VIÚVAS E PROPRIEDADE NO IMPÉRIO LUSO (RIO DE JANEIRO, C. 1763-C. 1808)

Cristiane Fernandes Lopes Veiga

Nossa pesquisa concentra-se na análise de inventários e testamentos guardados pelo Arquivo Nacional do Rio de Janeiro no fundo Juízo de Órfãos e Ausentes, entre os anos de 1763 e 1808. O que se observa durante a leitura da documentação é que a mulher lançava mão dos dispositivos normativos que estavam ao seu alcance para sobreviver na sociedade do Antigo Regime. Entretanto, muitas vezes na prática, desafiava estas normas. As Ordenações Filipinas determinavam que a mulher era meeira do marido no matrimônio. Herdeira de metade de tudo o que ele possuía, ou seja, do que ambos os cônjuges haviam trazido para o casamento, mais o que haviam conquistado na constância da união. Com a morte do esposo, ela se tornava a titular legal de todo o patrimônio até que se terminasse o inventário do casal. Quando o marido deixava um testamento beneficiando-a, ela vinha a tornar-se também sua testamenteira. Assim, além de inventariante, ela passava à condição de testamenteira, responsável pela execução das disposições testamentárias, herdeira não apenas de metade do patrimônio do casal, mas também de uma parte ou de toda a terça. Nesse momento, o marido também podia determinar quem seria o tutor dos filhos. Era quando muitos entregavam à esposa que lhes sucedia, não apenas o patrimônio, mas também a educação dos filhos menores *pela muita capacidade que ela tem*. A viúva inventariante quando passava à tutora dos herdeiros, instituída legalmente pelo consorte falecido, assumia a autoridade do marido e pai sobre a riqueza e os filhos. Tal fato se dava não apenas durante a execução do inventário, mas prolongava-se até a maioridade dos legatários, momento em que tornavam-se habilitados para receber a legítima paterna. Desta forma, a estas mulheres eram emprestadas características que a sociedade da época considerava adequadas para conduzir tanto seus destinos quanto o futuro da descendência de seus maridos. Entretanto, a norma exigia que elas não se casassem novamente e tivessem uma conduta adequada à sua condição de viúva. Ao contrair segundas núpcias, a esposa perdia o direito à administração da legítima dos herdeiros e à posse dos bens herdados do primeiro marido. Assim, a capacidade que a mulher adquirira durante a viuvez cessava no momento do novo matrimônio.

LAÇOS DE FAMÍLIAS E IGREJA CATÓLICA NA CAPITANIA REAL DA PARAÍBA: ENTRE O NASCER E O CRER (CABACEIRAS 1735-1785)

Maria Isabel Pimentel de Castro Pinto

A proposta de participação no Encontro Internacional de História Colonial está diretamente ligada ao meu interesse, como historiadora e pesquisadora, nos debates sobre família, tendo em vista que, tanto no mestrado em História Cultural, concluído em 2010, na Universidade Federal de Campina

Grande (UFCG), numa análise sobre família colonial na Paraíba, quanto na minha experiência de doutoranda em História na USP (em andamento), com o título "Patrimônio fundiário e lutas de famílias na Paraíba (1889-1930), o interesse pela temática é parte de minha trajetória acadêmica. Sendo assim, a proposta de seminário temático "Nas malhas da família: estratégias familiares entre normas e práticas", traz para minhas pesquisas, a oportunidade de dialogar com estudiosos que se debruçam sobre o referido assunto e certamente poderá me oferecer a oportunidade de ampliar e dar substância às minhas pesquisas. Como bem observado na proposta, a ampliação dos estudos sobre família, nas ultimas décadas, teve como motivação principal a constatação de que a temática fora abordada dentro de limites relativamente herméticos, fundamentados nas convenções da demografia, que, ainda hoje importante nesses estudos, não pode se encerrar nessa premissa quantitativa. Além disso, estas análises também tentavam dar conta da temática como se fosse possível abordá-la através de generalizações, sem levar em conta as especificidades das famílias em cada região do Brasil, seja no litoral ou no interior. Através do redimensionamento de tais estudos, foi possível, inclusive, realizar-se trabalhos primorosos sobre a família a partir da análise dos indivíduos que a constituem e que foram, até então, pouco abordados, a exemplo das crianças e das mulheres, que apareciam como meros espectadores na História da família.

REDES DE SOCIABILIDADES E ESTRATÉGIAS FAMILIARES NOS LAÇOS DE COMPADRIO DAS FREGUESIAS DE ARACATI E RUSSAS, CEARÁ, 1720-1820: CONDIÇÕES SOCIAIS E QUALIDADES

Elisgardênia de Oliveira Chaves

O objetivo da presente comunicação é analisar as relações de compadrio na formação familiar das freguesias de Aracati e Russas, Ceará, no período de 1720 a 1820. O estudo se debruça sobre os registros de batismos e a partir das categorias de condições sociais jurídicas (livre, liberto e escravo) e de qualidades (brancos, índios, pretos, crioulos, mestiços, mulatos, pardos, cabras e mamelucos) dar-se-á ênfase aos significados das escolhas por parte dessa população de seus compadres, "pais espirituais de seus filhos". Na Colônia e no Império, a incorporação da criança na sociedade se dava através do batismo que originava atas lavradas pelos próprios padres, as quais preenchiam livros que compõem diversos arquivos das cúrias espalhados atualmente em todo o Brasil. Mas o ato de batizar vai além de um registro, de uma certidão apenas. Assim como o casamento, o batismo era um Sacramento, o primeiro e, portanto, como os demais, carregado de significados, bem como de normas com vistas à garantia da aceitação e da procura, imposto pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Com o batismo de um filho, além da incorporação reconhecida do mesmo ao seio religioso e familiar, o batizando com seus pais ampliavam os laços familiares, já que o batismo pressupunha também, apadrinhamento da criança. Por simbolica-

mente os padrinhos tornarem-se os pais espirituais e responsáveis pela formação moral e religiosa dos afilhados, a escolha dos compadres não se dava de forma aleatória, havendo, assim, preocupações, interesses e confianças em jogo. Portanto, para além dos significados religiosos e numa perspectiva que vai além dos aspectos demográficos, as análises sobre a referida documentação problematizam o compadrio através dos vínculos de consanguinidade, como também, de alianças presentes nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais que embrincavam os significados dessas escolhas, caracterizando as redes de compadrio da sociedade em estudo. No período em tela, a população de Aracati e Russas era composta majoritariamente de livres e, de modo geral, as constatações são de que os padrinhos e madrinhas de condição social livre, senhores de escravos, seus filhos e esposas e de patamares sociais de prestigio ligados a títulos constituíram a esmagadora maioria na formação dos laços de compadrio. Os vínculos parentais também são elementos que se destacam: irmãos, tios, cunhados, sobrinhos, parentes mais distantes e isso reforça a importância da consanguinidade nos laços. Na realidade, a tendência observada em muitas pesquisas realizadas no Brasil a respeito das relações de compadrio é de serem procedimentos que estabelecem conexões principalmente entre parentes mais próximos (pais, irmãos e cunhados). Os padrinhos livres predominaram na prole legitima e ilegítima, de livres, forros e escravos. Por fim, o apadrinhamento entre os "iguais", mas também, unindo pessoas e famílias livres, escravas e libertas, de naturalidades e qualidades múltiplas, ao estreitar os elos, forjando relações socioculturais de amizade, de vizinhança, nas idas e vindas, nos contatos cotidianos, no ambiente do trabalho, em muito contribuíram para uma formação familiar mestiça nas freguesias de Aracati e Russas.

LIVRES, LIBERTOS E CATIVOS: REDES DE COMPADRIO NA FORMAÇÃO FAMILIAR NA FREGUESIA DE QUIXERAMOBIM - CEARÁ (1755-1810)

Luzia Leila Velez de Miranda

Esse texto pretende explorar através dos registros paroquiais de batismo da freguesia de Quixeramobim, pertencente à ribeira do Jaguaribe-Ceará, no período de (1755 – 1810) a formação familiar com ênfase nas relações sociais de compadrio estabelecidas pelo batismo. A escolha dessa documentação paroquial como principal fonte de análise se sedimenta nas possibilidades que ela oferece para se compreender esses laços que une as famílias cearenses setecentistas através das relações de compadrio, haja vista, que esses enlaces batismais geram teias de relações entre as famílias livres, libertas e cativas. Assim, poderemos ter maior compreensão da formação familiar sertaneja nos séculos XVIII e XIX e suas redes de solidariedades e sociabilidades.

MOBILIDADE E ASCENSÃO SOCIAL ATRAVÉS DAS REDES DE COMPADRIO: MULHERES FORRAS NO ARRAIAL DO TEJUCO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

Kelly Sellani

A presente comunicação tem por objetivo apresentar as reflexões iniciais de uma pesquisa de Mestrado em História em desenvolvimento na Universidade Federal de Juiz de Fora, tal pesquisa propõe analisar as redes de compadrio desenvolvidas por mulheres forras, na localidade do Arraial do Tejuco, durante a segunda metade do século XVIII, entre os anos de 1752 a 1800. Sendo assim, a proposta dessa pesquisa é identificar e compreender as dinâmicas do funcionamento das relações de compadrio e sociabilidade desenvolvidas por mulheres forras, na localidade e períodos acima mencionados, avaliando a que categorias jurídicas estas mulheres se vinculavam (escravos, forros, livres, elite), bem como a natureza das suas escolhas. O objetivo é compreender em que medida, as redes de compadrio e sociabilidade desenvolvidas, horizontalmente e verticalmente, entre grupos de uma sociedade marcada por privilégios adquiridos pelo nascimento, Antigo Regime, abriam espaço para inserção e mobilidade social, especialmente para o grupo das forras. A delimitação espacial que propomos analisar nesta pesquisa abarca um importante território das Minas Gerais no século XVIII: a Comarca do Serro do Frio, composta pelos termos da Vila do Príncipe e Arraial do Tejuco. O surgimento e a organização da região se fizeram a reboque da exploração do ouro e do diamante. No início do século XVIII foi descoberto ouro nas cabeceiras do rio Jequitinhonha e seus afluentes. Por conseguinte grandes levas de pessoas se dirigiram para o local, formando povoados. Dentre os povoados surgidos no período temos a Vila do Príncipe (atual cidade do Serro) e o Arraial do Tejuco (atual Diamantina). No século XVIII, ocorreu um grande deslocamento populacional para a região conhecida como Arraial do Tejuco devido, inicialmente, ao ouro encontrado em torno da Vila do Príncipe e, depois de 1729, devido ao anúncio da descoberta de diamantes nas rochas e no leito dos rios da região do Vale do Jequitinhonha. O aumento populacional trouxe rápida prosperidade à população da localidade, notadamente ao Arraial do Tejuco que crescia vertiginosamente. Uma das razões para contemplarmos o recorte cronológico supracitado, além da facilidade de fontes documentais encontradas para a localidade e períodos enfocados, se justifica por compreendermos que durante a segunda metade do século XVIII, devido a queda da extração e o crescimento do comércio na localidade analisada, o número de alforrias aumentaram. Mais especificamente, objetivamos analisar as possibilidades abertas pelas redes de compadrio para a inserção e mobilidade social dessas mulheres forras na sociedade tejucana. Assim, na busca por respostas, utilizaremos a documentação do Arquivo da Cúria da Arquidiocese de Diamantina, referente a registros de batismos além de inventários post-mortem e testamentos para a localidade e períodos enfocados. Nossa perspectiva é traçar os perfis sociais e econômicos, especialmente de mulheres forras, as quais souberam se posi-

cionar num universo permeado por elementos do Antigo Regime, quais sejam: valores de honra, prestígio, distinção e desigualdade. E, além disso, verificar se de fato, por meio dos laços que estabeleciam havia a possibilidade de se distinguirem da massa de libertos e consequentemente do passado escravista.

LAÇOS ESPIRITUAIS, FAMÍLIA E VIZINHANÇA: AS RELAÇÕES DE COMPADRIO NAS PEQUENAS PROPRIEDADES DE ESCRAVOS DA SERRA DA MANTIQUEIRA – SÉCULOS XVIII E XIX

Ana Paula Dutra Bôscaro

A presente pesquisa tem como objetivo analisar as relações de compadrio que foram estabelecidas nas pequenas propriedades de escravos se encontravam presentes nas localidades de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina, no final do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX. Essas localidades estavam situadas na Serra da Mantiqueira, Minas Gerais, região que foi genericamente denominada como Borda do Campo. Esse ambiente, composto por pequenas, médias e grandes propriedades de escravos, caracterizava-se pela presença preponderante de unidades produtivas que contavam com a presença de um até três cativos em sua composição social, sendo esta a estrutura de posse mais recorrente. Dessa forma, ao examinar de forma mais detida essas pequenas unidades produtivas, foi-nos possível analisar as relações de compadrio que foram estabelecidas por esses homens e mulheres, bem como os vínculos espirituais e familiares que foram firmados entre os cativos que se encontravam presentes nessas pequenas propriedades. Como bem se sabe, os assentos paroquiais de batismo foram os registros mais difundidos da sociedade escravista e, justamente por isso, podem nos fornecer valiosas informações acerca das relações espirituais, sociais e políticas que foram estabelecidas entre a população livre e escrava de uma determinada sociedade. Decerto, as próprias condições da escravaria, ou seja, o tamanho da propriedade escrava, assim como as conjunturas sociais, econômicas e políticas da localidade poderiam vir a favorecer certos tipos de arranjos familiares, bem como influenciar as escolhas dos indivíduos que ali viviam. Entretanto, pouco ainda se conhece acerca dos vínculos espirituais que uniram indivíduos livres e escravos em pequenas unidades produtivas. E, se as relações de compadrio que foram estabelecidas entre os mancípios que se encontravam presentes nessas pequenas propriedades carecem ainda de maiores estudos e análises, os laços espirituais e familiares firmados entre homens e mulheres livres, principalmente no que diz respeito aos pequenos proprietários rurais, é um campo de estudo ainda pouco explorado. Quem esses homens e mulheres estariam escolhendo como os padrinhos de seus filhos? Quem esses indivíduos livres estariam batizando? Quais os interesses que regiam as escolhas e o comportamento desses pequenos proprietários? Quem os cativos pertencentes a esses homens e mulhe-

res estariam escolhendo como os pais espirituais de seus filhos? Buscariam estabelecer vínculos com mancípios pertencentes a pequenos, médios ou grandes proprietários? As escolhas desses indivíduos tiveram como "barreira" a localidade na qual estavam inseridos, ou lhes seria possível estabelecer laços espirituais e familiares também com cativos que viviam em localidades próximas as suas? Com o intuito de melhor responder a essas questões, a presente pesquisa se dedicará a analisar, por meio de um intenso cruzamento entre Listas Nominativas de Habitantes e Registros Paroquiais de Batismo, as relações de compadrio que foram estabelecidas entre os pequenos proprietários de escravos e os cativos que se encontravam sob a posse desses homens e mulheres na Serra da Mantiqueira, no período que abarca o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX.

15 de setembro de 2016

PARA SER MEU FILHO: ESTRATÉGIAS FAMILIARES NAS ALFORRIAS EM MARIANA ENTRE 1750 E 1779

Carlo Guimarães Monti

O processo da alforria não foi um ação isolada de um escravo e suas artimanhas, nem esteve somente apoiado em pagamentos. Os cativos tiveram que cumprir com uma série de obrigações e expectativas definidas pelo senhor e realizá-las sem escapatória. Em alguns casos a família escrava constituiu um rede de ajuda para auxilia-los no pagamento. Mais do que demonstrar que tinha expediente, o cativo demonstrou que era capaz de receber um empréstimo, capaz de pagar um grande valor. Tais demonstrações de confiança foram criadas ainda enquanto escravo, seguindo premissas existentes. O papel do escravo foi decisivo e importante, ao utilizar espaços que o homem branco consentia. A experiência escrava foi saber caminhar pelos espaços que lhe eram consentidos. O fator família e as relações de amizade são os elementos que possibilitavam intervir de forma ativa dentro desse processo. Este estudo analisou mais de mil cartas de alforria, além de testamentos e inventários de quem as concedeu entre os anos de 1750 a 1779 em Mariana (MG). O grupo familiar teve papel relevante dentro do processo da alforria ao acompanhar e apoiar seus membros na transição de escravo a liberto, várias estratégias foram uilizadas por mães, pais, avós, padrinhos e fiadores que constituiram uma rede familiar que possibilitou a concretização de várias liberdades na segunda metade do século XVIII em Mariana. Partindo da premissa de que até mesmo os pontos mais nítidos da dominação escravista sofriam variações por serem mutáveis, acreditamos que formas distintas de controle escravo podem ter tido vez na segunda metade do século XVIII em Mariana, para além da atenção de modelos historiográficos. Então buscamos perceber as variações na qualidade da relação senhor/escravo, que foram sendo construídas com o contato diário proporcionado pelas experiências escravistas, compostas tanto pela dominação como pelo controle que os senhores exerciam

sobre os escravos e pela tentativa de melhoria de vida que esses buscavam imprimir à relação escravista. As alforrias foram escolhidas como fonte principal porque são reveladoras tanto da política senhorial como do momento em que os escravos conseguiam modificar, de alguma forma, a sua realidade. Os testamentos e inventários representam o segundo grupo de documentos trabalhados por nos. Compõem um corpo documental que permite dar continuidade e esclarecer a forma de contato que determinou cada relação, que fora anteriormente apontado nas alforrias, determinando tanto a participação como o caminho que cada um dos sujeitos históricos teve em meio ao processo de liberdade, o qual demonstra a qualidade das relações senhor/escravo no termo de Mariana. Foi a partir destas relações que os grupos familiares conseguiram apoiar e auxiliar seus membros lançando mão de estratégias variadas que passavam pela troca de cativos, realização de trabalhos específico, empréstimos de dinheiro chegando até na busca pelo auxílio de homens livres que eram advogados demonstrando um grande repertório de ações implementadas pelos grupos familiares.

"FILHO DO SENHOR JOÃO THEÓFILO DE BARROS E DA PRETA SYLVANA": POSSIBILIDADES DE ASCENSÃO SOCIAL POR MEIO DOS LAÇOS DE PARENTESCO

Antonia da Silva Mota

Fundamentados em Testamentos e outras fontes manuscritas do período colonial, reconstituímos o caso da família de João Theóphilo de Barros, da capitania de Cumã/MA, situada a poucas léguas de São Luís. O patriarca ao morrer reconheceu como filho e nomeou José Bruno de Barros seu sucessor na administração dos seus bens: imóveis na vila de Alcântara, várias fazendas, rebanhos, escravos. Ocorre que o rico herdeiro era filho da preta Sylvana, também alforriada no testamento, a qual foi garantido o sustento em vida e enterro com toda pompa na igreja matriz, quando viesse a falecer! Comprovamos que o fruto da união desigual deu seguimento ao potentado herdado, pois José Bruno de Barros recebeu outras sesmarias, foi vereador, recebeu patentes militares, erigiu capela em uma de suas fazendas etc. Em 1758, na fazenda de Guarapiranga, herança de seu pai, em cujas terras havia um aldeamento indígena, foi fundada a Vila de Guimarães, sendo o fazendeiro considerado por muito tempo seu maior benfeitor. Acompanhamos inúmeros outros casos extraídos das fontes cartoriais que reforçam a principal tese da historiografia sobre a temática: a de que a fortuna amenizava as diferenças de cor e origem. Na sociedade colonial, altamente hierarquizada, através dos laços de parentesco, escravos foram alforriados e alguns chegaram a fazer parte da elite. Através dos discursos percebemos que na área rural era mais fácil admitir e deixar registrado tais enlaces afetivos e sexuais, que quase sempre terminavam em heranças partilhadas com cônjuges consensuais e filhos ilegítimos. Por outro lado, o controle social era maior nos registros feitos pelos moradores de São Luís, devido a presença das autoridades eclesiás-

ticas, civis e militares. Mesmo assim, localizamos inúmeros extratos que não deixam dúvida sobre os inevitáveis enlaces surgidos entre senhores e suas escravas, e da existência de filhos nascidos da cópula entre desiguais socialmente. Havia as normas sociais vigentes que buscava a formação de uma casta de proprietários com pureza de sangue e as práticas que obedeciam a outras demandas: a do afeto, da atração sexual. Concluímos que os legados foram usados em alguma medida para remediar relações que fugiam aos padrões impostos pelas sociedades de Antigo Regime mas que pesavam nas consciências dos proprietários.

ARRANJOS DE CASAMENTO: O COSTUME DO DOTE NAS ALIANÇAS MATRIMONIAIS NO SERTÃO DE PIRANHAS E PIANCÓ (1740-1790)

Baíza Faustino Soares

O costume do dote foi uma prática de Antigo Regime habitual em grupos familiares opulentos com o intuito da conservação de seu patrimônio. e funcionou como estratégia de manutenção de uma poupança social para grupos de poder locais. Por meio de vestígios deixados nos Livros de Notas pela pena dos tabeliões que ocuparam cargos na governança dos sertões da Capitania da Paraíba do Norte setecentista, buscamos neste ensaio analisar o costume do dote numa sociedade marginal ao Império lusitano e em formação, localizada na Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó (e, a partir de 1772, Vila de Pombal). Os registros cartoriais nos propiciam o estudo do costume dos arranjos matrimoniais – com o nome de seus cônjuges, parentes e caudais a serem dispostos – capazes de tecer pequenas redes sociais construtoras de um *ethos* baseado na posse da terra. Partimos do pressuposto da existência, numa rígida sociedade estamental patriarcal, de uma centralidade política e social das mulheres para a instituição e legitimidade de uma elite local nos recantos dos sertões das Piranhas e Piancó.

TRAJETÓRIAS COLETIVAS: UMA BIOGRAFIA DA FAMÍLIA AMARAL GURGEL (RIO DE JANEIRO, C. 1595-C.1680)

Douglas Corrêa de Paulo Santos

A comunicação proposta tem como objetivo analisar a inserção e crescimento da família Amaral Gurgel no Rio de Janeiro seiscentista, privilegiando os casamentos e a formação de redes familiares, os cargos ocupados na estrutura burocrática e eclesiástica, patentes militares e propriedades de terra na tentativa de elaborar um perfil familiar criado ao longo de quase um século por suas duas primeiras gerações. O ramo familiar tem início no Rio de Janeiro com a captura do corsário francês Toussaint Gurgel nas redondezas da feitoria de Cabo Frio em 1595 numa tentativa de contrabando de pau-brasil. Porém ao invés de receber a pena capital que era comum aos contrabandistas estrangeiros em fins do século XVI Toussaint Gurgel conse-

guiu com sucesso imiscuir-se na sociedade fluminense em formação contraindo núpcias com Domingas de Arão e iniciando sua linhagem. De modo geral identificamos duas grandes linhas de atuação de seus descendentes, suas filhas casaram-se preferencialmente com reinóis que ao chegar ao Rio de Janeiro envolveram-se na cultura da cana de açúcar que se encontrava em plena expansão na capitania do Rio de Janeiro na primeira metade do século XVII. Num momento posterior à formação de suas primeiras estruturas fundiárias, observamos o acúmulo de patentes e preenchimento de postos militares de diferentes graus hierárquicos dentro da capitania do Rio de Janeiro, esse tipo de serviço consideramos o segundo pilar de seu poder. As oportunidades para ingresso no universo militar português aumentaram consideravelmente a partir das guerras contra os holandeses no Nordeste e com a Restauração do reino em 1640. Muitos dos genros lusitanos que adentraram à família serviram nessas ocasiões, chegando no Rio de Janeiro com experiência suficiente para pleitear junto à monarquia os cobiçados postos vagos. Na segunda metade do seiscentos novas posições militares foram surgindo na capitania acompanhando seu desenvolvimento econômico, cada vez mais crucial na arquitetura do império, e populacional, gerando a esses homens oportunidades de ingressos nos corpo militar local. Para tanto, se valeram igualmente dos benefícios obtidos pelos casamentos com as mulheres locais. Desposando as descendentes da terra conseguiram junto à sociedade e ao Conselho Ultramarino a legitimidade necessária para requerer esses ofícios, incluindo em meio as suas justificações os vínculos familiares que os uniam àquela conquista. Acreditamos que os casamentos com as mulheres da família Amaral Gurgel estão inseridos dentro de uma lógica de reciprocidade de interesses entre ambas as partes. O interesse dos patriarcas em atrair genros de melhor qualidade social para o fortalecimento da estirpe, sobretudo militares reinóis, e a vontade destes uma vez que chegados ao Rio de Janeiro continuar com seus serviços enredados com as famílias locais para respaldo de sua atuação. Isso nos leva a um ponto chave da evolução da parentela que foi a participação feminina. Seus casamentos foram fundamentais para aumentar as redes de sociabilidade familiares, atuaram como conectores entre os diferentes ramos que viriam a surgir dentro da mesma linhagem.

FAMÍLIA E PATRIMÔNIO: ANÁLISE DE PROCESSOS DE ACUMULAÇÃO E TRANSMISSÃO DE BENS NAS CAPITANIAS DO NORTE, SÉCULOS XVI-XVIII

Ana Lunara da Silva Morais

Como se reproduziu o poder econômico de famílias senhoriais nas capitanias do Norte nos primórdios da povoação portuguesa até meados do século XVII-I? Esta comunicação analisará alguns dados acerca das práticas de acumulação e transmissão de terras e engenhos por parte de famílias senhoriais nas capitanias do Norte (Pernambuco, Ceará, Rio Grande e Paraíba). Tais dados, referentes a quantidade de bens e período no qual estiveram de posse das

famílias, serão extraídos, sobretudo, de três fundos: da genealogia elaborada por Antônio Borges da Fonseca em meados do século XVIII, *Nobiliarquia Pernambucana*; da lista dos engenhos das capitanias do Norte existentes até o fim do domínio da Companhia das Índias Ocidentais na obra *Bagaço da Cana*, elaborada por Evaldo Cabral de Melo; e da base de dados das sesmarias concedidas na América portuguesa, Plataforma SILB (Sesmarias do Império Luso-brasileiro). Trata-se de um exercício inicial que objetiva discutir por meio da exposição de dados acerca dos bens das famílias senhoriais: a reprodução de poder por meio da posse de bens; e as estratégias familiares esquadrinhadas para a sua manutenção. Apresentar-se-á também o estudo de caso da família Guedes Alcoforado sobre conflito engendrado pela posse de terra e engenho na capitania de Pernambuco, o qual exemplifica simultaneamente a dificuldade e o empenho de algumas famílias em manterem determinadas posses.

ENTRE O NOME E O SANGUE: A FAMÍLIA CUNHA MENESES NO ANTIGO REGIME PORTUGUÊS (SÉCULOS XVII-XVIII)

Alan Ricardo Duarte Pereira

Satirizados nos versos decassílabos brancos do ouvidor de Vila de Rica, Tomás Antônio Gonzaga, em Minas Gerais no século XVIII, os indivíduos da família Cunha Meneses – sobretudo Luís da Cunha Meneses, *o Fanfarrão Minésio* – tornaram-se ícones de um governo insolente e despótico nos domínios ultramarinos. Em outras palavras, a imagem construída deste governo nas *Cartas Chilenas* cristalizou, em síntese, uma imagem demasiadamente negativa da atuação de Luís da Cunha Meneses. Não somente isso, essa visão atingiu, em larga medida, os demais indivíduos da família Cunha Meneses. Ou seja, quando se referia à administração destes governadores em alguma parte do Império português, o rito de passagem era, frequentemente, as *Cartas Chilenas*. Certa ou errada, essa representação da família atravessou, no decorrer dos anos, o campo da história e da literatura. No entanto, enquanto se enaltece, de um lado, as informações contidas na narrativa gonzaguiana, de outro, pouco se sabe sobre as origens sociais dos membros desta família em Portugal. Em decorrência disso, o exercício de pesquisa que realizamos tem como objetivo primordial lançar-se no encalço da família Cunha Meneses entre os séculos XVII e XVIII. Desse modo, o ponto de partida circunscreve, principalmente, na análise das linhas de sucessão dos primogênitos – com apreço para os filhos varões –, as alianças matrimoniais, os vetores de estratificação, os serviços prestados ao rei, os títulos e privilégios. Observa-se, a partir disso, que o núcleo central da dinâmica familiar estava localizado num aspecto específico: a reprodução social e/ou biológica. Como pano de fundo, é possível identificar as características da nobreza no contexto do Antigo Regime e, sobretudo, do Império português.

"FAMÍLIAS DE BENS": CAPITANIA DE SERGIPE DEL REY (1720-1800)

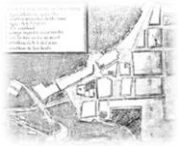
Vera Maria dos Santos

O objetivo deste artigo é compreender como viviam as famílias que habitaram a Capitania de Sergipe Del Rey no século XVIII, de modo a evidenciar um breve perfil da população que tinham bens. As fontes que darão suporte para a realização desta pesquisa são oitenta e sete inventários judiciais sergipanos. Toda essa reflexão se desenvolve a partir da transcrição e análise dessa documentação e dados que serão coletados através de uma ficha composta dos seguintes campos: nome, atividades desenvolvidas, bens. O aporte teórico compõe-se de autores que discutiram o significado de família no citado período como Freyre (1986-1990), Silva (1998), Faria (1998), as Ordenações Filipinas (1870), Bluteau (1712-1728), as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (2010), o Catálogo de documentos manuscritos avulsos da Capitania de Sergipe (1619 - 1822), (1999), entre outros. O balizamento temporal deste texto foi definido a partir da própria documentação, que data de 1720 a 1800. O primeiro marco temporal foi definido a partir do documento mais antigo encontrado em Sergipe do século XVIII, que é de 1720. Este demarcou o início da investigação, que se finaliza em 1800, tendo em vista que o referido século finaliza neste ano. É sob a luz do método Indiciário, que se mapeia o movimento dessas famílias, e faz-se a leitura dos dados "aparentemente negligenciáveis, marginais" para deixar aflorar os aspectos da vida cotidiana das famílias setecentistas sergipanas. Assim perseguiu-se nos inventários as pistas, os pequenos detalhes, os registros marginais os quais, como nos ensina Ginzburg (1989c), revelam realidades psicológicas e nos possibilitam o entendimento de uma realidade complexa não experimentável diretamente. Ainda compondo essa realidade foi importante saber quem eram os atores envolvidos nos processos judiciais analisados e quem falava através desses documentos. Foi quando nos deparamos com uma pluralidade de vozes dos seguintes atores: Desembargador do Paço, Rey ou Rainha, Juiz dos Órfãos, tutor (a), escrivão e testemunhas, em que o escrivão era o mediador de tais falas. Portanto, para interpretar essa fonte, foi fundamental reconhecer o lugar que cada um dos atores ocupava na sociedade colonial, para compreender os significados possíveis dessa constelação de vozes à época. Com base nesses meandros, o pesquisador move-se numa escala reduzida, desembaraçando o emaranhado de fios que formam a malha textual dos diálogos e indagando as estruturas invisíveis dentro dos quais o vivido se articula. Sendo uma determinação jurídica, os inventários eram feitos para os que tivessem bens para deixar. Podiam ser abertos pela família ou, na falta desta, pelo Juiz dos Órfãos, quando havia filhos menores. É sob esse alicerce que a análise se desenvolve ao tempo, em que se deixa emergir o palpitar das relações humanas no século XVIII. Convém ressaltar que existiu na sociedade colonial sergipana, uma diversidade de modelos familiares e de atitudes femininas, que estavam longe daqueles visualizados na casa-grande.

CASAMENTO ENTRE IGUAIS: EXOGAMIA E ENDOGAMIA FAMILIAR COMO ESTRATÉGIAS MATRIMONIAIS (MINAS GERAIS, SÉCULOS XVIII E XIX)

Isaac Cassemiro Ribeiro

Pretendemos, com esta comunicação, apresentar parte dos resultados de uma pesquisa de mestrado na qual investigamos o papel e as estratégias pelos quais um grupo familiar de elite empreendeu o povoamento de uma região da América Portuguesa: a fronteira oeste da comarca do Rio das Mortes, na capitania de Minas Gerais, durante o século XVIII, e a posterior consolidação deste povoamento no decorrer da formação do Estado Imperial Brasileiro, ao longo do século XIX. Para isso, analisamos o comportamento social e as principais estratégias (matrimoniais, econômicas e materiais) empregadas pelo grupo, ao qual denominamos "Ribeiro da Silva", em sua empreitada de povoamento, produção e reprodução da vida social. Mais especificamente, apresentaremos o que identificamos como um modelo de transição da tendência das uniões matrimoniais exogâmicas à família, no século XVIII, para a uma tendência endogâmica, no século XIX. Sobretudo no que diz respeito a Minas Gerais, em conformidade com o que a historiografia especializada tem apontado. Vários trabalhos vêm demonstrando que, dentre as estratégias matrimoniais empregadas pelas elites coloniais e imperiais, a endogamia familiar tornou-se uma prática recorrente. Por outro lado, a exogamia familiar, enquanto estratégia matrimonial adotada pelas elites locais, geralmente traçadas por famílias recém-chegadas a uma determinada região, sobretudo de fronteira, também foi prática recorrente nos dois períodos. A predominância de uma destas práticas matrimoniais em determinado espaço geográfico, recorte temporal e/ou grupo social é o problema que pretendemos levantar no presente trabalho. Partimos do pressuposto de que no Brasil o casamento, durante o período colonial e grande parte do Império, foi considerado como "negócio", no sentido mercadológico do termo. Por meio do dote, as mulheres serviriam de instrumento primordial na montagem de novas unidades produtivas e na dinâmica de reprodução social dos grupos familiares. Ao escolher com quem sua filha viria a se casar, tendo o dote como atrativo, os pais traçavam estratégias específicas, formando alianças com outras famílias, ou reiterando alianças de parentesco consanguíneo. Por meio desta prática as famílias buscavam, dentre outros benefícios, a manutenção de fortunas e o fortalecimento da parentela em uma determinada região. Independente das estratégias matrimoniais específicas, o "casamento entre iguais" era um valor que permeava a sociedade brasileira, sendo, sobretudo, um princípio moral.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 15
O governo da justiça: poderes, instituições e magistrados (séculos XVII-XIX)

Coordenadores: Antônio Filipe Pereira Caetano (Universidade Federal de Alagoas) e Isabele de Matos Pereira de Mello (Universidade Federal Fluminense)

13 de setembro de 2016

A MORAL DOS INTERESSES NAS ÚLTIMAS VONTADES: JUSTIÇA E TESTAMENTOS DE OUVIDORES NA NOVA ESPANHA (1650-1780)

Marcelo da Rocha Wanderley

Em termos da análise histórica, os estudos sobre os testamentos têm permitido reconstruir de forma abrangente os quadros da economia doméstica e das relações interpessoais de diferentes estratos da sociedade colonial. Nesse sentido, seu estudo evidencia dentre outras coisas a condição ambulatória da chamada última vontade, quer dizer, seu trânsito entre as formalidades do ato da sua declaração e sua posterior execução, quando se operam, entrecruzando-se com mais intensidade, as situações de origem social e as chamadas práticas legais, relações que a princípio já condicionavam o próprio testamento como instrumento formal. Em outras palavras, tais relações sugerem em certos casos fronteiras de tensão entre as determinações do testador e as ações dos atores envolvidos no processo aberto com sua morte. Desse modo são registrados diferentes conflitos de interesse, principalmente nos casos de contestação ou litígio. Confrontam-se então as razões advindas do direito com os parentescos, as afinidades, as amizades, os negócios, dentre outros. Tais embates encontram no campo judiciário sua melhor expressão. Portanto, a comunicação tem como objetivo analisar tais questões para o caso dos Ouvidores, os ministros da justiça, beneficiados ou autores do testamento. Pressupõe considerar como os direitos particulares, familiares, patrimoniais ou outros de natureza hierárquica eram dispostos e interpretados nos legados que envolviam os Ouvidores na Nova Espanha. Significa mais do que tudo perceber como os contextos testamentários evidenciam os vínculos de prestígio, reputação, privilégios e poder daqueles ministros de modo a compreender alguns fenômenos. Em primeiro lugar, como as noções referenciais de justiça - não apenas de Direito - são reforçadas ou questionadas pelas práticas sociais numa ordem marcadamente pluralista onde convivem vários conjuntos normativos. Em segundo lugar, seguindo a orientação da historiadora italiana Simona Cerutti, como são constituídos através de tais práticas certos "espaços jurídicos", como é o caso do âmbito das execuções testamentárias, onde a partir da observação de relações concretas e tendo em conta as ideias de justiça dos atores em distintos níveis é possível estabelecer

alguns parâmetros sobre a "moral dos próprios interesses". Em terceiro lugar, como consequência das orientações anteriores, situar os comportamentos, as habilidades dos atores em sua relação transitiva com as normas.

DA OUVIDORIA A PRISÃO, DA PRISÃO A OUVIDORIA: A TRAJETÓRIA DE ANTÔNIO FIGUEIRA DURÃO NO MARANHÃO COLONIAL

Carlos Alberto Ximendes

A presente comunicação tem por finalidade abordar os conflitos judiciais e políticos que envolveram o Auditor Geral do Maranhão e Grão - Pará Antônio Figueira Durão e o Capitão-Mor do Estado no período de 1647 a 1649, conforme o que foi registrado nos Livros de Acordões da Câmara de São Luís. Essa instituição era um espaço onde as autoridades apresentavam suas reclamações e demandas existentes entre os poderes constituídos, na cidade. São comuns nos seus registros conflitos envolvendo as mais diversas autoridades. No dia 26 de dezembro de 1647 compareceu diante dos oficias da referida Câmara o Ouvidor Geral afirmando que contra a sua vontade renunciava ao seu cargo, pois estava impedido de praticar a justiça no referido Estado, devido à ostensiva oposição do Capitão - Mor. Algum tempo depois o Ouvidor Geral foi preso por ordem do Capitão – Mor Manuel Pita da Veiga e enviado ao Forte Calvário, localizado a margem esquerda da embocadura do rio Itapecuru, que fora construído, em 1620, onde permaneceu preso de 29 de maio de 1648 até 28 de janeiro de 1649. Após conseguir a sua liberdade, uma das primeiras ações de Antônio Figueira Durão foi apresentar documento a Câmara de São Luís, no qual expôs as razões pelas quais deveria retornar ao cargo de Ouvidor Geral do Estado. Dentre as argumentações apresentadas afirmou que deixou de exercer o seu cargo, porque o referido Capitão – Mor com a força das armas o impedia de exercer a justiça. Suas justificativas não foram aceitas de imediato pela Câmara de São Luís, mas podemos afirmar que a Câmara reconsiderou sua decisão, pois em 23 de maio de 1649, o seu nome já aparece novamente nos Livros de Acordões da Câmara como Ouvidor Geral do Estado. Assim foram vencidas as disputas, jurídicas e políticas travado com o Capitão – Mor do Estado.

"A VASTIDÃO DOS IMPÉRIOS INFLUENCIA TODA A SUA ESTRUTURA": OUVIDORES GERAIS E OPORTUNIDADES NA COLÔNIA AMERICANA (OUVIDORIAS DE SÃO PAULO E DE PARANAGUÁ – SÉCULO XVIII)

Jonas Wilson Pegoraro

É notório o grande fluxo de agentes régios que se deslocaram para a América portuguesa na passagem dos séculos XVII e XVIII. A política da Coroa lusitana no intuito de assegurar suas prerrogativas na colônia, bem como as demandas dos colonos pela justiça d'El Rei fez com que se desenvolvesse a estrutura jurídico-administrativa, criando novos postos e sendo inseridos

novos atores sociais nas dinâmicas coloniais como, por exemplo, os ouvidores gerais. A criação destes novos "espaços de poder", bem como a ação dos agentes régios naquelas localidades provocou novas demandas com as quais a administração central portuguesa tinha que responder. Por outro lado, também se constituiu, a partir das atuações dos agentes régios, novas perspectivas para esses sujeitos que ocuparam os cargos na América portuguesa. Ao identificar ser inquestionável a perspectiva na qual a colônia americana é entendida como um "local de oportunidades" para os colonos, ao mesmo tempo, tal aspecto pode ser estendido para os agentes régios, uma vez que a sua atuação em postos na América poderiam significar uma ascensão em suas carreiras. Entretanto, como pondera José Subtil, "a Coroa não conseguia ou não queria ter um contingente estável de oficiais régios que pudessem garantir uma linha continua de governação". Dado este ponto de vista, esta comunicação se volta à percepção de que a Coroa não conseguia manter esse "contingente estável" para os agentes régios que atuaram no ultramar frente às possibilidades que surgiam para o sujeito que ocupava o cargo. Por outro lado, há que se levar em conta que os agentes régios ao se depararem com estas oportunidades nas colônias e não possuindo garantias político-sociais na estrutura administrativa da Coroa que garantissem suas ascensões na carreira, percebem que a saída desta estrutura seria a "melhor opção". Ademais, entende-se uma múltipla rede de relações que se formaram entre os magistrados e os demais membros do corpo social, a saber: a própria Coroa, protagonista na nomeação e escolha de seus agentes; os demais oficiais régios que agiram na colônia americana e os colonos. Desta forma, busca-se promover uma reflexão a respeito das escolhas feitas pelos sujeitos que ocuparam o cargo de ouvidor nas comarcas de São Paulo e de Paranaguá na primeira metade do século XVIII, identificando dois momentos: I) suas escolhas no Reino, período em que se tornaram agentes régios e devotaram suas ações para entrar e ascender na carreira jurídico-administrativa; II) a partir do momento que se deslocaram para a América portuguesa e um novo leque de oportunidades surge, com isso, as carreiras passaram a ser mais uma opção e não a única.

A COMARCA DO SERRO FRIO E OS SEUS OUVIDORES: ALGUNS APONTAMENTOS (1720-1771)

Joelmir Cabral Moreira

O estudo da administração portuguesa no Brasil dos tempos coloniais foi relegado a um segundo plano, mas, a partir da década de 1980, a temática ganhou notoriedade, inaugurando novas perspectivas pelos intelectuais, notadamente pela historiografia portuguesa. A historiografia mais recente das últimas décadas, tem apontado para novas possibilidades de análise acerca das instituições políticas e poderes locais na administração colonial da América portuguesa. A ampliação dos estudos e das análises historiográficas rompe com modelos explicativos de abordagens unilaterais, buscando den-

tro das características de Antigo Regime, perceber a estrutura administrativa de Portugal no ultramar e as suas especificidades. Dentro desse viés, análises que direcionam para as instituições locais e a atuação dos ocupantes dos cargos administrativos, na América portuguesa, são elementos chaves para o entendimento da formação da administração da justiça na sociedade colonial e de suas elites. O cenário após a descoberta do ouro e dos diamantes na capitania de Minas Gerais no século XVIII fez com que as atenções da Coroa voltassem para o incentivo de ocupação, povoamento e administração dessa área e, portanto, necessitou de um maior quadro de oficiais régios que atuassem, sobretudo, em nível mais local, como os Ouvidores de Comarca. Esse período é importante por revelar questões que tem sido apontada pela historiografia, tais como desmandos, fraudes, roubos, corrupção, descaminhos e contrabando, isto é, crimes e conflitos na capitania. Tais assuntos nos interessam verificar ao pensarmos a atuação desse funcionário da justiça – Ouvidores de Comarca – no sistema de contratos na região abarcada neste trabalho, pelo fato de ser um tema pouco explorado. Desta forma, pretendemos levantar reflexões sobre as ações dos indivíduos que exerceram o cargo de Ouvidor de Comarca, no território da Comarca do Serro Frio e as relações que estes funcionários régios estabeleceram com os demais membros da sociedade colonial, no que se refere ao funcionamento e direcionamento do sistema de contratos para extração dos diamantes, sobretudo, os Contratadores de diamantes, Intendentes e Governadores. O sistema de contratos dos diamantes constituía-se em um acordo para exclusiva extração dos diamantes por particulares ou companhias em áreas previamente demarcadas e com números de escravos estipulados para trabalharem nesta atividade. O produto final angariado pelos contratadores, isto é, aqueles que arrematavam o contrato, era enviado ao Reino para venda. Como o trabalho abarca o período de 1720 a 1771, tencionamos analisar as ações e relações desses indivíduos destacados, tendo como foco, os que exerceram o cargo de Ouvidor de Comarca no território da Comarca do Serro Frio, a fim de demonstrar como se estabeleciam os vínculos ou comunicação política entre tais agentes, bem como os conflitos a ela inerentes, no que diz respeito a questões referentes ao funcionamento e direcionamento do sistema de contratos.

OS PECADOS DO SR. OUVIDOR: QUEIXAS E CONFLITOS POLÍTICOS ENTRE AUTORIDADES NO EXERCÍCIO DA JUSTIÇA EM SERGIPE DEL REY (1726 E 1733)

Janaina Cardoso de Mello

Posto que não eram os habitantes de Sergipe del Rey "homens cordiais" na acepção de submissos, revelavam sua disposição de pegar em armas para combater por suas vontades ou, de modo mais comedido, usar os instrumentos judiciários para travar suas batalhas. As denúncias contra o capitão-mor Manoel Pestana de Britto por parte da elite sergipana evidenciam esse quadro. Por outro lado, no fogo cruzado de insatisfações, a petição dos moradores do Rio Real da Praia, Freguesia de N. Sra. da Abadia para que o

Ouvidor da Capitania de Sergipe del Rey não se intrometesse naquelas terras reacendia a fogueira das contestações. Estivessem confrontando, num viés de mão dupla, seus rivais da Capitania da Bahia ou sublevando-se contra a autoridade local representativa da metrópole, os personagens setecentistas sergipanos estavam imiscuídos num emaranhado de complexidades administrativas e políticas, como afirmou Edna Maria Matos. Assim, esse artigo analisa quatro cartas, escritas entre 1726 e 1733, que trazem em seu conteúdo atos conflitivos entre moradores, juízes e capitães-mores contra a Ouvidoria. As fontes integram os documentos digitalizados do Arquivo Histórico Ultramarino/ Sergipe. Como referência teórica segue-se a leitura de Carla Maria Junho Anastasia que utiliza-se do arcabouço teórico de Georg Simmel e Edward Palmier Thompson para ressaltar que as revoltas na América portuguesa do setecentos envolviam processos de ruptura nas formas acomodativas de convívio entre colonos e Metróple. Também opta-se por Luciano Figueiredo em sua compreensão de que a distância entre o rei e seus domínios refletia no "desgoverno das conquistas". Mesmo com a turba nas ruas, a busca por Cartórios e a elaboração de petições demonstrava que os processos de "revolta" e "negociação" quase sempre caminhavam juntos. A capacidade de interferência na política colonizadora, evocava disputas por poder, que se consagravam na documentação do judiciário, bem como na atitude daqueles que exerciam o ofício decisórios nas Comarcas. Esse relevo de importância, fazia com que juízes e Ouvidores se empenhassem na obtenção de ganhos pessoais, como atestou o historiador Antonio Filipe Pereira Caetano. O que ressalta ainda mais a postura de Antônio Diniz Ribeiro, Juiz Ordinário e de Órfãos, ao escrever ao Rei D. João V, apontando as limitações do Ouvidor Geral da Capitania de Sergipe del Rey e suas atribuições. E ainda a denúncia do Capitão Mor da Capitania de Sergipe del Rey, Francisco da Costa, ao rei D. João V, comunicando que o Ouvidor Geral estava administrando a Provedoria de Defuntos Ausentes e Capelas sem apresentar Provisão de Sua Majestade. Para Graça Salgado, citada por Caetano, cuidar dos bens dos defuntos, créditos e dívidas, bem como distribuir tais recursos na administração local era uma tarefa árdua e cheia de melindrosidades. Identificar os partícipes de insubimissões contra os representantes da política metropolitana de centralização de poder, mormente os magistrados, bem como as estratégias de enfrentamento, constituem os objetivos primordiais dessa pesquisa.

UM MAGISTRADO NO ATLÂNTICO ULTRAMAR PORTUGUÊS: A TRAJETÓRIA ADMINISTRATIVA DO OUVIDOR AMARO LUÍS DE MESQUITA PINTO (1744-1759)

Wanderlei de Oliveira Menezes

A presente comunicação estuda aspectos da trajetória administrativa do bacharel Amaro Luís de Mesquita Pinto e sua atuação nas capitanias de Sergipe d'El Rei e Ilhas de Cabo Verde, entre os anos de 1744-1759. Natural da cidade

do Porto, Amaro Luís de Mesquita Pinto nasceu em 1705. Era filho legítimo do capitão João Gonçalves da Pena e de sua mulher, D. Luísa de Mesquita Pinheiro. Seu irmão, Manuel Amaro Pena de Mesquita Pinto, também era bacharel em direito por Coimbra, q ocupou o cargo de ouvidor-geral da capitania do Rio de Janeiro. Ambos cursaram Leis na Universidade de Coimbra (1721-1726) e fez a leitura dos bacharéis em 1727 juntamente com o mencionado irmão no mesmo processo. Ainda na década de 1730 foi designado para o cargo de juiz de fora da Vila da Ponte (Reino). Em 1744, era nomeado pelo Desembargo do Paço para sua primeira experiência como ouvidor de uma comarca no Ultramar. Entre 1745 a 1749 serviu o cargo de ouvidor e provedor da comarca de Sergipe d'El Rei. Apesar de uma atuação discreta, merece destaque o fato de apaziguar as relações tensas entre os capitães-mores da capitania e as câmaras municipais bem como destes com o vice-rei do Brasil (Bahia). Findo esse mandado conseguiu regressar ao Reino e, logo depois, recebia a ordem régia para servir como ouvidor com título de Desembargador das Ilhas de Cabo Verde, onde, pouco tempo depois de tomar posse foi envenenado numa trama que envolveu poderosos membros da elite local. Essas duas áreas administrativas do Atlântico eram consideradas menos atraentes para oficiais régios pelos perigos e histórico de relações conflituosas entre as elites locais e os capitães-mores (governadores). Na comarca de Sergipe d'El Rei, logrou êxito em garantir a harmonia administrativa com os poderes civis e militares da capitania e ao concluiu o triênio solicitou a residência do cargo. Já em Cabo Verde, passou poucos meses e teve múltiplos atritos com o governador, provedor e os camaristas da cidade de Ribeira Grande que muito concorreu para sua funesta morte. Utilizamos a abordagem biográfica como ferramenta metodológica. É fundamental nesta pesquisa perceber as relações entre o individual e o social, entre um ouvidor e seu contexto, buscando ver o personagem biografado como ser fragmentado, múltiplo e marcado por sua própria historicidade e escolhas. Esta pesquisa se insere na vertente da história política renovada, visando encontrar os significados que envolvem a sociedade e servem para legitimar o poder e orientar as relações sociais. Assim, um dos conceitos-chave é o de cultura política do Antigo Regime português, baseada na ocupação de cargos e postos, através da prestação de serviços à coroa, responsável por conceder privilégios. Essa circunstância possibilitou aos escolhidos vantagens econômicas significativas, assim como prestígio social. Deste modo, a mobilidade social estava condicionada, entre outros fatores, à prestação de serviços à monarquia. A partir de trajetória de Amaro Luís de Mesquita Pinto visamos compreender aspectos ligados à carreira de magistrados nas conquistas ultramarinas portuguesa na América e África insular como sua relação com os poderes locais e estratégias para garantirem o exercício da autoridade régia (central) e adequá-la, quando possível, as necessidades e anseios dos poderes locais de modo a garantir a governança e o bom exercício da justiça.

O OUVIDOR E O DEGREDADO: UM RELATO SOBRE AS REDES CLIENTELARES DE FRANCISCO DE SOUSA GUERRA ARAÚJO GODINHO NAS MINAS GERAIS (1795-1799)

Nara Maria de Paula Tinoco

Descreveremos a trajetória de Francisco de Sousa Guerra Araújo Godinho, a partir dos "olhos" de outro indivíduo, em diferente situação: a de réu e vassalo português, que se viu alvo de uma injustiça e perseguição por parte do Ouvidor. O réu em questão é Manuel José Teixeira Franco, julgado e sentenciado pelo Ouvidor de Sabará a cinco anos de degredo, a ser cumprido fora da colônia brasileira, em Angola, na África. Após esta sentença, é instaurado um processo extraordinário pelas instâncias do Conselho Ultramarino, a Secretária do Governo da Capitania de Minas Gerais, o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro e outras instituições para que os fatos sejam apurados. Os fatos revelam mais do que um simples pedido de perdão, pois é anexado nos autos do processo 26 capítulos que descrevem detalhadamente as atividades comerciais, clientelares e familiares de Francisco Godinho. Outro oficial é envolvido no processo, conforme à proximidade dos ofícios desempenhados na região, ou seja, o Intendente do Ouro de Sabará no período: Paulo Fernandes Viana. Oriundo da Capitania do Rio de Janeiro, vindo de família de negociantes na mesma praça de comércio, após seu envolvimento nas funções de Intendente em Sabará, o magistrado também é nomeado para a Relação do Rio de Janeiro. Na primeira década do século XIX, torna-se uma das figuras de importância e relevância no Rio de Janeiro, pois estrutura a Nova Corte para a chegada da Família Real, propiciando ações em conjunto com o Governador e o Secretário Rodrigo de Sousa Coutinho, quando este retorna às pautas do Governo. Portanto, Paulo Fernandes Viana, assim como Francisco de Sousa Guerra Araújo Godinho, alcançou espaços até então restritos aos naturais da Colônia. As fontes descreveram um universo dado, ou seja, que Godinho estava inserido em uma rede de interesses comerciais e relacionais. Delineiam-se as relações de amizade entre Godinho e Paulo Fernandes Viana, assim como um extenso grupo de pessoas com diferentes posições na sociedade. Os documentos destacaram uma rede governativa, comercial e clientelar de mais de 20 indivíduos, gravitando entre a influência de Godinho, de Viana e do desembargador José Joaquim Vieira Godinho. Estes documentos mostraram que a trajetória de Godinho se construiu conforme estas conexões locais e centrais. Listamos parcialmente as relações verticais e horizontais, tendo Francisco Godinho como centro: Paulo Fernandes Viana (Intendente do Ouro de Sabará) e seu irmão João Fernandes (negociante no Rio de Janeiro); José Joaquim Vieira Godinho e Manuel José Vieira Godinho, irmão e primo maternos de Francisco Godinho; José Bonifácio e João Luciano de Sousa Guerra Araújo Godinho, irmãos do Ouvidor; José de Araújo da Cunha Alvarenga; Antônio Fernandes Guimarães, dentre outros, incluindo criados, ourives, escravos e donos de lojas das regiões de Sabará e Mariana. No trabalho em questão, discutiremos mais sobre as relações destacadas acima, apresentadas na fala de Manuel José Teixeira Franco.

OUVIDORES DAS COMARCAS DAS "CAPITANIAS DO NORTE", 1789-1821: FORMAÇÃO, NOMEAÇÕES E CIRCULARIDADES

Antonio Filipe Pereira Caetano

Com cinco comarcas, as regiões que compunham as "Capitanias do Norte" era um campo de possibilidade imenso para o Desembargo do Paço e a coroa portuguesa espalhar seus magistrados. Sendo uma região que se intercomunicava a partir do centro local que se processava na Capitania de Pernambuco, mas especificamente Olinda/Recife. A presente comunicação visa apresentar o perfil de formação e nomeação destes agentes nas comarcas da região, bem como identificar se havia ou não uma circularidade destes ouvidores entre as diversas comarcas bem suas intercomunicações para soluções de problemas locais.

14 de setembro de 2016

O TRIBUNAL DA RELAÇÃO DA BAHIA E A CONJURAÇÃO BAIANA DE 1798

Patrícia Valim

O objetivo desta apresentação é analisar a atuação de dois desembargadores do Tribunal da Relação da Bahia na condução das devassas da Conjuração Baiana de 1798, destacando a centralidade da instituição nas estruturas e dinâmicas do Império Português e o fundamental papel político dos desembargadores para a manutenção da exploração colonial na conflituosa transição do século XVIII para o XIX.

INTRIGAS E ACUSAÇÕES NO MARANHÃO DO SÉCULO XVIII: GOVERNADOR, OUVIDOR E CORONEL SOB UMA DEVASSA

Júlia Constança Pereira Camêlo (UEMA)

O autor maranhense, César Marques, na obra *Dicionário histórico-Geográfico do Maranhão,* narra que o desembargador Joaquim Antônio de Araújo recebeu ordens da Coroa, em 30 de setembro de 1798, para fazer uma investigação sobre o Governador Fernando Antônio Soares de Noronha, o Ouvidor João Pedro de Abreu. e o coronel Anacleto Henriques Franco. A devassa foi realizada. O governador teve seus atos de governo investigados, os outros dois foram acusados de despesas excessivas com a edificação de um quartel. Eles também responderam por seus atos em um processo em que requerimentos, cartas, solicitações, foram envidas a Corte. O capitão, governador Fernando Antônio Soares de Noronha, foi bem aceito pelo Senado da Câmara de São Luís. Afinal, o mais comum era a Câmara desaprovar os capitães enviados por Portugal, pois os interesses locais, muitas vezes eram contrários aos da Coroa. Fernando de Noronha chegou a recusar uma distinção da Câmara, até que a Corte o autorizou aceitar a homenagem, da elite ludovicense. Este governador teria se afeiçoado tanto à colônia que, contra os regulamentos e

estatutos dos administradores desta, contraiu casamento com uma *filha-família* da terra, moça filha do coronel de milícias, um fidalgo português da linhagem de Marialva de Portugal. Fato que também lhe redeu conflitos com a nobreza do Maranhão, principalmente, com a família da moça. Na sua defesa destacou sua atuação enquanto administrador que investiu em infraestrutura, aumento das exportações com a Metrópole e os outros mercados das colônias portuguesas. Nesta comunicação pretendemos apresentar o olhar que lançamos sobre os documentos do Arquivo Ultrmarino, os registros desses processos, as denúncias feitas contra as autoridades citadas. Trata da analise dos argumentos utilizados para a defesa, as motivações e os resultados finais das averiguações. Nesse material do Arquivo é possível perceber o tempo decorrido para que as decisões fossem efetivadas.

O MEMORIAL DE MINISTROS: JUÍZES DE FORA EM SALVADOR E VILA DO CARMO

Débora Cazelato de Souza

Existe na Biblioteca Nacional em Lisboa um códice conhecido como *Memorial de Ministros*. Ele vem sendo estudado e consultado por historiadores que buscam conhecer os magistrados e suas trajetórias. Trata-se de um manuscrito do século XVIII e consta que o Frei Luís de São Bento, do mosteiro de Alcobaça, foi o seu autor. Há ainda notícia de que a produção do *Memorial* tenha sido feita entre os anos de 1723 e 1768, motivo pelo qual, obviamente, não há a inserção de muitos outros magistrados do final do XVII, mas o que nos interessa nessa comunicação são os primeiros juízes nomeados para a capitania da Bahia e de Minas Gerais. Em um primeiro momento desse trabalho, faremos um levantamento das nomeações para toda a América até a data que o manuscrito nos permite alcançar. Posteriormente focaremos as primeiras nomeações da Bahia e de Minas Gerais. Salvador foi a primeira localidade do 'Novo Mundo' a ter um juiz de fora nos finais do XVII. Juízes e ouvidores começaram a fazer parte da estrutura administrativa implementada pela Coroa. Em Minas Gerais, somente do ano de 1731 chegaria o primeiro juiz de fora, criado certamente para estabelecer meios de controle em uma Capitania que vivia em plena era aurífera. É possível notar que a quantidade de homens nomeados para a América é bem pequena, o que confirma o que a historiografia (principalmente a portuguesa) insiste em apontar, sobre o pouco impacto dessas nomeações, já que tão poucos juízes não davam conta de tamanhas dimensões territoriais e conflitos internos. Portanto, nessa comunicação observaremos a atuação desses primeiros juízes e a forma como conduziam seus procedimentos em duas das principais localidades da Colônia Portuguesa.

FÉ, JUSTIÇA E VASSALAGEM: A JUNTA DAS MISSÕES E O GOVERNO DOS ÍNDIOS NA CAPITANIA DO MARANHÃO (1720-1757)

André Luís Bezerra Ferreira

O presente trabalho tem como objetivo analisar a atuação do tribunal da Junta das Missões e o governo dos índios na capitania do Maranhão. Para tanto, busco compreender como o referido tribunal fez parte das estratégias políticas da Coroa lusitana para a edificação da sua monarquia pluricontinental, na qual a propagação da fé foi um dos mais importantes instrumentos utilizado pelo poder real para garantir a ordem social e assim sustentar e conservar os pactos de vassalagens com seus súditos nos domínios ultramarinos. Sendo assim, a implantação da Junta das Missões na capitania do Maranhão foi de suma importância para a dinamização da atividade missionária e a conversão dos índios em vassalos d'el rei. Em face dessa conjuntura, a Junta das Missões se configurou como um desdobramento do compromisso lógico entre o rei e a igreja para a aplicabilidade das legislações indigenistas, legitimar a expansão da monarquia pluricontinental e a dinamização da atividade missionária no Maranhão. No entanto, os projetos dos laicos e eclesiásticos estiverem em constantes desalinhos, principalmente, quando o governo dos índios esteve no centro das discussões, suscitando inúmeras contendas entre os referidos grupos na sociedade colonial maranhense. Sendo assim, coube ao rei apaziguar as tensões por meio da justiça, resultando na elaboração de uma farta legislação indigenistas. Desta forma, o tribunal em estudo teve como sua principal peculiaridade à pluralidade do seu colegiado, formado pelos principais representantes da Coroa portuguesa na região: o Governador, Bispo, Ouvidor, Prelados das ordens religiosas, além de contar com dois oficiais, os quais eram o Procurador dos Índios e um Secretário que desempenhava a função de escrivão. Para compreendermos a Junta das Missões em sua forma institucional e processual na monarquia pluricontinental, deve-se analisar como houve a territorialização do poder político em seu interior, apontando sua estrutura, hierarquias e s funções dos membros que formavam seu colegiado. Para a elaboração do presente trabalho, as principais fontes são o Livro da Junta das Missões, disponível para pesquisa no Arquivo Público do Estado do Maranhão, e os documentos do Arquivo Histórico Ultramarino.

JOSÉ DA SILVEIRA E SOUSA: TRAJETÓRIA FAMILIAR E JUDICIAL EM SÃO JOÃO DEL-REI (MINAS GERAIS, 1772-1782)

André Figueiredo Rodrigues

A comunicação pretende analisar a trajetória do bacharel português José da Silveira e Sousa (1722-1793) como advogado no Foro da vila de São João del-Rei, em Minas Gerais, na década de 1770, assim como a análise e as circunstâncias que o levaram àquele cargo. Sua atuação como advogado e membro da Câmara de São João del-Rei é desconhecida da historiografia

que analisou o universo do governo da justiça e dos magistrados em Minas Gerais colonial. Seu nome, entretanto, aparece grafado na história por ser o sogro de Inácio José de Alvarenga Peixoto, poeta, advogado, grande proprietário de terras, participante da Inconfidência Mineira de 1788-1789 e ouvidor da Comarca do Rio das Mortes, entre os anos de 1776 a 1780. Das relações entre eles e, principalmente, após a posse de Alvarenga Peixoto no cargo de ouvidor da Comarca do Rio das Mortes, emerge José da Silveira e Sousa, formado em Leis pela Universidade de Coimbra, como ocupante de importantes ofícios camarários – almotacé (duas vezes), procurador (uma vez), assessor (duas vezes), juiz de órfãos (uma vez) – exercidos entre 1776 e 1782, no Foro da vila de São João del-Rei, sede da Comarca do Rio das Mortes, localizada no centro-sul, a sudoeste da capitania de Minas Gerais. Assim, de início, se propõe apresentar algumas rápidas notas biográficas do Doutor Surdo, como era popularmente conhecido José da Silveira e Sousa na vila de São João. Depois, se analisará a amizade, as benesses e os vínculos familiares constituídos a partir do matrimônio de Alvarenga Peixoto e Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira, e o pai desta moça, uma vez que o casamento propiciou o fortalecimento de relações econômicas (extrativismo mineral e produção de cana de açúcar) e a indicação e o efetivo exercício do advogado português em quatro funções na Câmara são-joanense. Por último, se discutirá a atuação de José da Silveira e Sousa nos ofícios camarários indicados e as "possíveis manobras" que desenvolveu para favorecer e "acobertar" algumas das atividades ilícitas realizadas pelo seu genro ouvidor, quando esteve no exercício judicial, além dos ganhos materiais obtidos por Silveira e Sousa no exercício regular daqueles cargos, nos momentos em que era participante do sistema da administração judicial da Comarca do Rio das Mortes. Em suma, a comunicação propiciará, a partir da análise da trajetória familiar e judicial do advogado português José da Silveira e Souza no Foro da vila de São João del-Rei, debates sobre interesses múltiplos que agentes judiciais, nomeados para altos postos na América portuguesa, mantinham – indiretamente – nas localidades onde exerciam suas funções, mesmo que para isto tivessem que, a revelia da lei, conjugar práticas judiciais favoráveis aos munícipes e desfavoráveis à coroa, atividades econômicas (vedadas para membros do Judiciário nas colônias) e tratos amorosos acobertados e silenciadas por advogados surdos e "cegos", que apenas ouviam e enxergavam o que achassem melhor aos seus interesses. O caso de José da Silveira e Sousa é exemplar nisto.

LEGISLAÇÃO, SEXUALIDADE E PROSTITUIÇÃO: PRÁTICAS JURÍDICAS NO PORTUGAL MODERNO

Alexandre Rodrigues de Sousa

Um fator crucial para história da sexualidade continua sendo a lei. A lei e a cadeia não eram registros acurados de transgressão sexual, mas fornecem alguns indícios de como a sociedade sinalizava os seus limites de tolerância e o seu sentido de identidade moral, lembram Roy Porter e Sebastian Rous-

seau. As mulheres prostitutas foram submetidas a várias formas de fiscalização e repressão, através de sanções disciplinares da religião, da sociedade e do Estado ao longo da História. Nesse sentido, o trabalho pretende analisar as deliberações jurídicas sobre as mulheres prostitutas do Portugal Moderno. A presente análise se centrará essencialmente em como os textos legislativos descreveram o tema, procurando contextualizar as situações e captar as transformações legais diante do assunto ao longo deste período. A narrativa explorada analisa desde a legislação geral do reino como as Ordenações Afonsinas (1446), Ordenações Manuelinas (1521) e o Código Filipino (1603) e inclui também alvarás, circulares e editais régios que procuraram regular o meretrício em Portugal e suas possessões. A respeito da prática da prostituição, a legislação portuguesa se pautou desde os séculos remotos por preocupações de carácter repressivo, não obstante algumas disposições legislativas de cunho mais brando e tolerante foram sendo promulgadas no decurso dos tempos. O texto aborda um exame da história das leis que regem ou versaram sobre o meretrício, abrangindo a legislação civil e eclesiástica e investiga os primeiros decretos reais sobre o tema desde o século XV. Trata-se de uma proposta de análise sobre a prostituição e sua relação com a lei, procurando indicar características, a natureza das infrações apresentadas, como essas mulheres eram cobradas e ao mesmo tempo estigmatizadas nesta documentação. Apesar de fornecerem pouquíssimas evidências dos eventos mais cotidianos, esses documentos permitem entender até que ponto a lei foi considerada e ao mesmo tempo como foi quebrada nas relações cotidianas. A análise inclui ainda como a mulher e a sexualidade são objeto da legislação. A norma se impõe, mas não deve ser confundida com a realidade. A norma defende, divulga e traduz uma série de valores. Isso não implica necessariamente a submissão da figura feminina, nem que se lhe recuse qualquer ação mais ativa. Compreender a prostituição envolve também o trabalho com discursos de gênero e sexualidade da época estudada. A partir da leitura e análise desta legislação apresentada, busca-se compreender de que maneira se desenhou a sexualidade socialmente aceita e valorizada, os casos em que as práticas sexuais foram condenadas e as penas para os envolvidos.

OUVIDORES E MULHERES: A ATUAÇÃO DA JUSTIÇA NA COMARCA DAS ALAGOAS, SÉC. XVIII

Anne Karolline Campos Mendonça

Em 11 de maio de 1789, para ser solta da prisão, Francisca Josefa de Albuquerque "assinou" um termo público em que se comprometia, por si e por suas quatro filhas, a deixar a Comarca das Alagoas. Chamada à presença e moradas de Inocêncio da Costa Mourinho, juiz ordinário em exercício, ela ouviu a leitura das ordens vindas do Ouvidor das Alagoas Segundo o que lhe fora exposto, precisava deixar a Vila das Alagoas dentro de oito dias ou estaria sujeita a penas crimes e cíveis que lhe fossem impostas. Quando se

pretende observar casos jurídicos particulares, fontes advindas do Conselho Ultramarino podem acabar não sendo de todo satisfatórias em dar detalhes dos problemas que registrou. O órgão intermediador da comunicação entre Coroa e súditos, pode ser tido como uma representação de que havia uma crença geral no remédio jurídico régio. Como parte de uma sociedade coorporativa, lidou com textos variados, mas de ordem judicial (devassas, despachos, relatórios), com problemas de ordem política, administrativa e econômica. Explicitando, entre tantos, pleitos sobre conflitos, onde protagonizaram agentes de Justiça e que a jurisdição local não pôde solucionar. As falas enviadas ao rei chegam até nós como indícios de uma "burocratização" em expansão demonstrando que havia uma concepção geral ultramarina na execução de uma Justiça imparcial e regida pelo Direito do reino, pela via dos oficiais do rei. A partir da identificação dessa consciência de Direito e Justiça na população de Além-mar, buscar-se analisar casos em que mulheres, moradoras na Comarca das Alagoas, tiveram que lidar com meios jurídicos para, senão solucionar, pelo menos ativar ou chamar à atenção aos conflitos em que se encontravam. Adiante-se que pertenciam e estavam sujeitas a uma sociedade e visão de mundo onde seu sexo podia ser a representação vívida do inferno ou das piores características que se poderia ter no Antigo Regime. Assim, perante os homens da Justiça, locais ou vindos do reino, tais personagens protagonizaram pleitos e buscaram a resguarda do Direito para os anseios que viveram. A concepção da existência de um *corpus* de leis que a salvaguardava torna-se óbvia diante do fato de recorrerem à justiça, independente das instâncias que fossem, ou dos intermediários masculinos que deveriam utilizar. É essa consciência feminina que pode ser identificada no ato dos requerimentos e petições, mesmo levando-se em conta o lugar que ocupava nas doutrinas teológicas e judiciais da América portuguesa. O trabalho se fundamenta nos princípios da *análise de conteúdo*, onde dissecação do texto e contexto vão contribuir para uma apreensão mais precisa o possível a respeito da execução da Justiça em casos onde mulheres foram vistas ou tidas como vítimas ou criminosas. Fosse perante juízes locais ou do rei, as moradoras da Comarca das Alagoas levantaram-se quando sentiram a necessidade, em campo jurídico, para citar com a intenção de querelar aqueles homens que, diferente delas, possuíam por "natureza" uma vocação aos princípios da Justiça. Se àquelas mulheres apenas linhas sobre proteção de dotes ou herança foram evidenciadas em escritos como o de Rui Gonçalves, vestígios deixados na documentação que alcançou o Conselho Ultramarino também podem responder – além da concepção acerca daqueles indivíduos às margens para agentes capazes de determinar o que era justo – sobre o entendimento delas sobre elas mesmas e sobre o que a Justiça do rei, natural e divina as reservava.

15 de setembro de 2016

CÂMARAS MUNICIPAIS: VEREADORES, ESCABINOS E ÍNDIOS NO BRASIL HOLANDÊS (1630-1654)

Luize Stoeterau Navarro

Este trabalho busca investigar a organização política, administrativa e judiciária durante o domínio holandês do nordeste do Brasil, entre 1630 e 1654. Durante estes 24 anos, ao mesmo tempo em que tentavam implantar suas próprias maneiras e assegurar sua hegemonia, depararam-se com a tarefa de adaptar-se a uma população e fórmulas políticas, administrativas e jurídicas já estabelecidas pelos seus antecessores portugueses.Quanto à estrutura política, jurídica e administrativa já presente em Pernambuco, depararam-se os flamengos com concelhos camarários. Em uma primeira fase da administração holandesa, que compreende os anos de 1630 a 1636, os holandeses optaram por aproveitar parte do mecanismo já construído pelos portugueses, adaptando os formatos próprios da República à estrutura e divisão dos concelhos camarários. Sob a Ordenação de 1629, regulamento da WIC para todas as colônias e territórios que viessem a conquistar, colocou-se no governo de Pernambuco um Conselho Político, formado por 9 holandeses. Sabe-se da criação de novos cargos, à moda holandesa, como é o caso do escolteto, com funções bastante análogas às dos almotacés portugueses. No entanto, acredita-se, como não havia órgão algum previsto e implementado para substituir as câmaras municipais portuguesas, estas permaneceram em pleno funcionamento. Em 1637, já passado o período principal de conquista e manutenção de território, entra em vigor um novo regimento, feito pela WIC especialmente para o Brasil. A *Instructie* – ou Instrução – criou as câmaras de escabinos para a organização da justiça nas capitanias e cidades. Tais instituições colocavam o principal oficial judiciário neerlandês em câmaras típicas do Império português, evidenciando as trocas culturais e jurídicas proporcionadas pelo período. Compostas por grupos de pelo menos 5 pessoas escolhidas pelos conselheiros políticos, essas câmaras, análogas àquelas de vereadores, portuguesas, seriam responsáveis pela justiça local e de primeira instância, fosse civil ou criminal.Em 1645 se inicia nova fase do domínio holandês no Brasil, com a volta de Nassau para a Holanda, um novo estatuto geral e uma nova organização. Muito embora o novo Regimento de 1645 traga modificações simbólicas apenas quanto ao alto governo, que volta a ser exercido na forma de colegiado, com o início da restauração, passam a coexistir câmaras de escabinos e câmaras de vereadores, embora não haja qualquer indicação de como a relação entre as diferentes instituições ocorria. Praticamente todas as câmaras de vereadores existentes antes da invasão holandesa foram reestabelecidas após o levante.

"VALER-SE DA AUTORIDADE DO TRONO PARA OBTER SUA LIBERDADE": AS DEMANDAS DOS ESCRAVOS DA CAPITANIA DA BAHIA NA CORTE PORTUGUESA NA SEGUNDA METADE DO SETECENTOS

Kátia Lorena Novais Almeida

Durante os séculos em que vigorou a escravidão no Brasil, a alforria não era um direito amparado por lei e sim uma prerrogativa senhorial. Constituindo-se em um privilégio do senhor, a alforria não sofria nenhum tipo de restrição, salvo se o escravo estivesse hipotecado, dado em penhor ou se representasse fraude aos credores ou prejuízo aos herdeiros necessários, daí a ênfase presente nos textos das cartas de que o cativo alforriado estava entre os bens que o senhor possuía livre e desembargado de qualquer ônus, assim como se pedia que aquela liberdade ali passada tivesse a proteção da Justiça de Sua Majestade. Compreendida no âmbito do direito costumeiro, a alforria foi um fenômeno largamente praticado nas mais diversas regiões da America portuguesa. A despeito de ser uma prerrogativa senhorial, a historiografia tem demonstrado que, não raro, os escravos apelaram à justiça local em suas demandas por liberdade, sendo tais situações previstas nos códigos do direito português, e alguns foram além ao apelarem à autoridade do Rei para resolver tais conflitos. Nesta comunicação, discuto as demandas dos escravos da capitania da Bahia que, na segunda metade do século XVIII, apelaram à Sua Majestade, explorando as circunstâncias em que a autoridade régia foi por eles mobilizada.

OS AUTOS DE LIVRAMENTO CRIME E A VILA DE CURITIBA: APONTAMENTOS SOBRE A CULTURA JURÍDICA CRIMINAL (1777-1800)

Vanessa Caroline Massuchetto

A presente pesquisa possui como objetivo principal apresentar apontamentos que permitam desenhar a cultura jurídica no âmbito do direito e do processo criminais na América Portuguesa. Com o auxílio metodológico da perspectiva de Carlo Ginzburg, a pesquisa procurou investigar traços e pistas da cultura jurídica a respeito do âmbito criminal encontrados na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba em fins do século XVIII com enfoque específico em uma configuração de processo criminal encontrada entre os documentos históricos: os autos de livramento crime. Neste sentido, foram realizados os seguintes recortes: no âmbito espacial foi selecionada a Vila de Curitiba em razão da sua característica fronteiriça no interior do Império Ultramarino Português e, no âmbito temporal, a seleção foi realizada entre os anos de 1777 e 1800 por ser este o período da introdução do pensamento iluminista no ramo jurídico criminal. Em razão da intensa reprodução destes instrumentos entre os 1097 processos judiciais (entre cíveis e crime) consultados – correspondendo 91 do total de 155 processos crime –, acredita-se que fornecem elementos importantes a serem considerados ao se tentar compreender o funcionamento das práticas, ritos e costumes jurídi-

cos próprios das localidades coloniais no período. Dentre estes, foram selecionados vinte e três autos de livramento crime sob a jurisdição da Vila de Curitiba para que, focando principalmente nos quesitos processuais e, consequentemente, nos conteúdos e nas circunstâncias específicas dos crimes dos quais tratam, fosse possível desenhar uma cultura jurídica criminal local.

A análise destes autos de livramento – no interior da compreensão do funcionamento do processo e do direito criminais – no contexto colonial no interior do Antigo Regime português permite concluir pela existência efetiva de uma grande plasticidade que perpassava a ordem jurídica criminal ao longo dos espaços do Império Ultramarino Português. Este caráter foi observado nos momentos de processamento dos crimes expostos nas Ordenações Filipinas, bem como de aplicação e execução das penas previstas tendo em vista que ao longo dos procedimentos foram encontradas diversas estratégias em que a penalização findava não aplicada (ou até mesmo não cominada) pois o réu requeria e tinha concedido seu livramento por meio de determinados instrumentos jurídicos, dentre eles os autos de livramento crime. Isto traz à tona a ausência de um desejo de punir como característica intrínseca dos aparatos administrativos régios locais, revelando que a administração da justiça e a cultura jurídica criminais locais na colônia detinham muito mais um caráter liberatório do que punitivo. E essa característica pode ser explicada quando inserida no panorama simbólico próprio de Antigo Regime e na prática da ameaça sem punição que cercavam o âmbito criminal. Isto é, as redes simbólicas e a pedagogia do medo presentes na administração da justiça criminal do Império Português possibilitavam o relaxamento de penas postas como ameaça nas Ordenações Filipinas, situação que trazia ao rei o empoderamento da imagem simbólica de misericordioso e dispensador da justiça formal em prol da equidade e o bem dos súditos.

SERVENTIAS DE OFÍCIOS SUBALTERNOS NA COMARCA DE PERNAMBUCO: ARTIFÍCIOS E ESTRATÉGIAS PARA A MANUTENÇÃO SOCIAL (SÉC. XVIII)

Pedro Botelho Rocha

A presente proposta de comunicação visa identificar a prática do arrendamento de ofícios de menor expressão na comarca de Pernambuco, durante a primeira metade do setecentos, como um modo de agir amplamente difundido para grupos sociais não obrigatoriamente encaixados na característica de elites locais, mas alocados em níveis abaixo destas em termos de prestígio, finanças, posses e poder político, resultando numa fundamentação comportamental para o acesso a estes cargos, chamados pela historiografia recente de "subalternos", representados como formas de acesso primárias ao oficialato judicial colonial. Através da documentação encontrada no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU - Projeto Resgate) e na coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional (DHBN), verificaremos os pedidos de renúncia de ofícios em favorecimento de terceiros, além de pedidos de serventias co-

mo formas de remuneração por outros serviços prestados ou quantias dispendidas, articulando temas historiográficos como a economia da mercê, configurada por Fernanda Olival, e da venalidade de cargos para Coroa portuguesa durante o reinado de D. João V, remetendo a um debate ainda presente, do qual os textos de Roberta Stumpf e Alberto Gallo apresentam considerações fundamentais sobre a prática da venda de ofícios. Focalizando o uso destes artifícios de provimento dos ofícios de justiça nos casos de meirinhos, alcaides, carcereiros, distribuidores, entre outros enquadrados na categoria de subalternos, detalharemos as trajetórias iniciais dos serventuários que foram acumulando valores simbólicos diante das autoridades coloniais, garantindo suficiência para a continuidade em suas ocupações arrendadas, ascendendo a novos cargos e tarefas, assim como a novas posições sociais e estatutos jurídicos. Não apenas nesta constante, é de interesse desta comunicação demonstrar que estes personagens envolvidos nas serventias dos ofícios subalternos de justiça executavam estratégias também para a manutenção de suas condições, assim como a transmissão dos ganhos com a Coroa para seus parentes, muitas vezes manifestados pelos chamados alvarás de lembrança ou por herança direta e dote matrimonial, assegurando estabilidade para o desenvolvimento futuro de suas famílias, que se traduzia justamente na possibilidade de gerar mais acúmulo de atributos sociais diante da sociedade local, obtenção de outras mercês régias e a patrimonialização de outro ofício menor em detrimento dos serviços prestados pelos serventuários. As múltiplas possibilidades de manutenção social e articulação de ações deste oficialato judicial pouco explorado pela historiografia revela que a amplitude da economia das mercês atingia camadas médias e diversificadas na América Portuguesa, representando caminhos possíveis para a sobrevivência de indivíduos e famílias que pudessem desempenhar seus papéis enquanto oficiais da distribuição da justiça, e consequentemente agentes das Coroa nos trópicos.

VIOLÊNCIA INTERPESSOAL E CRIMINALIDADE EM PERNAMBUCO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVII: A AÇÃO DOS GOVERNADORES NO COMBATE AO CRIME.

Nielson Francisco Silva Guedes

A comunicação de pesquisa que propomos apresentar neste Simpósio Temático é parte de um projeto mais amplo para elaboração da dissertação de mestrado que versa sobre o tema: Violência interpessoal e criminalidade entre as elites de Pernambuco na segunda metade do século XVII. Nosso foco de analise volta-se as ações do governo de Antônio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho (1689-1690). Na tentativa de restabelecer a justiça na Capitânia de Pernambuco sobre os grupos ou indivíduos envolvidos em crimes. Sendo considerados como tais os previstos pelas Ordenações Filipinas, no Livro V. Após a restauração, Pernambuco encontrava-se em estado miserável, cheio de crimes e violências, onde se conhecia o Rei apenas pelo nome, em que

cada um vivia de acordo com a sua lei. Segundo Vera Ferlini, a Restauração Pernambucana não garantiu apenas prestígios, mas também contribuiu para que a sociedade que participou desta guerra permanecesse armada a fim de defender os interesses pessoais e locais. De acordo com o cronista Gregório Varela a maior crise que sobreveio a Pernambuco foi à violência, em especial a violência entre os poderosos que organizavam séquitos munidos de espingardas espalhando temor na sociedade. Segundo Evaldo Cabral a criminalidade havia chegado ao paroxismo, e ao ser comparado ao período da ocupação holandesa, o cenário era descrito como "a paz que parece guerra e aquela que foi guerra parece paz". Segundo Gregório Varela a violência havia imperado em Pernambuco por "falta de governo", de acordo com Fernanda Bicalho era preciso nomear para governar, e na tentativa de mudar a situação, a Coroa Portuguesa nomeou alguns governadores mais rígidos para Pernambuco, como Câmara Coutinho que foi designado para o cargo de governador na capitania de Pernambuco "sem consulta nem decreto", de modo que Câmara Coutinho se apressou em aplicar com severidade a justiça régia, até contra os membros da Câmara de Olinda. Na análise das práticas de Câmara Coutinho nos apoiaremos , sobretudo, nos fundamentos da teoria corporativa de poder que tem em A.M. Hespanha seu maior expoente, em que para o autor, garantir a justiça era a função primacial do Rei. No entanto, não era fácil restabelecer a ordem na capitania, pois muitos dos criminosos tinham assento na Câmara de Olinda. Segundo Gregório, muitos deles mantiveram relações com autoridades de justiça, o que dificultou a ação dos governadores permitindo o crescimento da violência e da criminalidade. Podemos perceber quão basilar fora as ações dos governadores na tentativa de impor a justiça régia, por isso, um de nossos objetivos é construir uma história social fazendo uma análise das ações dos governadores no combate ao crime, buscando compreender quais eram os meios usados por eles para aplicação da justiça e garantir a paz. Acreditamos também que já é hora da historiografia dedicar uma maior atenção ao estudo sobre crimes e violências no período colonial. A motivação para essa temática escolhida está diretamente ligada à existência de uma lacuna na historiografia pernambucana sobre crimes, por isso acreditamos ser imprescindível o estudo da temática proposta.

NÃO FOI BEM JULGADO PELO DOUTOR JUIZ DE FORA: AS APELAÇÕES JUDICIAIS NOS PROCESSOS CRIMINAIS DA COMARCA DEVILA RICA NO SÉCULO XVIII

Maria Gabriela Souza de Oliveira

As primeiras décadas, desde a descoberta do ouro nas Minas, foram marcadas por muitas transformações e conflitos. Quanto mais a prosperidade parecia brotar dos solos e dos rios, maior era o fluxo de pessoas que chegavam à região do ouro mineiro em busca de melhores oportunidades e riquezas. Portugal, atento aos movimentos crescentes de revoltas, motins e

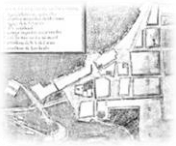
assuadas, além de disputas acirradas pelo metal, tratou de criar instrumentos de controle, normatização e vigilância. A justiça foi um deles. Essencial para o fortalecimento do poder real, o rei delegava diversas funções aos oficiais escolhidos para fazerem a justiça oficial e as leis do Reino nas longínquas, mas fundamentais, terras de Minas Gerais. A partir de 1730, a justiça passou a se desenhar e atuar nos palcos da vida cotidiana mineira. Centro administrativo de grande importância, a então Vila do Ribeirão do Carmo (cidade de Mariana) contava com uma estrutura administrativa da justiça em primeira instância, a qual já em 1731 estava a cargo do Juiz de Fora, homem designado diretamente pelo monarca com a função, dentre outras, de julgar os casos cíveis e crimes do Termo do qual era responsável. Porém, quando suas decisões não satisfaziam as partes envolvidas numa contenda, estas se valiam de apelações à Ouvidoria de Vila Rica, segunda instância jurídica. Feita a apelação, o ouvidor tinha a obrigação de analisar as decisões tomadas pelos juízes de fora ou juízes ordinários e, se necessário, alterá-las ou revogá-las ou apenas endossar as condenações impostas pelos juízes da instância anterior. O processo poderia ainda ser apelado novamente a uma terceira instância, isto é, os Tribunais da Relação, como ocorreu no caso que será apresentado neste trabalho. Este trabalho tem como objetivo analisar a dinâmica processual entre as várias instâncias da justiça que atuaram em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. Para tanto, analisa um processo de querela aberto em 1736 e que, por meio de apelações, alcançou o Tribunal da Relação da Bahia. A apelação era uma etapa do processo jurídico, fosse ele civil ou criminal, que tinha lugar quando uma sentença era proferida e a parte vencida não concordava com a resolução e apelava a uma instância superior. No caso em foco, o réu condenado a degredo, apelou à Ouvidoria de Vila Rica e desta para o Tribunal da Relação da Bahia, conseguindo reverter sua condenação recebida em primeira instância. Nesta trajetória distingue-se um embate entre o ouvidor e o juiz de fora, no qual se evidencia formas distintas de se fazer justiça e de se aplicar as leis. Os caminhos tomados até a comutação da pena é, portanto, uma oportunidade para se analisar as diferentes formas de se aplicar a lei e executar a justiça por intermédio de instâncias oficiais e de homens de letras nomeados pelo rei. Esta comunicação busca, enfim, apresentar um cenário de conflitos e jogos de força ocorridos entre as interpretações legais e a execução da justiça promovida por instâncias jurídicas oficiais que buscavam ordenar a revolta e rica Capitania de Minas Gerais.

PROJETO DE UM "NOVO CÓDIGO" PARA PORTUGAL: A PRESENÇA FRANCESA EM PORTUGAL E A "SÚPLICA CONSTITUCIONAL"

Jairdilson da Paz Silva

Houve neste período uma profusão de grandes autores ilustrados, entre os quais se destaca Pascoal de Mello Freire dos Reis, reconhecido como o pai da história do direito português. Este autor mui próximo à corrente filosófica

do "*usus modernus*" estava muito conectado com as correntes do pensamento jurídico da época no resto da Europa, escreveu quatro livros sobre a história do direito português. Ademais de seu famoso livro "*Institutiones iuris civilis lusitani*", vai escrever também "*Dissertação Histórico-Jurídica sobre os Direitos e Jurisdição do Grão- Prior do Crato, e o Seu Provisor*". Foi encarregado pela rainha Maria I em 1783 para que elaborasse um Novo Código para Portugal, tarefa que a rainha havia encomendado antes a uma junta que devia refundir as leis do reino em um novo código, más, a tentativa restou frustrada. Mello Freire vai escrever os Códigos de direito público e de direito penal. Outro elemento que pesará na balança ideológica e que refletirá na Constituinte de 1821 portuguesa será a presença militar francesa e o governo de Junot em Portugal. O Comandante em Chefe, Junot, dirá nesta Proclama que se rodearia, na tarefa de governar Portugal, dos homens mais instruídos do reino, e da boa vontade de todos os seus habitantes. Traçará umas linhas mestras para a administração, exércitos e educação pública em Portugal, através desta proclama, que aparecerá nos artículos do decreto expedido no mesmo dia. Tarefa que vê fácil por contar com um "*Peuple Spirituel, Patient et Brave*", como eram os portugueses. E para combater a desordem, os salteadores, principalmente a mendicância, não somente foram criminalizados, ainda que a proclama fala indiretamente, más sim que fala de dar-lhes uma função útil na sociedade, posto que eram vistos como o início de todos os males desta. A presença francesa vai interferir no ordenamento jurídico português, primeiro com a introdução de novas fórmulas para marcar a mudança de titularidade do Estado, más também vai introduzir algo das doutrinas francesas. Ademais, entenderá como abdicação dos direitos à coroa o fato dos príncipes de Bragança terem fugido para o Brasil, o que era quase uma interpretação suareciana do tema, uma correlação com os acontecimentos espanhóis; somente que no caso português a soberania recairia no conquistador francês e em consequência no seu imperador. O certo é que a presença francesa e a ausência do rei serão um catalizador para que alguns grupos apresentassem suas ideias de governabilidade do Estado, pró Junot ou a favor dos Braganças, ou nenhuma destas opções, más a favor de Napoleão e de uma constituição para o reino. O bispo de Coimbra e reitor da Universidade, D. Francisco de Lemos se prestará aos planos de Junot de enviar uma deputação de Suplica Constitucional, que devia encontrar o Imperador em Bayona, entre os dias 1 e 10 de abril, conforme à carta enviada ao bispo por Junot, e incita ao Senado da Câmara de Lisboa a eleger os deputados que comporão dita deputação. Da exposição de motivos sobre dita deputação, D. Francisco de Lemos aclara no processo aberto contra ele que Portugal, em palavras de Napoleão, devia abandonar a seu rei, sua constituição e suas leis, porque estas instituições seriam pouco liberais. Assim que, na súplica se pede diretamente "*uma constituição e um rei constitucional*", e "*que seja príncipe de sangue de vossa real família*".



SIMPÓSIO TEMÁTICO 16
Os espaços coloniais como problema de pesquisa: cartografia, sistemas geográficos e novas metodologias

Coordenadores: Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno (Universidade de São Paulo) e Tiago Luís Gil (Universidade de Brasília)

13 de setembro de 2016

METAMORFOSES DA COLONIZAÇÃO: O RIO TOCANTINS E A EXPANSÃO PARA O OESTE EM MAPAS E RELATOS (SÉCULO XVIII)

Junia Ferreira Furtado

Para compreender o movimento de abertura do interior do Brasil, este artigo analisa dois relatos manuscritos e um mapa do rio Tocantins que desnudam o progressivo domínio que os luso-brasileiros alcançavam sobre a natureza local, permitindo efetivar a colonização desse espaço e objetiva-se analisar a atuação dos colonos nesse espaço.. Busca-se visualizar e analisar nos suportes cartográficos as formas transitórias e permanentes de colonização que iam se estabelecendo ao longo dessa rota fluvial, como fazendas, núcleos urbanos, casas fortes, para proteção contra o ataque de gentios; bem como a construção imaginária que os colonizadores iam compondo do Brasil e dos seus espaços do interior, especialmente os que apresentavam riquezas minerais.

RELACIONES ECONÓMICAS ENTRE LA AUDIENCIA DE QUITO Y ELSUROCCIDENTE DE LA NUEVA GRANADA ENELSIGLOXVIII. ANÁLISIS-CUANTITATIVO DE UNESPACIO ECONÓMICO

James Vladimir Torres Moreno

La presente investigación busca realizar un análisis cuantitativo de las relaciones económicas entre la Real Audiencia de Quito y el suroccidente de la Nueva Granada en el siglo XVIII. Para ello, se busca medir el flujo de mercancías y metálico entre ambas economías a partir de un análisis sistemático de fuentes alcabalatorias para siete mercados: Barbacoas, Pasto, Raposo, Popayán, Cali, Chocó y Cartago. De este modo, se busca someter a un intensivo análisis estadístico una base empírica procedente de las fuentes clásicas de la historia económica colonial: las guías y los libros manuales de alcabalas. De ser aprobada, la investigación aportará al problema de la articulación de la economía colonial y permitirá conocer la importancia recíproca de dos economí-

as que han sido estudiadas por separado debido a un enfoque analítico que ha privilegiado las fronteras nacionales actuales.

A REPRESENTAÇÃO DOS ENGENHOS DE AÇÚCAR NOS MAPAS DE JOÃO TEIXEIRA ALBERNAZ (1616-1640)

Victor Bertocchi Ferreira

A presente comunicação refere-se ao estudo da cartografia produzida por João Teixeira Albernaz (I). Em particular, pretende-se investigar a série de *cartas* produzida pelo referido cosmógrafo entre 1616-1640, tendo como eixo principal de análise a representação dos engenhos nas capitanias açucareiras do *Estado do Brasil*. Na primeira parte deste trabalho, levantaremos algumas questões relativas ao âmbito de produção desses mapas. João Teixeira Albernaz, como se sabe, pertencia a uma destacada família de cosmógrafos. Assim como seu pai, trabalhou a serviço do *Armazém da Guiné e Índia*, contribuindo, portanto, para a produção de cartas e instrumentos náuticos destinados às esquadras portuguesas. Todavia, parte fundamental dos trabalhos executados por João Teixeira ainda existentes refere-se a ricas e decoradas compilações de cartas sobre o Brasil, feitas em sua maioria por encomenda. Estas observações trazem implicações quanto ao âmbito de circulação desta cartografia de cunho comercial – que, por sua vez, podem lançar novas luzes acerca dos sentidos possíveis de recepção destes objetos. Na segunda etapa, avançaremos especificamente no tema da representação dos engenhos. Partindo das cartas confeccionadas pelo referido cosmógrafo, iremos, em primeiro lugar, confrontar as informações extraídas dos mapas com outras fontes do período – escritas por religiosos, senhores de engenho e militares. Dada a disparidade entre o número de engenhos usualmente listados pelos cronistas e o número efetivamente representado nas cartas, levanta-se a questão acerca de quais os sentidos que presidiam a representação dos engenhos nos mapas. Igualmente importante será pensar a relação entre a presença dessas unidades nas cartas mais detalhadas de cada capitania e a própria estrutura administrativa do *Estado do Brasil*, com suas vilas e cidades. Seria a presença desses engenhos na cartografia mais um indício de que eram pensados como um suporte à conquista e governança da colônia? Em seguida, destacaremos os elementos visuais que compõem a figuração dos engenhos: quais os símbolos visuais foram utilizados pelo cartógrafo? A quais elementos da arquitetura açucareira eles se referem? E, por fim, o que poderíamos concluir acerca da toponímia associada a estes símbolos? Em relação a este último ponto, salta aos olhos a referência aos nomes de alguns senhores de engenho. Particularmente nas cartas sobre o Recôncavo Baiano, Albernaz fez referência a membros da *açucarocracia* baiana. Quem eram estes senhores? E por que alguns, em especial, foram retratados nas cartas do período? Por fim, retomando a primeira parte da comunicação, encaminharemos a conclusão refletindo sobre as possíveis consequências da referência a esses nomes, dados os possíveis espaços de circulação destes mapas. O *corpus* do-

cumental de nosso estudo compreende as cartas das versões de c. 1616, c. 1626 e 1627 do *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*; o "atlas" *Estado do Brasil*, de 1631; o chamado "Atlas Teixeira-Praguense", de c. 1631-33; e, por fim, a *Descrição de todo o marítimo da Terra de Santa Cruz chamado vulgarmente o Brasil*, de 1640.

"PENSAR COM LOSOJOS" SERTÕES, CARTOGRAFAR TERRITÓRIOS E REPRESENTAR PAISAGENS

Esdras Arraes

As poucas informações cartográficas que objetificam os processos de urbanização dos sertões das capitanias do Norte têm lançado desafios aos pesquisadores interessados no tema. O desafio aumenta quando se sabe do conhecimento e ocupação dessas zonas desde meados do Seiscentos. Em contrapartida, a farta documentação escrita por oficiais régios (civis e eclesiásticos) representam os sertões ocultos nas imagens, estruturados por uma hierárquica rede de povoações equacionada em cidades, vilas, julgados, freguesias, capelas, passagens, sedes de fazendas e pousos. Isto posto, o objetivo dessa comunicação busca representar esses sertões fora da "cena cartográfica" desenhada nos séculos XVII e XVIII, dando às vistas territórios dinamicamente vividos e transformados em paisagens. Serão tratadas relações políticas, econômicas e culturais como basilares à formação material de macro paisagens conformadas no espaço em longa duração. Como método de análise, intercruza-se texto e imagem para *pensar com los ojos* - segundo a poética acepção do historiador de arte argentino Damián Bayón – os processos de urbanização emanados da Coroa portuguesa ou daqueles operados no cotidiano dos habitantes, sejam adventícios (europeus e africanos) ou indígenas. Vale-se, ainda, de programas de georeferenciamento a fim de localizar as povoações no território e interpretar as razões de sua posição geográfica no contexto social e político ao qual estavam inseridas.

A ELITE PROPRIETÁRIA DE SÃO PAULO NO INÍCIO DO SÉCULO XIX

Allan Thomas Tadashi Kato

Esta comunicação tem como objetivo apresentar resultados iniciais obtidos no doutorado que realizamos na FAU-USP. Busca-se compreender a dinâmica urbana através das propriedades (citadinas e escravos) de parte da elite paulistana. Essa pesquisa foi concebida tendo como pano-de-fundo um quadro sobre São Paulo colonial bastante conhecido e amplamente difundido: pobreza e estagnação. Uma das pioneiras no questionamento dessa ideia foi Maria L. Marcilio que reavaliou a queda populacional da cidade de São Paulo entre 1750-1850 explicada pelo desmembramento desta em razão da criação de novas vilas. Utilizando-se de inventários Maria A. Borrego (para o XVIII) e Maria L. Viveiros de Araújo (para o XIX) indicaram que, pelo me-

nos parte da população da cidade, tinha uma avultada riqueza e mais do que isso, sua inserção no mercado macrorregional (e talvez do Brasil) como essas mesmas historiadoras já haviam delineado. Esses estudos (e outros) sugerem uma outra São Paulo, que não era nem estagnada nem pobre. Buscamos compreender a dinâmica urbana através das relações entre o 'intra e extra-muros'. Focamos no período de 1809 a 1829, anos em que foram realizados os primeiros 'censos de imóveis' da capital. Eram as Décimas Urbanas, arrolamentos dos imóveis urbanos indicando seus proprietários, o valor do aluguel (se fosse o caso, arbitrado) e o valor do imposto a ser pago (calculado a partir do aluguel). Para 1809 o levantamento foi mais global (excluindo somente as propriedades da Santa Casa) e mais detalhado quanto a uma descrição sumária da casa (lanços, corredores, pavimentos, lojas) além dos nomes dos inquilinos. Já o levantamento de 1829 ficou restrito a uma pequena parte da cidade. Apesar disso, neste segundo livro de Décima pode-se ver o crescimento da cidade. Esse tipo de fonte permite conclusões mais amplas sobre a questão da propriedade citadina do que os inventários. O primeiro exercício foi arrolar quem eram os maiores proprietários urbanos quanto ao valor de aluguel. Selecionamos os 20 maiores, todos tinham aluguéis em número superior a 80$000 réis anuais. Isso poderia representar proprietários com conjunto de casas avaliadas entre 4 e 12 contos de réis. Depois, buscamos esses nomes nas listas nominativas de 1807 a 1811. Apenas dois deles não residiam na parte urbana da cidade. Esse segundo exercício possibilitou conhecermos melhor os proprietários – profissão, cor social, patente, etc. Porém outra questão se colocou: grandes proprietários de escravos que tinham uma ou duas casas na cidade. Nosso grupo inicial saltou para 38 nomes que detinham casa na cidade e que tinham escravos. Bastante heterogêneo quanto as origens, profissões e patentes foi possível dividir em três grupos: o dos filhos da nobreza da terra, os dos emigrados em uma segunda grande leva de reinóis (chegados no último quartel do XVIII) e uma terceira composta por homens que não compunham inicialmente a nobreza, mas que enriqueceram com o comércio. Esta divisão ainda precisa ser melhor pensada. Isto porque não incorporou dois homens oficiais mecânicos que construíram um bom patrimônio. No atual momento estamos trabalhando com construção das genealogias desses homens e mulheres, queremos através das atas de casamento identificarmos as alianças e relacionamentos indicados nesse ato. Essa é outra forma de identificarmos grupos, talvez melhor do que este acima relatado. Apresentaremos alguns resultados tentando entende-los em sua disposição espacial. Já percebendo que moravam na parte mais central da cidade, no triângulo.

CERTIDÃO DE NASCIMENTO DE MACEIÓ

Maria de Fátima de Mello Barreto Campello / Josemary Omena Passos Ferrare

"Certidão de nascimento de Maceió" é o estatuto que assume a *Planta e explicação daz enciadaz de Iaragôa e Pajusara* descoberta recentemente em arquivos portugueses. Seu grande valor documental e simbólico reside no fato dela

retratar, pela primeira vez, o núcleo inicial da cidade de Maceió, documentando sua gênese e momento de fundação. Com essa planta, a iconografia conhecida da cidade recua de 1841 para 1757, período colonial portanto, século XVIII, que no Brasil costuma se caracterizar por um grande vazio de imagens. Sabemos o quanto é sentido esse vazio de imagens da Maceió colonial e que esse fato inclusive leva Craveiro Costa, o mais creditado historiador da cidade, a formular uma construção historiográfica para tentar suprir essa lacuna atribuindo à uma gravura, *Antiga Matriz de Maceió*, já do final do século XIX, a capacidade de representar a Maceió colonial. Na planta de 1757, eminentemente uma carta náutica, a narrativa visual sobre o momento de gênese da cidade é construída com os recursos do desenho: linhas, texturas e cores. Mas não só com esses recursos, já que existe nessa planta uma segunda narrativa visual sobre esse momento, dessa vez construída com as palavras presentes no texto do cartucho. O texto é um guia para os navegantes que vêm para Maceió pelo litoral norte do Brasil para atracar na enseada de Jaraguá. Ambas as narrativas emocionam, desenho e texto, principalmente aos pesquisadores tão acostumados com a ausência de imagens da Maceió colonial. Elas são construídas a partir de postos de observação diferentes: no desenho, o observador se situa no alto, plaina como um pássaro em seu voo acima da enseada; no texto, o observador mantém o olhar na linha do horizonte, com os pés fincados em alguma embarcação que adentra a enseada. Em comum a ambos: miram a povoação a partir do mar. Por serem visões a partir de postos de observação diferentes, completam-se enriquecendo com detalhes a descrição da nascente povoação. São práticas visuais que aqui se revelam: postos de observação, altura e direção das visadas, enquadramentos. Por meio do estudo dessas práticas e representações, duas características das cidades portuguesas se evidenciam: a implantação em dois níveis, cidade (Maceió) e porto (Jaraguá), e a ocupação geométrica de um núcleo e dispersa do outro. Explorar detalhadamente essas duas narrativas visuais é o que pretendemos fazer nesse trabalho. Com isto, privilegiamos o estudo da dimensão visual dos fenômenos que envolvem a criação dessa urbe, dimensão ainda muito pouco explorada nos trabalhos sobre a história da cidade. Além disso, trazemos como contribuição a construção da biografia dessa planta, dados inéditos de sua feitura, autoria e contexto de produção, no âmbito dos estudos cartográficos encomendados pelo governo local a Antonio Joseph de Lemos sobre os portos mais vantajosos para embarcar para Portugal as madeiras de lei existentes na região destinadas à construção náutica. Por sua relevância histórica, esse documento clama por um estudo detalhado. Sua descoberta nos leva a lançar novas hipóteses sobre a formação colonial desse povoado, ainda hoje nebulosa, permitindo-nos repensar a historiografia da cidade. São essas novas hipóteses que pretendemos averiguar ao confrontar a planta com outros documentos iconográficos, principalmente mapas portugueses e holandeses do século XVII da Capitania de Pernambuco, planos da enseada de Jaraguá e plantas da cidade de Maceió do início do século XIX, resultantes de ampla pesquisa documental realizada.

ESTUDOS DE VELHAS PAISAGENS NORDESTINAS E A SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Roseline Vanessa Santos Oliveira

Este artigo consiste em uma síntese da dinâmica de trabalho e da produção de conhecimento do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem (Fau-Ufal), o qual visa contribuir para os estudos urbanos comparados, tendo como ferramentas programas de manipulação gráfica. Aborda as trajetórias urbanas de um conjunto de vilas e cidades nordestinas dos séculos XVI e XVII, visando fortalecer suas propriedades patrimoniais e identitárias. Com isso, as pesquisas desenvolvidas pelo Grupo se colocam na condição de fornecer subsídios a ações de instituições públicas vinculadas à cultura urbana, ao turismo, ao reconhecimento do patrimônio citadino, bem como para a realização de produtos e de atividades de socialização do conhecimento através da linguagem digital. Privilegiando a análise de fontes iconográficas primárias, parte do confronto entre representações históricas e situações paisagísticas atuais e cataloga referências da paisagem urbana, desde expressões físicas e naturais, até aspectos relativos a hábitos e costumes acumulados na longa duração. A paisagem é, nesse sentido, entendida aqui como conceito que dá relevo particularmente aos processos de identificação humana e social com o espaço. O Grupo tem recebido apoio e benefícios de vários órgãos de fomento, solicitados através de editais públicos, tais como CNPQ, Fapeal, Iphan, Petrobrás, dentre outros. Como resultados desses trabalhos de investigação, o mesmo tem se dedicado, através de seu laboratório de Criação Tabaête, ao desenvolvimento de projetos na linguagem de Design Gráfico e de Produto que apontem para futuras ações de inovação e aproximem a pesquisa e o design de produtos culturais, um campo ainda novo, mas que pode trazer repercussões positivas em termos da economia da cultura e dinamização da educação.

A CARTOGRAFIA E A ICONOGRAFIA DA BATALHA DO COMANDATUBA E DO CERCO DE PORTO CALVO EM 1637 – SUBSÍDIOS PARA PESQUISAS DE LOCALIZAÇÃO DOS COMPONENTES DA ESTRUTURA DE DEFESA E ATAQUE

Levy Pereira

A ofensiva militar comandada pelo Conde Maurício de Nassau em 1637 objetivava derrotar as tropas ibero-brasileiras acantonadas na Vila do Bonsucesso de Porto Calvo, expugnar a resistência ibero-brasileira e, em seguida, ocupar o restante do território da Capitania de Pernambuco compreendido entre Porto Calvo e o rio São Francisco. O primeiro embate dessa campanha, a Batalha do Comandatuba, travada em 18 de fevereiro de 1637, culminou com a esmagadora vitória das armas neerlandesas, o que permitiu o início do cerco da Vila do Bonsucesso. Assim, ficou patente aos comandantes ibero-brasileiros a urgência da retirada do grosso dos combatentes, dirigentes e moradores para a Bahia, pois havia-se constatado a enorme in-

ferioridade das tropas ibero-brasileiras frente ao poderio neerlandês. A retirada de muitos civis e militares por caminhos difíceis seria, nas circunstâncias, penosa e lenta – isso implicou na decisão de se encarregar a guarnição do Forte de Porto Calvo de resistir ao exército neerlandês o máximo de tempo possível, o que bravamente o fez até a inevitável rendição, em 6 de março de 1637. Essa manobra de retardamento concedeu tempo suficiente para que essa memorável retirada fosse feita até a Bahia em relativa ordem, sem desintegração ou perda elevada do efetivo das tropas ibero-brasileiras, porém, com muito sofrimento para os moradores. Tem-se conhecimento de alguns detalhes da Batalha na bibliografia e em alguns mapas e ilustrações neerlandeses, mas, dispersos de tal forma que, somente em 2015, conseguiu-se levantar em campo a localização da área onde ela ocorreu, sem, no entanto, determinar os locais específicos dos acampamentos, trincheiras, plataformas de artilharia, etc.. Quanto ao Cerco, a posição do Forte, dos fortins e de alguns outros pontos de interesse, também só foi determinada em 2015, restando localizar outros componentes importantes da estrutura de ataque e defesa. O presente trabalho, complementar à pesquisa arqueológica realizada em 2015 na área de Porto Calvo, sob a égide do IPHAN/AL, apresenta, com base no georreferenciamento dos mapas (*plattegronds*) e na interpretação das ilustrações (*gezicht*) neerlandeses coevos, uma proposta de localização probabilística para os componentes da estrutura de defesa e ataque ainda não pesquisados, objetivando facilitar uma futura prospecção que conduza às suas localizações precisas no campo da Batalha do Comandatuba e no Cerco de Porto Calvo. Pretende-se, dessa forma, contribuir com futuras pesquisas de caracterização arqueológica nesses campos de honra, e com a explicitação de seu potencial histórico e turístico, de alto interesse para a herança comum do Brasil, Portugal, Espanha e Países Baixos.

14 de setembro de 2016

INFRAESTRUCTURA Y ESPACIO EN LA NUEVA GRANADA COLONIAL

Carlos Eduardo Valencia Villa

En general la historiografia sobre las Américas de la época colonial afirma, casi que por lugar común, que existió una gran fragmentación espacial de las unidades políticas, sean estas virreinatos, reales audiencias, capitanías, colonias o intendencias. Esta división seria consecuencia de las inmensas distancias del continente, su morfología desafiante y, más importante aun para defender esa afirmación: las relativamente bajas inversiones en infraestructura realizadas por la Corona y los agentes privados. Las fuentes usadas para sustentar esa hipótesis son, primero, los informes de gobernantes y funcionarios sobre el estado de esas unidades territoriales, segundo, las constantes quejas y reclamos de los gremios o de individuos sobre la situación de caminos, cables, puentes y puertos, y, tercero, las crónicas, cartas y relatos de viajantes que se internaban y recorrían esos espacios. Sin embargo, la critica documental puede relativizar esas opiniones, pues ellas representan intereses

específicos que tendían a presentar un panorama desolador, que a su vez seria justificado por una supuesta, o real, baja inversión en infraestructura. Por eso, esas fuentes deben ser contrastadas con otras informaciones. Este texto, que hace parte una investigación mayor, pretende relativizar esa supuesta infraestructura precaria y la consiguiente fragmentación regional que se dice que generaba. Como método se Georreferencian 34 cartas y mapas de áreas del virreinato de Nueva Granada a finales del siglo XVIII donde aparecen las obras de infraestructura que de hecho existían.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA REPRESENTAÇÃO DO RIO AMAZONAS NOS MAPAS DO SÉCULO XVI

Lucas Montalvão Rabelo

Este trabalho apresenta o encaminhamento e as conclusões do estudo acerca das representações cartográficas do Rio Amazonas, ao longo do século XVI. As fontes elencadas nesta pesquisa compõem um panorama dos mapas-múndi e regionais em que o rio-mar aparecia figurado. Assim, compreendem exemplares manuscritos e impressos de cartógrafos como Juan de La Cosa, Martin Waldseemuller, Lopo Homem, Diogo Ribeiro, Sebastião Caboto, Gerardus Mercator, Abraão Ortelius, Luís Teixeira, entre outros. A linha de pesquisa baseou-se na Nova História Cultural e as suas problemáticas inerentes. Os mapas foram compreendidos enquanto uma representação cultural em que tanto o imaginário do cartógrafo quanto de sua sociedade eram os elementos base. Assim, por meio do conjunto imagético que compunha o repertório cognitivo daqueles indivíduos e de sua sociedade, o exemplar cartográfico seria produzido. Este entendimento acerca dos mapas alia-se à metodologia empreendida por Brian Harley. Estudioso dos mapas, ele propôs, dentre outras coisas, uma forma de abordá-los não como espelhos da natureza, mas como discursos humanos carregados de sentidos intrínsecos. Assim, o objetivo, ao se estudar a representação cartográfica do Rio Amazonas, foi perceber de que maneira uma tradição cartográfica provinda do Medievo e da Antiguidade Clássica influenciou a construção imagética dos mapas no século XVI. Em paralelo, procurou-se verificar também de que maneira a influência da experiência cartográfica náutica, iniciada com os portulanos no Medievo, e o conhecimento dos espaços do Novo Mundo, em especial da região amazônica, contribuíram para a imagem do mundo. Estes dois grandes aspectos são abordados nos dois primeiros momentos desta pesquisa. Na última etapa, realiza-se um balanço destas influências gerais aliando-se a questão particular dos cartógrafos quinhentistas. Como o seu contexto gerava intenções específicas ou nacionais e como elas teriam influído na composição de seu produto final. Desta forma, as conclusões deste estudo apontam que para realizar a representação do Rio 'das' Amazonas, ao longo do século XVI, o cartógrafo estaria diante de dados novos de uma parte do mundo recém conhecida e, como as novidades não davam conta de tudo, os espaços contavam com dados provindos de uma retórica cartográfica baseada em

elementos resgatados das formas anteriores. O arranjo destes elementos de origem diversa comporia uma síntese cartográfica. Neste ponto, o exemplo da representação serpenteada do rio Amazonas é sintomático desta ideia: uma solução que compreendia tanto a experiência náutica quanto um padrão próprio provindo de um dos modelos retóricos da época medieval. Entretanto, em cada período dentro do século XVI, o nível de conhecimento empírico possibilitava uma dimensão maior de figurações baseadas na experiência prática. Mas, isso não significou que os elementos da tradição fossem deixados de lado, pelo contrário, eles se reinventavam. Outro ponto importante abordado foi de que existiam questões inerentes ao próprio autor que interferiam de forma específica na sua representação da região amazônica.

HISTORIOGRAFIA E A COLONIZAÇÃO DO VALE DO PARNAÍBA: O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA OCUPAÇÃO E DO POVOAMENTO (1720-1759)

Samir Lola Roland

Neste trabalho, busca-se uma revisão sobre como historiografia do Maranhão e o Piauí, discutiu o tema da colonização do Vale do Parnaíba. Constatou-se, como alguns temas frequentemente discutidos: a questão da contraposição entre o litoral e sertão, a precedência da conquista entre Domingos Afonso Mafrense e Domingos Jorge Velho, os grupos indígenas, os conflitos entre sesmeiros e posseiros e entre as jurisdições do Maranhão e Bahia, e a expansão da pecuária e o mercado agroexportador. Esses temas serão apresentados à luz dessa historiografia regional, procurando entendê-los vinculados as relações de poder que foram constituídas no próprio campo historiográfico no decorrer do século XX, envolvendo o litoral e o sul do Maranhão, e o Piauí, tornando-se necessário relativizarmos algumas abordagens e desconstruirmos alguns mitos nessa historiografia. Além de apresentamos e relativizamos alguns temas dessa historiografia, discorremos sobre o processo de consolidação da ocupação e do povoamento luso-brasileiro no sul da capitania do Maranhão e no Piauí, entre os anos de 1720-1759. Essa fase é caracterizada pela implantação do aparato político e administrativo da Coroa portuguesa, com uma atuação mais presente dos governadores, ouvidores e provedores do Estado do Maranhão, através de diversas tentativas de regularização e disciplina da ocupação e do povoamento, expressas na intensificação e aplicação das medidas políticas e administrativas, como por exemplo, a distribuição de cartas de sesmarias aos povoadores. Essas medidas são evidenciadas através de cartas, decretos, consultas e outros documentos passados pelas autoridades régias e governadores que visavam à verificação dos terrenos devolutos, a aplicação dos foros, a cobrança de dízimos e a demarcação de terras, dentre outras. Entretanto, fatores como à distância em relação aos centros políticos e administrativos, os frequentes ataques indígenas, os custos e as despesas em relação à demarcação e confirmações das terras adquiridas em sesmarias, a instabilidade da presença dos indivíduos em suas ocupações, dentre outros fatores, dificultaram o processo de regulariza-

ção desse espaço. Isso porque, a ocupação e o povoamento luso-brasileiro dessa região, foram marcados pela heterogeneidade de interesses em relação à posse e uso da terra, e por esta razão, intensificaram-se os conflitos fundiários entre sesmeiros e posseiros no período destacado.

A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO POR MEIO DA ESPACIALIZAÇÃO DA DÉCIMA URBANA DE MEIA PONTE – 1819

Nádia Mendes de Moura

Para reconstituir o espaço urbano de uma cidade, nos valemos de fontes diversas: narrativas e descrições do período estudado; cartografia e iconografia de época; acervo cartorial; inventários; documentos oficiais e fiscais, como as Décimas Urbanas. Entretanto, esse acervo documental geralmente não oferece informações homogêneas e apresentam lacunas. Em um minucioso trabalho de montar um quebra-cabeça, nos valemos de informações encontradas em determinadas base cadastrais para suprir um outro conjunto documental. Ao buscar reconstruir o espaço urbano no período colonial, nos esbarramos na identificação dos logradouros e edifícios na cidade, uma vez que os nomes das ruas e dos largos foram alterados inúmeras vezes com o passar dos anos, sem contar que a numeração dos imóveis só foi implementada no século XIX por ocasião do lançamento das Décimas Urbanas. Ou seja, critérios subjetivos orientam os levantamentos, o que dificulta no processo de espacialização das listagens e reconstituição das cidades, que são reconstruídas hipoteticamente por meio da espacialização dos dados manuscritos em "Mapas Conjecturais". Nesse quadro de imprecisões, a toponímia é uma "chave interpretativa" importante. No Brasil, antes do Império, a toponímia dava conta da identificação dos logradouros nomeando-os de acordo com seu "caráter" - seja pela presença de determinados personagens, seja marcado pela predominância de certas atividades ou natureza dos espaços. Outro aspecto igualmente importante da metodologia consiste em "varrer a pé" o sítio, uma vez que em muitos casos a tessitura urbana se manteve, ao contrário do casario que se modificou com o passar dos anos. Para esse exercício de espacialização urbana de um núcleo da Capitania de Goiás, elegemos o arraiala de Meia Ponte, atual cidade de Pirenópolis. Tendo como base a documentação da Décima Urbana de 1819, o *Mapa de Pyrenópolis* elaborado pela Missão Crulls em 1892, as narrativas dos viajantes e a familiaridade da pesquisadora com o sítio, construímos mapas temáticos em base atual, devidamente georreferenciados por meio do SIG (Sistema de Informação Geográfica).

GEOPROCESSANDO A INQUISIÇÃO: OS ESPAÇOS SOCIAIS NA BAHIA DO SÉCULO XVI

Carlos Antonio Pereira de Carvalho

O presente trabalho tem por objetivo analisar e compreender as relações sociais a partir dos espaços geográficos que demarcam a *circulação de informações* dentro de um contexto atípico na Capitania da Bahia. O contexto ao qual nos referimos é o da Visitação do Santo Ofício, em 1590, na cidade de Salvador. Neste sentido, nos atentaremos para a *circulação de informações,* dentro do espaço habitado da cidade da Bahia, por diversos moradores que estão a todo momento se confessando, denunciando ou mencionando outros moradores na mesa do Santo Ofício em relação a práticas heréticas. O nosso maior esforço será em repensar o espaço e enxergar uma Bahia que estaria interligada socialmente aquém do Recôncavo Baiano, revisando historiografias clássicas que limitam a socialização do espaço a muito menor do que ele realmente era. Para isso, utilizaremos como fonte o livro do *Santo Oficio,* que contém confissões e denunciações referentes à visitação feita em 1590. São inúmeros os casos que se somam a estas duas categorias, todavia, analisaremos somente a parte referente a denunciações, que contém um numero total de 217 casos. A partir disto, nos valeremos de um banco de dados já existente que está organizado em diversos campos, tais como: interrogados, locais citados, pessoas mencionadas, pessoa principal, local de moradia do interrogado, pessoa secundária, local de moradia da pessoa secundária, intensidade e etc., de forma que nos possibilite a feitura desta análise. Feita a tabulação dos dados e a organização metodológica, partiu-se para o *geoprocessamento* dos locais de fala dos interrogados visando a localização dos espaços geográficos destes indivíduos a fim de cruzar dados para saber quais eram os agentes históricos que conversavam entre si, sobre o que conversavam e sobre quem conversavam, de modo que, a partir desta análise, pudesse ser montado uma rede social em conjunto com a *circulação de informações* para enxergar todos os espaços geográficos da cidade da Bahia que eram interligados por meio da comunicação de seus agentes. Vide o exposto acima, proporemos uma nova visualização do espaço geográfico da cidade da Bahia, no século XVI, e sua interlocução geográfica. Deste modo, este trabalho se organizará com um contexto histórico acerca da primeira visitação do Santo Ofício à cidade da Bahia em conjunto com a historiografia clássica sobre o assunto; a forma como se deu a organização e análises dos dados a partir da documentação do Santo Ofício; a metodologia usada para análise e geoprocessamento dos dados, e, por fim, os resultados obtidos.

DE ALDEIAS A FREGUESIAS E VILAS: O PROCESSO DE DISSOLUÇÃO DAS A LDEIAS INDÍGENAS PAULISTAS NA REPRESENTAÇÃO CARTOGRÁFICA DO TERRITÓRIO DE SÃO PAULO (1765–1837)

José Rogério Beier

Essa comunicação visa estabelecer nexos entre as distintas políticas indigenistas assimilacionistas tocadas pela administração da Capitania de São Paulo a partir de 1765, e as representações cartográficas das aldeias indígenas paulistas até os anos finais da década de 1830. Pretende-se, por um lado, capturar o processo de dissolução dessas aldeias a partir da documentação cartográfica e, por outro, refletir sobre o modo como os cartógrafos escolheram representar esses núcleos em seus mapas, chamando atenção para o alinhamento existente entre essas representações e os interesses de diferentes agentes sociais na apropriação de terras das aldeias indígenas.

DE LISBOA A OLINDA: A INSERÇÃO E EXPANSÃO DOS CARMELITAS CALÇADOS NO BRASIL (1580-1640)

Roberta Bacellar Orazem

O presente trabalho é um recorte da primeira parte de nossa tese de doutorado em história da arquitetura e do urbanismo, defendida em 2015 na UFRN, que pesquisou a atuação dos carmelitas calçados da Bahia e Pernambuco na arquitetura, na cidade e no território do Brasil colonial (1580-1800). Essa primeira parte da pesquisa foi desenvolvida com base em documentos da Ordem do Carmo, mas, principalmente, em livros de religiosos-historiadores (SÁ, 1724; SERRA, 1916; PRAT, 1942; WERMERS, 1963; VELASCO BAYÓN, 2001), além disso, foram utilizados mapas do século XVII-XVIII. A Ordem do Carmo é uma ordem religiosa pouco estudada e divulgada na história do Brasil colonial, portanto, com esta comunicação, pretendemos diminuir essa desigualdade. A Ordem do Carmo surgiu no século XII na Palestina e foi implantada na Europa no século XIII. No século XVI, aquela ordem religiosa passou por uma reforma e dividiu-se em carmelitas descalços e calçados. Em Portugal, os carmelitas instalaram-se primeiramente em Moura (século XIII) e depois em Lisboa (século XIV), sendo que, a partir desse século, expandiram de Norte a Sul em Portugal, formando a Província Carmelitana Portuguesa com sua sede no convento do Carmo de Lisboa. Em 1580, um grupo de carmelitas calçados portugueses foi enviado como missionários da Igreja e funcionários da Coroa Portuguesa para fundarem um convento na Paraíba, mas acabaram se instalando na capitania de Pernambuco. A partir da fundação do convento do Carmo de Olinda, houve a formação de uma Vigararia (Vice-Província) do Carmo no Brasil submetida à Província do Carmo de Portugal. Os carmelitas calçados fixaram-se no Brasil a partir de fundações de conventos, de aquisição de terras, de administração de fazendas e de missões indígenas, a maioria desses bens adquiridos através de doação, porém, em alguns casos, através de compra. De 1580

a 1636, os carmelitas calçados inseriram-se de Norte a Sul do Brasil em núcleos urbanos estratégicos e em seus entornos: vila de Olinda (1580); cidade do Salvador (1586); vila de Santos (1589); cidade do Rio de Janeiro (1590); povoação de Ilha Grande - atual Angra dos Reis (1593); vila de São Paulo (1596); vila de Mogi-Mirim - atual Mogi das Cruzes (ca. 1603); cidade da Paraíba (antes de 1606); cidade de São Cristóvão (ca. 1608); cidade de São Luís (ca. 1616); cidade de Belém (ca. 1624); vila de Goiana (1636). Em 1640, os carmelitas calçados dividiram-se em duas Vigararias do Carmo: do Estado do Brasil (com 9 conventos) e do Estado do Maranhão (com 3 conventos), seguindo a divisão administrativa vigente no Brasil desde 1621. Sendo assim, compreendemos que a inserção dos carmelitas calçados teve a ajuda da Coroa Portuguesa, fazendo parte de seu projeto de expansão territorial e de fortalecimento da fé católica no Brasil, implementado desde o início da colonização e incentivado durante a União Ibérica. A série de fundações religiosas e de propriedades lucrativas dos carmelitas calçados, adquirida nesse primeiro momento de ocupação, formou a base de seu vasto patrimônio econômico e religioso, sendo mantido, desenvolvido e expandido até a segunda metade do século XVIII. Os carmelitas calçados não foram os únicos religiosos privilegiados nesse período, os beneditinos e os franciscanos, assim como os jesuítas - que atuavam há mais tempo, também tiveram privilégios e expandiram pelos principais núcleos urbanos no Brasil, sendo que cada grupo agiu de acordo com suas especificidades e limitações administrativo-religiosas.

15 de setembro de 2016

CARTOGRAFÍA HISTÓRICA DE LADIÓCESIS DE BUENOS AIRES CORRESPONDIENTE A LOS ÚLTIMOS AÑOS DEL PERIODO

María Elena Barral

Esta comunicación busca presentar los resultados de un primer ejercicio de producción de una cartografía histórica de la diócesis de Buenos Aires correspondiente a los últimos años del período colonial. La misma ha sido realizada mediante el uso de SIG y a partir de una visita diocesana y otras fuentes complementarias. Esta tarea se enmarca en un estudio más amplio destinado a analizar las formas de gobierno local al interior de la diócesis así como a examinar la articulación de esta con los espacios misionales. El objetivo fue producir un tipo de material que contuviera la información completa y precisa de la localización y ámbitos jurisdiccionales de las autoridades eclesiásticas de las áreas rurales de este espacio regional. Como han demostrado algunos estudios específicos (Levinton, 2010; Damasceno Fonseca, 2003) así como los realizados para otras regiones hispanoamericanas (Escobar Ohmstede y Gutiérrez Rivas, 2013; García Martínez y Martínez Mendoza, 2012) esta forma de organización de la información favorece la adquisición de un conocimiento más preciso y detallado de la ubicación de los pueblos rurales, de sus territorialidades y de las disputas y conflictos por su posesión y usufructo y se presenta como una vía particularmente fértil para reconstruir las formas de ejercicio de la autoridad local y aun las concepciones sociales sobre el territorio y la jurisdicción.

ESPACIALIZANDO A HISTORIA DO BRAZIL, DE FREI VICENTE DO SALVADOR

Mariana Silveira Leonardo de Souza

O presente trabalho visa a um exercício de georreferenciamento da *Historia do Brazil*, obra composta por cinco livros e escrita entre 1626 e 1630 pelo frade seiscentista Vicente Rodrigues Palha, o frei Vicente do Salvador, nascido na pequena Matuim, na capitania da Bahia, *circa* 1567. Filho de alentejanos que vieram para a América portuguesa para construírem suas vidas, o jovem Vicente Rodrigues Palha foi desde cedo exposto à doutrina cristã devido a formação que teve no Colégio dos Jesuítas da Bahia e também por membros de sua família, o que foi fundamental para o estabelecimento de contatos dentro da instituição religiosa para que cumprisse carreira eclesiástica. Durante a invasão holandesa da Cidade da Bahia no ano de 1624, frei Vicente e outros franciscanos foram mantidos cativos em uma das naus holandesas; pouco depois da retomada da cidade à coroa ibérica, o frade começou a escrever sua obra. A data de seu falecimento é incerta, acreditando-se ser em 1639, pois seu nome passa a não constar mais nos documentos da custódia da Bahia a partir de tal ano. O frade escreveu uma importante obra sobre a colônia, obra que abarcava tanto os detalhes geográficos e naturais dos trópicos quanto os habitantes naturais dessas terras, a relação que tinham com os portugueses e o trabalho desses últimos na catequese e conversão dos primeiros em súditos do rei de Portugal. A obra inova no sentido em que apresenta maior riqueza de detalhes na parte administrativa do Império Português na América, as medidas tomadas para a povoação do novo território, a conversão dos índios, as lutas contra estrangeiros e o gentio bravo para a manutenção da terra para Portugal. O rei d. João III é tido por frei Vicente como o "progenitor político do Brasil", como o responsável pelas medidas que levaram a povoação do território através das capitanias hereditárias. O frade começa a sua obra, nos dois primeiros livros, fazendo uma descrição mais geral sobre o espaço geográfico da terra de Santa Cruz - comumente chamada pelos que a habitavam de Brasil - ilustrando o modo de viver do gentio, a fauna e a flora locais de maneira bem ampla, baseando-se em descrições anteriormente escritas pelos cronistas que aqui estiveram anteriormente. A partir do livro Terceiro, a obra apresenta maior riqueza de detalhes nas descrições, inclusive apresentando certo julgamento por parte do frade sobre qual seria a melhor forma de governar esta terra e seus povos para que se pudesse cumprir o objetivo divino que o Império Português teria para com o mundo: espalhar a doutrina cristã entre as nações e estabelecer o reino de Deus na Terra. Tal riqueza de detalhes, incluindo descrições de campanhas e investidas dos colonos e portugueses, construção de fortificações, edificação de vilas e início de povoamentos e conflitos contra estrangeiros e índios bravos, apresenta material farto para a construção de mapas e outras foras de representações gráficas visando o georreferenciamento de sua obra, o que permite espacializar as relações entre colonos, portugueses e gentio, para que seja lançada outra luz nestas relações e nas atividades econômicas realizadas na colônia desde meados de 1500 até 1627, data que frei Vicente escolheu para encerrar sua obra.

SESMARIAS, SESMEIROS E MEEIROS: PROPRIETÁRIOS DE TERRAS E LAVRADORES AGREGADOS NA AMAZÔNIA PORTUGUESA - 1700-1836

Durval de Souza Filho

O objetivo deste trabalho é compreender as relações de trabalho num ambiente controlado pelas sesmarias na Amazônia do Século XVIII e primeira metade do XIX, para além da servidão indígena e escravidão africana. É nossa pretensão, com este trabalho – que utilizará do conceito de *redes de relações* de Giovanni Levi, apoiado nos princípios da economia pré-industrial de Karl Polanyi de *reciprocidade, redistribuição e domesticidade*; e do conceito de *espaço*, emprestado da Geografia Humana, e sua função de territorialidade ou as relações espaço-poder – tomar a região em dois recortes espaciais: um macro e outro micro. Para o macro faremos a distribuição das sesmarias no espaço e tempo no Estado do Maranhão e Grão Pará e depois Grão Para e Maranhão, objetivando entender ou mesmo visualizar a conformação destas propriedades no espaço/tempo. Para o Micro tomaremos como recorte a Vila de Cametá e a região do Baixo Tocantins, no Pará, para esmiuçar questões relacionadas às diversas relações sociais, econômicas e de poder relacionados à propriedade da Terra, principalmente as relações sesmeiros e suas "clientelas", aqui entendido como todos aqueles, além da escravaria e familiares, que de alguma forma estão agregados à propriedade latifundiária. Para os dois casos, todos os recursos e técnicas baseadas na produção de sistemas de informação geográfica (SIG) serão amplamente utilizados não somente para delinear as conformações espaciais ao longo do tempo, como também servir como um processo indiciário de possíveis conflitos entre vizinhos por conta de demarcações ou sobreposições de propriedades, como também a escolha do espaço levando em consideração itens como geografia de defesa e ecologia agropecuária. A escolha desta microrregião da Amazônia não foi aleatória. A região da Vila de Cametá, no Baixo Tocantins, se caracterizou, durante todo o período colonial como um espaço geográfico único onde se poderia encontrar uma espécie de resumo de todas as atividades coloniais do estado do Grão Pará e Maranhão. Historicamente, a região Amazônica foi dividida em áreas de vocação econômica, cada uma com uma exploração diferente. Nas áreas de várzeas e grandes campinas, como a Marajó, se criava gado. Às margens rios, igarapés e furos se proliferavam a cultura da cana e engenhos. Nas regiões de terras mais férteis o cacau domesticado cobria o solo. Das regiões mais distantes e sertões vinham as especiarias. Já a região de Cametá é a única onde se encontravam todas estas atividades, muitas vezes em consórcio. Além da policultura, e por conta dela, a região foi, além de Belém, onde se formou uma elite de razoáveis cabedais, de grandes propriedades e influência política e militar. Da Geografia, apropriaremos dos recursos e técnicas baseadas na produção de sistemas de informação geográfica (SIG) serão amplamente utilizados não somente para delinear as conformações espaciais das propriedades ao longo do tempo, como também servir como um processo indiciário de possíveis conflitos entre vizinhos por conta de demarcações ou sobreposições de propriedades, como também a escolha do espaço

levando em consideração itens como geografia de defesa e ecologia agropecuária. Nesse caso, o georeferenciamento das sesmarias se torna imprescindível.

CARTOGRAFIA HISTÓRICA DOS POVOS INDÍGENAS NOS SERTÕES DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO (SÉC. XVII A XIX)

Ricardo Pinto de Medeiros

O trabalho discute as possibilidades e limites na representação cartográfica das territorialidades indígenas, dos deslocamentos espaciais e do processo de aldeamento vivenciado pelos povos indígenas a partir do contato com os europeus, que se inicia no litoral no século XVI e avança para o sertão a partir do século XVII, principalmente após a expulsão dos holandeses. Neste século observa-se o início de uma série de conflitos entre os fazendeiros e povos indígenas, conhecido na historiografia como Guerra dos Bárbaros. Consideramos importante analisar o processo de conquista desta região levando em consideração, além da forma que se deu o avanço da frente pastoril frente às etnias existentes e o papel da Igreja Católica no aldeamento dos povos através das ordens religiosas missionárias, o componente ambiental como uma das variáveis importantes para a sua compreensão. Neste sentido, pretende-se representar cartograficamente os territórios, deslocamentos e aldeamentos dos povos indígenas nos sertões da capitania de Pernambuco dos séculos XVII à primeira metade do século XIX, de maneira a caracterizar como este processo de imposição de uma nova ordem territorial se implantou nas escalas temporal e espacial e quais as etnias, ordens religiosas e territórios envolvidos no processo. A pesquisa foi realizada principalmente em fontes documentais manuscritas e impressas, mapas, cronistas do período colonial, e em fontes secundárias, principalmente artigos e dissertações de mestrado e doutorado. A hipótese defendida é que havia uma territorialidade de algumas etnias indígenas sobre esta região, baseada nas suas características ambientais, no conhecimento nativo sobre ela e na interação entre estas etnias e que foi sendo transformada e redefinida em função do processo de territorialização que se verifica na região neste período.

O ESPAÇO DO COMPADRIO: SOCIABILIDADE E PARENTES COESPIRITUAL NA VILA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO (1776-1800)

Rachel dos Santos Marques

A comunicação aqui proposta pretende discutir alguns aspectos da relação entre parentesco espiritual e espaço na Vila do Rio Grande de São Pedro nas últimas duas décadas do século XVIII. Essa localidade foi palco de disputas territoriais entre as Coroas Ibéricas na segunda metade do século XVIII, tendo retornado ao domínio luso no final da década de 1770, após treze anos sob o domínio dos súditos de Espanha. Nesse contexto houve um processo de re-

organização da população e do espaço que incluiu a concessão de terras nas formas vigentes no Império Português: as datas eram terrenos que geralmente não excediam a um quarto de légua em quadra (equivalente a 272 hectares), e foram principalmente concedidas a famílias de agricultores, especialmente os *casais* provenientes das ilhas dos Açores. Já as sesmarias eram concessões consideravelmente maiores, chegando a ter duas léguas de comprimento por duas de largura, o que equivalia a mais de dezessete mil hectares. As possibilidades de obtenção de um ou outro tipo variavam de acordo com a posição social do requerente. Ao mesmo tempo, terrenos semelhantes foram distribuídos primordialmente em localidades próximas, o que significou que as propriedades de pequenos lavradores se concentraram em dois de seus Distritos, o do Povo Novo e o de Torotama. Essas famílias, em sua maioria, davam a batizar seus filhos na Capela de Nossa Senhora das Necessidades do Povo Novo. Por meio do estudo desses batizados e de uma comparação com aqueles realizados na Igreja Matriz, observou-se algumas diferenças importantes, especialmente no que se refere ao perfil dos padrinhos preferenciais de cada uma dessas localidades. As escolhas realizadas por pais e mães no momento de batizarem seus filhos são pertinentes ao estudo de sua sociabilidade por darem indicações das possibilidades que lhes eram disponíveis tanto na formação de laços horizontais, que são indicativos da existência de solidariedades mútuas, como na de laços verticais, incluindo-os em relações clientelísticas com pessoas proeminentes naquele contexto. Ao mesmo tempo, observou-se que essas escolhas não se pautaram somente pelas limitações impostas pelo espaço, já que identificara-se moradores do Distrito do Povo Novo como padrinhos preferenciais na Igreja Matriz da vila. Nesse sentido, como já foi dito, esta comunicação investiga essas relações entre condição social, lugar de habitação e sociabilidade por meio do parentesco espiritual. Foram utilizados 4864 batismos realizados em todas as capelas e oratórios na Vila entre 1776 e 1800. Uma vez que para a Vila de São Pedro do Rio Grande não restaram listagens nominativas que listassem os moradores por domicílio em cada distrito, para a identificação do local de habitação foi realizado o cruzamento dos nomes de pais e padrinhos com aqueles constantes na Relação de Moradores de 1786 (que listava os proprietários rurais da vila e a extensão de cada terreno), os registros de doações de *datas de terras*, inventários *post-morten* abertos até o ano de 1809, entre outros documentos. Nesses documentos, a referência à localização de cada um dos terrenos é acompanhada, na maior parte das vezes, de suas confrontações, ou seja, os nomes dos vizinhos imediatos, o que significou a identificação de um número de moradores maior do que o número de proprietários.

UMA "QUERELA TERRITORIAL" NOS SERTÕES DO NORTE: DISPUTAS PELA CAPITANIA DO CEARÁ NA FRONTEIRA VIVA DA AMÉRICA PORTUGUESA (SÉCULO XVII)

Leonardo Cândido Rolim

Criada e doada no período da implantação do sistema de capitanias hereditárias, a capitania do Ceará (ou capitania do Ceará Grande) não chegou nem a ser reconhecida por seu donatário. O português Antônio Cardoso de Barros atravessou o Atlântico na esquadra que trouxe o primeiro governador-geral, tendo sido nomeado pelo rei o primeiro provedor-mor do Brasil. Em uma trágica viagem pela costa em direção à capitania de Pernambuco, a embarcação em que se encontrava naufragou e parte da tripulação foi devorada pela população nativa na costa do atual estado de Alagoas. Nas primeiras décadas da colonização a capitania do Ceará ficou, portanto, à mercê de assédios de embarcações estrangeiras e tornou-se alvo fácil dos franceses e holandeses que tocavam a costa brasileira, estabelecendo relações com os nativos. No início do século XVII, Pero Coelho de Souza tentou estabelecer uma fortificação e um pequeno núcleo urbano na região do rio Ceará, malogrando após a morte de sua esposa e filho. Por volta de 1608 os padres Francisco Pinto e Luiz Figueira cortaram os sertões do Ceará na tentativa de catequizar os índios tapuia. Em períodos conturbados, embora duradouros, foi Martim Soares Moreno que deu início à colonização do Ceará, entrando em acordos com indígenas e conseguindo certo apoio da Coroa. Em 1621, quando Felipe III criou definitivamente o Estado do Maranhão, a capitania do Ceará foi incluída no seu território. No período entre 1621 e 1679, ano de doação da primeira sesmaria no Ceará, o território atribuído à capitania do Ceará foi alvo de disputas políticas e interesses que confrontavam os governadores do Estado do Maranhão e o governador da capitania de Pernambuco. Por ter seu litoral situado na costa leste oeste, tinha mais fácil comunicação com São Luís por via marítima. Ao mesmo tempo era parte importante do caminho por terra entre as duas capitais administrativas da América Portuguesa (Salvador e São Luís), além de zona de interesse direto dos negociantes da praça do Recife. Portanto, pode-se afirmar que no século XVII a capitania do Ceará representava parte fundamental da *fronteira viva* da América Portuguesa, ou seja, da fronteira entre Estado do Brasil e Estado do Maranhão e Grão-Pará. Destaque-se também que, com a criação dos bispados de Olinda em 1676 e do Maranhão em 1677, torna-se também uma zona de limites de jurisdição eclesiástica. Completando o quadro, no ano de 1658 foi criada a Missão da Ibiapaba por insistência do padre Antônio Vieira. A Missão situava-se bem na serra da Ibiapaba, nos sertões do Ceará e tornar-se-ia fonte de discórdia entre o Ceará/Pernambuco e Piauí/Maranhão. Dito isso, esta comunicação problematizará as fontes que apontam para uma disputa pela jurisdição sobre a capitania do Ceará que envolvia os agentes da administração régia, inclusive os governadores gerais do Brasil e do Maranhão. Uma primeira conformação do território da capitania do Ceará se deu exatamente nesta conjuntura entre a criação do Estado do Maranhão e a doação das primeiras

sesmarias a partir da administração régia da então capitania real de Pernambuco, e este é o objeto da investigação proposta nesta comunicação.

MÉTODO GEOHISTÓRICO EM GEOPROCESSAMENTO DA CARTOGRAFIA COLONIAL DO SÉCULO XVIII

Vinicius Sodré Maluly

O estudo da circulação territorial, para a pesquisa brasileira dedicada ao século XVIII, pode nortear o entendimento e a visualização da formação territorial que foi paulatinamente produzida a partir das extrações auríferas. Estas possibilitaram um fluxo demográfico e econômico que consolidou a presença brasileira além da fronteira impetrada pelo Tratado de Tordesilhas (1494), formando continuadas feições de urbanização que desencadearam uma rede urbana incipiente, alterando as feições do processo colonizador português. Esta alteração de perspectiva de colonização fomentou diversos entendimentos historiográficos com respeito à distribuição das *datas* auríferas, à instalação de povoados ao longo dos corpos d'água de extração, ao uso de mão de obra escrava, à formação de uma urbanização incipiente colonial, à distribuição dos caminhos − fluviais ou terrestres − e estradas − reais ou não −, à instalação de um aparato fiscalizador, ao abastecimento interno, à circulação de mercadorias, aos descaminhos do ouro, entre muitos outros. Desta miríade de facetas do século do ouro, as estradas e caminhos surgem como emblemas da espacialização ocorrida à época. Será problematizada a atividade dos caminhos e estradas (terrestres ou fluviais) em detrimento de uma passividade técnica, superando uma função de mera interconexão entre arraiais e vilas, com ênfase na socioespacialidade destes fenômenos. Portanto, a relevância apresentada por uma abordagem de metodologia geohistórica será colocada em debate (por meio da leitura de mapas históricos e tratamento das fontes primárias a partir de ferramentas de geoprocessamento), oferecendo uma possível releitura aos métodos tradicionais da historiografia colonial brasileira. As técnicas de SIG e as interpretações da obra cartográfica setecentista (que, em si, já se tratavam de uma interpretação dos próprios caminhos do ouro distribuídos ao longo do território em si) são fundamentais nesse esboço reflexivo a seguir. Ambas as abordagens técnicas materializam o escopo metodológico discutido em casos exemplificativos da distribuição do ouro – tão fortemente debatida pela historiografia. Para além de uma mera visualização iconográfica, busca-se *reconstruir* um entendimento de caminhos e estradas para além do historicamente proposto e, nessa empreitada, assimilar, ao menos superficialmente, a espacialização promovida por eles. Alguns estudos de caso serão demonstrados, com o geoprocessamento de mapas setecentistas que auxiliarão no entendimento da distribuição socioespacial do ouro, principalmente entre as capitanias de Goyaz e Matogrosso. Ambas as capitanias são emblemáticas no estudo de caminhos por se localizarem em áreas estratégicas à Coroa, entre o litoral em que predominava a atividade açucareira e a *hinterlândia* ainda despovoada e densa aos olhos do colo-

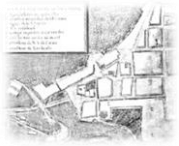
nizador português. Portanto, para se articular as zonas coloniais que se localizavam a oeste com o comando burocrático-fiscalizador emanado por Salvador, Recife e Rio de Janeiro, as atividades bandeirantes provindas de S. Paulo tinham o desígnio de promover a penetração territorial em busca de riquezas naturais e mão de obra indígena. A partir de então, estruturou-se uma rede de circulação híbrida interconectando as vias fluviais com as terrestres, exemplificada nas monções que partiam de Porto Feliz em direção às terras matogrossenses.

O BRASIL HISPÂNICO: FRONTEIRAS, CIDADES, MOSTEIROS, PRAÇAS E FORTIFICAÇÕES

Antonio Hoyuela Jayo

"A historiografia consagrou ideias a respeito da união ibérica que precisam ser revistas mediante interpretação documental, fato incomum na ciência histórica" (Santaella Stella, 2000). Se existe um período donde e preciso revisar a documentação para aportar luz a historia e a suas obras no espaço (arquitetura, cidade, território,…), esse é o período da União Ibérica. Filho do anacronismo, da complexidade do período, da falta de pesquisas de um e outro lado da linha de Tordesilhas, e reconhecido por vários autores como Antonio M. Espanha como um foco necessário para novas pesquisas. Durante o período do governo dos reis de Castela nos Brasis, 1580-1640, aumentará a produção urbana, se estenderá o território, é chegaram as ordens religiosas, crescerá a economia entorno do ouro branco (açúcar) e do escravismo, e será promulgada a legislação de base necessária para regular o território e a cidade. Também são integrados engenheiros, arquitetos e especialistas em arte, arquitetura e urbanismo, unidos pelo estile arquitetônico maneirista (chão), pelas escolas de engenharia e pela administração única da coroa. As ordens religiosas adquirem um papel fundamental no urbanismo, na arquitetura e na arte aplicando o modelo da Reconquista e as reformas do Concilio de Trento. A defesa protagoniza a cidade e estrutura seus limites. E as fronteiras se estendem muito além da linha de Tordesilhas por todo o território. Esse método "hispânico" une as tradições romã, árabe e grega, a través da experiência ibérica da reconquista. Foi assim que muitos dos parâmetros, instrumentos e ferramentas depois aplicadas em América foram experimentados e consolidados. Para poder analisa-lo precisamos trabalhar com documentações de fontes diversas, em varias línguas, com suportes diferentes, e nem sempre reconhecidas ou incorporadas pelos pesquisadores. O período tem sido analisado na tese doutoral Hispânica Urbs Brasiliarum (Hoyuela, 2015) que apresenta duas finalidades básicas: transmitir, difundir e entender o processo de interação territorial e urbana das coroas ibéricas no Brasil, e criar ideias para avançar numa infraestrutura patrimonial de caráter cultural e de interesse para o desenvolvimento de políticas urbanas e de desenvolvimento sócio – económico. A tese insiste nos efeitos, e nos resultados dessas ações no território (cidades, fortificações, missões, povoações e sistemas urbanos...) como base para a constru-

ção dos sistemas patrimoniais, interligados e analisados a diferentes escalas. A falta de conhecimento do período, e a falta de visões mais transversais e menos preconceituosas, nos faz esquecer o conteúdo "político e cultural" e o caráter hispânico (ibérico) das atuações nos brasis. Os "nacionalismos", mesmo entre culturas vizinhas ou irmãs, não podem nos fazer esquecer a herança comum dum período, como indica Geoffrey Parker, donde o maior império do mundo estendeu seus limites desde a península ibérica até Nagasaki ou a Patagônia, um império "hispânico". O império hispânico que integrava vários territórios se organizou num sistema polisinodial donde os conselhos se dividiam por matérias (estado, guerra, fazenda, inquisição,…) ou por territórios (Portugal, Itália, Índias, Flandres, Navarra, Aragão,…). Serão as políticas filipinas as responsáveis pela extensão e sistematização do território e pela estruturação das cidades em torno dos mosteiros e das igrejas que a coroa vai implantar nos Brasis.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 17
Escravidão e mestiçagens: os mundos da escravidão e das mestiçagens em conexões (séculos XVI a XIX)

Coordenadores: Gian Carlo de Melo Silva (Universidade Federal de Alagoas) e Carlos Engemann (Universidade Salgado de Oliveira)

13 de setembro de 2016

MESTIÇAGENS E MEDIAÇÕES CULTURAIS NA ÍNDIA PORTUGUESA (SÉCULOS XVI E XVII)

Ana Paula Gomide

Através da mundialização da expansão ibérica a partir do século XVI, as mestiçagens foram um dos principais resultados do encontro das quatro partes do mundo no decorrer da época moderna. Capital da presença política e religiosa da portuguesa no Oriente, a cidade de Goa se tornou ao longo do século XVI um dos grandes centros mundiais por onde circularam objetos, crenças, saberes, indivíduos e culturas diversas. Conquistada por Afonso de Albuquerque em 1510, Goa vivenciou as primeiras manifestações de mestiçagens biológicas e culturais no contexto de fixação da presença portuguesa na Índia a partir da política de incentivo a casamentos mistos entre homens portugueses com mulheres locais, resultando no surgimento de novas categorias sociais que marcaram a expansão portuguesa no Oriente, os chamados *casados, mestiços e castiços.* Fora do espaço central que Goa ocupava na expansão portuguesa na Índia, temos a região do Maduré, localizada ao sul do território indiano, na qual pouco se fez sentir uma presença sólida do poder imperial português. Ali, os contatos políticos e econômicos dos portugueses eram limitados pelo poder econômico e político de muçulmanos e indianos, restando quase que exclusivamente aos missionários da Companhia de Jesus o contato mais direto com aquela comunidade. Em Maduré, no inicio do século XVII, as conversões ao cristianismo foram empreendidas por dois jesuítas, o português Gonçalo Fernandes Trancoso e o italiano Roberto de Nobili, este último conhecido por seus métodos de conversão baseados na adaptação cultural aos costumes locais. Esta comunicação tem assim dois momentos de análise. O primeiro, entender os significados e os usos das categorias *casados, mestiços e castiços*, especialmente, a partir dos registros de missionários jesuítas, que tiveram através da figura de Alessandro Valignano a compilação do primeiro léxico mestiço sobre as sociedades luso-asiáticas, bem como analisar como os "descendestes" dessas novas categorias integraram e moldaram o quadro político e social da presença portuguesa na cidade de Goa, ao passo que emergiam novas formas de distinções e identidades sociais lo-

cais que se chocavam com a ordem hierárquica do poder imperial portuguesa. O segundo momento é analisar a partir da figura do jesuíta Roberto de Nobili, que utilizou de aparatos culturais da elite indiana, os brâmanes, tal como o uso da vestimenta, por exemplo, para dar seguimento no seu processo de conversão da população de Maduré, a dinâmica de um mediador de uma mestiçagem cultural em uma região distante do centro do poder português na Índia. Este trabalho tem assim por objetivo central, e utilizando como suporte teórico a história comparada, compreender como duas importantes regiões que integravam o Estado da Índia portuguesa, vivenciaram cada qual ao seu modo, os processos de mestiçagens biológicas e culturais, revelando como as comparações podem contribuir para alargam o olhar do historiador sobre os trânsitos, similitudes e particularismos existentes nas histórias das miscigenações operadas no mundo colonial para além da realidade ibero-americana.

"LOS ÍNDIOS ESCLAVOS DE LA GUERRA EN CHILE: POSIBILIDADES Y EXPERIENCIAS DE MESTIZAJE A TRAVÉS DE FUENTESNOTARIALES, JUDICIALES Y PARROQUIALES (SANTIAGO Y SU COMARCA, SIGLO XVII)"

Jaime Valenzuela

Desde los primeros avances de la conquista y, sobre todo, luego de encontrar la resistencia armada de los habitantes del sur de Chile, los hispanos comenzaron una intensa y sistemática captura de indios de origen mapuche y huilliche, los que eran trasladados como mano de obra forzada hacia Chile central, las minas de la región de Coquimbo e, incluso, a la capital del virreinato del Perú. Desde 1608 y hasta fines del XVII este fenómeno se acrecentaría a raíz de la legalización de su esclavitud, como indios capturados en "guerra justa". Esta situación implicó la generalización de experiencias de desarraigo comunitario, fragmentación de las redes sociales, los vínculos territoriales y, sobre todo, la destrucción de los lazos familiares de los individuos que serían sometidos a las traumáticas experiencias del rapto violento y deportación perpetua desde sus lugares de origen. El objetivo de esta exposición es acercarse a la experiencia de su inserción en uno de los lugares preferentes de destino (la ciudad de Santiago de Chile y su comarca rural), y estudiar como en dicho proceso de configuraban prácticas de mestizaje biológico o cultural, así como estrategias de mestizaje discursivo que constituían un soporte para eventuales demandas de libertad o esquivar el tributo que correspondía a aquellos clasificados como "indios (libres)". En sentido opuesto, comprobamos también una tendencia al no-mestizaje al momento de formalizar vínculos matrimoniales entre indios desnaturalizados de la frontera de guerra, con uniones generalmente definidas entre indios; y generalmente entre indios provenientes del mismo espacio y viviendo un similar proceso de migración forzada y esclavitud. Nuestra reflexión se sustentará a partir de la exploración que hemos venido realizando de diferentes fuentes administrativas y eclesiásticas vinculadas con el espacio urbano y peri-

urbano de la capital chilena: registros notariales (testamentos, contratos de trabajo y de compraventa), judiciales (demandas de libertad) y parroquiales (registros de bautismos y matrimonios).

UMA ANÁLISE DA INSERÇÃO DE CATIVOS NA COMUNIDADE ESCRAVA A PARTIR DO PARENTESCO ESPIRITUAL NA COLÔNIA DO SACRAMENTO (1732-1777)

Thamires Silva e Silva

A pesquisa de mestrado que realizo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul teve origem a partir trabalho de conclusão de curso feito pela mesma universidade, em que analisei o compadrio de escravos na Colônia do Sacramento buscando compreender como se dava a construção de laços pessoais entre os(as) cativos(as) adultos(as) (recém chegados de África),e seus padrinhos e suas madrinhas, principalmente no que tange a escolha de madrinhas cativas, considerando o cativeiro como uma rede de formação de laços afetivos e de interesses (BACELLAR, 2011, p.1). Sendo assim, os cativos e as cativas que chegavam à Colônia, registrados a entre os 1732-1747, conforme os dados já levantados, eram em sua maioria provindos da Costa da Mina e tinham como preferência madrinhas escravas, embora os padrinhos fossem preferencialmente livres, o que pode manifestar traços culturais trazidos com os(as) escravos(as) de seu lugar de origem. Entretanto, com o objetivo de expandir a pesquisa para os anos seguintes do tráfico de escravos na região da Colônia do Sacramento, analiso os anos de 1732-1777, em um total de 1447 assentos, revisando os dados já estudados e buscando estabelecer novos padrões, além de incluir nessa análise os cativos crioulos/inocentes. Nesse sentido, além de estender a análise de como se davam as escolhas dos cativos recém-chegados, essa pesquisa pretende compreender as táticas das mães que batizavam seus filhos(as) crioulos(as) e, portanto, faziam essas escolhas a partir de determinada inserção e circulação na sociedade colonial. Tratando-se do batismo de crioulos, parto do pressuposto de que a diáspora forçou o aparecimento de alternativas que permitiram aos escravizados, ou às mães escravizadas, criarem novos tipos de relacionamentos baseados em outras referências que não o território, mas igualmente eficazes para redefinir rumos e táticas sociais como sujeitos. Ressaltando, como aponta Sweet, que durante a travessia para a América, os escravizados já recriavam laços afetivos e de reciprocidade. (SWEET, 2007, p.51). Para tanto, as fontes utilizadas são os registros eclesiásticos de batismos que se encontram no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Os registros são separados entre adultos e inocentes/crioulos, levando em consideração o local de origem dos escravos, a legitimidade, os padrinhos e as madrinhas escolhidas e sua condição jurídica. A partir disso busco traçar padrões das escolhas africanas e crioulas e, quando possível, o que há por trás dessas escolhas compreendendo a importância de trabalhar com as fontes paroquiais de batismo, principalmente em pesquisas referentes à escravidão,

uma vez que o batismo é um dos raros registros onde se é possível analisar a agência dos(as) cativos(as), sobretudo enquanto agentes culturais que desempenhavam sua própria história, construíam sua identidade e, desse modo, mostravam que mesmo o sistema opressor vigente, ao qual eram submetidos política e culturalmente, não os aniquilava (FARIA, 2006, p. 131-132).

LAÇOS E FONTES CRUZADAS: UM ENSAIO ACERCA DA SOCIABILIDADE ESCRAVA E FORRA A PARTIR DO CRUZAMENTO DE FONTES PAROQUIAIS E INVENTÁRIOS POST MORTEM – FREGUESIA DA CANDELÁRIA/RJ, PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Janaina Christina Perrayon Lopes

Os casamentos de escravos e forros realizados na Freguesia da Candelária/RJ na primeira metade do séc. XIX insinuam, a partir de seus registros, que o sacramento expressava mais que a simples união de dois cônjuges. Tais documentos sugerem que personagens aparentemente secundárias, como o das testemunhas, não se constituíam como meros espectadores da cerimônia católica. As atas de casamento trazem necessariamente - além das informações relativas aos cônjuges, o nome de seus senhores (ou ex-senhores) e a data da cerimônia - o nome das testemunhas, na medida em que sua presença e assinatura era uma exigência eclesial. Desse modo, a partir da análise dessa variável percebemos, no decorrer da pesquisa, que alguns nomes apareceram repetidamente em vários registros assumindo esse mesmo papel. Tais personagens se destacaram das demais por três motivos: pela quantidade de casamentos em que apareceram exercendo essa função; por formarem nas cerimônias, com frequência, pares de testemunhas entre si; e, por fim, pelo fato de estarem envolvidos, majoritariamente, com casamentos de cônjuges africanos. Diferentemente da consanguinidade e da germanidade, nos laços que unem um homem e uma mulher estão presentes componentes exclusivamente sociais que, evidentemente, podem ser norteados por diferentes critérios de escolha. Porém, vale ressaltar que essa forma de constituir parentesco dá origem, por sua vez, a novos graus de consanguinidade e afinidade. Desse modo, as uniões conjugais e, por conseguinte, as famílias, são abordados neste trabalho como ocasião privilegiada para a construção de alianças sociais, trocas e solidariedades não apenas entre os nubentes, mas por todos os envolvidos direta ou indiretamente no consórcio. Com a informação referente ao nome da testemunha presente no banco de dados da pesquisa foi possível montar, para a Freguesia da Candelária, uma rede de testemunhas associadas aos nomes dos cônjuges que os escolheram, o que nos induziu a pensar, nesse caso, nos critérios e motivações utilizados pelos noivos para a escolha de tais personagens. Desse modo, na certeza de que a análise dos arranjos familiares, do parentesco extenso e do putativo são fundamentais para o entendimento das estratégias de sociabilidade, o desafio é perceber o papel desempenhado por essas testemunhas de casamento no processo de

socialização desses casais. Para alcançar tais objetivos, iniciamos a procura por mais informações acerca desses personagens e investimos na busca e análise de outros dois *corpus* documentais, além dos registros de matrimônio: inventários *post mortem*, e banhos matrimoniais. A historiografia tem lançado mão do argumento de que, em princípio, qualquer um dentre uma multidão de fiéis, que por ventura estivesse assistindo a missa, poderia ser uma testemunha em potencial. Sendo assim, preferem apostar que, em geral, as testemunhas de casamento não tinham a importância dos padrinhos de batismo e, portanto, sua eleição não demandava dos noivos uma acuidade maior no momento da escolha. No entanto, nos colocamos o desafio não só em relação à investigação sobre quem foram essas testemunhas, como também sobre quais foram os critérios para a escolha dessas pessoas.

LOS ESCLAVOS DE LIMA Y SU DEFENSA DEL MATRIMONIO EN EL SIGLO XVII

Yobani Maikel Gonzales Jauregui

Los estudios sobre la presencia afro en América Colonial han estado vinculados a una explicación economicista, valorando la importancia que tuvo la presencia del esclavo africano y sus descendientes en el desarrollo económico de los espacios coloniales, sobre todo las economías de plantación. Si bien en las últimas décadas ha existido un impulso por abordar la interacción de los esclavos con los demás grupos étnicos, los estudios de vida cotidiana, usos de la vía jurídica, etc., aun son modestos en el Perú. Este hecho se explica por el blanqueamiento social e invisibilización a los que ha sido sometido el aporte africano y afrodescendiente. Motivado en parte por la importancia brindada a la población indígena en el Perú colonial, siendo el sujeto histórico privilegiado en los estudios de historia. Este hecho ha moldeado una dualidad en la historiografía peruana, la cual ha girado en torno a una tradicional y una historiografía critica. Una es mas contestaría que la otra, pero con el mismo matiz de exclusión del elemento afro, incluso una disciplina como la etnohistoria, cuyo objetivo era rescatar la voz de los ausentes en el discurso histórico, ha sido desbordada por el estudio privilegiado del elemento indígena en su relación con la cultura dominante. En otras palabras, la historia peruana se ha andinizado, imponiéndose una lógica donde lo étnico es igual a indígena. Por este motivo nuestra investigación busca quebrar este molde historiográfico excluyente, así como también alejarse del reduccionismo esclavizador-esclavo debido a que asumimos que en esta relación de subordinación el africano y el afrodescendiente tienen una capacidad creadora y reproductora de formas culturales, tanto propias como ajenas a su universo cultural. Un claro ejemplo, es su relación con la escritura, lo cual no implica una lectura directa sino un aprendizaje oral de lo escrito, debido a una permanente sociabilización de la escritura que se realizaba a diario en las misas. El hecho de que la Iglesia Católica defendiera la humanización del esclavo desde el siglo XVI a partir del reconocimiento de sus derechos naturales, implicaba la asistencia a misa, guardar los días de fiesta, ca-

sarse según su elección, etc. Todos estos elementos eran parte de un ritual de predicación oral, en el que si bien el esclavo no sabía leer interiorizaba las expresiones orales de lo escrito en los catecismos o en los documentos que utilizaban sus predicadores.

OS DEBATES SOBRE A COR NO MUNDO IBERO-AMERICANO: OS CONCEITOS DE DEFEITO E ACIDENTE NA CONFIGURAÇÃO DA CONDIÇÃO SÓCIO-JURÍDICA DOS PARDOS LIVRES (AMÉRICA IBÉRICA, SÉCULO XVIII)

Priscila de Lima Souza

Esta comunicação versa sobre o campo retórico construído e empregado por pardos livres da América ibérica ao longo do século XVIII em contraposição aos estigmas e restrições legais aos quais estavam submetidos. Em decorrência do passado escravo, os denominados pardos eram considerados juridicamente inabilitados ao exercício de cargos públicos, à entrada em determinadas corporações religiosas e leigas, nas universidades, ao porte de determinados adereços e armas. Em todos os espaços da América ibérica onde a escravidão africana fez-se presente, os referenciais estigmatizadores relativos aos negros e seus descendentes mestiços foram nutridos e reproduzidos por grupos sociais ciosos por resguardarem seus lugares de distinção. Ao longo do século XVIII, sedimenta-se a ideia conforme a qual todos aqueles que mantinham alguma ligação com a escravidão constituíam indivíduos defeituosos. Conceito amplo, empregado também para designar outros grupos sociais como os cristãos-novos, invariavelmente ligava-se a ideias sobre a conduta moral do grupo, sempre associada a todo tipo de desvios e vícios. Nesse contexto, a cor da pele passou a figurar como um indicativo visível da ascendência escrava dos sujeitos, sendo associada diretamente à ideia de *defeito*. Não obstante, por toda a América ibérica indivíduos que vivenciaram o peso das máculas da escravidão desempenharam papéis ativos na construção e transformação do campo retórico sobre os significados da cor e sua associação com a ideia de defeito. Procurarei demonstrar que o conceito contemporâneo da cor como um *acidente* foi apropriado pelos pardos para fazer frente à noção de *defeito*. De acordo com os dicionários da época, o conceito reportava-se às qualidades que não eram da essência ou natureza das coisas. Com seu emprego, pardos de distintas regiões ibero-americanas construíram auto-representações que afirmavam, por um lado, o autocontrole de suas condutas, e, por outro, seus atributos como vassalos fiéis, capacitados e merecedores das graças régias. A existência desse campo retórico comum aos espaços ibéricos sugere a existência de um mundo conectado por processos compartilhados, no interior dos quais o *status* sócio-jurídico dos pardos livres constituiu matéria de suma importância. O material empírico que sustenta a pesquisa e as teses defendidas é composto de dicionários, crônicas, sermões e requerimentos de pardos de distintas regiões ibero-americanas, nos quais buscavam a obtenção de privilégios tais como a nomeação para ofícios públicos e militares. O quadro teórico que embasa a

análise é inspirado nas proposições de Norbert Elias acerca dos distintos níveis de retenção de poder entre os grupos sociais, sendo o recurso à estigmatização uma estratégia empregada para manter a subordinação dos grupos com menor retenção de poder. Ademais, atenta-se para a compreensão dos processos de contra-estigmatização nos quadros das sociedades escravistas ibéricas da segunda metade do século XVIII.

ESTRATÉGIA DE DISTINÇÃO SOCIAL NA COMARCA DAS ALAGOAS: OS PARDOS E A IRMANDADE DE SÃO GONÇALO GARCIA DA VILA DO PENEDO (1762-1807)

Fabianne Nayra Santos Alves

A Vila do Penedo do Rio de São Francisco, parte da Comarca de Alagoas situada no extremo sul da capitania de Pernambuco, foi uma região de muito interesse e, em vários momentos, de preocupações por parte da administração da Coroa Portuguesa e dos holandeses, no período de sua presença. Por ser região de divisa com o Rio São Francisco e de entrada para os sertões, Penedo serviu como ponto estratégico de vigilância e defesa dos domínios ao norte do Brasil. Assim, as dinâmicas sociais, econômicas e políticas nessa região se deram de forma diferente da que percebemos em vilas como a do Recife, importante porto de embarque e desembarque de produtos e pessoas; diferente também da dinâmica assistida no Rio de Janeiro, em Salvador e mais distinta ainda da dinâmica que vimos nas vilas das Minas Gerais. Desta forma, nesta sociedade, cujas dinâmicas variaram temporal e regionalmente, os grupos compostos por pessoas de origens, condições e qualidades variadas precisaram forjar processos onde pudessem distinguir-se uns dos outros e formar suas redes de solidariedade e sociabilidade. Para os africanos e seus descendentes mestiços, cativos ou libertos, esse processo de distinção se deu de forma bem mais complexa da que vemos desenrolar-se entre os brancos. Aqueles homens tiveram tratamento diferenciado pelas administrações das colônias ibéricas na América e os lugares que puderam ocupar nessa sociedade rigidamente hierarquizada foram sempre condicionados. É nesse contexto que os pardos estão inseridos e são analisados neste trabalho, que é fruto das pesquisas realizadas no projeto "História da Escravidão em Alagoas: conceitos, instituições, dinâmicas sociais, econômicas e culturais – Séculos XVIII e XIX" do Núcleo de Estudos Sociedade, Escravidão e Mestiçagens – Séculos XVI-XIX, (NESEM – UFAL), e o aporte que os métodos e análises legados por Gilberto Freyre, Serge Gruzinski e Eduardo França Paiva nos dão acerca do processo de mestiçagem é essencial para que possamos entender as suas dinâmicas na sociedade colonial. Partindo do primeiro compromisso da Irmandade de São Gonçalo Garcia dos homens pardos da Vila do Penedo, feito em 1807 – período no qual a confraria se mostrou mais estabelecida e melhor organizada -, pudemos iniciar e expandir a análise do modo como este grupo de mestiços pôs em prática estratégias que além de os distinguirem também os destacaram dos demais. O

documento em questão é o registro mais completo da trajetória dos pardos da região. Foi através da leitura do compromisso, que conta com uma seção onde foi escrito um histórico dos seus momentos iniciais, que nos foi possibilitado mensurar a inserção e aceitação dos mestiços na Comarca das Alagoas. Os termos de entrada dos irmãos e as regras de comportamento – que regulavam o funcionamento interno da associação, a igreja própria construída com recursos doados por pessoas de posição elevada na hierarquia, a administração do hospital de caridade pela irmandade são elementos que servem como medida da dimensão da presença dos pardos no cotidiano da vila. Vide os estudos sobre os pardos de Recife feitos por Gian Carlo de Melo Silva e Janaína Santos Bezerra e do Rio de Janeiro feito por Larissa Viana, a trajetória dos pardos de Penedo, especificamente na Irmandade de São Gonçalo Garcia, configura um exemplo da distinção que estes mestiços conseguiram alcançar e que os inseriu em uma rede que descortinava, para essa gente de cor, uma série de oportunidades e expectativas.

SIGNIFICADOS E CONTEXTOS DAS CATEGORIAS DE MESTIÇAGENS NA DOCUMENTAÇÃO SOBRE A CAPITANIA DE GOIÁS

Jason Hugo de Paula

O padre jesuíta e historiador Luís Palacín (2001, p.27), seguindo a linha historiográfica de inserir o Brasil e, mais particularmente, Goiás dentro do desenvolvimento capitalista do século XVIII, afirma que "Goiás entra para a História como as Minas dos Goyazes". Contudo, no entendimento deste jesuíta e historiador, já incorporada ao mundo capitalista devido à extração do ouro e de diamantes, a região habitada por várias tribos, dentre elas a dos índios goyá (ou guaya) – que emprestou o nome à zona de mineração e, posteriormente à capitania – deve ser compreendida pela historiografia não somente pelo viés econômico, ou seja, através dos aspectos gerados pela exploração do ouro e das pedras preciosas. Na "conquista" dos goyazes um dos elementos principais foi o processo que pôs frente a frente diferentes grupos indígenas que ali habitavam com as pessoas de variadas origens, qualidades e condições que chegavam para as recém descobertas minas. Os gentios, como eram chamados os indígenas que, não raro, ofereciam dificuldades ao explorador, acabou por ser suplantado na historiografia regional, cabendo ao bandeirante ávido por perscrutar riachos e rios auríferos a glória pela "descoberta" das Minas de Goyazes. Da mesma forma, os escravos, forros e livres pobres pouco espaço tiveram na historiografia regional, embora a documentação dos séculos XVIII e XIX reiteradamente faça referência a estes grupos na composição social e étnica da população da capitania. Deste modo, seja na documentação administrativa, fiscal, jurídica ou eclesiástica, são comuns as menções a grupos populacionais mediante o uso das categorias "qualidades", "condições" e "inserção no mundo colonial". Estas categorias usadas pelos escribas tinha clara função de identificar, hierarquizar e classificar as diferentes pessoas a partir das convenções partilhadas naquele lugar

e momento, revelando tanto a percepção sobre a mestiçagem ocorrida na Capitania/Província de Goiás como a dinâmica empregada no ação de nomear o outro. Neste sentido, a proposta desta comunicação é analisar, a propósito do que consta nas fontes, o significado e o contexto em que os termos gentio, casta da terra e administrados são empregados.

14 de setembro de 2016

DOCTRINA CRISTIANA, MIGRACIÓN FORZOSA Y BORRACHEIRAS INDÍGENAS EN CHILE CENTRAL, 1575-1655

Hugo Contreras-Cruces

Luego de derrotados los grupos étnicos de Chile central por Pedro de Valdivia y su hueste en 1544 e impuesto el dominio español fundamentalmente a través de la encomienda de servicio personal, comenzó un importante proceso aculturativo que tenía por fin erradicar las costumbres y la religión originaria reemplazándola por el catolicismo. En ese contexto, las expresiones rituales indígenas, conocidas por los españoles como "borracheras", fueron fuertemente reprimidas pero también comenzaron a perder sentido para los propios indígenas, transformándose en juergas y celebraciones que fueron representadas como espacios de desorden, consumo desmedido de alcohol y descontrol sexual. Sin embargo, la llegada a Chile central de los primeros migrantes forzosos mapuches de Penco y Araucanía durante el último cuarto del siglo XVI, en general llevados a dicha tierra como prisioneros de guerra o esclavos, aunque la esclavitud legal no estaba permitida, trajo una revitalización de las expresiones rituales nativas al menos para los doctrineros y otros españoles, que vieron en las borracheras ya no solo descontrol y excesos, sino la oportunidad para que los indígenas "apostataran", adoraran a sus antiguos dioses e, incluso, planearan unirse clandestinamente a la guerra que los mapuches libraban en el distrito de Concepción y en la Araucanía. De modo tal, esta ponencia estudia el proceso de migración forzosa mapuche en su dimensión cultural así como las representaciones que los españoles hicieron del mismo, en las cuales pusieron el acento en las consecuencias que aquello tenía para la revitalización de las religiones originarias, el avance de la evangelización y el mismo dominio colonial, constituyéndose un miedo al "otro" oculto, a medio camino entre sus antiguas religiones y el cristianismo y entre la aceptación de su condición de dominado o su rebeldía.

CULTURA POLÍTICA DOS CAPITÃES E LIDERES INDÍGENAS NO SERTÃO DA CAPITANIA DA BAHIA

Solon Natalício Araújo dos Santos

Este trabalho toma como fio condutor as trajetórias históricas de duas lideranças indígenas: Antônio Paulo Goncalves e Antônio Goncalves do Rosá-

rio. Estes personagens, embora não contemporâneos, além de homônimos, possuem em comum o fato de terem sido protagonistas de ações politicas nos aldeamentos da missão franciscana do Bom Jesus da Gloria, localizados na freguesia e vila de Santo Antônio da Jacobina, sertão da Capitania da Bahia. Entre o final do século XVII e o inicio do século XIX, ocorreram mudanças significativas na politica indigenista da Coroa portuguesa, um projeto de transformação e territorialização da aldeia indígena em vila, sede de comarca e freguesia, um acentuado processo de mestiçagem e inserção no mundo colonial vivido pelos índios aldeados e intensas experiências de reconstrução identitárias. De acordo aos seus respectivos tempos, experiências e relações de contato com a sociedade colonial vigente, os dois lideres indígenas em Jacobina desenvolveram uma cultura politica que lhes permitiram negociar e lutar por seus direitos e interesses.

SOCIABILIDADE E RELAÇÕES ECONÔMICAS DE MULHERES FORRAS NA VILA DE PITANGUI (1750-1820)

Ana Caroline Carvalho Miranda

O presente trabalho tem como objetivo central investigar as relações sociais e econômicas das mulheres forras da vila de Pitangui, comarca do Rio das Velhas, Capitania de Minas Gerais, no período que compreende 1750 a 1820. Para tanto, utilizamos de fontes notariais como testamentos, inventários *post mortem* e ações cíveis diversas; e fontes eclesiásticas como processos matrimoniais, com o intuito de compreender o perfil e o cotidiano das mulheres de ascendência africana da vila.

"PRETO CATIVO NADA É SEU"? ESCRAVOS SENHORES DE ESCRAVOS NA CIDADE DA BAHIA NO SÉCULO XVIII

Daniele Santos de Souza

Em 11 de setembro de 1751, um ano antes do seu falecimento, mas prevendo que não tardaria muito a chegar a sua hora, Eufrasia do Nascimento de Jesus ditou seu testamento. Determinou os ditames do seu sepultamento e rogou a toda corte celestial que recebessem a sua alma. Além da preocupação espiritual, no momento final do acerto de contas, Eufrasia de Jesus demonstrou que não queria deixar pendências do lado de cá. Declarou em uma das verbas testamentárias que, além dos cativos então enumerados: "há mais no casal um moleque por nome Salvador do gentio da Costa, que é cativo de um escravo do mesmo casal por nome Simão". Tendo como ponto de partida a trajetória de Salvador do Gentio da Costa, de Simão Angola e de outros escravizados, esta comunicação pretende discutir o fenômeno da propriedade de escravos por outros escravos na Cidade da Bahia, como Salvador era então conhecida, ao longo do século XVIII. Aparentemente um paradoxo, como seria possível aos escravizados adquirirem uma propriedade

escrava durante o cativeiro e, ainda assim, nele permanecerem? A posse de escravos por libertos fossem eles africanos, crioulos ou mestiços, é tema bastante conhecido e debatido na historiografia brasileira sobre a escravidão. Um cativo ser dono de outro, no entanto, ainda é um assunto que poucos historiadores se arriscaram a analisar mais detidamente. Nos primeiros anos do século XVIII, Salvador concentrava o maior número de cativos de origem africana em um espaço urbano na América portuguesa, devido ao intenso tráfico de escravizados que movimentava o seu porto. Argumento neste trabalho que o desembarque contínuo e crescente de africanos durante todo o período Setecentista, ao assegurar o fluxo de cativos minimamente necessário para atender a demanda por mão de obra, influenciou decisivamente a escravidão colonial baiana. Isto permitiu que indivíduos dos mais diversos estratos sociais adquirissem escravos, até mesmo aqueles que eram escravizados. A posse de bens pelos cativos, embora não fosse reconhecida pela legislação portuguesa, era costumeiramente aceita, sendo denominada de pecúlio. Esta prática tornou-se comum não apenas nas colônias. A experiência escravista da metrópole também permitia o acúmulo de pecúlio. A particularidade do caso baiano, no entanto, reside no fato do pecúlio se materializar na posse de um escravo por outro. Fenômeno que ocorreu raramente no Brasil colonial e esteve relacionado principalmente com a aquisição da alforria por substituição. Na documentação analisada, contudo, estes escravos-senhores não estão adquirindo a sua liberdade, mas afirmando ou consolidando a sua posse escravista. As fontes principais desse trabalho são os inventários *post mortem* e os assentos de batismo das freguesias portuárias de Nª Sª da Conceição da Praia e Santíssimo Sacramento do Pilar. Região onde desembarcaram a quase a totalidade dos mais de 800 mil africanos transportados para as terras baianas ao longo dos Setecentos. O tráfico transatlântico de africanos é o coadjuvante desta história, pois ao proporcionar a vulgarização da propriedade escrava em meio à população, garantiu a perenidade e vigor da escravidão, a qual – salvo raras exceções – legitimava-se como regime de exploração da força de trabalho e ostentação de poder.

TRAMAS E CONTENDAS: ESCRAVIDÃO, LIBERDADE E ESPAÇOS DE PODER NO SUL DA BAHIA, 1790 – 1830

Alex Andrade Costa

Em fins do século XVIII se formou, gradativamente, no litoral sul da Bahia, especificamente entre as vilas de Valença e Barra do Rio de Contas, uma comunidade negra bastante articulada às atividades de produção e comercialização de alimentos, especialmente a farinha de mandioca. Era uma comunidade em que negros livres, forros, escravos e quilombolas compartilhavam práticas econômicas e sociais, e disputavam, palmo a palmo, a sobrevivência cotidiana entre si e com outros grupos sociais como grandes fazendeiros e pequenos lavradores brancos. A região era a principal responsá-

vel por abastecer de alimentos Salvador, Recôncavo e negociantes que dali partiam para outras regiões do Brasil ou mesmo para a África. A região, porém, entrou em decadência nos fins do século XVIII por vários motivos, entre eles: o surgimento de novas regiões produtoras de alimentos mais próximas a Salvador, a diminuição de acesso à mão de obra escrava, agravado pelo considerável aumento de escravos que se refugiavam nas densas matas da região, organizando quilombos, atacando propriedades e impondo medo sobre fazendeiros e lavradores, muitos dos quais preferiram abandonar as áreas rurais e fugir em direção ao centro das vilas, sendo que os mais abastados foram para Salvador. Parte das autoridades locais e alguns proprietários de terras que permaneceram no lugar, necessitando manter algum controle sobre a produção de mandioca, viram seus espaços de poder, gradativamente, diminuídos por uma gente de "qualidade" e "condição" variada que passava a ocupar esses espaços de produção e negociação de alimentos. Este trabalho analisa os variados conflitos e articulações que envolveram a população de diferentes condições sociojurídicas (livre, liberto, forro) e "qualidades", em torno da conquista e ampliação de poderes na região, nos anos finais do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX.

ADOECIMENTO DOS CATIVOS NA IMPERIAL VILA DA VITÓRIA NO SÉCULO XIX

Priscila d'Almeida Ferreira

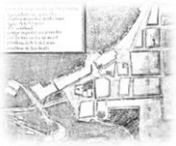
O objetivo é investigar as doenças que acometeram a saúde dos escravos, no século XIX, na Imperial Vila da Vitória, atual Município de Vitória da Conquista, situada no sudoeste da Bahia, Sertão da Ressaca. Para isso, apresenta-se a análise de 460 inventários, de 1801 a 1888, digitalizados no arquivo do Fórum Desembargador João Mangabeira. Encontrou-se 2.159 escravos nos documentos analisados, sendo que 242 cativos foram qualificados como doentes. Tal pesquisa é procedente da tese de doutorado, onde serão abordadas todas as enfermidades encontradas nos cativos. Para a comunicação, será feito um recorte das patologias de origem respiratória encontradas, analisando somente os que estão relatados nos inventários como "doentes do peito", que são em número de sete. Para versar sobre esse mal, é importante abordar sobre a expansão de doenças na América Portuguesa. Desde o século XV, quando se iniciou as navegações no Oceano Atlântico, povos originados das quatro partes do mundo – África, Ásia, Europa e América – se cruzaram e isso ocasionou a mestiçagem, tanto biológica quanto cultural, devido à mistura de diferentes povos e de lugares opostos. Tal trânsito contribuiu para a história da formação das mestiçagens, que foi resultado de dinâmicas sociais que se difundiram na América Portuguesa, o que ocasionou troca de experiências, práticas, costumes, valores, sentimentos, identidades, crenças, como também disseminou enfermidades pelo continente. O Brasil, antes da colonização, tinha as doenças que eram inatas dos índios que aqui viviam. A vinda dos europeus e, posteriormente, o tráfico de escravos, proporcionou o

contato dos povos e, com isso, a expansão de doenças, que sucederam novas enfermidades, originadas de outros continentes, e essas se misturaram. Os escravos, que vieram para o Brasil, além de entrarem em contato com novas doenças de outros povos, também trouxeram da África enfermidade originadas de lá. Em razão a essas alegações, surgiram os seguintes questionamentos: Como entender as circularidades de doenças no contexto da expansão Ibérica? De que modo compreender essas enfermidades como fruto da mundialização? Com a finalidade de questionar o número de adoecimentos da escravatura foi feita uma relação entre a enfermidade estudada, a circulação, a proliferação das doenças na América Portuguesa e as condições de vida dos cativos – refere-se à qualidade de alimentação, moradia, vestimenta e trabalho da escravatura. A investigação será feita, tomando como base, o trânsito e o alastramento das enfermidades, ao mesmo tempo, averiguando o modo de vida dessa população, confrontando essas condições com a saúde e a doença dos escravos, a fim de compreender que as doenças são fruto do processo de conquista, expansão e da dilatação planetária. Dessa forma, é importante esclarecer o conceito de doença no século XIX, que era definido por meio da teoria dos humores – na qual se baseava que o desequilíbrio do corpo ocasionava uma patologia – por onde diagnósticos eram efetuados e os tratamentos eram prescritos. Para versar sobre a cura será necessário discorrer sobre os procedimentos, técnicas e cuidados que buscavam o restabelecimento do corpo enfermo. Constatou-se que o adoecimento da escravatura na América Portuguesa nos oitocentos é efeito da mundialização e se expandiu pelos continentes, contaminando a população, independentemente da "qualidade" ou "condição" de cada indivíduo.

HIERARQUIAS SOCIAIS ENTRE LAVRADORES DE CANA DA FREGUESIA DE CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO (1790-99): INDÍCIOS DAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL

Jerônimo Aguiar Duarte da Cruz

Este estudo busca ressaltar o perfil diferenciado dos lavradores de cana da freguesia rural de Campo Grande, Rio de Janeiro, na última década do século XVIII. Diferenciado, tendo em vista o modelo consagrado para áreas da Bahia e de Pernambuco (lavradores brancos e segmento da elite). O perfil dos lavradores de cana desta freguesia é extremamente variado, indo de descendentes empobrecidos da nobreza da terra a pardos forros. Partindo desta premissa, busca-se identificar a capacidade produtiva de tais segmentos (posse de escravos, tamanho da família) para compreender em que medida as estratégias de reprodução socioeconômica daquelas famílias podiam variar de acordo com as qualidades sociopolíticas.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 18
Títulos, ofícios e riqueza: estratégias de ascensão social no Atlântico Moderno

Coordenadores: Ronald Raminelli (Universidade Federal Fluminense) e Thiago Krause (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

13 de setembro de 2016

ENTRE HIDALGOS E SENHORES DE ENGENHO: A MONARQUIA CATÓLICA ESPANHOLA E A AMÉRICA AÇUCAREIRA PORTUGUESA NOS SÉCULOS XVI E XVII

Kalina Vanderlei Silva

Entre 1580 e 1640 o reino de Portugal e suas colônias ultramarinas foram governados pela Casa de Áustria, a dinastia dos Habsburgo de Espanha, que naquele momento prosperava baixo o epíteto de Monarquia Católica. Defendendo ferrenhamente os preceitos do Concílio de Trento e costurando os reinos espanhóis em uma tapeçaria política irregular centrada em Castela, essa Casa imperava sobre uma vastidão de territórios espalhados pelas 'quatro partes do mundo', nos quais práticas, políticas e valores fomentavam todo um complexo circuito de trocas e redes culturais que conectava esses espaços e que alcançou também a América portuguesa. Nessa relação entre territórios, fenômenos e ideias reside nossa história, que procura reconstruir as conexões e diálogos estabelecidos entre os colonos do mundo açucareiro português e as intrincadas redes políticas e culturais da Monarquia Católica. Para tanto, seguimos as pegadas deixadas por redes familiares, trocas de notícias e deslocamento de tropas na documentação dos impérios ibéricos da Idade Moderna. Nesses, as condições de existência eram tão múltiplas e diversas quanto as terras nas quais se estendiam, e entre as quais estava a América açucareira portuguesa: uma região formada pelos espaços canavieiros das capitanias do norte do Estado do Brasil, especialmente aqueles atrelados ao Recôncavo Baiano e ao entorno de Olinda.

A HERANÇA DOS PRIVILÉGIOS: GERAÇÃO, SERVIÇOS E REMUNERAÇÕES NA LINHAGEM DE JOÃO FERNANDES VIEIRA

Giovane Albino Silva

Sabe-se que o contexto do pós-restauração na América portuguesa do século XVII permitiu a remuneração de vários personagens envolvidos na defesa dos territórios contra os ditos invasores holandeses, gerando o aumento nas concessões de benesses em função dos serviços prestados pelos súdi-

tos na monarquia. Cargos administrativos, terras, foros de fidalguia, hábitos militares, brasões de armas e tenças exemplificam algumas das formas de retribuição ofertadas pela coroa naquele momento. Porém, pouco se sabe sobre a transmissão dos patrimônios materiais e imateriais de vários personagens agraciados durante e depois da guerra. Sendo assim, a presente comunicação oferece possibilidades de reflexão sobre esse tema ao analisar o modo como descendentes de João Fernandes Vieira, um dos principais líderes e mais bem remunerados na guerra contra os holandeses, valeram-se do status e reconhecimento conquistado por ele como justificativa para a obtenção de postos militares em Pernambuco durante a segunda metade do século XVIII. Em especial, dedicaremos atenção à trajetória de um dos bisnetos de João Fernandes Vieira, José de Melo César de Andrade, que ao longo das décadas foi progredindo nos cargos militares, chegando a alcançar importantes postos de oficial, como o de Ajudante de Ordens no Regimento do Recife, valendo-se, para tanto, de sua genealogia. O fato de descender do "restaurador de Pernambuco" era uma das justificativas utilizadas por José César de Andrade para incrementar o acúmulo de serviços prestados por sua família à monarquia, servindo como argumento para fortalecer o ideal de lealdade e vassalagem e, assim, aumentar as possibilidades de ser agraciado com as benesses, tenças e patentes solicitadas no século XVIII. Entretanto, a comprovação de uma importante linhagem não era condição suficiente para garantir o recebimento de mercês, cabendo aos preteridos renovar a fidelidade ao rei com a prestação de novos serviços a fim de reforçar o "pacto" entre os componentes da monarquia. Sendo assim, José César de Andrade também apresentou uma série de atividades militares, explorando os postos que assumiu (soldado, sargento, alferes, tenente e ajudante de ordens) e o seu envolvimento na defesa dos territórios portugueses, ao destacar, por exemplo, a participação nas expedições realizadas ao sul do Estado do Brasil nos conflitos contra os espanhóis. Com isso, ele engrandecia seu papel como fiel vassalo de Portugal, apto para receber as patentes e tenças solicitadas. Portanto, o presente trabalho contribui, por um lado, para esclarecer os caminhos trilhados por parte da descendência de João Fernandes Vieira e o caráter hereditário da herança dos privilégios requisitada pelos seus familiares, e por outro, analisa as estratégias tecidas por sujeitos que almejavam ter seus serviços reconhecidos tendo em vista à confirmação de seus pedidos para, assim, galgarem à participação de importantes espaços de governança da sociedade colonial.

JOÃO FERNANDES VIEIRA: ASCENSÃO SOCIAL DE UM MULATO NO IMPÉRIO ULTRAMARINO PORTUGUÊS DO SÉCULO XVII

Leandro Nascimento de Souza

Na segunda metade do século XVIII, a América portuguesa sofreu intensa reestruturação militar por meio de medidas intensivas do então ministro Marquês de Pombal, a qual se realizou na esteira das políticas ilustradas em

ascensão no Mundo Atlântico da época. As milícias negras também passaram por processo de reformulação nesse período nos domínios portugueses na América. Houve uma intensa mobilização de milicianos pardos e pretos nas capitanias de Minas Gerais e Bahia entre 1750 e 1831. Nesta conjuntura, tais milicianos são vistos como integrantes de figurações sócio-históricas interligadas e conectadas ao todo englobante do Sistema Atlântico. Estes homens de cor utilizavam suas posições hierárquicas nos corpos militares para participar ativamente das questões que balançaram as estruturas do Brasil colonial/imperial entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do XIX. A perspectiva que será adotada na presente comunicação se pautará na análise dessas teias sociais, com base na visão de Norbert Elias a respeito das figurações sociais. Tal conceito foi sendo construído no decorrer do tempo, sendo que primeiramente o autor pensava em termos de sistemas sociais, passando posteriormente a utilizar o conceito de configuração social, para finalmente chegar na sua teoria sobre figurações sociais, muito mais abrangente e elástica do que os conceitos anteriormente por ele estudados. Para Elias, todo espaço social composto por indivíduos pode ser uma figuração social. Há figurações sociais minúsculas ou extensas, dependendo das conexões entre os sujeitos no interior delas. Para o sociólogo, indivíduo e sociedade não podem ser vistos como pólos opostos de análise, mas como elementos interdependentes dispostos em um equilíbrio instável de poder. Esses indivíduos participam de intensos jogos sociais no interior de figurações das quais fazem parte. Ao nosso entender, Bahia e Minas Gerais, duas capitanias conectadas, podem ser vistas como figurações sociais. Assim que se fizer necessário, para a consolidação deste estudo, também faremos uso do conceito de Mundo Atlântico, ou História Atlântica, o qual pensa o Atlântico como um sistema passível de ser analisado como um todo. As capitanias de Minas Gerais e Bahia estariam, entre os séculos XVIII e XIX, conectadas nesse sistema maior que é o Atlântico. Recorrências, permanências, trocas culturais, trocas simbólicas, ocorreram entre essas capitanias e outras regiões do Mundo Atlântico. Nesse sentido, o Mundo Atlântico seria uma figuração social que uniria no interior de si figurações sociais menores. Entre essas figurações encontramos as duas capitanias supracitadas. Várias regiões do Mundo Atlântico tiveram milícias negras em seu interior. Iremos, portanto, demonstrar como a teoria eliasiana e essa noção de Sistema Atlântico podem colaborar para que melhor possamos entender as milícias negras que existiram entre os séculos XVIII e XIX dentro dessas figurações sociais. Para tanto, serão utilizadas fontes primárias oriundas do Arquivo Histórico Ultramarino, as quais serão cruzadas com outras fontes manuscritas e impressas referentes a Minas Gerais e Bahia no período supracitado.

PROCEDER COMO LEAL E HONRADO VASSALO: A BUSCA POR OBILITAÇÃO ATRAVÉS DOS HÁBITOS DAS ORDENS MILITARES (PERNAMBUCO, 1713-1759)

Estevam Henrique dos Santos Machado

Esse trabalho pretende, a partir dos requerimentos presentes no Arquivo Histórico Ultramarino, esclarecer que parte significativa dos atores sociais que requeriam hábitos das Ordens Militares na primeira metade do século XVIII em Pernambuco estavam ligados à causa dos mascates. Em Pernambuco, a *nobreza da terra* e os comerciantes reinóis, apelidados de *mascates*, vinham protagonizando cenas de divergências desde o final do século XVII. De um lado os mascates tentando adentrar na governança da terra, mediante os honrosos cargos da república como a Câmara de Olinda, os postos da administração local, o comando das milícias, os cargos da burocracia régia, as confrarias e irmandades religiosas, a Santa Casa de Misericórdia em Olinda, os hábitos das Ordens Militares e as funções de Familiares do Santo Ofício. Por outro lado, a açucarocracia tentava barrar esse avanço tendo em vista a sua permanência enquanto grupo regedor dos ditames políticos da antiga Capitania Duartina. Nesse jogo de interesses era importante para a Coroa criar uma "nobreza política" em que a participação o governo municipal propiciasse o engrandecimento de determinadas famílias frente à nobreza da terra. Era a tentativa da Coroa de inserir um determinado equilíbrio de forças dentro da Capitania através da distribuição de postos e honrarias, entre os dois grupos. No ano de 1710 a decisão do monarca D. João V de mandar levantar o pelourinho simbólico e fazer eleger a primeira câmara da vila do Recife impulsionou uma contrapartida da nobreza radicada em Olinda, gerando o conflito denominado de Guerra dos Mascates (1710-1711). Com o fim das *Alterações*, e tendo conquistado a elevação de Recife à categoria de vila com uma Câmara própria, os defensores da causa recifense tentaram se apropriar de elementos simbólicos que pertenciam à camada aristocrática, dirigente até então, na busca por uma legitimação social e simbólica que fosse capaz de lhes apresentar, ou a seus filhos, como dignos da ocupação de postos privilegiados. O hábito da Ordem de Cristo, então, satisfazia essas exigências para apropriação de cargos e honras na busca por uma legitimação social e simbólica pelos mascates já que durante o período moderno era um símbolo de prestígio, riqueza, pureza de sangue, de falta de "defeito mecânico" e de "viver à lei da nobreza". A análise dessa documentação permite realizar uma série de perguntas que podem ser feitas a todos os suplicantes e a partir deste ponto, perceber as semelhanças e diferenças nas estratégias de afirmação social destes indivíduos**,** caracterizando uma pesquisa com uma orientação prosopográfica. É, portanto, a partir dos requerimentos solicitando hábitos das Ordens Militares e de outras fontes presentes no AHU que mencionam estes atores sociais que descobrimos indícios dos serviços prestados e de suas origens sociais e familiares, tentando entender de que forma eles se inseriam na sociedade colonial. Esta pesquisa conta com financiamento do CNPq.

ESTRATÉGIAS DE ASCENSÃO SOCIAL DA FAMÍLIA INDÍGENA ARCOVERDE (SÉCS. XVI – XVIII)

Jean Paul Gouveia Meira

Essa pesquisa tem como objetivo analisar a trajetória política e ascensão social de membros da família Arcoverde, pertencente ao povo indígena Tabajara (Tupi), que estavam aldeados na então Capitania Real de Pernambuco, e suas anexas, ao longo dos séculos XVI – XVIII. Ao longo deste estudo, constatou-se que líderes da família Arcoverde valorizaram acordos ou negociações com as autoridades portuguesas, na tentativa da obtenção de mercês (favores políticos, títulos nobiliárquicos, insígnias de cavaleiro, sesmarias, etc.) e da ocupação de cargos de prestígio, como o de Governador Geral dos Índios, ocupado por Antônio Pessoa Arcoverde entre 1683 e 1694. O respaldo da guerra contra os holandeses, mas também a participação das lideranças Tabajara na "Guerra dos Bárbaros" possibilitou não somente a ascensão social dos referidos chefes, mas garantiu a promoção dos seus parentes e soldados indígenas nos espaços de poder do Império. Para a efetivação desta pesquisa, dialoguei com manuscritos coloniais localizados no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa – Portugal.

NOBILITAÇÃO E GOVERNABILIDADE NO SERTÃO DA BAHIA: PEDRO BARBOSA LEAL E A ADMINISTRAÇÃO DAS MINAS DE OURO NO SERTÃO DA BAHIA

Hélida Santos Conceição

Esta comunicação analisa, a partir da trajetória do sertanista e Coronel Pedro Barbosa Leal, as possibilidades e implicações de prestar serviços à coroa na primeira metade do século XVIII nos sertões da Capitania da Bahia. Na década de 1720 ele tornou-se um dos homens mais influentes junto ao Vicerei Vasco Fernandes César de Menezes, prestando importantes serviços à coroa e ao Governo do Estado do Brasil. Em 1724 ele fundou as Vilas de Jacobina e Rio de Contas, e implantou a arrecadação fiscal nas minas. Sua família pertencente à nobreza baiana, possuía importantes relações com autoridades do governo geral e foi sua trajetória como sertanista que o distinguiu dos homens do seu tempo. Nobreza, inteligência, reconhecimento político, experiência e capacidade técnica eram seus atributos. Dessa forma, essa comunicação pretende dá relevância a rede de atuação política protagonizada pelo Coronel Barbosa Leal e que tornou possível colocar o sertão da Bahia no mapa da governabilidade do Império Ultramarino Português.

RERUM NOVUS NASCITUR ORDO: FRANCISCO AGOSTINHO GOMES E A EXPLORAÇÃO DAS MINAS DE FERRO E COBRE NA CAPITANIA DA BAHIA (1799-1806)

Maiara Alves do Carmo

Francisco Agostinho Gomes é reconhecido pela historiografia brasileira como um dos protagonistas de 25 anos de luta contra o Antigo Regime português, mas, apesar disso, permanece como um personagem obscuro. Atuou nos bastidores políticos, econômicos e intelectuais na capitania da Bahia e esteve presente nos principais movimentos políticos desde a Conjuração Baiana (1798) até a Independência, assim como na construção do Estado Imperial brasileiro. Logo após o referido episódio, entre 1799 e 1800, Gomes foi cooptado pelo ministro da Marinha e Negócios Ultramarinos, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, para participar de um projeto de exploração de minérios na colônia americana. Desde meados de 1780 os dirigentes políticos de Portugal, incluindo Coutinho, ambicionavam estabelecer a exploração de ferro e cobre nos territórios ultramarinos de Portugal, com o objetivo de utilizá-los na criação de uma indústria mais eficiente, bem como em um aparato militar mais sofisticado e eficaz. Naquela conjuntura, a Inglaterra havia suspendido as exportações de ferro e cobre, direcionando-os para sua indústria e marinha de guerra. Assim, com as propostas dos ilustrados e funcionários régios luso-brasílicos, o governo determinou explorar efetivamente as minas da América portuguesa. De acordo com o ministro, a exploração de minérios, assim como a instalação de indústrias na colônia americana, elevaria sua riqueza, contribuindo também para o crescimento da agricultura e do comércio. O governador da capitania, D. Fernando José de Portugal, ainda em 1799, havia autorizado Gomes, em nome do príncipe regente, a formar a companhia para a exploração das minas de ferro na Serra da Borracha, na Bahia. Foi com esse intuito que Gomes convidou o mineralogista Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt, Intendente-Geral de Serro Frio (1800) e partidário das ideias economicas do ministro, para tornar-se seu sócio na companhia para exploração das minas brasílicas. Os serviços de Gomes para a coroa foram recompensados com um título nobiliárquico, demonstrando a existência de um alinhamento entre riqueza e nobreza nos quadros do Antigo Regime.

14 de setembro de 2016

AFRODESCENDENTES LIVRES E LIBERTOS NAS TROPAS DO IMPÉRIO PORTUGUÊS: OS CASOS DA BAHIA E DO RIO DE JANEIRO (1638-1766)

Francielly Giachini Barbosa Menim

A presente proposta analisa as estratégias de ascensão social vivenciadas por afrodescendentes livres e libertos que se inseriram em tropas de auxiliares e ordenanças no período de 1638 a 1766. As figurações sociais eleitas para a análise são as capitanias da Bahia e do Rio de Janeiro, pois tais sociedades do

mundo Atlântico se relacionaram a partir de planos de conexões, os quais demonstraram regularidades estruturais na forma como organizaram suas corporações, bem como apresentaram recorrências no processo de *gênese* e institucionalização destas companhias. O processo de dezenraizamento de africanos a partir do tráfico de escravos mostra uma das faces desta conexão. Outras faces são vistas tanto no processo de escravismo, quanto no grupo social formado por livres e libertos nestes espaços. Foi em 1638, no contexto das guerras holandesas que se formou a primeira companhia de afrodescendentes livres e libertos na capitania da Bahia; ao passo que no Rio de Janeiro, a primeira companhia de pardos forros formou-se em 1694, no contexto das descobertas em Minas Gerais e da demanda por soldados na litigiosa Colônia do Sacramento. E a década de 1760 desponta numa conjuntura onde as tropas de pretos e pardos, nas duas capitanias, encontram-se num estágio de institucionalização, e num esforço de disciplinamento e regularidade das milícias e aumento de seus números. Esta mudança de paradigma esteve ligada às reformas ilustradas do século XVIII. No bojo destas reformas é que foi decretada, por D. José I, a carta régia de 22 de março de 1766, a qual foi enviada para todas as capitanias e prescreveu que se recrutassem o maior número de homens capazes de servir, sem exceção de nobres, plebeus, brancos, mestiços, pretos, ingênuos e libertos. A perspectiva aqui adotada sugere que o miliciano afrodescendente livre ou liberto seja concebido como um indivíduo que se insere num *continuum* existente entre escravidão e liberdade. Pois, ainda que nascidos livres ou tivessem adquirido alforria, estavam ligados à escravidão por vários laços. E muitos dos entraves e interdições pelos quais passaram denunciavam esta relação com o cativeiro. Esta proposta analisa a mobilidade possível tanto na sociedade de tipo antigo quanto no interior das companhias, pois a própria hierarquia matizada diferenciava oficiais e soldados. Também é interessante perceber que ao inserirem-se nas tropas do Império, os milicianos tinham a possibilidade de desfrutar isenções, privilégios e outras gratificações. Destaco que a perspectiva investida neste trabalho persegue a interação entre indivíduo e sociedade. Pois, percebe-se o esforço de afrodescendentes livres e libertos que não foram passivos na redução de sua marginalidade e conquista de novos status e nobilitações. Eles se valeram de interdependências com aliados e adversários, numa relação de equilíbrio de poderes, formando assim uma teia de interações sociais. Fizeram eles reivindicações diversas, por meio de missivas, a favor das corporações nas quais se inseriram; mantiveram laços de compadrio que os beneficiavam e realizavam transações de venda de propriedades, o que aponta que alguns conseguiram até mesmo juntar pecúlios. Enfim, percebe-se que as relações de interdependência entre os indivíduos da América portuguesa tornaram esta sociedade porosa e flexível o suficiente para permitir que africanos e seus descendentes vivenciassem a mobilidade social. O que lhes propiciou, apesar das resistências, prestígio e outras mercês.

INDIVÍDUO E SOCIEDADE. BRÁS DE BRITO SOUTO E O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS MILÍCIAS DE AFRODESCENDENTES LIVRES E LIBERTOS NA AMÉRICA PORTUGUESA (1700-1760)

Luiz Geraldo Santos da Silva

Proponho aqui não o exame de uma trajetória, mas da *figuração social particular que um indivíduo específico formava com outros indivíduos*. Inseparável de sua posição social específica e de sua função social de prestígio, Brás de Brito Souto era um afrodescendente liberto nascido na vila de Igarassu, capitania de Pernambuco, em 1684. Filho de Severino de Brito, "crioulo forro", e de "Maria de Souza, também crioula", Brás de Brito Souto era pai de Mariana Tereza, para quem solicitou tença concedida por Dom João V em 1727. Sua trajetória no Terço dos Henriques teve início em 1707 quando, aos vinte e quatro anos, ingressou voluntariamente num de seus regimentos existentes em Pernambuco. Em 1725, quando exercia o cargo de Sargento-Mor daquela corporação, Brito Souto solicitou o hábito de Santiago como remuneração aos seus serviços, mas não teve sua demanda contemplada. Finalmente, em 1730, ele se tornou o quarto Mestre de Campo do Terço dos Henriques, ocupando a prestigiosa função social outrora exercida pelo próprio Henrique Dias. Para além destes dados de pormenor, Brás de Brito Souto formou figuração com outros indivíduos dos níveis mais alto e mais baixo da sociedade de tipo antigo a qual ajuda a entender o processo de enraizamento social das milícias formadas por afrodescendentes livres e libertos na América portuguesa. Em primeiro lugar, Brito Souto enfrentou, em 1731, a oposição da monarquia portuguesa tanto à constituição de Estado Maior afrodescendente, como à manutenção de seus corpos separados. Estas medidas foram revertidas em 1735 graças a atuação diligente de Brito Souto e de outros oficiais do Terço dos Henriques. Deve-se ressaltar que tal reversão tendeu a diferenciar as milícias negras do império português daquelas criadas antes ou depois de 1730 nos impérios espanhol, francês e britânico. Em segundo lugar, nas décadas de 1740 e 1750, Brito Souto participou diretamente da elaboração dos critérios de exclusão de africanos, mormente daqueles egressos da Costa da Mina, da oficialidade das milícias negras do Estado do Brasil. Missivas trocadas entre oficiais baianos, o Mestre de Campo pernambucano e indivíduos do nível mais alto que exerciam funções governativas em Pernambuco, na Bahia e em Lisboa, apontam, por um lado, para o campo de tensões formado em torno do princípio de reservar cargos de oficiais apenas a crioulos e, por outro lado, para o estreitamento da figuração social particular formada por Brito Souto e outros indivíduos da sociedade de tipo antigo. A trajetória de Brito Souto apresenta-se, pois, como um fio condutor para a análise de um quadro social bem mais vasto. Através dela é possível perceber como, ao longo da primeira metade do século XVIII, as milícias formadas por afrodescendentes livres e libertos passavam por um processo de institucionalização e crioulização, ao mesmo tempo em que perdiam suas funções guerreiras e adensavam suas funções sociais de prestígio. Estas últimas tornavam-se, assim, um valor em si mesmo, à medida em que, ao ingres-

so em ordens militares, até então raramente permitido a afrodescendentes livres e libertos no âmbito do império português, apresentavam-se, a partir daí, barreira praticamente intransponível a este grupo social da América portuguesa.

FIGURAÇÕES SOCIAIS NO MUNDO ATLÂNTICO: AS MILÍCIAS NEGRAS EM MINAS GERAIS E BAHIA SOB UMA PERSPECTIVA ELIASIANA (1750-1831)

Leandro Francisco de Paula

Na segunda metade do século XVIII, a América portuguesa sofreu intensa reestruturação militar por meio de medidas intensivas do então ministro Marquês de Pombal, a qual se realizou na esteira das políticas ilustradas em ascensão no Mundo Atlântico da época. As milícias negras também passaram por processo de reformulação nesse período nos domínios portugueses na América. Houve uma intensa mobilização de milicianos pardos e pretos nas capitanias de Minas Gerais e Bahia entre 1750 e 1831. Nesta conjuntura, tais milicianos são vistos como integrantes de figurações sócio-históricas interligadas e conectadas ao todo englobante do Sistema Atlântico. Estes homens de cor utilizavam suas posições hierárquicas nos corpos militares para participar ativamente das questões que balançaram as estruturas do Brasil colonial/imperial entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do XIX. A perspectiva que será adotada na presente comunicação se pautará na análise dessas teias sociais, com base na visão de Norbert Elias a respeito das figurações sociais. Tal conceito foi sendo construído no decorrer do tempo, sendo que primeiramente o autor pensava em termos de sistemas sociais, passando posteriormente a utilizar o conceito de configuração social, para finalmente chegar na sua teoria sobre figurações sociais, muito mais abrangente e elástica do que os conceitos anteriormente por ele estudados. Para Elias, todo espaço social composto por indivíduos pode ser uma figuração social. Há figurações sociais minúsculas ou extensas, dependendo das conexões entre os sujeitos no interior delas. Para o sociólogo, indivíduo e sociedade não podem ser vistos como pólos opostos de análise, mas como elementos interdependentes dispostos em um equilíbrio instável de poder. Esses indivíduos participam de intensos jogos sociais no interior de figurações das quais fazem parte. Ao nosso entender, Bahia e Minas Gerais, duas capitanias conectadas, podem ser vistas como figurações sociais. Assim que se fizer necessário, para a consolidação deste estudo, também faremos uso do conceito de Mundo Atlântico, ou História Atlântica, o qual pensa o Atlântico como um sistema passível de ser analisado como um todo. As capitanias de Minas Gerais e Bahia estariam, entre os séculos XVIII e XIX, conectadas nesse sistema maior que é o Atlântico. Recorrências, permanências, trocas culturais, trocas simbólicas, ocorreram entre essas capitanias e outras regiões do Mundo Atlântico. Nesse sentido, o Mundo Atlântico seria uma figuração social que uniria no interior de si figurações sociais menores. Entre essas figurações encontramos as duas capitanias supracitadas. Várias

regiões do Mundo Atlântico tiveram milícias negras em seu interior. Iremos, portanto, demonstrar como a teoria eliasiana e essa noção de Sistema Atlântico podem colaborar para que melhor possamos entender as milícias negras que existiram entre os séculos XVIII e XIX dentro dessas figurações sociais. Para tanto, serão utilizadas fontes primárias oriundas do Arquivo Histórico Ultramarino, as quais serão cruzadas com outras fontes manuscritas e impressas referentes a Minas Gerais e Bahia no período supracitado.

AS "MILÍCIAS NEGRAS" DA BAHIA SETECENTISTA: CARTAS PATENTES COMO ESTRATÉGIA DE MOBILIDADE SOCIAL NA SOCIEDADE ESCRAVISTA DO ANTIGO REGIME

Célio de Souza Mota

A sociedade baiana no período escravista oferecia pouco espaço para mobilidade social para pretos e pardos livres e libertos. As milícias eram "brechas" para que essa camada social alcançasse certa ascensão social mediante o recebimento de cartas patentes. A organização militar na América portuguesa estava divida em tropas regulares, milícias e corpos de ordenanças no final do século XVIII. Essa estrutura consubstanciava-se em estratificações pautada na cor e classe. Nas tropas regulares estava vedado o acesso de pretos e os pardos não ascendiam aos últimos postos do oficialato. Nos corpos de ordenanças, apesar de pretos e pardos, incorporarem nessas tropas, recebiam apenas cartas patentes de postos inferiores, estando sendo sempre subordinados a um comandante branco, notadamente, no Recôncavo baiano. Dentre essas tropas, na Bahia, especificamente em Salvador, somente nas milícias, pretos e pardos recebiam cartas patentes do último posto do oficialato. Embora, essas cartas patentes não rendessem ganho monetário significativo, pois os soldos recebidos por negros eram sempre inferiores aos recebidos por brancos, representavam por outro lado, prestígio e privilégios. Outrossim ostentar a condição de oficial miliciano, concedida pela carta patente, traduzia-se publicamente, em afastamento de um passado ligado a escravidão e reafirmava a condição de livre. A Coroa compreendia a importância do braço negro armado na manutenção de suas conquistas. O serviço das armas, por conseguinte, atrelava vassalos e reis numa relação de obrigações recíprocas, onde dar, pedir, estar disponível para o serviço e manifestar agradecimento, "cada um segundo a sua condição e interesses", se inseriam "num verdadeiro círculo virtuoso", que Fernanda Olival denominou de "economia da mercê". Não obstante, essas milícias fossem estratificadas pela cor, condição econômica e ocupação em Salvador - inclusive, as próprias cores distintas dos uniformes, já representavam essa distinção - eram importantes "avenidas" de "relativa autonomia" para essa camada social. Contudo, frequentemente, a condição honorífica do posto de oficial alcançado por pretos e pardos e seus correspondentes privilégios eram desrespeitados pelos brancos da colônia, levando, pretos e pardos a denunciarem os abusos e reivindicarem junto à Coroa o acatamento do que preconizavam as cartas

patentes. Assim, estabeleciam sociabilidades, por vezes, políticas, ora unindo-se em torno de objetivos comuns, ora defendendo interesses distintos, calcados, inclusive, na própria estratificação supramencionada. Enfim, para compreender o papel desempenhado pela população negra livre e liberta, naquele século, suas condições de vida e grau de interação na sociedade mais ampla, a análise das estratégias de mobilidade social é fundamental. Deste modo, toma-se o exame de cartas-patentes, requerimentos e outros documentos, como "janela" privilegiada para perceber esse processo. Assim, a presente comunicação tem o desiderato de apresentar o produto preliminar das pesquisas em torno da trajetória dos indivíduos pertencente ao 3° Regimento de Milícias, denominado Terço de Henrique Dias e do 4° Regimento Auxiliar de Artilharia dos Homens Pardos da Bahia, concomitantemente, à própria análise da estrutura militar baiana desse século.

ESTRATÉGIAS DE ASCENSÃO E RESISTÊNCIA DOS AFRICANOS CRIOULIZADOS E LUSO-AFRICANOS LIVRES NA SOCIEDADE ANGOLANA SETECENTISTA

Telma Gonçalves Santos

A presença portuguesa em Angola promoveu o desenvolvimento de uma burocracia civil e militar para administrar a "conquista" e alargar suas fronteiras. No século XVIII, o principal objetivo dessa burocracia foi a otimização do tráfico de africanos escravizados enviados ao Brasil. Um significativo contingente de europeus, africanos e luso-africanos, na condição de homens livres, fizeram parte dos quadros militares, exercendo suas funções, muitas vezes, em condições miseráveis. Nesse complexo cenário do mundo do trabalho, no Reino de Angola, era tênue o limite entre a condição de homem livre e de escravo. O ingresso no exército poderia oferecer a esses sujeitos alguma oportunidade de melhoria das suas condições materiais ou mesmo proteção contra uma possível escravização aleatória, como por vezes acontecia. Entretanto, a documentação alusiva ao período demonstra que o efetivo empoderamento e enriquecimento dos militares africanos crioulizados e luso africanos estava atrelada à capacidade de se tornarem parte da malha social que movimentava o comércio de escravos no Reino de Angola. Porquanto, muitos foram os africanos e mestiços que, ao assentarem praça de soldados no corpo militar português no Reino de Angola, conheceram apenas a miséria e a fome e quando seus corpos não mais aguentavam carregar as armas de fogo, as ordens da Coroa era a de dispensa imediata. Para a consecução deste trabalho, propomos a análise da documentação que consta na Torre do Tombo e no Conselho Ultramarino, entre os anos de 1750 e 1775, como um primeiro ensaio sobre um tema tão pouco estudado por africanistas: as condições de vida dos africanos crioulizados e luso-africanos no reino de Angola setecentista, inseridos no corpo militar português e suas estratégias de resistência para a manutenção da liberdade e/ou ascensão social dentro do tecido social luso-angolano. Para alcançarmos o objetivo supracitado,

propomos a análise das trajetórias de vida de três personagens nascidos em Angola, dois desses africanos crioulizados e um luso-africano, no primeiro quartel do século XVIII, a saber: Simião Bravo Pereira, capitão-mor do presídio de Golungo; Bento Pereira Henriques, ajudante do presídio de Muxima e Domingos Ferreira Assumpção, capitão-mor do presídio de Ambaca. Ao adentrarmos na microesfera social em que esses africanos crioulizados e luso-africanos atuaram, será possível ampliar o conhecimento a respeito do quadro de vulnerabilidade ao qual esses sujeitos estavam expostos, bem como o campo de possibilidades para ascenderem na sociedade luso-africana. Os sujeitos aqui estudados integraram o corpo militar português angolano, fato que, como veremos, lhes possibilitaram fazer frente à precariedade da liberdade no Reino de Angola setecentista, assim como lhes permitiram driblar o estado de miséria no qual uma fração considerável da população citadina e do perímetro da conquista estavam expostas.

GUERRAS, MILÍCIA, OFÍCIOS MECÂNICOS E A NOBILITAÇÃO DE UMA FAMÍLIA PARDA: ESTRATÉGIAS E TENSÕES VIVIDAS PELOS RIBEIRO (SÃO PAULO, C. 1750 - C. 1830)

Fernando Prestes Souza

Examino aspectos da trajetória de elevação social vivenciada pela família Ribeiro, que transitou do cativeiro à obtenção de hábitos da Ordem de Cristo. Os Ribeiro viveram na capitania/província de São Paulo, entre a segunda metade do século XVIII e a primeira do XIX, e se envolveram profundamente nos universos militar e artesanal. Analisar o processo de elevação social dessa família, considerando os meandros de suas estratégias e os diferentes níveis de tensões inerentes à manutenção da posição alcançada, implica remeter-se às configurações do trabalho mecânico na cidade de São Paulo e do Regimento Miliciano dos Úteis, composto por pardos livres. Com efeito, o patriarca Manoel José Ribeiro ocupou as posições mais elevadas em tais hierarquias. Antes, porém, servira ao rei no Sul da América portuguesa, na década de 1771, como soldado de tropa paga na guerra contra os espanhóis. Essa experiência franqueara-o ao comando das companhias auxiliares de pardos forros e mais: abrira ao ex-escravo canais de aproximação com Estado e a monarquia via prestação de serviços. Vai daí a obtenção do título de ordem militar, em 1810, a despeito do passado escravo e artesanal talvez já encoberto pela transição familiar à condição senhorial e à lide comercial. A partir de então, os Ribeiro ocuparam postos superiores na milícia dos pardos, se voluntariaram para campanhas militares e pleitearam títulos e privilégios. Destaca-se o peso extraordinário adquirido pela participação em guerra, capaz de contrabalancear a origem, a vinculação ao trabalho mecânico e o moderado nível de riqueza. As estratégias e demandas visando à elevação conformam capítulo decisivo na trajetória dessa unidade familiar, o qual é complementado pelo esforço no sentido da manutenção nas posições alcançadas. Nesse sentido, examino a posição dos Ribeiro na tra-

ma social relativamente a três grupos: o dos pardos livres, o das elites brancas e, finalmente, o dos representantes régios e do Estado. No primeiro caso, demonstro o modo pelo qual a vasta camada de pardos livres e suas famílias constituíam os suportes reais do reconhecimento social desfrutado pelos Ribeiro a partir do controle exercido na milícia e no mundo artesanal, e, inversamente, como tais 'súditos' eram potenciais desestruturadores desse equilíbrio de poder; nos segundo e terceiro casos investigo um campo de tensões e disputas cujos objetos eram os postos superiores da milícia e a própria existência de regimentos separados por cor. Ele fornece parâmetros de inteligibilidade para as possibilidades e limites da ascensão da família parda (um filho do coronel Ribeiro recebe indeferimento mas um neto obtém o hábito de Cristo) e para sua atuação política no contexto da independência do Brasil. Se, de um lado, a Coroa assegurava a pardos e pretos a preferência no acesso aos postos milicianos, desde que se respeitassem critérios atinentes às variáveis merecimento e honra, de outro, autoridades militares locais e oficiais brancos combatiam a oficialidade de cor tendo-se como base a vinculação estrutural e recorrente de pardos e pretos ao mundo do trabalho mecânico. Enfrentamentos dessa natureza, suportados pelos quadros mentais da ilustração e do liberalismo, foram comuns em todas as regiões da América onde existiam tais corpos militares. Para além de perspectiva individual e familiar, as estratégias e trajetória dos Ribeiro iluminam aspectos fundamentais da organização coletiva dos milicianos pardos e da configuração social paulista, bem como acenam para equilíbrios e tensões vivenciados em diferentes partes da América.

"INDIGNO DE PROCEDIMENTO": A ASCENSÃO DE UM HOMEM DE COR NO MARANHÃO EM FINS DO SÉCULO XVIII

Patricia Kauffmann Fidalgo Cardoso da Silveira

O presente trabalho analisa episódios da trajetória de um homem que viveu no Maranhão no final do século do século XVIII e primeiros anos do século seguinte, seu nome era Vicente Ferreira Guedes. De sua vida pregressa pouco se sabe: Vicente era filho de um membro de uma das famílias mais antigas de Pernambuco, os *Guedes Alcoforado*; sua mãe é descrita por seus opositores como tendo sido escrava – o que não está explícito na documentação. Era natural da cidade de Olinda e estimamos que lá tivesse nascido na década de 1730. Vindo de Pernambuco, foi preso em Aldeias Altas (MA) por volta de 1765 e enviado a São Luís para ser vendido como escravo. Anos mais tarde, já como advogado provisionado, Vicente contava com a admiração do então governador, Joaquim de Melo e Póvoas, entretanto esteve envolvido em inúmeras disputas com homens que ocupavam postos bastante privilegiados à época: ouvidores, juízes e outros funcionários régios. Após o fim do governo de Melo e Póvoas, Vicente foi preso e desterrado em diversas ocasiões, o que não o impediu de ser nomeado para o posto de mestre-de-campo do Terço de Homens Brancos da Infantaria Auxiliar de Alcântara, o mais dis-

putado e conceituado do estado. Tão logo a notícia da nomeação chegou ao Maranhão, requerimentos passaram a ser enviados à Coroa, questionando a sua escolha, a sua idoneidade, a sua qualidade e o seu merecimento. Uma vez que Vicente não possuía a *qualidade* necessária para ocupar tal posto, cabe perguntar: quais mecanismos de poder possibilitaram que Vicente, homem *de cor,* fosse nomeado para comandar o posto militar mais prestigiado de então? A trajetória de Vicente, tão acidentada quanto bem sucedida, gerou um conjunto documental bastante variado, oferecendo-nos um vislumbre acerca das relações de poder entre os homens que aqui governavam e as relações destes com o domínio metropolitano. Tendo sido advogado, vogal da Junta de Justiça, lavrador, militar e membro de uma irmandade, Vicente transitou pelas esferas de poder, ora em posição de barganha, ora em detrimento de outrem. A última referência a ele data de 1802, ano em que foi agraciado com o hábito da Ordem de Cristo, já ostentando a patente de coronel. Sabemos que Vicente Ferreira Guedes não era o único homem livre de cor a viver no Maranhão no período em questão, mas são raríssimos os registros de outros indivíduos nas mesmas circunstâncias. As representações a seu respeito são, no geral, depreciativas, e parte agravante deste desprezo residia justamente no fato de ele possuir *cor*, desqualificando-o por ser *indigno de procedimento*. Ainda que não nos seja possível vaticinar quão exemplar ou excepcional ele foi, sua trajetória é singular.

15 de setembro de 2016

EMPRESTANDO A FÉ PÚBLICA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO SETECENTISTA: TABELIÃES NO BANCO DE DADOS DE TESTAMENTOS

Aryanne Faustina Ferreira dos Santos

Na cidade do Rio de Janeiro colonial, mais especificamente na freguesia da Sé/Santíssimo Sacramento (entre 1700 e 1808), garantir o registro das suas últimas vontades era algo que todo o cristão-católico era ensinado a fazer durante a sua vida. Através dos sermões e de manuais de bem-morrer, por exemplo, os religiosos pregavam a importância da preocupação com a salvação das almas no *post-mortem* e procuravam, assim, incentivar os fiéis a receberem os últimos sacramentos e a redigirem os seus testamentos. Para além das escolhas referentes ao estabelecimento de heranças e de sucessões, através destes documentos, era possível que o indivíduo escolhesse os seus ritos fúnebres; realizasse doações para instituições religiosas e de caridade e estabelecesse a quantidade de missas que deveriam ser rezadas em favor de sua alma e de quem mais ele desejasse. Segundo os ensinamentos da Igreja, todos esses quesitos favoreciam para a salvação eterna do fiel. Temos chamado de "fazer testamentário" o processo que compreende a redação e a aprovação do testamento, assim como a escolha de quem o escrevia – que poderia não ser o próprio testador –, das testemunhas, dos testamenteiros e do notário. Dentre todos os atores envolvidos na prática testamentária o que mais

tem recebido a nossa atenção é este último, que também é reconhecido como tabelião. A ele cabia a responsabilidade de redigir e validar acordos, contratos e diversos outros tipos de documentos. Sendo assim, tornou-se o foco de nossa pesquisa em decorrência da lacuna historiográfica referente ao exercício de suas funções na cidade do Rio de Janeiro setecentista, principalmente a respeito da sua atuação no "fazer testamentário". Temos buscado compreender como se deu a formação de tal ofício ao longo da sua história, assim como a sua efetiva participação na aprovação do testamento à luz da legislação vigente. Em nossa pesquisa contamos com o auxílio de um banco de dados que apresenta cerca de 770 testamentos, referentes ao recorte local-temporal já mencionado. Ao analisá-lo, percebemos o destaque de uma família de tabeliães na validação destes documentos, que junta acumula cerca de 50% de todas as aprovações das últimas vontades. Nosso objeto de estudo é a constituição e a trajetória dos Teixeira de Carvalho a fim de compreendermos como se tornaram um grupo de notários tão procurado pelos nossos testadores. O presente trabalho se propõe a apresentar as principais questões em torno da participação destes tabeliães no "fazer testamentário", assim como os primeiros resultados acerca da família Teixeira de Carvalho.

TRAJETÓRIA, PRÁTICAS DE CURA E RELAÇÕES DE PODER: JOÃO CARDOSO DE MIRANDA E A BUSCA POR ASCENSÃO SOCIAL NA COLÔNIA

Isaac Facchini Badinelli

O objetivo do artigo é analisar a trajetória de João Cardoso de Miranda, as obras que publicou e as relações de cura e ascensão social no Brasil do período colonial presentes nos manuais médicos escritos. João Cardoso de Miranda, foi um cirurgião licenciado que viveu na Bahia e em Minas Gerais durante a primeira metade do século XVIII, tendo atuado também como comerciante de escravos. Nas obras que publicou existe um diálogo constante entre o saber erudito e o saber popular presente nas práticas e nos remédios utilizados por esses habitantes da colônia. Uma série de documentos e de estudos mostram o quanto as autoridades da metrópole, através do Físico-mor e do cirurgião-Mor, tentavam controlar as práticas adotadas na colônia brasileira, sem, entretanto, excluir uma série de outras possibilidades de atuação. Uma série de fatores influenciaram o desenvolvimento de uma medicina com características tão peculiares como a encontrada no Brasil. Neste contexto os cirurgiões e práticos da medicina se destacaram como figuras sociais importantes entre os personagens que se movimentaram pelo Mundo Atlântico entre os séculos XVI e XIX. Em seus tratados se encontra evidenciado o uso de produtos oriundos de uma farmacopeia baseada em saberes indígenas e em recursos e ensinamentos emprestados da cultura dos moradores da terra e de escravos. Embora, nem sempre os cirurgiões reconhecessem a origem do conhecimento por eles empregado, muitos manuais e relatos de viajantes possibilitam compreender a utilização do conhecimento local. Muitas dessas práticas e conhecimentos estão associados as dinâmicas

da escravidão e do mundo atlântico. Se entre os médicos licenciados pela corte portuguesa já não é possível encontrar um grupo homogêneo, com práticas médicas que pertencessem ao mesmo universo e que obedecessem às mesmas teorias, isso acontece ainda menos ao observar as práticas dos não-licenciados que exerciam a "arte médica" na colônia. O estudo da trajetória social de João Cardoso de Miranda oferece um exemplo importante da atuação e das tentativas e possibilidades de ascensão na Colônia. Miranda nasceu em Filgueiras, freguesia de São Martinho de Cambres, no norte de Portugal e formou-se em cirurgia no Hospital Real de Todos os Santos, em Lisboa. Foi para Bahia em 1726 e a partir de 1731 passa a enviar pedidos a Portugal para publicar seu texto que buscava demonstrar um tratamento específico para o Escorbuto, cuja publicação só ocorreu dez anos depois. Intitulado "Relação cirurgica, e médica, na qual se trata, e declara especialmente hum novo methodo para curar a infecção escorbutica" o método esteve ligado tanto a descoberta de um medicamento para curar o escorbuto quanto a atividade comercial de João Cardoso de Miranda, que aparece em documentos como um dos grandes traficantes de escravos da Cidade da Bahia no período. Na obra são apresentadas uma série de cartas trocadas entre e Miranda e André de Mello e Castro, Vice-Rei do Brasil. Miranda obtêm então uma autorização régia para fazer comércio com Costa da Mina com autorização régia e não mais através de licenças. Esse artigo faz parte das pesquisas em meu projeto de Mestrado na Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação do Professor Dr. Henrique Espada Rodrigues Lima Filho e coorientação do Professor Tiago Kramer de Oliveira. Faz parte também de um núcleo de pesquisas do Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura (LABHSTC) e do Laboratório de História da Saúde e Sociedade (LABHISS) da UFSC.

A DISTINÇÃO SOCIAL NA CIDADE DE SERGIPE DEL REI NO FINAL DO SÉCULO XVIII

Anderson Pereira dos Santos

A sociedade ultramarina presente na América Portuguesa, no final do século XVIII, seria caracterizada de forma geral por ser plural, escravista, patriarcal, classista, e marcada por um sistema complexo de formas de distinção social. As diversas classes sociais existentes se utilizavam da distinção para reforçarem as normas e práticas sociais dominantes. A distinção social seria, também, o princípio que legitima as hierarquias sociais nesta sociedade O objetivo principal deste trabalho foi identificar as principais formas de distinção social da sociedade ultramarina presente na Cidade de São Cristóvão de Sergipe del Rei, entre 1750 a 1808. Utilizamos como principais fontes: os relatos de cronistas de época, devassas, inquirições de testemunhas, inventários post-mortem, e testamentos dos moradores da Cidade de Sergipe. A metodologia empregada foi a análise de conteúdo. Os principais aportes teóricos usados foram Pierre Bourdieu e Niklas *Luhmann*. Concluímos, que as

principais formas de distinção social agenciadas por esta sociedade na Cidade de Sergipe, no final do século XVIII, foram: a origem familiar, aparência, língua natural, infamação, riqueza, condição jurídica, condição cível, prática religiosa, oficio/ocupação, e os títulos/hábitos.

CARIDADE, HIERARQUIA E PODER: A COMPOSIÇÃO SOCIAL DA MISERICÓRDIA DO RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XVIII

Renato Franco

Criada em 1498, a Santa Casa de Lisboa serviu como modelo para outras que se espalharam pelos quatro cantos do império, fazendo das Misericórdias o paradigma da caridade institucional no mundo português. Sem desconsiderar as motivações religiosas, é possível afirmar que boa parte da popularidade desses estabelecimentos estava baseada nos privilégios régios e na orientação elitista que, a partir de um número-limite de membros (*numerus clausus*), critérios de riqueza e de limpeza de sangue, restringiu a participação a pequenos grupos dos melhores de cada terra. Além da seletividade, as Misericórdias se organizavam por um ordenamento interno que hierarquizava os membros entre irmãos de primeiro e segundo foro. Assim, fazer parte de certas Misericórdias era um atestado inequívoco de prestígio, cujo auge era o pertencimento à mesa diretiva. Na América, embora a maior parte das Santas Casas possuísse uma capacidade assistencial modesta, o caráter nobilitante continuou a ser observado, frequentemente atraindo os principais da terra. No entanto, a partir do século XVIII, é possível perceber a presença de comerciantes que silenciosamente alçavam à condição de irmãos de primeiro foro, como era o caso de Salvador. Em outros exemplos, como o de Vila Rica, a diferença entre irmãos maiores e menores teve de ser abolida porque os comerciantes se recusaram a participar do segundo foro. A importância do comércio se faria sentir na Misericórdia carioca, beneficiária direta dos negócios com as Minas. Na contramão do que vinha acontecendo na maior parte das congêneres americanas, a Santa Casa do Rio dava sinais de crescimento, acompanhando de perto a alteração das elites locais, sinalizada pela presença dos comerciantes nos cargos diretivos. Enquanto em Portugal continental, a maior permissividade na composição dos quadros poderia sinalizar decadência institucional, o exemplo do Rio de Janeiro indica justamente o oposto. Esta comunicação tratará da composição social da Misericórdia carioca ao longo do século XVIII, quando é possível perceber a maior diversidade nas origens sociais dos membros e as consequências na organização em foros de primeira e segunda condição.

MIGUEL TEXEIRA GUIMARÃES, CARÍSSIMO IRMÃO DA VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS DE MARIANA

Natalia Casagrande Salvador

Após a descoberta do ouro no interior da Colônia no final do século XVII, houve um grande deslocamento populacional em direção as regiões mineradoras atrás de enriquecimento rápido. Numa tentativa de prevenir o contrabando e o desvio das riquezas encontradas a Coroa proibiu a instalação de ordens religiosas regulares na região. Como resultado dessa ação, instalaram-se alí associações religiosas compostas e administradas por homens leigos. Dentre elas, as ordens terceiras eram as de maior reputação em meio a sociedade. A Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana, especificamente, surgiu em 1758 como resultado de uma demanda da população, que antes se associava a congênere de Vila Rica. Após a criação da Ordem, os mais proeminentes indivíduos da região foram escolhidos para compor a mesa administrativa e seus diversos cargos: ministro, secretário, síndico, procurador, definidores, *etc*. Ao longo da segunda metade do século XVIII os membros da Ordem Terceira franciscana administraram a construção de sua capela própria, sob a estreita observância dos irmãos terceiros e, em especial, do irmão ministro – cargo de maior responsabilidade e representatividade dentro da Ordem. Eleitos anualmente, vários homens passaram por este cargo, porém, um nome se destaca dentro da documentação, por sua constante presença nas reuniões da mesa administrativa: Miguel Teixeira Guimarães. Nas reuniões, presididas pelo irmão ministro, a mesa administrativa discutia e decidia diversos assuntos que foram registradas no Livro de Termos da Ordem Terceira (datando entre 1758-1870). Analisando essa documentação podemos explorar as questões julgadas importantes para os membros dessa Ordem e, consequentemente, obter uma maior compreensão acerca deste proeminente grupo dentro da sociedade colonial mineira. Notadamente três tópicos apresentam-se constantemente nesta documentação: a eleição dos membros da mesa, a construção da capela e a realização da procissão de cinzas. Diante deste cenário, concentramos nossa atenção à participação do irmão Miguel Teixeira Guimarães que foi membro atuante da agremiação franciscana desde o sua criação, quando, junto com o irmão Francisco Soares Bernardo, redigiu os Estatutos da Ordem (documento que estabelecia as normas e regulamentos a serem seguidos por todos os irmãos terceiros). Ao longo dos anos ele atuou como ministro, viceministro, ministro suplente além de irmão procurador da obra da capela. Constatase sua atuação instrínseca nos assuntos mais recorrentes da ordem ao longo da segunda metade do século XVIII (fosse nas eleições da mesa, assuntos referentes à construção da capela ou planejamento da procissão de cinzas). Prentendemos neste trabalho explorar a participação deste importante irmão dentro da Ordem Terceira franciscana, criando ao longo do processo, suposições acerca da sua relação com os outros irmãos terceiros, com a Ordem e com a religiosidade, para a qual ele parece, a primeira instância, profundamente devotado. A-

presentando trechos da documentação iremos resgatar o percurso desse importante membro da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana em meio ao cenário de construção da capela da Ordem.

O REVERSO DA DESORDEM: PODER E SOCIEDADE NA DEMARCAÇÃO DIAMANTINA (1771-1805)

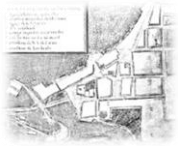
Sílvia Rachi

Nos idos do Dezoito, pedras preciosas encontradas na Capitania de Minas Gerais embalaram esperanças e receios. Arrebatadores, os diamantes inspiraram ações de extravio e de vigilância, expressas em dizeres e correspondências. À altura, poder e palavras mesclavam-se, delineando a vida na realidade diamantina. Esta comunicação é recorte de pesquisa mais ampla que pretende analisar a correspondência política como constituinte das relações de poder entre Portugal e as autoridades administrativas na América portuguesa. O exame volta-se para a realidade do Distrito Diamantino no período da Real Extração. Utiliza-se, a princípio, a documentação do Fundo *Erário Régio* - parte do acervo do Tribunal de Contas de Portugal - concernente à Demarcação Diamantina, sobretudo à Diretoria Geral da Real Extração dos Diamantes. Foram selecionados três livros que abarcam o período de 01/08/1771 a 21/11/1805. Cabe ressaltar, que são fontes inéditas, as quais apresentam continuidade temporal perfeita. Para a investigação, valemo-nos da metodologia desenvolvida pelo projeto "A comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa (1580 – 1808"). Abordamos os nexos metrópole-colônia, bem como as relações de poder sensíveis ao exercício da administração local, mas, sobretudo, às ingerências do poder central no cenário em causa. Partimos da hipótese de que a análise da documentação referida permite-nos compreender um pouco melhor a cultura política de então, com destaque para a busca de enriquecimento pelas elites locais, fator que poderia favorecer a inserção e a mobilidade social. Almejamos problematizar a imagem cristalizada e sedutora de "constantes desordens" e "desvios de conduta" nos ambientes coloniais, como meros descumprimentos do ordenamento estabelecido, para ressaltá-los enquanto estratégias ascensão na sociedade. A ideia de desmandos ou de completa desordem foi defendida, para o contexto em pauta, principalmente pela historiadora Júnia Ferreira Furtado em denso e referencial trabalho concluído em 1991. Mais de um quarto de século depois, o estudo merece ser debatido, dada a existência de novas fontes e dos diálogos historiográficos recentes. "Revisitamos", assim, a vida política, administrativa e social do Distrito Diamantino, à luz das noções de "benesses régias", "privilégios e honras", "enriquecimento", "ascensão das elites locais", dentre outras.

A VINDA DA CORTE E A CORTE DO SERTÃO: CONEXÕES ENTRE O ALTO SERTÃO DA BAHIA , A CORTE NO RIO DE JANEIRO E AS INFLUÊNCIAS IBÉRICAS

Ivanice Teixeira Silva Ortiz

O início dos oitocentos, representou para muitos o cenário de "novos tempos", de importantes transformações que afloravam nos grandes centros com a transferência da família real para o Brasil em 1808. Esse evento refletiu no arraial de Caetité com sua consagração à vila com o nome "Vila Nova do Príncipe e Santana de Caetité" em 1810. Desde então as referências à corte se fizeram presentes nas festas, peças teatrais, nas reuniões familiares, nas procissões e principalmente nos hábitos e arquitetura. A presença do príncipe em chão brasileiro supostamente viabilizaria a intermediação mais rápida das suas reivindicações, criaria condições concretas e simbólicas para assumir sua autonomia administrativa e política, longe da tutela da distante Vila de Minas de Rio de Contas. Contemplada com o "posto espiritual" faltava-lhe a jurisdição civil, nada mais propenso com os ares de autonomia que aspirava o Brasil como sede da corte portuguesa. Lusitanizar-se era necessário.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 19
Império e Colonização: economia e sociedade na América portuguesa

Coordenadores: Maximiliano Mac Menz (Universidade Federal de São Paulo) e Rodrigo Ricupero (Universidade São Paulo)

13 de setembro de 2016

MANUAIS, LEIS E INSTITUIÇÕES: A ORGANIZAÇÃO DO COMÉRCIO PORTUGUÊS (1755-1808)

Beatriz Libano Bastos Azevedo

Este estudo tem como objeto o comércio em Portugal, dentro de uma visão voltada para o pensamento e organização dessa essa atividade, através da de uma análise dupla: os manuais e livros escritos por particulares e aquilo que foi produzido e articulado pelos membros do governo, como leis e instituições específicas. A ideia é pensarmos o comércio através dos olhares dos mercadores, dos ministros e demais funcionários da coroa, percebendo suas motivações e buscando o sentido das ações teóricas ao serem colocadas em prática. Em face deste objeto, buscaremos ler os textos teóricos a partir de um enfoque que visa reforçar e ampliar tais formulações teóricas e ações dentro de uma perspectiva mercantil. A importância do comércio na Idade Moderna e seu papel central na montagem dos Impérios coloniais nos motiva a buscar uma maior compreensão tanto das ideias teóricas como das estratégias que determinaram as ações relativas à organização da atividade comercial no período compreendido entre a criação da Junta de Comércio, em 1755, e a sua reinstituição logo após a chegada da família real ao Rio de Janeiro, como Tribunal da Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, em 1808. Durante esse recorte temporal pensamos que o grande foco do comércio é a manutenção e a exploração do Império Português, de modo que, organizar o comércio seria consequentemente organizar o Império. A escolha do primeiro corte cronológico desta pesquisa corresponde a um fato ocorrido no reinado de D. José I e no início do governo de Marques de Pombal: a criação da Junta de Comércio, em 1755. A segunda metade do século XVIII foi importante para as classes mercantis portuguesas, pois a criação da Junta de Comércio em 1755, a subordinação da Mesa do Bem Comum dos Mercadores a esta instituição, a criação dos Estatutos dos Mercadores de Retalho em 1757 e a introdução das Aulas de Comércio, em 1759, representaram mudanças positivas para esses grupos. Essas medidas foram fundamentais para integrar mercadores e negociantes à sociedade setecentista, livrando-os da fama anterior de praticantes de ofícios mecânicos, com menor prestígio, ao mesmo que possibilitaram uma maior organi-

zação e controle da atividade comercial por parte da coroa. A criação da Junta de Comércio pode ser considerada, portanto, o primeiro ato de institucionalização e profissionalização mercantil, até que em 1770 em carta de Lei, o rei resolve disciplinar os mecanismos de acesso às atividades comerciais tornando obrigatório que os homens de negócio tivessem registro na Junta. O corte final é a reinstituição da Junta no Rio de Janeiro, depois da transferência da corte, como Tribunal da Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, em 1808. Essa medida, juntamente com a anterior abertura dos portos ao comércio com as nações amigas de Portugal, significou a ampliação do comércio no Brasil, modificando o conjunto de relações entre ele e Portugal.

AMIZADE E COMÉRCIO: OS ESTADOS UNIDOS, A GRÃ-BRETANHA E O BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XIX

Pedro Henrique de Mello Rabelo

A abertura dos portos do Brasil em 1808 representa um elemento central para grande parte da historiografia brasileira no que tange ao Antigo Sistema Colonial. Para alguns autores, como José J. Arruda, a abertura representou o fim do pacto colonial entre a metrópole portuguesa e sua colônia americana, para outros, como Celso Furtado, ela foi uma resposta de Portugal à guerra na Europa. Já parte de uma historiografia mais recente tem adotado a ideia de que a abertura fez parte da regeneração do Império, sendo a abertura muito mais uma adequação da administração ao reformismo ilustrado que efetivamente uma quebra dos laços entre Portugal e o Brasil. Discussão similar se desenvolve acerca dos tratados anglo-lusos de 1810, que foram recebidos com grande hostilidade tanto por setores ligados ao setor manufatureiro do reino, quanto por redatores e leitores da imprensa periódica como Hipólito José da Costa. Na historiografia, também é possível detectar a ideia de que os tratados representaram um duro golpe às manufaturas do reino, que passaram a perder mercado para os produtos ingleses. Alguns autores, como Arruda, por exemplo, acreditam que o impacto da ação conjunta da abertura e dos tratados fez com que o Brasil se afastasse gradualmente de Portugal, passando a compor a órbita do império informal da Grã-Bretanha. O aumento da presença de produtos bem como de súditos britânicos no Brasil nesse período é inquestionável. Contudo, mesmo com as taxas de importação favoráveis a entrada de produtos britânicos no Brasil, a partir de 1808 houve um crescente aumento da participação de outros países no comércio brasileiro, em especial dos Estados Unidos, tendo sido esse país o primeiro a nomear um cônsul para atuar no Brasil após a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro. Nas pesquisas que tenho desenvolvido, percebi que mesmo com a existência dos tratados anglo-lusos de 1810 e de todas as condições favoráveis à entrada dos produtos da Grã-Bretanha no Brasil, entre 1808 e 1822, os EUA constituíram no Brasil um dos mais complexos corpos consulares montados por uma nação estrangeira na América do Sul. E isso se torna significativo ao se considerar o papel se-

cundário do comércio brasileiro-americano no período. Estima-se que a porcentagem das exportações americanas para o Brasil, bem como das suas importações, em relação ao volume geral do comércio americano no período 1808/1822 nunca tenha superado os 5%, quadro que só se altera a partir da década de 1820, quando as trocas comerciais entre o Império e os EUA passam a crescer. Visto isso, as hipóteses de minha pesquisa partem de algumas conclusões de Antonia Wright apresentadas em 1978. Para a autora, o envolvimento dos Estados Unidos com o Brasil nesse período teve forte conotação política e representou uma das maneiras que o governo americano encontrou para combater a influência britânica sobre a América do Sul. Essa conclusão permitiu-me perceber a importância do corpo consular americano no Brasil, bem como da comunhão de ideias entre representantes americanos no Brasil, como os cônsules Henry Hill (BA) e Condy Raguet (RJ), e membros importantes da administração lusa como Silva Lisboa. Acredito que o estudo das aproximações entre o Brasil e os EUA nesse período contribua para a compreensão da condução da política externa e da administração colonial do governo joanino. Mais do que representar fim do sistema colonial, as relações entre Portugal, Brasil, EUA e Inglaterra podem evidenciar uma vasta rede de transformações administrativas no Império português em um período de grande expansão do reformismo ilustrado.

COLONIZAÇÃO E PENSAMENTO ECONÔMICO EM PORTUGAL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Natalia Tammone

A partir da perda efetiva do controle político do Brasil, em 1826 e até meados do século XIX, Portugal buscou maneiras de se adaptar a sua nova realidade política e econômica. O país passou por uma série de conflitos políticos, que se estenderam ao campo militar, buscando estabelecer sua forma de governo e sua política em relação ao mercado externo. As relações com o Brasil mantiveram sua importância para o computo geral da economia portuguesa e foram base para o surgimento de um novo ideário de colonização, a ser implantado nos domínios africanos. Apesar de presente nos discursos políticos e nos debates da imprensa, os planos de colonização efetiva dos domínios africanos pouco surtiram efeito até a década de 1850. Para que a colonização pudesse ser implementada, Portugal tinha que superar uma série de barreiras como a falta de capitais e de créditos na metrópole e o predomínio do tráfico de escravos como principal atividade econômica das colônias. Tal atividade era dominada por comerciantes brasileiros e pelas elites locais, o que acrescentava o risco de revoltas independentistas nos territórios africanos. Por fim, destacamos a dependência de Portugal em relação à economia brasileira, que empregava capitais e mercadores lusos enviando anualmente remessas de divisas dos emigrados, muito importantes para a manutenção da economia portuguesa. Este trabalho objetiva mostrar de que maneira o problema do Império e os planos para a colonização efetiva dos

domínios africanos foram um elemento importante do pensamento econômico português no período. A questão foi discutida a época em Portugal em vários níveis: na imprensa periódica, que refletia sobre as principais questões econômicas e dava conta da opinião de setores da opinião publica sobre as políticas econômicas que deveriam ser adotadas pelo governo; em textos e livros escritos e publicados por autores portugueses, analisando a situação política e econômica do reino; nos debates da Câmara e nas sessões legisladuras e na correspondência do Governo de Portugal com seus funcionários nos domínios Africanos. Essa multiplicidade de discursos disponíveis sobre a questão da colonização da África e, principalmente, o papel que a economia desempenhava nas esperanças coloniais portuguesas, são fonte privilegiada para apreendermos o pensamento econômico em Portugal, suas relações com a Economia Política e com as teorias econômicas em voga, além de sua aplicabilidade na realidade prática do Império português.

A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE JOSÉ DE RESENDE COSTA FILHO

Wederson de Souza Gomes

Um dos principais aspectos apontados pela historiografia como indício da crise do Antigo Sistema Colonial – incluindo-se o próprio Fernando Novais – é o aumento dos questionamentos acerca da administração colonial na América. Autores estudiosos da inconfidência mineira – conjuração essa que envolveu homens de diversas localidades da capitania de Minas Gerais, entre elas Vila Rica nos fins da década de 1780 –, apontam que mais do que separar a colônia de sua metrópole, os objetivos centrais de parte desses movimentos eram questionar a eficiência da administração colonial portuguesa do Brasil. A partir da independência, parte da historiografia brasileira apropriou-se de movimentos como esses – a Inconfidência Mineira – para construir narrativas pela quais tais conjurações representavam um esforço "nacionalista" da colônia americana por separar-se de Portugal. Os estudos da sedição, assim como a de outros movimentos ocorridos em outras regiões no mesmo período, continuam representando enorme contribuição à compreensão do processo gradual de transformação administrativa ocorrida no Império Luso-Brasileiro entre os séculos XVIII e XIX. É essa a importância que justifica o estudo da trajetória política de José de Resende Costa, o filho, que também se envolveu com a Inconfidência Mineira. A trajetória de Resende Costa, contudo, torna-se singular quando se verifica seu reingresso à administração portuguesa após o cumprimento de sua punição por ter se insurgido contra a monarquia. O burocrata fora acusado de crime de lesa-majestade e condenado ao degredo na ilha de São Tiago de Cabo Verde em 1792. Anos depois, não só teve sua solicitação de retornar à Lisboa atendida, como também foi nomeado por D. João VI como Administrador da Fábrica de Lapidação dos Diamantes no Rio de Janeiro e Escriturário da Mesa do Tesouro, ambas instituições de extrema importância para a administração portuguesa. Tenho identificado no decorrer das pesquisas desenvolvidas, um estrito relacionamento

de amizade entre Resende Costa com membros da família Sousa Coutinho, incluindo-se o próprio Conde de Linhares, D. Rodrigo. Atualmente, tenho analisado diversas correspondências pessoais trocadas entre o burocrata e as irmãs de D. Rodrigo, D. Maria e D. Mariana, além das trocadas com o próprio José Antônio de Meneses de Sousa Coutinho – o Principal de Sousa – que esteve à frente da Regência em Portugal durante a transferência da sede do império para o Brasil em 1808. O teor das correspondências tem indicado um ótimo relacionamento entre Costa Filho e os Sousa Coutinho, não sendo raro nas cartas assuntos relacionados a questões de extremo cunho pessoal. Mas o que torna essa documentação ainda mais intrigante é a coexistência de assuntos relativos à administração, à política e à economia do império português. Costa relata seu cotidiano no Brasil aos Sousa Coutinho, expondo suas opiniões acerca da organização das instituições instaladas no Brasil, bem como da sua própria vivência no Rio de Janeiro, até mesmo as relações comerciais desse último e a Inglaterra. Consideradas as alterações político-econômicas que ocorrem nas relações entre metrópole e colônia com a vinda da Família Real para o Brasil, a trajetória de Resende Costa torna-se significativa. Além de desconstruir o ideal "separatista" ou "nacionalista" que determinada historiografia criou acerca da Inconfidência, a trajetória de Costa contribui para o estudo da ação dos intelectuais ilustrados e reformistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português.

DIOGO DE MENDONÇA CORTE REAL E A SECRETARIA DE ESTADO DO ULTRAMAR: O AGENTE E A INSTITUIÇÃO DIANTE DA ADMINISTRAÇÃO DO BRASIL COLONIAL (1750-1756)

Mario Francisco Simões Junior

Este trabalho visa analisar a atuação de Diogo de Mendonça Corte Real enquanto Secretário de Estado do Ultramar (1750-1756). Filho homônimo de um destacado secretário de D. João V, Diogo de Mendonça servira a Coroa portuguesa na primeira metade do século XVIII em diferentes funções: fora Diplomata em Haia, Provedor da Casa da Índia e Conselheiro da Fazenda. Em 1750, com a coroação de D. José, um novo campo de oportunidades se abriu para este promissor agente régio. Na esteira dos serviços que havia prestado, Diogo de Mendonça obteve uma nomeação para a Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos. À frente desta Secretaria, Diogo de Mendonça Corte Real contribuiu para a modificação da forma de tributação do quinto do ouro, além de procurar estimular a fiscalização dos descaminhos e contrabandos no Brasil colônia. É importante destacar que a historiografia luso-brasileira, no que toca à história econômica e administrativa do reinado de D. José, procurou debater as características e os resultados das políticas pombalinas enquanto outros ministros e instituições coevos ao Marquês de Pombal permaneceram à sombra. O Secretário Diogo de Mendonça Corte Real, no entanto, desempenhava funções específicas e que deveriam ser examinadas em suas particularidades. Diogo de Mendonça, afinal, na posição

de Secretário do Ultramar, remetia importantes ordens (avisos) ao Conselho Ultramarino para que este procedesse com remessas, consultas e outras ações administrativas relacionadas ao Brasil e às suas frotas. Do mesmo modo, participava de uma importante via de comunicação com os governadores, enviando ofícios para orientar a administração e a resolução de assuntos locais. Uma trajetória de préstimos e serviços que só foi interrompida, subitamente, pelo decreto régio de 30 de agosto de 1756. Acusado pelo Rei da "*grande desordem e inquietação em que tem movido com bárbaros e infiéis pretextos do desagrado do Meu Real Serviço*", Diogo de Mendonça foi demitido e desterrado para 40 léguas de distância da Corte. O que se encaminhava como uma excelente trajetória administrativa culminou, assim, em um fim trágico e inesperado. Apesar de este evento permanecer um pouco obscuro devido à intermitência das fontes, segundo o historiador João Lúcio de Azevedo o principal motivo desta demissão foi uma desavença entre Diogo de Mendonça e o Secretário dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho (o futuro Marquês de Pombal). Sabe-se, além disso, que em um decreto pouco anterior, de 17 de agosto de 1756, o Rei ordenara a instauração de uma devassa porque "*houve pessoas taes, e tão bárbaras, que se atreverão a proferir que poderia haver quem atentasse contra a vida de alguns dos Ministros, que comigo despachão, e executão as Minhas Reaes Determinações*". Um decreto que nos sugere as fortes suspeitas em que pode ter se afundado Diogo de Mendonça. Desse modo, além de examinar o funcionamento e os principais traços institucionais da Secretaria do Ultramar, pretendemos observar como a filiação, os serviços e a experiência diplomática de Diogo de Mendonça despontaram como fatores causais para a sua ascensão à posição de Secretário de Estado, do mesmo modo como a sua atuação na Corte e as alegadas desavenças com Sebastião José de Carvalho, favorito do Rei, constituíram elementos que podem explicar o seu declínio. Um estudo da administração da colônia que procura conjugar, portanto, as possibilidades da ação individual de Diogo de Mendonça com a análise das prerrogativas institucionais da Secretaria do Ultramar.

AS PERDAS FISCAIS DO REINO DE PORTUGAL COM A SAÍDA DA CORTE

Luís Otávio Pagano Tasso

A partir de novembro de 1807, o comércio externo português com as colônias foi muito prejudicado com a chegada das Invasões Francesas em território português. Consequência quase que imediata, a imposição do Bloqueio Continental desorganizou o Tráfico Marítimo, fechando os portos portugueses ao comércio com as nações inimigas, lê-se Inglaterra. Num momento de avanço das manufaturas inglesas, o aumento populacional europeu e a estruturação desse tráfico marítimo, a manutenção de um bloqueio continental em Portugal, impediu não só o acesso às mercadorias coloniais e seus mercados, como também as mercadorias da Inglaterra e seu crescente mercado de consumo (industrial e populacional). Sem contar que, com tal impedimento, não havia escoamento para a manufatura portuguesa. Somou-se a

este fato, o próprio movimento da saída de Corte Portuguesa para o Brasil, que paralisava setores da administração pública portuguesa, e cortava a fonte de renda de diversas famílias Nobres que dependiam do Erário Régio. O tesouro português dependia das receitas aduaneiras do comércio entre Metrópole e Colônia, o que fazia de Portugal um grande entreposto na Europa, num sistema de redistribuição conhecido como reexportação. Não bastando tais fatos, durante esse período de Bloqueio Continental e ocupação do território português por tropas Francesas, o comércio interno diminuiu muito, causando uma crise de abastecimento tanto de Lisboa, que nessa época já passava de 260.000 habitantes, o que a tornava a sétima cidade mais populosa da Europa, como do restante do território português, o que se agravava pois foi necessário importar diversos gêneros alimentares e cereais para a manutenção da população do metropolitana. A saída da Família Real ainda gerou outros custos como: a transferência da Corte para o Brasil, a manutenção da Família Real e das tropas que guarneceram o território para sua proteção, e os custos da própria Guerra Peninsular. E ainda nesse mesmo sentido, houveram as consequências indiretas como a posição da frota comercial portuguesa que ficou comprometida uma vez que uma grande parte dela, foi utilizada na própria saída e posteriormente não regressou a Portugal, a falta de mão de obra também foi um problema para a produção interna portuguesa, uma vez que os braços eram levados para a Guerra ou emigravam, e ainda havia a discussão em torno do crédito público, numa disputa na relação juros x segurança de pagamento. Seguindo essa direção, há um relatório do Conselho de Governo (Regência) chamado de "Demonstração do Real Erário", no qual constou uma série de observações sobre o estado da Real Fazenda. Ao longo do documento pode-se perceber o impacto da perda de receitas, e por conseguinte a perda de preponderância de Portugal enquanto Metrópole causando um rearranjo de suas políticas-econômicas e suas instituições. Diante da conjuntura de agitação política e econômica apresentada, pretende-se elencar quais foram os principais fatores e discutir se suas consequências levaram a decadência da economia de Portugal continental.

AS REFORMAS POMBALINAS E OS CONTRATOS DOS DÍZIMOS: FISCALIDADE E NEGOCIAÇÃO NO PERÍODO COLONIAL

Iara Dias dos Santos

A fiscalidade foi um dos mecanismos fundamentais na administração luso-brasileira para apropriação de riqueza em prol da metrópole e dos homens de negócios do Reino e da colônia. De modo que os tributos eram à base da administração luso-brasileira, tendo a arrecadação dos dízimos como um dos principais impostos da colônia. Não bastante, mesmo com um considerável número de pesquisas historiográficas sobre a dinâmica da fiscalidade no império marítimo português, os estudos sobre os "homens de negócio" e a arrematação dos contratos dos dízimos no período colonial ainda carecem de

pesquisas. Ângelo Carrara (2011) aponta que as discussões acerca "dos contratos e dos contratadores durante o período colonial é relativamente pouco visitado pela historiografia brasileira", sendo necessários novos estudos sobre a organização e administração dos impostos régios. Assim, este trabalho tem como escopo discutir primeiramente as mudanças institucionais promovidas pelas reformas pombalinas. Reformas que foram influenciadas pelo próprio cenário de mudanças que ocorriam na Europa, tanto na mentalidade quanto no campo econômico que se caracterizaram em uma política de centralização no sentido de integração e controle da produção das áreas coloniais pelas quais se procurou promover uma maior intensificação da recolha de impostos, o reforço das estruturas militares, o desenvolvimento e diversificação na produção dos gêneros agromercantil nas colônias. Sendo assim, o desenvolvimento econômico passou a ser reforçado pela máquina fiscal através de um controle mais efetivo da circulação de mercadorias e cobrança de tributos. E o arrendamento dos contratos dos dízimos foi uma das principais formas de administração que permitia conter gastos e obter retornos rápidos através de uma pactuação da coroa com a elite local, envolvendo-a nas atividades agromercantil e aproximando os interesses do grupo de poder local aos interesses gerais da monarquia. Assim, a fiscalidade tornou-se um meio de integração econômica e um potencial aglutinador de construção de alianças coloniais. Pode-se dizer que o capital dos contratadores mais os tributos que eram arrecadados da população foram elementos fundamentais para a manutenção do império português. Nesse sentido, no segundo momento do texto, discuto a arrematação dos contratos dos dízimos, as articulações entre as elites mercantis locais e a administração da Coroa para garantir a arrecadação dos impostos, e as alterações institucionais promovidas pelo pombalismo.

INSTITUIÇÕES ECONÔMICAS E TRANSIÇÃO FISCAL EM FINS DO PERÍODO COLONIAL (1808-1823)

Eduardo Silva Ramos

O presente estudo discute as consequências do estabelecimento do aparato burocrático português no Brasil, pós 1808, especialmente aquele ligado aos assuntos econômicos e à organização do sistema fiscal. Busca-se identificar as relações estabelecidas entre as particularidades da economia portuguesa na América e a consolidação de novas instituições econômicas em fins do período colonial. Para tal intento, toma-se a legislação econômica composta, sobretudo, por alvarás, decretos, consultas, provisões etc., promulgados à época. Objetiva-se analisar as iniciativas da Coroa para estabelecer mecanismos de racionalização e fiscalização da arrecadação régia. Nesse sentido, ao averiguar as dificuldades constatadas pela Corte em estabelecer tais mecanismos, torna-se visível o complexo processo de estabelecimento e aperfeiçoamento das instituições fiscais e econômicas no território brasileiro. As opções para prover tais recursos são evidências do direcionamento das políticas econômi-

cas adotadas, intimamente relacionadas aos interesses das classes dirigentes e pautadas pela relação entre a dinâmica material da sociedade e a consolidação de determinadas instituições. Os momentos derradeiros do período colonial, particularmente após a abertura dos portos em 1808, configuraram-se como espaço privilegiado para observação do processo de transformação na forma e conteúdo da arrecadação tributária. Uma vez que novas instituições foram inseridas no cotidiano econômico brasileiro – tais quais o Real Erário e o Conselho da Fazenda: regulamentados em junho de 1808 –, práticas tributárias foram renovadas. O sistema de contratos e arrematações dos tributos, apesar de sua significativa presença, paulatinamente, foi substituído pelas administrações controladas pelos órgãos burocráticos da Coroa. Também foi sintomático o estabelecimento de novos tributos, proporcionando o custeio das instituições régias. Exemplos desse tipo podem ser encontrados no "imposto do Banco", criado para o fundo do primeiro Banco do Brasil, além dos vários tributos formulados ou transferidos em julho de 1809 para as despesas da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Nesse quadro de transformações situam-se os primórdios da organização fiscal que tinha por tarefa agregar diferentes realidades econômicas em torno de um organismo coeso. Os novos tributos e instituições econômicas estabelecidas com a vinda da Corte foram importantes para o desdobramento econômico brasileiro enquanto nação independente; não por acaso, ao longo do primeiro reinado, verificaram-se constantes continuidades e inovações no modelo de arrecadação das rendas. Exemplos de ambos estiveram presentes em dois casos distintos: o primeiro representado pelo sistema de arrematações , como dos direitos de baldeação, reexportação, metade dos direitos de entrada e saída da Alfândega para todas as províncias do Reino em 1827; já o segundo verifica-se na instalação, ainda em 1823, da Mesa de Diversas Rendas no Rio de Janeiro, responsável pelo recolhimento dos tributos sobre os gêneros remetidos a outros portos; dízimos do café e açúcar; impostos sobre a aguardente e tabaco; subsídio literário; sisa dos bens de raiz e escravos ladinos; e sobre os botequins e tabernas.

14 de setembro de 2016

ASSIMETRIAS MERCANTIS: O COMÉRCIO ENTRE PERNAMBUCO E PORTUGAL (1780-1807)

Felipe Souza Melo

A presente comunicação visa compartilhar com os colegas os resultados das pesquisas realizadas nos cartórios notariais de Lisboa. Nessa documentação se encontram diversas informações que possibilitam enriquecer o entendimento sobre os grupos mercantis que atuavam no Atlântico português, mais especificamente sobre as relações desiguais entre os agentes do reino e os agentes da colônia. É através dos contratos de sociedades mercantis, selados entre mercadores de Lisboa com mercadores que estavam indo para Pernambuco, ou que lá já estavam, que foi possível saber a normatividade das

relações entre esses agentes. Da mesma forma, os instrumentos de procuração – que eram delegações de poderes de mercadores de Lisboa para cobrarem devedores (que podiam ser sócios ou apenas comissários) em Pernambuco – fornecem mais detalhes acerca das relações desiguais desses mercadores. A investigação nos mais 1.100 livros dos cartórios possibilitou o levantamento de mais de 1.300 procurações e mais de 90 contratos de sociedades mercantis para Pernambuco. A apresentação gira em torno das sociedades mercantis, pois, eram os contratos mais detalhados e que abrem algumas hipóteses e caminhos de pesquisa. Essa forma de negociação é ligeiramente diferente das demais modalidades de negócios, como as comissões, contratos de obrigação (que nada mais eram do que promessas de pagamento) e letras (de risco ou seguras). Envolvia geralmente dois agentes: um fixo em Lisboa e um outro, já fixo ou indo para Pernambuco. Assim como os contratos de comissão e obrigação, os termos de uma sociedade mercantil também eram privados e, sendo assim, a natureza dos contratos variava de caso a caso. Entretanto, na análise dos contratos de sociedade, transparecem algumas assimetrias entre os agentes. As partes se comprometiam unicamente ao aumento da sociedade, podendo em alguns casos, ambas as partes tomar dinheiro emprestado ou à risco. Isso implicava que não poderiam fazer negócios particulares utilizando os capitais da sociedade. Somente as consignações eram permitidas, e mesmo o resultado dos seus ganhos normalmente ia para os fundos da sociedade. Também não poderiam fazer negócios com outros mercadores nas respectivas praças de comércio. Essa é uma característica das sociedades que valia mais para o sócio em Pernambuco do que para o sócio em Lisboa. Por exemplo, o sócio em Pernambuco nunca podia ter mais nenhum sócio em Lisboa. Já o sócio de Lisboa, como aparecem em alguns contratos, poderia ter mais de um sócio em Pernambuco. Outras cláusulas apontam para o mesmo, caminho, como a proibição do mercador em Pernambuco em participar de contratos reais, de não poder ser fiador de ninguém, limitação de créditos que poderia emprestar e apesar das sociedades estipularem divisões iguais dos ganhos no final do negócio, quem levava as maiores quantias eram os mercadores de Lisboa, pois, eram eles que entravam com maior fundo na sociedade e no seu final recuperavam os capitais iniciais mais ou lucros. Os sócios de Lisboa participaram, no total, com 212.515.894 réis (75,2%) e os que iam ou os que já estavam em Pernambuco entravam com 79.825.769 réis (24,8%). Somados, os investimentos em Pernambuco, a maioria em forma de fazendas, ficavam em 321.411.969 réis, entre 1780 e 1807.

A DINÂMICA DO CONTRATO DAS AGUARDENTES DA TERRA E VINHOS DE MEL NA BAHIA (SÉCS. XVII E XVIII)

Avanete Pereira Sousa

Esta comunicação é parte de estudos mais amplos sobre a cidade de Salvador e a capitania da Bahia e sua dinâmica político-econômica ao longo do

século XVIII. A ideia é tentar demonstrar como o Contrato das Aguardentes da Terra e Vinhos de Mel na Bahia, embora aparentemente menos relevante se comparado aos grandes contratos e a atividades mercantis mais robustas, relacionava-se a estruturas mais gerais, definidoras da relação metrópole/colônia.

OS "CAMPOS DA CACHOEIRA": FAZENDAS E LAVRADORES DE TABACO, 1774-1830

Ana Paula de Albuquerque

Este trabalho estuda as fazendas, a produção e os lavradores de fumo, entre 1774 e 1830. O espaço principal é a Vila da Cachoeira e as freguesias que a compunham nesse quadro temporal, além da Vila, Cachoeira abrangia as freguesias de São José das Itapororocas, São Pedro da Muritiba, São Gonçalo dos Campos, Outeiro Redondo, Santo Estevão do Jacuípe e Santiago do Iguape, sendo que essa última área não será trabalhada, pois a produção reinante era a cana-de-açúcar. Trataremos dessa região produtora de tabaco, suas características, como a produção estava estabelecida em cada localidade, quais as semelhanças e diferenças da área produtiva, o perfil econômico dos lavradores de cada área, já que se trata de várias freguesias. Por fim, abordaremos o uso e transmissão da propriedade entre esses produtores. Utilizaremos como métodos de pesquisa as análises quantitativa e serial, por nos possibilitar perceber as transformações que a produção de fumo passou durante o momento estudado e a sua dinamicidade. A seriação dos dados obtidos nas fontes estudadas permitiu, por outro lado, analisar quantitativamente como se comportou o nosso objeto de nossa análise, ou seja, as transformações que construíram o processo histórico pelo qual passou a produção. Para a seriação foi necessário determinar um conjunto de fontes que apresentassem uma continuidade e que pertencessem a mesma natureza. Foram analisados 182 inventários *post-mortem* de lavradores fumageiros e o *Rol de fazendas e lavradores* com suas 1.962 fazendas. Ao analisarmos os "Campos da Cachoeira", principal local de produção de fumo no Recôncavo da Bahia, verificarmos como se deu a produção nessa região, quais as similaridades e diferenças. Assim, torna-se indispensável abordamos algumas características econômicas e geográficas. A produção de fumo proporcionou alta lucratividade e chegou gerar a receita da Coroa portuguesa, durante parte do período colonial, ganhos de 103,74% em relação às tributações cobradas sob forma de impostos em cima dos valores passados pelos comerciantes coloniais. Tornou-se um dos gêneros mais cobiçados pelos negociantes e contrabandistas, o que causou constante insegurança por parte da administração portuguesa devido à comercialização ilegal que não gerava taxação para o governo. A região do Recôncavo da Bahia atendeu às características geográficas que essa cultura necessitava para a sua produção em larga escala. A temperatura entre 17° e 27°, umidade, solo permeável e argiloso e terras arenosas. Somado a esses fatores contava com o rio Paraguaçu, impor-

tante no transporte dessa e de outras mercadorias e foi favorecido com o incentivo por parte da Coroa portuguesa para o desenvolvimento da cultura. Incentivo este dado não apenas à Bahia, mas a outras partes da Colônia. Produtores de tabaco da Bahia foram enviados para outras regiões pelo Marquês de Lavradio (1779) a fim de ensinarem as técnicas das várias etapas da produção que envolviam a dinâmica produtiva fumageira e para melhorar as condições de cultivo. Isto indica que a cultura do fumo na Bahia tanto deu certo e devido à prosperidade dessa cultura e aos lucros gerados, foram incentivadas e criadas condições para ampliação desse gênero na colônia por parte do próprio Estado português.

DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA E DINÂMICAS PORTUÁRIAS: ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO PAULISTA E O COMÉRCIO ATLÂNTICO

Marco Volpini Micheli

O século XVIII trouxe mudanças importantes para as capitanias ao sul da colônia portuguesa. A descoberta do ouro na década de 1690 marcou o início de um fluxo migratório intenso para a região das minas. A notícia das novas descobertas foram rapidamente se espalhando, de modo que habitantes de todas as partes da América Portuguesa e da própria metrópole foram atraídos pela antiga promessa de enriquecimento baseado na extração de ouro e outros minérios. A partir desse momento, o eixo centro-sul foi gradualmente passando ao centro das preocupações metropolitanas. Desse modo, as capitanias ao sul do Brasil tiveram seus papeis redefinidos dentro do quadro de administração metropolitana e tornaram-se alvo principal das políticas econômicas portuguesas, que visavam desenvolvê-las e reorganizá-las. Nesse contexto, dois marcos foram notáveis na administração no período: a transferência da sede administrativa do governo para o Rio de Janeiro, em 1763, e a Restauração da Capitania de São Paulo, decretada no ano de 1765. A partir de meados do século, a Coroa incentivou a produção de gêneros agrícolas variados no Brasil, buscando maior integração entre as partes do Império Português, o que configurava um "novo padrão de colonização". Nesse contexto, a restauração de São Paulo marcou o início efetivo de um projeto da Coroa Portuguesa para a capitania, visando incrementar sua economia para consolidar o território, localizado na frágil região meridional brasileira, onde constantes atritos com os espanhóis nas fronteiras exigiam a presença ostensiva de militares. A produção, portanto, voltava-se para a exportação – a outras capitanias e a Portugal – além de para o abastecimento das tropas e da população local. Desde então, foi decisivo o incentivo à diversificação de sua produção agrícola e à cultura do açúcar. O comércio desses gêneros com a metrópole era feito pelo porto do Rio de Janeiro, e, ainda que em menor escala, por Santos. Desde a última década do século XVIII, já se buscava estabelecer rotas comerciais diretas entre o porto paulista e Portugal. Em 1803, houve uma tentativa de estabelecer relações comerciais diretas entre o Santos e o de Porto, justificada pela cada vez maior procura

por portos periféricos no Brasil devido às suas maiores fragilidades fiscais e estruturais. Busca-se, nesta comunicação, discutir a relação da produção paulista com os portos que a escoavam, como a capitania relacionava-se no comércio Atlântico com a metrópole ao final do século XVIII e no início do XIX e finalmente qual a posição do porto de Santos dentro da capitania e do Império Português.

A ELITE MERCANTIL CARIOCA NO FINAL DO PERÍODO COLONIAL: A TRAJETÓRIA DO NEGOCIANTE ANTÔNIO GOMES BARROSO

Augusto Fagundes da Silva dos Santos

O presente trabalho objetiva contribuir na ampliação dos estudos acerca da elite mercantil carioca em finais do século XVIII e início do oitocentos. Para isto, analisaremos um caso específico, a trajetória do negociante português que fez fortuna no Brasil Antônio Gomes Barroso. Natural da freguesia de Santa Maria de Paradela, Arcebispado de Braga, nasceu em 1740, veio para o Brasil ainda jovem e se estabeleceu no Rio de janeiro. Casou-se em 1775, aos 35 anos. Nesta época já ostentava o título militar de Capitão e era reconhecido como Homem de Negócio da praça carioca. Na elaboração do seu testamento, com mais de 80 anos, havia ascendido consideravelmente na hierarquia social da cidade da Corte, se tornando Comendador da Ordem de Cristo, Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial, Coronel de Milícias da Corte e Alcaide Mor da Vila de Itaguaí. Além dos títulos, é revelador da sua alta posição social o fato de pertencer a irmandades e confrarias. Declarou em testamento o desejo pela realização de missas em todas as igrejas e conventos da Corte até o sétimo dia de sua morte a $400 réis cada. Além dessas, mandou celebrar mais 1650 missas por sua alma e de seus familiares a $320 réis cada. Acerca dos bens, podemos afirmar que foi vasto e diversificado, possuía imóveis urbanos no Rio de Janeiro, uma chácara em Mata-Porcos, um engenho em Itaguaí com muita escravaria, escravos domésticos, ouro, prata, jóias e mobília. Possuía quarenta e uma ações no Banco do Brasil, outras diversas nas duas companhias de Seguros e era proprietário de diversos navios.

CONSUMO SUNTUÁRIO E CRÉDITO NA SALVADOR SETECENTISTA

Maria José Rapassi Mascarenhas

A questão da existência ou não de riqueza na colônia, sobretudo na área do açúcar, por certo tempo gerou discussões controvertidas, uns respondiam afirmativamente, outros nem tanto. Se realmente havia riqueza na colônia, especialmente nas terras do açúcar, que destino levou? Em que ralo escoreu? Estas indagações ainda não foram devidamente respondidas. Um dos ralos poderia ter sido o consumo suntuário. Este trabalho segue na trilha destas questões e se restringe a analisar alguns aspectos dos gastos improdutivos, especificamente de um grupo social, o dos senhores de engenho. Em

uma sociedade cruzada por uma estrutura mercantil onde imperava o lucro e uma estamental, assentada em hierarquia e privilégios, que valorizava a distinção social, o prestígio e a honra, para atender estes requisitos sociais, o consumo suntuário era uma necessidade. Os bens da vida cotidiana, a casa, objetos domésticos, pessoais e outros deveriam manifestar publicamente a riqueza e o viver com mor qualidade. Esses bens tinham que ser próprios de um senhor de engenho, deveriam visualisá-lo como pertencente ao topo da hierarquia social. Portanto, tinham que adequar as suas despesas às exigências de sua posição e ainda reforçar o seu posto na hierarquia social. Para manter a aparência e responder à necessidade de gastos suntuários recorriam com frequência ao crédito. Este tornou-se um recurso tão essencial na época colonial , que Antonil preocupou-se em recomendar aos senhores de engenho como se comportarem frente ao crédito para mantê-lo. Os inventários post-mortem constituem a base documental para desenvolver e responder a nossa proposta de trabalho.

15 de setembro de 2016

TRÁFICO NEGREIRO E EPIDEMIAS NO GRÃO- PARÁ E RIO NEGRO (1772-1815)

Marley Antonia Silva da Silva
Benedito Carlos Costa Barbosa

Ao longo dos anos, o tráfico negreiro desencadeou uma série de epidemias na Amazônia e vitimou principalmente os povos indígenas, que não possuíam imunidades a certas doenças até então desconhecidas na região. Esta comunicação baseada em documentos (como relatórios, cartas, ofícios trocados entre autoridades coloniais e a Coroa portuguesa) do Arquivo Histórico Ultramarino tem o objetivo de discutir a relação do tráfico negreiro com as epidemias de bexigas (varíola) no Estado do Grão Pará e Rio Negro (1772-1815). A partir da segunda metade do século XVIII a Amazônia vivenciou grandes transformações com a implantação da reforma pombalina - medidas que buscaram desenvolver a região do ponto de vista político, social, econômico e cultural. Entre outras medidas, essa reforma possibilitou o incremento e a inserção regular de cativos oriundos do continente africano com o estabelecimento da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778) que comercializou por mais de vinte anos escravos na região. Durante e após a vigência dessa companhia, muitos africanos doentes desembarcaram nos portos da região amazônica, a exemplo do comércio realizado com Angola que suscitou muitos casos de epidemias. As embarcações, certamente, possuíam péssimas condições sanitárias e higiênicas, características que associadas as precárias condições de saúde e alimentação dos africanos corroboraram para a o surgimento de doenças e consequentemente à mortandade dos traficados nas viagens transatlânticas, assertiva que fica expressa entre os números de escravos embarcados nos portos africanos e os desembarcados nos portos amazônicos. Além disso, essas embarcações, geralmente, não passavam por quarentena, fato que contribuía à pro-

pagação de doenças e epidemias, ocasionando a morte em destaque da população ameríndia. Episódio desta natureza colocava em alerta o próprio comércio negreiro tanto por parte dos colonos em adquirir escravos doentes, quanto por parte das autoridades em perder cabedal e força de trabalho. Para dirimir as consequências nefastas das doenças - durante os anos em que as epidemias grassaram na região - foram tomadas algumas providências como a construção de lazareto, a solicitação de médicos para cidade, a inoculação da população em destaque dos meninos negros e índios e outras medidas concernente à saúde da população. Aqui também torna importante discutir a participação dos religiosos na assistência material e espiritual aos doentes, afinal as epidemias perpassavam por explicação religiosa. Apesar das medidas tomadas para evitar o contágio e curar os doentes - no período estudado neste trabalho - muitas pessoas morreram por causa das bexigas, especialmente no decorrer da vigência do comércio negreiro realizado das diversas áreas da costa africana para a região amazônica. Portanto, ao longo deste contexto, houve vários casos de epidemias de bexigas na região amazônica que vitimaram, na maioria, os povos indígenas.

MERCADO MÉDICO NA EUROPA: O PORTO DE LISBOA COMO ROTA DE IMPORTAÇÃO DE REMÉDIOS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

Danielle Sanches de Almeida

A importação de produtos do Oriente para a Europa foi, por muito tempo, realizada através dos mercadores de Gênova e Veneza que seguiram as primeiras rotas comerciais estabelecidas entre os dois continentes. A expansão marítimo-comercial portuguesa aumentou o número das redes de trocas constituindo um comércio em escala mundial no século XVI. As relações mercantis estabelecidas pelos portugueses se estendiam pela Ásia numa vasta região que compreendia o Malabar, a Indonésia, o Indostão, o Ceilão, as Molucas, a China, a Índia e o porto de Nagasáqui, no Japão, além da presença de mercadores portugueses em alguns portos da costa africana. Essa ampla rede mercantil tecida nos portos asiáticos contribuiu para a entrada em grande escala de remédios dessa região na Europa. No entanto, não houve uma exclusividade lusa na circulação de remédios e nem esse comércio foi uma novidade trazida pela expansão, pois desde sua própria gênese que o mercado mundial organiza como um de seus principais intercâmbios o comércio de drogas. A grande contribuição das trocas mercantis lideradas pelos portugueses foi dar uma nova dimensão a esse comércio quando proporcionou um acréscimo do volume das importações das especiarias colaborando para a ampliação da acessibilidade, variedade e consumo das mesmas gerando um novo setor, que favoreceu a cosmopolitização da flora e fauna de diversas regiões do globo, promovendo a introdução dessas novas espécies nas trocas de grande valor mercantil. Nesse sentido, o trabalho em questão trata de como o conceito de circulação pode ser usado para analisar as trocas entre diferentes partes do Império Português e entre estas regiões e

nações estrangeiras no final do século XVIII existente. Nossa perspectiva vai cair, especificamente no comércio produtos de farmácia onde há uma inserção de duas vias dos medicamentos importados da América e uma saída de produtos coloniais para a Europa. Note-se que as mudanças que ocorrem em Portugal e no exterior, devido a medidas tomadas pelo Marquês de Pombal, impactadas, entre outras coisas, no aumento da importação de drogas que vinham de diferentes regiões do continente americano. O objetivo deste trabalho é mostrar a dinâmica de remédios comerciais realizadas pela circulação de conhecimentos, práticas e produtos. Para isso, vamos utilizar como base de nossa análise documental a documentação das saídas e entradas da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, documentação esta localizada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e os documentos sobre a entrada e saída de medicamentos na Alfândega de Lisboa, Casa da Índia, onde poderemos perceber o volume das entradas e saídas de medicamentos. No que diz respeito as saídas focalizaremos nas drogas vindas da América portuguesa observando para quais portos partiam e quem foram seus principais compradores, dessa maneira tentaremos apontar como se dava a dinâmica de abastecimento desse mercado médico numa perspectiva global.

TRAPICHES E TRAPICHEIROS NA DINÂMICA PORTUÁRIA DA SALVADOR COLONIAL

Maria das Graças de Andrade Leal

No contexto da expansão comercial atlântica portuguesa na América, os trapiches se constituiram em pontos estratégicos que asseguraram a base portuária que serviu, ao longo do período colonial, aos interesses metropolitanos e coloniais, por garantirem a realização efetiva das práticas econômicas, sociais e políticas no âmbito da comercialização intercolonial, regional e local. A partir da segunda metade do século XVI, o porto de Salvador, na Bahia, considerado 'Porto do Brasil', projetou-se como porto de escala para a Carreira da Índia, transformando-se na principal via de acesso ao território conquistado, bem como de saída das suas riquezas naturais valorizadas no mundo colonial. O Bairro da Praia, como era chamada a cidade Baixa ou Bairro Comercial, foi, então, a parte que primeiramente se desenvolveu, tanto em população como em construções e movimentação econômica. Entre o pé da montanha e o mar, fora erguida a ermida da Conceição e estabelecida a zona comercial e de construções navais. No século XVIII, com o aumento de transações e construção de propriedades comerciais, os trapiches se consolidaram como principais vetores da acumulação e reprodução do capital mercantil, ao integrarem uma rede poderosa que definia políticas comerciais conforme interesses privados. No porto de Salvador, os trapiches particulares se multiplicaram e dominaram a logística comercial, por se constituírem em locais de armazenagem, comercialização e transporte de mercadorias de longo e pequeno curso, integrando uma precária estrutura portuária com seus ancoradouros naturais. Com o objetivo de acompanhar o papel dos

trapiches e seus proprietários trapicheiros no contexto portuário e comercial da Salvador colonial, pretende-se, a partir da trajetória do Trapiche Barnabé, tomado como unidade analítica, identificar elos dessa importante cadeia comercial e a dinâmica de transformações da estrutura e do funcionamento portuários. Os trapiches eram vistos pelos visitantes estrangeiros, que chegaram à Bahia entre os séculos XVII e XIX, como os maiores e bem construídos do mundo. Dentre aqueles identificados desde os primeiros anos do século XVIII estão os trapiches Barnabé, do Lado, o Grande, Bursany e do Julião. Localizado no Pilar, o Trapiche Barnabé teve como proprietário e fundador Barnabé Cardoso Ribeiro. Em conseqüência de uma situação de dívidas, em meados da década de 1760, foi arrematado à Fazenda Real por José Pires de Carvalho e Albuquerque, proprietário do Trapiche Grande. Em seguida, o referido arrematante o vendeu ao negociante e Mestre de Campo Theodosio Gonçalves Silva. Os trapiches eram bens valiosos de natureza comercial privada que atuaram na acumulação de capital mercantil. As trajetórias de comerciantes trapicheiros se enredam na dinâmica sócioeconômica que envolveram os principais negociantes da praça de Salvador, os quais garantiram acumulação de riquezas, além de reivindicarem nobresa, títulos nobiliárquicos, e cargos na administração colonial. Riqueza e prestígio se constituiam em condição básica para a consolidação desses homens de negócio em um lugar social de destaque na América portuguesa. Foi o caso de Theodósio Gonçalves da Silva, proprietário do Trapiche Barnabé, traficante de escravos e rico negociante que, saído pobre de Portugal, se estabeleceu na cidade da Bahia desde a primeira metade do século XVIII, e, no máximo, contentou-se com o título de "familiar do Santo Ofício".

A COROA PORTUGUESA E A IGREJA CATÓLICA NA FORMAÇÃO DA CIDADE DO NATAL: OS TEMPLOS E AS FESTAS COMO ELEMENTOS DE CONTROLE DA URBE (1712-1780)

Monique Maia de Lima

Este trabalho pretende analisar a formação espacial da cidade do Natal entre 1712-1780. Atenta-se para como se deu a ocupação do sítio urbano, e a utilização desse espaço por meio de mecanismos de controle da Coroa portuguesa. Para tanto, pretende-se observar a articulação entre a Igreja católica e o Império ibérico na formação da urbe no ultramar luso, que permitiu não apenas a transformação do espaço geográfico como também a transposição de elementos sociais e culturais da sociedade portuguesa. Nesse sentido, abordaremos as festas reais ordinárias organizadas pela Câmara da cidade do Natal, como instrumento de controle social, sobre as colônias do além mar. Dessa forma, foram elencadas as festas: Corpo de Deus, Anjo Custódio, São Sebastião, São Francisco de Borja e Patrocínio de Nossa Senhora. A investigação foi realizada por meio dos termos de vereação, cartas e correspondências do Arquivo Histórico Ultramarino e registros do Livro de Tombo da igreja matriz da cidade. Assim, a análise se pretende expor as especificidades da

cidade do Natal em relação: à ocupação dos chãos urbanos, tendo a igreja como marcador dos limites espaciais; e a realização das festas ordinárias, como mecanismos de integração ao centro. Portanto, busca-se entender a formação da cidade do Natal no período colonial, e as ações da Coroa para se manter presente em todo o Império português.

A OUVIDORIA DAS ALAGOAS PARA MANUTENÇÃO DA ORDEM ECONÔMICA. POLÍTICAS DE ESTADO E EXPERIÊNCIAS SOCIAIS, 1699-1712

Alex Rolim Machado

1712, após mais de 10 anos de negociação, foi institucionalizada a Ouvidoria das Alagoas, na região sul-Pernambucana. O discurso da carta "oficial" de criação focou em demasia os assuntos da criminalidade e da arrecadação do tabaco, de modo que foi profundamente absorvido pela historiografia, para quem a Ouvidoria representou a ação do poder régio em controlar os desvios da ordem nos espaços de colonização. Essa comunicação pretende observar como o planejamento e a vinda do Magistrado representava uma tentativa de ordenar as economias locais para evitar descaminhos e perdas de receita aos cofres régios. Considerando o contexto da virada do séc. XVII ao XVIII, torna-se importante verificar como dinâmicas da metrópole justificariam a importância de uma atitude local, que não representava somente conquistas de elites, mas também interesses do Estado monárquico. A reconquista contra os holandeses, as entradas nos sertões contra os ameríndios e as incursões contra os mocambos de Palmares representaram um aumento de várias esferas de poder nas vilas de "Alagoas Colonial" (Porto Calvo, Alagoas e Penedo), a saber: crescimento demográfico, igrejas, açúcar, tabaco e gado, que, em contrapartida, acabaram por acarretar um aumento na criminalidade e nos descaminhos. No âmbito da produção material, a destruição de Palmares e as entradas nos sertões levaram aos estabelecimentos de novas jurisdições, para as quais se criaram novos postos militares e articularam mais expedições de conquista e colonização dos sertões pelos habitantes locais e de outras Capitanias: lavravam-se mais gêneros, a pecuária expandiu, plantavam tabacos, patrocinavam-se Engenhos e descobriam-se Minas de Salitre. Quanto mais os moradores estavam afastados das Vilas e suas instituições Municipais, desprovidos de juízes ordinários por perto e com autonomias para comercializar, mais os agentes que visavam o funcionamento da ordem monárquica na América (Bispo, Governador, Conselheiros) observavam as desobediências da ordem do Sistema Colonial. Nesse sentido, a Justiça procuraria regular de perto as atividades de mercado, uma vez que sociedades desordenadas representavam perdas de fazenda que acarretariam em diminuição de poder da Coroa no tabuleiro político da Europa. Da mesma feita, a riqueza produzida, mesmo sendo financiadora de atitudes em espaços locais, deveria ter sua parte entregue aos cofres da Monarquia, que atuava como distribuidora de mercês aos seus súditos. Ser responsável por gerenciar o tabaco e – em um primeiro momento – as Minas de

Salitre, além de impedir aparecimentos de novos mocambos e atuar contra os desvios do Quinto de Palmares, expõe como o Ouvidor tinha em suas prerrogativas as atitudes de ordenamento sócio-econômico; por isso, era sua responsabilidade impedir vários tipos de criminalidade que envolvesse a produção material e a entrega de riquezas para a Real Fazenda. A sustentação do poder político-econômico da Monarquia na América passava, portanto, pelo gerenciamento da Justiça e da ordenação Econômica nos espaços colonizados. A instalação Ouvidoria das Alagoas foi pensada como uma estratégia de aglutinação de interesses dos grupos sociais local com os Governadores de Capitania, o Bispo e o Conselho Ultramarino; e um agente de "fora" que deveria limitar e/ou extinguir comportamentos e atitudes que visassem desordens que representariam perda de produção e diminuição de receitas das Vilas, da Capitania e da Monarquia como um todo.

COLONIZAÇÃO FORÇADA NO IMPÉRIO PORTUGUÊS: OS DEGREDADOS NA FRONTEIRA MERIDIONAL DA AMÉRICA PORTUGUESA SETECENTISTA

Aluísio Gomes Lessa

Este trabalho, decorrente de pesquisa de mestrado em fase de conclusão, tem por objetivo apresentar alguns aspectos da prática de degredo na fronteira meridional da América portuguesa ao longo do século XVIII. O degredo, enquanto prática de expulsão penal de longa tradição no direito português punia, no período moderno, desde os mais pequenos delitos até as mais graves penas com a expulsão (temporária ou perpétua) dos condenados do seu local de residência para as mais longínquas partes do império português – onde estes condenados passariam a ser utilizados, por meio de uma forma de colonização forçada, na povoação, defesa e nas obras necessárias para as novas povoações recém estabelecidas. Em meio ao processo de expansão dos domínios lusitanos rumo ao sul da América, verifica-se a chegada desta prática de expulsão penal na nova fronteira que se estabeleceu a partir da fundação da Colônia do Sacramento em 1680 e se estendeu paras as terras do Rio Grande de São Pedro e de Santa Catarina ao longo do século XVIII, com objetivo de consolidar a presença portuguesa. Por conta das constantes disputas com os espanhóis pelo domínio daqueles territórios meridionais, os degredados mostraram-se elementos muito úteis à colonização, tanto como soldados nas lutas contra os castelhanos como quanto povoadores para fixar a presença luso-brasileira na região do Rio da Prata. O trabalho terá como ponto central de sua análise como diferentes interesses, poderes e grupos se relacionaram como o envio de degredados para a fronteira meridional. Desde princípio desta expansão houve uma convergência de interesses da Coroa, visando ampliar seus domínios até o Prata, com interesses particulares, tanto dos comerciantes fluminenses interessados no lucrativo comércio platino, quanto os bandeirantes paulistas que passaram a se estabelecer ao sul de São Vicente. Tratando-se especificamente do degredo, verifica-se também que para seu funcionamento foi necessário diálogo e negociações entre dife-

rentes instituições localizadas em diferentes partes do Império Ultramarino. Por um lado, a prática do degredo interno movimentava autoridades coloniais das diversas capitanias com o objetivo de expulsar seus criminosos para a fronteira meridional. Ao mesmo tempo, o degredo externo enviava degredados condenados no Reino e de outras partes dos domínios, como Angola, também para a fronteira. Por fim, também os próprios governantes da Colônia do Sacramento, Rio de Grande de São Pedro, e Ilha de Santa Catarina, geravam os seus próprios degredados, expulsando daqueles territórios os habitantes que haviam cometido algum delito. A este quadro complexo em que diferentes níveis de poderes locais e central necessitavam estar e sintonia para o bom funcionamento deste sistema de degredo, soma-se ainda o fato de que eram muitas as autoridades que poderiam condenar e flexibilizar as penas: não apenas os juízes, mas também os governadores, assim como as autoridades militares e eclesiásticas – todos eles atuando simultaneamente desde as mais altas instâncias localizadas no Reino até os poderes mais locais. Este trabalho, portanto, buscará apresentar estes elementos e a maneira como estes diferentes poderes se articularam para que o sistema de degredo imperial funcionasse e possibilitasse que aquela mão de obra disponível representada pelos degredados fosse utilizada para colonizar as novas fronteiras que iam sendo estabelecidas.

RIQUEZA, PODER E MANDO: OS CORPOS DE ORDENANÇAS NA CAPITANIA DO RIO GRANDE NOS SÉCULOS XVII E XVIII

Soraya GeronazzoAraujo

As forças militares no período colonial no Brasil, entre os séculos XVII E XVIII, tinham a função de normatizar a população a fim de enquadrá-la em uma ordem que mantivesse o bom funcionamento da sociedade já estruturada na colônia. Assim observamos que era fundamental naquele momento que o indivíduo ocupante de um posto de ordenanças detivesse sob sua alçada a autoridade e o reconhecimento público e social, para que conseguisse tornar visível o seu poder. Era, portanto, através da obtenção de altas patentes que esses indivíduos adquiriam o reconhecimento social, o que significava, em um regime de privilégios políticos, que este mesmo deveria fixar-se entre as famílias que detinham o poder econômico na localidade. O que pretendemos é refletir de que forma se deu a ocupação desses postos de ordenanças e como estes foram fundamentais para conferir a esses homens a autoridade de mando e a destacada distinção social nas vilas, cidades e localidades em que viviam na Capitania. Da mesma forma também observar e destacar quais as diversas maneiras pelas quais essa distinção social era promovida, distribuída e (re) ordenada nesse contexto da Capitania do Rio Grande no decorrer do século XVIII. Além disso, esmiuçar os mecanismos de funcionamento desta força militar, tendo como recorte espacial e cronológico a Capitania do Rio Grande nos séculos XVII e XVIII, atestando sobre como os direi-

tos, privilégios e obrigações inerentes aos postos de patente adquiridas por esses homens, ajudaram no processo de construção da sociedade. Partiremos do pressuposto de que havia uma dinâmica social e de poder construídas entre o rei e os súditos, onde o uso das mercês remuneratórias para obter a fidelidade dos mesmos.

"DE LO TOCANTE AL OFICIO DE SASTRE": O PERFIL DA REGULAMENTAÇÃO DO OFÍCIO DA ALFAIATARIA NO TERMO DE MARIANA E OS SEUS SABERES (1735 – 1750)

Letícia Silva Batista

O presente artigo tem por objetivo apresentar a dinâmica da regularização do ofício da alfaiataria nas instâncias da Câmara de Mariana, dentre os anos de 1735 e 1750. Para tanto, são importantes ao atual estudo noções sobre: a condenação do trabalho manual nas conjunturas sociais de Antigo Regime, a problematização dos limites dessa condenação no cotidiano do Império português e, por fim, o papel determinante das câmaras municipais na organização, na regularização e na fiscalização dos misteres em todo o Império. Acerca disso, apresentará que nas Minas setecentistas houve uma singular dinâmica na organização do trabalho mecânico, apesar de ter aspirado ao modelo lisboeta. Com base nos vieses acima expostos, o trabalho elege a apreensão da dinâmica da regulação do ofício da alfaiataria nas instâncias da câmara de Mariana, no segundo quartel do século XVIII. No Termo de Mariana, os alfaiates estavam entre os mecânicos que mais buscaram a regularidade de sua atividade especializada. Acrescenta-se ainda que expressiva parte desse grupo também buscou licenças afiançadas para o funcionamento de suas lojas de fazenda seca. O que permite ao estudo apontar que esses alfaiates do Termo de Mariana exerciam distintas atividades econômicas, e, estando frente essas lojas poderiam conquistar certos prestígios e privilégios locais devido à importância desse tipo de estabelecimento. Afinal, de modo geral, nas lojas comercializavam produtos que demandavam maiores investimentos, como os tecidos importados e outras peças oriundas do Reino. Dessa maneira, a partir das licenças afiançadas e das cartas de exame retiradas nas instâncias do dito concelho, um grupo de alfaiates pode exercer o seu ofício e atender as demandas locais por saberes e produtos da alfaiataria. Soma-se ao perfil da regularização do ofício nas instâncias do concelho local, o estudo de alguns tratados de alfaiataria do período moderno produzidos na Espanha. Possivelmente esses circularam na Península Ibérica e influenciaram as técnicas, as práticas e o aprendizado do ofício no Império Ultramarino português. Isto posto, menciona-se que eles conectavam os mundos da produção e da comercialização de mercadorias de significativo valor financeiro e simbólico. Além disso, eram os senhores das *artes* da modelagem, da confecção e da comercialização de vestimentas para vasto rol de distintos indivíduos e grupos sociais da região.